MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

# TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ELETRÔNICO

**INTERESSADO: GAB/ SUPERIN**

**ASSUNTO: ANUÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DA EVOLTZ DA PARTICIPAÇÃO DA ELB NA MTE**

O processo em epígrafe foi iniciado no dia 18/05/2020, para fins de solicitação para anuência para aquisição da Evoltz da participação da ELB na MTE, em meio eletrônico, a pedido do requerente Gabriel Sarmento Lopes, conforme dados abaixo:

| | | | |
|---|---|---|---|
| Data do protocolo | 18/05/2020 | Hora | 19h |
| Alçada Administrativa | (x ) Superintendente ( ) DIRAD ( ) DPLAN<br>( ) DGFAI ( ) CGP | | |
| Tipo de documento recebido | ( ) Físico ( x ) Eletrônico [CD, DVD, Pendrive, HD externo] | | |
| Documentos anexados | Um documento de 4 paginas.<br><br>OBS: o referido documento não contém a assinatura do protocolo pois o recebimeto se deu em meio eletronico. <protocolo@sudam.gov.br> | | |

Observações:

Diante do exposto, após ser realizada a conferência e a avaliação dos documentos recebidos, encaminhamos ao GABINETE para conhecimento e despacho dos autos à unidade de destino final. Para constar, declaramos abertura dos autos.

Documento assinado eletronicamente por **Vilmara Ferreira Salgado**, **Coordenador Substituto(a)**, em 19/05/2020, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0252218** e o código CRC **9F45214B**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0252218

manaus
transmissora de energia s.a.
grupo evoltz

Manaus Transmissora de Energia S.A.
ST SCN Quadra 01, Bloco C, nº 85, salas 1708 a 1714,
Edifício BSB Trade Center, Asa Norte, Brasília, Distrito
Federal, CEP: 70.711.902

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020

**Banco da Amazônia S.A. ("BASA")**
Rua Teresina, nº 193, Bairro Adrianópolis
CEP 69.057-070, Manaus – Amazonas
**At.:** Sr. Carlos Henrique Salvador

**SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia**
**At.:** Sr. André Luiz Rodrigues Vargas
Sr Nélio Gusmão

Ref.: **Manaus Transmissora de Energia S.A.**

Prezados Senhores,

1. Fazemos referência (i) ao Contrato Particular celebrado em 27 de junho de 2011 entre o **BASA** e a concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica **Manaus Transmissora de Energia S.A.**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.584.854/0001-37, com sede na ST SCN Quadra 1 Bloco C, nº 85, salas 511 e 512, Ed. BSB Trade Center, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.711-902 ("Concessionária"); (ii) à Cédula de Crédito Bancário nº FII-G-033-11/0034-7, emitida em 27 de junho de 2011 pela Concessionária em favor do **BASA**; e (iii) à Escritura Pública da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis, Dividida em Duas Séries da Espécie com Garantia Real e Fidejussória por Fiança da Concessionária, celebrada em 27 de junho de 2011, bem como a todas as garantias e eventuais aditamentos ("Contratos").

2. Viemos por meio desta comunicar e cientificar V.Sas. de que, no dia 28 de abril de 2020, a **Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS**, sociedade por ações de capital aberto inscrita no CNPJ sob o nº 00.001.180/0001-26, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 409, 12º andar, Centro, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.071-003 ("Eletrobras") e a **Evoltz Participações S.A.** (anteriormente denominada Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A.), sociedade por ações inscrita no CNPJ sob o nº 28.037.759/0001-68, com sede na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAL 46742, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-022 ("Evoltz") celebraram o

Manaus Transmissora de Energia S.A.
ST SCN Quadra 01, Bloco C, nº 85, salas 1708 a 1714,
Edifício BSB Trade Center, Asa Norte, Brasília, Distrito
Federal, CEP: 70.711.902

Contrato de Compra e Venda de Ações ("SPA"), prevendo a alienação da totalidade de ações que a Eletrobras detém na Concessionária ("Ações") para a Evoltz..

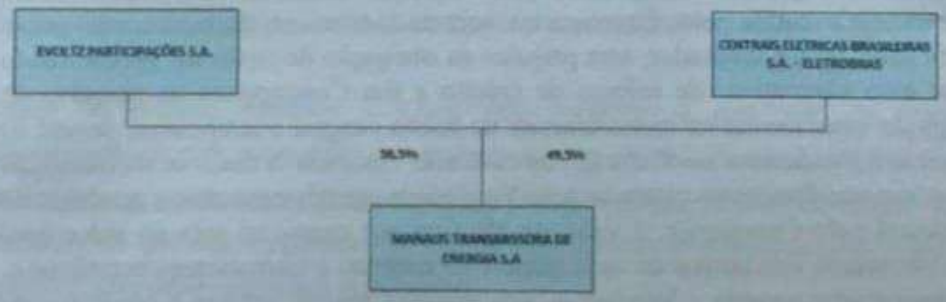
3. A alienação das Ações decorreu do Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019, datado de 06 de setembro de 2019 ("Procedimento Competitivo") e os princípios e regras constantes no Decreto nº 9.188 de 1º de novembro de 2017, e demais diplomas legais aplicáveis.

4. O fechamento da transação prevista no SPA está sujeito a certas condições suspensivas, dentre elas a prévia aprovação pelo BASA.

5. Além disso, nos termos do SPA, as partes acordaram com a obrigação de se liberar as garantias outorgadas aos credores da Concessionária pela Eletrobras ou suas afiliadas.

6. Apresentamos, a seguir, a estrutura societária prevista para a Concessionária após a efetiva alienação das Ações à Evoltz:

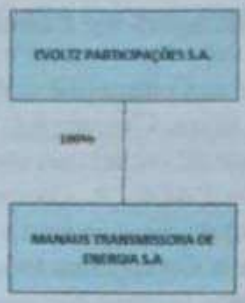
ANTES DA OPERAÇÃO:



manaus
transmissora de energia s.a.
grupo evoltz

Manaus Transmissora de Energia S.A.
ST SCN Quadra 01, Bloco C, nº 85, salas 1708 a 1714,
Edifício BSB Trade Center, Asa Norte, Brasília, Distrito
Federal, CEP: 70.711.902

APÓS A OPERAÇÃO:




7. Conforme indicado no organograma acima, a Evoltz detém, atualmente, o controle acionário da Concessionária. Como de conhecimento de V.Sas., a operação de alteração de controle ocorreu em 30 de maio de 2018 e contou com a anuência prévia de V.Sas. para a realização nos termos da correspondência SUARC-2018/237, datada de 28 de maio de 2018, e Resolução número 130, datada de 22 de maio de 2018. Sendo assim, a atual aquisição de Ações, pretende, unicamente, consolidar o controle já exercido pela Evoltz.

8. Com relação à liberação da garantia corporativa outorgada pela Eletrobras, a Evoltz já presta garantia corporativa pelas obrigações da Concessionária ao BASA, garantia essa instituída por ocasião da aquisição do controle da Concessionária.

9. Diante do exposto, pedimos a V.Sas. que, mediante a devolução da presente correspondência com a aposição das assinaturas dos respectivos representantes legais, **concedam o vosso consentimento para** **(a)** a transação prevista no SPA, e **(b)** a liberação da garantia corporativa outorgada pela Eletrobras permanecendo vigente a garantia corporativa outorgada pela Evoltz.

Solicitamos, por gentileza, que quaisquer comunicações e/ou pedidos de esclarecimentos relacionados à presente correspondência sejam enviados ao destinatário a seguir:

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**
Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199
At.: Denise Araujo Francisco
Tel.: (21) 3267-1181
Correio eletrônico: Denise.francisco@evoltz.com.br

manaus
transmissora de energia s.a.
grupo evoltz

Manaus Transmissora de Energia S.A.
ST SCN Quadra 01, Bloco C, nº 85, salas 1708 a 1714,
Edifício BSB Trade Center, Asa Norte, Brasília, Distrito
Federal, CEP: 70.711.902

Por fim, ressaltamos que os termos desta correspondência, bem como todas as informações relacionadas são confidenciais, não devendo ser divulgadas a terceiros, exceto aos profissionais que de fato devam conhecê-los para os fins previstos nesta correspondência.

Sendo o que nos cabia para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos desejados.

Cordialmente,

**MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Ciente e de acordo, em _____:

**BANCO DA AMAZÔNIA S.A.**

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

**SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**
**GABINETE**

À DGFAI.

1. De ordem do senhor Superintendente, encaminha-se processo tratando sobre pleito de incentivos fiscais para análise e demais providências.

Documento assinado eletronicamente por **Eliana Garcia da Silva**, **Chefe de Gabinete**, em 20/05/2020, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0252501** e o código CRC **E9E615C9**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0252501

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

À Coodenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN.

1. Considerando o contido nos autos em questão, doc SEI nº 0252219;

2. Encaminhem-se os autos para manifestação na forma de parecer de competência dessa unidade técnica, porém, necessário se faz a juntada aos autos de todos os documentos que servirão de base para referida análise.

3. Caso seja necessário envio de ofício ao Banco Operador, favor constar na minuta, o mesmo procedimento acima.

Documento assinado eletronicamente por **Marly Vieira Miranda**, **Diretor**, em 03/06/2020, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0253094** e o código CRC **956B71E6**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0253094

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CAF.

1. Encaminham-se os autos para análise e manifestação.

Documento assinado eletronicamente por **Marta Maria Rocha de Matos**, **Coordenador-Geral**, em 12/06/2020, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0257933** e o código CRC **5315CBD0**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0257933

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**
**COORDENAÇÃO DE GESTÃO E ANÁLISE DE FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO E FINANCIAMENTO**

**OFÍCIO MINUTA Nº 0258805/2020-CAF/CGFIN/DGFAI**

Belém, 16 de junho de 2020.

**Ao Banco da Amazônia**
**Sr. FRANCIMAR RODRIGUES MACIEL**
Diretoria de Análise e Reestruturação-DIARE
Av. Presidente Vargas, nº 800 – 14º Andar

**Assunto: Anuência prévia ao pleito da empresa Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A..**

Senhor Diretor,

1. Considerando a Correspondência, de 30 de abril de 2020, anexa, na qual a empresa Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A., identificada no documento, solicita a prévia e expressa anuência do Banco da Amazônia S. A. para a realização da alienação da totalidade das ações que as Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás detém na concessionária e a liberação da garantia corporativa outorgada pela Eletrobrás permanecendo vigente a garantia corporativa outorgada pela Evoltz Participações S.A.

2. Nos termos do documento apresentado, referidas solicitações alteram a composição acionária da empresa beneficiária de recursos do FDA, na forma explicitada no mesmo documento.

3. A alteração da composição acionária possui enquadramento no **inciso V do art. 26** do Anexo ao Decreto n° 4.254/2002, que regulamentava o FDA à época da aprovação do projeto.

> Art. 26. Da escritura de emissão constará obrigatoriamente o seguinte:
> [...]
> V - a mudança no quadro societário da empresa fica subordinada à prévia aprovação pela ADA, ouvido o agente operador, e deve ser comprovada por meio da remessa dos arquivos mantidos no órgão de registro de comércio competente;:

4. Em atenção a esse dispositivo legal, solicita-se ao Banco da Amazônia S. A., na qualidade de agente operador do projeto em questão, manifestação técnica quanto ao pleito apresentado pela empresa Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A., de forma a possibilitar a emissão de Parecer Técnico conclusivo pela área técnica desta Superintendência.

5. Colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria, para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

**MARLY VIEIRA MIRANDA**
Diretora da Diretoria de Fundos

---

Documento assinado eletronicamente por **José Roosevelt Araújo Correa Júnior**, **Economista**, em 17/06/2020, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0258805** e o código CRC **F3E7F7F9**.

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0258805

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN.

Senhora Coordenadora,

1. Submetemos a vossa apreciação Ofício Minuta Nº 0258805/2020-CAF/CGFIN/DGFAI (0258805), a ser encaminhado ao Banco da Amazônia S.A., solicitando manifestação referente ao pleito interposto, junto a esta Superintendência, pela empresa Manaus Transmissora de Energia S.A., constante na correspondência datada de 30/04/2020 (0252219).

Documento assinado eletronicamente por **Alda Francy Teixeira Freitas da Costa Nunes**, **Coordenador**, em 17/06/2020, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0259137** e o código CRC **CF7EF180**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0259137

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos - DGFAI.

Senhora Diretora,

1. Considerando o e-mail enviado a DGFAI pelo Banco da Amazônia em 19/06/2020, com cópia para esta Coordenadora Geral, em que o Banco encaminha sua manifestação sobre o pedido de anuência prévia para transferência das ações que a Eletrobrás detém na empresa Manaus Transmissora de Energia S.A (MTE) para a empresa Evoltz, controladora da MTE doc SEI 0252219, retorno os autos a essa Diretoria para que possa ser anexado a manifestação do agente operador sobre o pleito, de forma que esta unidade técnica possa dar continuidade à análise.

2. Solicito ainda, desconsiderar o Ofício Minuta CAF doc SEI 0258805, uma vez que com a manifestação do Banco, o ofício perdeu o objeto.

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Marta Maria Rocha de Matos**, **Coordenador-Geral**, em 22/06/2020, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0259858** e o código CRC **B90C2290**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0259858

**Zimbra** **dgfai@sudam.gov.br**

# RES: MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA – VENDA DO CONTROLE ACIONÁRIO

**De :** Manoel Piedade Pereira da Silva <manoel.pereira@bancoamazonia.com.br>
Sex, 19 de jun de 2020 19:48
3 anexos

**Assunto :** RES: MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA – VENDA DO CONTROLE ACIONÁRIO

**Para :** 'dgfai@sudam.gov.br' <dgfai@sudam.gov.br>

**Cc :** marta matos <marta.matos@sudam.gov.br>, 'marly.miranda@sudam.gov.br' <marly.miranda@sudam.gov.br>, 'roosevelt.correa@sudam.gov.br' <roosevelt.correa@sudam.gov.br>, Cybelle Barros Moraes <cybelle.moraes@bancoamazonia.com.br>, Roberto Batista Schwartz Martins de Paula <roberto.martins@bancoamazonia.com.br>, Mauro Bacelar Cruz <mauro.cruz@bancoamazonia.com.br>

Prezados (as),

Boa noite.

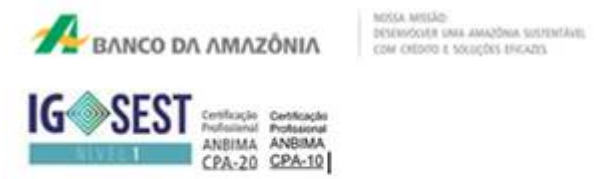
Em complemento ao encaminhamento de ontem, segue versão completa da Decisão.

Classificação da informação: Pública ( ) **Interna (x)** Restrita ( ) Sigilosa ( )

Cordialmente,

**Manoel** Piedade Pereira da Silva
Gerente Executivo
Tel. [+ 55 91] 4008 **2699**
**GERAC** | Gerência de Acompanhamento de Crédito

bancoamazonia.com.br




- Evite impressões desnecessárias.
- Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não é o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, fica proibido(a) de usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nelas. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, informe imediatamente o remetente, e em seguida, apague-a.

**De:** Manoel Piedade Pereira da Silva
**Enviada em:** quinta-feira, 18 de junho de 2020 19:09
**Para:** dgfai@sudam.gov.br
**Cc:** marta.matos@sudam.gov.br; marly.miranda@sudam.gov.br; roosevelt.correa@sudam.gov.br; Cybelle Barros Moraes <cybelle.moraes@bancoamazonia.com.br>; Roberto Batista Schwartz Martins de Paula

<roberto.martins@bancoamazonia.com.br>; Mauro Bacelar Cruz <mauro.cruz@bancoamazonia.com.br>
**Assunto:** MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA – VENDA DO CONTROLE ACIONÁRIO

Prezados (as),

Boa noite.

Encaminhamos para conhecimento e manifestação dessa Superintendência, o Parecer GERAC-COIND 2020/053, de 29/05/2020, referente à solicitação da empresa **MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A.** aprovada pela Diretoria do Banco, acerca da anuência para venda do controle acionário.

Classificação da informação: Pública ( ) **Interna (x)** Restrita ( ) Sigilosa ( )

Cordialmente,

**Manoel** Piedade Pereira da Silva
Gerente Executivo
Tel. [+ 55 91] 4008 **2699**
**GERAC** | Gerência de Acompanhamento de Crédito

bancoamazonia.com.br




- Evite impressões desnecessárias.
- Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não é o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, fica proibido(a) de usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nelas. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, informe imediatamente o remetente, e em seguida, apague-a.

---

**OFÍCIO SUDAM MTE.pdf**
124 KB

**04 - PARECER GERAC-COIND 2020.053, DE 29.05.2020 - MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA.pdf**
1 MB

---

BANCO DA AMAZÔNIA

Ofício GERAC/COIND - nº 025 /2020 Belém (Pará), 18/06/2020

Ao Senhor
**PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA**
Superintendente da SUDAM
**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**
Belém - Pará

**Assunto:** Referente ao Parecer GERAC-COIND 2020/053, de 29/05/2020, acerca da anuência para venda do controle acionário da empresa **MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A.**

Senhor Superintendente,

Encaminhamos anexo, para conhecimento e manifestação dessa Superintendência, o Parecer GERAC-COIND 2020/053, de 29/05/2020, referente à solicitação da empresa **MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A.** aprovada pela Diretoria do Banco, acerca da anuência para venda do controle acionário.

Atenciosamente,

18/06/2020

X

Manoel Piedade Pereira da Silva
Gerente Executivo
Assinado por: 6089

DIREÇÃO GERAL: Av. Presidente Vargas, 800 - Belém / PA
CEP 66017-000 – Fone: (91)4008-3888 – Fax: (91)3223-5175
www.bancoamazonia.com.br presi@bancoamazonia.com.br

BANCO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA

| | |
|---|---|
| ORIGEM/GERÊNCIA: | **DICRE/GERAC** |
| DOCUMENTO(S): | PARECER GERAC-COIND 2020/053, DE 29.05.2020 |
| AGÊNCIA(S): | MANAUS CENTRO (AM) |
| CLIENTE(S): | MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A |
| ASSUNTO: | **ANUÊNCIA PARA VENDA DO CONTROLE ACIONÁRIO** |

4.528ª REUNIÃO (ORDINÁRIA) - DATA: 16.06.2020 - PAUTA Nº 2020/052
ASSUNTO Nº 04

**DECISÃO DA DIRETORIA**

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., em reunião realizada nesta data, resolveu APROVAR a proposição e o encaminhamento do Diretor de Crédito.

Belém (PA), 16 de junho de 2020.

BRUNA ELINE CAVALCANTE
Secretária

**BANCO DA AMAZÔNIA**

Diretoria de Crédito

| | |
|---|---|
| **ORIGEM:** | **GERAC** - GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITO |
| **DOCUMENTO:** | PARECER GERAC-COIND N° 2020/053, DE 29/05/2020 |
| **AGÊNCIA:** | MANAUS CENTRO – AM |
| **CLIENTE:** | MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A |
| **ASSUNTO:** | ANUÊNCIA PARA VENDA DO CONTROLE ACIONÁRIO |
| **ALÇADA:** | DIREX – ALÇADAS ME – 2.3.1.1 |

## DESPACHO DO DIRETOR DA DICRE

**"De Acordo"** com o pedido de **Anuência para a venda do Controle acionário da empresa MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**, observado as condições expressas no ITEM 9 – CONCLUSÃO, do PARECER GERAC-COIND N° 2020/053, DE 29/05/2020, observada a manifestação do Comitê de Crédito da Direção Geral - CCDG a as normas regulamentares aplicáveis.

À DIREX,

Belém (PA), 15/06/2020.

Assinatura inválida

X

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor de Crédito
Assinado por: 6843

**BANCO DA AMAZÔNIA**

| COMITÊ DE CRÉDITO DA DIREÇÃO GERAL – CCDG | |
|---|---|
| **ORIGEM** | **GERAC** |
| **DOCUMENTO** | **PARECER GERAC/COIND 2020/053 de 29/05/2020** |
| **AGÊNCIA** | **MANAUS CENTRO** |
| **CLIENTE** | **MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A** |
| **ASSUNTO** | **ANUÊNCIA PARA VENDA DO CONTROLE ACIONÁRIO** |
| **ALÇADA** | **DIREX** |
| **Assunto nº 03 da Ata da reunião do CCDG 2020/045 de 09/06/2020** | |

**DECISÃO DO COMITÊ DE CRÉDITO DA DIREÇÃO GERAL – CCDG**

Considerando o despacho e encaminhamento do Gerente da GERAC, com suporte na análise técnica, o CCDG em reunião realizada nesta data, por unanimidade votos, manifesta-se favorável a aprovação do pleito de **ANUÊNCIA** para venda do controle acionário da empresa **MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**, na forma do **PARECER GERAC/COIND 2020/053, de 29/05/2020.**

À DIREX
Em, 09/06/2020

Assinado de forma digital por 6210
DN: cn=6210, email=patricia.barbiero@bancoamazonia.com.br
Dados: 2020.06.11 16:31:00 -03'00'

**Patricia Barbiero**
GEACE
Coordenador(a) CCDG

**Membros Presentes:**

Assinado de forma digital por 6215
Dados: 2020.06.12 08:04:11 -03'00'

Carlos Henrique Garcia Marques
GERED

Assinado de forma digital por 6140
Dados: 2020.06.12 09:44:53 -03'00'

Giselle Bastos Alves
GERIS

Ana C F Sales
Assinado de forma digital
5718
2020-06-12 09:07:40

Ana Cristina Felício de Sales
GERAN (Interina)

Assinado de forma digital por 6089
Dados: 2020.06.11 20:33:42 -03'00'

Manoel Piedade P. da Silva
GERAC

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
Secretaria Executiva (SECRE)
Entrada. 15 JUN. 2020

**BANCO DA AMAZÔNIA**
**DICRE – DIRETORIA DE CRÉDITO**
**GERAC – GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITO**
**COIND - COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E LIBERAÇÃOES DE OPERAÇÕES NÃO RURAIS**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **PARECER** | **GERAC - COIND** | **Nº 2020 /** | **053** | **DATA:** | **29/05/2020** |
| **ASSUNTO:** | Anuência para venda do controle acionário. | | | | |
| **ALÇADA:** | **DIREX** | **ME – ALÇADAS:** | | **2.3.1.1** | |
| **COMUNICAR A DECISÃO À AG. MANUS – CENTRO -AM** | | | | | |

**DESPACHO**

De Acordo

Ao CCDG

Assinado de forma digital por 6089
Dados: 2020.06.05 14:32:09 -03'00'

## 1. IDENTIFICAÇÃO

| AGÊNCIA: Manaus- Centro - AM | | DATA: 29/05/2020 | SUPER: AM |
|---|---|---|---|
| **Cliente** | **CPF/CNPJ** | **Porte** | **Atividade** |
| MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A | 09.584.854/0001-37 | Grande | Energia |
| EVOLTZ PARTICIPACOES SA | 28.037.759/0001-68 | Micro | Assessoria em Gestão Empresarial de Participações societárias |

## 2. PROPOSIÇÃO / ENQUADRAMENTO

### 2.1. PROPOSTA DO CLIENTE / JUSTIFICATIVA

Recebemos da Empresa Manaus Transmissora de Energia S/A – MTE, através de e-mail em 05/05/2020, a correspondência Carta s/no., de 30/04/2020, para expor e solicitar anuência prévia para processo de troca de acionistas controladores e beneficiários do financiamento no Banco da Amazônia respectivamente de Evoltz Participações S/A[1] (50,50%) e Centrais Elétricas do Norte de Brasil S/A - ELETRONORTE (49,50%) para Evoltz Participações S/A (100%).

### 2.2. ENQUADRAMENTO NORMATIVO

## 3. INFORMAÇÕES CADASTRAIS

| Cliente | Matrícula | Data do Cadastro | Data da Vigência | Situação | PPE |
|---|---|---|---|---|---|
| MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A | 85406090 | 06/08/2009 | 30/04/2021 | Ativo | não |
| EVOLTZ PARTICIPACOES SA | 209341807 | 08/05/2018 | 02/06/2021 | Ativo | não |

### 3.1. ANOTAÇÕES CADASTRAIS RESTRITIVAS — DATA BASE: 29/05/2020

| Cliente | CADIN | SERASA | CIOB |
|---|---|---|---|
| MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A | Não | SIM (*) | Não |
| EVOLTZ PARTICIPACOES SA | Não | Não | Não |

(*) 06 registros de protestos nas praças de Belém e Manaus, totalizando R$11.291.780,05 (fonte: Consulta Amazoncad)

## 4. ANÁLISE DE RISCO PESSOA — FONTE: SISRISCO

| Cliente | Pontuação | Nível | Conceito | Vigência |
|---|---|---|---|---|

[1] **Evoltz Participações S/A** – anteriormente denominada Seville Transmission Assessoria em Investimento S.A., ato de mudança de nome empresarial devidamente registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro, em 27/06/2019, conforme anexo ao processo.

| PARECER | GERAC - COIND | Nº 2020 / | 053 | DATA: | 29/05/2020 |
|---|---|---|---|---|---|

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A | 8,35 | A | Baixo | 30/04/2021 |
| EVOLTZ PARTICIPACOES SA | | C | Amazonrisco | 02/06/2021 |

**5. ENDIVIDAMENTO (Empresa)** **FONTE: SCR** **DATA BASE:04/2020**

| Responsabilidade | Valor Normal (R$) | Valor Vencido (R$) | Valor Prejuizado (R$) | Valor total (R$) | Quantidade IF |
|---|---|---|---|---|---|
| Curto Prazo | 62.297.880,30 | 0,00 | 0,00 | 62.297.880,30 | 3 |
| Longo Prazo | 183.947.194,15 | 0,00 | 0,00 | 183.947.194,15 | |
| Créditos a Liberar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **Total (R$)** | **246.245.074,41** | **0,00** | **0,00** | **246.245.074,41** | |

EVOLTZ PARTICIPACOES SA: 7.859,98, sem registro de vencido na mesma data base.

**6. RESPONSABILIDADES**

**6.1. CRÉDITO DE FOMENTO** **DATA BASE: 29/05/2020**

| Nº Contrato | Data Emissão | Fonte de Recursos | Finalidade | Valor Contratado (R$) | Vencido desde | Venc. Próxima parcela | Vencimento Final |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 033-11/0034-7 | 30/06/2011 | FNO | Investimento Fixo | 250.000.000,00 | 0,00 | 10/06/2020 | 10/07/2031 |
| 033-11/0035-5 | 27/06/2011 | FDA | Investimento Fixo | 150.000.000,00 | 0,00 | 15/08/2020 | 15/02/2039 |

**Saldos – Crédito de Fomento** **BASE:** 29/05/2020

| Nº Contrato | Valor Vencido (R$) | Valor Vincendo (R$) | Saldo Devedor (R$) | Risco do Banco | PCLD (Base: 02/2020) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Valor (R$) | % |
| 033-11/0034-7 | 0,00 | 255.608.542,23 | 255.608.542,23 | AA | 0,00 | 0 |
| 033-11/0035-5 | 0,00 | 141.559.568,75 | 141.559.568,75 | AA | 0,00 | 0 |

Fonte: Caricredito

**7. Garantias – Crédito de Fomento**

| Nº Contrato | Garantia (descrição do bem, e no caso de hipoteca informar também a matrícula do imóvel) | Valor da Garantia (R$) | Margem Garantia Excedente | Relação Garantia / Saldo Devedor |
|---|---|---|---|---|
| FNO 033-11/0034-7<br>FDA 033-11/0030-6 | - Penhor sobre Direitos Emergentes e Crédito<br>- Penhor de Ações<br>- Fiança | R$ 1.104.559.620,00 | 148,11% | 278,11% |
| **TOTAL** | | **R$ 1.104.559.620,00** | | |

**Obs.:** Além das garantias acima, a dívida possui mecanismo de liquidez em seus contratos na forma de Conta Reserva. Conforme extratos (competência maio/2020) os valores em reserva são de R$ 37.713.787,18.

**8. MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA DA GERAC-COIND**

**8.1.** A empresa Manaus Transmissora de Energia S/A, celebrou contrato de financiamento com o Banco, cujo objetivo é a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional compreendido pelas linhas de transmissão e subestação de energia elétrica nos Estados do Pará e Amazonas, conforme abaixo:

a) LT ORIXIMINA- ITACOATIARA/SILVES – 500 KV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 Km, com origem na Subestação Oriximiná localizada no Estado do Pará, e término na Subestação Itacoatiara localizada do Amazonas. A denominação dessa Linha foi alterada para Linha de Transmissão Oriximiná – Sives.

b) LT ITACOATIARA- CARIRI/LECHUGA – 500 KV, circuito duplo, com estação aproximada de



Parecer PARECER GERAC-COIND 2020.053, DE 29.05.2020 (0260021) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 21

212 Km, com origem na Subestação Itacoatiara localizada no Estado do Amazonas, a denominação dela foi alterada para Silves, e término na Subestação Cariri, também localizada no Estado do Amazonas, que teve sua denominação alterada para Lechuga.

**8.2.** Os financiamentos necessários à implantação do projeto foram realizados através de um funding de bancos, sendo que o BASA entrou com as fontes de recursos do FDA em 19/07/2011, no valor de R$ 150.000.000,00 e através do FNO em 27/09/2011 no valor de R$ 250.000.000,00.

**8.3.** O projeto contou ainda com fontes do BNDES direto no valor de R$ 400.000.000,00 e Recursos Próprios de R$ 592.246.000,00, totalizando o montante de R$ 1.392.246.000,00, conforme proporção abaixo:

| FONTE RECURSOS | VALOR R$ |
|---|---|
| FDA | R$ 150.000.000,00 |
| FNO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL | R$ 250.000.000,00 |
| BNDES DIRETO | R$ 400.000.000,00 |
| RECURSOS PRÓPRIOS | R$ 592.246.000,00 |
| **TOTAL** | **R$ 1.392.246.000,00** |

**8.4.** As operações de alçada do Banco encontram-se adimplentes, o saldo devedor dessas operações, com base em 29/05/2020, no FNO é de R$ 255.608.542,23, e do FDA é de R$ 141.559.568,75, perfazendo o montante de R$ 397.168.110,98. O Relatório GEAFO/CPRIN 2015/123, de 20/05/2015, aprovado pela Diretoria Colegiada da SUDAM, em 15/09/2015, atestou a correta aplicação dos créditos, estando o projeto implantado e os recursos investidos apresentam regularidade financeira e contábil.

**8.5.** As garantias constituídas do projeto são as abaixo:

a) **Penhor da Cessão de Direitos Emergentes:** Os direitos emergentes do Contrato de Concessão n. 010/2008, firmados com a ANEEL, em 16/10/2008;

b) **Penhor de Ações:** A totalidade das ações emitidas por MTE – Manaus Transmissora de Energia S.A. pertencentes aos seus acionistas Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e Fundo Seville e Seville Transmission S/A;

c) **Penhor de Direitos Creditórios:** decorrentes do contrato de Concessão n. 010/2008, firmados com a ANEEL, em 16/10/2008, pelo prazo de 30 anos, o montante corresponde ao cálculo de RAP de 20 anos, que será reajustado anualmente, conforme Clausula Sexta – Receitas do Serviço de Transmissão, do respectivo Contrato de Concessão n. 010/2008, no valor total de R$ 1.104.559.620,00;



Parecer PARECER GERAC-COIND 2020.053, DE 29.05.2020 (0260021) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 22

d) **Conta Reserva**: como mitigador de risco, a Emitente se obriga a manter junto ao Banco da Amazônia durante todo o prazo de vigência deste contrato, a conta Bancária Reserva de acordo com as condições regidas na Escritura de Debêntures pactuada. Atualmente a conta reserva encontra-se com um saldo constituído na totalidade de R$ 37.446.555.28, conforme extratos emitidos pela agência Manaus- Centro – AM (base: 22/11/2019);

e) **Fidejussória:** Fiança Corporativa prestada pela Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e Fundo Seville Transmission S/A (atualmente EVOLTZ).

**8.6.** A atual Composição Acionária da empresa encontra-se conforme quadro abaixo:

| ACIONISTAS | PARTICIPAÇÃO % |
|---|---|
| Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS | 49,50 |
| Evoltz Participações S/A (Fundo Seville e SEVILLE Transmission S/A) | 50,50 |
| **TOTAL** | **100,00** |

**8.7.** Após a assunção do controle acionário, o quadro societário ficará conforme abaixo:

| ACIONISTAS | PARTICIPAÇÃO % |
|---|---|
| Evoltz Participações S/A (Fundo Seville e Seville Transmission S/A) | **100,00** |

**8.8.** Através da correspondência encaminhada ao Banco, a empresa comunicou que a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e a EVOLTZ (anteriormente denominada SEVILLE Transmission Assessoria em Investimentos S/A), celebraram o contrato de Compra e Venda de Ações que a ELETROBRAS detém da concessionária para EVOLTZ.

**8.9.** A mutuária relata que a alienação das ações decorreu do procedimento Competitivo de Alienação no. 01/2019, datado de 06/09/2019, e de acordo com os princípios e regras constantes no Decreto 9.188, de 01/11/2017, e demais diplomas legais aplicáveis. Que o fechamento da transação prevista no SPA está sujeito a certas condições suspensivas, dentre elas, a prévia aprovação do BASA, bem como as partes acordaram com a obrigação de se liberar as garantias outorgadas aos credores da Concessionária pela ELETROBRÁS e suas afiliadas.

**8.10.** A pretensa Assuntora EVOLTZ Participações S/A (antiga Seville) detém atualmente o controle acionário da Concessionária com a posse de 50,50% das ações, com a aquisição das ações pertencentes à ELETROBRÁS, ela será a única acionista da empresa, consolidando o controle já existente.

**8.11.** No que tange as garantias corporativas outorgadas pela ELETROBRÁS ao projeto, estas passarão a ser prestadas integralmente pela pretensa Assuntora, que já presta garantia corporativa



Parecer PARECER GERAC-COIND 2020.053, DE 29.05.2020 (0260021) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 23

pelas obrigações da Concessionária ao BASA, instituídas por ocasião da aquisição do controle acionário da Concessionária. Portanto, não haverá prejuízo ao Banco e a SUDAM em relação à constituição de garantias ao projeto.

**8.12.** A Evoltz Participações S/A substituiu a anteriormente denominada Seville Transmission Assessoria em Investimento S.A., o ato de mudança de nome empresarial foi devidamente registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro, em 27/06/2019, não havendo mudança no CNPJ, conforme documento anexo ao processo.

**8.13.** Conforme registrado no Balanço Patrimonial da empresa MTE, auditado externamente pela Ernst & Young, em 03/03/2020, com base em 31/12/2019, a mesma possui um Ativo total de R$ 1.917.861 milhões de reais, basicamente concentrados na conta Ativo de Contrato de Concessões (R$ 1.601.160 milhões de reais), Impostos de Renda e Contribuições Sociais Diferidos (R$ 196.169 milhares de reais), Caixa e Equivalentes de Caixa (R$ 46.930 milhares de reais) e Depósitos Vinculados (R$ 37.453 milhares de reais). O Passivo registrado na Demonstração Financeira da empresa totaliza R$ 1.917.861 milhões de reais, dividido em Passivo Circulante (R$ 159.056 milhares de reais), Passivo Não Circulante (R$ 742.649 milhares de Reais), onde consta nesses grupos os valores basicamente concentrados nas contas Empréstimos e Financiamentos (R$ 516.133 milhares de reais) e Debentures ( R$ 134.119 milhares de reais); e Patrimônio Líquido (R$ 1.016156 milhões de reais), sendo que este registra um Prejuízo Acumulado de R$ 239.177 de milhares de reais. A Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresenta um resultado do período positivo de R$ 74.894 milhares de reais.

**8.14.** Destarte, conforme sabido, como parte do processo de Recuperação Judicial do antigo acionista, Abengoa Concessões Brasil Holding S/A, houve leilão judicial para alienação da participação societária da MTE; tende sido proferida decisão de primeira instância adjudicando a proposta da Texas Pacific Group ("TGP"), por meio de sua afiliada Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A, em 18/12/2017.

**8.15.** Por conseguinte, em 30/05/2018, o TGP concluiu a aquisição dos sistemas de transmissão da Abengoa, que totalizam 3.561 Km, sendo 558 Km da MTE, pagando pelos empreendimento R$ 490,5 milhões após a aprovação da ANEEL, para a transferência da titularidade da participação nas linhas, com anuência do BNDES para substituição da acionista interveniente dos financiamentos relativos ao empreendimento, além do Banco da Amazônia e dos Debenturistas SUDAM, que homologou através da Resolução no. 130, de 22/05/2018.



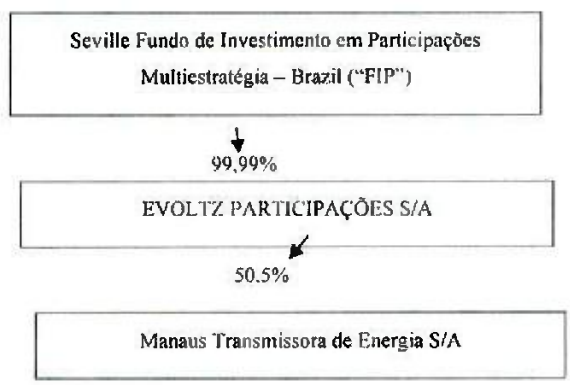
409

Parecer PARECER GERAC-COIND 2020.053, DE 29.05.2020 (0260021) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 24

**8.16.** Após a conclusão da aquisição das linhas de transmissão, a Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A (veículo utilizado pela TGP no Brasil), atual EVOLTZ Participações S/A., passou a deter 50,5% das ações ordinárias da MTE.

**8.17.** A pretensa Assuntora EVOLTZ (antiga Seville) é uma empresa privada constituída e domiciliada no Brasil, em 26/07/2017, a Cia. e suas controladoras, adquiridas em maio de 2018, tem como atividade fim o segmento de energia, principalmente na concessão de concessionarias de energia, de acordo com o seu Balanço Auditado pela Ernest Young, base 31/12/2018 encaminhado ao Banco.

**8.18. A EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A,** como já mencionado anteriormente substituiu a Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A, ficando o quadro acionário conforme abaixo:




**8.19.** Conforme registrado na Demonstração Financeira da pretensa Assuntora **EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A,** encaminhada ao Banco, auditada pela Ernst Young, com base em 31/12/2018, registrado no Consolidado, esta possui um ativo total de R$ 1.866.410 em milhares de reais, concentrado basicamente na conta Investimentos R$ 1.212.058 milhares de reais. O Passivo registrado na Demonstração Financeira totaliza R$ 1.866.410 em milhares de reais, dividido em Passivo Circulante (R$ 231.215 milhares de reais), Passivo Não Circulante (R$ 457.073 milhares de reais) e Patrimônio Líquido (R$ 1.178.122 milhares de reais). A DRE apresenta um resultado positivo de R$ 836.788,00 milhares de reais.

**8.20.** Em Balancete com data base de dezembro/2019 da pretensa Assuntora EVOLTZ, encaminhado ao Banco, registra-se um ativo total de R$ 1.752.854 em milhares de reais, concentrado basicamente na conta Investimentos R$ 1.660.508 milhares de reais. O Passivo registrado no Balancete totaliza R$ 1.656.392 em milhares de reais, dividido em Passivo Circulante (R$ 102.231 milhares de reais), Passivo Não Circulante (R$ 262.712 milhares de reais) e Patrimônio



Parecer PARECER GERAC-COIND 2020.053, DE 29.05.2020 (0260021) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 25

Líquido (R$ 1.291.447 milhares de reais). A DRE apresenta um resultado positivo do exercício de R$ 4.475.856,03 milhares de reais.

**8.21.** Ao analisarmos os números registrados nas Demonstrações Financeiras apresentadas pela pretensa Assuntora, podemos concluir que houve uma redução nas obrigações a curto e longo prazo e um aumento nos seus direitos, ou seja, a empresa vem em uma crescente dentro do mercado, equilatando suas despesas frente as receitas, o que fica evidenciado nas contas Investimentos e Patrimônio Liquido, bem como um superávit na conta Lucro Liquido do Exercício, que comparado de um ano para outro teve um aumento considerável (2018 - R$ 836.788,00 e 12/2019 - R$ 4.475.856,03).

**8.22.** A pretensa assuntora tem como controladora de 99,99% das suas ações o **Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Brazil ("FIP")** que esta constituída sob a forma de condomínio fechado e suas operações foram iniciadas em 28/02/2018 tem o prazo de duração de 12 anos, contados da data da integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo, previsto no Regulamento do Fundo.

**8.23.** O Fundo destina-se especificadamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, nos termos do artigo 9-B da Instrução CVM no. 539, observando os critérios do artigo 9-A, da retrocitada Instrução. A gestão da carteira do Fundo compete a Modal Administradora de Recursos Ltda. ("Gestora"), que realiza a administração do FIP em nome dos cotistas e representação perante terceiros.

**8.24.** O objetivo do Fundo é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de cotas de fundo de investimentos em participações, em cotas de fundos de ações – mercado de acesso, ações, debentures conversíveis ou simples, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas do setor de energia, e/ou outros ativos, de acordo com a politica de investimento do Fundo.

**8.25.** Importante ressaltar que, os investimentos em fundos realizados pela FIP, não são garantidos pela administradora ou por qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Não obstante, a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, ele esta sujeito às oscilações do mercado, podendo, inclusive, ocorrer perda de capital investido, estando os cotistas expostos à possibilidade de terem que aportar recursos nas situações em que o patrimônio liquida do Fundo se torne negativo, de acordo com as Demonstrações



Parecer PARECER GERAC-COIND 2020.053, DE 29.05.2020 (0260021) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 26

Contábeis do FIP apresentadas pela Cliente.

**8.26.** Conforme seu Balanço Patrimonial apresentado, com base em 31/12/2018, auditado pela PrincewarterhouseCoopers, a FIP possui um Ativo total de R$ 1.061.011 em milhares de reais, basicamente concentrado na conta Participações Societárias em Cia. de Capital Fechado – EVOLTZ, no valor de R$ 1.056.185 milhares de reais, o que corresponde a 99,55% sobre o patrimônio liquido da empresa, e um Patrimônio Liquido correspondente a R$ 1.060.949 milhares de reais, totalizando um Passivo de R$ 1.061.011 milhares de reais. A Cia possui um Resultado Líquido do Período Positivo de R$ 555.949 milhares de reais.

**8.27.** Em Balancete, não oficial ainda, datado de dezembro/2019 apresentado ao Banco pela FIP controladora da pretensa Assuntora EVOLTZ, encaminhado ao Banco, registra-se um ativo total de R$ 1.172.841 em milhares de reais, concentrado basicamente na conta Participações Societárias em Cia. de Capital Fechado - R$ 1.168.694 milhares de reais, e um Patrimônio Liquido correspondente a R$ 1.060.949 milhares de reais, totalizando um Passivo de R$ 1.061.017 milhares de reais. A Cia possui um Resultado Líquido do Período Positivo de R$ 667.773 milhares de reais.

**8.28.** Em uma análise comparativa os números registrados nas Demonstrações Financeiras apresentadas pela controladora FIP da pretensa Assuntora, podemos concluir que as obrigações a curto e longo prazo permaneceram estáveis de um período para o outro, e um discreto aumento nos seus direitos, ou seja, a empresa vem equalizando as suas despesas dentro de uma crescente financeira no mercado, o que fica evidenciado no superávit na conta Lucro Liquido do Exercício, que comparado de um ano para outro teve um aumento considerável (2018 - R$ 555.949 milhares de reais. e 12/2019 - R$ 667.773 milhares de reais).

**8.29.** O pleito da empresa encontra amparo no regulamento do FDA, Decreto no. 4.254/2002, em seu artigo 26, item V, conforme abaixo:

> *"Art. 26. Da escritura de emissão constará obrigatoriamente o seguinte:*
>
> *V – a mudança no quadro societário da empresa fica subordinada a previa aprovação pela ADA, ouvido o agente operador, e deve ser comprovada por meio de remessa dos arquivos mantidos no órgão de registro de comercio competente;"*

**8.30.** A solicitação do Cliente também é regulamentada na operação do FNO, na CCB 033-11/0034-7, Clausula 17º. – Clausulas Especiais, item K. , conforme abaixo:

***"CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CLAUSULAS ESPECIAIS***



Parecer PARECER GERAC-COIND 2020.053, DE 29.05.2020 (0260021) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 27

*k) o **EMITENTE** obriga-se a não transferir o controle de seu capital sem o prévio e expresso consentimento do Banco, por escrito;"*

**8.31.** Através da Carta 98/2020 – BNDES/DEE NE1, de 20/05/2020, o BNDES **manifestou-se favorável** ao pleito de alienação de participação acionária da MTE, no âmbito do seu contrato no. 11.2.0721.1, interpartes, condicionando a aprovação a obtenção de anuência prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do BASA, para a transferência de titularidade de ações da ELETROBRÁS para a EVOLTZ.

**8.32.** A proposta de alteração no quadro acionário da cliente **MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**, para 100% das ações e o consequente controle acionário pela **EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A**, deverá abarcar as todas as responsabilidades contratuais previstas em todos os instrumentos celebrados entre a financiada e a BANCO, abrangendo a transferência de todas as garantias listadas no item 8.5. deste Parecer, garantidoras da operação com recursos do FDA e FNO pactuadas com o Banco, permanecendo inalteradas as demais condições de contratação.

**8.33.** Destarte, acerca dos fatos exarados acima, a área técnica considera que o pleito da empresa **MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**, acerca da mudança do quadro societário e de todas as decorrentes implicações desta, para atender condições contratuais e a manutenção dos contratos da FDA e FNO, não trarão prejuízo às garantias do financiamento ao Banco e a SUDAM, haja vista, o pleito ter como escopo a injeção de novos investimentos no financiamento e, considerando que os projetos estão performados operando normalmente, por se tratar de empreendimento financiado na modalidade de "Project financie", o retorno do crédito repousa no fluxo de caixa do projeto que está transitando no Banco.

## 9. CONCLUSÃO

**9.1.** Sendo assim, diante do exarado acima, e considerando a anuência do **BNDES**, propõe-se o **DEFERIMENTO** do pleito da empresa, de alienação das ações dos atuais acionistas **CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A – ELETROBRÁS.** (49,50%) para **EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.** (100%), nos termos abaixo:

a) O pretenso Assuntor deverá assumir todas as obrigações decorrentes da alteração acionária, mediante o aditivo contratual as operações respectivas do FDA e FNO, bem como aos seus contratos acessórios garantidores da operação;

b) Exonerar a fiança corporativa prestada pela ELETROBRÁS, mediante assunção, pela



Parecer PARECER GERAC-COIND 2020.053, DE 29.05.2020 (0260021) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 28

EVOLTZ, da responsabilidade pela prestação da garantia fidejussória no percentual de 100% da dívida decorrente dos contratos de financiamentos do FDA e FNO;

c) Apresentação, a posteriori, dos atos registrados nos órgãos competentes referentes à transferência das ações, mediante ao envio da cópia digitalizada do Livro de Registro de Transferência de Ações do Cliente;

d) Os efeitos da autorização ficam condicionados suspensivamente à obtenção de anuência prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme exigências do BNDES;

**9.2.** O pleito deverá ser encaminhado a SUDAM para anuência prévia em relação ao contrato do FDA (033-11/0035-5);

**9.3.** Fica estabelecido que a anuência está sujeita ao pagamento de tarifa, conforme tabela vigente;

**9.4.** É como submetemos o assunto à decisão superior.

Mauro Bacelar Cruz
Coordenador GERAC/COIND

Cybelle B. Moraes
Analista mat.5649



Parecer PARECER GERAC-COIND 2020.053, DE 29.05.2020 (0260021) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 29

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

À Coodenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN.

1. Considerando o contido no e-mail (0260015) resposta do BASA, conforme juntada dos doc SEI nº 0260019 e 0260021;

2. Encaminham-se os autos para análise e demais providências.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Amaral Soares**, **Assessor**, em 22/06/2020, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0260024** e o código CRC **CCD086F2**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0260024

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À COORDENAÇÃO DE GESTÃO E ANÁLISE DE FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO E FINANCIAMENTO - CAF

.

1. Retorno os autos para continuidade da análise e manifestação.

Documento assinado eletronicamente por **Marta Maria Rocha de Matos**, **Coordenador-Geral**, em 23/06/2020, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0260408** e o código CRC **9648832F**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0260408

# RES: Informações complementares

**De :** Cybelle Barros Moraes <cybelle.moraes@bancoamazonia.com.br>

Sex, 03 de jul de 2020 12:54

4 anexos

**Assunto :** RES: Informações complementares

**Para :** roosevelt correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>, Manoel Piedade Pereira da Silva <manoel.pereira@bancoamazonia.com.br>

**Cc :** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>, alda.nunes <alda.nunes@sudam.gov.br>, Mauro Bacelar Cruz <mauro.cruz@bancoamazonia.com.br>

Prezado,

Boa tarde,

Seguem anexos, parte dos documentos solicitados e abaixo a resposta aos questionamentos.

O item 4 será encaminhado em breve.

1 - O que significa Amazonrisco?

R - É a ferramenta de avaliação do risco cliente adotada pelo Banco.

2 - Solicito o extrato da Conta Reserva; - Anexo.

3 - A constituição da Conta Reserva refere-se ao valor de 1 (uma) ou 2 (duas) parcelas de amortização?

- R - FDA 1 PMT

4 - Solicito o procedimento competitivo de alienação nº 01/2019, de 06/09/2019;

- R – Será encaminhado em breve.

5 - Solicito cópia da Carta 98/2020 - BNDES/DEE NE1, de 20/05/2020; - Anexo

6 - Já existe a anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da
ANEEL, para o pleito em análise?

- R – Até o presente momento, não temos o documento de anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da
ANEEL, para o pleito em análise, conforme descrito no Parecer GERAC-COIND 2020/053, estamos aguardando.

Att.,

CYBELLE B MORAES
GERAC COIND

---

**De:** roosevelt.correa@sudam.gov.br [mailto:roosevelt.correa@sudam.gov.br]
**Enviada em:** quinta-feira, 2 de julho de 2020 16:59
**Para:** Cybelle Barros Moraes; Manoel Piedade Pereira da Silva
**Cc:** marta.matos; alda.nunes
**Assunto:** Informações complementares

***** Atenção: esta mensagem é originária de fora do Banco da Amazônia. Por favor, fique atento antes de clicar em um link, abrir anexos ou responder. *****
Senhores,

Solicito as seguintes informações complementares e explicações acerca do
Parecer GERAC-COIND 2020/053:
- O que significa Amazonrisco?
- Solicito o extrato da Conta Reserva;

- A constituição da Conta Reserva refere-se ao valor de 1 (uma) ou 2 (duas) parcelas
de amortização?
- Solicito o procedimento competitivo de alienação nº 01/2019, de 06/09/2019;
- Solicito cópia da Carta 98/2020 - BNDES/DEE NE1, de 20/05/2020;
- Já existe a anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da
ANEEL, para o pleito em análise?

Respeitosamente,

José Roosevelt Araújo Corrêa Júnior
Economista
Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento-CAF
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento-CGFIN
roosevelt.correa@sudam.gov.br
(91) 4008-5606/(91) 98350-9898

---

**FIC.MTE.083.6579 - BASA.MAIO.2020.pdf**
42 KB

**FIC.MTE.083.6803 - BNDES.MAIO.2020.pdf**
42 KB

**FIC.MTE.083.6560 - OM.MAIO.2020.pdf**
42 KB

**Carta 2020 98 MTE Alienação de ações ELB x EVOLTZ (2).pdf**
2 MB

---

**De :** roosevelt correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br> Qui, 02 de jul de 2020 16:59

**Assunto :** Informações complementares

**Para :** cybelle moraes

<cybelle.moraes@bancoamazonia.com.br>, manoel pereira <manoel.pereira@bancoamazonia.com.br>

**Cc :** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>, alda.nunes <alda.nunes@sudam.gov.br>

Senhores,

Solicito as seguintes informações complementares e explicações acerca do
Parecer GERAC-COIND 2020/053:
- O que significa Amazonrisco?
- Solicito o extrato da Conta Reserva;
- A constituição da Conta Reserva refere-se ao valor de 1 (uma) ou 2 (duas) parcelas
de amortização?
- Solicito o procedimento competitivo de alienação nº 01/2019, de 06/09/2019;
- Solicito cópia da Carta 98/2020 - BNDES/DEE NE1, de 20/05/2020;
- Já existe a anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da
ANEEL, para o pleito em análise?

Respeitosamente,

José Roosevelt Araújo Corrêa Júnior
Economista
Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento-CAF
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento-CGFIN
roosevelt.correa@sudam.gov.br
(91) 4008-5606/(91) 98350-9898

Carta 98/2020- BNDES AE/DEENE1 Rio de Janeiro, 20 de maio de 2020.

À
**Manaus Transmissora de Energia S.A.(“MTE” ou “Cliente”)**
Av. Embaixador Abelardo Bueno, nº 199/sala 204
Jacarepaguá – RJ
CEP 22.775-022

A/C
Sr. João Pinheiro Nogueira Batista
Diretor Presidente

**Assunto: Alienação de participação acionária da MTE**

Prezado Senhor,

Em resposta ao seu pleito da Cliente e no âmbito do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0721.1 celebrado entre o BNDES e a Manaus Transmissora de Energia S.A., informamos que o BNDES resolveu:

(i) autorizar a alienação da totalidade das ações de emissão da Manaus Transmissora de Energia S.A. de titularidade da Eletrobras para a Evoltz Participações S.A., de modo que esta sociedade passe a deter a integralidade das ações do capital social da Cliente;

(ii) exonerar a fiança corporativa prestada pela Eletrobras, tendo em vista a alienação das ações de sua titularidade no capital social da MTE, mediante assunção, pela Evoltz, da responsabilidade pela prestação de garantia fidejussória no percentual de 100% da dívida decorrente do Contrato de Financiamento; e

(iii) conceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da efetiva transferência de titularidade das ações da MTE detidas pela Eletrobras à Evoltz para celebração dos aditivos aos Contratos de Financiamento e ao Contrato de Penhor de Ações, condicionando-se a celebração dos aditivos à prévia comprovação da transferência de ações indicada no item (i) acima, mediante o envio de cópia digitalizada do Livro de Registro de Transferência de Ações da Cliente.

Decidiu-se, ainda, que: a) os efeitos da autorização mencionada no item (i) acima sejam condicionados suspensivamente à obtenção de anuência prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, da Agência Nacional de Energia Elétrica e do Banco da Amazônia S.A. para a transferência de titularidade de ações da Eletrobras para Evoltz; e b) os efeitos da autorização mencionada no item (ii) acima sejam condicionados suspensivamente à produção plena de efeitos da autorização contida no item (i) acima.

Atenciosamente,

ALEXANDRE SICILIANO ESPOSITO:07356325705
Assinado de forma digital por ALEXANDRE SICILIANO ESPOSITO:07356325705
Dados: 2020.05.22 22:40:23 -03'00'

Alexandre Siciliano Esposito
Chefe de Departamento
AE/DEENE1

**Extrato Mensal de Fundo de Investimento**

Para simples verificação

| Nome da Agência | Código | Geração | Emissão |
|---|---|---|---|
| MANAUS-CENTRO | 33 | 01/06/2020 | 03/06/2020 |

| Fundo | CNPJ do Fundo | Início das Atividades do Fundos |
|---|---|---|
| FIC-PE - FIC AMAZÔNIA PERSONALIZADO RF LONGO PRAZ | 08.070.814/0001-04 | 06/08/2007 |

***Rentabilidade do Fundo***

| No Mês (%) | No Ano (%) | Nos Últimos 12 meses | Cotas em: 30/04/2020 | Cotas em: 29/05/2020 |
|---|---|---|---|---|
| 0,1115 | 0,8630 | 3,2038 | 2,7262842 | 2,7293237 |

***Administradora***

| Nome | Endereço | CNPJ da Administradora |
|---|---|---|
| **Caixa Econômica Federal** | **SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília - DF** | **00.360.305/0001-04** |

***Distribuidor***

| Nome | Endereço | CNPJ do Distribuidor |
|---|---|---|
| **Banco da Amazônia S.A.** | **Av. Presidente Vargas - 800 - Belém - PA** | **04.902.979/0001-44** |

**Cliente**

| Nome | CPF/CNPJ | Conta | Mês/Ano | Folha |
|---|---|---|---|---|
| MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA SA | 09.584.854/0001-37 | 083.656-0 | 05/2020 | 1 |

***Resumo da Movimentação***

| Histórico | Valor em R$ | Quantidade de Cotas |
|---|---|---|
| Saldo Anterior | 3.478.786,54 | 1.276.017,57306 |
| Aplicações | 0,00 | 0,00000 |
| Resgates | 0,00 | 0,00000 |
| Rendimentos Bruto no Mês | 3.878,46 | |
| IRRF | 5.741,69 | |
| IOF | 0,00 | |
| **Saldo Bruto *** | 3.476.923,31 | **1.273.913,86876** |

(*) Valor Sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

***Movimentação Detalhada***

| Data | Histórico | | Valor em R$ | Quantidade de Cotas |
|---|---|---|---|---|
| 30/04/2020 | | Saldo Inicial | 3.478.786,54 C | 1.276.017,57310 |
| 29/05/2020 | | RENDIMENTOS | 3.878,46 C | 0,00000 |
| 29/05/2020 | 1073 | IR Cfe.Regul. Vigente | 5.741,69 D | 2.103,70430 |
| | | | 3.476.923,31 | **1.273.913,86876** |

***Informações ao Cotista***

***Serviço de atendimento ao Cotista***

**Tele-Amazônia:**
**0800 091 3232**

**Endereço: Av. Presidente Vargas, 800 - 8º andar – Campina - Belém - PA - CEP 66017-000**
**Acesse o site do Banco da Amazônia S.A.: http://www.bancoamazonia.com.br**

**Extrato Mensal de Fundo de Investimento**

Para simples verificação

| Nome da Agência | Código | Geração | Emissão |
|---|---|---|---|
| MANAUS-CENTRO | 33 | 01/06/2020 | 03/06/2020 |

| Fundo | CNPJ do Fundo | Início das Atividades do Fundos |
|---|---|---|
| FIC-PE - FIC AMAZÔNIA PERSONALIZADO RF LONGO PRAZ | 08.070.814/0001-04 | 06/08/2007 |

***Rentabilidade do Fundo***

| No Mês (%) | No Ano (%) | Nos Últimos 12 meses | Cotas em: 30/04/2020 | Cotas em: 29/05/2020 |
|---|---|---|---|---|
| 0,1115 | 0,8630 | 3,2038 | 2,7262842 | 2,7293237 |

***Administradora***

| Nome | Endereço | CNPJ da Administradora |
|---|---|---|
| **Caixa Econômica Federal** | **SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília - DF** | **00.360.305/0001-04** |

***Distribuidor***

| Nome | Endereço | CNPJ do Distribuidor |
|---|---|---|
| **Banco da Amazônia S.A.** | **Av. Presidente Vargas - 800 - Belém - PA** | **04.902.979/0001-44** |

**Cliente**

| Nome | CPF/CNPJ | Conta | Mês/Ano | Folha |
|---|---|---|---|---|
| MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA SA | 09.584.854/0001-37 | 083.657-9 | 05/2020 | 1 |

***Resumo da Movimentação***

| Histórico | Valor em R$ | Quantidade de Cotas |
|---|---|---|
| Saldo Anterior | 20.001.125,74 | 7.336.405,26039 |
| Aplicações | 0,00 | 0,00000 |
| Resgates | 0,00 | 0,00000 |
| Rendimentos Bruto no Mês | 22.299,00 | |
| IRRF | 33.011,62 | |
| IOF | 0,00 | |
| **Saldo Bruto *** | 19.990.413,12 | **7.324.310,09557** |

(*) Valor Sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

***Movimentação Detalhada***

| Data | Histórico | | Valor em R$ | Quantidade de Cotas |
|---|---|---|---|---|
| 30/04/2020 | | Saldo Inicial | 20.001.125,74 C | 7.336.405,26040 |
| 29/05/2020 | | RENDIMENTOS | 22.299,00 C | 0,00000 |
| 29/05/2020 | 1074 | IR Cfe.Regul. Vigente | 33.011,62 D | 12.095,16480 |
| | | | 19.990.413,12 | **7.324.310,09557** |

***Informações ao Cotista***

***Serviço de atendimento ao Cotista***

**Tele-Amazônia:**
**0800 091 3232**

**Endereço: Av. Presidente Vargas, 800 - 8º andar – Campina - Belém - PA - CEP 66017-000**
**Acesse o site do Banco da Amazônia S.A.: http://www.bancoamazonia.com.br**

**Extrato Mensal de Fundo de Investimento**

Para simples verificação

| Nome da Agência | Código | Geração | Emissão |
|---|---|---|---|
| MANAUS-CENTRO | 33 | 01/06/2020 | 03/06/2020 |

| Fundo | CNPJ do Fundo | Início das Atividades do Fundos |
|---|---|---|
| FIC-PE - FIC AMAZÔNIA PERSONALIZADO RF LONGO PRAZ | 08.070.814/0001-04 | 06/08/2007 |

***Rentabilidade do Fundo***

| No Mês (%) | No Ano (%) | Nos Últimos 12 meses | Cotas em: 30/04/2020 | Cotas em: 29/05/2020 |
|---|---|---|---|---|
| 0,1115 | 0,8630 | 3,2038 | 2,7262842 | 2,7293237 |

***Administradora***

| Nome | Endereço | CNPJ da Administradora |
|---|---|---|
| **Caixa Econômica Federal** | **SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília - DF** | **00.360.305/0001-04** |

***Distribuidor***

| Nome | Endereço | CNPJ do Distribuidor |
|---|---|---|
| **Banco da Amazônia S.A.** | **Av. Presidente Vargas - 800 - Belém - PA** | **04.902.979/0001-44** |

**Cliente**

| Nome | CPF/CNPJ | Conta | Mês/Ano | Folha |
|---|---|---|---|---|
| MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA SA | 09.584.854/0001-37 | 083.680-3 | 05/2020 | 1 |

***Resumo da Movimentação***

| Histórico | Valor em R$ | Quantidade de Cotas |
|---|---|---|
| Saldo Anterior | 14.254.085,24 | 5.228.393,00829 |
| Aplicações | 0,00 | 0,00000 |
| Resgates | 0,00 | 0,00000 |
| Rendimentos Bruto no Mês | 15.891,70 | |
| IRRF | 23.526,19 | |
| IOF | 0,00 | |
| **Saldo Bruto *** | 14.246.450,75 | **5.219.773,22090** |

(*) Valor Sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

***Movimentação Detalhada***

| Data | Histórico | | Valor em R$ | Quantidade de Cotas |
|---|---|---|---|---|
| 30/04/2020 | | Saldo Inicial | 14.254.085,24 C | 5.228.393,00830 |
| 29/05/2020 | | RENDIMENTOS | 15.891,70 C | 0,00000 |
| 29/05/2020 | 1075 | IR Cfe.Regul. Vigente | 23.421,73 D | 8.581,51420 |
| 29/05/2020 | 1145 | IR Cfe.Regul. Vigente | 104,46 D | 38,27320 |
| | | | 14.246.450,75 | **5.219.773,22090** |

***Informações ao Cotista***

***Serviço de atendimento ao Cotista***

**Tele-Amazônia:**
**0800 091 3232**

**Endereço: Av. Presidente Vargas, 800 - 8º andar – Campina - Belém - PA - CEP 66017-000**
**Acesse o site do Banco da Amazônia S.A.: http://www.bancoamazonia.com.br**

## Resposta automática: DF Evoltz 2019 - assinada

**De :** Manoel Piedade Pereira da Silva <manoel.pereira@bancoamazonia.com.br> Ter, 14 de jul de 2020 10:15

**Assunto :** Resposta automática: DF Evoltz 2019 - assinada

**Para :** roosevelt correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>

Caríssimo (a) informo que estou ausente por motivo de férias. Retorno no dia 03 de agosto.

Gentileza enviar as mensagens para Mariney que estará me substituindo (mariney.silva@bancoamazonia.com.br).

---

**De :** roosevelt correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br> Ter, 14 de jul de 2020 10:15

**Assunto :** Re: DF Evoltz 2019 - assinada

**Para :** cybelle moraes <cybelle.moraes@bancoamazonia.com.br>

**Cc :** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>, manoel pereira <manoel.pereira@bancoamazonia.com.br>, Mauro Bacelar Cruz <mauro.cruz@bancoamazonia.com.br>, Mariney do Socorro

Demétrio da Silva
<mariney.silva@bancoamazonia.com.br>

Obrigado pelas informações Cybelle.

Att,

José Roosevelt Araújo Corrêa Júnior
Economista
Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento-CAF
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento-CGFIN
roosevelt.correa@sudam.gov.br
(91) 4008-5606/(91) 98350-9898

---

**De:** "cybelle moraes" <cybelle.moraes@bancoamazonia.com.br>
**Para:** "roosevelt.correa" <roosevelt.correa@sudam.gov.br>
**Cc:** "marta.matos" <marta.matos@sudam.gov.br>, "manoel pereira" <manoel.pereira@bancoamazonia.com.br>, "Mauro Bacelar Cruz" <mauro.cruz@bancoamazonia.com.br>, "Mariney do Socorro Demétrio da Silva" <mariney.silva@bancoamazonia.com.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 14 de julho de 2020 10:04:45
**Assunto:** ENC: DF Evoltz 2019 - assinada

Prezado Roosevelt,

Seguem anexos, as informações complementares acerca do processo de troca de controle acionaria da empresa MTE, conforme solicitado e especificado abaixo:

- O procedimento competitivo de alienação nº 01/2019, de 06/09/2019;
- Cópia da Carta 98/2020 - BNDES/DEE NE1, de 20/05/2020;
- Anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da ANEEL, para o pleito em análise.

Qualquer duvida estamos a disposição.

Att.,

CYBELLE B MORAES
GERAC COIND

---

**De :** Cybelle Barros Moraes <cybelle.moraes@bancoamazonia.com.br>

Ter, 14 de jul de 2020 10:04

4 anexos

**Assunto :** ENC: DF Evoltz 2019 - assinada

**Para :** roosevelt correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>

**Cc :** marta matos <marta.matos@sudam.gov.br>, Manoel Piedade Pereira da Silva <manoel.pereira@bancoamazonia.com.br>, Mauro Bacelar Cruz <mauro.cruz@bancoamazonia.com.br>, Mariney do Socorro Demétrio da Silva <mariney.silva@bancoamazonia.com.br>

Prezado Roosevelt,

Seguem anexos, as informações complementares acerca do processo de troca de controle acionaria da empresa MTE, conforme solicitado e especificado abaixo:

- O procedimento competitivo de alienação nº 01/2019, de 06/09/2019;

- Cópia da Carta 98/2020 - BNDES/DEE NE1, de 20/05/2020;
- Anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da ANEEL, para o pleito em análise.

Qualquer duvida estamos a disposição.

Att.,

CYBELLE B MORAES
GERAC COIND

---

**Carta 2020 98 MTE Alienação de ações ELB x EVOLTZ.pdf**
2 MB

**OF 175 Manaus.pdf**
191 KB

**MTE - Parecer Público.pdf**
686 KB

**EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf**
662 KB

---

Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

# EDITAL ELETROBRAS Nº 01/2019

## PROCEDIMENTO COMPETITIVO DE ALIENAÇÃO Nº 01/2019

**ALIENAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA ELETROBRAS E DE CONTROLADA EM SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO**

**06 de Setembro de 2019**

Versão 1.2

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 2

ÍNDICE

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS ..... 4

2. DEFINIÇÕES ..... 5

1. INFORMAÇÕES GERAIS ..... 13

2. COMISSÃO DE ALIENAÇÃO ..... 16

3. CRONOGRAMA ..... 19

4. SALA DE INFORMAÇÃO VIRTUAL (*DATA ROOM*) ..... 20

5. VISITA TÉCNICA ..... 20

6. CONSULTA AO EDITAL E ACESSO ÀS INFORMAÇÕES ..... 20

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO ..... 22

8. REPRESENTANTES CREDENCIADOS DOS PROPONENTES ..... 24

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO ..... 25

10. INSCRIÇÃO NO PROCEDIMENTO COMPETITIVO E QUALIFICAÇÃO DOS PROPONENTES ..... 26

13. VALOR DE REFERÊNCIA ..... 29

14. PROPOSTA ECONÔMICA FIRME ..... 29

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E NEGOCIAÇÃO ..... 31

16. QUALIFICAÇÃO - FASE II ..... 34

17. DIREITO DE PREFERÊNCIA E *TAG ALONG* ..... 34

*18* CONDIÇÃO DE *EARN-OUT* ..... 37



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 3

19 GARANTIA DE PROPOSTA .....38

20 OBRIGAÇÕES PRÉVIAS À ALIENAÇÃO.....41

21 FECHAMENTO E LIQUIDAÇÃO.....41

22 AJUSTES DO PREÇO DE VENDA DO ATIVO .....44

23 REVOGAÇÃO, ANULAÇÃO OU ADIAMENTO .....45

24 PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS .....46

25 FORO .....47

26 LISTA DE ANEXOS .....48

Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 4

## 1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Em alinhamento com o Plano Diretor de Novos Negócios, a Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) torna público, por meio do Edital Eletrobras nº 01/2019, os termos e condições da participação detida pela Vendedora em 39 SPEs, agrupadas em 6 lotes, descritos a seguir:

Lote 1 - Santa Vitória do Palmar Holding S.A.;
Lote 2 - Eólica Hermenegildo I S.A., Eólica Hermenegildo II S.A., Eólica Hermenegildo III S.A. e Eólica Chuí IX S.A.;
Lote 3 - Chapada do Piauí I Holding S.A.;
Lote 4 - Chapada do Piauí II Holding S.A.;
Lote 5 - Eólica Mangue Seco 2 Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.;
Lote 6 - Manaus transmissora de Energia S.A.

A presente alienação das ações será regida pelas regras previstas neste Edital e nos seus anexos, de acordo com os princípios e regras constantes no Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, e demais diplomas legais aplicáveis no presente caso.

As Participações Societárias serão alienadas pela Proposta mais vantajosa oferecida em lotes individuais. O critério de julgamento da melhor proposta levará em conta o valor ofertado, condições de pagamento e propostas de alterações da minuta do Contrato de Compra e Venda das Ações.

O Edital da presente Alienação, seus anexos, bem como as informações disponíveis sobre as Participações Societárias poderão ser obtidos, na Plataforma de Segurança e no *"teaser"* que serão disponibilizados no site da Eletrobras (www.eletrobras.com).

Os interessados deverão observar os prazos do Cronograma para apresentar solicitações de esclarecimento ao Edital. Com relação à participação dos Proponentes o mesmo se divide em 4 fases, como segue:

(1) Qualificação;
(2) Procedimento Competitivo e divulgação do resultado;
(3) Celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e
(4) Liquidação financeira.



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

## 2. DEFINIÇÕES

Para os fins do presente Edital, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as seguintes definições aplicam-se às respectivas expressões:

i. Acionista Externo: todos os acionistas de cada uma das sociedades empresárias a que se referem os Ativos objeto do presente Procedimento Competitivo de Alienação, exceto a Eletrobras e as suas Controladas incluídas no Plano Nacional de Desestatização (PND), além de Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul.

ii. ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica.

iii. ANEXO: cada um dos documentos apensos ao presente Edital.

iv. Administração: órgãos internos estatutários das Empresas Eletrobras com competência para se manifestarem ou deliberarem a respeito das matérias referidas neste Plano de Alienação de Ativos, quais sejam Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Comitês internos, conforme aplicável.

v. Ativo: participações acionárias detidas pela Vendedora nas SPE remanescentes do Leilão Eletrobras nº 01/2018, aglutinadas em Lotes conforme dispostos na Tabela 1 do item 1 deste Edital.

vi. Alienação: transferência total ou parcial de Ativos para o Comprador, em decorrência do presente Procedimento Competitivo de Alienação.

vii. Autoridade Governamental: o Governo da República Federativa do Brasil ou qualquer outra jurisdição ou qualquer subdivisão política do mesmo, inclusive federal, estadual ou municipal, qualquer autarquia, agência, secretaria ou órgão do Governo da República Federativa do Brasil ou de subdivisão do mesmo, incluindo o Ministério Público, a Polícia Federal, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, o Instituto Nacional do Seguro Social, o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, qualquer juízo ou tribunal, judicial, administrativo ou arbitral, qualquer entidade reguladora ou autorregulada.



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 -189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 6

viii. Autorizações Governamentais: qualquer consentimento, permissão, aprovação, renúncia ou autorização de qualquer Autoridade Governamental, bem como qualquer declaração, registro, notificação, transferência ou pedido perante qualquer Autoridade Governamental, relacionada aos desinvestimentos disciplinados por meio do Procedimento Específico Interno.

ix. CADE: Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

x. Coligadas: sociedades submetidas à influência significativa de outra sociedade, com poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la, havendo presunção de influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la.

xi. Comissão de Avaliação: comissão designada por Resolução da Diretoria Executiva da Vendedora como responsável pela avaliação econômico-financeira interna do ativo e por determinar seu Valor de Referência.

xii. Comissão de Alienação: comissão designada por Resolução da Diretoria Executiva da Vendedora como responsável pela condução do presente Procedimento Competitivo de Alienação conforme competências definidas no Decreto nº 9.188/2017, no Procedimento Específico Interno, no Plano de Alienação de Ativos e neste Edital.

xiii. Comprador: proponente vencedor cuja Proposta foi aprovada pela Administração da Vendedora para determinado Lote das SPE remanescente ou Acionista Externo que tenha exercido seu Direito de Preferência.

xiv. Condições Precedentes à Liquidação Integral: condições contratuais a serem cumpridas pelo Comprador e pela Vendedora, autorizativas da Liquidação Total, conforme especificado neste Edital e na Minuta de CCVA.

xv. Consórcio: grupo de Proponentes solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações decorrentes do presente Procedimento Competitivo de Alienação, para cujos fins se vinculam por meio de Termo de Compromisso de Constituição de sociedade empresária ou de fundo de investimento em participações (FIP), que deverá ser constituído nos termos



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 7

das Instruções CVM nº 391/03 e 409/04 para fins de formalização do CCVA com a Eletrobras.

xvi. Contrato de Compra e Venda de Ações ou CCVA: instrumento contratual a ser firmado entre a Vendedora e o Proponente formalizando a celebração do negócio jurídico da Alienação do Ativo, segundo condições e preço apresentados em Proposta Econômica Firme com as alterações acordadas durante a fase de Negociação.

xvii. Controlada: qualquer pessoa jurídica sobre a qual a Eletrobras exerça o controle societário, nos termos da Lei nº 13.303/2016, abrangendo, para fins deste Plano de Alienação de Ativos, as empresas Chesf, Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Santa Vitória do Palmar Holding, Eólica Hermenegildo I, Hermenegildo II, Hermenegildo III e Eólica Chuí IX.

xviii. Controladora: qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento que exerça controle sobre outra pessoa jurídica, entidade de previdência complementar ou fundo de investimento.

xix. Cronograma: previsão estabelecida sobre as datas dos principais eventos do presente Procedimento Competitivo de Alienação sujeita a alterações nos termos deste Edital.

xx. Data para Encaminhamento das Informações: data na qual deverão ser encaminhada por meio eletrônico as informações necessárias para participação na Consulta de Interesse, conforme o Cronograma da Cláusula 3 deste Edital.

xxi. Dia Útil: qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ou no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

xxii. Direito de Preferência: direito atribuído aos Acionistas Externos, conforme regulado nos acordos de acionistas celebrados no âmbito das sociedades objeto do Programa de Desinvestimento, de igualar qualquer oferta recebida pela Vendedora, observados os mesmos termos e condições, hipótese na qual os Acionistas Externos terão a preferência para aquisição



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 8

das ações objeto da oferta recebida pela Vendedora, tornando-se os Compradores do Ativo.

xxiii. DOU: Diário Oficial da União.

xxiv. Edital: é o presente Instrumento de Divulgação da Oportunidade e seus ANEXOS, que regerá o Procedimento Competitivo de Alienação 01/2019, em atendimento ao Decreto 9.188/2107, Art. 21.

xxv. Eletrobras (ou *Holding*)*:* sociedade por ações de economia mista e de capital aberto, constituída na forma da Lei nº 3.890-A/1961, cujo escritório central está localizado na Rua da Quitanda 196, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20091-005*.*

xxvi. Empresas Eletrobras: neste Edital deverá ser entendida como sendo a Eletrobras e/ou as suas Controladas, quando o sentido do texto requerer e, quando o texto se referir exclusivamente à Controlada, a grafia será "Controlada" e quando o texto se referir exclusivamente à Eletrobras a grafia será "Eletrobras".

xxvii. Fechamento: ato concomitante à Liquidação Total, depois de verificado o cumprimento das Condições Precedentes.

xxviii. Instrumento de Divulgação da Oportunidade ou Instrumento: é o presente Edital e todos seus ANEXOS que, em observância aos princípios da transparência, da impessoalidade e da isonomia, regulamenta as fases de Consulta de Interesse, solicitação de Propostas Econômicas Firmes, Negociação, Resultado e celebração do CCVA, no âmbito do presente Procedimento Competitivo de Alienação.

xxix. Laudo de valor justo (*Fairness Opinion*): opinião profissional, independente e imparcial, elaborada por instituição financeira especializada a respeito da justeza dos termos e das condições da Alienação, sob o ponto de vista econômico-financeiro[1].

[1]Decreto nº 9.188/2017, art. 20.



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evolta - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 9

xxx. Liquidação Parcial: pagamento tempestivo, integral e de forma não reembolsável da primeira parcela do Preço de Venda do Ativo para o qual o Proponente ofertou a Proposta Econômica Firme mais vantajosa, que deve ocorrer em até 3 (três) dias úteis contados da assinatura do CCVA.

xxxi. Liquidação Total: pagamento tempestivo e integral do Preço de Venda do Lote para o qual o Proponente ofertou a Proposta Econômica Firme mais vantajosa, mediante quitação da Segunda Parcela, em contrapartida à transferência de titularidade das ações mediante assinatura do respectivo livro de ações da SPE pelo Comprador e pela Vendedora. A Liquidação Total será operacionalizada de forma privada.

xxxii. Lote: cada conjunto de SPE cujas participações societárias detidas pela Vendedora constituem objeto do presente Procedimento Competitivo de Alienação, agrupadas conforme Tabela 1 da Cláusula 1 deste Edital.

xxxiii. Manual de Procedimentos: ANEXO 1 deste Edital contendo orientações e regras que serão adotados nos procedimentos previstos na fase de Consulta de Interesse.

xxxiv. Participações Societárias: bloco único e indivisível das ações de titularidade da Vendedora em cada SPE que integra o presente Edital.

xxxv. Negociação: fase do presente Procedimento Competitivo de Alienação na qual a Comissão de Alienação negociará com o(s) Proponente(s) melhor classificado(s), no sentido de obter condições melhores e mais vantajosas à Vendedora.

xxxvi. Plano de Alienação de Ativos: Plano de Alienação de Ativos em Sociedades de Propósito Específico – SPE versão 2.0, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes para o desinvestimento em participações societárias detidas pela Vendedora nas SPE remanescentes do Leilão Eletrobras nº 01/2018. Este documento serviu de base à elaboração do presente edital, sendo interno da Eletrobras, não sendo, portanto, divulgado.

xxxvii. Plataforma de Segurança: plataforma e software dedicados, especialmente desenvolvido pela empresa iDeals, no endereço https://www7.idealsvdr.com/v3/leilao/?ReturnUrl=https%3a%2f%2fwww7.idealsvdr.co



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

m%2fv3%2fleilao%2f%23%2fqa%3fpath%3d77821 para a comunicação e troca de informações criptografadas entre os Proponentes e a Eletrobras.

xxxviii. Preço de Venda do Ativo: equivalente ao valor da Proposta Econômica Firme apresentada pelo Proponente para a aquisição do Ativo, com as alterações acordadas com a Comissão de Alienação da Vendedora durante a fase de Negociação, que após as aprovações dos órgãos competentes da Vendedora, constará do CCVA, devendo ser liquidado na forma e nos prazos fixados neste Edital e no CCVA.

xxxix. Procedimento Competitivo de Alienação: é o presente procedimento de Alienação de Ativos conduzido pela Vendedora por meio de sistema eletrônico, em conformidade com os normativos internos da Eletrobras relacionados ao cumprimento do Decreto nº 9.188/2017 e com este Edital, abrangendo as fases de preparação, consulta de interesse, solicitação de propostas firmes, negociação, resultado e celebração do CCVA.

xl. Procedimento Específico Interno: Procedimento Específico Interno de Apoio ao Desinvestimento em Participações Societárias – Decreto nº 9.188/2017, versão 1.0, amparado no artigo 3º, VI do Decreto nº 9.188/2017[2], ao qual a Eletrobras aderiu em 28/03/2019, conforme RES-096/2019, de 25/05/2019 e DEL 039/2019, de 28/03/2019. Este documento serviu de base à elaboração do presente edital, sendo interno da Eletrobras e não será divulgado.

xli. Proponente: pessoa jurídica, fundo de investimento em participação ou entidade de previdência complementar que, isoladamente ou em consórcio, tenham interesse em participar do presente Procedimento Competitivo de Alienação mediante inscrição na Consulta de Interesse, conforme regras divulgadas neste Edital.

xlii. Proposta Econômica Firme: proposta irrevogável, irretratável e vinculante apresentada pelo Proponente em atendimento à solicitação formal encaminhada pela Comissão de Alienação, que deverá conter a indicação do valor em Reais com até 2 (duas) casas decimais para a aquisição do Ativo conforme regras e condições apresentadas pela Vendedora, incluindo,

[2] Decreto nº 9.188/2017, art 3º VI.



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Eydtz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 11

sem se limitar, forma, modo e local de pagamento e observância aos requisitos para o exercício do direito de preferência, caso aplicável.

xliii. Qualificação: análise da Comissão de Alienação a propósito da documentação dos Proponentes, realizada em duas fases segundo critérios divulgados neste Edital; na Qualificação Fase I será analisada a regularidade da representação dos Proponentes que se inscreveram na Consulta de Interesse e o preenchimento dos questionários solicitados; na Qualificação - Fase II, após a fase de negociação com o Proponente melhor classificado, será entregue e analisada a documentação apenas deste.

xliv. Representantes Credenciados: pessoas autorizadas a representar a(s) Proponente(s) em todos os documentos relacionados ao presente Procedimento Competitivo de Alienação e a praticar atos junto à Comissão de Alienação.

xlv. SPE: modelo de organização empresarial pelo qual se constitui uma nova empresa, limitada ou sociedade anônima, com o objetivo específico do exercício de uma atividade econômica nas áreas de transmissão ou de geração de energia elétrica, cujos direitos e obrigações estão regidos nos respectivos contratos de concessão ou de autorização celebrados com o Poder Concedente.

xlvi. SELIC: taxa divulgada pelo Banco Central do Brasil, na base de 252 dias úteis.

xlvii. Site da Eletrobras: endereço eletrônico www.eletrobras.com.

xlviii. *Tag along*: direito de venda conjunta, conferido aos acionistas ou determinados acionistas de uma sociedade, por meio de previsão no Estatuto Social ou em acordo de acionistas, ou ainda, conforme previsão legal, em caso de Alienação de controle de companhia aberta, que lhes garante o direito de aderir à oferta apresentada por terceiro a um acionista, controlador ou não, conforme o caso, permitindo-lhes alienar sua participação a este terceiro adquirente. Os termos e condições para o exercício do direito de T*ag Along* e a extensão da oferta pelo terceiro adquirente são regulados nos próprios Estatutos Sociais ou acordos de acionistas de cada companhia.



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evolutz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

xlix. Valor de Referência: é o valor ou intervalo de valores expresso em Reais e aprovado pela instância competente da Vendedora, conforme a Política de Alçadas das Empresas Eletrobras, a partir da modelagem de avaliação econômico-financeira de cada sociedade.

l. Vendedora: Eletrobras e/ou suas Controladas, conforme aplicável e, nas situações expressamente especificadas neste Edital, cada uma isoladamente.

Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação, as definições deste Edital serão igualmente aplicadas em suas formas singular e plural ou gêneros masculino e feminino.

Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

Constitui objeto deste Edital Eletrobras nº 01/2019, a Alienação das Participações Societárias de titularidade da Eletrobras nas SPEs listadas na Tabela 1, a seguir, nos termos, prazos e condições especificados neste Edital e no Contrato de Compra e Venda de Ações - CCVA, todas em operação comercial.

**1.1** A alienação da participação societária da Brave Winds na Santa Vitória do Palmar, ofertada no Lote 1 (um), será operacionalizada pela Eletrobras mediante termo de compromisso na qual a Eletrobras foi mandatada para conduzir a alienação.

**1.2** Este Edital rege-se pelo Decreto 9.188/17, publicado em 01/11/2017 e pelo Procedimento Específico Interno de Apoio ao Desinvestimento em Participações Societárias – Decreto nº 9.188/2017, versão 1.0, sem prejuízo de outras normas aplicáveis, conforme sejam invocadas neste Edital.

**1.3** As informações referentes aos atos e procedimentos previstos neste Edital serão divulgadas no endereço eletrônico indicado pela Eletrobras, cujo extrato será publicado no DOU.

**1.3.1** As informações, dados e os documentos técnicos e financeiros relacionados às SPEs que serão alienadas encontram-se disponibilizadas na Sala de Informação Virtual (*Data Room*) conforme o Cronograma, cujo acesso se dará na forma prevista na Cláusula 0 deste Edital.

**1.4** O Comprador, obrigatoriamente, de forma irretratável e irrevogável, deverá aderir ao Acordo de Acionista da SPE, quando houver, ficando a partir do Fechamento da operação de compra e venda responsável por todos os direitos e obrigações estabelecidos neste Acordo. Os Acordos de Acionistas das SPE encontram-se disponíveis para consulta no *Data Room*.

**1.5** O Proponente, obrigatoriamente, de forma irretratável e irrevogável, deverá honrar a sua Proposta Econômica Firme nas condições ofertadas, sob pena da execução da Garantia de Proposta tratada na Cláusula 19 deste Edital.

**1.6** A venda de determinado Lote só terá efeito vinculante à Eletrobras após a deliberação do Conselho de Administração ou Assembleia de Acionistas, caso a Eletrobras detenha o controle do ativo.

**1.7** Não caberá ao Proponente vencedor do certame qualquer indenização ou ressarcimento na hipótese do Conselho de Administração ou Assembleia de Acionistas não aprovar a alienação do Lote no qual o Proponente apresentou a proposta mais vantajosa.

**1.8** De forma semelhante, não caberá qualquer indenização ou ressarcimento



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

caso os órgãos de controle externo estabeleçam quaisquer procedimentos que impeçam a Eletrobras de concretizar a operação.

**1.9** A critério da Eletrobras, a Alienação de cada um dos Lotes poderá se constituir num negócio jurídico separado e independente da Alienação associada aos demais Lotes.

**1.9.1** Eventuais incidentes que possam ocorrer durante o presente Procedimento Competitivo de Alienação e que impeçam a disputa de qualquer Lote não prejudicarão o prosseguimento com relação aos demais Lotes até a Liquidação Total em relação a estes.

**1.9.2** Eventual incidente que possa ocorrer ao longo do presente Procedimento Competitivo de Alienação e que impeçam a conclusão da operação em relação a uma SPE específica não prejudicará o curso normal do negócio em relação às demais SPE que compõem o Lote em questão, cujos procedimentos prosseguirão até a Liquidação Total em relação a estas.

**1.10** A Vendedora, como atual acionista da SPE, envidará os melhores esforços para garantir a efetiva observância da gestão financeira e a condução normal dos negócios da SPE, no que lhe couber, até o Fechamento, sempre atuando dentro dos melhores princípios de finanças.

Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

Tabela 1 - Relação das SPE ofertadas

| Lote | SPE | Sócio | Participação Societária Ofertada | Nº SPEs | UF |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Santa Vitória do Palmar Holding S.A. | Brave Winds | 100,00% | 18 | RS |
| 2 | Eólica Hermenegildo I S.A. | Renobrax | 99,99% | 1 | RS |
| | Eólica Hermenegildo II S.A. | | 99,99% | 1 | |
| | Eólica Hermenegildo III S.A. | | 99,99% | 1 | |
| | Eólica Chuí IX S.A. | | 99,99% | 1 | |
| 3 | Chapada do Piauí I Holding S.A | Contour Global | 49,00% | 8 | PI |
| 4 | Chapada do Piauí II Holding S.A. | Contour Global | 49,00% | 7 | PI |
| 5 | Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. | Petrobras | 49,00% | 1 | RN |
| 6 | Manaus Transmissora de Energia S.A. (MTE) S.A. | Evoltz | 49,50% | 1 | AM/PA |

**1.11** A Eletrobras celebrou com a Brave Winds Geradora S.A., acionista indireta da SPE Santa Vitória do Palmar Holding S.A., cuja participação é detida por meio do Acionista Externo Brasil Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Termo de Compromisso de Venda conjunta, por meio do qual o Acionista Externo renunciou antecipadamente seu Direito de Preferência e autorizou a inclusão da participação societária por ele detida na referida SPE no Lote 1, desde que a oferta do Proponente seja superior ao preço mínimo estabelecido no termo mencionado.

**1.11.1** A totalidade das ações detidas pela Eletrobras e pelo Acionista Externo deverá ser alienada pelo mesmo preço e em prazo e forma de pagamento idêntico.

**1.11.2** A participação do Acionista Externo na SPE será alienada nos mesmos e exatos termos e condições deste Edital, bem como o



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 16

Contrato de Compra e Venda a ser celebrado entre Comprador e a Vendedora, devendo o Acionista Externo seguir o modelo da minuta do ANEXO 16 - CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES - CCVA, adaptável exclusivamente pela Vendedora e pela Compradora conforme as particularidades aplicáveis a cada SPE.

**1.11.3** O Proponente vencedor que vier a adquirir tal participação deverá celebrar o Contrato de Compra e Venda com as Vendedoras preferencialmente em conjunto.

**1.11.4** A Eletrobras e o Acionista Externo não terão, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária entre si por qualquer obrigação decorrente deste Procedimento Competitivo de Alienação ou do Contrato de Compra e Venda, estando cada um responsável apenas pelo cumprimento deste Edital e do Contrato de Compra e Venda - CCVA no que diz respeito à sua parcela do capital social da SPE que está sendo alienada.

**1.11.5** Considerando que a Alienação das Participações Societárias da Eletrobras e do Acionista Externo será realizada por meio de um único Procedimento Competitivo de Alienação e observando integralmente as regras deste Edital, de modo que a impossibilidade da Liquidação ou conclusão de uma não prejudicará a Liquidação Total e conclusão da outra.

## 2. COMISSÃO DE ALIENAÇÃO

**2.1** O presente Procedimento Competitivo de Alienação será conduzido pela Comissão de Alienação, que será responsável por todos os atos necessários à sua realização, cabendo todas as decisões relativas a este Edital e às alienações única e exclusivamente à Eletrobras.

**2.2** A Comissão de Alienação poderá solicitar o auxílio de outros órgãos da Eletrobras e suas Controladas ou assessores que não a integrem, sendo certo, entretanto, que essa atuação se limitará ao presente Edital Eletrobras nº 01/2019.

**2.3** Além das atribuições, competências e prerrogativas estabelecidas no Decreto nº 9.188/2017, a Comissão de Alienação poderá:

**2.3.1** Solicitar aos Proponentes, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por eles apresentados;

**2.3.2** Sanear falhas de caráter formal ao presente Procedimento Competitivo;

**2.3.3** Promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evotz - 27/09/2019 10:18:42 - 189.125.154.215

instrução do Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019;

**2.3.4** Alterar os prazos de que trata este Edital, em caso de interesse público, caso fortuito ou de força maior; e

**2.3.5** Propor, para deliberação da Diretoria Executiva da Eletrobras, a execução da Garantia de Proposta prevista na Cláusula 19 deste Edital.

**2.4** Qualquer alteração neste Edital será comunicada no site da Eletrobras ou nos demais meios eletrônicos utilizados para divulgação do Edital.

**2.4.1** Alterações no Edital que importem a modificação material da formulação de Proposta Econômica Firme ou das regras de Qualificação implicam renovação do prazo de publicidade deste Edital, nos termos do Art. 11 do Decreto 9.188/17.

**2.4.2** Alterações do objeto deste Edital ensejarão a repetição do presente Procedimento Competitivo de Alienação 01/2019 desde a fase de divulgação da Consulta de Interesse, nos termos do Art. 10 do Decreto 9.188/2017.

**2.4.3** Alterações de condições relevantes da Alienação objeto deste Edital que ocorrerem após encerradas cada etapa, demandarão repetição apenas desta etapa, nos termos do parágrafo único do Art. 10 do Decreto 9.188/2017.

**2.5** A recusa em fornecer esclarecimentos e documentos e em cumprir as exigências da Comissão de Alienação, nos prazos por determinados e de acordo com os termos deste Edital, ensejará a desclassificação ou a desqualificação da Proponente, sem prejuízo da execução da Garantia de Proposta prevista na Cláusula 19, caso se esteja diante de situação passível de ser equiparada à recursa em celebrar o CCVA.

**2.6** Toda a comunicação do Proponente qualificado na Fase I com a Comissão de Alienação será realizada exclusivamente por meio eletrônico através da **Plataforma de Segurança** e seguindo o seguinte protocolo:

**2.6.1** Primeiro acesso do representante do Proponente.

i. Encaminhar um e-mail de inscrição para o endereço eletrônico comissao_012019@eletrobras.com utilizando o seu *browser* de preferência, indicando os nomes, e-mails e telefones celulares dos representantes legais do Proponente;

ii. A Comissão de Alienação, a partir do e-mail recebido do Proponente, habilitará os representantes do Proponente para ter acesso à **Plataforma de Segurança**, enviando e-mail de confirmação da habilitação na **Plataforma de Segurança**;

iii. A partir deste momento todas as interações da Comissão de Alienação com os



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evidtz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

representantes legais do Proponente, e vice versa, se darão exclusivamente através da **Plataforma de Segurança**, não sendo considerado qualquer outra forma de comunicação.

**2.6.2** Cadastramento dos representantes do **Proponente na Plataforma** de Segurança.

i. Os representantes do Proponente devem entrar na **Plataforma de Segurança** no endereço eletrônico: https://www7.idealsvdr.com/v3/leilao/?ReturnUrl=https%3a%2f%2fwww7.idealsvdr.com%2fv3%2fleilao%2f%23%2fqa%3fpath%3d77821usando o browser Google Chrome, e registra-se no sistema seguindo o passo a passo deste site.

i. Os representantes do Proponente devem seguir o endereço enviado para o e-mail clicando no botão Ir para a Sala de Dados para se registrar no sistema usando o navegador Google Chrome e, após esse passo, podem entrar no sistema usando o endereço eletrônico: https://www7.idealsvdr.com/v3/leilao/?ReturnUrl=https%3a%2f%2fwww7.idealsvdr.com%2fv3%2fleilao%2f%23%2fqa%3fpath%3d77821

**2.6.3** Envio de documentos e acesso ao canal de Perguntas e Respostas.

i. O Proponente deverá encaminhar todas as documentação e solicitação de esclarecimentos ao Edital através desta **Plataforma de Segurança**;

ii. O acesso ao Data Room se dará somente através da **Plataforma de Segurança**;

iii. Para o canal de Perguntas e Respostas, o representante do Proponente utilizará o ícone Q&A localizado na barra superior da tela e fazer o log in e senha e inserir no campo adequado o *token* enviado diretamente para o celular por ele cadastrado. Neste campo o representante encaminhará a solicitação de esclarecimento à Comissão de Alienação. Para cada acesso do Proponente à **Plataforma de Segurança** será gerado um novo *token*.

iv. Para tal, o representante do Proponente realizará o login utilizando o e-mail e a senha e deverá inserir o código sms (*token*) enviado para o celular por ele cadastrado. A cada acesso será gerado um novo *token*.

**2.7** Toda a troca de comunicação com a Eletrobras será gravada, sendo rastreável (*paper trail*) para futura utilização da auditoria.

**2.8** A Comissão de Alienação está impedida de prestar qualquer tipo de esclarecimento ou informação aos Proponentes que não seja através da **Plataforma de Segurança**.

**2.9** O Proponente deverá evitar qualquer tipo de contato com o pessoal da Eletrobras envolvido no Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019.



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - EVoltz - 27/09/2019 10:18:42 - 189.125.154.215

## 3. CRONOGRAMA

| Evento | DESCRIÇÃO DO EVENTO | DATA |
|---|---|---|
| 1 | Data de publicação do extrato do Edital Eletrobras n.º 01/2019 no DOU e em jornais de grande circulação nacional | 29/07/2019 |
| 2 | Data de divulgação do *teaser* do Edital Eletrobras n.º 01/2019 e do modelo da carta solicitando a inscrição no Procedimento Competitivo de Alienação n.º 01/2019 | 30/07/2019 |
| 3 | Período para a inscrição dos proponentes interessados em participar no Procedimento Competitivo de Alienação n.º 01/2019 | 30/07/2019 a 12/08/2019 |
| 4 | Acesso ao Edital Eletrobras nº 01/2019 | 07/08/2019 a 30/10/2019 |
| 5 | Posicionamento das Unidades Organizacionais da Eletrobras sobre a Qualificação – Fase I dos Proponentes | 12/08/2019 |
| 6 | Ratificação da Qualificação - Fase I dos Proponentes | 19/08/2019 |
| 7 | Acesso ao *Data Room* | 12/08/2019 a 30/10/2019 |
| 8 | Período para agendamento das visitas técnicas às instalações listadas no Edital Eletrobras n.º 01/2019 | 26/08/2019 a 09/09/2019 |
| 9 | Período para a realização das visitas técnicas às instalações | 09/09/2019 a 18/10/2019 |
| 10 | Período para solicitação de esclarecimentos (perguntas e respostas) ao Edital Eletrobras n.º 01/2019 | 07/08/2019 a 24/10/2019 |
| 11 | Data para envio da proposta econômica firme | 31/10/2019 |



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoiz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

## 4. SALA DE INFORMAÇÃO VIRTUAL (*DATA ROOM*)

**4.1** As informações disponíveis para a preparação da Proposta Econômica Firme são acessáveis por meio da Sala de Informação Virtual (*Data Room*) preparada especialmente pela Eletrobras na **Plataforma de Segurança**. Para ter acesso ao *Data Room* o Proponente deverá celebrar um Acordo de Confidencialidade, conforme o modelo do Anexo 15 deste Edital, disponibilizado na **Plataforma de Segurança**, e pagar a taxa de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), não reembolsável, à Eletrobras.

**4.2** O Proponente que já fez o pagamento da taxa de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) referente ao *Data Room* quando do Leilão Eletrobras nº 01/2018 está dispensado de fazê-la para o presente Procedimento Competitivo, bastando, para tal, apresentar o seu comprovante de pagamento.

**4.3** As empresas que por meio de suas afiliadas ou controladoras tiverem realizado o pagamento da taxa de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) referente ao *Data Room* quando do Leilão Eletrobras nº 01/2018 estão também dispensadas de pagamento para a participação no presente Procedimento Competitivo.

**4.4** É facultativo o acesso ao *Data Room* para o Proponente que deseja participar do Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019. Neste caso, o Proponente ficará isento do pagamento da taxa de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), bem como será de sua responsabilidade a obtenção de todas as informações necessárias para a preparação da sua Proposta Econômica. O agendamento de visita técnica (Cláusula 5) está condicionado ao pagamento da taxa anteriormente mencionada.

## 5. VISITA TÉCNICA

**5.1** Os Proponentes poderão realizar visita técnica às instalações das SPEs cujas Participações Societárias constituem o objeto deste Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019.

**5.2** Quando for o caso, as visitas serão acompanhadas pelo pessoal da Eletrobras ou de suas Controladas devendo ser agendadas conforme instruções a serem disponibilizadas neste Edital.

## 6. CONSULTA AO EDITAL E ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

**6.1** O presente Edital, seus anexos, bem como as informações julgadas pertinentes sobre as SPEs objeto do Procedimento Competitivo de Alienação



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

01/2019 deverão ser obtidos pelo meio eletrônico disponibilizado pela Eletrobras e/ou na Sala de Informação Virtual (*Data Room*), sendo aplicáveis à disponibilização destas informações as regras previstas neste Edital e em seus anexos.

**6.2** A Eletrobras não se responsabilizará pelo Edital, seus anexos e demais informações, estudos e projetos obtidos ou conhecidos de forma ou em local diverso do especificado neste Edital.

**6.3** A obtenção do Edital não será condição suficiente para participação no presente Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019, sendo imprescindível, para tanto, o conhecimento e aceitação, pelo Proponente, de todos os seus termos e condições, bem como a prática dos atos previstos neste Edital.

**6.4** O Proponente é responsável pelas análises diretas das condições das Participações Societárias e de todos os dados e informações sobre a forma e procedimentos necessários à conclusão da Alienação.

**6.5** O Proponente é responsável pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis a este Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019.

**6.6** O Proponente será o único e exclusivo responsável por todos e quaisquer custos e despesas incorridos na realização de seus estudos, visita técnica, avaliação econômico-financeira, investigações, levantamentos, projetos e investimentos relacionados ao presente Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019, não cabendo à Eletrobras efetuar qualquer tipo de reembolso.

**6.7** As informações fornecidas pela Eletrobras aos Proponentes, seus prepostos e assessores não poderão ser reproduzidas, divulgadas e utilizadas, de forma total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos neste Edital. A obtenção de toda a documentação e informações relacionadas às SPE está sujeita à prévia celebração de Acordo de Confidencialidade entre a Eletrobras e o Proponente interessado.

Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

## 7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**7.1.1** Poderão participar do Procedimento Competitivo de Alienação, isoladamente ou em Consórcio, as pessoas jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, entidades de previdência complementar e fundos de investimento que atendam aos requisitos deste Edital. O Proponente estrangeiro deverá apresentar juntamente com os documentos de Qualificação Fases I (descrito no item 11), a declaração de que, para participar do presente Procedimento Competitivo de Alienação 01/2019, submete-se à legislação da República Federativa do Brasil e que renuncia ao direito de realizar eventual reclamação por via diplomática, conforme ANEXO 12 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBMISSÃO À LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, anexo a este Edital.

**7.2** **Não poderão participar** do presente Procedimento Competitivo de Alienação:

**7.2.1** Pessoa jurídica declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública Federal ou pelo Tribunal de Contas da União;

**7.2.2** Pessoa jurídica impedida ou suspensa de participar de licitação ou de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal;

**7.2.3** Pessoa jurídica cujo dirigente ou responsável técnico, ou pessoas com as quais tenham relação de parentesco até o terceiro grau civil, seja ou tenha sido ocupante de cargo efetivo ou emprego na Eletrobras ou em qualquer empresa Controlada, ou ocupante(s) de cargo de direção, assessoramento superior ou assistência intermediária da União, nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data da publicação deste Edital;

**7.2.4** Pessoa jurídica que tenha participado da elaboração dos estudos, incluindo, sem se limitar, consultoria econômico-financeira ou assessoria para a Vendedora que, direta ou indiretamente, tenham servido de base para a estruturação do desinvestimento por meio do Edital Eletrobras 01/2018 e Edital Eletrobras 01/2019, bem como seus dirigentes e gerentes, controladores, acionistas titulares de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsáveis técnicos ou subcontratados, sociedades controladas direta ou indiretamente, fundo de investimento e/ou entidade de previdência complementar nos quais a pessoa jurídica possua mais que 5% (cinco por cento) do capital, ou seja, administrador/gestor e/ou da qual seja patrocinadora, conforme o caso.

**7.2.5** Pessoa jurídica que esteja, diretamente ou indiretamente, por meio de qualquer Coligada, sendo assessorada por qualquer consultor ou assessor financeiro que tenha sido contratado pela Vendedora para prestação de serviços que, direta ou indiretamente, tenham servido de base para a estruturação do Edital Eletrobras



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoluz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

no 01/2019[3];

**7.2.6** Pessoa jurídica condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei Federal nº 9.605/1998;

**7.2.7** Sociedades empresárias nas quais a Eletrobras ou das suas empresas Controladas possuam pelo menos um percentual de participação societária equivalente a 20% (vinte por cento) do Capital Social;

**7.2.8** Pessoa jurídica amparada por declaração com conteúdo falso ou imprecisa nos questionários disponibilizados irá incorrer em fraude às condições previstas neste edital e ensejará a sua não qualificação para a participação na Fase 2.

**7.2.9** A inscrição do Proponente na Consulta de Interesse implica pleno conhecimento do Edital, seus anexos, assim como do conteúdo dos acordos de acionistas das SPE de seu interesse.

**7.3** Caso o Proponente seja um Consórcio, as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras contidas neste Edital:

**7.3.1** Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências indicadas para a Qualificação nas Fases I e II.

**7.3.2** Não há limite de número de consorciados;

**7.3.3** O Proponente que participar de um Consórcio estará impedido de participar, isoladamente ou por meio de outro Consórcio, do Procedimento Competitivo de Alienação 01/2019 em relação a um mesmo Lote para o qual o Consórcio apresente Proposta Econômica Firme, ainda que por intermédio de suas controladoras, controladas, afiliadas ou pessoas jurídicas sujeitas a controle comum;

**7.3.4** Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de consorciados ou, ainda, a alteração nos percentuais de participação dos membros consorciados a partir da data da Proposta Econômica Firme até a Liquidação Total;

**7.3.5** No caso de Consórcio integrado por empresa estrangeira, a empresa-líder deste Consórcio deverá ser obrigatoriamente uma empresa brasileira;

**7.3.6** Na hipótese do Consórcio ser o Proponente vencedor, deverá constituir uma sociedade empresária ou um fundo de investimentos, observados os percentuais de participação de cada membro consorciado, a quem caberá celebrar o contrato de Compra e Venda com a Vendedora, caso não tenha havido o exercício do Direito de Preferência pelo Acionista Externo, e a qual passará a ser a responsável pelo cumprimento de todas as obrigações constantes do Edital e do

[3] Acórdão nº 1765/2018 – TCU-Plenário, item 9.1.2.5.



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 24

Contrato de Compra e Venda após sua constituição;

**7.3.7** Até a data da constituição da sociedade empresária ou do fundo de investimentos, indicada no item acima, as empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelos atos praticados e obrigações decorrentes deste Procedimento Competitivo de Alienação; e

**7.3.8** O disposto em 7.3.5 a 7.3.7 acima deverá constar do Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade Empresária ou de Fundo de Investimento, acompanhado de diagrama de controle societário.

## 8. REPRESENTANTES CREDENCIADOS DOS PROPONENTES

**8.1** Cada Proponente poderá ter até 2 (dois) Representantes Credenciados para praticar atos junto à Comissão de Alienação.

**8.2** Para o credenciamento junto à Comissão de Alienação, os Representantes deverão encaminhar cópia digitalizada e por meio eletrônico, os seguintes documentos para comprovação dos poderes:

**8.2.1** No caso de empresas brasileiras, instrumento de mandato que comprove poderes para praticar, em nome da Proponente, todos os atos referentes a este Procedimento Competitivo de Alienação 01/2019, nos moldes do modelo constante do ANEXO 14 - MODELO DE PROCURAÇÃO, anexo a este Edital, com firma reconhecida e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s) (conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou cartório competente).

**8.2.2** No caso de Consórcio, o instrumento de mandato mencionado acima deverá ser o próprio Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade Empresária ou Fundo de Investimento, acompanhado de documentos que comprovem os poderes de todos os signatários, conforme últimas alterações arquivadas nos registros empresariais ou cartórios competentes.

**8.2.3** No caso de empresa estrangeira, instrumento de mandato outorgado ao representante legal residente e domiciliado no Brasil, que comprove poderes para praticar, em nome do Proponente, todos os atos referentes a este Procedimento Competitivo de Alienação 01/2019 e com poderes expressos para receber citação e representar o Proponente administrativa e judicialmente, bem como fazer acordos e renunciar a direitos e, se for o caso, substabelecimento dos poderes apropriados para o(s) Representante(s) Credenciado(s), nos moldes do Modelo de Procuração anexo a este Edital, acompanhado de documentos que comprovem os poderes dos outorgantes, com a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) como verdadeira(s) por notário ou outra entidade de acordo com



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista Evaltz - 27/09/2019 19:18:42 -189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 25

a legislação aplicável aos documentos, conforme última alteração arquivada no registro empresarial, cartório competente ou exigência equivalente do país de origem. A documentação deverá ser apresentada acompanhada da tradução ao português realizada por tradutor público juramentado e com a confirmação de autenticidade emitida pela representação diplomática ou consular do Brasil no país de origem do documento, ou acompanhar aposição de apostila nos termos da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada em Haia, em 5 de outubro de 1961 e Decreto Federal 8.660 de 29 de janeiro de 2016.

**8.2.4** Todos os documentos deverão ser fornecidos de **forma eletrônica**, entretanto, quando e se solicitados, **excepcionalmente**, pela Comissão de Alienação, os Proponentes deverão entregar os documentos anteriormente mencionados em até 3 (três) vias separadas, em envelopes distintos com a identificação da via. Para efeito de atendimento as regras do Edital quando houver divergência entre as três vias, será considerada válida o conteúdo do envelope intitulado como sendo a primeira via. Os documentos deverão ser entregues pessoalmente em endereço a ser definido pela Comissão de Alienação.

**8.3** Os Representantes Credenciados deverão firmar todas as declarações e documentos referidos neste Edital.

**8.4** Cada Representante Credenciado somente poderá exercer a representação de 1 (um) único Proponente participando isoladamente ou de 1 (um) único Consórcio.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

**9.1** Toda a documentação enviada pelo Proponente para a sua inscrição, qualificação e a Proposta Econômica Firme serão necessariamente encaminhados somente por meio eletrônico ao endereço da Eletrobras ou através da **Plataforma de Segurança**, em atenção à Comissão de Alienação, na data indicada no Cronograma.

**9.2** Excepcionalmente, a Comissão de Alienação poderá solicitar o encaminhamento em meio físico os documentos do Proponente.

**9.3** A documentação a ser encaminhada por meio eletrônico com as informações legíveis, à Comissão de Alienação deverá ser idêntica àquelas originais em papel, sendo grupados em arquivos separados pelo seu tipo e conteúdo, com todas as folhas numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de ser mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que a numeração da última folha do último caderno reflita a



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evotz - 27/09/2019 10:18:42 - 189.125.154.215

quantidade total de folhas, não sendo permitidas emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**9.4** Na hipótese de divergência entre números e sua expressão por extenso, prevalecerá a forma por extenso.

**9.5** Exceto quando expressamente dispensado por este Edital, os documentos deverão ser apresentados conforme os modelos constantes neste Edital, quando houver.

**9.6** Eventuais defeitos formais na documentação poderão ser sanados de acordo com os termos deste Edital, em prazo razoável a ser estabelecido pela Comissão de Alienação conforme a natureza da ocorrência.

**9.7** Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverão observar as seguintes regras com relação ao idioma:

**9.7.1** Todos os documentos deverão ser apresentados em língua portuguesa e toda a documentação será compreendida e interpretada de acordo com o referido idioma;

**9.7.2** Excepcionalmente, no caso de documentos cuja via original seja redigida em língua estrangeira, estes somente serão considerados se devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado e com a confirmação de autenticidade emitida pela representação diplomática ou consular do Brasil no país de origem do documento, ou acompanhar aposição de apostila nos termos da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada em Haia, em 5 de outubro de 1961 e Decreto Federal 8.660 de 29 de janeiro de 2016.

**9.8** Não será admitido o encaminhamento dos documentos referentes a este Procedimento Competitivo de Alienação 01/2019 por qualquer outra via que não seja a eletrônica, exceto quando prévia e expressamente solicitado pela Comissão de Alienação.

**9.9** A prática de atos pelos Proponentes em cada etapa do Procedimento Competitivo de Alienação 01/2019 está sujeita à preclusão, sendo vedado o exercício de faculdades referentes a etapas já consumadas do Procedimento Competitivo de Alienação 01/2019, salvo nas hipóteses previstas neste Edital.

## 10. INSCRIÇÃO NO PROCEDIMENTO COMPETITIVO E QUALIFICAÇÃO DOS PROPONENTES

**10.1.** A inscrição no Processo Competitivo de Alienação nº 01/2019 das participações societárias em SPEs se dará pelo encaminhamento à Comissão de



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

Alienação da carta de inscrição do Proponente, conforme o modelo do ANEXO 2 deste Edital, juntamente com as declarações e documentos especificados neste Edital.

**10.2.** A Qualificação dos Proponentes será analisada em 2 (duas) fases distintas, conforme a seguir descritas:

**10.2.1** Qualificação – Fase I: Abrangendo todos os Proponentes que se inscreveram no processo competitivo de alienação das participações societárias e encaminharam a respectiva carta de inscrição, as declarações e os documentos especificados à Comissão de Alienação.

**10.2.2** Qualificação – Fase II: Abrangendo os somente os Proponentes cujo processo de negociação do Preço de Venda do Ativo com a Eletrobras atingir um valor para o Preço de Venda satisfatório para as partes.

## 11. QUALIFICAÇÃO – FASE I

**11.1.** Para efetivar a sua inscrição e participação no presente procedimento competitivo de alienação, os Proponentes deverão encaminhar à Eletrobras por via eletrônica, em atenção à Comissão de Alienação, para o endereço eletrônico comissao_012019@eletrobras.com, como requerido a seguir, os seguintes documentos necessários para a Qualificação – Fase I, devidamente assinados pelo seu Representante Credenciado:

**11.1.1** Carta solicitando o pedido de inscrição no Procedimento Competitivo de Alienação, conforme o ANEXO 2 - MODELO DE CARTA DE INSCRIÇÃO, disponível no endereço eletrônico divulgado pela Eletrobras, encaminhando para o endereço comissao_012019@eletrobras.com;

**11.1.2** ANEXO 10 - QUESTIONÁRIO PARA PARCEIROS DAS EMPRESAS ELETROBRAS EM DESINVESTIMENTOS devidamente preenchido pelo Proponente, disponível no endereço eletrônico divulgado pela Eletrobras, encaminhando para a comissao_012019@eletrobras.com;

**11.1.3** Declaração que atende os requisitos especificados no ANEXO 7 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DOS PROPONENTES E REQUISITOS APLICÁVEIS deste Edital, disponível no endereço eletrônico divulgado pela Eletrobras, encaminhando para a comissao_012019@eletrobras.com;

**11.1.4** Declaração que atende os requisitos para qualificação econômico-financeira especificadas no ANEXO 16 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA neste Edital; juntamente os respectivos modelos de declaração que constam nos ANEXOS 9 e 14, encaminhando para a comissao_012019@eletrobras.com.



Edital 01_2019 João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

**11.1.5** Documentação que comprove os poderes do Representante Credenciado para representar a Proponente no âmbito no Procedimento Competitivo de Alienação e para praticar atos junto à Comissão de Alienação, encaminhando para a comissao_012019@eletrobras.com.

**11.2.** Recebidos estes documentos pela Comissão de Alienação, os mesmos serão analisados pela Comissão e irão compor a Qualificação - Fase I do Proponente.

**11.3.** A Comissão de Alienação qualificará os Proponentes para a Fase I e submeterá a relação dos Proponentes qualificados e não qualificados à apreciação da Diretoria Executiva da Eletrobras.

**11.4.** Uma vez concluída a Qualificação - Fase I, a Comissão de Alienação notificará os Proponentes qualificados nesta Fase para fazerem o pagamento da taxa para o acesso ao *Data Room* no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo dispensado do pagamento dessa taxa aqueles que já o fizeram quando do Leilão Eletrobras nº 01/2018 e aqueles que optaram por não ter acesso ao *Data Room*, e encaminharem o Acordo de Confidencialidade assinado pelo seu representante legal à Comissão de Alienação. A partir deste momento toda a comunicação do Proponente qualificado com a Comissão de Alienação se fará utilizando **exclusivamente** a **Plataforma de Segurança**.

**11.5.** O Acordo de Confidencialidade disponibilizado pela Eletrobras no Anexo 15 deste Edital será estabelecido pela Eletrobras sem que o Proponente possa modificar seu conteúdo, respeitando, todavia, o Artigo 423 do Código Civil, o qual deverá ser assinado previamente ao acesso ao *Data Room* pelo Proponente.

**11.6.** O acesso às informações contidas no *Data Room* do Edital Eletrobras no 01/2019 bem como ao modelo do CCVA e demais anexos somente será disponibilizado para os Proponentes qualificados na Fase I e mediante a assinatura do Acordo de Confidencialidade.

## 12. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA FIRME

**12.1.** Todos os Proponentes inscritos e que foram qualificados na Fase I deverão encaminhar, conforme o Cronograma, por meio da **Plataforma de Segurança**, em atenção à Comissão de Alienação, os seguintes documentos:

**12.1.1** Proposta Econômica Firme, vinculante nas condições ofertadas para a compra da integralidade da participação societária em SPE que compõem o Lote, em Reais, considerando a data base de 31 de dezembro 2018, conforme o ANEXO 4 - MODELO DE PROPOSTA ECONÔMICA FIRME, em anexo neste Edital;

**12.1.2** Comentários e sugestões do Proponente à minuta do CCVA, disponibilizada no endereço eletrônico informado pela Eletrobras. Será facultado ao Proponente



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Ercutz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

propor alterações no modelo do CCVA anexo a este Edital, sujeitas a análise e aprovação da Eletrobras, exclusivamente para os seguintes temas:

- Preço de Venda do Ativo;
- Percentuais aplicáveis para o pagamento da primeira e da segunda parcela para a liquidação do Preço de Venda do Ativo;
- A condição de *Earn-Out*.

**12.1.3** As demais Cláusulas do CCVA não poderão ser alteradas pelo Proponente.

## 13. VALOR DE REFERÊNCIA

**13.1.** O Valor de Referência de cada Ativo calculado pela Eletrobras é sigiloso e não será divulgado para o mercado, nos termos do Decreto 9.188/17, art. 7º, §2º, sendo, no entanto, disponível para o Tribunal de Contas da União – TCU e para os demais órgãos de controle externo caso solicitado por estes.

**13.2.** O Valor de Referência foi calculado pela Eletrobras, seguindo premissas atualizadas e de mercado, não guardando qualquer relação com os valores de Preço Mínimo divulgados no edital do Leilão Eletrobrás nº. 01/2018, cuja sessão pública ocorreu em 27 de setembro 2018 nas instalações da B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão (SP).

**13.3.** A avaliação econômico-financeira dos Ativos foi calculada na data base de 31 de dezembro de 2018. O Proponente deverá considerar que a sua Proposta Econômica Firme também deverá estar referenciada para esta mesma data base.

## 14. PROPOSTA ECONÔMICA FIRME

**14.1.** O Proponente deverá encaminhar a sua Proposta Econômica Firme na data estabelecida no Cronograma deste Edital à Comissão de Alienação, por meio da **Plataforma de Segurança**, conforme o modelo do ANEXO 4 - MODELO DE PROPOSTA ECONÔMICA FIRME, juntamente com as declarações dos ANEXO 8 - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA e ANEXO 9 - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI ASSESSORADO POR ASSESSORES FINANCEIROS CONTRATADOS PELA ELETROBRAS PARA O PRESENTE PROCESSO COMPETITIVO DE ALIENAÇÃO, respectivamente.

**14.2.** O Proponente deverá considerar que a sua Proposta Econômica Firme para cada Lote do seu interesse já deverá incluir todo o ativo circulante e não circulante e todo passivo circulante e não circulante das SPEs que o integram, não estando sujeitos, em nenhuma medida, a qualquer ajuste decorrente de ativos ou passivos supervenientes de qualquer natureza, ainda que relacionados a fatos anteriores à divulgação deste Edital,



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Eroitz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

exceto para a SPE Chuí Holding cujo tratamento está regulado na Cláusula 14.3 abaixo. A classificação destes ativos e passivos segue a norma contábil brasileira bem como o plano de contas da ANEEL.

**14.3.** Especificamente com relação à SPE Chuí Holding objeto de alienação no Lote 1 (um), subsidiária integral da Santa Vitória do Palmar Holding, existe uma disputa judicial da SPE Chuí Holding com determinado fornecedor, que se encontra em processo de recuperação judicial, devidamente informada em suas demonstrações financeiras, cujo ativo contingente totaliza R$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões de reais), aproximadamente ("Ativo Contingente").

**14.3.1** Fica acordado que o percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor atribuído ao Ativo Contingente deverá ser pago pela Compradora à Vendedora, em moeda corrente nacional, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do seu recebimento pela SPE Chuí Holding na hipótese do seu recebimento ocorrer até 31 de dezembro de 2022, mediante transferência eletrônica de recursos imediatamente disponíveis para a conta bancária que vier a ser indicada oportunamente pela Vendedora à Compradora. O valor do Ativo Contingente devido à Vendedora nos termos desta Cláusula será líquido de (i) Tributos, (ii) Custos processuais e (iii) Honorários advocatícios devidos a advogados externos contratados pela SPE Chuí Holding, sendo que este último deverá ser apresentado pela Vendedora à aprovação da Compradora.

**14.4.** A Proposta Econômica Firme ofertada pelo Proponente deverá ser apresentada considerando a data base de 31 de dezembro 2018, sendo certo que o valor constante da Proposta Econômica Firme será atualizado com base nos mecanismos de ajuste do Preço de Compra descritos na Cláusula 22 abaixo.

**14.5.** Em sua Proposta Econômica Firme, o Proponente deverá observar o ANEXO 4 - MODELO DE PROPOSTA ECONÔMICA FIRME, anexo a este Edital de Divulgação, e indicar o valor de oferta, em Reais e em extenso, para a aquisição de determinado(s) Lote(s).

**14.6.** A Proposta Econômica Firme deverá ter validade e vigência pelo período de no mínimo 1 (um) ano contado da data do seu encaminhamento à Comissão de Alienação, conforme Cronograma deste Edital, prorrogável por igual período a critério das partes, e neste período, todas as suas condições deverão ser mantidas.

**14.7.** A Proposta Econômica Firme para determinado Lote constitui uma obrigação irrevogável e irretratável, com efeito vinculante nas condições ofertadas pelo Proponente, para a compra das Participações Societárias em SPE integrantes do referido Lote.



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Eydtz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 31

**14.8.** As Propostas Econômicas Firmes ofertadas pelo Proponente que não sejam inferiores a 90% (noventa por cento) da melhor Proposta Econômica serão objeto de Negociação com a Comissão de Alienação no sentido de maximizar o ganho para a Vendedora, juntamente com as eventuais sugestões encaminhadas pelo Proponente à minuta do CCVA anexa ao presente Edital.

## 15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E NEGOCIAÇÃO

**15.1.** A Comissão de Alienação selecionará os Proponentes qualificados nas Fases I e II e submeterá à apreciação da Diretoria Executiva o resultado desta qualificação.

**15.2.** A Comissão de Alienação selecionará para cada um dos Lotes as Propostas Econômicas Firmes mais vantajosas à Eletrobras cujos valores estão acima da linha de corte abaixo mencionada na Cláusula 15.3.3 abaixo, dando início às negociações bilaterais. Caso não haja mais de uma Proposta no intervalo citado anteriormente, a Comissão selecionará o Proponente que apresentou a única proposta.

**15.3.** A Negociação com o Proponente seguirá o seguinte roteiro:

**15.3.1.** Recebidas as Propostas Econômicas Firmes para determinado Lote, a Comissão de Alienação irá ordená-las sob a ótica financeira em ordem decrescente, da mais atrativa para a menos atrativa à *Holding*.

**15.3.2.** Uma vez selecionada a Proposta Econômica Firme mais vantajosa à *Holding*, a Comissão de Alienação analisará as eventuais sugestões apresentadas pelo Proponente para alteração da minuta do CCVA.

**15.3.3.** Caso sejam recebidas 2 (duas) ou mais Propostas Econômicas Firmes para um determinado Lote, a Comissão de Alienação estabelecerá uma linha de corte igual a 90% (noventa por cento) do valor da Proposta Econômica Firme mais vantajosa sob a ótica financeira para a Eletrobras. Todas as Propostas cujos valores forem iguais ou superiores àquele definido pela linha de corte seguirão neste Procedimento Competitivo de Alienação, simultaneamente e nas mesmas condições da Proposta Econômica Firme mais vantajosa, participando das próximas etapas do Procedimento Competitivo.

**15.3.4.** Uma vez selecionada a oferta mais vantajosa à Holding, a Comissão de Alienação negociará com o Proponente classificado que fez essa melhor oferta, no sentido de melhorá-la e obter condições mais vantajosas para a Eletrobras quanto aos aspectos econômico-financeiros e contratuais. Esta etapa de negociação será estendida para todos os



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 10:18:42 - 189.125.154.215

Proponentes cujos valores das respectivas Propostas são iguais ou superiores àquele estabelecido na linha de corte de 90%, ficando a cargo da Comissão de Alienação promover novas iterações entre todos os Proponentes acima da linha de corte no sentido de melhorem as suas Propostas Econômicas até que não haja qualquer alteração nas propostas submetidas.

**15.3.4.1.** Caso a Negociação com este Proponente atinja um Preço de Venda do Ativo satisfatório, a Comissão de Alienação solicitará que este envie a documentação de Qualificação - Fase II e fará a sua análise.

**15.3.4.2.** Caso a negociação com o Proponente melhor classificado sob a ótica financeira não chegue a um valor satisfatório em linha com o Valor de Referência, a Comissão de Alienação encerrará a negociação com este Proponente e convocará a segunda melhor Proposta classificada para negociação, e assim sucessivamente, no sentido de melhorá-la, obtendo condições mais vantajosas para a Eletrobras, até que sejam esgotadas todas as Propostas Econômicas Firmes recebidas pela *Holding* para aquele Lote.

**15.3.4.3.** Caso a negociação com todos os Proponentes que enviaram Proposta Econômica Firme para Alienação de um Ativo se esgote sem que haja um acordo com nenhum deles sobre o Preço de Venda do Ativo, o presente Procedimento Competitivo de Alienação do Ativo nº 01/2019 poderá ser declarado fracassado, após consulta prévia à da Diretoria Executiva da Eletrobras.

**15.3.5.** Depois de encerada com sucesso a negociação, a Comissão de Alienação solicitará que o Proponente encaminhe a documentação de Qualificação,– Fase II, por meio da **Plataforma de Segurança,** no prazo de 7 (sete) dias úteis e, uma vez analisada pela Comissão de Alienação a documentação recebida do Proponente e não havendo nenhum óbice, a Comissão, após aprovação da Diretoria Executiva da Eletrobras, convocará a assessoria externa para a emissão do laudo *Fairness Opinion* para atestar a justeza do Preço de Venda do Ativo negociado, após consulta a prévia à Diretoria Executiva da Eletrobras. Concomitantemente, este Proponente será instado a apresentar à Comissão de Alienação a sua Garantia de Proposta que trata a Cláusula 19– Garantia de Proposta deste Edital, a qual deverá estar válida ou



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Eroltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 33

sendo renovada periodicamente até a assinatura do respectivo CCVA e pagamento da primeira parcela.

**15.3.6.** Caso a Comissão de Alienação constate algum óbice na documentação de qualificação apresentada pelo Proponente, será dado um prazo de cura de 7 (sete) dias uteis para que este Proponente saneie o problema apontado pela Comissão de Alienação. O prazo de cura será prorrogável por mais 7 (sete) dias uteis a pedido do Proponente, desde que o faça até 2 (dois) dias úteis antes do prazo final;

**15.3.7.** Depois de decorrido o prazo de cura e não havendo uma solução satisfatória para o óbice na documentação apresentada pelo Proponente, a Comissão de Alienação considerará sua Proposta Econômica Firme eliminada e convocará a segunda Proposta Econômica Firme melhor classificada sob a ótica financeira, e assim sucessivamente, retornando à sequência de atos mencionados acima;

**15.3.7.1.** Caso ao final do presente Procedimento Competitivo de Alienação não haja um acordo sobre o Preço de Venda do Ativo com nenhum dos Proponentes ou persistam óbices na documentação recebida de todos os Proponentes, o presente Procedimento Competitivo de Alienação desse Lote será declarado fracassado, após manifestação prévia da Diretoria Executiva da Eletrobras;

**15.3.7.2.** Caso ao final do presente Procedimento Competitivo de Alienação haja um acordo sobre o Preço de Venda do Ativo, a Comissão de Alienação submeterá a Diretoria Executiva da Eletrobras, a melhor proposta para que esta delibere sobre a obtemperação da referida proposta à avaliação mediante laudo de *Fairness Opinion*;

**15.3.8.** Caso o laudo de *Fairness Opinion* ateste o Preço de Venda do Ativo, a Comissão de Alienação encaminhará o relatório final do presente Procedimento Competitivo de Alienação contendo, entre outros, seu resultado para deliberação pela Diretoria Executiva da Vendedora. Posteriormente este resultado será encaminhado ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral da Vendedora[4] para deliberação sobre a Alienação nos termos e nas condições propostos e negociados com o Proponente vencedor.

**15.3.9.** Caso o laudo de Laudo de Valor Justo não ateste o Preço de Venda do

[4] O art. 17, inciso I, do Estatuto Social da Eletrobras estabelece que a alienação de ações do capital social da Eletrobras ou de sociedades por ela controladas é de competência da Assembleia Geral da Companhia.



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Eroltz - 27/09/2019 10:18:42 - 189.125.154.215

Ativo, a Comissão de Alienação encaminhará os autos instruídos para que a Administração da Vendedora delibere, podendo esta declara-lo fracassado.

**15.3.10.** A Comissão de Alienação encaminhará o relatório final do presente Procedimento Competitivo de Alienação contendo, entre outros, a lista dos Proponentes interessados, classificados e qualificados e o resultado do presente Procedimento Competitivo de Alienação do Ativo para deliberação pela Diretoria Executiva da Vendedora. Aprovada a alienação pela Administração e, quando aplicável, pela Assembleia da Vendedora, a Comissão de Alienação convocará o Proponente vencedor para assinatura do respectivo CCVA.

**15.3.11.** O Proponente que, convocado no prazo de validade de sua Proposta Econômica Firme, não assinar o CCVA, apresentar documentação ou declaração falsa, não mantiver a Proposta Econômica Firme ou descumprir quaisquer obrigações previstas neste Edital como necessárias para celebração do CCVA ou para o Fechamento, ficará sujeito execução da Garantia de Proposta, conforme regulamentado neste Edital.

## 16. QUALIFICAÇÃO - FASE II

Esta fase abrange a análise da documentação listada no ANEXO 7 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DOS PROPONENTES e ANEXO 16 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, que deverá ser encaminhada pelo Proponente, no prazo de 7 (sete) dias úteis contados da data de solicitação da Comissão de Alienação, podendo ser estendido por igual período mediante prévia solicitação do Proponente devidamente justificada no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data limite.

## 17. DIREITO DE PREFERÊNCIA E *TAG ALONG*

**17.2** Observadas as disposições do(s) Acordo(s) de Acionistas da(s) SPE, quando aplicável, a Comissão de Alienação deverá notificar o Acionista Externo para que se manifeste sobre o interesse em igualar o Preço de Venda da SPE e, assim, exercer o seu Direito de Preferência, se for o caso.

**17.2.1** O Proponente deve estar ciente de que os Acordos de Acionistas de cada uma das SPE ofertadas, excetuadas aquelas integrantes dos Lotes 1 (um) e 2



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 10:18:42 - 189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 35

(dois) desta Consulta de Interesse, impõem a obrigação de conferir ao Acionista Externo o Direito de Preferência para aquisição da Participação Societária de titularidade da Vendedora, após a deliberação do Conselho de Administração ou à Assembleia Geral da Vendedora, conforme o caso. Não haverá o exercício do Direito de Preferência em relação às SPE que compõem um Lote caso não sejam apresentadas Propostas Econômicas Firmes válidas em relação a tal Lote.

**17.3** Para formalizar sua manifestação, o Acionista Externo deverá encaminhar à Comissão de Alienação a declaração do ANEXO 11 - Manifestação De Declaração obre o Exercício do Direito de Preferência, conforme o modelo anexo a este Edital, devidamente preenchida e assinada.

**17.3.1** A Eletrobras dará publicidade quanto ao resultado da manifestação do Acionista Externo quanto ao exercício do Direito de Preferência.

**17.4** O prazo de resposta para o Acionista Externo se manifestar sobre o exercício do Direito de Preferência está definido no respectivo Acordo de Acionista da SPE disponível no *Data Room* e resumidos na Tabela 2 a seguir.

**17.5** A inércia do Acionista Externo quanto à manifestação pelo interesse em exercer o respectivo Direito de Preferência no prazo previsto no Acordo de Acionistas importa em preclusão de tal prerrogativa e na liberação da Comissão de Alienação para convocar o Proponente vencedor para a celebração do Contrato de Compra e Venda.

**17.6** Para cada convocação do Proponente de determinado Lote e depois de concluída a fase de Negociação, o Acionista Externo deverá ser, novamente, notificado para se manifestar a respeito do interesse em exercer o Direito de Preferência igualando o novo Preço de Venda da SPE.

**17.7** Na hipótese da Cláusula acima, caso o Acionista Externo se manifeste pela desistência do exercício do Direito de Preferência ou permaneça inerte, não se manifestando no prazo determinado, a Alienação prosseguirá com os procedimentos prévios à Liquidação Parcial junto ao Proponente remanescente convocado.

**17.8** Na hipótese de uma SPE que possua mais de um Acionista Externo, caso apenas parte dos Acionistas Externos exerça seu respectivo Direito de Preferência, e apenas com relação à parcela proporcional à sua participação no capital de tal SPE, o Proponente vencedor estará obrigado a adquirir a participação remanescente objeto do Procedimento Competitivo de Alienação 01/2019.

**17.9** Além do Direito de Preferência, o Proponente deve cientificar-se de que no acordo de acionista de algumas SPE, conforme indicado na Tabela 2, existe previsão atribuindo o direito de venda conjunta (*Tag Along*) ao Acionista Externo em relação à totalidade das ações de sua titularidade para o Comprador, pelo



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Eroltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

mesmo preço e nas mesmas condições oferecidas à Eletrobras no Processo Competitivo. Caso o Acionista Externo opte por exercer o direito de T*ag Along*, o Comprador estará obrigado a adquirir a parcela do capital social de titularidade do Acionista Externo.

**17.10** Havendo exercício a opção de *Tag Along* pelo Acionista Externo, a operacionalização do negócio entre o Comprador e o Acionista Externo da SPE será independente e isolada da operacionalização da Alienação junto à Vendedora, sendo efetivada fora do ambiente deste Edital.

**17.11** A inobservância por parte do Proponente vencedor das disposições constantes dos Acordos de Acionistas relativas ao direito de *Tag Along* poderá acarretar o desfazimento da aquisição da Participação Societária detida pela Vendedora, sem prejuízo da execução da garantia de Proposta, aplicação de multa prevista no CCVA e da não devolução da Primeira Parcela, caso já tenha sido paga, e demais medidas cabíveis às Vendedoras para resguardar seus direitos e interesses.

**17.12** A Tabela 2, a seguir, traz um resumo dos acordos de acionistas das SPE com relação ao Direito de Preferência e de T*ag Along*. O Proponente deverá consultar os respectivos acordos de acionistas disponíveis na Sala de Informação Virtual para obter os detalhes necessários para a elaboração da sua Proposta Econômica Firme.

Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

Tabela 2 - Resumo dos Direitos de Preferência e *tag along* dos acordos de acionistas das SPE ofertadas

| Lote | SPE Geração Eólica | Participação Societária | Direito de Preferência (Previsão - Prazo) | *Tag along* (Previsão - Prazo) |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Santa Vitória do Palmar Holding S.A. | 100,00% | *Sim - 60 dias* | *Sim – 60 dias* |
| 2 | Eólica Hermenegildo I S.A. | 99,99% | *Não se aplica* | *Não se aplica* |
| | Eólica Hermenegildo II S.A. | 99,99% | *Não se aplica* | *Não se aplica* |
| | Eólica Hermenegildo III S.A. | 99,99% | *Não se aplica* | *Não se aplica* |
| | Eólica Chuí IX S.A. | 99,99% | *Não se aplica* | *Não se aplica* |
| 3 | Chapada do Piauí I Holding S.A. | 49,00% | *Sim - 30 dias* | *Não se aplica* |
| 4 | Chapada do Piauí II Holding S.A. | 49,00% | *Sim - 30 dias* | *Não se aplica* |
| 5 | Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. | 49,00% | *Sim - 60 dias* | *Sim - 60 dias* |
| 6 | Manaus Transmissora de Energia S.A. (MTE) | 49,50% | *Sim - 60 dias* | *Não se aplica* |

**17.13** Para o exercício do Direito de Preferência, o Acionista Externo deverá efetuar o pagamento integral do Preço de Venda do Lote ofertado pelo Proponente vencedor deste Edital.

**17.13.1** Para fins de equalização das Propostas Econômicas Firmes e atendimento ao princípio da isonomia, o pagamento do Preço de Venda da SPE pelo Acionista Externo deverá seguir os mesmos termos e condições aplicáveis ao Proponente vencedor, previstos na Cláusula 22– Ajustes do Preço de Venda deste Edital, os quais estão refletidos no Contrato de Compra e Venda em anexo ao Edital.

**17.14** A Liquidação Total da operação de compra e venda das ações de titularidade da Vendedora está sujeita ao atendimento das obrigações prévias à Alienação, previstas no Edital e no Contrato de Compra e Venda, incluindo as Condições Precedentes à Liquidação Integral.

## *18* CONDIÇÃO DE *EARN-OUT*

**18.1** O Proponente terá a opção, não a obrigação, de ofertar na sua Proposta



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 18[illegible]5.154.215

Econômica Firme a condição de *Earn Out*, que deverá ser expressa da forma que se segue:

i) SPEs de Geração Eólica.

Um valor em Reais por MWh, com duas casas decimais, na base de 31 de dezembro de 2018, tendo como referência a diferença positiva entre a média de energia gerada, em MWh, durante os anos 2020 a 2022 e 2016 a 2018, inclusive. O Proponente informará a Eletrobras, ao final de cada exercício de 2020 a 2022, a energia gerada (MWh) em cada lote, com três casas decimais. O valor total da parcela de *Earn Out* não poderá exceder a 15% da Proposta Firme do Proponente.

O valor em Reais por MWh será corrigido pela variação da SELIC até o seu efetivo pagamento que deverá ocorrer em 1° de maio de 2023.

ii) SPE de Transmissão.

O Proponente poderá ofertar um valor em Reais por percentual da Parcela Variável PV[5] em relação à Receita Anual Permitida - RAP, em *base points* (1 *base point* = 0,01%) com duas casas decimais, na base de 31 de dezembro de 2018, caso se verifique que a média do percentual da PV em relação a RAP durante o período de 2020 a 2022 for inferior aquela observada durante o período de 2016 a 2018. O valor em Reais ofertado pelo Proponente será corrigido pela variação da SELIC até o seu efetivo pagamento que deverá ocorrer em 1º de maio de 2023, de uma única vez. O Proponente informará a Eletrobras, ao final de cada exercício de 2020 a 2022, a relação entre a PV e RAP anual das instalações de sua responsabilidade, com três casas decimais. O valor da PV será informado pelo Proponente com a devida demonstração produzida pelo ONS. O valor total da parcela de *Earn Out* considerando a ponderação calculada pela Eletrobras não poderá exceder a 15% da Proposta Firme do Proponente.

**18.2** Cita-se, por relevante, que a Comissão de Alienação será responsável pela análise das propostas recebidas referentes a esta Cláusula.

## 19 GARANTIA DE PROPOSTA

[5] Parcela Variável (PV) é a soma da parcela variável por indisponibilidade (PVI) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO), conforme Resolução Normativa ANEEL nº 729/2016.



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Eletrobras - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

**19.1** Quando solicitado pela Comissão de Alienação, o Proponente deverá apresentar Garantia de Proposta (*Bid Bond*) em moeda corrente (Reais), em favor da Eletrobras, admitidas as seguintes modalidades: (i) caução em dinheiro, (ii) seguro-garantia ou (iii) fiança bancária, no percentual igual a 5% (cinco por cento) do valor ofertado final pelo Proponente para cada Ativo de cada Lote de interesse.

**19.2** A Garantia de Proposta deverá ter prazo de, no mínimo, até a assinatura do Contrato de Compra e Venda das Ações – CCVA com a respectiva liquidação financeira da primeira parcela. O Proponente que não mantiver a Garantia de Proposta válida durante este período será instado a renová-la sob pena de desclassificação deste Processo Competitivo de Alienação.

**19.3** O instrumento de Garantia de Proposta não poderá conter cláusula ou condição que limite ou exclua quaisquer responsabilidades contraídas pelo Proponente relativamente à participação no Procedimento Competitivo de Alienação.

**19.4** Os Proponentes deverão, ainda, observar as seguintes condições quando do oferecimento da Garantia de Proposta:

**19.4.1** Para as Garantias de Proposta apresentadas por meio de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em agência da Caixa Econômica Federal definida pela própria Proponente, devendo ser apresentado à Comissão de Alienação o comprovante do depósito.

**19.4.2** As Garantias de Proposta apresentadas nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária deverão ser emitidas conforme o modelo constante neste Edital no ANEXO 6 - TERMOS E CONDIÇÕES DO SEGURO – GARANTIA e no ANEXO 5 – MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA, em sua forma original, admitidas apólices de seguro-garantia com certificação digital que deverão ter seu valor expresso em Reais e estar assinadas pelos representantes legais do emissor, cujos poderes de representação serão verificados conforme o cadastro mencionado no ANEXO 1 - MANUAL DE PROCEDIMENTOS anexo a este Edital.

**19.4.3** Se o Proponente participar isoladamente, a Garantia de Proposta deverá ser apresentada em nome próprio.

**19.4.4** Se o Proponente estiver na forma Consórcio, a Garantia de Proposta poderá ser apresentada em nome da líder ou por qualquer das consorciadas.

**19.5** Deverá ser encaminhado por meio eletrônico à Comissão de Alienação, conforme o caso: (i) o instrumento da fiança bancária, (ii) a apólice do seguro-



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Eroltz - 27/09/2019 19:18:42 -189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 40

garantia ou (iii) os comprovantes de depósito em conta corrente efetuado.

**19.6** Os Proponentes que não apresentarem as Garantias de Proposta nas condições estabelecidas neste Edital e no ANEXO 1 - MANUAL DE PROCEDIMENTOS serão instados a retificá-las e adequá-las ao Edital sob pena de desclassificação do Processo Competitivo de Alienação nº 01/2019 para o Lote em tela.

**19.7** Caso o Processo Competitivo de Alienação nº 01/2019 venha a ser revogado pela Eletrobras, consoante às hipóteses previstas neste Edital, ou suspenso por período superior a 180 (cento e oitenta) dias em virtude de decisão judicial ou administrativa competente, em relação a algum dos Lotes, o Proponente poderá solicitar a retirada da Garantia de Proposta após 15 (quinze) dias úteis contados da data do respectivo termo.

**19.8** Caso o vencimento da Garantia de Proposta ocorra antes da manifestação do Acionista Externo quanto ao exercício do Direito de Preferência de compra, os Proponentes deverão renovar as respectivas Garantias de Proposta até a assinatura do CCVA e a respectiva liquidação da primeira parcela, em até 5 (cinco) dias úteis antes do seu vencimento, sob pena de desclassificação de sua Proposta Econômica Firme.

**19.9** As Garantias de Proposta poderão ser executadas pela Eletrobras, mediante prévia notificação ao Proponente, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital e na legislação aplicável, nas seguintes hipóteses:

**19.9.1** Inadimplemento total ou parcial, por parte dos Proponentes, das obrigações legais e Instrumentais por eles assumidas em virtude de sua participação no Processo Competitivo de Alienação nº 01/2019;

**19.9.2** Se o Proponente apresentar documentos ou praticar atos em desconformidade com o estabelecido pelo Edital, inclusive no que se refere à oferta de Proposta Econômica e à apresentação da documentação;

**19.9.3** O Proponente deixar de honrar a sua Proposta Econômica Firme nas condições ofertadas;

**19.9.4** O Proponente vencedor se recusar a celebrar o Contrato de Compra e Venda de Ações-CCVA ou a realizar os atos necessários para tal; ou

**19.9.5** O Proponente vencedor deixar de realizar a liquidação da primeira parcela estabelecida no CCVA.

**19.10** A execução da Garantia de Proposta não exclui a eventual cobrança de multas e demais parcelas indenizatórias devidas pelo inadimplemento de obrigações previstas no Edital e/ou no Contrato de Compra e Venda - CCVA.

**19.11** Caso a Comissão de Alienação esteja diante de quaisquer das hipóteses de execução de Garantia de Proposta prevista neste Edital, é de sua competência



Edital 01_2019 João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 10:18:42 - 189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 41

encaminhar e propor tal medida para deliberação pela Diretoria Executiva da Eletrobras.

## 20 OBRIGAÇÕES PRÉVIAS À ALIENAÇÃO

**20.1** A Eletrobras convocará o Comprador para a celebração do respectivo Contrato de Compra e Venda, diretamente por meio eletrônico conforme estipulado neste Edital, informando o local e a hora em que deverá ser assinado.

**20.1.1** Em qualquer hipótese, o Contrato de Compra e Venda deverá ser assinado em até 180 (cento e oitenta dias) contados da data de deliberação do resultado do Processo Competitivo de Alienação nº 01/2019. Caso o Contrato de Compra e Venda - CCVA não seja assinado no prazo referido por motivo causado pela Compradora, a Vendedora terá o direito de executar a Garantia de Proposta prevista na Cláusula 19 deste Edital.

**20.2** A celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações constitui obrigação prévia do Comprador à Liquidação Parcial e Total. Caso o Comprador, regularmente convocado a assinar o Contrato de Compra e Venda de Ações, a realizar a Liquidação Parcial e/ou a cumprir quaisquer das condições prévias, dentro do prazo de validade de sua Proposta Econômica Firme, recusar-se a fazê-lo, a Eletrobras executará a Garantia de Proposta prevista na Cláusula 19 deste Edital.

## 21 FECHAMENTO E LIQUIDAÇÃO

**21.1** Após a definição do Proponente vencedor, este será convocado para assinar o CCVA, ocasião na qual será paga, de forma irretratável, irrevogável e sem direito a ressarcimento, a primeira parcela, em até 3 (três) dias úteis após a assinatura do CCVA, no valor percentual **mínimo** de 5% (cinco por cento) referente ao Preço de Venda do Ativo. Será facultado ao Comprador ofertar um valor percentual **superior** a 5% (cinco por cento) do Preço de Venda do Ativo para o pagamento da primeira parcela.

**21.2** Uma vez cumpridas as Condições Precedentes estabelecidas no CCVA, será realizado o Fechamento e a Liquidação da Alienação mediante o pagamento em uma única vez da segunda parcela, equivalente ao montante restante do Preço de Venda do Ativo deduzida da Primeira Parcela e verificada a atualização com base nos mecanismos de Ajuste de Preço de Venda descritos na Cláusula 22 bem como a transferência das ações no respectivo livro da Sociedade.

**21.3** Para o Fechamento, a Vendedora emitirá e encaminhará para o



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 10:18:42 - 189.125.154.215

Comprador a notificação contendo os valores a serem pagos juntamente com as demais informações necessárias à Liquidação Parcial e Total.

**21.4** A Liquidação Parcial e Total da operação será feita de forma privada diretamente pelo Comprador à Vendedora, concomitante à assinatura no respectivo livro de ações da SPE em questão.

**21.5** O CCVA será celebrado sob condições suspensivas, estando sua eficácia obrigatoriamente sujeita ao atendimento destas, que se aplicam tanto para o Comprador quanto para Eletrobras, como segue.

**21.6** Constitui responsabilidade do **Comprador**:

**21.6.1** Tomar todas as providências legais e regulamentares para obter anuência da ANEEL, caso aplicável;

**21.6.2** Tomar todas as providências legais e regulamentares para obter anuência do CADE a respeito da celebração do CCVA, caso aplicável;

**21.6.3** Tomar todas as providências legais e regulamentares para obter anuência à operação de compra e venda de ações de todas as contrapartes dos contratos celebrados com a SPE que tenham cláusula de vencimento antecipado, rescisão obrigatória ou penalidades para a hipótese de transferência das ações, aí incluídos os bancos financiadores, bancos repassadores, debenturistas e fiadores, bem como de demais autoridades administrativas sempre que necessário, incluindo-se poder concedente, poder municipal, dentre outros;

**21.6.4** Substituir todas as garantias prestadas pela Eletrobras ou por suas Controladas em benefício da SPE sejam para contrapartes de contratos celebrados pela SPE alienada ou para o poder concedente, poder municipal, dentre outros, ou caso não seja possível a substituição da garantia, proceder ao adimplemento antecipada da obrigação garantia;

**21.6.5** Comprovar o atendimento à obrigação de extensão da oferta ao sócio nos casos das SPE cujos acordos de acionistas contemplem o direito de *Tag Along*;

**21.6.6** Apresentar a comprovação de adesão ao correspondente acordo de acionista, caso existente.

**21.6.7** Em função das obrigações acima, o Comprador deverá comprovar à Eletrobras, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, o qual poderá ser ampliado exclusivamente a critério da Eletrobras para casos excepcionais, as solicitações das anuências necessárias para a transferência dos Ativos da Eletrobras para si à ANEEL, ao CADE, aos bancos financiadores, bancos repassadores, debenturistas e fiadores. O descumprimento dessa obrigação equivale à recusa em celebrar o CCVA e, portanto, configura causa para a



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 10:18:42 -189.125.154.215

execução da Garantia de Proposta ou a não devolução da primeira parcela já paga.

**21.6.8** O Comprador também está obrigado a cumprir, dentro do prazo estipulado, as obrigações pecuniárias assumidas, incluindo o pagamento das parcelas relativas ao Preço de Venda do Ativo, sendo que o descumprimento dessa obrigação equivale à recusa em celebrar o CCVA e, portanto, configura causa para a execução da Garantia de Proposta ou a não devolução da primeira parcela já paga.

**21.7** Constitui responsabilidade da **Vendedora**:

**21.7.1** Obter as Autorizações Governamentais aplicáveis e, quando necessário, realizar a Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Eletrobras para a aprovação da Alienação objeto do CCVA;

**21.7.2** Comprovar o envio da notificação aos demais sócios para eventual exercício do Direito de Preferência na compra das ações da SPE;

**21.7.3** Comprovar, mediante apresentação dos livros pertinentes da SPE, de que é titular da totalidade das ações objeto da alienação;

**21.7.4** Comprovar, mediante apresentação dos livros pertinentes das SPE, de que não há quaisquer gravames sobre as ações na data de Fechamento da operação; e

**21.7.5** Apresentar as cartas de renúncia de cada diretor e conselheiro indicado pela Eletrobras e suas Controladas na SPE objeto do Fechamento da operação.

**21.8** O Comprador e a Vendedora se comprometem a cooperar entre si, a fornecer e trocar todas as informações necessárias, bem como assinar todos os requerimentos, ofícios e relatórios necessários para a satisfação das Condições Precedentes à Liquidação Total.

**21.9** A parte que der causa à não verificação ou ao não cumprimento de qualquer obrigação prevista na Consulta de Interesse não poderá alegar esse fato com o propósito de obstar o Fechamento da Alienação, sendo facultada à outra parte a possibilidade de renunciar à condição não verificada ou não cumprida, excetuadas as condições cuja verificação ou cumprimento sejam impostos por Lei ou estejam sujeitos à autorização emanada de qualquer Autoridade Governamental.

**21.10** Uma vez celebrado o Contrato de Compra e Venda, o Comprador deverá pagar à Vendedora, de forma não reembolsável, a Primeira Parcela, em moeda corrente nacional, em até 3 (três) dias úteis contados da data de assinatura do Contrato de Compra e Venda.

**21.11** Comprovado o atendimento de todas as Condições Precedentes à



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 10:18:42 - 189.125.154.215

Liquidação Total, o Comprador deverá efetivar na data de Fechamento, mediante pagamento à Vendedora da Segunda Parcela do Preço de Venda, em moeda corrente nacional.

**21.12** Por ocasião da Liquidação Total da Alienação serão transferidas para o Comprador, nos termos dos respectivos Contratos de Compra e Venda, as Participações Societárias, devendo o Comprador aderir ao respectivo Acordo de Acionistas, quando aplicável.

**21.13** O prazo previsto para Liquidação Total poderá ser prorrogado por decisão da Diretoria Executiva da Eletrobras, ou a pedido do Comprador desde que formalmente solicitado de maneira fundamentada e que decorra de motivo justificado e aceito pela Eletrobras.

**21.14** A Vendedora não fará qualquer tipo de reembolso de eventuais custos incorridos pelo Proponente para a Liquidação Parcial ou Total.

## 22 AJUSTES DO PREÇO DE VENDA DO ATIVO

**22.1** O Valor de Referência do ativo foi calculado na data base de 31 de dezembro de 2018. O Proponente deverá considerar que a sua Proposta Econômica Firme também deverá estar nesta mesma data base.

**22.2** Considerando a diferença temporal entre a data base para da avaliação (31 de dezembro de 2018) e as datas de liquidação financeira da Primeira e da Segunda parcelas, faz-se necessário realizar ajustes no valor do Preço de Venda do Ativo para a compra das participações societárias em SPE, da seguinte forma:

**22.2.1** Pela variação positiva acumulada da taxa SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil com base em 252 dias úteis, *pro rata* die, durante o período compreendido entre 31 de dezembro de 2018 até a data de pagamento da Primeira Parcela;

**22.2.2** Pela variação positiva acumulada resultante da aplicação de 110% (cento e dez por cento) da taxa SELIC, *pro rata die*, aplicada sobre o saldo devedor, observada durante o período compreendido entre a data de pagamento da Primeira Parcela até a data de pagamento da Segunda Parcela;

**22.2.3** O Preço de Venda do Ativo será ajustado negativamente pela saída de caixa para o acionista não prevista no cálculo, tais como: distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio em montante superior aos já registrados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018;

**22.2.4** O valor do Preço de Venda do Ativo será ajustado positivamente na hipótese de haver ingresso de recursos na SPE a título de aumento do



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

capital social na SPE, seja pela capitalização de dividendos já distribuídos e não pagos ou por solicitação de aporte do acionista (Eletrobras). Não haverá ajuste caso o aumento de capital seja decorrente de capitalização de reservas de lucros declarados;

**22.2.5** Todos os ativos e passivos contingentes cuja realização financeira ocorrer após 31 de dezembro de 2018 estão incluídos na avaliação econômico-financeira do Ativo, cuja liquidação financeira será de exclusiva responsabilidade do Proponente vencedor;

**22.2.6** Não caberá à Eletrobras nenhuma responsabilidade sobre eventuais ativos e passivos não declarados (ocultos) na demonstração financeira na data base de 31 de dezembro de 2018 cuja realização financeira for posterior a esta data; e

**22.2.7** Caberá ao Proponente realizar o diligenciamento (*Due Dilligence*) das informações disponíveis, visita técnica e as avaliações necessárias para a determinação do valor da sua Proposta Econômica Firme.

**22.3** Quando do Fechamento, os ajustes serão calculados com base nas informações operacionais e financeiras recebidas da SPE, as quais serão validadas pelo Proponente vencedor e pela Eletrobras.

**22.4** Para o Fechamento, o Comprador deverá ter concluído o pagamento, em moeda corrente (Reais), o valor total correspondente ao Preço de Venda do Ativo, conforme condições fixadas neste Edital.

**22.5** As ações da SPE em tela serão transferidas para o Comprador quando da Liquidação Total da operação de compra e venda.

## 23 REVOGAÇÃO, ANULAÇÃO OU ADIAMENTO

**23.1** Sem prejuízo do disposto neste Edital, o Procedimento Competitivo de Alienação somente poderá ser revogado pela Eletrobras mediante proposta da Comissão de Alienação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal revogação.

**23.2** A Diretoria Executiva da Eletrobras deverá de ofício ou por provocação de terceiros, declarar a nulidade do Procedimento Competitivo de Alienação em relação a um Lote se verificada qualquer ilegalidade relativa à Alienação de tal Lote que não possa ser sanada.

**23.3** A revogação ou a anulação do Procedimento Competitivo de Alienação 01/2019 em relação a um Lote específico não atinge ou prejudica a Alienação das participações da Eletrobras ou de suas Controladas nas SPE integrantes de outros



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 10:18:42 - 189.125.154.215

Lotes.

**23.4** A Eletrobras poderá, a qualquer tempo, adiar as etapas do Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019, sem que caiba às Proponentes direito à indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título.

**23.5** Na hipótese de a Eletrobras vir a tomar conhecimento, após a Qualificação Fases I ou II, de que qualquer documento apresentado por um Proponente era falso ou inválido à época da apresentação dos documentos de Qualificação Fases I ou II, a Comissão de Alienação poderá desqualificá-lo ou desclassifica-lo, conforme o caso, sem que ao Proponente caiba direito a qualquer tipo de indenização ou reembolso de despesas, a qualquer título, sem prejuízo de indenização devida à Eletrobras.

**23.6** O Proponente obriga-se a comunicar à Eletrobras, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que seja impeditivo das condições de qualificação, imediatamente após sua ocorrência.

**23.7** O Comprador estará sempre vinculado aos termos deste Edital, da documentação a ele(s) apresentada e dos respectivos documentos contratuais, bem como da legislação e regulamentação brasileiras, em tudo aquilo que for relacionado à Alienação.

## 24 PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

**24.1** Caso qualquer Proponente necessite de esclarecimentos complementares, deverá solicitá-los à Eletrobras, em atenção da Comissão de Alienação, **exclusivamente** por meio eletrônico, no prazo assinalado no Cronograma por meio da **Plataforma de Segurança**, devendo encaminhá-lo para o endereço eletrônico informado neste Edital, conforme ANEXO 3 - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS, em anexo.

**24.2** A Eletrobras não responderá questões que tenham sido formuladas em desconformidade com o disposto neste Edital.

**24.3** As respostas da Eletrobras aos referidos esclarecimentos complementares serão divulgadas no endereço eletrônico informado pela Eletrobras, sem identificação da fonte do questionamento e passará a fazer parte deste Edital.

**24.4** Todas as correspondências referentes ao Edital enviadas à Eletrobras, em atenção à Comissão de Alienação, na forma eletrônica e para os endereços indicados neste Edital, os quais serão consideradas como entregues na data de seu envio.

**24.5** Os Proponentes devem evitar qualquer tipo de contato com os colaboradores e assessores da Eletrobras para solicitar informações ou



Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

esclarecimentos ao Processo Competitivo de Alienação nº 01/2019. Para tal, está disponível um canal eletrônico específico que irá garantir a isonomia, a impessoalidade e a transparência do Processo.

## 25 FORO

Fica desde já eleito o Foro da Seção Judiciária da Cidade do Rio de Janeiro (RJ) para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital.

Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

EDITAL ELETROBRAS 01_2019 Versão 1.2.pdf - Page 48

## 26 LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 — MANUAL DE PROCEDIMENTOS

ANEXO 2 — MODELO DE CARTA DE INSCRIÇÃO

ANEXO 3 — MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO

ANEXO 4 — MODELO DE PROPOSTA ECONÔMICA FIRME

ANEXO 5 – MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA

ANEXO 6 – TERMOS E CONDIÇÕES DO SEGURO-GARANTIA

ANEXO 7 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DOS PROPONENTES E REQUISITOS APLICÁVEIS

ANEXO 8 - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

ANEXO 9 — DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI ASSESSORADO POR ASSESSORES FINANCEIROS CONTRATADOS PELA ELETROBRAS PARA O PRESENTE PROCEDIMENTO COMPETITIVO DE ALIENAÇÃO

ANEXO 10 - QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE PARA PARCEIROS DAS EMPRESAS ELETROBRAS EM DESINVESTIMENTO

ANEXO 11 - MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

ANEXO 12 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBMISSÃO À LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

ANEXO 13 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTO ESTRANGEIRO EQUIVALENTE

ANEXO 14 – MODELO DE PROCURAÇÃO

ANEXO 15 — TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

ANEXO 16 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

ANEXO 17 - MODELO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES – CCVA

Edital 01_2019 - João Pinheiro Nogueira Batista - Evoltz - 27/09/2019 19:18:42 - 189.125.154.215

**Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP**
**Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE**
SEPN 515, Conjunto D, Lote 4, Edifício Carlos Taurisano, - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-504
Telefone: (61) 3221-8438 - www.cade.gov.br

**PARECER Nº** **158/2020/CGAA5/SGA1/SG**
PROCESSO Nº 08700.002231/2020-24
REQUERENTES: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A. E MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Ementa: Ato de Concentração. Lei nº 12.529/2011. Procedimento Sumário. Requerentes: Evoltz Participações S.A. e Manaus Transmissora de Energia S.A. Natureza da operação: aquisição de participação societária. Setor econômico envolvido: Transmissão de energia elétrica. Art. 8º, inciso III, Resolução Cade nº 2, de 29 de maio de 2012. Aprovação sem restrições.

## VERSÃO PÚBLICA

## I. REQUERENTES

### I.1 EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A. ("Evoltz")

1. A Evoltz é uma *holding* controlada pelo Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia p.p. Modal D.T.V.M. Ltda ("FIP Seville"). O FIP Seville é um fundo de *private equity* detido indiretamente por diversas *limited partnerships* (coletivamente denominadas "TPG Energy Funds"), que são geridas pelo TPG Capital.

2. A Evoltz controla as seguintes empresas que atuam no setor de transmissão de energia elétrica no Brasil: (i) Evoltz IV, (ii) Evoltz V, (iii) Evoltz VI, (iv) Evoltz VII, (v) Evoltz VIII e (vi) NBTE, além de deter 50,5% de participação no capital social da empresa-alvo. Por meio dessas empresas, a Evoltz venceu leilões para operar várias concessões de linhas de transmissão. Essas linhas de transmissão atravessam em torno de 112 municípios localizados em 9 estados, sendo essas empresas responsáveis pelo serviço público de transmissão de energia elétrica, bem como pela operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica.

3. No ano fiscal de 2019, o Grupo Evoltz registrou, no Brasil, faturamento acima de R$ 75 milhões (limite legalmente estabelecido e alterado pela Portaria Interministerial MF/MJ nº 994, de 30 de maio de 2012).

### I.2 Manaus Transmissora de Energia S.A. ("MTE")

4. A MTE é uma sociedade de propósito específico constituída para atuar na operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica localizadas nos estados do Amazonas e Pará. O Contrato de Concessão foi celebrado em 16 de outubro de 2008 e tem vigência de 30 anos[1]. Suas ações são detidas diretamente pela Evoltz (50,5%) e pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (49,5%).


Parecer CADE (0265572) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 92

5. No ano fiscal de 2019, o Grupo Eletrobras registrou, no Brasil, faturamento acima de R$ 750 milhões (limite legalmente estabelecido e alterado pela Portaria Interministerial MF/MJ nº 994, de 30 de maio de 2012).

## II. ASPECTOS FORMAIS DA OPERAÇÃO

**Quadro 1 - Aspectos Formais da Operação**

| | |
|---|---|
| Ato de Concentração de notificação obrigatória? | Sim. |
| Taxa processual foi recolhida? | Sim, conforme Despacho Ordinatório SECONT (0753197). |
| Data da notificação ou emenda | 08/05/2020. |
| Data da publicação do edital | O Edital nº 176/2020, que deu publicidade à operação em análise, foi publicado no dia 14/06/2020 (0754479). |

## III. DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

6. A presente operação consiste na aquisição, pela Evoltz, das **(Acesso Restrito)** ações ordinárias que representam 49,5% do capital social da MTE e, juntamente com a Evoltz, atualmente detidas pela Eletrobras, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações.

7. A Evoltz já detém os outros 50,5% do capital social da empresa-alvo. Consequentemente, a Operação acarretará a consolidação de controle da Evoltz e esta se tornará a única acionista na MTE.

8. As Requerentes apresentaram a seguinte estrutura societária da empresa alvo antes e após a realização da Operação:

**Figura 1 - Estrutura societária da empresa alvo antes da Operação**

**(Acesso Restrito)**

Fonte: Requerentes

**Figura 2 - Estrutura societária da empresa alvo após a Operação**

**(Acesso Restrito)**

Fonte: Requerentes

9. Segundo as Requerentes, a Operação representa uma oportunidade para a Evoltz reforçar sua participação na empresa-alvo, ampliando seus investimentos no setor de transmissão de energia elétrica no país. Pela perspectiva da Eletrobras, a Operação está em linha com a estratégia da empresa de reorganizar seus investimentos no setor.

10. As Requerentes informaram que a Operação não está sujeita à aprovação de outras autoridades antitruste de fora do Brasil. Contudo, a Operação está sujeita à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

## IV. ENQUADRAMENTO LEGAL (ART. 8º, RES. CADE Nº 2/2012)


Parecer CADE (0265572) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 93

11. III - Baixa participação de mercado com sobreposição horizontal.

## V. PRINCIPAIS INFORMAÇÕES SOBRE A OPERAÇÃO

**Quadro 2 - Efeitos da Operação**

| | |
|---|---|
| Sobreposição horizontal | Sim (Reforço) |
| Integração vertical | Não |
| Setor em que há sobreposição horizontal | Mercado de transmissão de energia elétrica |
| Participações de mercado | Reduzidas |

## VI. CONSIDERAÇÕES SOBRE A OPERAÇÃO

12. Considerando a atuação das Requerentes, a Operação acarreta sobreposição horizontal entre as atividades das Requerentes no mercado nacional de transmissão de energia elétrica, conforme detalhado a seguir.

13. De acordo com a jurisprudência do Cade[2], o setor de energia elétrica pode ser segmentado, na dimensão produto, de acordo com os seguintes mercados: (i) geração de energia elétrica; (ii) distribuição de energia elétrica; (iii) transmissão de energia elétrica; e (iv) comércio atacadista de energia elétrica. No caso em análise, o segmento de atuação da concessionária MTE é a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica nos estados do Amazonas e do Pará. Da mesma forma, como as atividades exercidas pelas demais empresas que fazem parte do Grupo Evoltz também estão relacionadas ao mercado de transmissão de energia elétrica, considera-se que esse seja o mercado relevante para a presente análise.

14. O mercado de transmissão de energia elétrica[3] tem sido analisado pelo Cade sob duas perspectivas distintas. A primeira perspectiva considera os efeitos e aspectos relacionados à "concorrência no mercado", ou seja, analisando-se os efeitos das operações sobre os mercados efetivamente afetados, sendo que para tal análise são construídos cenários com base nos mercados relevantes nas dimensões produto e geográfica. Ocorre, todavia, que ao analisar os efeitos de operações sobre o mercado relevante de prestação de serviços de transmissão de energia em sua dimensão produto, o Conselho já considerou que não existiria concorrência entre empresas atuantes no mercado de transmissão de energia elétrica pois, por se tratar de monopólio natural, cada concessão constituiria, para efeitos concorrenciais, um mercado próprio.[4]

15. A segunda perspectiva, por outro lado, corresponde à análise que o Cade faz sobre os efeitos da operação na "concorrência pelo mercado"[5] de forma abrangente. Essa análise manifesta-se pelas disputas entre empresas e/ou grupos econômicos pelos "leilões de concessão", já que, para prestar serviços no setor elétrico, a empresa precisa se habilitar e participar dos leilões promovidos pela agência reguladora. Conforme mencionado acima, os leilões são conduzidos de acordo com o serviço a ser prestado pela empresa, no caso da presente Operação é o serviço de transmissão de energia elétrica.[6]

16. Dentro dessa perspectiva de análise de concorrência pelo mercado, o Conselho tem considerado que o mercado de acesso a concessões para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica tem dimensão nacional. [7]

17. Assim, considerando os precedentes do Conselho, e a natureza das atividades desempenhadas pelas Requerentes, observa-se que a Operação resulta em reforço de sobreposição


Parecer CADE (0265572) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 94

horizontal no mercado de transmissão de energia elétrica, uma vez que a Evoltz já detém 49,5% das ações da MTE. Ressalta-se que não há integração vertical decorrente da Operação.

18. Nesse sentido, serão apresentadas a seguir as participações de mercado das Requerentes no segmento de transmissão de energia elétrica, com base na representatividade das linhas de transmissão detidas pelas empresas do Grupo Evoltz (incluindo a MTE), em relação ao mercado total de transmissão de energia elétrica, com base nos dados de Receita Anual Permitida (RAP) total para o ciclo 2019-2020.[8]

**Tabela 1 - Participações de Mercado pela Receita Anual Permitida (RAP)**[9]

**(Acesso Restrito)**

Fonte e elaboração: Requerentes, com base em dados da ANEEL.

19. Com base na tabela acima, a participação de mercado do Grupo Evoltz, considerando a MTE, no mercado nacional transmissão de energia elétrica seria de **(Acesso Restrito)**, bastante inferior ao patamar legal de presunção de posição dominante de 20%. Ou seja, considerando-se esse cenário, o percentual de participação de mercado das Requerentes resultante da Operação indica a ausência de possibilidade de exercício de poder de mercado pelas mesmas.

20. Diante do exposto, dadas as baixas participações de mercado detidas pelas Requerentes no mercado horizontalmente relacionado, conclui-se que a presente Operação não acarreta prejuízos ao ambiente concorrencial, razão pela qual o Ato de Concentração pode ser aprovado sob o rito sumário.

## VII. CLÁUSULAS RESTRITIVAS À CONCORRÊNCIA

21. Não há.

## VIII. CONCLUSÃO

22. Aprovação sem restrições.

[1] As Requerentes esclarecem que a MTE venceu o leilão de linhas de transmissão no 004/2008 e, em 16.10.2008, celebrou o contrato de concessão no 010/2008, tornando-se a legítima concessionária do serviço público de transmissão definido no referido contrato, que pode ser encontrado em: https://www.aneel.gov.br/contratos-de-transmissao?p_p_id=contratos_WAR_contratosdeconcessaoportlet_INSTANCE_2BISaPYGbgFH&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=3.

[2] Vide Ato de Concentração nº 08700.005174/2018-11 (Requerentes: China Three Gorges (Europe) S.A. e EDP - Energias De Portugal, S.A.), Ato de Concentração nº 08700.005393/2018-08 (Requerentes: Energisa S.A. e Centrais Elétricas De Rondônia S.A.) Ato de Concentração nº 08012.000089/2006-81, Ato de Concentração nº 08012.012945/200721, Ato de Concentração nº 08700.005391/2018-19 (Requerentes: Energisa S.A. e Eletroacre Distribuidora de Energia S.A.), Ato de Concentração nº 08700.004251/2018-15 (Requerentes: CEI - Energética Integrada Ltda.; Polaris Participações Ltda.; Costa Rica Energética Ltda. E EDP - Energias Do Brasil S.A.).

[3] Segundo informações prestadas pelas Requerentes, o serviço público de transmissão de energia elétrica do sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil, denominado como Sistema Interligado Nacional (SIN), compreende as instalações da Rede Básica (RB) e da Rede Básica de Fronteira (RBF). O sistema de transmissão de energia é responsável por fazer a interligação entre as usinas e os consumidores para que a energia elétrica produzida possa ser utilizada. A ANEEL é a responsável por realizar as licitações para contratação do serviço público de transmissão de energia elétrica e firmar os respectivos contratos de concessão da transmissão. Tais contratos, firmados entre a ANEEL e as empresas prestadoras dos serviços de transmissão e distribuição de energia, contêm regras pré-definidas sobre regularidade, tarifa, qualidade, entre outros aspectos relevantes à prestação desses serviços. A contrapartida que as empresas recebem pelo fornecimento de tais serviços é uma receita fixa denominada Receita Anual Permitida (RAP), que é definida, regulada e auditada pela ANEEL.


Parecer CADE (0265572) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 95

[4] Vide Ato de Concentração nº 08700.005174/2018-11 (Requerentes: China Three Gorges (Europe) S.A. e EDP - Energias De Portugal, S.A.); Ato de Concentração nº 08700.004820/2017-41 (Requerentes: Transmissora aAliança de Energia Elétrica S.A. Companhia Energética de Minas Gerais); Ato de Concentração nº 08700.006319/2016-39 (Requerentes: State Grid Brazil Power Participações Ltda. e CPFL Energia S.A.). e Ato de Concentração nº 08700.005000/2016-96 (Requerentes: Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações e Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.); Ato de Concentração nº 08700.005174/2018-11 (Requerentes: China Three Gorges (Europe) S.A. e EDP - Energias De Portugal, S.A.); Ato de Concentração nº 08700.004820/2017-41 (Requerentes: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. Companhia Energética de Minas Gerais); Ato de Concentração nº 08700.000142/2018-29 (Requerentes: EDP – Energias do Brasil S.A. e Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC) e Ato de Concentração nº 08700.006319/2016-39 (Requerentes: State Grid Brazil Power Participações Ltda. e CPFL Energia S.A.).

[5] Vide Atos de Concentração nº 08700.004820/2017-41 (Requerentes: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. Companhia Energética de Minas Gerais), 08700.004091/2017-23 (Requerentes: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP e Isolux Energia e Participações S.A.) e 08700.001032/2017-01 (Requerentes: ISA Investimentos e Participações do Brasil Ltda. E Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.).

[6] Vide Ato de Concentração nº 08700.005174/2018-11 (Requerentes: China Three Gorges (Europe) S.A. e EDP - Energias De Portugal, S.A.); Ainda nesse sentido: 08700.004820/2017-41 (Requerentes: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. Companhia Energética de Minas Gerais) 13 Ato de Concentração nº 08700.001032/2017-01 (Requerentes: ISA Investimentos e Participações do Brasil Ltda. e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.)

[7] Conforme análise no Ato de Concentração nº 08700.001032/2017-01 (Requerentes: ISA Investimentos e Participações do Brasil Ltda. E Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.), a delimitação do mercado relevante como nacional decorre, sobretudo, do fato de que os leilões do segmento de transmissão, em geral, contêm lotes em diversas regiões, podendo conter linhas de transmissão em uma única unidade federativa ou em mais de uma. Além disso, a concorrência para celebração dos contratos de concessão se dá entre empresas de todo o país e pode, ainda, envolver empresas internacionais.

[8] Considerando o valor de RAP atualizado (conforme o índice de correção monetária aplicável aos contratos – IPCA) desde a data da celebração do contrato de concessão até o mês de março de 2020, a participação de mercado do Grupo Evoltz seria de **(Acesso Restrito)**.

[9] No Ato de Concentração nº 08700.001032/2017-01 o CADE considerou que a RAP era uma *proxy* adequada para estimar a participação das requerentes no mercado de transmissão de energia uma vez que ela incorporava "uma visão do tamanho dos lotes vencidos".

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Cordeiro Macedo**, **Superintendente-Geral**, em 21/05/2020, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.

Documento assinado eletronicamente por **Ednei Nascimento da Silva**, **Coordenador-Geral**, em 21/05/2020, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Soares Vieira Magalhães**, **Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, em 21/05/2020, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cade.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0756885** e o código CRC **0C6E4ED5**.


Parecer CADE (0265572) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 96

**Referência:** Processo nº 08700.002231/2020-24 SEI nº 0756885


Parecer CADE (0265572) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 97

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 28.037.759/0001-68
**Razão Social:** SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA
**Endereço:** R DOM JOSE DE BARROS 177 AND 8 CONJ 802 / REPUBLICA / SAO PAULO / SP / 01038-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:**09/07/2020 a 07/08/2020

**Certificação Número:** 2020070912101844348241

Informação obtida em 15/07/2020 14:12:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**


Certidão (0265592) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 98

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 09.584.854/0001-37
**Razão Social:** MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA SA
**Endereço:** AV EMBAIXADOR ABELARDO BUENO 199 SALA 302 PARTE / BARRA DA TIJUCA / RIO DE JANEIRO / RJ / 22775-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 11/07/2020 a 09/08/2020

**Certificação Número:** 2020071101581833996180

Informação obtida em 15/07/2020 14:15:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**


Certidão (0265592) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 99

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: EVOLTZ PARTICIPACOES S/A.**
**CNPJ: 28.037.759/0001-68**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:50:16 do dia 30/06/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/12/2020.
Código de controle da certidão: **10A6.E6E1.18F5.3719**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão (0265592) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 100

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

# CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A**
**CNPJ: 09.584.854/0001-37**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:46:06 do dia 30/06/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/12/2020.
Código de controle da certidão: **BBEB.DBB6.2BEE.CF6E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão (0265592) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 101

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EVOLTZ PARTICIPACOES S/A. (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 28.037.759/0001-68
Certidão nº: 15034133/2020
Expedição: 30/06/2020, às 09:37:26
Validade: 26/12/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EVOLTZ PARTICIPACOES S/A. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.037.759/0001-68**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 09.584.854/0001-37
Certidão nº: 15033578/2020
Expedição: 30/06/2020, às 09:34:09
Validade: 26/12/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.584.854/0001-37**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.**

CNPJ nº 28.037.759/0001-68
NIRE 33300329536

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
**REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2019**

**DATA, HORÁRIO E LOCAL**: Realizada no dia 19 de junho de 2019, às 17 horas, na sede social da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A. ("Companhia"), situada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAI 46742, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, CEP 22775-022.

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS**: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme faculta o artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

**MESA**: Presidente: João Pinheiro Nogueira Batista; Secretária: Denise Araujo Francisco.

**ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre: **(i)** a mudança da razão social da Companhia; **(ii)** a mudança no objeto social da Companhia; **(iii)** a alteração da forma de representação da Companhia; e **(iv)** modificação das condições de outorga de procurações em nome da Companhia.

**DELIBERAÇÕES**: Após exame e discussão da matéria constante da ordem do dia, os acionistas aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalvas:

**(i)** a alteração da razão social da Companhia de *Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A.* para *Evoltz Participações S.A.* Em razão da deliberação ora aprovada, o Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

> *"**ARTIGO 1º** - A Evoltz Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente estatuto e pela legislação aplicável."*

**(ii)** a alteração do objeto social da Companhia para prever apenas a atividade de investimento e participação em outras sociedades. Em razão da deliberação ora aprovada, o Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

> *"**ARTIGO 3º** - A Companhia tem por objeto social o investimento e participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que desempenham atividades de geração ou transmissão de energia, assim como outras atividades de infraestrutura correlatas."*

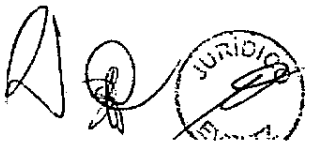
**(iii)** a modificação da forma de representação da Companhia, para que a mesma seja representada (a) conjuntamente por 02 (dois) diretores da Companhia, sendo 01 (um) o Diretor Presidente; ou (b) por 01 (um) diretor da Companhia em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos.

**(iv)** a alteração das condições de outorga de procurações em nome da Companhia, a fim de que as procurações outorgadas às instituições financeiras no âmbito de contratos de financiamento de longo prazo, bem como no âmbito dos respectivos contratos acessórios, desde que limitadas ao prazo de eficácia dos referidos contratos de financiamento, estejam excepcionadas do período geral de validade de 01 (um) ano.

**(v)** Em vista das deliberações aprovadas nos itens **(iii)** e **(iv)** desta assembleia, o Artigo 30 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

> *"**ARTIGO 30** – A diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por lei, pelo presente estatuto, ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, sejam de competência ou dependam de prévia aprovação da assembleia geral.*
>
> *PARÁGRAFO 1º - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ou perante terceiros ou quaisquer repartições e autoridades federais, estaduais ou municipais será realizada (i) por 02 (dois) diretores da Companhia, em conjunto,* sendo um o Diretor Presidente; *ou (ii) por um diretor da Companhia em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos.*
>
> *PARÁGRAFO 2º - As procurações em nome da Companhia serão assinadas por 02 (dois) diretores da Companhia, em conjunto; e deverão especificar os poderes conferidos. As procurações outorgadas em nome da Companhia terão o período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, com exceção daquelas para fins de processos judiciais, administrativos ou arbitrais; ou aquelas outorgadas à instituições financeiras no âmbito de contratos de financiamento de longo prazo, bem como no âmbito dos respectivos contratos acessórios, desde que limitadas ao prazo de eficácia dos referidos contratos de financiamento.*
>
> *PARÁGRAFO 3º - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer diretor ou procurador que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, que estará sujeito o infrator deste dispositivo. "*

**(vi)** tendo em vista as deliberações aprovadas acima, o Estatuto Social da Companhia passará a vigorar, a partir da presente data, na forma constante do Anexo I à presente ata.



**ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, na forma sumária, a qual, reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada pelos acionistas presentes, que também autorizam a publicação da ata com omissão das assinaturas dos acionistas (art. 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A.).

**ASSINATURAS**: Mesa: Presidente - João Pinheiro Nogueira Batista; Secretária - Denise Araujo Francisco. Acionistas: TPG Delaware 2015-SC V.LLC e Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (representado por seu administrador: Modal D.T.V.M. Ltda.).

*Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.*

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2019.

Mesa:

João Pinheiro Nogueira Batista
Presidente

Denise Araujo Francisco
Secretária

JURÍDICO

**ANEXO I**

(*Anexo à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A., realizada em 19 de junho de 2019)*

**ESTATUTO SOCIAL**

**DA**

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**

**DENOMINAÇÃO E REGÊNCIA**

**ARTIGO 1º** - A **Evoltz Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

**SEDE E FORO**

**ARTIGO 2º** - A Companhia tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAL 46742, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, CEP: 22775-022.

**OBJETO SOCIAL**

**ARTIGO 3º** - A Companhia tem por objeto social o investimento e participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que desempenham atividades de geração ou transmissão de energia, assim como outras atividades de infraestrutura correlatas.

**DURAÇÃO DA COMPANHIA**

**ARTIGO 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPITAL SOCIAL**

**ARTIGO 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de 500.001.000,00 (quinhentos milhões e mil reais), dividido em 500.001.000 (quinhentas milhões e mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

JURÍDICO EVOLTZ

PARÁGRAFO 1º - Cada ação ordinária da Companhia corresponde a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

PARÁGRAFO 2º - É permitida a criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais.

PARÁGRAFO 3º - É vedada a emissão de partes beneficiárias, bem como a existência de tais títulos em circulação.

**ARTIGO 6º** - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma no estatuto, por decisão do conselho de administração, até o limite de R$ 1.250.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta milhões de reais).

**ARTIGO 7º** - Os acionistas terão, na proporção do número de ações que possuírem, direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição. O direito de preferência deverá ser exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações realizadas no âmbito de plano aprovado pela assembleia geral.

**ARTIGO 8º** - Sem prejuízo da obrigação de indenizar a Companhia por eventuais perdas e danos, o atraso do acionista em realizar a integralização das ações na forma prevista no respectivo boletim de subscrição estará sujeito à cobrança de (i) correção monetária pela variação do IGP-M/FGV, (ii) juros de 1% a.m. (um por cento ao mês), e (iii) multa não compensatória equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso corrigido e acrescido de juros, calculada, *pro rata temporis,* desde a data em que o pagamento seria devido até a data do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - O atraso do acionista em realizar a integralização das ações na forma prevista no respectivo boletim de subscrição estará sujeito, ainda, à suspensão de todos os seus direitos políticos e patrimoniais.

JURÍDICO EVOLTZ

**ASSEMBLEIAS GERAIS**

**ARTIGO 9º** - A assembleia geral de acionistas realizar-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais a exigirem.

**ARTIGO 10º** - Compete privativamente à assembleia geral, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação, este estatuto social, ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia:

(i) reformar o estatuto social;

(ii) qualquer alteração do objeto social da Companhia;

(iii) suspender o exercício de direito dos acionistas;

(iv) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do conselho de administração e do conselho fiscal;

(v) fixar a remuneração dos administradores e dos membros do conselho fiscal, quando instalado;

(vi) aprovar ou modificar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações;

(vii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(viii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

(ix) deliberar sobre transformação, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;

(x) deliberar sobre desdobramentos ou grupamentos de ações;

(xi) deliberar sobre resgate, amortização, reembolso ou recompra de ações;

(xii) deliberar sobre a alienação de ações mantidas em tesouraria (exceto se no âmbito de plano de recompra de ações ou plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aprovados pela assembleia geral);

(xiii) aprovar a apresentação de pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou falência; e

(xiv) deliberar a dissolução e liquidação da Companhia.

JURÍDICO

**ARTIGO 11** - A assembleia geral será convocada pelo conselho de administração, ou por seus acionistas nos casos estabelecidos na lei das sociedades por ações, mediante a publicação do correspondente edital de convocação, devendo a primeira convocação ser feita com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência; não se realizando a assembleia, será publicado anúncio de segunda convocação com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

PARÁGRAFO 1º - O edital de convocação deverá incluir ordem do dia detalhada (sendo inclusive vedada a utilização da rubrica 'assuntos gerais') e confirmação de que cópia da documentação suporte para a discussão dos assuntos da ordem do dia está disponível para ser retirada pelos acionistas na sede da companhia.

PARÁGRAFO 2º - Sem prejuízo do cumprimento das formalidades de convocação estabelecidas neste artigo e na lei das sociedades por ações, os editais de convocação das assembleias gerais deverão ser enviados a todos os acionistas via carta, fax, *e-mail*, ou outra forma que permita a comprovação do seu recebimento.

**ARTIGO 12** - As pessoas presentes à assembleia deverão comprovar a sua qualidade de acionista exibindo seu documento de identidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os acionistas poderão ser representados nas assembleias por procurador constituído há menos de um ano, devendo, neste caso, ser apresentados ainda o instrumento de mandato e o comprovante de identidade do mandatário.

**ARTIGO 13** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto; em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**ARTIGO 14** - Antes de abrir-se a assembleia, os acionistas assinarão o 'Livro de Presença', indicando seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

PARÁGRAFO 1º - A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo presidente da mesa, logo após a instalação da assembleia.

PARÁGRAFO 2º - Os acionistas que comparecerem à assembleia após o encerramento da lista poderão participar da reunião, não lhes sendo conferido, porém, o direito de votar

JURÍDICO

em qualquer deliberação social. Adicionalmente, não serão computadas suas ações na determinação do total de votos.

**ARTIGO 15** - Os trabalhos da assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

**ARTIGO 16** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, neste estatuto social, ou em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, as deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

**ARTIGO 17** - Eventuais acionistas dissidentes poderão, nas hipóteses previstas em lei, retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações.

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor de reembolso pago a eventuais acionistas dissidentes pelas suas ações será o menor entre os calculados com base (i) no patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) no valor econômico da Companhia.

**ARTIGO 18** - Salvo deliberação em contrário, as atas das assembleias serão lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive de eventuais dissidências e protestos, e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

**ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 19** - A administração da Companhia competirá ao conselho de administração e à diretoria. O conselho de administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Companhia privativa dos diretores.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 20** - O conselho de administração será composto por no mínimo 3 e, no máximo até 7 (sete) membros, eleitos pela assembleia geral para cumprir mandato unificado de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

PARÁGRAFO 1º - O conselho de administração terá um presidente, o qual será escolhido pela assembleia geral imediatamente após a eleição dos integrantes do órgão.

PARÁGRAFO 2º - Os membros do conselho de administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de diretores.

Estatuto Evoltz (0265633) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 111

**ARTIGO 21** - Em caso de vacância no cargo de conselheiro, seja em razão de renúncia, abandono, impedimento ou morte, o conselho da administração da Companhia nomeará o substituto que servirá até a primeira assembleia geral da Companhia convocada após a vacância.

**ARTIGO 22** - Compete ao conselho de administração, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação, este estatuto social, ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia deliberar sobre as matérias listas abaixo relacionadas à Companhia ou suas controladas:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) aprovar o plano de negócios anual, que deverá conter o orçamento e o detalhamento dos objetivos e estratégias de negócios para o período;

(iii) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições e remuneração observando o limite global de remuneração da Administração estabelecido pela Assembleia Geral de Acionistas;

(iv) aprovar planos de participação de lucros, bem como estabelecer critérios para a remuneração e políticas de benefícios dos administradores e empregados da Companha e suas subsidiárias, incluindo planos de opção para empregados;

(v) fiscalizar a gestão dos diretores;

(vi) determinar a política contábil da Companhia de acordo com as leis brasileiras;

(vii) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;

(viii) determinar o levantamento de balanços intermediários e, com base nestes declarar dividendos;

(ix) deliberar a emissão de bônus de subscrição;

(x) determinar a cobrança de balanços provisórios e, com base nessas demonstrações, declarar dividendos;

(xi) aumentar o capital social da Companhia dentro dos limites do seu capital autorizado;

(xii) abertura de filiais, escritórios ou estabelecimentos de qualquer natureza, em qualquer parte do território nacional ou no exterior;

JURÍDICO

(xiii) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

(xiv) instruir, determinar ou ratificar o voto da Companhia em assembleias de acionistas ou reuniões de sócios de quaisquer sociedades investidas da Companhia;

(xv) convocar a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, quando julgar necessário ou nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

(xvi) autorizar qualquer transação ou endividamento que represente aumento no nível do endividamento financeiro consolidado da Companhia em R$500.000,00 (quinhentos mil reais);

(xvii) autorizar a assunção de compromissos ou obrigações ou a renúncia de direitos ou créditos pela Companhia, em valor superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

(xviii) aprovar previamente, por parte da Companhia e/ou de qualquer controlada, a realização de transações para prevenir ou pôr fim a litígios cujo valor exceda R$500.000,00 (quinhentos mil reais);

(xix) autorizar a celebração, alteração ou rescisão de contratos com partes relacionadas à Companhia, seus administradores e acionistas;

(xx) autorizar a concessão de empréstimos ou linhas de crédito;

(xxi) aprovar a participação, pela Companhia ou por sociedades controladas, em outras entidades;

(xxii) aprovar e fixar políticas, códigos e outros instrumentos de conduta e operação da Companhia;

(xxiii) aprovar a participação da Companhia e de controladas da Companhia em leilões de transmissão de energia e termos e condições fundamentais da proposta(e quaisquer alterações relevantes a essa oferta);

(xxiv) aprovar a celebração, alteração, modificação, rescisão ou renovação de contratos de concessão ou permissão pela Companhia ou por suas controladas;

JURÍDICO EVOLTZ

(xxv) aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos de manutenção e operação dos ativos de transmissão de energia de suas controladas;

(xxvi) autorizar a abertura, alteração de endereço ou a extinção de filiais, sucursais e estabelecimentos da Companhia; e

(xxvii) escolher e destituir eventuais auditores independentes da Companhia.

---

**ARTIGO 23** - O conselho de administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais assim exigirem, mediante convocação escrita de qualquer de seus conselheiros.

PARÁGRAFO 1º - As reuniões do conselho serão convocadas mediante o envio, via carta, fax, *e-mail*, ou outra forma que permita a comprovação do recebimento do correspondente aviso de convocação, devendo a primeira convocação ser enviada com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência.

PARÁGRAFO 2º - O aviso de convocação deverá incluir ordem do dia detalhada (sendo inclusive vedada a utilização da rubrica 'assuntos gerais') e deverá ser acompanhado de todos os documentos de apoio porventura necessários.

PARÁGRAFO 3º - Independentemente das formalidades de convocação previstas neste artigo, serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os conselheiros.

**ARTIGO 24** - Os conselheiros poderão ser representados nas reuniões do conselho de administração por outro conselheiro a quem tenham conferido poderes especiais. Serão igualmente considerados presentes à reunião os conselheiros que dela participarem por intermédio de tele ou videoconferência, devendo, contudo, confirmarem seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao presidente da mesa, por carta, fax, *e-mail*, ou outra forma que permita a comprovação de recebimento, logo após o término da reunião. Nesses casos, o presidente da mesa ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro remetente.

PARÁGRAFO ÚNICO - As reuniões do conselho de administração instalar-se-ão em primeira convocação mediante a presença de todos os conselheiros eleitos, observadas as disposições do caput deste Artigo, e, em segunda convocação, mediante a presença da maioria dos membros eleitos.



**ARTIGO 25** - Ressalvadas as exceções previstas neste estatuto social ou em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, as deliberações do conselho de administração serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes.

**ARTIGO 26** - As decisões do conselho de administração serão lavradas em atas transcritas no livro próprio. Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do conselho de administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

**DIRETORIA**

**ARTIGO 27** - A diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 02 (dois) diretores e no máximo 05 (cinco), sendo um diretor presidente, um diretor financeiro e os demais diretores sem designação específica, eleitos para cumprir mandato unificado de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

PARÁGRAFO 1º - Não obstante o disposto no caput, o prazo de gestão dos diretores se estende até a investidura dos novos administradores eleitos.

PARÁGRAFO 2º - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

(i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(ii) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;

(iii) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções aos Diretores, observado o disposto neste Estatuto;

(iv) propor o quadro de empregados, suas atribuições e respectiva remuneração, que estará sujeito à aprovação do Conselho de Administração;

(v) ser responsável pela estratégia e desenvolvimento da Companhia e entregar resultados financeiros e operacionais;

(vi) conduzir e orientar os princípios norteadores e governança corporativa da Companhia;

JURÍDICO EVOLTZ

(vii) coordenar o atendimento e as relações com os órgãos governamentais, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; e

(viii) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 3º - Compete ao Diretor Financeiro:

(i) planejar, implementar e coordenar os relatórios financeiros, o plano de negócios e a política fiscal da Companhia, além de organizar, elaborar e controlar o orçamento da Companhia;

(ii) preparar as demonstrações financeiras, gerir a contabilidade e administrar a tesouraria da Companhia em atendimento às determinações legais vigentes;

(iii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;

(iv) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia e ao Conselho de Administração;

(v) planejar e executar políticas de gestão em sua área de competência;

(vi) administrar a estrutura de capital, os relacionamentos e reportar as exigências dos credores, financiadores, agências de classificação de risco de crédito e contrapartes de crédito da Companhia; e

(vii) exercer outras atribuições designadas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 28** - Em caso de vacância em qualquer dos cargos da diretoria, seja em razão de renúncia, impedimento ou morte, caberá à assembleia geral a eleição de novo diretor.

**ARTIGO 29** - A diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus diretores.

**ARTIGO 30** – A diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por lei, pelo presente estatuto, ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, sejam de competência ou dependam de prévia aprovação da assembleia geral.

JURÍDICO

PARÁGRAFO 1º - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ou perante terceiros ou quaisquer repartições e autoridades federais, estaduais ou municipais será realizada (i) por 02 (dois) diretores da Companhia, em conjunto, sendo um o Diretor Presidente; ou (ii) por 01 (um) diretor da Companhia em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos.

PARÁGRAFO 2º - As procurações em nome da Companhia serão assinadas por 02 (dois) diretores da Companhia, em conjunto; e deverão especificar os poderes conferidos. As procurações outorgadas em nome da Companhia terão o período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, com exceção daquelas para fins de processos judiciais, administrativos ou arbitrais; ou aquelas outorgadas à instituições financeiras no âmbito de contratos de financiamento de longo prazo, bem como no âmbito dos respectivos contratos acessórios, desde que limitadas ao prazo de eficácia dos referidos contratos de financiamento.

PARÁGRAFO 3º - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer diretor ou procurador que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e operações estranhos aos seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, que estará sujeito i infrator deste dispositivo.

**CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 31** - O conselho fiscal da Companhia, que somente será instalado mediante pedido de acionistas ou exigência legal, será composto de no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, e igual número de suplentes, eleitos pela assembleia geral.

**ARTIGO 32** - O funcionamento e a competência do conselho fiscal da Companhia, bem como os deveres e as responsabilidades de seus conselheiros, obedecerão às disposições legais pertinentes.

**EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS**

**ARTIGO 33** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano.

JURÍDICO

**ARTIGO 34** - Ao final de cada exercício social, a diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) a demonstração do resultado do exercício; e (iv) a demonstração dos fluxos de caixa. As demonstrações financeiras serão elaboradas de acordo com as normas legais aplicáveis, as quais serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

**ARTIGO 35** - Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

**ARTIGO 36** - Do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

PARÁGRAFO 1º - Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

PARÁGRAFO 2º - A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

**ARTIGO 37** - Os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício.

PARÁGRAFO 1º - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a administração informar à assembleia geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

PARÁGRAFO 2º - Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do parágrafo primeiro deste artigo serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia assim o permitir.

**ARTIGO 38** - A Companhia, mediante deliberação de seu conselho de administração, poderá levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos

JURÍDICO

intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Poderá, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.

PARÁGRAFO ÚNICO - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

---

**ARTIGO 39** - Os dividendos, sejam anuais ou intermediários, serão pagos pela Companhia à pessoa que, na data do ato de declaração do dividendo, estiver inscrita como proprietária ou usufrutuária da ação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Salvo disposição contrário da assembleia geral, os dividendos serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

**ARTIGO 40** - A Companhia, mediante deliberação do conselho de administração, poderá determinar o pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio, cujos valores poderão, nos termos do artigo 9º, §7º da lei nº 9.249/95, ser imputados ao dividendo obrigatório.

**TRANSFORMAÇÃO**

**ARTIGO 41** - A transformação da Companhia em outro tipo societário está sujeita à aprovação dos acionistas, em assembleia geral, que representem a maioria do capital social com direito de voto, não se computando os votos em branco.

**DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 42** - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da assembleia geral ou nos demais casos previstos em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - Compete à assembleia geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e o conselho fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei.

JURÍDICO

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ARTIGO 43** - A Companhia disponibilizará aos acionistas contratos firmados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisições de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

**ARTIGO 44** - No caso de abertura do capital da Companhia e obtenção de registro de companhia aberta na Categoria A, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 578, de 30.08.2016, conforme alterada.

**ARTIGO 45** - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem a ser realizada na cidade do São Paulo e administrada pela Câmara de Comércio Internacional – *International Chamber of Commerce* – ICC ("Câmara"), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76 e às demais normas aplicáveis ao funcionamento das Companhias em geral, no estatuto social da Companhia, aos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, de acordo com o regulamento de arbitragem da Câmara e o disposto na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada.

JURÍDICO

# Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

| | |
|---|---|
| **CNPJ:** | 28.037.759/0001-68 |
| **NOME EMPRESARIAL:** | EVOLTZ PARTICIPACOES S/A. |
| **CAPITAL SOCIAL:** | R$500.001.000,00 (Quinhentos milhões, um mil reais) |

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | DENISE ARAUJO FRANCISCO |
| **Qualificação:** | 10-Diretor |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | JOAO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA |
| **Qualificação:** | 16-Presidente |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | GABRIELA DESIRE OLIMPIO PEREIRA |
| **Qualificação:** | 10-Diretor |

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **19/06/2020** às **14:39** (data e hora de Brasília).

# Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

| | |
|---|---|
| **CNPJ:** | 09.584.854/0001-37 |
| **NOME EMPRESARIAL:** | MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A |
| **CAPITAL SOCIAL:** | R$1.255.333.123,00 (Hum bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e trinta e tres mil e cento e vinte e tres reais) |

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | DENISE ARAUJO FRANCISCO |
| **Qualificação:** | 10-Diretor |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | GABRIELA DESIRE OLIMPIO PEREIRA |
| **Qualificação:** | 10-Diretor |

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **15/07/2020** às **15:23** (data e hora de Brasília).

Edital Eletrobras 01/2019

# CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS

celebrado entre,

de um lado,

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS**

como Vendedora,

e, de outro lado,

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**

como Compradora,

e, ainda,

**MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

como Interveniente Anuente

_____

DATA

28 DE ABRIL DE 2020

_____

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

Eletrobras
PRJE

# CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado,

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda, nº 196, 24º andar, Centro, CEP 20.091-005, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.001.180/0001-26, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante designada "Vendedora");

e, de outro lado,

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, n° 199, Lote 1, PAL 46742, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, CEP 22775-022, inscrita no CNPJ sob o n° 28.037.759/0001-68, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante designada "Compradora");

Sendo Compradora e Vendedora também designadas, em conjunto, como "Partes" e, isolada e indistintamente, como "Parte";

e ainda, na qualidade de intervenientes anuentes:

**MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede em Brasília, no Distrito Federal, na ST SCN Quadra 1, Bloco C, n° 85, salas 1708 a 1714, Edifício BSB Trade Center, Asa Norte, CEP 70.711-902, inscrita no CNPJ sob o n° 09.584.854/0001-37, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante designada "MTE" ou "Companhia");

## CONSIDERANDO QUE:

(i) as Companhias têm como objeto a transmissão de energia elétrica, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão (conforme abaixo definido);

(ii) o capital social da MTE é, nesta data, de R$ 1.255.333.123,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e trinta e três mil, cento e vinte e três reais) , dividido em 1.255.333.123 (um bilhão, duzentas e cinquenta e cinco milhões, trezentas e trinta e três mil, cento e vinte e três) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo a Vendedora, direta ou indiretamente, titular de 621.389.896 (seiscentas e vinte e uma milhões, trezentas e oitenta e nove mil, oitocentas e noventa e seis) ações ordinárias de emissão da MTE, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, representativas de 49,5% (quarenta e nove inteiros e cinco décimos de por cento) do capital social total da MTE ("Ações da MTE");

(iii) as Ações foram objeto de alienação por meio do procedimento competitivo estabelecido no âmbito do Decreto nº 9.188/2017, cuja adesão pela Eletrobras ocorreu em 28.03.2019, iniciado em 29 de julho de 2019, em conformidade com o Edital do Procedimento Competitivo Eletrobras nº. 01/2019 ("Edital"), tendo a Compradora apresentado a Proposta Econômica vencedora no âmbito deste procedimento; e

(iv) sujeito aos termos, condições e cláusulas abaixo, a Vendedora deseja vender a

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
Contrato Compra e Venda de Ações (0266068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 124

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

totalidade das Ações para a Compradora e a Compradora, por sua vez, deseja comprar a totalidade das Ações da Vendedora na Data do Fechamento ("Operação");

**ISTO POSTO**, resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), o qual será regido pelos seguintes termos, condições e cláusulas:

## CLÁUSULA 1. DEFINIÇÕES.

1.1. Termos Definidos. Para os fins deste Contrato e de seus anexos, os termos que não estiverem devidamente definidos através de outras cláusulas do presente Contrato, terão os significados estabelecidos abaixo:

| | |
|---|---|
| Ações | tem a definição que lhe é atribuída nos Considerandos do presente Contrato. |
| Acordo de Acionistas | significa os seguintes Acordo de Acionistas das Companhias: (i) o Acordo de Acionistas da MTE celebrado entre o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., com a interveniência da MTE, em 25 de julho de 2008, conforme aditado; e posteriormente aderido pela Compradora em 30 de maio de 2018. |
| Administradores | com relação a qualquer Pessoa, significa os administradores ou gestores de referida Pessoa: (i) nomeados ou eleitos nos termos das Leis aplicáveis e de seu respectivo estatuto/contrato social ou regulamento; (ii) para exercício da administração ou representação legal de referida Pessoa; e (iii) independentemente da designação que a eles couber e/ou do órgão da administração de que sejam membros. |
| Afiliadas | significa, com relação a uma Pessoa: (i) seu Controlador, direto ou indireto; (ii) qualquer outra Pessoa que, direta ou indiretamente, seja Controlada por tal Pessoa; ou (iii) qualquer Pessoa sob Controle comum com tal Pessoa. |
| ANEEL | significa a Agência Nacional de Energia Elétrica. |
| Aprovação da ANEEL | significa a anuência prévia, pela ANEEL, concedida mediante resolução autorizativa, conforme previsto na resolução normativa ANEEL nº 484, de 17 de abril de 2012, relativamente à consumação da Operação. |
| Aprovação do CADE | significa a aprovação por meio de decisão administrativa final e irrecorrível, pelo CADE, relativamente à consumação da Operação. |
| Autoridade Governamental | significa qualquer governo, autoridade, autarquia, entidade governamental, agência regulatória ou outras entidade setorial (incluindo Ministério de Minas e Energia – MME, ANEEL, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE), ministério público, departamento, comissão (incluindo a Comissão de Valores Mobiliários), conselho (incluindo o CADE), bolsa de valores, órgãos e qualquer juízo, tribunal arbitral, |

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
Contrato Compra e Venda de Ações (0266068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 125

corte, árbitro, tribunal, estrangeiro ou nacional, com jurisdição sobre as Partes.

| | |
|---|---|
| CADE | significa o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. |
| Câmara Arbitral | significa a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem. |
| CNPJ | Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia. |
| Código Civil | significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada e em vigor. |
| Código de Processo Civil | significa a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada e em vigor. |
| Companhias | tem a definição que lhe é atribuída no preâmbulo deste Contrato. |
| Compradora | tem a definição que lhe é atribuída no preâmbulo deste Contrato. |
| Comunicações | significa todas e quaisquer comunicações previstas no, decorrentes do e/ou para os fins e efeitos deste Contrato, incluindo avisos, ciências, respostas, solicitações, manifestações, notificações, citações e intimações entre as Partes, sejam elas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais, que deverão ser realizadas consoante o disposto na Cláusula 13. |
| Condições Suspensivas | significa, conjuntamente, as Condições Suspensivas das Partes e as Condições Suspensivas da Vendedora. |
| Condições Suspensivas da Vendedora | tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 5.2. |
| Condições Suspensivas das Partes | tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 5.1. |
| Conflito | significa qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza, direta ou indiretamente, relacionado ao e/ou decorrente do presente Contrato envolvendo as Partes ou as Companhias, conforme previsto na Cláusula 14.11. |
| Contrato | significa este Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, seus respectivos anexos e eventuais aditamentos. |
| Contratos de Concessão | significa o Contrato de Concessão da MTE. |
| Contratos com Restrição | significa os contratos celebrados pelas Companhias que tenham cláusula de vencimento antecipado, rescisão obrigatória, penalidades ou outros |

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

| | |
|---|---|
| | eventos adversos para qualquer das Companhias e/ou para a Vendedora em decorrência da implementação da Operação, incluindo a transferência das Ações para a Compradora, conforme listados no Anexo A. |
| Controladora | significa, nos termos dos artigos 116 e 243 da Lei das S.A., a Pessoa, ou grupo de Pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que: (i) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores de outra Pessoa; e (ii) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos de administração de outra Pessoa. Termos como "Controle" e "Controlada" terão significado análogo ao de Controladora. |
| Curso Normal do Negócio | significa o conjunto de atividades que, pela sua natureza, finalidade ou forma de execução, seja necessário à consecução do objeto social das Companhias, levando-se em consideração a continuidade das atividades de cada uma das Companhias nos seus níveis e padrões usuais e sem que haja qualquer interrupção, desde que: (i) sejam realizadas no curso normal e ordinário, de maneira diligente, sem qualquer alteração ou interrupção relevante em relação à natureza, meios e objetivos de suas atividades; e (ii) sejam consistentes, pela sua natureza, finalidade e forma de execução, com as práticas do mercado aplicáveis a toda a indústria em que as Companhias atuam. |
| Data Base | significa 31 de dezembro de 2018. |
| Data de Assinatura | significa a data de assinatura deste Contrato. |
| Data do Fechamento | tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 6.1. |
| Demonstrações Financeiras Base | significa as demonstrações financeiras das Companhias de 31 de dezembro de 2018. |
| Dia Útil | significa qualquer dia, exceto sábados, domingos ou feriados em que os bancos comerciais estejam autorizados por Lei a permanecer fechados, na Cidade de Brasília, Distrito Federal e/ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. |
| Distribuição | significa quaisquer dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital ou outra distribuição ou pagamento, em bens ou espécie, à Vendedora por conta de sua participação societária no capital social das Companhias (seja em dinheiro, ativos, ações ou demais valores mobiliários). |
| Fechamento | significa a consumação da Operação, com a compra e venda de todas e não menos que todas as Ações, nos termos e condições deste Contrato. |

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
Contrato Compra e Venda de Ações (0266068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 127

| | |
|---|---|
| Informação Confidencial | significa todas as informações e documentos não públicos e de natureza sigilosa relacionados à Operação, às Companhias ou às Partes, incluindo certas informações privadas sobre a potencial estratégia de negócios, operações, assuntos financeiros e outros assuntos relacionados às Companhias ou às Partes ou suas Afiliadas. |
| Lei | significa qualquer lei, estatuto, regulamento, regra, ofício, determinação, ordem, decisão, sentença ou exigência editada, promulgada, formulada ou imposta por qualquer Autoridade Governamental. |
| Lei das S.A. | significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor. |
| Liquidação Total | significa o pagamento tempestivo e integral do Preço de Venda do Lote (conforme definido no Edital) pela Compradora à Vendedora, mediante a realização dos atos de Fechamento previstos na Cláusula 6.1. |
| Notificação de Conflito | tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 14.11. |
| Ônus | significa todo e qualquer ônus ou gravames que recaia sobre um determinado bem ou direito, inclusive direitos reais de garantia, tais como penhor, hipoteca e anticrese, alienação fiduciária, usufruto, foro, pensão, encargos de terceiros e, no que se refere a ações, quotas ou outros valores mobiliários, qualquer opção, acordo de acionistas, acordo de sócios, direito de preferência, direito de primeira oferta ou direito de primeira recusa. |
| Operação | tem a definição que lhe é atribuída nos Considerandos do presente Contrato. |
| Parte ou Partes | significa a Vendedora e a Compradora, em conjunto ou isolada e indistintamente. |
| Parte Indenizável da Compradora | significa a Compradora e seus respectivos Administradores. |
| Perda | significa quaisquer perdas, danos (diretos ou indiretos), multas, penalidades, juros de mora, correção monetária, custos e despesas, incluindo honorários advocatícios, honorários periciais e custas judiciais, efetivamente incorridos e desembolsados pela Pessoa em questão, observado que não estão incluídos na definição de Perda (e ficam expressamente excluídos de qualquer obrigação de indenizar decorrente deste Contrato) lucros cessantes. |
| Pessoa | significa uma pessoa natural, jurídica ou entidade não personificada, incluindo sociedades de qualquer tipo, de fato ou de direito, consórcio, parceria, associação, *joint venture*, fundos de investimento, *trusts*, condomínios, universalidade de direitos e Autoridades Governamentais. |
| Preço de Compra | tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 3.1, significando o preço |

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
Contrato Compra e Venda de Ações (0266068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 128

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

de compra a ser pago pelas Ações, o qual deverá ser ajustado de acordo com o disposto na Cláusula 3.2 .

Primeira Parcela — tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 4.1(i).

Regulamento — tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 14.11.

SELIC — significa a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil para títulos federais, conforme divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Segunda Parcela — tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 4.1(ii).

Tributos — significa: (i) todos os impostos, taxas e contribuições impostas por qualquer Autoridade Governamental, sobre lucro, renda, receita bruta, vendas, uso, bens e serviços, propriedade, transferência de capital, circulação de mercadorias, ganho de capital, folha de pagamento e outras remunerações ao empregado, incluindo contribuições sociais, contribuições previdenciárias e outros tributos; e (ii) qualquer encargo moratório imposto por qualquer Autoridade Governamental em razão da incidência de impostos, taxas e contribuições (tais como correção monetária, juros e multa).

Vendedora — tem a definição que lhe é atribuída no preâmbulo deste Contrato.

1.2. Interpretação. O presente Contrato deverá ser regido e interpretado de acordo com os seguintes princípios:

(i) os cabeçalhos e títulos do presente Contrato são exclusivamente destinados para conveniência de referência e não deverão restringir ou afetar o significado das cláusulas ou dos itens aos quais eles são aplicáveis;

(ii) os termos “inclusive”, “incluído”, “incluindo” e outros termos similares deverão ser interpretados como se eles fossem seguidos pela expressão “a título meramente exemplificativo”, “mas não limitado” ou “entre outros”;

(iii) sempre que exigido pelo contexto, a referência ao singular inclui referência ao plural e vice-versa, e a referência ao gênero masculino inclui referência ao gênero feminino e vice-versa, sem qualquer alteração de significado;

(iv) exceto se de outra forma expressamente previsto no presente Contrato, as referências a qualquer documento ou outro instrumento deverão incluir todas as suas alterações, substituições, consolidações, complementos e anexos;

(v) uma referência a qualquer Pessoa inclui tal Pessoa e todos os seus respectivos herdeiros, cessionários permitidos e outros sucessores, a qualquer título;

(vi) exceto se de outra forma expressamente previsto no presente Contrato, as referências às cláusulas, itens, apensos ou anexos deverão ser aplicáveis às cláusulas, itens, apensos ou anexos do presente Contrato; e

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Eletrobras
PRJE
Contrato Compra e Venda de Ações (0266068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 129

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

(vii) todos os anexos deste Contrato são ora incorporados por referência e constituem parte integrante deste Contrato.

1.3. Prazos. Todos os prazos estabelecidos no ou originados do presente Contrato deverão ser calculados conforme previsto pelo artigo 132 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, ou seja, excluindo-se a data inicial e incluindo a data de vencimento. Qualquer prazo que expirar em um dia que não for um Dia Útil deverá ser automaticamente prorrogado até o Dia Útil imediatamente subsequente.

## CLÁUSULA 2. COMPRA E VENDA.

2.1. Compra e Venda. Observados os termos, condições e disposições previstos no presente Contrato, e sujeito ao cumprimento ou renúncia das Condições Suspensivas, a Vendedora compromete-se, de forma irrevogável e irretratável, a vender para a Compradora, e a Compradora, de forma irrevogável e irretratável, compromete-se a adquirir da Vendedora, pelo Preço de Compra, a totalidade das Ações, com tudo o que elas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer Ônus, exceto pelos Ônus decorrentes dos Contratos com Restrição listados no Anexo A e dos Acordos de Acionistas.

2.2. Transferência das Ações. As Partes concordam que, após o cumprimento ou renúncia das Condições Suspensivas, conforme aplicável, as Ações deverão ser transferidas para a Compradora, na Data do Fechamento, mediante a assinatura pelas Partes dos respectivos termos lavrados nos Livros de Transferência de Ações Nominativas das Companhias, em contraprestação ao pagamento da Segunda Parcela, de acordo com os procedimentos de Liquidação Total.

## CLÁUSULA 3. PREÇO.

3.1. Preço de Compra. Observada a Cláusula 3.2, o preço de compra, a ser pago pela Compradora à Vendedora em contrapartida pela aquisição das Ações, é de R$ 232.000.000,00 (duzentos e trinta e dois milhões de reais), referido a Data Base ("Preço de Compra").

3.1.1. O Preço de Compra corresponde ao preço indicado na maior Proposta Econômica (conforme definido no Edital) apresentada no âmbito do Procedimento Competitivo por um Proponente apto e devidamente habilitado para aquisição da totalidade das Ações.

3.2. Ajuste do Preço de Compra. O Preço de Compra será ajustado da seguinte forma:

(i) pela variação positiva acumulada da taxa SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil com base em 252 dias úteis, pro rata die, durante o período compreendido entre 31 de dezembro de 2018 até a data de pagamento da Primeira Parcela;

(ii) pela variação positiva acumulada resultante da aplicação de 110% (cento e dez por cento) da taxa SELIC, pro rata die, aplicada sobre o saldo devedor, observada durante o período compreendido entre a data de pagamento da Primeira Parcela até a data de pagamento da Segunda Parcela;

(iii) o Preço de Compra será reduzido em um valor equivalente ao montante de

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

qualquer Distribuição porventura declarada e paga pelas Companhias à Vendedora a partir da Data Base até a Data do Fechamento, desde que a referida Distribuição não tenha sido provisionada nas Demonstrações Financeiras Base, ressalvado o disposto na Cláusula 3.2.1; e

(iv) o Preço de Compra será aumentado em valor equivalente ao montante eventualmente aportado pela Vendedora nas Companhias após a Data Base, seja no âmbito de aumento de capital social ou adiantamento para futuro aumento de capital das Companhias.

3.2.1. Na hipótese de, na Data do Fechamento, haver qualquer Distribuição declarada após a Data-Base, e não provisionada nas Demonstrações Financeiras Base, e ainda não paga: (i) o montante da Distribuição a que a Vendedora fizer jus será deduzido do Preço de Compra; e (ii) a respectiva Companhia pagará, e a Compradora fará com que a Companhia pague, à Vendedora, a totalidade desse montante no prazo previsto na respectiva deliberação societária da Companhia.

3.2.2. Na hipótese de, na Data do Fechamento, haver qualquer Distribuição já declarada e provisionada nas Demonstrações Financeiras Base que ainda não tenha sido paga, o montante da Distribuição a que a Vendedora fizer jus deverá ser pago a ela e não será deduzido do Preço de Compra. A Compradora obriga-se a empregar seus melhores esforços em fazer com que a Companhia pague a totalidade deste montante à Vendedora no prazo previsto na respectiva deliberação societária da Companhia.

3.2.3. Para fins do ajuste do Preço de Compra previsto nesta Cláusula 3.2, cada Companhia deverá, até 5 (cinco) Dias Úteis antes da Data do Fechamento, entregar às Partes: (i) notificação atestando (a) os montantes e as datas de declaração e/ou pagamento de quaisquer Distribuições declaradas e/ou pagas a partir da Data Base, se houver, e (b) os montantes aportados pela Vendedora na Companhia após a Data Base, no âmbito de aumento de capital social ou adiantamento para futuro aumento de capital, se houver; e (ii) cópia de balancete da Companhia levantado (a) no último dia do mês anterior à Data do Fechamento, se o Fechamento estiver previsto para ocorrer após o 5º (quinto) Dia Útil do respectivo mês, ou (b) no último dia do mês imediatamente precedente ao mês anterior à Data de Fechamento, se o Fechamento estiver previsto para ocorrer até o 5º (quinto) Dia Útil do respectivo mês.

3.2.4. Caso, no Dia Útil imediatamente anterior à Data do Fechamento, o valor da SELIC não tenha sido divulgado para um determinado período, será considerado para fins de atualização do Preço de Compra, o valor projetado pelo Relatório Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil.

## CLÁUSULA 4. PAGAMENTO.

4.1. Pagamento do Preço de Compra. O Preço de Compra será pago pela Compradora à Vendedora em duas parcelas, conforme indicado abaixo:

(i) A primeira parcela, equivalente a 10% (dez por cento) da soma do Preço de Compra (ajustada na forma da Cláusula 3.2 acima), será paga em até 3 (três) Dias Úteis contados da Data de Assinatura ("Primeira Parcela"); e

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Eletrobras
PRJE
Contrato Compra e Venda de Ações (0266068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 131

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

(ii) A segunda parcela será equivalente ao Preço de Compra, ajustada na forma da Cláusula 3.2 acima, menos a Primeira Parcela, e deverá ser paga na Data do Fechamento ("Segunda Parcela").

4.1.1. O pagamento da Primeira Parcela será realizado de forma irrevogável, irretratável e sem direito a qualquer ressarcimento pela Vendedora à Compradora ainda que o Fechamento e a Liquidação Total não sejam concluídos, salvo em decorrência de algum ato doloso praticado pela Vendedora visando a obstar o Fechamento e a Liquidação Total, hipótese na qual a Compradora poderá buscar ser ressarcida. O pagamento da Primeira Parcela não prejudica o direito de a Vendedora buscar o devido ressarcimento por eventuais danos e/ou prejuízos ocasionados pela não Liquidação Total do Contrato decorrentes de culpa ou dolo da Compradora.

4.1.2. O pagamento da Primeira e Segunda Parcelas deverá ser efetuado mediante depósito na conta corrente indicada a seguir:

Titular: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras
Banco do Brasil
Agência 3064-3
Conta corrente 502000-X
CNPJ Eletrobras: 000011800002-07
Deve-se informar CNPJ do depositante como código identificador.

4.2. Tributos. As Partes reconhecem que serão única e individualmente responsáveis pelo integral e pontual pagamento de todo e qualquer Tributo que seja de sua responsabilidade e que incida, venha a incidir na ou decorra da Operação, nos termos da Lei aplicável.

## CLÁUSULA 5. CONDIÇÕES SUSPENSIVAS.

5.1. Condições Suspensivas às Obrigações das Partes. A obrigação das Partes de consumar a Operação está condicionada à implementação ou verificação, conforme o caso, até ou na Data do Fechamento, das seguintes condições suspensivas, que não estarão sujeitas à renúncia de qualquer das Partes ("Condições Suspensivas das Partes"):

(i) obtenção pela Compradora da Aprovação da ANEEL, conforme previsto na Cláusula 5.3;

(ii) obtenção pela Compradora da Aprovação do CADE ou declaração de não-conhecimento da Operação pelo CADE nos termos do art. 9º, § único, da Resolução CADE nº 2/2012, conforme previsto nas Cláusulas 5.4 e 8; e

(iii) nenhuma Lei aplicável que impeça a consumação da Operação deverá estar em vigor ou existir.

5.2. Condições Suspensivas às Obrigações da Vendedora. A obrigação da Vendedora de consumar o Fechamento está condicionada à implementação ou verificação, conforme o caso, até ou na Data do Fechamento, das seguintes condições suspensivas (sem prejuízo do direito da Vendedora de renunciar, por escrito, total ou parcialmente, a qualquer das referidas condições, desde que legalmente possível) ("Condições Suspensivas da Vendedora"):

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
Contrato Compra e Venda de Ações (0266068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 132

(i) as declarações e garantias da Compradora constantes na Cláusula 9.3 deverão ser completas, corretas e verdadeiras na Data do Fechamento;

(ii) não deverá ter ocorrido, até a Data do Fechamento, violação por parte da Compradora das obrigações e compromissos por ela assumidos no presente Contrato; e

(iii) obtenção pela Compradora da anuência de todas as contrapartes dos Contratos com Restrição para a implementação da Operação, observado o disposto na Cláusula 5.5.

5.3. Cumprimento da Condição Suspensiva Relativa à Aprovação da ANEEL. A Condição Suspensiva relativa à Aprovação da ANEEL, na forma da Cláusula 5.1(i), somente será considerada cumprida após a publicação no diário oficial da união da Aprovação da ANEEL.

5.3.1. Salvo se diversamente acordado entre as Partes, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da Data de Assinatura, a Compradora deverá requerer a Aprovação da ANEEL para implementação da Operação, conforme requerimento a ser previamente aprovado pela Vendedora e ao qual deverá ser anexada toda a documentação e informações necessárias para o cumprimento do disposto no Contrato de Concessão e na resolução normativa ANEEL nº 484, de 17 de abril de 2012.

5.3.2. A responsabilidade pela apresentação e acompanhamento do requerimento submetido à ANEEL, bem como pela apresentação de quaisquer outros documentos ou informações solicitadas pela ANEEL com vistas à obtenção da Aprovação da ANEEL, será da Compradora, que coordenará todos os atos a serem praticados junto à ANEEL, devendo manter a Vendedora e as Companhias informadas de qualquer comunicação da ANEEL a respeito do referido requerimento.

5.3.3. A Compradora arcará com todos os custos e despesas necessários relativos à obtenção da Aprovação da ANEEL, se houver, com exceção dos custos e despesas incorridos diretamente pela Vendedora e pelas Companhias com os seus respectivos advogados, os quais serão arcados respectivamente pela Vendedora e pelas Companhias.

5.3.4. As Partes e as Companhias, neste ato, se obrigam a cooperar, integral e tempestivamente, umas com as outras para a submissão à ANEEL dos documentos e formulários necessários, incluindo o requerimento previsto na Cláusula 5.3.1, e a fornecer toda e qualquer informação indispensável para obtenção da Aprovação da ANEEL.

5.3.5. A obtenção da Aprovação da ANEEL é de responsabilidade exclusiva da Compradora, de forma que caso a Compradora não obtenha, por qualquer motivo, a Aprovação da ANEEL, o Contrato poderá ser rescindido pela Vendedora, sem prejuízo de eventuais penalidades e sanções a serem aplicados à Compradora, em conformidade com a Cláusula 12 abaixo.

5.4. Cumprimento da Condição Suspensiva Relativa à Aprovação do CADE. Observado o disposto na Cláusula 8, a Condição Suspensiva relativa à Aprovação do CADE, na forma da Cláusula 5.1(ii), somente será considerada cumprida após os seguintes eventos:

(i) a emissão de declaração pelo CADE atestando o não-conhecimento da

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1

Operação nos termos do art. 9º, § único, da Resolução CADE nº 2/2012; ou

(ii) a emissão de certificado específico emitido pelo CADE atestando o decurso do prazo de 15 (quinze) dias após a data da publicação, no diário oficial da união, da aprovação sem restrições da Operação pela Superintendência Geral do CADE, nos termos da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada, sem que tenha havido pedido de avocação ou interposição de recurso de terceiros interessados ao Tribunal do CADE; ou

(iii) a publicação da decisão final do Tribunal do CADE, no diário oficial da união, aprovando sem restrições a Operação, na hipótese de ter havido impugnação, avocação ou recurso de terceiros interessados, ou aprovando com restrições a Operação, observado o disposto na Cláusula 8.

5.5. Cumprimento da Condição Suspensiva Relativa aos Contratos com Restrição. A Condição Suspensiva relativa à obtenção pela Compradora da anuência de todas as contrapartes dos Contratos com Restrição, nos termos da Cláusula 5.2(iii), somente será considerada cumprida se, com relação a cada um dos Contratos com Restrição:

(i) a Compradora apresentar à Vendedora o documento por meio do qual a respectiva contraparte manifestou sua anuência para a implementação da Operação, incluindo, sem limitação, a transferência das Ações à Compradora; ou, alternativamente,

(ii) a Compradora comprovar a quitação antecipada, assunção do débito (com anuência da respectiva contraparte) ou a adoção pela Compradora de outras medidas a fim de evitar a imposição de penalidade ou outro efeito adverso às Companhias e/ou à Vendedora, conforme o caso, em decorrência da consumação da Operação.

5.5.1. Salvo se diversamente acordado entre as Partes, a Compradora deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da Data de Assinatura, enviar às contrapartes dos Contratos com Restrição requerimento de anuência para consumação da Operação.

5.5.2. A responsabilidade pela apresentação e acompanhamento do requerimento a ser enviado às contrapartes dos Contratos com Restrição, bem como pela adoção de quaisquer medidas necessárias à consumação da Operação sem efeitos adversos às Companhias e/ou à Vendedora decorrentes dos Contratos com Restrição, conforme o caso, será da Compradora, que deverá manter a Vendedora e as Companhias informadas sobre os desdobramentos do respectivo requerimento.

5.5.3. A Compradora arcará com todos os custos e despesas necessários relativos à obtenção da anuência das contrapartes dos Contratos com Restrição.

5.5.4. As Companhias, neste ato, se comprometem a cooperar, integral e tempestivamente com a Compradora para obtenção da anuência das contrapartes dos Contratos com Restrição, incluindo com o fornecimento de toda e qualquer informação razoável que seja indispensável para obtenção da respectiva anuência.

5.5.5. A obtenção da anuência das contrapartes dos Contratos com Restrição constitui álea ordinária do presente Contrato, consistente em fato futuro e incerto, cujo risco é exclusivamente da Compradora, sem direito a qualquer ajuste ou alteração do Preço de

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1

Compra, ainda que as respectivas contrapartes não consintam com a implementação da Operação.

5.5.6. A Compradora arcará com todos os ônus e riscos decorrentes de eventual falta ou negativa de anuência, bem como de eventual rescisão, penalidade ou indenização oriundos dos Contratos com Restrição, incluindo, sem limitação, àquelas que ocorram por eventual impossibilidade de honrar prazo de denúncia dos Contratos com Restrição que tenham como contraparte entes privados ou aquelas que decorram dos Contratos com Restrição que tenham como contraparte entes integrantes da Administração Pública, direta ou indireta.

5.5.6.1. Eventuais aplicações de penalidades e indenizações a que porventura façam jus as contrapartes dos Contratos com Restrição em razão da implementação da Operação deverão ser obrigatoriamente pagas pela Compradora diretamente à respectiva contraparte ou reembolsadas à Vendedora, caso a Vendedora venha excepcionalmente a arcar com algum pagamento dessa espécie, no prazo de até 5 (cinco) dias a partir do envio de Comunicação pela Vendedora à Compradora, sem qualquer direito a ajuste ou alteração, de qualquer maneira, no Preço de Compra.

5.5.7. A partir do Fechamento, a Vendedora estará isenta de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação decorrentes dos Contratos com Restrição, devendo a Compradora manter a Vendedora indene de toda e qualquer Perda relativa aos Contratos com Restrição, nos termos da Cláusula 11.2(iii).

5.6. Cumprimento de Condições Suspensivas. Cada Parte compromete-se a tomar todas as medidas e praticar todos os atos necessários para implementar as Condições Suspensivas, tão logo seja possível a partir da Data de Assinatura. Cada Parte poderá acompanhar as medidas tomadas pela outra a respeito da implementação das Condições Suspensivas. Cada Parte se compromete a manter a outra informada sobre o cumprimento das Condições Suspensivas, disponibilizando, mediante solicitação razoável, cópia dos documentos necessários para comprovar o cumprimento das Condições Suspensivas.

5.7. Notificação de Cumprimento. Sem prejuízo dos demais prazos estabelecidos neste Contrato para a notificação da outra Parte em relação ao cumprimento das Condições Suspensivas e do direito de qualquer das Partes de notificar, a qualquer momento, a outra Parte do efetivo cumprimento das Condições Suspensivas, cada uma das Partes deverá notificar a outra Parte sobre o cumprimento das Condições Suspensivas previstas na Cláusula 5 em até 2 (dois) Dias Úteis contados da efetiva verificação ou satisfação da Condição Suspensiva.

## CLÁUSULA 6. FECHAMENTO.

6.1. Fechamento. As Partes se obrigam a consumar os seguintes atos de Fechamento, que serão realizados na sede da Companhia, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que se verificar o cumprimento ou renúncia, por escrito, total ou parcial (desde que legalmente possível), de todas as Condições Suspensivas, ou em outra data ou local que a Vendedora vier a determinar com base em (i) decisão da Administração da Vendedora e/ou (ii) em requerimento, por escrito e devidamente fundamentado, da Compradora (a data em que o Fechamento ocorrer, doravante denominada "Data do Fechamento"):

(i) a Compradora efetuará o pagamento à Vendedora da Segunda Parcela,

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

observado o disposto nas Cláusulas 3 e 4;

(ii) a Vendedora deverá comprovar à Compradora a ausência de Ônus sobre as Ações, exceto pelos Ônus decorrentes dos Contratos com Restrição listados no Anexo A, mediante a apresentação dos respectivos Livros de Registro de Ações das Companhias;

(iii) as Partes deverão assinar, celebrar e implementar todos os documentos e atos necessários ou convenientes nos termos da Lei aplicável para a efetiva transferência de titularidade das Ações à Compradora, incluindo a assinatura dos respectivos termos lavrados nos Livros de Transferência de Ações Nominativas das Companhias;

(iv) a Vendedora entregará à Compradora as cartas de renúncia dos administradores das Companhias indicados pela Vendedora, conforme modelo constante do Anexo 6.1(iv);

(v) as Partes assinarão um termo de fechamento atestando que: (a) todas as declarações e garantias prestadas por tal Parte são verdadeiras, completas e corretas na Data do Fechamento, exceto com relação a (x) alterações nas declarações e garantias prestadas pela Vendedora ocorridas no Curso Normal dos Negócios das Companhias, as quais deverão ser expressamente identificadas no termo de fechamento, e (y) declarações e garantias que se refiram a uma data específica que deverão ser completas, corretas e verdadeiras na referida data específica; e (b) as Condições Suspensivas a cargo de tal Parte foram devidamente cumpridas ou, conforme o caso, renunciadas pela outra Parte.

6.2. Simultaneidade dos Atos. Todos os atos do Fechamento, conforme descritos na Cláusula 6.1, serão considerados como tendo sido praticados simultaneamente. Nesse sentido, nenhum ato ou obrigação será considerado praticado ou cumprido até que todos os outros atos previstos na Cláusula 6.1 tenham sido praticados e cumpridos.

6.3. Compromisso de Formalização do Fechamento. As Partes comprometem-se a firmar e entregar todos os demais instrumentos ou documentos e a praticar todos e quaisquer outros atos necessários à formalização de todas as operações previstas neste Contrato, inclusive realizar todos os arquivamentos, averbações e registros que venham a ser necessários.

## CLÁUSULA 7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS.

7.1. Preservação de Estruturas e Condições Competitivas até a Obtenção da Aprovação do CADE. Até o trânsito em julgado da Aprovação do CADE ou a obtenção de declaração de não-conhecimento da Operação pelo CADE, em atenção à Lei nº 12.529/11, são vedados quaisquer transferências de ativos e qualquer tipo de influência entre a Compradora, de um lado, e a Vendedora e as Companhias, de outro, que observarão ainda as restrições e os cuidados necessários para a troca de informações, comprometendo-se a, no âmbito da presente Operação, manter suas estruturas físicas e condições competitivas inalteradas.

7.2. Condução das Atividades das Companhias até a Data do Fechamento. A Vendedora compromete-se a envidar seus melhores esforços para, dentro do possível, fazer com que: (i) as Companhias conduzam suas atividades e operações no Curso Normal do Negócio, de modo que nenhuma operação ou ato fora do Curso Normal do Negócio seja praticado; e

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
Contrato Compra e Venda de Ações (0266068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 136

(ii) todas as dívidas, responsabilidades e obrigações de qualquer natureza assumidas pelas Companhias até a Data do Fechamento continuem sendo devidamente cumpridas e pagas na data de seu vencimento.

7.3. Custos. Exceto se de outra maneira expressamente prevista neste Contrato ou acordado, por escrito, entre as Partes, todos os custos e despesas, incluindo honorários e despesas de advogados, consultores e auditores, incorridos com relação a este Contrato e as operações aqui contempladas serão pagos pela Parte que incorrer tais custos e despesas, independentemente da Operação prevista neste Contrato ser concretizada.

7.4. Alteração de Inscrições. A Compradora deverá, ou fará com que cada Companhia, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da Data do Fechamento: (i) atualize todos os registros, inscrições e cadastros da Companhia onde conste a Vendedora ou Pessoas a ela relacionadas, incluindo os Administradores eleitos ou indicados pela Vendedora, de forma a refletir a nova composição acionária e administração da Companhia; e (ii) substitua a Vendedora e todas as Pessoas a ela relacionadas, incluindo os Administradores eleitos ou indicados pela Vendedora, em tais registros, inscrições e cadastros. A Compradora deverá fornecer, ou fará com que as Companhias forneçam, no prazo acima previsto, à Vendedora, os comprovantes do cumprimento do disposto nesta cláusula.

7.4.1. O não cumprimento do prazo indicado na Cláusula acima para substituição dos registros, inscrições e cadastros das Companhias sujeitará a Compradora ao pagamento de multa diária à Vendedora no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), por cada dia de atraso após expirados os 90 (noventa) dias, até que a obrigação seja cumprida.

7.5. Substituição das Garantias. A Compradora deverá providenciar, em até 30 dias, a substituição ou liberação de todas e quaisquer garantias prestadas pela Vendedora e/ou suas Afiliadas no âmbito de operações das Companhias.

7.5.1. Caso o respectivo credor ou contraparte contratual beneficiária da garantia não concorde ("Contrapartes") com a substituição mencionada na Cláusula 7.5. acima (o que deverá ser comprovado pelo Comprador mediante a apresentação à Vendedora das notificações enviadas às respectivas Contrapartes, bem como cópias de todas comunicações mantidas entre as partes) ou, ainda, caso qualquer das garantias prestadas pela Vendedora às Companhias em favor de terceiros seja excutida pelas Contrapartes, seja no todo ou em parte, antes do prazo referido no item anterior, o Comprador, sem prejuízo da obrigação de continuar apresentando novas garantias e/ou alternativas de reforço de crédito a tais Contrapartes na tentativa de cumprir a obrigação mencionada no inciso anterior de forma integral e tempestiva, deverá (i) pagar mensalmente à Vendedora, no 5º dia útil de cada mês vincendo, a título de remuneração pela garantia ou suporte financeiro prestado pela Vendedora em tais contratos e pendente de substituição integral pelo Comprador, o valor de 1% (um por cento) ao mês do valor total garantido pela Vendedora nos termos de cada respectivo contrato e instrumentos correlatos e, ainda, (ii) oferecer contragarantia a Vendedora, nos mesmos prazos, valores e condições da referida garantia, podendo a Vendedora aceitar ou não a contragarantia proposta justificadamente, sendo certo que, caso a contragarantia não seja aceita por 2 (duas) vezes, o Comprador deverá , no prazo de trinta dias, apresentar carta fiança emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil e classificada entre o primeiro e o segundo piso ou seja, entre "A" e "B" na escala de rating de longo prazo de, no mínimo, uma das seguintes agências de classificação de risco: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poors, sem prejuízo do pagamento previsto no subitem anterior, e podendo apresentar novas contragarantias que satisfaçam integralmente os mesmos prazos, valores e condições da referida garantia prestada pela Vendedora em substituição à

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
Contrato Compra e Venda de Ações (0266068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 137

fiança apresentada.

7.5.2. Caso não seja possível, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da data de assinatura do presente Contrato, substituir e/ou fazer com que seja substituída a Vendedora nos contratos de financiamento e outras obrigações, financeiras ou não, das Companhias, nos quais a Vendedora preste fiança, seja coobrigada e/ou preste qualquer outra forma de garantia ou suporte financeiro, nos termos da Cláusula 7.5.1. acima, o Comprador deverá, nos 30 (trinta) dias corridos subsequentes, realizar ou fazer com que a Companhia realize o pagamento antecipado integral do referido contrato e/ou rescindi-lo nos termos dispostos em referidos contratos, sem que disto decorra qualquer ônus para a Vendedora, e liberando, assim, a garantia ou suporte financeiro prestado pela Vendedora.

## CLÁUSULA 8. APROVAÇÃO DA OPERAÇÃO PELO CADE.

8.1. Notificação. Desde que a Vendedora e as Companhias tenham fornecido as informações solicitadas pela Compradora nos termos dessa Cláusula 8.1, a Compradora submeterá a Operação à análise do CADE no prazo de até 20 (vinte) dias contados da Data de Assinatura, solicitando a aprovação da Operação pelo CADE. A Compradora será responsável pela elaboração, apresentação e acompanhamento do requerimento a ser apresentado ao CADE. A Vendedora fornecerá tempestivamente para a Compradora todas as informações necessárias para a preparação do requerimento e/ou outras informações que vierem a ser solicitadas pelo CADE. A Vendedora poderá participar ou acompanhar o requerimento, às suas expensas, por meio de advogados de sua escolha.

8.2. Custos; Pagamento da Taxa do CADE. Cada Parte será responsável pelo pagamento dos honorários dos seus respectivos advogados contratados para assessorar no processo de submissão da Operação à aprovação do CADE. A Compradora arcará com o pagamento da taxa para o protocolo do requerimento para a submissão da Operação ao CADE.

8.3. Restrição ou Não Aprovação da Operação. Na hipótese de o CADE condicionar a aprovação da Operação à alteração de qualquer termo ou condição estabelecida neste Contrato ou ao cumprimento de medida que implicará em Perda para qualquer das Partes, as Partes poderão negociar as alterações necessárias para aprovação da Operação ou nova submissão desta, conforme o caso, ressalvado que nenhuma das Partes estará obrigada a acatar qualquer alteração dos termos e condições estabelecidos neste Contrato com o objetivo de obter a Aprovação do CADE, hipótese em que o presente Contrato poderá ser rescindido pela Parte afetada, nos termos da Cláusula 12.1(iv).

## CLÁUSULA 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS.

9.1. Declarações e Garantias da Vendedora. A Vendedora presta à Compradora, para todos os fins e efeitos deste Contrato, as declarações e garantias descritas nesta Cláusula 9.1, as quais são verdadeiras, corretas, completas e precisas na Data de Assinatura, ressalvado por declarações e garantias que se refiram a uma data específica que são verdadeiras, corretas e completas na data a que se referem.

9.1.1. Existência e Regularidade da Vendedora. A Vendedora é uma sociedade por ações de economia mista, devidamente constituída, validamente existente em conformidade com as Leis da República Federativa do Brasil, está em situação regular de acordo com as Leis aplicáveis e tem plena capacidade jurídica para deter, possuir e dispor de seus bens e ativos e para conduzir suas atividades conforme atualmente conduzidas.

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

9.1.2. Efeito Vinculante. Observado o disposto na Cláusula 5, este Contrato e quaisquer outros documentos e instrumentos necessários para a consumação da Operação constituem obrigações legais, lícitas, válidas e vinculantes da Vendedora, exequíveis de acordo com seus termos e condições.

9.1.3. Propriedade e Inexistência de Ônus sobre as Ações. Exceto conforme previsto neste Contrato, nos Acordos de Acionistas e nos Contratos com Restrição listados no Anexo A, (a) a Vendedora é legítima proprietária e possuidora das Ações, com tudo o que elas representam, inclusive direito a Distribuições e quaisquer outros direitos a elas conferidos; e (b) as Ações foram devida e validamente emitidas, estão totalmente integralizadas e estão livres e desembaraçadas de quaisquer Ônus; e (c) não há terceiros detendo outros direitos para aquisição das Ações ou de valores mobiliários de qualquer outra sociedade que, se exercido, possa conferir aos seus respectivos titulares direitos para aquisição das Ações. Não há adiantamentos para futuro aumento de capital ou mútuos da Vendedora para as Companhias.

9.2. Únicas Declarações e Garantias da Vendedora. As declarações e garantias prestadas neste Contrato são as únicas declarações e garantias prestadas pela Vendedora e, além de tais declarações e garantias, não há, e a Vendedora não presta, seja de forma expressa ou implícita, qualquer outra declaração e garantia, seja a que título for, inclusive com respeito a: (i) as Companhias ou seus respectivos ativos, passivos, operações, atividades ou perspectivas; ou (ii) qualquer informação referente às Companhias fornecida ou disponibilizada à Compradora e seus representantes.

9.3. Declarações e Garantias da Compradora. A Compradora presta à Vendedora, para todos os fins e efeitos deste Contrato, as declarações e garantias descritas nas cláusulas abaixo, as quais são verdadeiras, corretas, completas e precisas na Data de Assinatura.

9.3.1. Existência e Regularidade. A Compradora é uma sociedade devidamente constituída, validamente existente e em conformidade com as Leis aplicáveis, está em situação regular de acordo com as Leis aplicáveis e tem plena capacidade para deter, possuir e dispor de seus bens e ativos e para conduzir suas atividades conforme atualmente conduzidas.

9.3.2. Capacidade e Autorização. A Compradora possui plena capacidade para celebrar o Contrato, cumprir suas obrigações nele assumidas e consumar a Operação nele prevista. A assinatura e o cumprimento do Contrato pela Compradora, e a consumação da Operação contemplada neste Contrato, foram devidamente autorizados por todos os atos necessários por parte de terceiros, exceto pelas aprovações, autorizações, consentimentos ou Comunicações necessários de terceiros (incluindo Autoridades Governamentais), conforme previsto neste Contrato. As Pessoas que representam a Compradora na assinatura deste Contrato têm poderes suficientes para tanto.

9.3.3. Autorização Governamental. A assinatura deste Contrato, o cumprimento de todas e quaisquer das suas obrigações e a consumação da Operação contemplada neste Contrato pela Compradora não depende de qualquer medida, autorização, ação, aprovação, consentimento ou declaração de qualquer Autoridade Governamental, exceto conforme expressamente previsto neste Contrato.

9.3.4. Ausência de Violação. A assinatura deste Contrato pela Compradora, o

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1

cumprimento de todas e quaisquer das suas obrigações e a consumação da Operação contemplada neste Contrato: (i) não violam ou conflitam com os documentos societários e/ou constitutivos da Compradora e regulamentos aos quais a Compradora está sujeita; (ii) não violam ou conflitam com qualquer Lei, licença, permissão ou ordem de qualquer Autoridade Governamental aplicável à Compradora, ou a qual a Compradora ou qualquer de seus bens ou ativos estejam sujeitos ou vinculados, exceto pelas aprovações, autorizações, consentimentos e Comunicações necessários de terceiros (incluindo Autoridades Governamentais) na forma deste Contrato; e (iii) não violam, conflitam com, ou resultam em inadimplemento, vencimento antecipado ou direito de rescisão de, qualquer contrato ou instrumento do qual a Compradora seja parte, ou ao qual qualquer de seus bens ou ativos estejam sujeitos ou vinculados, exceto pelas aprovações, autorizações, consentimentos e Comunicações necessários de terceiros (incluindo Autoridades Governamentais), conforme previsto neste Contrato.

9.3.5. Efeito Vinculante. Observado o disposto na Cláusula 5, este Contrato e quaisquer outros documentos e instrumentos necessários para a consumação da Operação constituem obrigações legais, lícitas, válidas e vinculantes da Compradora, exequíveis de acordo com seus termos e condições. Não existe qualquer procedimento judicial ou arbitral ou investigação (na medida em que a Compradora tenha sido citada ou notificado por escrito) envolvendo qualquer Autoridade Governamental que, se decidido contrariamente, poderia afetar a capacidade da Compradora de cumprir suas obrigações decorrentes deste Contrato.

9.3.6. Capacidade Financeira. A Compradora tem capacidade financeira para cumprir integralmente todas as obrigações assumidas neste Contrato, inclusive o pagamento do Preço de Compra e a substituição das garantias, e disporá de recursos suficientes para a realização do seu pagamento na Data do Fechamento.

9.3.7. Sofisticação da Compradora. A Compradora e o grupo a que pertence são investidores experientes e sofisticados e têm pleno conhecimento do setor de energia e das operações e atividades das Companhias e das Leis em vigor, incluindo normas e regulamentações expedidas pela ANEEL, Banco Central do Brasil e/ou outras Autoridades Governamentais, não podendo alegar desconhecimento de qualquer Lei, bem como assumindo integral responsabilidade pelas obrigações e limitações decorrentes de Leis que venham a ser editadas por Autoridades Governamentais. A decisão da Compradora de celebrar este Contrato e contratar a Operação foi tomada pela Compradora a partir de suas próprias análises e por sua conta, risco e expensas exclusivos, com base nas informações sobre as Companhias que julgou necessárias para a sua análise.

9.4. Base da Compra e Venda. A Compradora reconhece e concorda expressamente que o Preço de compra foi ajustado levando em consideração a condição de "porteira fechada" ou "no estado em que se encontram" as Companhias, sem que a Vendedora faça qualquer declaração ou preste qualquer garantia em relação às Companhias ou seus respectivos ativos, passivos, operações, atividades ou perspectivas. A Vendedora, portanto, não terá qualquer responsabilidade perante a Compradora ou as Companhias por qualquer Perda decorrente de qualquer obrigação, passivo, dívida, contingência ou responsabilidade das Companhias, seja conhecido ou não, ainda que decorrente de ato, fato, ação ou omissão praticado ou ocorrido no período anterior ao Fechamento. Ainda, exceto conforme expressamente previsto na Cláusula 3.3. deste Contrato, não haverá qualquer ajuste, alteração, revisão, reequilíbrio ou desconto sobre o Preço de Compra em hipótese alguma, independentemente do estado em que se encontrem as Companhias e seus ativos na Data do Fechamento.

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

## CLÁUSULA 10. CONFIDENCIALIDADE.

10.1. Confidencialidade. Cada uma das Partes compromete-se a manter, e fazer com que suas Afiliadas e seus Administradores mantenham, em sigilo toda e qualquer Informação Confidencial das Companhias ou da outra Parte, exceto no tocante a qualquer Informação Confidencial que: (i) seja de conhecimento público; (ii) venha a se tornar de conhecimento público, desde que não seja em decorrência do descumprimento por tal Parte das obrigações de confidencialidade aqui previstas; ou (iii) for legalmente adquirida por tal Parte de outra fonte sem infringir a Lei ou obrigações de confidencialidade.

10.1.1. Caso qualquer das Partes, ou uma de suas Afiliadas ou Administrador, seja obrigado, conforme exigido por Lei ou por Autoridade Governamental competente, ou bolsa de valores ou mercado de balcão organizado onde tiver seus valores mobiliários ou títulos negociados, a divulgar qualquer Informação Confidencial, tal Parte, ou Afiliada ou Administrador, poderá fazê-lo, sem dar margem a indenizações ou encargos, devendo, neste caso: (i) fornecer somente a parte das Informações Confidenciais cuja divulgação seja exigida; (ii) envidar todos os esforços razoáveis para solicitar a quem solicitou referidas Informações Confidenciais que dispense tratamento confidencial para tais Informações Confidenciais; e (iii) informar imediatamente à outra Parte que uma divulgação de Informação Confidencial foi feita e o conteúdo e extensão da Informação Confidencial divulgada.

10.1.2. Adicionalmente, não constituirá violação da obrigação de confidencialidade prevista nesta Cláusula 10: (i) a divulgação de Informações Confidenciais para os Administradores ou Afiliadas de qualquer uma das Partes ou seus respectivos Administradores e empregados que precisem ter acesso às respectivas Informações Confidenciais; (ii) a divulgação de Informação Confidencial à ANEEL, ao CADE e/ou outras Autoridades Governamentais, para os fins previstos neste Contrato, devendo as Partes na medida do possível envidar todos os esforços razoáveis para solicitar tratamento confidencial para as Informações Confidenciais divulgadas; e (iii) a divulgação de Informação Confidencial permitida nos termos desta Cláusula 10 ou que seja consentida pela detentora da Informação Confidencial.

## CLÁUSULA 11. INDENIZAÇÃO.

11.1. Responsabilidade Limitada. Em conformidade com a Cláusula 9.4, a Vendedora e suas Afiliadas, incluindo seus respectivos Administradores, empregados e prepostos, não terão qualquer responsabilidade, em qualquer hipótese e seja a que título for, no todo ou em parte, individual, solidariamente e/ou em conjunto, perante qualquer Pessoa, por qualquer ato, fato, ação ou omissão relativo às Companhias ou seus respectivos Administradores, ainda que praticado ou ocorrido antes da Data do Fechamento, bem como por qualquer insubsistência ativa, superveniência passiva e/ou contingência de qualquer natureza das Companhias, independentemente se tenham sido ou não mencionados e/ou identificados durante a auditoria legal conduzida nas Companhias, ou tenham sido provisionados ou não nas demonstrações financeiras das Companhias, estejam ou não mencionadas no Edital, nos relatórios elaborados pelos consultores contratados pela Compradora e/ou em qualquer outro material disponibilizado pelas Companhias e/ou pela Vendedora, incluindo os documentos disponibilizados para fins de avaliação pela Compradora na Sala de Informações Virtual (conforme definido no Edital), tampouco pela suficiência e/ou completude de quaisquer das referidas informações, isentando-os, portanto, de qualquer responsabilidade, em qualquer hipótese e seja a que título for, no todo ou em parte, individualmente, solidariamente e/ou em

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

conjunto, por quaisquer Perdas diretas, indiretas e/ou lucros cessantes incorridas por qualquer Pessoa. Em razão do disposto nesta Cláusula, a Compradora e suas Afiliadas, bem como seus respectivos sucessores, Administradores, empregados e prepostos, não poderão exigir qualquer tipo de indenização em face da Vendedora ou de suas Afiliadas, bem como de seus respectivos Administradores, empregados e prepostos, por qualquer Perda decorrente de qualquer ato, fato, ação ou omissão relativo a qualquer das Companhias, independente se conhecido ou não, divulgado ou não, ocorrido a qualquer tempo, incluindo antes da Data do Fechamento.

11.2. Obrigação de Indenizar da Compradora. A Compradora obriga-se, de modo irrevogável e irretratável a, nos termos deste Contrato, defender, indenizar, reembolsar e isentar a Vendedora de toda e qualquer Perda incorrida por uma Parte Indenizável da Vendedora decorrente de:

(i) qualquer violação, descumprimento, falsidade ou incorreção das declarações ou garantias prestadas pela Compradora;

(ii) qualquer inadimplemento de obrigação ou compromisso assumido expressamente pela Compradora neste Contrato, observado o disposto na Cláusula 12; ou

(iii) qualquer ato, fato, ação ou omissão relativo a qualquer das Companhias, conhecido ou não, divulgado ou não, ocorrido a qualquer tempo, incluindo antes da Data do Fechamento.

11.2.1. O direito de indenização previsto na Cláusula 11.2 acima: (i) não exclui outros remédios e medidas, judicias ou extrajudiciais, eventualmente aplicáveis em favor da Vendedora; (ii) não está sujeito a qualquer limitação de valor; e (iii) continuará em vigor até a data em que, nos termos da Lei aplicável, houver a prescrição integral de toda e qualquer obrigação, passivo e contingência que poderia dar ensejo a uma indenização em favor da Vendedora nos termos deste Contrato.

## CLÁUSULA 12. TÉRMINO DO CONTRATO.

12.1. Eventos de Rescisão. Este Contrato somente poderá ser rescindido, até a Data do Fechamento, em alguma das seguintes hipóteses:

(i) pela Vendedora, mediante o envio de Comunicação neste sentido à Compradora, em caso de inadimplemento, pela Compradora, de qualquer de suas obrigações e compromissos assumidos nos termos do presente Contrato;

(ii) pela Vendedora, mediante o envio de Comunicação neste sentido à Compradora, caso as Condições Suspensivas não sejam todas atendidas no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da Data de Assinatura;

(iii) por qualquer das Partes, mediante o envio de Comunicação neste sentido à outra Parte, caso qualquer Autoridade Governamental impeça ou reprove, de forma definitiva, a consumação do Contrato, ressalvado que a Compradora não poderá rescindir o Contrato caso a referida reprovação decorra de fatos ou circunstâncias relacionados à ou causados pela Compradora ou suas Afiliadas, ainda que indiretamente;

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

(iv) pela Parte afetada pela decisão do CADE, mediante o envio de Comunicação neste sentido à outra Parte, nos termos das Cláusulas 5.4 e 8.3. No caso de rescisão do Contrato em virtude do exercício da opção indicada na Cláusula 8.3., a Parte afetada pela decisão do CADE que optou por não acatar a alteração dos termos e condições estabelecidos neste Contrato com o objetivo de obter a Aprovação do CADE e requereu a rescisão do presente Contrato estará sujeita ao pagamento de Multa Não Compensatória à outra Parte, a ser calculada nos termos da Cláusula 12.3. abaixo; ou

(v) pela Vendedora, mediante proposta da Comissão de Alienação (conforme definido no Edital), por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a rescisão.

12.2. Consequências da Rescisão. Caso este Contrato seja rescindido nos termos da Cláusula 12.1, todas as obrigações das Partes serão consideradas encerradas, sem que qualquer pagamento ou compensação sejam devidos e sem qualquer outra responsabilidade de uma Parte perante a outra Parte, incluindo o reembolso pela Vendedora à Compradora da Primeira Parcela, ressalvado tão somente o disposto nas Cláusulas 12.3 e 12.4.

12.3. Multa Não Compensatória. No caso de a rescisão deste Contrato decorrer de descumprimento de obrigação pela Compradora ou em razão de qualquer Condição Precedente não ter se verificado por fato ou circunstância relacionado direta ou indiretamente à Compradora ou suas Afiliadas, a Compradora estará sujeita às seguintes sanções que poderão ser cumuladas:

(a) Multa não compensatória, em favor da Vendedora, correspondente ao que for maior entre: (i) 10% (dez por cento) do Preço de Compra; ou (ii) o total da diferença entre o Preço de Compra e o valor oferecido pelo licitante que, respeitada a ordem de classificação homologada, adquirir as Ações; e

(b) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Vendedora e com quaisquer empresas integrantes de seu grupo econômico.

12.3.1. A multa não compensatória referida na Cláusula 12.3(a) acima e quaisquer eventuais indenizações, ressarcimentos ou pagamentos devidos pela Compradora à Vendedora poderão ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a qualquer tempo, em nome da Compradora perante a Vendedora, ou cobrada em procedimento arbitral, conforme Cláusula 14.11 abaixo, caso o valor dos eventuais créditos não seja suficiente para extinguir a integralidade da obrigação da Compradora perante a Vendedora.

12.4. Efeitos da Rescisão. Em qualquer hipótese de rescisão deste Contrato, conforme a presente Cláusula 12, todos os termos, condições e cláusulas do presente Contrato que, por sua natureza ou por disposição expressa, devam continuar a viger, permanecerão válidos e eficazes mesmo após a rescisão deste Contrato, notadamente o disposto na Cláusula 10, nesta Cláusula 12 e na Cláusula 14.

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE
Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
Contrato Compra e Venda de Ações (0266068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 143

## CLÁUSULA 13. COMUNICAÇÕES.

13.1. Forma e Endereçamento das Comunicações. Todas e quaisquer Comunicações serão realizadas por escrito e serão entregues pessoalmente, via postal, por meio de: (i) carta registrada com aviso de recebimento: (ii) serviço de *courier* reconhecido, com sistema de rastreamento de correspondência e protocolo de recebimento; ou (iii) correio eletrônico (*email*), no endereço e para os representantes abaixo indicados:

Se para a Vendedora:

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS**
Rua da Quitanda, nº 196, 24º andar, Centro, Rio de Janeiro
At.: Sr. Wilson Pinto Ferreira Junior
Tel.: (21) 2514 -6101/6001
Correio eletrônico: pr@eletrobras.com

Se para a Compradora:

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**
Avenida Embaixador Abelardo Bueno, n° 199, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, CEP 22775-022
At.: Sr. João Pinheiro Nogueira Batista
Tel.: (21) 3267-1180
Correio eletrônico: joao.nogueira@evoltz.com.br

13.1.1. As Partes, a qualquer tempo, poderão mudar endereços, representantes e destinatários para o qual as Comunicações deverão ser enviadas ou replicadas, mediante Comunicação à outra Parte, a ser realizada nos termos desta Cláusula 13.

## CLÁUSULA 14. DISPOSIÇÕES GERAIS.

14.1. Cooperação. As Partes comprometem-se a praticar, ou fazer com que sejam praticados, todos os atos, bem como tomar, ou fazer com que sejam tomadas, todas as providências, conforme seja necessário nos termos da Lei aplicável, para o fiel cumprimento deste Contrato.

14.2. Penalidade. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 12.3, qualquer pagamento devido pela Compradora nos termos deste Contrato que não seja realizado no prazo estabelecido neste Contrato sujeitará a Compradora ao pagamento do montante corrigido com base na variação positiva da SELIC a contar da data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido, sem prejuízo de qualquer outra medida ou direito aplicável em relação ao inadimplemento.

14.3. Efeito Vinculativo; Inexistência de Terceiros Beneficiários. Este Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, e obrigará todas as Pessoas que estes assinam e seus respectivos sucessores legais e cessionários permitidos. Este Contrato é somente para benefício das Partes e seus respectivos sucessores e não reverterá em benefício de qualquer terceiro ou conferirá a qualquer Pessoa que não seja uma das Partes e seus respectivos sucessores quaisquer direitos ou recursos segundo este Contrato.

14.4. Execução Específica. As Partes concordam que a atribuição de perdas e danos, ainda

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1

Eletrobras
PRJE
Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

que devidos e determinados de acordo com a Lei, poderá não constituir uma compensação apropriada e suficiente pelo inadimplemento das obrigações estabelecidas neste Contrato. A execução específica de quaisquer das obrigações aqui contidas poderá ser requisitada pelo credor de uma obrigação, nos termos dos Artigos 493, 497, 500, 501, 536 e 537 do Código de Processo Civil.

14.5. Cessão. Os direitos e obrigações estabelecidos neste Contrato não poderão ser cedidos por qualquer Parte sem o consentimento prévio e por escrito da outra Parte.

14.6. Autonomia das Disposições. A invalidade, ilegalidade ou inexequibilidade de qualquer disposição deste Contrato não afetará suas outras disposições, que permanecerão em pleno vigor. As Partes negociarão a substituição da disposição considerada inválida, ilegal ou inexequível por disposições válidas e exequíveis que possuam efeitos econômicos e implicações relevantes semelhantes aos da disposição considerada inválida ou inexequível.

14.7. Renúncia. A omissão, de qualquer Parte, em prontamente exigir, total ou parcialmente, qualquer direito ou o cumprimento de qualquer obrigação, conforme os termos deste Contrato, não constituirá renúncia a referido direito, que poderá ser exercido, no futuro, a qualquer tempo. Os direitos e obrigações aqui previstos são cumulativos ao exercício de quaisquer direitos previstos em Lei. Para ser válida, a renúncia de qualquer Parte a qualquer direito previsto neste Contrato deverá ser feita por meio de Comunicação à outra Parte nos termos da Cláusula 13.

14.8. Acordo Integral; Alteração. Este Contrato, em conjunto com o Edital, representa o acordo integral entre as Partes com relação à Operação, e, exceto pelo Edital, revoga e substitui todas as negociações, ofertas e avenças, verbais ou escritas, feitas anteriormente à Data de Assinatura com relação ao objeto deste Contrato. Este Contrato apenas poderá ser alterado, modificado ou complementado mediante instrumento escrito assinado pelas Partes. No caso de qualquer conflito ou divergência entre o presente Contrato e o Edital, prevalecerá o disposto no Edital.

14.9. Cumprimento da Lei Aplicável. A Compradora declara que, durante o cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, observará estritamente qualquer Lei aplicável, incluindo a legislação de combate à corrupção aplicável, especialmente as disposições da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, devendo, ainda, comunicar à Vendedora, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que seja impeditivo das condições de qualificação, imediatamente após sua ocorrência, em conformidade com o Edital.

14.10. Lei Aplicável. Este Contrato é, e será a qualquer tempo, regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

14.11. Solução de Controvérsias e Arbitragem. As Partes e as Companhias se comprometem a envidar seus melhores esforços para dirimir qualquer controvérsia ou disputa decorrente ou relacionada a este Contrato e seus anexos, incluindo, mas não limitado, a qualquer assunto relacionado à sua existência, validade, cumprimento e rescisão ("Conflito"), de boa-fé, por meio de negociações confidenciais entre as Partes e as Companhias no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega de uma notificação por escrito às Partes, nos termos da Cláusula 13.1, sobre a existência do Conflito ("Notificação de Conflito"). A Notificação de Conflito e a resposta incluirão uma declaração da posição de cada parte e um resumo dos argumentos que respaldam a referida posição. No prazo de 10 (dez) Dias Úteis após a data da Notificação de Conflito, os representantes das Partes ou das Companhias reunir-se-ão em local e horário de

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1

mútua aceitação das partes, tendo sidas apresentadas todas as solicitações de informações de parte à outra. Caso o Conflito não seja solucionado no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do envio da Notificação de Conflito, este será dirimido de forma final e definitivamente por meio de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada, a ser instaurada e processada pela Câmara Arbitral, de acordo com o seu regulamento vigente à época da instauração da arbitragem ("Regulamento"), exceto naquilo que for incompatível com esta Cláusula 14.11.

14.11.1. A arbitragem será conduzida por um tribunal arbitral formado por 3 (três) árbitros, fluentes no idioma português, falado e escrito, com as necessárias qualificações em questões empresariais do Brasil, sendo que cada parte, requerente e requerido, nomeará um árbitro, de acordo com o Regulamento.

14.11.2. O terceiro árbitro, o qual será o presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes da arbitragem no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da aceitação do cargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo Presidente do Centro de Arbitragem. Caso cada parte não nomeie seu respectivo árbitro, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo Presidente do Centro de Arbitragem, o qual designará um deles para atuar na qualidade de presidente.

14.11.3. A arbitragem ocorrerá na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local no qual a sentença arbitral será proferida.

14.11.4. As leis da República Federativa do Brasil serão aplicadas ao mérito da arbitragem, sendo vedado ao tribunal arbitral o julgamento por equidade.

14.11.5 O idioma oficial da arbitragem será o Português.

14.11.6. As Partes arcarão com os custos e as despesas do procedimento arbitral, inclusive com os honorários dos árbitros, na proporção a ser determinada pelo tribunal arbitral, de acordo com o critério da sucumbência.

14.11.7. A sentença arbitral será definitiva, obrigatória, legalmente vinculante às partes da arbitragem e seus sucessores.

14.11.8. A instauração de arbitragem não prejudicará nem atrasará o cumprimento normal das outras obrigações previstas neste Contrato, incluindo quaisquer execuções judiciais referentes à dívida líquida, certa e exigível. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para a propositura de eventuais ações de execução de título extrajudicial de que trata esta Cláusula 14.11.8.

14.11.9. As Partes poderão pleitear medidas cautelares e de urgência perante o Poder Judiciário antes da constituição do tribunal arbitral. A partir de sua instauração, todas as medidas cautelares e de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao tribunal arbitral, o qual poderá manter, revogar ou alterar as medidas anteriormente requeridas e/ou concedidas pelo Poder Judiciário. Com relação a medidas cautelares e de urgência, fica eleito o foro central da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A ação de execução da sentença arbitral poderá ser proposta, a critério da parte interessada, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na comarca na qual qualquer domicílio ou bens de quaisquer das partes da arbitragem estão localizados. O requerimento de qualquer medida judicial de

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1

acordo com os termos previstos acima não será considerado uma renúncia aos direitos previstos nesta Cláusula 14.11 ou à arbitragem como o único método de solução do Conflito entre as Partes.

14.11.10. Antes da celebração do termo de arbitragem, o Centro de Arbitragem poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos fundados no presente Contrato ou em qualquer outro instrumento celebrado entre as Partes de acordo com o Regulamento. Após a celebração do termo de arbitragem, o tribunal arbitral poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos, desde que esses procedimentos estejam relacionados à mesma relação jurídica e que as cláusulas de arbitragem sejam compatíveis. O primeiro tribunal arbitral instaurado será competente para a consolidação, e sua decisão obrigará as Partes.

14.11.11. As Partes manterão a confidencialidade de todos os elementos da arbitragem e não divulgarão a terceiros as informações disponibilizadas ou os documentos produzidos na arbitragem que não estiveram em domínio público, nem as provas ou os materiais criados para a arbitragem, nem despacho ou sentença proferidos na arbitragem ou dela decorrentes, exceto, e na medida em que seja exigida a divulgação (i) por força da lei ou de regulamento, (ii) para proteger ou buscar um direito legal, (iii) para fazer valer ou contestar um despacho ou sentença perante uma autoridade judicial competente, ou (iv) para obter assistência ou assessoria jurídica de seus consultores jurídicos, regulatórios, financeiros, contábeis ou semelhantes.

14.11.12. As Partes têm ciência plena de todos os termos e efeitos da cláusula compromissória ora avençada e concordam de forma irrevogável que a arbitragem é a única forma de resolução de quaisquer Conflitos decorrentes deste Contrato.

14.11.13. As Companhias vinculam-se expressamente ao acordo de arbitragem para todos os fins previstos neste Contrato e na Lei aplicável.

E, estando assim justas e contratadas, assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2020.

*[restante da página deixado intencionalmente em branco]*

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
Contrato Compra e Venda de Ações (0266068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 147

*(Página de assinaturas 1/1 do "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças", celebrado entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e Evoltz Participações S.A., com a interveniência anuência da Manaus Transmissora de Energia S.A., datado de 28 de abril de 2020)*

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS**

| | |
|---|---|
| Nome: Wilson Pinto Ferreira Junior<br>CPF: 012.217.298-10 | Nome: Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta<br>CPF: 590.604.504-00 |

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**

| | |
|---|---|
| Nome:<br>CPF: | Nome:<br>CPF: |

Como Interveniente Anuente:

**MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

| | |
|---|---|
| Nome:<br>CPF: | Nome:<br>CPF: |

Testemunhas:

| | |
|---|---|
| Nome:<br>CPF: | Nome:<br>CPF: |

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c



Eletrobras
PRJE

**ANEXO 6.1 (iv)**
TERMOS DE RENÚNCIA

Rio de Janeiro, [●] de [●] de 201[8]

**EM MÃOS**

À
**[SPE]**
[●]

Ref.: Renúncia ao cargo de [membro do Conselho de Administração]/[Diretor] da Companhia.

Prezados Senhores,

Eu, **[NOME]**, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da carteira de identidade n° [==] e inscrito no CPF/MF sob o n° [==], residente e domiciliado na [==], venho, pela presente, apresentar a minha renúncia ao cargo de [membro do Conselho de Administração]/[Diretor] da **[SPE]**, [qualificação] ("Companhia"), em caráter irrevogável e irretratável, com eficácia a partir da presente data.

A presente é firmada em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Atenciosamente,

_____
**[NOME]**

Recebido, de acordo e igualmente outorgando a mais ampla, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação a quaisquer valores porventura devidos por este [membro do Conselho de Administração]/[Diretor] da Companhia em razão do exercício do seu cargo:

**[SPE]**

| | |
|---|---|
| _____ | _____ |
| Por: | Por: |
| Cargo: | Cargo: |
| Data: | Data: |

* * *

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

**ANEXO A**

LISTA DE CONTRATOS COM RESTRIÇÃO

| Contrato | Partes | |
|---|---|---|
| Contrato de Abertura de Crédito BNDES n° 11.2.0721.1 | BNDES | MTE |
| Instrumento Particular | Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) Banco da Amazônia | MTE |
| Instrumento Público de Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures da Manaus | Superintendência do Desenvolvimento | MTE |
| Cédula de Crédito Bancário n° FII-G-033-11/0034-7 | Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) Banco da Amazônia | MTE |

* * *

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
Contrato Compra e Venda de Ações (0266068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 150

# Comprovante de Assinatura Eletrônica

contraktor

Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
**Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)**
Certificado de assinatura gerado em 28/04/2020 às 12:16:03 (GMT -3:00)

CCVA Lote 6 (MTE) - Versão final_Chancela1

ID única do documento: #df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c

Hash do documento original (SHA256): 3ce9e1d64a31a4c118932822a2d5f210d1644ce7d9dca23a7077a5f9061fd95a

Este Log é exclusivo ao documento número #df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

## Assinaturas (6)

- Renan dos Santos Antunes (Testemunha 2)
  Assinou em 28/04/2020 às 12:22:58 (GMT -3:00)
- Renata Alvarez Vieira (Testemunha 1)
  Assinou em 28/04/2020 às 12:24:50 (GMT -3:00)
- MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (Interveniente anuente)
  Representante legal: Denise Araujo Francisco
  Assinou em 28/04/2020 às 12:24:40 (GMT -3:00)
- MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (Interveniente anuente)
  Representante legal: Gabriela Desire Olimpio Pereira
  Assinou em 28/04/2020 às 12:25:56 (GMT -3:00)
- Evoltz Participações S.A. (Compradora)
  Representante legal: Denise Araujo Francisco
  Assinou em 28/04/2020 às 12:24:40 (GMT -3:00)
- Evoltz Participações S.A. (Compradora)
  Representante legal: João Pinheiro Nogueira Batista
  Assinou em 28/04/2020 às 12:21:51 (GMT -3:00)

## Histórico completo

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta. Para verificar as assinaturas vá ao site http://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-1F70-02FC-F9B8.

Data e hora

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

| | Evento |
|---|---|
| 28/04/2020 às 12:16:00 (GMT -3:00) | Allan Henrique Barbosa de Oliveira solicitou as assinaturas. |
| 28/04/2020 às 12:21:51 (GMT -3:00) | João Pinheiro Nogueira Batista (CPF 546.600.417-00; E-mail joao.nogueira@evoltz.com.br; IP 177.68.61.81), assinou como representante legal de Evoltz Participações S.A. (CNPJ 28.037.759/0001-68). |
| 28/04/2020 às 12:22:58 (GMT -3:00) | Renan dos Santos Antunes (CPF 057.438.587-80; E-mail renan.antunes@eletrobras.com; IP 177.136.137.101), assinou. |
| 28/04/2020 às 12:24:40 (GMT -3:00) | Denise Araujo Francisco (CPF 003.008.217-00; E-mail denise.francisco@evoltz.com.br; IP 201.17.67.68), assinou como representante legal de Evoltz Participações S.A. (CNPJ 28.037.759/0001-68). |
| 28/04/2020 às 12:24:50 (GMT -3:00) | Renata Alvarez Vieira (CPF 087.149.537-65; E-mail renata.alvarez@evoltz.com.br; IP 186.205.0.85), assinou. |
| 28/04/2020 às 12:25:56 (GMT -3:00) | Gabriela Desire Olimpio Pereira (CPF 422.501.023-68; E-mail gabriela.desire@evoltz.com.br; IP 189.122.82.201), assinou como representante legal de MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (CNPJ 09.584.854/0001-37). |
| 28/04/2020 às 12:25:56 (GMT -3:00) | Documento assinado por todos os participantes. |

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1FF6-7F70-02FC-F9B8 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código para verificação: 1FF6-7F70-02FC-F9B8

**Hash do Documento**

9854C09C47F226A22848B1701E17433E44C8540D7D8048FE985C9BA40FEF2293

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/04/2020 é(são) :

☑ Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta (Signatário) - 590.604.504-00 em 28/04/2020 13:11 UTC-03:00
**Tipo:** Assinatura Eletrônica
**Identificaçao:** Autenticação de conta; Código de acesso: EBCP1234

**Evidências**

**GPS** -22.979892;-43.202620
**Device** 357B2616-58D7-4784-BE46-AE7174ADDF07
**IP** 189.60.112.49
**Assinatura:**



**Hash Evidências:**
C4FFB52E5651B52E7A263857F19B665BAF39E5D2AEF998CB2B156F7573F4C9D4

☑ Wilson Pinto Ferreira Junior (Signatário) - 012.217.298-10 em 28/04/2020 14:20 UTC-03:00
**Tipo:** Certificado Digital

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRADO

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## 4º Ofício de Notas do Distrito Federal

SEP/N Quadra 504 - Bloco "C" Nº 31 - 1º Pav. Lojas 108/114 - Asa Norte - Cep: 70730-523 - Brasília-DF
Fones: (61) 3326-5234 / 3326-5026 / 3326-5172 / 3328-7744 / 3425-1080 / 3425-2531
Fax: (61) 3326-2584 / 3328-0227 - CNPJ/MF 06.162.854/0001-50
E-mail: cartorio_4@pop.com.br

**Evaldo Feitosa dos Santos**
**Tabelião**

PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL
Antônio Sinclair Frota
1º Tabelião de Notas do Distrito Federal
SECRETÁRIO SUBSTITUTO AUTORIZADO

Prot.: 01047619
Livro: 1082
Folha: 005

OFÍCIO DE REGISTRO DE DOCUMENTOS
Praça XV de Novembro, nº 20 Sala 403
Tel.: 2221-2209
RIO

**ESCRITURA PUBLICA DA PRIMEIRA EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIFEJUSSÓRIA POR FIANÇA, NA FORMA ABAIXO:**

Fls. 025
Rubrica

S A I B A M quantos esta virem, que **aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze (16/02/2012)**, em Brasília, Capital Distrito Federal, neste Serviço Notarial, perante mim, Escrevente, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber: **I – MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno nº 199, 3º andar parte, – Bairro Jacarepaguá, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.584.854/0001-37, e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE Nº .33.3.0028672- 1, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seus procuradores: cujos poderes foram outorgados através de Procuração Pública, à folha 198/199, do Livro 583, no Cartório Hélio, da Cidade de Manaus, Estado do Amazonas em 08 de fevereiro de 2012, **SAULO CARLONI, brasileiro, solteiro, maior, advogado, inscrito na° OAB/SP sob o nº 254.412 onde consta a CI RG 30318911-3-SSP-SP e do CPF n.º 309.172.018-76, residente e domiciliado na Av. Djalma Batista nº 3.694 Bloco 01, sala 12- Centro Empresarial Art Center, Chapada-CEP 69050-010, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas,** e **Karina Glaucia Angela Antão Nobre de Menezes, brasileira, separada judicialmente, advogada, inscrita na OAB – RJ, sob o nº 110.058 e no CPF sob o nº 073.252.297-80, com endereço comercial na Avenida Embaixador Abelardo Bueno nº 199, 3º andar – parte, Bairro Jacarepaguá, Rio de Janeiro, ambos de passagem por esta Capital,** doravante denominada EMISSORA. II - Na qualidade de **FIADORES** e principais pagadores: **ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING S/A,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.872.408/0001-00, cujos atos constitutivos encontram-se registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob o NIRE nº 33.3.0028008-1, do dia 08/02/2006, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno nº 199, 4ºandar - parte, bairro Barra da Tijuca, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por sua procuradora, cujos poderes foram outorgados 2 através do Ato nº 133, à folha 141, do Livro 1830, no 18º Ofício de Notas da cidade e Estado do Rio de Janeiro, em 09 de fevereiro de 2012, a Sra. **Karina Glaucia Angela Antão Nobre de Menezes, brasileira, separada judicialmente, advogada, inscrita na OAB – RJ, sob o nº 110.058 e no CPF sob o nº 073.252.297-80, com endereço comercial na Avenida Embaixador Abelardo Bueno nº 199, 3º andar – parte, Bairro Jacarepaguá, Rio de Janeiro,** fiança devidamente autorizada pela AGE, datada de 06/06/2011, conforme Ata arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 10/06/2011, sob o nº de registro 00002195214; e **CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A – ELETRONORTE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.357.038/0001-16, ato de constituição registrado na Junta Comercial do Distrito Federal, sob o NIRE nº 53300002819 do dia 26/07/1973, com sede na cidade de Brasília, no SCN – Quadra 6, Conjunto A, Blocos B e C, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seus representantes legais, o Sr. **Josias Matos de Araujo, brasileiro, casado,**

1c51-5d4c-adfe-64ea
77f3-153d-b8f7-0d07
www.certisign.com.br

RR DONNELLEY

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## 4º Ofício de Notas do Distrito Federal

SEP/N Quadra 504 - Bloco "C" Nº 31 - 1º Pav. Lojas 108/114 - Asa Norte - Cep: 70730-523 - Brasília-DF
Fones: (61) 3326-5234 / 3326-5026 / 3326-5172 / 3328-7744 / 3425-1080 / 3425-2531
Fax: (61) 3326-2584 / 3328-0227 - CNPJ/MF 06.162.854/0001-50
E-mail: cartorio_4@pop.com.br

**Evaldo Feitosa dos Santos Filho**
**Tabelião**


Prot.: 1082
Livro: 806
Folha:

01047619


Antônio Maria Amorim Barra
Escrevente Autorizado

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE DOCUMENTOS
Praça XV de Novembro, nº 20
Sala 403
Tel.: 2221-2209
RIO


**engenheiro eletricista, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, no SQSW 300, Bloco B, apto. 401, Bairro Sudoeste, portador da carteira de identidade nº 762.523 SSP/PA, inscrito no CPF sob o nº 039.310.132-00, eleito na 367ª Reunião do Conselho de Administração em 06/05/2011**, cuja ata foi arquivada na junta comercial do Distrito Federal sob o nº 20110412273, em 06/06/2011, e, Sr. **Antônio Maria Amorim Barra, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, na Quadra 201, Lote 07, apto. 402, Bairro Águas Claras, portador da carteira de identidade nº 3405/D CREA-PA, inscrito no CPF sob o nº 038.678.702-68, eleito na 367ª Reunião do Conselho de Administração, em 06/05/2011,** cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 20110412273, em 06/06/2011, fiança devidamente autorizada pela 373ª Reunião do Conselho de Administração, datada de 30/09/2011, conforme Ata arquivada na Junta Comercial de Brasília em 20/10/2011, sob o nº de registro 20110788087; **COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF**; pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.541.368/0001-16, ato de constituição registrado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob o NIRE nº 2630004250-9, do dia 28/04/2000, com sede na cidade de Recife, na Rua Delmiro Gouveia nº 333, bairro San Martin, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seu procurador, cujos poderes foram outorgados através de Procuração lavrada à folha 170, do Livro 1099-P, no 8º Ofício de Notas da cidade de Recife, Estado de Pernambuco, em 09 de fevereiro de 2012, o Sr. **Sávio Tigre Leão, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PE 3229-D e CPF sob o nº 042.579.444-04, com endereço comercial na Rua Delmiro Gouveia nº 333, sala 305 – D, Cep: 50.761-901, Bairro San Martin, cidade de Recife, Estado de Pernambuco,** fiança devidamente autorizada pela 395ª ata de Reunião do Conselho de Administração, datada de 30/06/2011, conforme 3 Ata arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco em 02/03/2011, sob o nº de registro 20111712360, doravante denominadas FIADORAS; **III – Na qualidade de terceiro interveniente: a) ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING S/A,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.872.408/0001- 00, cujos atos constitutivos encontram-se registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob o NIRE nº 33.3.0028008-1, do dia 08/02/2006, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno nº 199, 4ºandar - parte, bairro Barra da Tijuca, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, sua procuradora, cujos poderes foram outorgados através do Ato nº 133, à folha 141, do Livro 1830, no 18º Ofício de Notas da cidade e Estado do Rio de Janeiro, em 09 de fevereiro de 2012, Sra. **Karina Glaucia Angela Antão Nobre de Menezes, brasileira, separada judicialmente, advogada, inscrita na OAB – RJ, sob o nº 110.058 e no CPF sob o nº 073.252.297-80, com endereço comercial na Avenida Embaixador Abelardo Bueno nº 199, 3º andar – parte, Bairro Jacarepaguá, Rio de Janeiro; b) COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF;** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.541.368/0001-16, ato de constituição registrado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob o NIRE nº 2630004250-9, do dia 28/04/2000, com sede na cidade de Recife, na Rua Delmiro Gouveia nº 333, bairro San Martin, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seu procurador, cujos poderes foram outorgados através de Procuração lavrada à folha 170, do Livro 1099-P, no 8º Ofício de Notas da cidade de Recife, Estado de Pernambuco, em 09 de fevereiro de 201, o Sr. **Sávio Tigre Leão, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PE 3229-D e CPF sob o nº 042.579.444-04, com endereço comercial na Rua Delmiro Gouveia nº 333, sala 305 – D, Cep: 50.761-901, bairro San Martin, cidade de Recife, Estado de Pernambuco; e C) CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL – ELETRONORTE;** pessoa jurídica de


1c51-5d4c-adfe-64ea
77f3-153d-b8f7-0d07
www.cartorios.com.br

direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.357.038/0001-16, ato de constituição registrado na Junta Comercial do Distrito Federal, sob o NIRE nº 53300002819 do dia 26/07/1973, com sede na cidade de Brasília, no SCN – Quadra 6, Conjunto A, Blocos B e C, nesta ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seus representantes legais, os Srs. **Josias Matos de Araujo, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, no SQSW 300, Bloco B, apto. 401, Bairro Sudoeste, portador da carteira de identidade nº 762.523 – SSP/PA, inscrito no CPF sob o nº 039.310.132-00,** eleito na 367ª Reunião do Conselho de Administração em 06/05/2011, cuja ata foi arquivada na junta comercial do Distrito Federal sob o nº 20110412273, em 06/06/2011, e, Sr. **Antônio Maria Amorim Barra, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, na Quadra 201, Lote 07, apto. 402, Bairro Águas Claras, portador da carteira de identidade nº 3405/D CREA-PA, inscrito no CPF sob o nº 038.678.702-68, eleito na 367ª Reunião do Conselho de Administração, em 06/05/2011,** cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 20110412273, em 06/06/2011, constituindo penhor de suas ações. Vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente **ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,** segundo as condições previstas no **CONTRATO PARTICULAR CELEBRADO ENTRE a MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A e o BANCO DA AMAZÔNIA S.A, em 27 de junho de 2011, inclusive o CRONOGRAMA DE INVERSÕES/ORÇAMENTO (anexo I) e QUADRO DE USOS E FONTES (anexo II), em anexo,** que ora fazem parte integrante desta Escritura. Fica desde já estabelecido, que prevalecerão sobre os termos do **CONTRATO PARTICULAR CELEBRADO ENTRE MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A e o BANCO DA AMAZÔNIA S/A,** os termos constantes desta Escritura, no que divergirem. **CLÁUSULA I – DA AUTORIZAÇÃO** A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da EMISSORA realizada em 13/01/2012, Arquivado na Junta comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 00002287094 em 30 de janeiro de 2012, constituindo uma emissão especial de debêntures, com base na Medida Provisória nº 2.157-5, de 24/08/2001, e no Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, aprovado pelo Decreto nº 4.254, de 31/05/2002, com as alterações dadas pelo Decreto nº 5.593, de 23/11/2005, e demais disposições legais aplicáveis, para subscrição em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (ou simplesmente FDA), tendo como Banco Operador o **Banco da Amazônia S.A,** na forma do artigo 6º, da Medida Provisória nº 2.157-5, de 24/08/2001, com alterações dadas pela Lei Complementar nº 124 de 03/01/2007 e tendo como Gestor a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"), a qual sucedeu Agência de Desenvolvimento da Amazônia em seus direitos e obrigações, conforme Lei Complementar nº 124, de 03/01/2007 e Decreto nº 6.218, de 04/10/2007. **CLÁUSULA II – DOS REQUISITOS** 5 A primeira emissão de debêntures conversíveis em ações divididas em 02 (duas) séries, da espécie com garantia real e fidejussória ("EMISSÃO" e "Debêntures", respectivamente), será feita com observância dos seguintes requisitos: 2.1. **Arquivamento e Publicação da Deliberação:** A Ata da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a presente EMISSÃO foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - RJ, e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro – RJ, na página 04 no dia 06 de fevereiro e no Jornal Corporativo na página 05, no dia 06 de fevereiro, também publicado no Estado do Rio de Janeiro. 2.2. **Sujeição às Regras do Regulamento do FDA:** A EMISSORA e as FIADORAS estão obrigadas a cumprirem as normas estabelecidas no Regulamento do FDA, anexo ao Decreto nº 4.254, de 31/05/2002, com as alterações dadas pelo Decreto nº 5.593 de 23/11/2005, e

1c51-5d4c-adfe-62aa
77f3-153d-b8f7-0d07
www.cartorios.com.br

nos seus atos complementares, aceitando-as como parte integrante da presente Escritura. 2.3. **Registro da ESCRITURA:** Esta escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – RJ, bem como, deverá ser registrada no Cartório de Registro de Títulos. **CLÁUSULA III – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO** Esta emissão apresenta as seguintes características: 3.1. **Objeto Social da Emissora**: A Emissora tem por objeto a prestação de Exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos; provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e outros. 3.2. **Número da Emissão:** A presente Escritura de Emissão constitui a Primeira emissão privada de debêntures, dividida em 02 (duas) séries e é destinada a subscrição pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. 3.3. **Limite da Emissão:** O montante da emissão será limitado ao total dos recursos financeiros aprovados pela Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia 6 (SUDAM) nos termos de sua Resolução nº 004 de 02/03/2011, a qual aprovou o projeto técnicoeconômico desta empresa, para subscrição e integralização de debêntures, no valor total de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), relativo às séries nº 01 e 02. 3.4. **Destinação dos Recursos:** Observada a forma de integralização adotada pela SUDAM, a aplicação do montante de recursos obtido pela EMISSORA por meio desta emissão de debêntures será vinculada aos objetivos do projeto aprovado pela Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), nos termos de sua Resolução nº 004, de 02/03/2011 ("Projeto") e estará em conformidade com as cláusulas condicionantes da sua aprovação pela SUDAM. 3.5. **Agente operador e Instituição Depositária:** O **Banco da Amazônia S.A** será o agente operador e a instituição depositária das debêntures desta emissão. **CLÁUSULA IV – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES** As debêntures desta emissão apresentam as seguintes características: 4.1. **Valor Total da Emissão:** O valor total da emissão será de **R$ 150.000.000,00** (cento e cinquenta milhões), na data de emissão das Debêntures. 4.2. **Valor Nominal Unitário e Quantidade de Debêntures:** As debêntures terão, nas datas de suas respectivas emissões, o valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma e o número de debêntures que poderão ser emitidas por conta desta emissão será o equivalente ao quociente resultante da divisão do limite da emissão de que trata o item 3.3 da Cláusula 3ª, pelo valor nominal, desprezando-se as frações resultantes. 4.3. **Quantidade de Debêntures e número de Séries:** Serão emitidas 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) de Debêntures, divididas em 02 (duas) séries, em conformidade com o cronograma de liberações, conforme se demonstra na tabela abaixo: **ESQUEMA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES Data estimada para emis- Série Quantidade de debêntures Valor unitário (R$) Valor total** 7 - são Imediata 1ª 75.000.000 1,00 75.000.000;00 180 dias após a liberação da 1ª parcela 2ª 75.000.000 1,00 75.000.000,00 **T o t a i s: 150.000.000 - R$ 1,00 = R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais)** -- 4.4. **Valor de Cada Série:** Cada série terá o valor correspondente às parcelas do importe de cada liberação de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, autorizada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), desprezando-se as frações inferiores ao valor nominal das debêntures. 4.5. **Colocação das Debêntures:** Depois de cumpridas todas as formalidades legais e administrativas exigidas pela SUDAM e pelo Banco da Amazônia S.A, as debêntures serão colocadas por subscrição particular junto ao citado Fundo, sendo a integralização à

1c51-5d4c-adfe-64aa
77f3-153d-b8f7-0d07
www.certorios.com.br
RR DONNELLEY
Anexo Escritura de Debêntures (0266888) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 158

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
4º Ofício de Notas do Distrito Federal
SEP/N Quadra 504 - Bloco "C" Nº 31 - 1º Pav. Lojas 108/114 - Asa Norte - Cep: 70730-523 - Brasília-DF
Fones: (61) 3326-5234 / 3326-5026 / 3326-5172 / 3328-7744 / 3425-1080 / 3425-2531
Fax: (61) 3326-2584 / 3328-0227 - CNPJ/MF 08.162.854/0001-50
E-mail: cartorio_4@pop.com.br
Evaldo Feitosa dos Santos
Tabelião
Autorizado a funcionar pelo Ofício de Notas do Distrito Federal
ESCREVENTE AUTORIZADO
Prot.: 01047619
Livro: 1082
Folha: 009

PRÊMIO QUALIDADE TOTAL
DOCUMENTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO
Praça XV de Novembro, nº 20 - Sala 403 - Tel.: 222-2209

vista, em dinheiro, pelo valor nominal das debêntures, na forma da regulamentação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. 4.5.1 **Autorização de Subscrição de Debêntures**: Cada subscrição de debêntures de uma série será precedida de Ofício de Autorização da Subscrição emitido pela SUDAM ao Agente Operador e do respectivo Boletim de Subscrição, caracterizadas conforme segue: a) A SUDAM em 30/12/2011, mediante ao Ofício n.º 480/2011, autorizou o Banco da Amazônia a Subscrever as Debêntures da **Série nº 01** da Emissora, a qual, através do Boletim de Subscrição datado de 06/02/2012, formalizou a Subscrição de **75.000,000 (setenta e cinco milhões)** Debêntures referente a **Série nº 01**, no valor total de **R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais)**. b) Conforme disposto no item 4.3 desta Escritura, resta a subscrição da série nº "02", a qual será realizada mediante celebração de aditamento a esta Escritura. 8 - 4.6. **Vencimento Final:** As debêntures **vencerão em 15/02/2029,** ocasião em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das debêntures que ainda estejam em circulação pelo valor nominal atualizado, acrescido da remuneração, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado. 4.7. **Forma:** As debêntures serão escriturais com valor nominal expresso em moeda nacional em favor do FDA, e alienáveis na forma do Artigo 25 do Regulamento do FDA, e demais disposições legais aplicáveis, sendo mantidas sob custódia do **Banco da Amazônia S.A.** 4.8. **Certificados de Debêntures:** A emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição depositária das debêntures, definida no item 3.5 da cláusula III. 4.9. **Conversibilidade:** Caso a EMISSORA tenha deixado de realizar qualquer pagamento em relação à amortização de principal, pagamento de juros ou qualquer outra obrigação de pagar no âmbito desta Escritura ou no caso de ter sido previamente acordado entre SUDAM e EMISSORA, a SUDAM, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou de resgate, poderá optar por converter em ações preferenciais ou ordinárias as debêntures subscritas, respeitado o limite de 50% (cinquenta por cento) do montante subscrito, observado ainda o disposto no item 4.18. Caso a SUDAM não opte pela conversão, fica a EMISSORA obrigada a efetuar os pagamentos semestrais e o resgate total dos títulos, no respectivo vencimento. 4.10. **Espécie:** As debêntures serão da espécie com garantia real e fidejussória por fiança prestada pelas FIADORAS. 4.11. **Remuneração:** Sobre as debêntures incidirão: 4.11.1. **Custo Básico:** Correspondente à variação acumulada da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculada de forma *"pro rata temporis"* por dias corridos, em regime de capitalização composta, incidente sobre o saldo do valor nominal da debênture, a partir da data de sua integralização, observado a seguinte sistemática: a) a parcela correspondente à variação acumulada da TJLP agregar-se-á ao valor nominal das Debêntures para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, ao final de cada período de capitalização; 9 b) o montante referido no item "a", que será contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal das Debêntures, e exigido semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada, nos termos do item 4.15, ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado das Debêntures. 4.11.2. **Juros: A partir de 31 de agosto de 2012** ***(data prevista para o INÍCIO DE OPERAÇÃO COMERCIAL)***, para fins do disposto no parágrafo 2º do artigo 22 do regulamento do FDA, incidirão, sobre os saldos dos valores nominais das debêntures acrescidos do custo básico mencionado no item 4.11.1 acima, juros à taxa efetiva de 1,50 % a.a. (um inteiro e cinquenta centésimos por cento ao ano), base 360 ( trezentos e sessenta) dias, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se

1c51-5d4c-adfe-64ea
77f3-153d-b8f7-0d07
www.cartorios.com.br

ao valor nominal, e exigidos semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada, nos termos do item 4.15, ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado. 4.11.3. ***Del Credere*:** A partir da data da integralização das Debêntures, sobre os saldos dos valores nominais das debêntures acrescidos do custo básico, na forma do sub-item 4.11.1 anterior, incidirão encargos a taxa efetiva de 0,15% a.a. (quinze centésimos por cento ao ano) base 360 (trezentos e sessenta dias), a título de *'del credere'*, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigido semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada, nos termos do item 4.15, ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado. 4.11.4. **Impossibilidade de aplicação da TJLP**: No caso de supressão da TJLP ou da proibição de seu uso, será utilizada outra forma legal que preserve o valor real da moeda, ficando, de logo, estabelecido que, havendo parâmetro oficial substitutivo da TJLP, este prevalecerá de imediato, independentemente de formalização de aditivo a presente Escritura. 4.12. **Prorrogação:** Os prazos e datas estabelecidos nos itens 4.6, 4.11, 4.14 e 4.15 desta Cláusula serão alterados em decorrência de atraso no início da entrada em operação do empreendimento, cuja responsabilidade não possa ser imputada à Emissora, desde que haja aprovação prévia e expressa da SUDAM, ouvido o Banco da Amazônia S.A. 4.13. **Garantias:** Para segurança da emissão se estabelece: 10 4.13.1. **Limite da emissão:** O valor total das debêntures não ultrapassa 80% (oitenta por cento) do valor dos bens gravados em garantia real, somados as garantias reais a incorporar resultante do investimento do produto das debêntures, conforme é demonstrado a seguir: **Valor Total da Emissão: R$ 150.000.000,00 - Garantia Total: R$ 1.104 559.620,00** 4.13.2. As debêntures da presente emissão são garantidas por garantia reais que consiste em: a) **PENHOR DA CESSÃO SOBRE OS DIREITOS EMERGENTES** do Contrato de Concessão **n.º 010/2008 (prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica), firmado com a ANEEL - AGÊNCIA Nacional de Energia Elétrica, de 16/10/2008.** b) **PENHOR DOS DIREITOS DE CRÉDITO** do Contrato de **Concessão n.º 010/2008 (prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica), firmado com a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos.** O montante utilizado como base para cálculo da garantia foi o valor correspondente à arrecadação pelo prazo da operação de 20 (vinte) anos no total de **R$ 2.209.119.240,00 (R$ 110.455.962,00/ano X 20 anos)**. Essa receita será reajustada anualmente conforme Cláusula Sexta – Receita do Serviço de Transmissão, do contrato de concessão nº **010/2008, no valor de R$ 1.104.559.620,00 (um bilhão, cento e quatro milhões, quinhentos e cinqüenta e nove mil, seiscentos e vinte reais). b.1)** Para a perfeita consecução da garantia aqui oferecida ao BANCO DA AMAZÔNIA S/A, a EMISSORA vincula nesta mesma data, com o BANCO DA AMAZÔNIA S/A, o CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS, ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS, em anexo, o qual faz parte integrante desta Escritura, através do qual o BANCO DA AMAZÔNIA S/A, ficará responsável pelo recebimento dos recursos provenientes dos pagamentos dos usuários do sistema integrado nacional (SIN) e administração das CONTAS VINCULADAS constituídas. **b.2)** O BANCO DA AMAZÔNIA S/A, fica desde já autorizado pela EMISSORA, a bloquear e utilizar, total ou parcialmente, os recursos depositados nas CONTAS VINCULADAS Administradas pelo BANCO DA AMAZÔNIA S.A, não movimentadas pela EMISSORA, nos 11 termos do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS E OUTRAS AVENÇAS devendo utilizar as quantias constantes na referida conta, obrigatoriamente, na amortização ou liquidação dos valores das parcelas de principal e encargos, durante o período de amortização, devidas por

1c51-5d4c-adfe-64ea
77f3-153d-b8f7-0407
www.cartorios.com.br



Anexo Escritura de Debêntures (0266888) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 160

RTD - REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
REGISTRADO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
4º Ofício de Notas do Distrito Federal
SEP/N Quadra 504 - Bloco "C" Nº 31 - 1º Pav. Lojas 108/114 - Asa Norte - Cep: 70730-523 - Brasília-DF
Fones: (61) 3326-5234 / 3326-5026 / 3326-5172 / 3328-7744 / 3425-1080 / 3425-2531
Fax: (61) 3326-2584 / 3328-0227 - CNPJ/MF 06.162.854/0001-50
E-mail: cartorio_4@pop.com.br
Evaldo Feitosa dos Santos
Tabelião

Autorizado Valdir Fiuza
4º Ofício de Notas do Distrito Federal
ESCREVENTE AUTORIZADO

Prot.: 01047619
Livro: 1082
Folha: 011

força desta Escritura e nos pagamentos dos encargos, tributos e despesas resultante da movimentação e manutenção das referidas contas, permanecendo a EMISSORA pessoalmente responsável por eventual saldo devedor remanescente, caso tais valores não sejam suficientes para liquidar a totalidade de seu débito. **c) PENHOR DE AÇÕES:** As pessoas a seguir listadas oferecem em garantia da emissão de Debêntures, Penhor das ações do capital social da empresa SPE **Manaus Transmissora de Energia S/A**, nos termos do contrato de Penhor da Totalidade das Ações da **Manaus Transmissora de Energia S/A**: (i) **ABENGOA Concessões Brasil Holding S/A**, CNPJ nº 07.872.408/0001-00 oferece em Penhor, **50,50%** das suas ações ordinárias nominativas subscritas, sem valor nominal, emitidas a preço unitário de R$ 1,00 (um real); (ii) **Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE**, CNPJ nº 00.357.038/0001-16 oferece em penhor, **30,00%** das suas ações ordinárias nominativas subscritas, sem valor nominal, emitidas a preço unitário de R$ 1,00 (um real), (iii) **Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF**, CNPJ nº 33.541.368/0001-16 oferece em penhor **19,50%** das suas ações ordinárias nominativas subscritas, sem valor nominal, emitida a preço unitário de R$1,00 (um real) totalizando, desta forma, **100%** das ações da empresa SPE **Manaus Transmissora de Energia S/A**, apenhadas ao Banco da Amazônia S/A. **d) SEGUROS DIVERSOS** – A emissora fica obrigada a apresentar apólices dos seguros listados a seguir nos itens "i", "ii", relacionados ao empreendimento, tendo como beneficiário, em caráter **IRRETRATÁVEL** e **IRREVOGÁVEL**, o Banco da Amazônia S/A, que garanta as perdas e danos de qualquer natureza, os quais as contratadas sejam responsáveis, nos termos dos respectivos contratos, sem limitar suas obrigações e responsabilidades, especialmente as previstas no artigo 618 do novo Código Civil Brasileiro: **i) Seguro Performance de Conclusão do Empreendimento:** A EMISSORA fica obrigada a endossar as apólice de seguro performance dos contratos de EPC (emitida por Seguradora idônea), em favor do Banco da Amazônia S/A e da SUDAM, equivalente a 10% do valor de materiais e equipamentos previstos no plano de aplicação contratados junto as empresas fornecedoras, com vigência até a conclusão das obras e entrada em operação comercial devidamente comprovado através da apresentação do **Termo de Liberação** a ser emitido pelo **ONS – Operador Nacional** 12 **do Sistema Elétrico** no valor de R$ 140:194.383,00. **ii) Endosso das apólices dos seguros de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e Transportes dos Bens** que serão incorporados a obra, em favor do Banco da Amazônia S/A e da SUDAM, no montante dos respectivos valores contratados junto às empresas seguradoras ou construtoras, com vigência até a conclusão das obras e entrada em operação comercial devidamente comprovado através da apresentação do Termo de Liberação a ser emitido pelo ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico no valor total de R$ 69.000.000,00. **d.1)** Caberá à EMISSORA notificar à Seguradora responsável pelo contrato de seguro de qualquer alteração na obra e assegurar a adequação da cobertura do contrato de seguro, em todas as ocasiões. **e)** As garantias constituídas deverão representar, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco inteiros por cento) do valor subscrito das Debêntures, ao final do período de implantação do projeto. 4.13.3 **SEGUROS**: Os bens referidos no item 4.13.2 anterior, garantidores desta escritura serão segurados pela EMISSORA as suas expensas em companhias idôneas durante toda a vigência do financiamento com cláusula beneficiária em favor do **BANCO DA AMAZÔNIA S.A.** Na hipótese de quaisquer sinistros, fica o **BANCO DA AMAZÔNIA S.A** autorizado a aplicar as indenizações do seguro na amortização e/ou liquidação dos débitos decorrentes desta escritura, restituindo para a EMISSORA o saldo remanescente, se houver. No caso de sinistro parcial, o **BANCO DA AMAZÔNIA S.A**, mediante prévia análise, poderá liberar o valor da indenização do seguro a EMISSORA para

1c51-5d4c-adfa-64aa
77f3-153d-b8f7-0d07
www.cartorios.com.br

Praça XV de Novembro nº 20 Sala 403 Tel.: 2220-2000

Fls. 031
Rubrica

RR DONNELLEY

que esta possa recuperar os danos havidos no bem sinistrado, desde que o valor da indenização seja suficiente para a recuperação total do bem sinistrado ou o cliente se comprometa a complementá-los, se insuficientes. 4.13.4. 4.13.4. **Fiança:** As debêntures contam ainda com garantia fidejussória, constituída neste ato, representada pela FIANÇA prestada pelos Fiadores, qualificados no preâmbulo desta Escritura que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obrigam perante o FDA, na qualidade de fiadores e principais pagadores da Emissora, a garantir o pagamento do valor nominal das debêntures, devidamente atualizado, inclusive encargos moratórios, bem como quaisquer outros encargos decorrentes de eventuais ações judiciais se necessário, sendo certo que a garantia fidejussória ora outorgada respeitará os limites de **50,50%** para **ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING S/A** , de **30,00%** para **CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A – ELETRONORTE,** e de **19,50%** para **COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF**, sendo esta fiança irrevogável e irretratável para todos os efeitos legais. Os fiadores renunciam, ainda, aos benefícios previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 837 e 838 do Código Civil Brasileiro **(Lei nº 10.406, de 10.01.2002),** e artigo 595 do Código de Processo Civil **(Lei nº 5.869, de 11.01.1973), responsabilizando-se até o limite de sua participação nas fianças ora prestadas e pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela emissora neste instrumento.** A **EMISSORA** e os **FIADORES** reciprocamente nomeiam-se e constituem-se procuradores, conferindo-se poderes bastante e especiais para que qualquer deles receba citação judicial, inclusive inicial, em nome dos demais, em eventuais demandas decorrentes deste instrumento. 4.13.5 **Vinculação de Intervenientes garantidores:** As pessoas jurídicas qualificadas no preâmbulo constituem penhor dos bens e direitos de suas propriedades, descritos no item "4.13 GARANTIAS", em garantia das obrigações assumidas pela EMISSORA. 4.13.6 Toda e qualquer alienação em favor de terceiro alusivo aos bens e direitos ora oferecidos como garantia deverá ter prévia e expressa anuência do Agente Operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (Banco da Amazônia S/A) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por escrito, sob pena de estes poderem declarar o vencimento antecipado da dívida, de pleno direito, e exigir o imediato pagamento de seus créditos. 4.14. **Carência:** As debêntures, ora emitidas, terão prazo de carência de forma a que o primeiro pagamento do principal ocorra um ano após 31 de agosto de 2012 (data prevista para o projeto entrar em operação comercial), na forma estipulada no Parágrafo único, artigo 21 e no artigo 23 do Regulamento do FDA. 4.15. **Amortização Programada:** O valor nominal das debêntures será amortizado em 32 (trinta e duas) parcelas semestrais e consecutivas, cada uma delas no valor equivalente a valor nominal, acrescido do Custo Básico previsto no item 4.11.1, dividido pelo número de prestações de amortizações ainda não vencidas, vencendo-se a primeira no dia 15/08/2013 e a última no dia 15/02/2029, observado ainda o disposto no item 4.17 pagamentos em dias feriados. Qualquer recebimento das prestações fora dos prazos avençados constituirá mera tolerância que não afetará de forma alguma as datas de seus vencimentos ou as demais cláusulas e condições desta escritura, nem importará novação ou modificação do ajustado, inclusive quanto aos encargos resultantes da mora. 4.16. **Amortização extraordinária:** A EMISSORA poderá realizar amortizações extraordinárias mediante prévia comunicação a SUDAM, por meio de envio de comunicação escrita ao **Banco da Amazônia S.A**, na forma do item 4.23, com antecedência mínima de 15 (*quinze)* dias úteis da data da realização da amortização extraordinária. Caso a emissora opte por realizar a amortização 14 extraordinária de uma ou mais parcelas semestrais específicas, as demais amortizações programadas na forma do item 4.15, que não forem objeto de amortização extraordinária, não sofrerão qualquer alteração de seu vencimento original. As remunerações (Juros e *Del Credere),* previstas no item 4.11.2 e 4.11.3, referentes a parcela amortizada

1c51-5d4c-adfe-64da
77f3-153d-b8f7-9d07
www.cartorios.com.br



RR DONNELLEY
Anexo Escritura de Debêntures (0266888) SEI 59064.000894/2020-81 / pg. 162

RTD - REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRADO
PRÊMIO QUALIDADE TOTAL
Anelir Fiuza Amorim
4º Ofício de Notas do Distrito Federal
ESCREVENTE AUTORIZADO
DOCUMENTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO
Praça XV de Novembro, nº 20 - sala 403
222-1129

extraordinariamente deverão também ser pagas em moeda corrente na data da efetiva realização da amortização extraordinária. 4.17. **Pagamentos em dias feriados:** Todo vencimento relativo a qualquer evento de pagamento das debêntures previsto neste Escritura que ocorra em sábados, domingos, ou feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subseqüente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo de remunerações dessa Escritura. 4.18. **Condições de Conversão:** A conversão das debêntures em ações obedecerá ao disposto nos itens a seguir: 4.18.1. **Renúncia do Agente Operador**: O Banco da Amazônia, na qualidade de agente operador do FDA, renuncia a faculdade, prevista no § 2º, do artigo 15 do Regulamento do FDA, de conversibilidade das Debêntures em ações. 4.18.2. **Limites legais:** Até o integral pagamento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora se obriga a observar o limite legal do seu capital social, conforme o disposto no parágrafo 3º. do artigo 15 da Lei 6.404, de 15/12/1976, alterado pela Lei 10.303, de 31/10/2001. 4.18.3. **Datas de Conversão:** As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais ou ordinárias de emissão da EMISSORA, por opção da SUDAM, nas datas de pagamentos das amortizações programadas, conforme disposto no item 4.15, respeitado sempre o limite estabelecido no item 4.9. 4.18.4. **Bases de Conversão:** O valor total das debêntures a serem convertidas em ações fica limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor de cada parcela de amortização do montante subscrito paga semestralmente, bem como a manutenção do controle da empresa pelo setor privado. 4.18.5. **Valor das debêntures para a conversão:** O valor base das debêntures para efeito de conversão será o valor nominal atualizado acrescido das remunerações devidas, até a data da conversão. 15 4.18.6. **Direitos conferidos às ações decorrentes da conversão:** As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às da mesma espécie e classe das da EMISSORA na data de emissão das debêntures, fazendo jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA a partir da data de conversão. Qualquer alteração posterior à data de emissão das Debêntures com relação aos direitos, preferências e vantagens das ações objeto da conversão somente será válida e eficaz se aprovada pela SUDAM. 4.18.7. **Forma de Conversão:** Cada parcela das debêntures a ser convertida corresponderá a um número inteiro de ações obtido pela divisão do valor do montante a ser convertido pelo preço de emissão de cada ação, observado, ainda, o que dispõe o Art.170, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15/12/76, sendo as frações resultantes (ou parte fracionada), em conseqüência, pagas em dinheiro ao FDA. 4.18.8. **Preço de conversão das ações**: O preço de conversão das ações de que trata esta Escritura será equivalente ao menor dos seguintes valores: a) à cotação média dos últimos trinta dias em que foram negociadas em bolsas de valores nacionais; b) ao valor acionário decorrente de avaliação da EMISSORA, considerando o método de fluxo de caixa descontado, consideradas todas as participações acionárias detidas pela EMISSORA, segundo avaliação a ser realizada por banco de investimento de primeira linha, contratado de comum acordo entre EMISSORA e a SUDAM. 4.18.9. **Condições Adicionais de Conversibilidade:** Para que se efetue a conversão, é necessário, ainda: a) que a empresa EMISSORA obtenha seu registro de companhia aberta, conforme artigo 24 do Regulamento do FDA, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a que se refere o art. 21 da Lei Nº 6.385, de 1976, no prazo de 120 dias, a contar do recebimento, pela EMISSORA, da notificação da SUDAM de opção pela conversibilidade das ações, ou esteja com ele atualizado, sob pena de incorrer no inciso I do artigo 52 do Regulamento do FDA, prazo este que será prorrogado, a pedido justificado da

1c51-5d4c-ad2e-64ea
77f3-153d-b8f7-0d07
www.certorios.com.br

R.I.D - REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRADO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
4º Ofício de Notas do Distrito Federal
SEP/N Quadra 504 - Bloco "C" Nº 31 - 1º Pav. Lojas 108/114 - Asa Norte - Cep: 70730-523 - Brasília-DF
Fones: (61) 3326-5234 / 3326-5026 / 3326-5172 / 3328-7744 / 3425-1080 / 3425-2531
Fax: (61) 3328-2584 / 3328-0227 - CNPJ/MF 06.162.854/0001-50
E-mail: cartorio_4@pop.com.br
Evaldo Feitosa dos Santos
Tabelião

PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL
Antonio Flávio Fuzzo
Tabelião do Notas do Distrito Federal
ESCREVENTE AUTORIZADO

Prot.: 01047619
Livro: 1082
Folha: 014

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE DOCUMENTOS
Praça XV de Novembro, nº 20 Sala 603
Tel.: 2220-2209 RIO

EMISSORA. 16 b) A empresa EMISSORA encontre-se em situação de regularidade com todas as condições e obrigações financeiras ou não financeiras constantes da presente Escritura e do contrato de investimento realizado com o **Banco da Amazônia S.A**. c) A conversão em ações somente se fará após a conclusão do projeto, reconhecida através do Certificado de Conclusão do Empreendimento expedido pelo **Banco da Amazônia S.A**. 4.18.10. **Solicitação de conversão:** A empresa EMISSORA se obriga a disponibilizar as ações oriundas da conversão no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a abertura do capital. 4.19. **Pena Convencional**: Sobre o valor das obrigações financeiras inadimplidas, além da remuneração prevista no item 4.11, será aplicada, a pena convencional, nos termos do artigo 54 do Regulamento do FDA, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial. Os pagamentos efetuados pela **Emissora** serão inicialmente admitidos como pagamento parcial da dívida, não configurando novação, nem causa suficiente para interromper ou elidir a mora ou a exigibilidade imediata da obrigação. 4.20. **Multa por inadimplemento não financeiro**: Na hipótese de atraso no cumprimento de obrigação não-financeira, que se caracteriza pelo descumprimento de qualquer obrigação assumida pela EMISSORA no prazo contratualmente estipulado ou fixado em notificação judicial ou extrajudicial, ficará a EMISSORA sujeita a 1,00% a.a. (um por cento ao ano), incidente a partir do primeiro dia de atraso, sobre o saldo devedor de principal e encargos devidamente corrigidos. 4.21. **Honorários Advocatícios:** Na hipótese de inadimplemento FINANCEIRO e/ou NÃOFINANCEIRO da EMISSORA e/ou da FIADORA, em que o BANCO DA AMAZÔNIA S.A tiver de recorrer aos meios judiciais, ainda que em processo administrativo, para haver o recebimento do seu crédito, debitará dos respectivos DEVEDORES, as importâncias pagas ao causídico habilitado, a título de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, de conformidade com a Lei nº 8.906, de 04.07.94. 4.22. **Vencimento antecipado das debêntures:** A critério da SUDAM, ouvido o **Banco da Amazônia S.A**, mediante aviso à EMISSORA, poderá ser declarada imediatamente vencida e pagável a soma total do saldo devedor das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescida das remunerações, pena convencional e multas previstas nesta Escritura, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses com a EMISSORA e/ou FIADORAS. 17 a) incorrer em atraso, por mais de 30 dias, no pagamento do principal e/ou encargos devidos ao debenturista; b) deixar de cumprir qualquer outra obrigação estipulada nesta escritura de emissão, no contrato **PARTICULAR QUE ENTRE SI CELEBRARAM, Manaus Transmissora de Energia S/A, SEUS ACIONISTAS E O BANCO DA AMAZÔNIA S/A,** e este inadimplemento persistir por mais de 30 dias, após a EMISSORA haver sido expressamente notificada pelo **Banco da Amazônia S.A**, relativamente à infração porventura cometida; c) no caso da EMISSORA, sustar ou interromper suas atividades ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDAM, ouvido o Banco da Amazônia S.A; d) no caso da EMISSORA, pedir recuperação judicial e/ou extra-judicial, ou for decretada a sua falência, ou tiver contra si formulação de pedido de liquidação ou decretação de intervenção, sem que a mesma seja sustada em até 30 (trinta) dias; e) Descumprir qualquer obrigação da EMISSORA ou dos seus acionistas controladores; f) Descumprir qualquer obrigação assumida perante o **Banco da Amazônia S.A**, por parte de empresa EMISSORA ou de seus acionistas controladores; g) Promover modificações no controle societário efetivo, direto ou indireto, da EMISSORA após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização da SUDAM e **Banco da Amazônia S.A**; h) Ocorrer procedimento judicial ou qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do Fundo; i) Ocorrer o descumprimento das regras gerais do Regulamento do FDA, anexo ao Decreto nº 4.254, de 31/05/2002, com a nova redação dada pelo Decreto nº 5.593, de

1c51-5d4c-bdfe-64ea
77f3-153d-b8f7-0d07
www.cartorios.com.br

Corregedoria Geral de Fiscalização
Fls. 034
Rubrica



Anexo Escritura de Debêntures (0266888) — SEI 59004.000894/2020-01 - pg. 164

RTD - REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRADO



1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

23/11/2005, e dos seus atos complementares; ou j) Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), nos termos de sua Resolução nº 004, de 02/03/2011. 18 4.23 Despesas – Todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos (incluídos em quaisquer impostos, taxas ou contribuições) relacionados a celebração, registro e execução desta ESCRITURA, das garantias nela prevista ou em qualquer alteração da mesma serão de responsabilidade e correrão por conta da EMISSORA. 4.24 **Comunicações**: As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta escritura de emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços: **Manaus Transmissora de Energia S.A.** Endereço: Av. Embaixador Abelardo Bueno nº 199, 3º andar – parte, Edifício Rio Office Park Center, bairro Barra da Tijuca, cidade e Estado do Rio de Janeiro, Cep.: 22775-040 At.: Luciano Paulino Junqueira Tel nº (021) 3216-3300 Email: luciano.paulino@abengoabrasil.com **Banco da Amazônia S.A.** *Av. Presidente Varga nº 800, 14º andar, Cep: 66.017-000 , Belém – Pará At. Marlone de Sena Ribeiro/Hélio Francisco Gerhardt Tel.: 091- 4008-353 Fax: 091- 4008-3152 E-mail. marlene.ribeiro@bancoamazonia.com.br* **SUDAM** *Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia Avenida Almirante Barroso nº 486 Cep: 68.090-800 Belém Pará at. Sr. Djalma Bezerra de Mello Tel.: 091- 4008-5422 Fax: 091- 4008-3497* 4.24.1 **Comprovação de recebimento de comunicações**: As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data do seu envio desde que o seu recebimento tenha sido confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina 19 utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até **05 (CINCO) dias úteis** após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela EMISSORA. 4.25 **Resgate antecipado:** A EMISSORA, a qualquer época, a seu critério, com antecedência mínima de 10(dez) dias da data de realização da amortização ou resgate, poderá efetuar o resgate antecipado, total ou parcial, do valor nominal das debêntures de cada série, acrescidos das remunerações de que trata o item 4.11 desta Cláusula, calculados até a data do efetivo resgate. **CLÁUSULA V – DA NEGOCIAÇÃO DAS DEBÊNTURES** 5.1 **Alienação das debêntures**: No caso de alienação das debêntures por parte da SUDAM, todos os direitos e deveres constantes da presente Escritura, inerentes à quantidade de debêntures alienadas, serão transferidos, de pleno direito, para o novo debenturista. 5.2 **Contratos adicionais**: O **Banco da Amazônia S.A**, a seu critério e sem qualquer ônus, poderá abdicar do direito de prestar o serviço de instituição depositária da parcela das debêntures alienadas pelo FDA. Caso não abdique desse direito, poderá celebrar um contrato particular com os novos debenturistas para prestação desses serviços. 5.3. Para que se efetue à alienação, é necessário, ainda que a empresa EMISSORA obtenha o seu registro de companhia aberta, conforme artigo 25 do Regulamento do FDA, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a que se refere o art. 21 da Lei Nº 6.385, de 1976, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, à contar da manifestação da SUDAM de opção pela alienação das debêntures, ou esteja com ele atualizado, sob pena de incorrer no inciso I do artigo 52 do Regulamento do FDA, prazo este que será prorrogado, a pedido justificado da EMISSORA. **CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA EMISSORA** 6.1 **Obrigações gerais**: Fica a EMISSORA obrigada, ainda, a: a) Manter permanentemente atualizado o seu registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na forma das normas e instruções expedidas pela referida CVM, desde que haja a obrigatoriedade do cumprimento do item 4.18.9; b) Estruturar e manter em

1c51-5d4c-adfe-64ea
77f3-153d-b8f7-0d07
www.certorios.com.br

Fls. 035
Rubrica
SUDAM - Coordenação Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
4º Ofício de Notas do Distrito Federal
SEP/N Quadra 504 - Bloco "C" Nº 31 - 1º Pav. Lojas 108/114 - Asa Norte - Cep: 70730-523 - Brasília-DF
Fones: (61) 3326-5234 / 3326-5026 / 3326-5172 / 3328-7744 / 3425-1080 / 3425-2531
Fax: (61) 3326-2584 / 3328-0227 - CNPJ/MF 06.162.854/0001-50
E-mail: cartorio_4@pop.com.br
Evaldo Feitosa dos Santos
Tabelião

Prot.: 01047619
Livro: 1082
Folha: 016

15

perfeito funcionamento o seu departamento de investidores, de modo a assegurar tratamento adequado aos investidores, podendo, opcionalmente, esses serviços 20 serem contratados com instituições financeiras habilitadas para sua prestação, desde que haja a obrigatoriedade do cumprimento do item 4.18.9; c) Manter atualizado o seu cadastro bancário junto ao **Banco da Amazônia S.A**, conjuntamente com os membros dos seus órgãos de administração e acionistas controladores; d) Manter em dia e em perfeita ordem os seus registros contábeis e de controle econômicofinanceiro, dando cumprimento integral às disposições legais pertinentes, mormente aquelas alusivas à divulgação e publicidade previstas na Lei nº 6.404, de 15/12/76; e) Manter auditoria externa, enquanto toda a emissão não houver sido resgatada; f) Revelar prontamente ao público qualquer ato ou fato relevante, que possa afetar os preços dos títulos e valores mobiliários de sua emissão ou influir nas decisões dos investidores; g) Entregar os certificados de ações ou extrato de ações escriturais, quando for exercido o direito de conversão, no prazo máximo de 30 dias, contados da data da respectiva conversão; h) Aplicar os recursos relativos à integralização das debêntures na execução do projeto aprovado pela SUDAM, em estrita consonância com o disposto na Medida Provisória nº 2.157-5, de 24/08/2001, com alterações dadas pela Lei Complementar n.º 124, de 03/01/2007, no Regulamento do FDA, aprovado pelo Decreto Federal nº 4.254, de 31/05/2002, com as alterações apresentadas pelo Decreto nº 5.593, de 23/11/2005, e demais normas e legislação pertinente, observado que os pagamentos a fornecedores de bens e serviços poderão ser feitos diretamente pelo **Banco da Amazônia S.A**, na conta dos fornecedores contra entrega das primeiras vias das respectivas notas fiscais acompanhadas de recibos de quitação e de declaração da EMISSORA de que recebeu os mencionados bens e serviços; i) Comprovar a aplicação dos recursos próprios previstos no projeto; j) Submeter previamente à SUDAM quaisquer propostas de mudanças no seu quadro societário; k) Aceitar que quaisquer mudanças no quadro societário da EMISSORA ficam subordinadas à prévia aprovação pela SUDAM, ouvido o **Banco da Amazônia S.A**; 21 l) Comprovar a efetivação das mudanças no quadro societário por meio da remessa dos arquivos mantidos no órgão de registro competente; m) Encaminhar ao **Banco da Amazônia S.A**, as suas demonstrações financeiras anuais, devidamente auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários e as atas de suas assembléias gerais e das reuniões ordinárias e extraordinárias do seu conselho de administração, no prazo de trinta dias após a ocorrência dos eventos e obedecida a legislação vigente; n) Remeter ao **Banco da Amazônia S.A**; as alterações de seu contrato ou estatuto social, dentro de trinta dias do seu arquivamento no registro de comércio competente; o) Remeter ao **Banco da Amazônia S.A**. juntamente com os documentos referidos na alínea anterior: I. A relação autenticada dos acionistas presentes às assembleias e o número de ações com que cada qual compareceu; II. A lista de subscritores com o respectivo número de ações subscritas na hipótese de aumento de capital por subscrição; p) Contabilizar a aplicação dos recursos financeiros, distribuída em rubricas, contas ou subcontas correspondentes aos itens do projeto, obedecendo à discriminação estabelecida nas regras gerais do Regulamento do FDA e dos seus atos complementares; q) Facultar ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos para a execução do projeto, franqueando à SUDAM, ao **Banco da Amazônia S.A**, e aos agentes da Secretaria da Receita Federal, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União: I. a sua contabilidade, com todos os documentos e registros; e II. acesso a todas as dependências de seus estabelecimentos. r) Manter o **Banco da Amazônia S.A** informado sobre quaisquer decisões internas que possam afetar o rendimento ou cotação dos títulos de sua emissão, ou a rentabilidade e produtividade da empresa; 22 s) Não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir

1c51-5d4c-adfe-64ea
77f3-153d-b0f7-0d07
www.cartorios.com.br

RTD - REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS - Certidão de Inteiro Teor - Emolumentos e Fundos - Rubrica

PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL

Antônio Augusto Fleury - 2º Ofício de Notas do Distrito Federal - ESCREVENTE AUTORIZADO

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

16

debêntures e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização da SUDAM e do Banco da **Amazônia S.A**, excetuando-se: I. Os empréstimos para atender os negócios de gestão ordinária da empresa titular de projeto, ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material; e II. Os descontos de efeitos comerciais de que a empresa titular de projeto beneficiária de recursos do FDA, seja titular, resultantes de venda ou prestação de serviços; e III. Os financiamentos e emissões já previstos nos contratos de financiamentos do projeto celebrados até esta data. t) Mencionar, sempre com destaque, em qualquer divulgação que fizer sobre suas atividades relacionadas ao projeto, bem como nas embalagens dos produtos, a participação do Governo Federal com recursos da SUDAM/FDA; u) Manter em dia o cumprimento de todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive o recolhimento das contribuições sociais devidas, exibindo ao **Banco da Amazônia S.A**, os respectivos comprovantes, sempre que exigidos, bem como apresentar, se assim exigida, prova idônea do cumprimento de obrigação de qualquer outra natureza a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar; v) Manter o **Banco da Amazônia S.A**, informado de sua situação técnica, econômica e financeira e, quando exigido, fornecer relatórios, informações e demonstrativos, bem como enviar trimestralmente ao **Banco da Amazônia S.A** as informações periodicamente prestadas a Comissão de Valores Mobiliários, nos termos das normas vigentes, se a empresa titular de projeto for companhia aberta; w) Reembolsar ao **Banco da Amazônia S.A**, as despesas efetuadas na regularização, segurança, conservação ou realização de seus direitos creditórios ou no cumprimento de suas obrigações de garantia; x) Obedecer às normas e critérios do FDA na aquisição de equipamentos integrantes dos investimentos em capital fixo do projeto, submetendo ao **Banco da Amazônia S.A**, relação 23 especificada dos equipamentos, componentes, materiais, discriminando fornecedores, subfornecedores, acompanhada do cronograma de desembolsos; y) Cumprir todas as obrigações contratuais assumidas perante o FDA, que serão mantidas até a data final prevista contratualmente para a liquidação normal do débito, ainda que ocorra a liquidação antecipada da dívida, especialmente: I. realizar o projeto objeto do investimento concedido; e II. não criar obstáculos, quanto à execução do projeto, à fiscalização da SUDAM, do **Banco da Amazônia S.A** ou dos agentes da Secretaria da Receita Federal, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União. z) Não contratar serviços de pessoas físicas ou jurídicas situadas no exterior, salvo para funções ou atividades altamente técnicas e especializadas, inexistentes ou carentes no País, nos termos da legislação vigente; bem assim a colocar gratuitamente seu corpo técnico à disposição da SUDAM ou do agente operador para responder a consultas sobre o projeto. 6.2 **Obrigações adicionais**: Constituem ainda obrigações a serem observadas pela EMISSORA: a) Os investimentos em capital fixo se submetem aos termos, especificações e quantitativos aprovados no Parecer de Análise do Projeto, ressalvados os casos de mudanças tecnológicas que justifiquem a necessidade de sua realização, sob pena de inviabilizar o desenvolvimento do empreendimento, desde que sejam previamente comunicados e aprovados pela SUDAM, ouvido **Banco da Amazônia S.A**; b) A EMISSORA deverá promover abertura de contas-correntes específicas no **Banco da Amazônia S.A**, para cada fonte de recurso necessária à execução do empreendimento e fazer sua movimentação financeira nos termos estabelecidos no Regulamento do FDA, renunciando de forma expressa ao sigilo bancário sobre todas as contas-correntes de sua titularidade que venham a ter depósitos ou transferências de recursos do FDA oriundos das contas-correntes específicas; c) A EMISSORA e seus controladores autorizam, em caráter irrevogável, o **Banco da Amazônia S.A** a fornecer regularmente, a pedido da Secretaria da

1c51-5d4c-adfe-64ea
77f3-153d-b8f7-0d07
www.cartorios.com.br

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
## 4º Ofício de Notas do Distrito Federal

SEP/N Quadra 504 - Bloco "C" Nº 31 - 1º Pav. Lojas 108/114 - Asa Norte - Cep: 70730-523 - Brasília-DF
Fones: (61) 3326-5234 / 3326-5026 / 3326-5172 / 3328-7744 / 3425-1080 / 3425-2531
Fax: (61) 3326-2584 / 3328-0227 - CNPJ/MF 06.162.854/0001-50
E-mail: cartorio_4@pop.com.br

## Evaldo Feitosa dos Santos
Tabelião


Prot.: 01047619
Livro: 1082
Folha: 018

Receita Federal, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União, do Tribunal de 24 Contas da União, ou da SUDAM, extratos bancários e relatórios com informações detalhadas sobre os cheques fornecidos, utilizados e não utilizados, bem como da movimentação via Transferência Eletrônica Disponível, com indicação de valor, data de débito e nome do beneficiário de cada cheque ou Transferência Eletrônica Disponível, seja da conta-corrente especial que movimenta os recursos do projeto recebidos do Fundo, como também da conta-corrente especial que movimenta os recursos próprios e de outras fontes do projeto; d) A EMISSORA deve manter na região do empreendimento e à disposição da SUDAM e do **Banco da Amazônia S.A**, todos os elementos sobre a sua administração e os necessários ao controle físico, contábil e financeiro da execução do projeto; e) A qualquer tempo e a juízo do **Banco da Amazônia S.A**, poderá ser exigida da EMISSORA a complementação das garantias constituídas nesta Escritura em decorrência de reavaliação que indique depreciação de valor econômico; f) A EMISSORA se obriga a criar no prazo de 30 dias da data desta escritura, se ainda não previsto nos seus estatutos, o seu conselho fiscal; g) A EMISSORA se obriga a efetivar o seguro dos bens dados em garantia; h) A EMISSORA se obriga a acatar ainda o disposto no contrato de investimento firmado com o **Banco da Amazônia S.A**. i) Subordinar a aprovação da SUDAM, ouvido o BANCO DA AMAZÔNIA S.A, a mudança societária, nos termos do inciso V do artigo 26 do Regulamento do FDA. j) Utilizar os recursos necessários à execução do empreendimento exclusivamente na aquisição das inversões fixas destinadas a sua implantação, nos termos aprovados para o projeto, sendo vedada a manutenção dos recursos do Fundo em aplicações financeiras, com prejuízo do andamento do cronograma físico-financeiro aprovado. k) Não alterar o projeto aprovado sem prévia e expressa autorização da SUDAM, ouvido o Banco da Amazônia S.A; l) Criar o conselho fiscal nas empresas titulares de projetos. 25 / m) Concordar em submeter-se às sanções previstas neste Regulamento e nos seus atos complementares, nos casos de infringência das normas de implantação do projeto, assegurados o direito de ampla defesa e o contraditório. n) Aprovar em assembléia geral os termos desta ESCRITURA. **CLÁUSULA VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** 7.1. **Local de pagamentos**: os pagamentos relativos às DEBÊNTURES serão realizados na **Agência nº 033-7** do **Banco da Amazônia S.A**, localizada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, através de cheques nominais em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, ou através de débito em conta corrente na mesma AGÊNCIA, mediante e expressa autorização da **EMISSORA**. 7.2. **Certidões negativas de débito**: Para a lavratura desta escritura foi apresentado CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO (CND), CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO (CCND), CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DO ESTADO DOS ESTADOS DO AMAZONAS (CNDE) E CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS NO ESTADO DO AMAZONAS (CNDM), abaixo listadas, referentes a Emissora, controladores da Emissora, Fiadores e Terceiros Intervenientes. **Referência Número Emissão (data) Validade (data) Manaus Transmissora de Energia S.A. CND INSS 000112012-17070854 16/01/2012 14/07/2012 CRF 2012020313284854905692 03/02/2012 03/03/2012 CCND 6CB7.7B80.C19C.BFBC 03/01/2012 01/07/2012 CNDE 10684271 06/02/2012 07/03/2012 Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. CND 001342011-17070408 14/11/2011 12/05/2012 CRF 2012011801042982875406 18/01/2012 16/02/2012 CCND F7BF.BE73.AFA8.EE65 15/01/2012 13/07/2012 Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. CND 000132012-23001038 03/02/2012 01/08/2012 CRF 2012013008282549402412 30/01/2012**

1c51-5d4c-adfe-64aa
77f3-153d-b8f7-0d07
www.cartorios.com.br

**28/02/2012 CCND 7C14.9C26.A648.BDE8 28/12/2011 25/06/2012 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf CND 138252011-15001022 31/10/2011 28/04/2012 CRF 2012013016522256341176 30/01/2012 28/02/2012 CCND C013.3C46.90A4.3963 01/02/2012 30/07/2012, certidões estas expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Amazonas e Caixa Econômica Federal. 7.3 CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO e QUADRO DE USOS E FONTES: Substitue o CRONOGRAMA DE INVERSÕES/ORÇAMENTO e o QUADRO DE USOS E FONTES** outrora anexados ao CONTRATO PARTICULAR CELEBRADO ENTRE MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, e o BANCO DA AMAZÔNIA S/A, assinado em 27 de junho de 2011, e registrado no cartório do 2° ofício de títulos e documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, registro 964822, no cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Belém, no Estado do Pará, pelo cronograma físico financeiro(anexo 1) e novo quadro de usos e fontes (anexo 2). 7.4. **Foro**: Fica eleito o foro da Justiça da cidade de Belém, Seção Judiciária do Estado de Pará como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser. E por estarem assim cientes e justos com todos os termos e condições retromencionados, celebram a presente Escritura de Emissão e Subscrição de Debêntures Conversíveis e me foi dito que aceitam esta escritura em seu inteiro teor, tal como se acha redigida, por estarem em tudo de acordo com o ajustado. declarando ainda, terem se certificado pessoalmente quanto aos documentos apresentados para a prática do presente ato, aceitando-os para todos os efeitos legais. Em seguida, foram-me apresentados os seguintes documentos para esta: a) Guia de Custas nº **202.271**, paga no valor de **R$ 863,70**, incluindo o valor de **R$ 56,50,** destinado ao Fundo de Registro Civil conforme Resolução nº 16, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, de 27/10/2009; b) Demais Certidões; guias de impostos, exigências legais, e declarações, exigidas por Lei serão pagos, retiradas, cumpridas, feitas e apresentadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro-RJ, bem como no competente Registro de Títulos. (FEITA SOB MINUTA). E, de como assim o disseram, me pediram e lhes lavrei a presente que feita e achada conforme, outorgaram, aceitaram e assinam, dispensando as testemunhas por vontade das partes: Certifico que foram cumpridas as exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do Ato. Dou fé. Eu, **ANTONIO ALAIR FIUZA**, Escrevente Autorizado, lavrei, conferi, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. E eu, **ANTONIA MENDONÇA FEITOSA**, Tabeliã Substituta, dou fé e assino. (a.a.) **(p.p.) KARINA GLAUCIA ANGELA ANTÃO NOBRE DE MENEZES, (p.p.) SAULO CARLONI, (p.p.) KARINA GLAUCIA ANGELA ANTÃO NOBRE DE MENEZES, JOSIAS MATOS DE ARAÚJO, ANTONIO MARIA AMORIM BARRA, (p.p.) SÁVIO TIGRE LEÃO, (p.p.) KARINA GLAUCIA ANGELA ANTÃO NOBRE DE MENEZES, (p.p.) SÁVIO TIGRE LEÃO/ JOSIAS MATOS DE ARAÚJO, ANTONIO MARIA AMORIM BARRA ANTONIA MENDONÇA FEITOSA** Tabeliã Substituta. Nada mais. Trasladada em seguida, Eu, _____ a subscrevo, dou fé e assino em público e raso. Selo **TJDFT20120090251823ZBJO** para consultar o selo acesse **www.tjdft.jus.br**

Em testemunho (_____) da verdade.

Antonio Alair Fiuza
4º Ofício de Notas do Distrito Federal
ESCREVENTE AUTORIZADO

SÉLO DE FISCALIZAÇÃO CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA REGISTRAL DRA

RSR97236

1c51-5d4c-adfe-64ea
77f3-153d-b8f7-0d07
www.certorios.com.br

RR DONNELLEY

00-2012/052129-6 24 fev 2012 13:47
JUCERJA Guia: 100326746
3330028672-1 Atos: 981
MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta » Calculado: 397,00 Pago: 397,00
DNRC » Calculado: 0,00 Pago: (21,00)
ULT. ARQ.: 00002295630 24/02/2012 506

CARTÓRIO RTD
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MANAUS-AMAZONAS
MARIA DA CONCEIÇÃO CASTRO LOPES - TITULAR
RUA LOBO D'ALMADA, 418 - CENTRO - CEP: 69010-030 - MANAUS - AM
FONE: (92) 3233-3779 / 3234-6669 - FAX: (92) 3233-6266

Selo Eletrônico de Fiscalização do
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Prot.: 420.300 Registro: 410.940 Lv: B-2048 de 05/03/2012
Data util.: 05/03/2012 Emitido por: Silvia Castro
Funetj: R$ 1.220,1 Fundpam: R$ 610,00
Selo: AK726884 Dígito Verificador: 503B-1CAB-C188-512E
Valide o selo em: www.selopam.com.br

REG. TIT. E DOCUMENTOS
RTD/PJ
MANAUS/AM
Mª da Conceição C. Lopes
Oficial
PESSOAS P. JURÍDICAS

Cartório RTD
Maria Lopes Júnior
Substituto

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A
Nire : 33.3.0028672-1
Protocolo : 00-2012/052129-6 - 24/02/2012
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/02/2012, E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.
ED33000313-4/000
DATA : 28/02/2012
Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome : MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A
Nire : 33.3.0028672-1
Protocolo : 00-2012/052129-6
CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
ED33000313-4/000
DATA: 28/02/2012
Valéria G.M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

1.OFICIO DE REG.DE TIT. E DOC.
CIDADE DO RIO DE JANEIRO

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO
E REGISTRADO EM CD-ROM SOB O No.
1783953

Rio de Janeiro, 23/02/2012

[1]- Geraldo Calmon Costa Jr.
Matr 06/0897 - Oficial Titular
[1]- Kleber Calmon Hirdes
CTPS 93043/128 - 1o.Of. Subst.
[1]- Carlos de Souza
CTPS 78596/095 - 2o.Of. Subst.
[1]- Bernardino Carvalho
CTPS 89896/082 - 3o.Of. Subst.

EMOLUMENTOS E TAXAS R$ 497,87

2072823

ANEEL
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

OFÍCIO nº 175/2020 - SFF/ANEEL

Brasília, 2 de junho de 2020.

À Senhora
**GABRIELA DESIRE OLIMPIO PEREIRA**
Representante Legal
Manaus Transmissora de Energia S.A. – Manaus Transmissora
Brasília – DF

Assunto: **Comunicação a respeito da Alteração da Composição Acionária da Manaus Transmissora de Energia S.A. Documento nº 48513.012469/2020-00.**

Senhora Representante,

1. Reporta-se ao Documento protocolado sob o número em epígrafe, por meio do qual a interessada consulta essa Agência sobre a necessidade de anuência prévia para alteração em composição societária.

2. Sobre o caso, a interessada afirma:

> "3.8. Diante disso, considerando que (i) todos os documentos referentes à Evoltz, conforme solicitados nos termos da Resolução ANEEL nº 484/2012, foram apresentados à essa D. ANEEL no âmbito do Processo nº 48500.000687/2018-14, e, (ii) **a Operação configura apenas alteração da composição acionária da Requerente, já que Evoltz é detentora do controle acionário da Requerente desde 2018**, não seria possível concluir que a Operação pretendida resultará na alteração de controle da Requerente e, consequentemente, requerer a apresentação dos documentos de Evoltz, conforme já protocolados perante esta D. ANEEL em janeiro de 2018". (grifos nossos)

3. Considerando o exposto, a alteração na composição societária da Manaus Transmissora se enquadra no artigo 2º, inciso VII, da Resolução Normativa nº 149, de 28 de fevereiro de 2005.

SGAN - Quadra 603 / Módulo "I" e "J"
CEP: 70830-110 - Brasília - DF - Brasil
Tel. 55 (61) 2192-8600
www.aneel.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE.
Consulte a autenticidade deste documento em http://sicnet2.aneel.gov.br/sicnetweb/v.aspx, informando o código de verificação 7942EBBA005556EC

4. Sendo assim, não há necessidade de envio de pedido de anuência prévia para o caso, no entanto, deve-se dar atendimento ao parágrafo único do art. 2º da citada Resolução com o encaminhamento da informação que demonstre a alteração efetuada.

Atenciosamente,

*(Assinado digitalmente)*
CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

SGAN - Quadra 603 / Módulo "I" e "J"
CEP: 70830-110 - Brasília - DF - Brasil
Tel. 55 (61) 2192-8600
www.aneel.gov.br

IMP

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR:
CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES
Consulte a autenticidade deste documento em http://sicnet2.aneel.gov.br/sicnetweb/v.aspx, informando o código de verificação 7942EBBA005556EC

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

**PARECER Nº 4/2020-CAF/CGFIN/DGFAI**

**ASSUNTO:ANUÊNCIA PARA TRANSFERÊNCIA DE TOTALIDADE DE AÇÕES**

**INTERESSADO(A): GABINETE, DGFAI, CGFIN, CAF, BANCO DA AMAZÔNIA S.A**

**ALÇADA ADMINISTRATIVA:DGFAI, CGFIN,CAF**

## PARECER TÉCNICO

## MOTIVAÇÃO

1. A empresa Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A, CNPJ: 09.584.854/0001-37, beneficiária de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, encaminhou Carta s/n, de 30/04/2020, na qual solicita anuência ao Banco da Amazônia e à Sudam quanto ao pleito de transferência da totalidade de ações que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS detém na MTE S.A para a Evoltz Participações S.A (anteriormente denominada Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A), e liberação da garantia corporativa outorgada pela ELETROBRÁS, mediante assunção pela Evoltz Participações S.A, da responsabilidade pela prestação da garantia fidejussória no percentual de 100% da dívida decorrente dos contratos de financiamentos do FDA e FNO.

2. Diante da solicitação formal realizada pela empresa MTE S.A por meio da Carta supracitada, o Banco da Amazônia S.A encaminhou a esta Superintendência o Ofício GERAC/COIND - nº 025/2020, de 18/06/2020, com o Parecer GERAC-COIND 2020/053, de 29/05/2020 anexo, no qual manifesta-se de acordo com o pleito da empresa requerente, observadas algumas condições.

## HISTÓRICO DO PROJETO

3. A empresa MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, CNPJ: 09.584.854/0001-37, teve sua carta consulta aprovada pela Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, por meio da Resolução nº12 em 23/06/2010. O empreendimento tem como objetivo a implantação de uma Linha de Transmissão de 586,00 Km de extensão e subestações entre os Municípios de Oriximiná-PA a Itacoatiara-AM e de Itacoatiara-AM a Cariri-AM.

4. O Projeto foi aprovado pela Resolução nº 04 de 02/03/2011 da Diretoria Colegiada da SUDAM, com participação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA no valor de R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), que equivale a 10,77% do total do financiamento.

| Composição acionária Inicial do projeto | |
|---|---|
| **Acionista** | **Participação (%)** |
| Abengoa Concessões Brasil Holding S.A | 50,4 |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte | 29,9 |
| Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF | 19,4 |
| Outros | 0,3 |
| **TOTAL** | **100,00** |

Fonte: Resolução nº 04, de 02/03/2011 da Diretoria Colegiada da Sudam.

| Fontes dos Recursos Aprovados | |
|---|---|
| **Fonte** | **Valor (R$)** |
| FDA | 150.000.000,00 |
| FNO | 250.000.000,00 |
| Recursos Próprios | 592.246.000,00 |
| BNDES | 400.000.000,00 |
| **TOTAL** | **1.392.246.000,00** |

Fonte: Resolução nº 04, de 02/03/2011 da Diretoria Colegiada da Sudam.

5. O FDA liberou em sua totalidade os valores dos recursos do Fundo para a beneficiária Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A., no valor de R$ 150.000.000,00 conforme cronograma de desembolsos do projeto.

| Cronograma de Desembolsos do projeto - FDA | |
|---|---|
| 1ª Liberação (29/03/2012) | R$ 75.000.000,00 |
| 2ª Liberação (23/08/2012) | R$ 75.000.000,00 |
| **Total Liberado** | **R$ 150.000.000,00** |
| Saldo a liberar | R$ 0,00 |

Fonte: Relatórios do FDA. Controle de Liberações.

6. O Ofício GEAFO nº 2012/022, de 17/04/2012 do Banco da Amazônia S.A encaminhou, como anexo, o Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil GEAFO-CPRIN 2012/133, de 17/04/2012. Este Relatório apresentou nova composição acionária da beneficiária MTE S.A, descrito abaixo:

| **Acionista** | **Participação (%)** |
|---|---|
| Abengoa Concessões Brasil Holding S.A | 50,5 |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte | 30,0 |
| Companhia Hidroelétrica do São Francisco - | 19,5 |

| | |
|---|---|
| CHESF | 19,5 |
| **TOTAL** | **100,0** |

7. Em 2017, a agência Manaus-Centro/AM do Banco da Amazônia S.A encaminhou, por meio do Parecer 2017/083, de 11/08/2017, correspondência da empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE S.A, na qual esta solicita anuência do Banco para transferir sua participação acionária na empresa Manaus Transmissora de Energia – MTE S.A. (30%) para a sua controladora, a empresa ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A, e também a substituição das garantias da ELETRONORTE pelas garantias da ELETROBRAS. Como justificativa para a transferência, a ELETRONORTE informa que é devedora da ELETROBRAS em valor aproximado de R$ 4,3 bilhões. Esta dívida possui encargos financeiros elevados que oneram sobremaneira o fluxo de caixa da ELETRONORTE, e, com a transferência das ações seu endividamento reduzirá, quitando parte dessa dívida.

8. Conforme correspondência CE/DF-036/2017, de 08/08/2017, a empresa Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF solicitou à Sudam anuência para a transferência da sua participação acionária na empresa Manaus Transmissora de Energia – MTE S.A. (19,5%) para a empresa ELETROBRAS, sua controladora. A Sudam, através do Ofício nº 34/2017/DGFAI-SUDAM, de 28/08/2017, encaminhou a mesma solicitação feita pela empresa CHESF por meio da correspondência supracitada ao Banco da Amazônia, solicitando manifestação deste Agente Operador sobre a transferência da participação acionária da CHESF para a ELETROBRÁS.

9. Como justificativa para a transferência, a CHESF informa que possui contratos de empréstimo firmados com a ELETROBRAS, em que incidem encargos financeiros elevados, onerando sobremaneira o seu fluxo de caixa. Informa ainda que, a transferência da participação acionária para a ELETROBRAS visa reduzir seu endividamento, mediante a quitação da dívida existente.

10. A CHESF detalha ainda que a operação de transferência acionária coaduna-se com o Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG 2017-2021, da ELETROBRAS, que possui como um dos desafios estruturais a serem superados a redução da dívida bruta e líquida do Sistema ELETROBRAS através da alienação, num segundo momento, de ativos oriundos de dação em pagamento de suas subsidiárias.

11. O Banco da Amazônia S.A., por meio do Parecer GEAFO/COMED nº 2017/122, de 15/09/2017, manifestou-se favoravelmente à transferência da participação acionária das empresas ELETRONORTE e CHESF na empresa Manaus Transmissora de Energia S.A para a empresa ELETROBRAS, tendo em vista que a referida transferência não prejudica o desempenho operacional do projeto nem a segurança dos créditos, haja vista que não haverá qualquer prejuízo às garantias vinculadas aos contratos 033-11/0034-7 (FNO) e 033-11/0035-5 (FDA), compartilhadas com o BNDES, pois continuará vinculado em Penhor de 100% das ações do capital social da beneficiária.

12. O BNDES, por meio da Carta 193/2017 – BNDES AE/DEENE1, datada de 21/11/2017, informou a aprovação da transferência, para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRAS, da integralidade das ações detidas por suas subsidiárias, entre elas a ELETRONORTE e a CHESF.

13. Após essa alteração, a composição acionária da empresa MTE S.A ficou da forma descrita abaixo:

| **Acionista** | **Participação (%)** |
|---|---|
| Abengoa Concessões Brasil Holding S.A | 50,5 |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A – | 49,5 |

| | |
|---|---|
| ELETROBRAS | 49,5 |
| **TOTAL** | **100,0** |

14. Em fevereiro de 2016, o juízo da 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro deferiu o processo de recuperação judicial da Abengoa Concessões Brasil Holding S/A, sua controladora Abengoa Construção Brasil S/A e a empresa ligada Abengoa Greenfield Brasil Holding S/A, conjuntamente com todas as concessionárias do grupo, "Grupo Abengoa".

15. O Plano de Recuperação Judicial (PRJ) foi aprovado pelos credores em 08/2017 e homologado em 11/2017. Conforme expressa previsão do PRJ, para a superação da crise momentânea, o grupo Abengoa alienou judicialmente as participações societárias de sua titularidade nas Transmissões de Energias operacionais (incluindo a Concessionária).

16. Em leilão judicial realizado em 12/2017, a holding TPG – STRATEGIC INFRASTRUCTURE apresentou oferta revisada no valor de R$ 482.554.770,00 e foi declarada, na mesma data, pelo juízo da recuperação judicial, vencedora do leilão e, consequentemente as partes assinaram em 18/12/2017 um contrato de compra e venda de ações, sujeito a diversas condições suspensivas, dentre elas a prévia aprovação da mudança de controle das ATEs operacionais por determinados credores, incluindo o Banco da Amazônia, evitando declarações de vencimento antecipado das dívidas das concessionárias.

17. Em 2018, o Banco da Amazônia, na qualidade de Agente Operador do projeto da empresa Manaus Transmissora de Energia S/A – MTE encaminhou a esta Superintendência o Ofício GERAC/CONRU nº 053/2018, de 14/05/2018, o qual tinha como anexo o Parecer GERAC/CONRU 2018/55, de 18/04/2018. Neste parecer o Banco da Amazônia acatou o pleito da empresa financiada que solicitou anuência para transferir o controle acionário e garantia de aval. O processo refere-se à venda do ativo da empresa Abengoa Concessões Brasil Holding S/A, acionista majoritária da empresa MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A – MTE, que se encontra em processo de recuperação judicial, para a holding TGP – STRATEGIC INFRASTRUCTURE.

18. O processo de Recuperação Judicial refere-se à empresa Abengoa Concessões Brasil Holding S/A, sua controladora Abengoa Construção Brasil S/A e a empresa ligada Abengoa Greenfield Brasil Holding S/A.

19. A holding TPG – STRATEGIC INFRASTRUCTURE vencedora do processo competitivo realizado em 12/12/2017, na modalidade propostas fechadas, fez o investimento através de um Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP SEVILLE), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.409.018/0001-11 e da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A., CNPJ/MF: 28.037.759/0001-68.

20. No Parecer GERAC/CONRU 2018/55, de 18/04/2018, o Banco da Amazônia citou uma correspondência da empresa Manaus Transmissora de Energia S/A – MTE, onde a mesma relata que a troca do Controle Acionário não ocasionará qualquer alteração adversa no curso de seus negócios ou operações em decorrência da referida alienação ao investidor TPG (FIP Seville).

21. Após mais essa alteração, a composição acionária da empresa MTE S.A ficou da forma descrita abaixo:

| **Acionista** | **Participação (%)** |
|---|---|
| Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A. | 50,5 |

| | |
|---|---|
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRAS | 49,5 |
| **TOTAL** | **100,0** |

22. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19/06/2019, os acionistas aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalvas a mudança da razão social de Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A para Evoltz Participações S.A.

23. Com isso, a composição acionária da empresa MTE S.A ficou da forma descrita abaixo:

| **Acionista** | **Participação (%)** |
|---|---|
| Evoltz Participações S.A | 50,5 |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRAS | 49,5 |
| **TOTAL** | **100,0** |

## ANÁLISE DO PLEITO

24. Na Carta s/n(0252219), de 30/04/2020, na qual a empresa Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A. solicita a anuência do Banco da Amazônia e da Sudam quanto ao pleito de transferência da totalidade de ações que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS detém na MTE S.A para a Evoltz Participações S.A, é informado que essa aquisição de ações pretende, unicamente, consolidar o controle já exercido pela Evoltz Participações S.A (anteriormente denominada Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A). Ou seja, como a Evoltz possui 50,50% das ações da MTE S.A, já detém o controle acionário da mesma.

25. A alteração da razão social da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A para Evoltz Participações S.A foi realizada em 19/06/2019, conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária (0265598), e devidamente registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro - JUCERJA em 27/06/2019.

26. O pleito em questão solicita a anuência do Banco da Amazônia e da Sudam quanto à venda da participação acionária da ELETROBRÁS na MTE S.A (49,50%) para a Evoltz Participações S.A. Com isso, a Evoltz passa a ser a única acionista/controladora da empresa MTE S.A (100%).

27. A venda da participação acionária da ELETROBRÁS na MTE S.A para a Evoltz Participações S.A observa as condições estabelecidas no Contrato de Compra e Venda de Ações - CCVA (SPA) celebrado entre a ELETROBRÁS e a Evoltz Participações S.A. que decorreu do Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019 (0265566), de 06/09/2019 da ELETROBRÁS. O Procedimento Competitivo observou os princípios e regras constantes no Decreto nº 9.188, de 01/11/2017, e demais diplomas legais aplicáveis.

28. Na Carta s/n supracitada, a MTE S.A também solicita, além da venda da participação acionária, a liberação da garantia corporativa outorgada pela ELETROBRÁS permanecendo vigente a garantia corporativa outorgada pela Evoltz Participações S.A. A liberação da garantia corporativa outorgada pela ELETROBRÁS está prevista no Contrato de Compra e Venda de Ações - CCVA (SPA) (0266068) celebrado entre a ELETROBRÁS e a Evoltz Participações S.A.

29. O pleito da empresa Manaus Transmissora de Energia – MTE S.A possui enquadramento no art. 26, inciso V, do Decreto nº 4.254/2002 que regulamentava o

FDA à época da aprovação do projeto.

> *"Art.26 Da escritura de emissão constará obrigatoriamente o seguinte:*
> *[...]*
> *V- a mudança no quadro societário da empresa fica subordinada à prévia aprovação pela ADA, ouvido o agente operador, e deve ser comprovada por meio de remessa de arquivos mantidos no órgão de registro de comércio competente."*

30. O pleito da empresa Manaus Transmissora de Energia – MTE S.A também possui enquadramento no contrato de Escritura Pública de Emissão privada de Debêntures (0266888), quanto à mudança no quadro societário:

> *"CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA EMISSORA*
>
> *6.1 – Obrigações gerais: Fica a emissora obrigada, ainda, a:*
> *[...]*
> *j) Submeter previamente a SUDAM quaisquer proposta de mudança no seu quadro societário;*
>
> *k) Aceitar que quaisquer mudanças no quadro societário da EMISSORA ficam subordinadas à prévia aprovação pela SUDAM, ouvido o Banco da Amazônia S.A;*
>
> *l) Comprovar a efetivação das mudanças no quadro societário por meio da remessa dos arquivos mantidos no órgão de registro competente;"*

31. De acordo com o previsto no art. 26, inciso V, do Decreto nº 4.254/2002, e no contrato de Escritura Pública de Emissão privada de Debêntures, a anuência da Sudam quanto ao pleito da MTE S.A deve ocorrer após o posicionamento do Banco da Amazônia S.A (Agente Operador do projeto).

32. Com isso, o Banco da Amazônia S.A, na qualidade de agente operador do projeto da empresa beneficiária Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A. encaminhou a esta Superintendência o Ofício GERAC/COIND - nº 025/2020 (0260019), de 18/06/2020, com o Parecer GERAC-COIND 2020/053 (0260021), de 29/05/2020 em anexo.

33. No referido Parecer, o Banco da Amazônia S.A manifesta-se pelo deferimento do pleito da empresa MTE S.A, com os efeitos do deferimento ficando condicionados suspensivamente à obtenção de anuência prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme exigências do BNDES.

34. Ainda conforme o Parecer do Banco da Amazônia S.A, as garantias constituídas do projeto são: i) Penhor sobre Direitos Emergentes e de Crédito; ii) Penhor de Ações; iii) Fiança Corporativa. Essas garantias perfazem um montante de R$ 1.104.559.620,00 (um bilhão, cento e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e vinte reais), decorrente do cálculo da RAP (Receita Anual Permitida) de 20 anos, conforme Contrato de Concessão nº 010/2008 firmado entre a MTE S.A e a ANEEL. No caso do FDA, esse montante atende ao §7º do art. 20 do Regulamento do FDA, aprovado pelo Decreto nº 4.254/2002.

> *"Art. 20 As debêntures a serem subscritas com recursos do Fundo terão garantia real, admitidas também garantias flutuantes e garantias diferenciadas, prestadas cumulativamente ou não, próprias de operações estruturadas ou* ***Project Finance****, tais como:*
> *[...]*
> *§7º Ao final do período de implantação, as garantias constituídas deverão representar, no mínimo, cento e vinte e cinco por cento do valor subscrito."*

35. Além dessas garantias, o saldo devedor da MTE S.A possui mais um mecanismo de liquidez em seus contratos na forma da constituição da Conta Reserva, que atua como um mitigador de risco durante o prazo de vigência dos contratos. Atualmente, a Conta Reserva possui um saldo constituído na totalidade de R$ 37.446.555,28 (trinta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil,

quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos), conforme extratos de Maio/2020. O saldo da Conta Reserva possui a capacidade de amortização de 1 (uma) parcela do financiamento contratado com recursos do FDA.

36. Ainda conforme o Parecer do Banco da Amazônia S.A, o pleito da beneficiária MTE S.A não trará prejuízo às garantias do financiamento ao Banco e à SUDAM, haja vista que o pleito tem como escopo a injeção de novos investimentos no financiamento e considerando que o projeto está performado e operando normalmente.

37. Por se tratar de empreendimento financiado na modalidade "project finance", o retorno de crédito repousa no fluxo de caixa da empresa MTE S.A, operacionalizado pelo Banco, no caso das operações do FDA e FNO. Conforme o Parecer do Banco da Amazônia S.A, os contratos 033-11/0030-6 do FDA e 033-11/0034-7 do FNO encontram-se adimplentes.

38. A Demonstração Financeira da empresa Evoltz Participações S.A, auditada pela Ernst & Young com base em 31/12/2018, encaminhada ao Banco (item 8.19 do Parecer do Banco da Amazônia), registrou um ativo total de R$ 1.866.410.000,00 (um bilhão, oitocentos e sessenta e seis milhões e quatrocentos e dez mil reais). Registrou ainda uma DRE - Demonstração de Resultado de Exercício) com resultado positivo do exercício de R$ 836.788.000,00 (oitocentos e trinta e seis milhões e setecentos e oitenta e oito mil reais).

39. Em balancete com data base de dezembro/2019, encaminhado ao Banco (item 8.20 do Parecer do Banco da Amazônia) a Evoltz Participações S.A registrou um ativo total de R$ 1.752.854.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta e dois milhões e oitocentos e cinquenta e quatro mil reais), e um resultado positivo do exercício (conforme DRE) de R$ 4.475.856.030,00 (quatro bilhões, quatrocentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e três mil e trinta reais).

40. O BNDES, no âmbito do seu Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0721.1 celebrado com a MTE S.A, manifestou-se favoravelmente ao pleito de alienação da totalidade de ações que a ELETROBRÁS detém na MTE S.A para a Evoltz Participações S.A, por meio da Carta 98/2020-BNDES AE/DEENE1 (0263989), de 20/05/2020, condicionando suspensivamente tal deferimento à anuência prévia do CADE, da ANEEL e do Banco da Amazônia S.A.

41. O BNDES, na Carta supracitada, decidiu pela exoneração da fiança corporativa prestada pela ELETROBRÁS, tendo em vista a alienação das ações de sua titularidade no capital social da MTE S.A, mediante assunção pela Evoltz Participações S.A, da responsabilidade pela garantia fidejussória no percentual de 100% da dívida decorrente do Contrato de Financiamento.

42. O BNDES também resolveu conceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da efetiva transferência de titularidade das ações da MTE S.A, detidas pela ELETROBRÁS, à Evoltz para celebração dos aditivos aos Contratos de Financiamento e ao Contrato de Penhor de Ações. A celebração dos aditivos fica condicionada à prévia comprovação da transferência das ações mediante o envio de cópia digitalizada do Livro de Registro de Transferência de Ações da MTE S.A.

43. O CADE, por meio do Parecer nº 158/2020/CGAA5/SGA1/SG (0265572), de 21/05/2020, aprovou sem restrições o pleito da empresa MTE S.A, referente à transferência da totalidade das ações que a ELETROBRÁS (49,50%) detém na MTE S.A para a Evoltz Participações S.A.

44. No referido Parecer, o CADE a analisou o pleito da empresa MTE S.A sob a dimensão produto, de acordo com o mercado de transmissão de energia elétrica, sob duas perspectivas: i) a concorrência no mercado; e ii) a concorrência pelo

mercado. Segundo o CADE, na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica em sua dimensão produto não existe concorrência entre empresas atuantes no mercado, pois se trata de um monopólio natural em que cada concessão constitui, para efeitos concorrenciais, um mercado próprio.

45. Na perspectiva de concorrência pelo mercado, o CADE considera que o mercado de acesso a concessões para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica tem dimensão nacional. Nesse sentido, mesmo após a aquisição da totalidade das ações que a ELETROBRÁS detém na MTE S.A (49,50%), a participação no mercado nacional de transmissão de energia elétrica da Evoltz Participações S.A continua bastante inferior ao patamar legal de presunção de posição dominante de 20%, o que indica ausência de possibilidade de exercício de poder de mercado, não acarretando prejuízos ao ambiente concorrencial do mercado de transmissão de energia elétrica.

46. A ANEEL, por meio do OFÍCIO nº 175/2020 - SFF/ANEEL (0266892), de 02/06/2020, observou que, como o pleito da empresa MTE S.A não configura alteração no controle acionário mas apenas alteração da composição societária, o mesmo possui enquadramento no art. 2º, inciso VII, da Resolução Normativa n° 149, de 28/02/2005 da ANEEL.

> *"Resolução Normativa n° 149, de 28/02/2005 da ANEEL*
> *Art. 2º Ficam previamente autorizadas pela ANEEL as mudanças vinculadas aos fatos a seguir indicados:*
> *[...]*
> *VII - movimentação na composição societária que não resulte alteração no controle;"*

47. O pleito em questão representa a consolidação do controle da Evoltz Participações S.A sobre a MTE S.A, pois já detém 50,5% do capital social, e se tornará a sua única acionista. Pela perspectiva da ELETROBRÁS, o pleito está alinhado com sua estratégia de reorganizar os investimentos a partir da venda de ativos e participações acionárias que não sejam consideradas estratégicas, conforme preceitua o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG 2019-2023) da empresa.

48. Ainda conforme o Parecer do CADE, supracitado, no ano fiscal de 2019 o Grupo Evoltz registrou, no Brasil, faturamento acima de R$ 75 milhões (limite legalmente estabelecido e alterado pela Portaria MF/MJ nº 994, de 30/05/2012). E segundo o Quadro de Sócios e Administradores - QSA, a Evoltz Participações S.A possui um capital social de R$ 500.001.000,00 (quinhentos milhões e um mil reais).

## PARECER

49. Considerando que o pleito da empresa MTE S.A, quanto à alienação da totalidade das ações da ELETROBRÁS para a Evoltz participações S.A possui enquadramento legal no Decreto nº 4.254/2002, que regulamentava o FDA à época da aprovação do projeto, e no contrato de Escritura Pública de Emissão privada de Debêntures.

50. Considerando a manifestação favorável quanto ao pleito da empresa MTE S.A, do Banco da Amazônia S.A, conforme Parecer GERAC-COIND 2020/053, de 29/05/2020, do BNDES, conforme Carta 98/2020-BNDES AE/DEENE1, de 20/05/2020, do CADE, conforme Parecer nº 158/2020/CGAA5/SGA1/SG, de 21/05/2020, e da ANEEL, conforme OFÍCIO nº 175/2020 - SFF/ANEEL, de 02/06/2020.

51. Considerando que o pleito pretende, unicamente, consolidar o controle já exercido pela Evoltz Participações S.A sobre a empresa beneficiária MTE S.A. e que não prejudica o desempenho operacional do projeto e nem as garantias vinculadas aos contratos 033-11/0034-7 (FNO) e 033-11/0035-5 (FDA) plenamente constituídas.

52. Considerando ainda que o pleito da empresa MTE S.A observou todos os trâmites legais e formais, a partir do Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019, de 06/09/2019 da ELETROBRÁS; da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações - CCVA (SPA) entre a ELETROBRÁS e a Evoltz Participações S.A, de 28/04/2020; da Carta s/n, de 30/04/2020 da MTE S.A; da Carta 98/2020-BNDES AE/DEENE1, de 20/05/2020; do Parecer nº 158/2020/CGAA5/SGA1/SG, de 21/05/2020 do CADE; do Parecer GERAC-COIND 2020/053, de 29/05/2020 do Banco da Amazônia S.A; e do OFÍCIO nº 175/2020 - SFF/ANEEL, de 02/06/2020, da ANEEL.

53. Esta unidade técnica manifesta-se favoravelmente ao pleito da empresa Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A, quanto a:

a) anuência para a alienação da totalidade das ações que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS detém na MTE S.A para a Evoltz Participações S.A., observadas as condições estabelecidas no Contrato de Compra e Venda de Ações - CCVA (SPA) celebrado entre as partes;

b) Liberação da garantia corporativa outorgada pela ELETROBRÁS, mediante assunção pela Evoltz Participações S.A, da responsabilidade pela prestação da garantia fidejussória no percentual de 100% da dívida decorrente dos contratos de financiamentos do FDA e FNO.

## CONCLUSÃO

54. Foram feitas pesquisas cadastrais das empresas Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A e Evoltz Participações S.A., quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS (certidão previdenciária), à certidão de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união (certidão tributária) e certidão de débitos trabalhistas, não encontrando pendências para ambas as empresas.

55. A transferência da totalidade das ações que a ELETROBRÁS detém na MTE S.A para a Evoltz Participações S.A., apresenta-se como uma forma de garantir a viabilidade econômica e a continuidade do empreendimento, e como forma de resguardar os recursos aplicados pelo FDA.

56. Ressalta-se que a Evoltz Participações S.A. deverá assumir todas as obrigações decorrentes da alteração acionária, mediante aditivo contratual à operação 033-11/0035-5 (FDA), bem como aos contratos acessórios garantidores da operação.

57. Após a assunção da totalidade das ações que a ELETROBRÁS detém na MTE S.A pela Evoltz Participações S.A., o quadro societário da empresa MTE S.A ficará da forma descrita abaixo:

| Acionista | Participação (%) |
|---|---|
| Evoltz Participações S.A. | 100,0 |
| **TOTAL** | **100,0** |

## RECOMENDAÇÕES

58. Recomenda-se à empresa Evoltz Participações S.A. que atualize a denominação da razão social no Certificado de Regularidade do FGTS (certidão previdenciária), pois ainda consta a denominação Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A.

59. Recomenda-se à empresa MTE S.A. que, tão logo seja efetivada a transferência da titularidade das ações que a ELETROBRÁS detém na MTE S.A, para a Evoltz Participações S.A., essa transferência de ações seja informada mediante o envio da cópia digitalizada do Livro de Registro de Transferência de Ações do Cliente,

registrado no órgão competente.

É o Parecer.

**De Acordo:**

Alda Francy Teixeira Freitas da Costa Nunes - Coordenadora

Marta Maria Rocha de Matos - Coordenadora-Geral

---

Documento assinado eletronicamente por **José Roosevelt Araújo Correa Júnior**, **Economista**, em 23/07/2020, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0267895** e o código CRC **EF490E55**.

---

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0267895

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA COLEGIADA

# RESOLUÇÃO Nº XX MINUTA, DE 23 DE JULHO DE 2020

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar nº 124, de 3 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso II, do anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, publicado no DOU de 30/06/2014 e o art. 10, inciso II do Regimento Interno desta Autarquia;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Parecer nº 4/2020-CAF/CGFIN/DGFAI, de 23/07/2020, doc. SEI nº 0267895, consubstanciado no Parecer GERAC-COIND 2020/053, de 29/05/2020, do Banco da Amazônia S.A, referente à anuência para a alienação da totalidade das ações que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS detém na MTE S.A para a Evoltz Participações S.A. e liberação da garantia corporativa outorgada pela ELETROBRÁS, mediante assunção pela Evoltz Participações S.A, da responsabilidade pela prestação da garantia fidejussória no percentual de 100% da dívida decorrente dos contratos de financiamentos do FDA e FNO.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

MARLY VIEIRA MIRANDA
Diretora de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

ANDRÉ CARVALHO DE AZEVEDO CARIOCA
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas

ROGÉRIO MATOS DOS SANTOS
Diretor de Administração

Documento assinado eletronicamente por **José Roosevelt Araújo Correa Júnior**, **Economista**, em 23/07/2020, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0267908** e o código CRC **7E177A31**.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN.

Senhora Coordenadora,

1. Submetemos a vossa apreciação Parecer Nº 4/2020-CAF/CGFIN/DGFAI(0267895) e Minuta de Resolução (0267908), referente ao pleito da empresa Manaus Transmissora de Energia S.A., interposto nesta Superintendência, acerca da anuência para transferência da totalidade das ações em favor da empresa Evoltz Participações S.A., com os quais esta Coordenadora CAF se manifesta de acordo.

Documento assinado eletronicamente por **Alda Francy Teixeira Freitas da Costa Nunes**, **Coordenador**, em 23/07/2020, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0267919** e o código CRC **CFFDAAF0**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0267919

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos - DGFAI.

Senhora Diretora,

1. Estando de acordo com o Parecer Nº 4/2020-CAF/CGFIN/DGFAI (doc SEI 0267895) e com as demais providências adotadas pela CAF para subsidiar a decisão da Diretoria Colegiada quanto ao pleito da empresa Manaus Transmissora de Energia S.A., acerca da anuência para transferência da totalidade das ações que a Eletrobrás detém na Empresa em questão, em favor da empresa Evoltz Participações S.A., encaminhamos o processo para Vossa apreciação e posterior deliberação da Diretoria Colegiada.

Respeitosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Marta Maria Rocha de Matos**, **Coordenador-Geral**, em 23/07/2020, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0267963** e o código CRC **322C4DB2**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0267963

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

À CGFIN

1. Considerando o disposto no artigo 12, caput do Decreto No. 4.254/02, necessário se faz:

2. Anexar aos autos as Demonstrações Financeiras devidamante auditadas da empresa EVOLTZ S/A

3. As Demonstrações Financeiras da MTE S/A, conforme dispõe o artigo 50, § 3o, 4o e 6o do Decreto 4.254/02

4. O Estatuto e a Ata da Empresa EVOLTZ S/A docs. Sei 0265633 e 0265598, não constam registrados no órgão de comércio ( Junta Comercial), conforme determina o artigo 1o, I, da Lei 8.934/94 e artigo 1.150 do Novo Código Civil;

5. Assim sendo, retornem-se os autos para as providências.

Documento assinado eletronicamente por **Marly Vieira Miranda**, **Diretor**, em 29/07/2020, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0268869** e o código CRC **B1B39EFC**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0268869

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CAF.

1. Encaminham-se os autos para as providências solicitadas no Despacho Simples DGFAI, doc SEI 0268869.

Documento assinado eletronicamente por **Marta Maria Rocha de Matos**, **Coordenador-Geral**, em 29/07/2020, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0269332** e o código CRC **B0526D78**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0269332



# Evoltz Participações S.A.

## Demonstrações Financeiras Consolidadas
## 31 de dezembro de 2019

**Em milhares de Reais**

# Índice


Balanços patrimoniais 4
Demonstrações dos resultados 5
Demonstrações dos resultados abrangentes 6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstrações dos fluxos de caixa 8
Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional ..... 9
2. Base da preparação e consolidação ..... 12
3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos ..... 25
4. Caixa e Equivalentes de Caixa ..... 26
5. Contas a receber ..... 27
6. Impostos a recuperar ..... 28
7. Ativos de Contrato de Concessão ..... 28
8. Investimentos ..... 30
9. Fornecedores ..... 35
10. Empréstimos, Financiamentos e debêntures ..... 35
11. Provisões ..... 37
12. Encargos Setoriais ..... 39
13. Obrigações especiais ..... 39
14. Impostos de Renda e Previdenciárias ..... 40
15. PIS e COFINS Diferidos ..... 41
16. Patrimônio líquido ..... 41
17. Receita líquida ..... 42
18. Custos e Despesas operacionais ..... 43
19. Resultados Financeiros ..... 43
20. Transações com partes relacionadas ..... 44
21. Instrumentos Financeiros ..... 44
22. Questões Ambientais ..... 49
23. Seguros ..... 50
24. Evento Subsequente ..... 51

# Balanços Patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 (Reapresentado) | 31/12/2019 | 31/12/2018 (Reapresentado) |
| **Ativos** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 71.281 | 29.854 | 149.462 | 60.184 |
| Contas a receber | 5 | 1.564 | 820 | 10.673 | 9.485 |
| Impostos a recuperar | 6 | 316 | 29 | 10.860 | 12.474 |
| Ativos de contrato de concessão | 7 | - | - | 69.481 | 60.313 |
| Dividendos recebíveis | 20 | 13.159 | 19.856 | 7.186 | 17.022 |
| Depósitos vinculados | 10.3 | - | - | 6.418 | - |
| Outros ativos circulantes | | 103 | 44 | 3.131 | 2.810 |
| **Total do Ativo Circulante** | | **86.423** | **50.603** | **257.211** | **162.288** |
| Depósitos vinculados | 10.3 | - | - | 2.990 | 8.365 |
| Depósitos Judiciais | 11.c | - | - | 21.521 | 21.364 |
| Impostos a recuperar | 6 | - | - | - | 8.311 |
| Ativos de contrato de concessão | 7 | - | - | 394.654 | 345.720 |
| Investimentos | 8 | 1.660.508 | 1.572.839 | 1.262.048 | 1.243.354 |
| Imobilizado | | 332 | 230 | 1.344 | 1.061 |
| Intangível | | - | 100 | 122 | 316 |
| Outros ativos não circulantes | 13 | - | - | 7.344 | - |
| **Total do Ativo não Cicrulante** | | **1.660.840** | **1.573.169** | **1.690.023** | **1.628.491** |
| **Total do Ativo** | | **1.747.263** | **1.623.772** | **1.947.234** | **1.790.779** |
| **Passivos** | | | | | |
| Fornecedores | 9 | 2.423 | 134 | 7.185 | 4.048 |
| Empréstimos e financiamentos | 10.1 | - | - | 66.418 | 19.505 |
| Debêntures | 10.2 | 27.946 | - | 28.130 | - |
| Impostos a recolher | | 60 | 20 | 1.872 | 712 |
| Provisões | 11 | - | - | - | 1.984 |
| Encargos setoriais | 12 | - | - | 3.976 | 3.164 |
| Dividendos a pagar | | 93.910 | 204.836 | 93.910 | 204.836 |
| Outros passivos circulantes | | 875 | - | 2.342 | 484 |
| **Total do passivos circulante** | | **125.214** | **204.990** | **203.832** | **234.733** |
| Fornecedores | 9 | - | - | 1.004 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 10.1 | - | - | 17.379 | 84.284 |
| Debêntures | 10.2 | - | - | 24.471 | - |
| Impostos a recolher | | - | - | 1.170 | 1.017 |
| Provisões | 11 | - | - | 28.404 | 28.549 |
| Impostos e contribuições sociais diferidos | 14.a | 257.049 | 261.533 | 193.756 | 187.175 |
| PIS e COFINS diferidos | 15 | - | - | 60.035 | 53.774 |
| Outros passivos não circulantes | 13 | - | - | 7.345 | - |
| **Total do passivo não circulante** | | **257.049** | **261.533** | **333.564** | **354.799** |
| **Patrimônio líquido** | | | | | |
| Capital | 16.1 | 500.001 | 500.001 | 500.001 | 500.001 |
| Reserva de lucros | | 864.999 | 657.248 | 864.999 | 657.520 |
| | | **1.365.000** | **1.157.249** | **1.365.000** | **1.157.521** |
| Participações não controladoras | | - | - | 44.838 | 43.726 |
| **Patrimônio líquido** | | **1.365.000** | **1.157.249** | **1.409.838** | **1.201.247** |
| **Total do Passivo e Patrimônio líquido** | | **1.747.263** | **1.623.772** | **1.947.234** | **1.790.779** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração Financeira EVOLTZ (0269396) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 191

# Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais, exceto dados de rendimentos por ação

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| | | | (Reapresentado) | | (Reapresentado) |
| Receita líquida | 17 | - | - | 85.661 | 74.655 |
| Custo da operação | 18 | - | - | (15.061) | (9.471) |
| **Lucro Bruto** | | **-** | **-** | **70.600** | **65.184** |
| Despesas gerais e administrativas | 18 | (5.483) | (909) | (31.330) | (31.299) |
| Resultado da combinação de negócios | 8.2 | 3.471 | 1.009.941 | 3.471 | 1.009.941 |
| Outros receita (despesas) operacionais | | - | 363 | (979) | 502 |
| **Resultado antes das despesas e receitas financeiras** | | **(2.012)** | **1.009.395** | **41.762** | **1.044.328** |
| Receitas financeiras | 19 | 1.860 | 517 | 4.409 | 3.083 |
| Despesas financeiras | 19 | (24) | (111) | (9.357) | (11.907) |
| Equivalência patrimonial | 8.2 | 92.162 | 114.181 | 73.091 | 102.601 |
| **Resultado antes do tributos sobre o lucro** | | **91.986** | **1.123.982** | **109.905** | **1.138.105** |
| Imposto de renda e contribuição social | 14.b | | | | |
| Corrente | | (8) | - | (444) | (1.358) |
| Diferido | | 4.484 | ( 261.533) | (11.945) | (274.769) |
| | | **4.476** | **(261.533)** | **(12.389)** | **(276.127)** |
| **Lucro líquido do exercício** | | **96.462** | **862.449** | **97.516** | **861.978** |
| | | | - | | |
| Atribuível a: | | | - | | |
| Acionistas da Evoltz | | 96.462 | 862.449 | 96.462 | 862.449 |
| Participações não controladoras | | - | - | 1.054 | (471) |
| Lucro básico e diluídos por ação | | 0,19 | 1,72 | 0,20 | 1,72 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração Financeira EVOLTZ (0269396) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 192

# Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 (Reapresentado) | 31/12/2019 | 31/12/2018 (Reapresentado) |
| **Lucro líquido do exercício** | 96.462 | 862.449 | 97.516 | 861.978 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| **Total outros resultados abrangentes** | **96.462** | **862.449** | **97.516** | **861.978** |
| Atribuível a: | | | | |
| Acionistas da Evoltz | 96.462 | 862.449 | 96.462 | 862.449 |
| Participações não controladoras | - | - | 1.054 | (471) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração Financeira EVOLTZ (0269396) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 193

# Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

| | Nota | Capital Social | Reserva de lucros | | | Lucros Acumulados | Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Evoltz | Participação Não controladores | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Reserva Legal | Retenção de lucros | Reserva de lucros a realizar | | | | |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2017 (Não auditados)** | | 1 | - | - | - | (2) | (1) | - | (1) |
| Aumento de capital | 16.1 | 500.000 | - | - | - | - | 500.000 | - | 500.000 |
| Aquisições de participações não controladores | | - | - | - | - | - | | 44.197 | 44.197 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 862.449 | 862.449 | (471) | 861.978 |
| **Destinação do lucro líquido** | | | | | | | | | |
| Reservas | 16.2 | - | 43.104 | 614.507 | - | (657.611) | - | - | - |
| Dividendos | | - | - | - | - | (204.836) | (204.836) | - | (204.836) |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2018 (Reapresentado)** | | 500.001 | 43.104 | 614.507 | - | - | 1.157.612 | 43.726 | 1.201.338 |
| Reversão de dividendos | | - | - | - | 204.836 | - | 204.836 | - | 204.836 |
| Distribuição de dividendos | | - | - | - | (71.000) | - | (71.000) | - | (71.000) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 96.462 | 96.462 | 1.054 | 97.516 |
| **Destinação do lucro líquido** | | | | | | | | | |
| Reservas | 16.2 | - | 4.823 | 68.729 | - | (73.552) | - | - | - |
| Dividendos | | - | - | - | - | (22.910) | (22.910) | - | (22.910) |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2019** | | 500.001 | 47.927 | 683.236 | 133.836 | - | 1.365.000 | 45.011 | 1.409.780 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 (Reapresentado) | 31/12/2019 | 31/12/2018 (Reapresentado) |
| **Fluxos de caixa de atividades operacionais** | | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 91.986 | 1.123.982 | 110.136 | 1.138.104 |
| Ajustes para reconciliações do lucro antes dos impostos aos fluxos líquidos de caixa: | | | | |
| PIS e COFINS diferidos | - | - | 6.261 | 53.774 |
| Equivalência patrimonial | (92.162) | (114.181) | (73.091) | (98.678) |
| Rendimentos sobre depósitos vinculados | - | - | (269) | (138) |
| Resultados de combinação de negócios | (3.471) | (1.009.941) | (3.471) | (1.009.941) |
| Remuneração de ativos de contrato de concessão | - | - | (80.186) | (69.925) |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | - | - | 7.743 | 9.848 |
| Provisões para contingências | - | - | (760) | 30.351 |
| Outros | - | - | - | 2.160 |
| Ajustes de capital de giro: | | | | |
| Contas a receber | (573) | (820) | (1.187) | (9.485) |
| Impostos recuperáveis | (287) | (29) | 9.631 | (20.785) |
| Ativo de contrato da concessão | - | - | 13.001 | 13.564 |
| Investimento | 26.210 | - | 73.886 | - |
| Fornecedores | 2.289 | 133 | 2.748 | 4.047 |
| Impostos a pagar | 32 | 20 | 6.702 | 1.728 |
| Encargos setoriais | - | - | 812 | 3.164 |
| Provisões para contingências | - | - | (878) | - |
| Outros ativos e passivos | 645 | (2.079) | 2.414 | 39.756 |
| **Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas operações** | **24.669** | **(1.243)** | **73.337** | **87.544** |
| Pagamento de tributos | - | - | (96) | - |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos | - | - | (7.705) | (8.851) |
| Depósitos judiciais | - | - | (157) | (21.364) |
| **Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais** | **24.669** | **(1.243)** | **65.379** | **57.329** |
| **Fluxos de caixa de atividades de investimento** | | | | |
| Aquisição de ações | (17.883) | (490.516) | (17.883) | (490.516) |
| Aquisição de imobilizado e intangíveis | (2) | (330) | (89) | (1.377) |
| Dividendos recebidos | 6.697 | 21.953 | 9.836 | 21.953 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | **(11.188)** | **(468.893)** | **(8.136)** | **(469.940)** |
| **Fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento** | | | | |
| Captação de empréstimos | 27.946 | | 52.839 | |
| Aumento de capital | - | 500.000 | - | 500.000 |
| Amortização de empréstimos e financiamento | - | - | (20.030) | (18.978) |
| Liberação de depósitos vinculados | - | - | (773) | (8.227) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento** | **27.946** | **500.000** | **32.036** | **472.795** |
| **Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa** | **41.427** | **29.864** | **89.279** | **60.184** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 29.854 | - | 60.184 | - |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 71.281 | 29.864 | 149.463 | 60.184 |
| **Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa** | **41.427** | **29.864** | **89.279** | **60.184** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração Financeira EVOLTZ (0269396) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 195

# 1. Contexto operacional

A Evoltz Participações S.A., ("Companhia" ou "Evoltz") anteriormente denominada Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A. é uma Companhia privada constituída e sediada no Brasil, estabelecida em 26 de Junho de 2007.

A Companiha e suas controladas e controladas em conjunto, adquiridas em Maio de 2018 (coletivamente, o Grupo), estão engajadas no segmento energético, principalmente na concessão de utilidades em energia.

## 1.1 COVID

Em 11 de março de 2020, o surto de coronavírus foi oficialmente considerado uma pandemia global pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Consequentemente, diversas medidas foram adotadas pelos governos em diversos países e no Brasil. Neste sentido as medidas restrititvas para conter a disseminação do vírus, provocaram impactos e incertezas nas atividades econômicas, podendo assim trazer impactos as atividades do setor elétrico e a Companhia.

Diante deste cenário as entidades governamentais vêm, desde então, implementando diversas medidas de auxílio econômico e financeiro como (i) postergação de recolhimento de alguns impostos, (ii) redução de alíquotas de contribuições obrigatórias, (iii) prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, dentre outras.

A Companhia e suas controladas por sua vez tem como prioridade garantir a saúde e segurança dos funcionários. Foram adotdas as seguintes medidas para proteger as pessoas e a operação.

Principais medidas implementadas para proteger nossos funcionários:

- outubroImplantação de home office para todas as equipes administrativas e de gestão operacional, com medidas preventivas em casos emergenciais;
- Disponibilização de álcool em gel para todos os funcionários;
- Distribuição de máscaras de proteção para todos os funcionários;
  Campanha de vacinação H1N1 para todos os funcionários administrativos e da gestão da operação, assim como reembolso da vacinação para os funcionários alocados em postos avançados;

**Ações de responsabilidade social**

A companhia por meio de suas controladas em conjunto, e a Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. ("Norte Brasil") promoveu os seguintes investimentos:

(i) A Norte Brasil Transmissora de Energia está promovendo o investimento de R$ 5,25 milhões em comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e de agricultura familiar em dois territórios do estado do Pará (Calha do Norte do Rio Amazonas e Terra do Meio), em parceria com o Imaflora, por meio da rede Origens Brasil. Trata-se de uma rede premiada pela ONU (Inovação Internacional), que reúne mais de 1.700 produtores na Amazônia (quilombolas, extrativistas e povos indígenas).
O investimento será disponibilizado por meio de um programa socioambiental que tem duração de dois anos e meio.

Por meio do Origens Brasil, a empresa assume o compromisso de seguir realizando aportes financeiros trimestrais ao longo dos próximos dois anos e meio, que visa assegurar a manutenção e conservação segura do modo de vida das populações locais em situação de vulnerabilidade na região Amazônica, fortalecendo a rede de produção florestal a longo prazo.

(ii) Em 24 de abril de 2020, a Companhia em conjunto com suas controladas aprovaram apoio à populações Indígenas, Quilombolas e de Agricultores Familiares na Calha Norte Paraense e na Terra do Meio em Altamira com uma doação total de R$ 689.576,80 , sendo R$ 466.532,00, para financiar o plano emergencial da Cooperativa Mista dos Povos e Comunidades Tradicionais da Calha Norte – COOPAFLORA e R$ 223.044,80 para o plano emergencial da Rede de Cantinas da Terra do Meio, ambos elaborados com apoio do IMAFLORA e ISA respectivamente, organizações de apoio técnico às organizações locais.

Impactos econômicos

A Administração do Grupo tem acompanhado atentamente os impactos do Covid-19 nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido avaliou, com base nas informações disponíveis, os impactos causados pela Covid-19 nas operações e na posição financeira da Companhia em 31 de maio de 2020 e, exceto por eventuais impactos no fornecimento de materiais e serviços que possam afetar nos níveis de sobressalentes e capex previstos para 2020, concluiu que até a presente data, não existem atualizações relevantes a serem divulgadas em comparação às demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2019.

## 1.2 Aquisições de ações

A Companhia participou de um leilão judicial para adquirir ações de empresas de transmissão de energia no Brasil, em concordata, anteriormente de propriedade da Abengoa Brasil (ou "Abengoa"). A decisão foi proferida por uma corte inferior que aprovou a proposta da Seville, anterior razão social da Evoltz, por meio de sua afiliada TSI Management LLC, em 18 de dezembro de 2017.

Após a aprovação formal da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autoridades governamentais especiais do Ministério de Minas e Energia, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco da Amazônia (BASA) e debenturistas de NBTE concluiu a aquisição dos 3.561 km das linhas de transmissão operacionais da Abengoa no Brasil, em 30 de maio de 2018 e comprometeu-se a pagar R$ 490,5 milhões de acordo com o Contrato de Compra e Venda assinado com a Abengoa.

As empresas de transmissão de energia que foram adquiridas estão listadas abaixo:

| Companhia | Participação (%) | Receita anual permitida | Extensão | Linha de transmissão | Data de exepedição | Início da Concessão | Final da Concessão |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ATE IV | 76,43% | 19.348 | 35 Km | TL Bateias (PR) - Curitiba (PR) | 21/06/2007 | 03/09/2010 | 20/06/2037 |
| | | | 52 Km | TL Canoinhas (SC) - São Mateus do Sul (PR) | | 05/09/2011 | |
| ATE V | 100,00% | 16.963 | 104 Km | TL Londrina (PR) - Maringá (PR) | 21/06/2007 | 21/11/2009 | 10/06/2037 |
| | | | 43 Km | TL Itararé (SP) - Jaguariaíva | | 30/11/2010 | |
| ATE VI | 100,00% | 20.489 | 69 Km | TL Campos Novos (SC) - Videira (SC) | 21/06/2007 | 06/07/2009 | 10/06/2037 |
| | | | 65 Km | TL Dona Francisca (RS) - Santa Maria (RS) | | 11/08/2011 | |
| ATE VII | 100,00% | 13.676 | 116 Km | TL Cascavél do Oeste (PR) - Foz do Iguaçu Norte (PR) | 09/10/2007 | 18/09/2009 | 08/10/2037 |
| ATE VIII | 50,00% | 7.134 | 108 Km | TL Itacaiunas (PA) - Carajás (PA) | 16/06/2011 | 31/10/2014 | 15/06/2041 |
| MTE | 50,50% | 177.760 | 333 Km | TL Oriximina (PA) - Itacoatiara (AM) | 16/10/2008 | 14/03/2014 | 15/10/2038 |
| | | | 225 Km | TL Itacoatiara (AM) - Cariri(AM) | | | |
| NBTE | 51,00% | 278.805 | 2.411 Km | TL Porto Velho (RO) - Araraquara (SP) | 26/02/2009 | 04/11/2014 | 25/02/2039 |

## 1.3 Aquisição de controlada - Combinação de negócios

Em 10 de junho de 2019, a Evoltz firmou um contrato de compra de ações para adquirir 50% das ações de sua joint venture, ATE VIII, detidas pela Empresa Brasileira de Desenvolvimento e Participações Ltda. - EMBRADE pelo preço de aquisição de R $ 17,8 milhões. A transação foi encerrada após o cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação dos órgãos competentes, da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, o que ocorreu em outubro de 2019.

A Companhia apurou os valores da combinação de negócios de acordo com os tópicos 41, 42 e 45 do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) – "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer.

Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Adicionalmente, também durante o referido período, deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. A Companhia não possui expectativa de alterações que possam modificar a posição dos resultados obtidos na combinação de negócio.

Com base nos valores justos calculados na data de aquisição, foram apurados (i) ganho de compra vantajosa no valor de R$ 3.471 e (ii) perda na remensuração da aquisição do controle no montante de R$ 14.742 , ambos registrados na demonstração de resultado.

O valor justo do Patrimônio Líquido da ATE VIII foi calculado considerando o CPC 46 – Mensuração do valor justo. O valor justo foi determinado a partir do método dos lucros excedentes por vários períodos – MPEEM, utilizando o fluxo de caixa descontado.

Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data da aquisição da ATE VIII Transmissora de Energia S.A. foram reconhecidos a valor justo e estão demonstrados a seguir:

| Valores justos dos ativos e passivos na data de aquisição | ATE VIII | | |
|---|---|---|---|
| | Valor contábil | Ajuste ao valor justo | Valor justo |
| **Ativos** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 9.723 | - | 9.723 |
| Contas a receber | 839 | - | 839 |
| Créditos fiscais | 1492 | - | 1.492 |
| Tributos diferidos | - | | 15.189 |
| Outros | 4.150 | - | 4.150 |
| Ativo de contrato de concessão | 65.762 | (29.485) | 21.088 |
| | **81.966** | (29.485) | **52.481** |
| **Passivos** | | | |
| Fornecedores | 3076 | - | 3.076 |
| Impostos e contribuições | 2318 | - | 2.318 |
| Tributos diferidos | 2.037 | - | 2.037 |
| Provisões | 216 | - | 216 |
| Outros passivos | 2.126 | - | 2.126 |
| | **9.773** | - | **9.773** |
| **Total dos ativos identificáveis, líquidos** | **72.193** | (29.485) | **42.708** |
| Valor justo da parcela adquirida | | | 21.354 |
| Contraprestação transferida pela aquisição | | | 17.883 |
| Ganho por compra vantajosa | | | 3.471 |
| Perda na remensuração na aquisição do controle | | | (14.742) |

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 15(R1), em uma combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve remensurar sua participação detida anteriormente pelo valor justo na data da obtenção do controle (data da aquisição) e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver. Em 30 de setembro de 2019 a Companhia reconheceu o montante de 14.472 referente a remensuração da sua participação.

# 2. Base da preparação e consolidação

## 2.1 Base da preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("demonstrações financeiras") foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS") conforme implementadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") , aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes de suas próprias demonstrações financeiras, e somente estas informações, estão sendo apresentadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia.
As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e por ativos do valor a recuperar. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo da contraprestação paga em troca dos ativos.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Diretoria em 8 de junho de 2020.

## 2.2 Base da Consolidação

Os demonstrativos Financeiros Consolidados compreendem os demonstrativos Financeiros dos empreendimentos da Evoltz e suas subsidiárias, coletivamente o "Grupo", juntamente com a parcela dos resultados dos arranjos conjuntos pertencente ao Grupo.

a) Subsidiárias

Uma subsidiária é uma entidade controlada pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando o Grupo é exposto a, ou possui direito a, retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar estes retornos através de seu poder sobre o investido.

Especificamente, o Grupo controla um investido se, e somente se, o Grupo tiver:
- Poder sobre o investido (isto é, direitos existentes que dão a este a habilidade corrente de direcionar as atividades relevantes do investido)
- Exposição, ou direitos, a retornos variáveis decorrente do envolvimento com o investidor
- A habilidade para usar seu poder sobre o investidor para afetar seus retornos.

Geralmente, presume-se que a maioria dos direitos de votação resulta em controle. A fim de apoiar esta suposição, e quando o Grupo possui menos da maioria na votação ou direitos similares de um investido, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias relevantes ao avaliar se possui poder sobre um investido, incluindo:

- O(s) arranjo(s) contratual(ais) com outros titulares de voto do investido
- Direitos oriundos de outros arranjos contratuais
- Direitos de voto do Grupo e direitos de voto potenciais

O Grupo reavalia se possui controle de um investido ou não, se fatos ou circunstâncias indicarem que há mudanças a um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma subsidiária começa quando o Grupo obtém controle sobre a subsidiária e termina quando o Grupo perde controle da subsidiária. Ativos, passivos, lucros e despesas de uma subsidiária adquirida ou liquidada durante o ano são incluídas nos demonstrativos financeiros consolidados a partir da data que o Grupo recebe controle até a data que o Grupo deixa de controlar a subsidiária.

Lucros e perdas e cada componente de OCI são atribuídos aos titulares de patrimônio da matriz do Grupo e às participações não controladoras, mesmo se isto resultar nas participações não controladoras terem saldo de déficit. Quando necessário, ajustes serão feitos aos demonstrativos financeiros das subsidiárias para alinhar as políticas de contabilidade com as políticas de contabilidade do Grupo. Todos os ativos e passivos dentro do Grupo, patrimônio, renda, despesas e fluxos de caixa referentes a transações entre membros do Grupo são totalmente eliminados na consolidação.

Uma mudança de participação de propriedade de uma subsidiária, sem perda de controle, é contabilizada como transação de patrimônio.

Se o Grupo perder controle sobre uma subsidiária, ele deixa de reconhecer os ativos relacionados (incluindo fundo de comércio), passivos, participação não controladora e outros componentes de patrimônio, enquanto qualquer perda ou ganho resultante é reconhecido como lucro ou perda. Qualquer investimento retido é reconhecido no valor justo.

As controladas do Grupo são ATE IV São Mateus Transmissora de Energia S.A. (“ATE IV”), Evoltz V Londrina Transmissora de Energia S.A. (‘ATE V’), Evoltz VI Campos Novos Transmissora de Energia S.A. (“ATE VI”), Evoltz VII Foz Iguaçu Transmissora de Energia S.A. (“ATE VII”) e ATE VIII. Transmissora de Energia S.A. (“ATE VIII”).

b) Controladas em conjunto

Arranjos conjuntos compreendem arranjos contratuais onde duas ou mais partes possuem controle compartilhado e onde as decisões a respeito das atividades relevantes da entidade requerem consentimento unânime. As operações conjuntas são arranjos de controle conjunto onde as partes do arranjo possuem direitos aos ativos subjacentes e obrigações em relação aos passivos subjacentes referentes ao arranjo. O Grupo é responsável por sua parte dos ativos, passivos, renda e despesas deste arranjo. Os empreendimentos Conjuntos compreendem arranjos onde as partes ao arranjo possuem direitos aos ativos líquidos do arranjo. Estes são contabilizados para usar o método de patrimônio.

Os empreendimentos Conjuntos do Grupo são a Manaus Transmissora de Energia S.A. (“MTE”) e Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (“NBTE”).

## 2.1. Moeda Funcional e Moeda do Relatório

Os demonstrativos financeiros do Grupo são realizados usando a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade exerce suas atividades (“moeda funcional”), que é o Real Brasileiro (R$).

## 2.2. Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e pelo valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, o Grupo opta por mensurar a participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são registrados conforme incorridos e incluídos nas despesas administrativas.

Quando o Grupo adquire um negócio, ele avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para apropriada classificação e designação de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos em contratos de hospedagem pela adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida a valor justo na data da aquisição. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada e sua liquidação posterior é contabilizada dentro do patrimônio líquido.

A Contraprestação contingente classificada como ativo ou passivo, que seja instrumento financeiro e dentro do escopo de Instrumentos financeiros da IFRS 9, é mensurada pelo valor justo com as mudanças do valor justo reconhecidas no resultado, de acordo com a IFRS 9.

Outra consideração contingente que não faz parte do escopo da IFRS 9.

## 2.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

### 2.5.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros.

- **Custo** amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gera fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado.Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes e o ativo contratual.

- **Ativos** financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados ao valor justo e mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que compreendem exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Companhia não possui ativos financeiros com essas características.

b) Redução dos ativos financeiros

Divulgações adicionais relativas à redução de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas:

- Divulgações para premissas significativas — Nota 3
- Contas a receber — Nota 5

O Grupo avalia a cada data de divulgação se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Uma redução do valor recuperável existe se um ou mais eventos que ocorreram desde o reconhecimento inicial do ativo (um "evento de perda incorrido") tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser mensurados com segurança. Evidência de redução pode incluir indicações de que os devedores ou um grupo de devedores está a passar por dificuldades financeiras significativas, ou inadimplência nos pagamentos de juros ou principal.

c) Baixa de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é basicamente baixado (ou seja, removido da demonstração da posição financeira consolidada do Grupo) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram ou

- O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu a obrigação de pagar integralmente, sem demora material, os fluxos de caixa recebidos a terceiros ao abrigo de um acordo de "pass-through". O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

### 2.5.2 Passivos financeiros

a) Classificação inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem obrigações comerciais e outras dívidas e empréstimos e financiamentos.

b) Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contrapartida paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado.

### 2.5.3 Compensação de saldos

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 2.4. Ativos de Contrato de concessão

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Norte Brasil regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho, e as contraprestações são classificadas como um Ativo de contrato de concessão. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do contrato e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de desempenho de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual da concessão reconhecido; registra-se também uma receita de remuneração financeira a partir da entrada em operação sob a rubrica Remuneração do ativo contratual da concessão, utilizando a taxa de desconto definida no início do contrato.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(iv) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

(v) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa

## 2.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

## 2.6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social são mensurados pelo regime de lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, também de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

## 2.7. Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias, sendo estas classificadas no patrimônio líquido.

## 2.8. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício pela quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

## 2.9. Dividendos

Os dividendos aprovados são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras do exercício, com base no estatuto social da Companhia e deliberações tomadas pelos acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que estes são devidamente aprovados pelos acionistas.

## 2.10. Reconhecimento de receita

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. A referida norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.

- **Receita de infraestrutura** - Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente).

  A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- **Remuneração dos ativos de concessão -** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

- **Receita de operação e manutenção** - Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

## 2.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto aplicaram pela primeira vez o CPC 06 (R2), Arrendamentos, com base no método retrospectivo modificado, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

### CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, que passam a reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento, que é mensurado pelo valor presente das parcelas de aluguel a pagar. O ativo de direito de uso reconhecido é depreciado pelo prazo do contrato de arrendamento em contrapartida a um passivo de arrendamento sujeito à incidência de juros, que são calculados com base na taxa de desconto que foi utilizada para o cálculo do valor presente inicialmente registrado para esse passivo.

Assim, a antiga despesa de arrendamento passa a ser contabilizada como despesa de juros do passivo de arrendamento e despesa de depreciação do ativo de direito de uso constituído.

O CPC 06 (R2) define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. A administração concluiu a avaliação e nenhum impacto foi contabilizado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Isenção de reconhecimento (CPC 06 (R2) – itens B3 a B8): o arrendatário pode optar por não aplicar em: arrendamentos de curto prazo; e arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

### ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto concluiram a avaliação, e com base em seu estudo de conformidade tributária, concluiu que é provável que seus tratamentos fiscais serão aceitos pelas autoridades fiscais e que nenhuma posição adotada sofreu alteração quanto ao julgamento de probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e que podem estar sujeitas a mudanças no futuro. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

### CPC 32 – Tributos sobre o lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto (Brasil) atuam não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

### CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos

As alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos gerais qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

A entidade deverá aplicar estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade adotá-las pela primeira vez. A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Como a prática atual da Companhia está alinhada a estas alterações, não houve nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras em questão.

## 2.12. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

**CPC 11 – Contratos de seguro:** As alterações abordam preocupações decorrentes da implementação da nova norma de instrumentos financeiros, CPC 48, antes de implementar a IFRS 17 Contratos de Seguros (ainda não promulgada pelo CPC), que substitui o CPC 11. As alterações introduzem duas opções para entidades que emitem contratos de seguro: uma isenção temporária da aplicação do CPC 48 e uma abordagem de sobreposição. Estas alterações não são aplicáveis a Companhia.

**Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3,sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

**Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies,Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

## 2.15 Reapresentação

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo "NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", impactando o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado do exercício e as demonstrações de mutações do patrimônio líquido, relativas as demonstrações financeiras originalmente emitidas em 29 de março de 2019.

(i) A companhia reavaliou os impostos derivados da adoção do CPC 47 em suas subsidiárias e identificou a divergência no montante de R$ 23.124 referente a mudança de base de cálculo impactando o patrimônio líquido e R$ 31.296 no montante inicial registrado no Ativo de contrato de concessão que ,consequentemente , impactou em R$ 7.293 o saldo de a pagar dividendos. Adicionalmente, fora reclassificado o montante R$ 3.775 de PIS e COFINS diferidos para o longo prazo.

O impacto no balanço patrimonial está demonstrado a seguir:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Reapresentado | Ajustes | Apresentado | Reapresentado | Ajustes | Apresentado |
| | 31/12/2018 | | 31/12/2018 | 31/12/2018 | | 31/12/2018 |
| **Ativos** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 29.854 | - | 29.854 | 60.184 | - | 60.184 |
| Contas a receber | 820 | - | 820 | 9.485 | - | 9.485 |
| Impostos a recuperar | 29 | - | 29 | 12.474 | - | 12.474 |
| Ativos de contrato de concessão | - | - | - | 60.313 | - | 60.313 |
| Dividendos Recebíveis | 19.856 | (1.439) | 21.295 | 17.022 | 342 | 16.680 |
| Outros ativos circulantes | 44 | - | 44 | 2.537 | - | 2.537 |
| **Total do Ativo Circulante** | **50.603** | **(1.439)** | **52.042** | **162.015** | **342** | **161.673** |
| Depósitos vinculados | - | - | - | 8.365 | - | 8.365 |
| Depósitos Judiciais | - | - | - | 21.364 | - | 21.364 |
| Impostos a recuperar | - | - | - | 8.311 | - | 8.311 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - | - | - | (116.239) | 116.239 |
| Ativos de contrato de concessão | - | | - | 345.720 | 8.697 | 337.023 |
| Investimentos | 1.572.839 | 31.765 | 1.541.074 | 1.243.354 | 31.296 | 1.212.058 |
| Imobilizado | 230 | - | 230 | 1.061 | - | 1.061 |
| Intangível | 100 | - | 100 | 316 | - | 316 |
| Outros ativos não circulantes | - | | - | - | | - |
| **Total do ativo não cicrulante** | **1.573.169** | **31.765** | **1.541.404** | **1.628.491** | **(76.246)** | **1.704.737** |
| **Total do ativo** | **1.623.772** | **30.326** | **1.593.446** | **1.790.506** | **(75.904)** | **1.866.410** |

# Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Reapresentado 31/12/2018 | Ajustes | Apresentado 31/12/2018 | Reapresentado 31/12/2018 | Ajustes | Apresentado 31/12/2018 |
| **Passivos** | | | | | | |
| Fornecedores | 134 | - | 134 | 4.048 | - | 4.048 |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | - | 19.505 | - | 19.505 |
| Impostos a recolher | 20 | - | 20 | 711 | - | 711 |
| Provisões | - | - | - | 1.984 | - | 1.984 |
| Encargos setoriais | - | - | - | 3.164 | - | 3.164 |
| Dividendos a pagar | 204.836 | 7.293 | 197.543 | 204.836 | 7.293 | 197.543 |
| PIS e COFINS diferidos | - | - | - | - | (3.775) | 3.775 |
| Outros passivos circulante | - | - | - | 485 | | 485 |
| **Total do passivos circulante** | **204.990** | **7.293** | **197.697** | **234.733** | **3.518** | **231.215** |
| Empréstimos e Financiamentos | - | - | - | 84.284 | - | 84.284 |
| Impostos a recolher | - | - | - | 1.017 | - | 1.017 |
| Provisões | - | - | - | 28.549 | (1.802) | 30.351 |
| Impostos e contribuições sociais Diferidos | 261.533 | - | 261.533 | 187.175 | (104.247) | 291.422 |
| PIS e COFINS Diferidos | - | - | - | 53.774 | 3.775 | 49.999 |
| **Total do passivo não circulante** | **261.533** | **-** | **261.533** | **354.799** | **(102.274)** | **457.073** |
| **Patrimônio líquido** | | | | | | |
| Capital | 500.001 | | 500.001 | 500.001 | | 500.001 |
| Reserva de Lucros | 657.248 | 23.033 | 634.215 | 657.520 | 23.032 | 634.215 |
| | **1.157.249** | **23.033** | **1.134.216** | **1.157.521** | **23.032** | **1.134.216** |
| Participações não controladoras | - | | - | 43.726 | (180) | 43.906 |
| **Patrimônio líquido** | **1.157.249** | **23.033** | **1.134.216** | **1.201.247** | **22.852** | **1.178.122** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **1.623.772** | **30.326** | **1.593.446** | **1.790.506** | **(75.904)** | **1.866.410** |

O impacto nas demonstrações de resultado está demonstrado a seguir:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Reapresentado 31/12/2018 | Ajustes | Apresentado 31/12/2018 | Reapresentado 31/12/2018 | Ajustes | Apresentado 31/12/2018 |
| Receita líquida | - | - | - | 74.655 | - | 74.655 |
| Custo da operação | - | - | - | (9.471) | - | (9.471) |
| **Lucro bruto** | **-** | **-** | **-** | **65.184** | **-** | **65.184** |
| Despesas gerais e administrativas | (909) | - | (909) | (31.299 ) | - | (31.299) |
| Resultado da combinação de negócios | 1.009.941 | - | 1.009.941 | 1.009.941 | - | 1.009.941 |
| Outros receita (despesas) operacionais | 363 | 363 | - | 501 | 363 | 138 |
| **Resultado antes das despesas e receitas financeiras** | **1.009.395** | **363** | **1.009.032** | **1.044.327** | **363** | **1.043.964** |
| Receita financeira | 517 | - | 517 | 3.083 | - | 3.083 |
| Despesas financeiras | (111) | - | (111) | (11.907) | | (11.907) |
| Equivalência patrimonial | 114.181 | 30.326 | 83.855 | 102.601 | 33.289 | 69.312 |
| **Resultado antes do tributos sobre o lucro** | **1.123.982** | **30.689** | **1.093.293** | **1.138.104** | **33.652** | **1.104.452** |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | |
| Corrente | - | - | - | (1.358) | - | (1.358) |
| Diferido | (261.533 ) | - | (261.533) | (274.769) | (8.463) | (266.306) |
| | **(261.533)** | **-** | **(261.533)** | **(276.127)** | **(8.463)** | **(267.664)** |
| **Lucro líquido do exercício** | **862.449** | **30.689** | **831.760** | **861.977** | **25.189** | **836.788** |

O impacto nas demonstrações de mutações do patrimônio Líquido está demonstrado a seguir:

| | Nota | Capital Social | Reserva de lucros | | | Lucros Acumulados | Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Evoltz | Participação Não controladores | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Reserva Legal | Retenção de lucros | Reserva de lucros a realizar | | | | |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2017 (Não auditados)** | | 1 | - | - | - | -2 | -1 | - | -1 |
| Aumento de capital | 16.1 | 500.000 | - | - | - | - | 500.000 | - | 500.000 |
| Aquisições de Participações Não controladores | | - | - | - | - | - | | 38.879 | 38.879 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 831.760 | 831.760 | 5.027 | 836.787 |
| **Destinação do lucro líquido** | | | | | | | | | |
| Reservas | 16.2 | - | 41.588 | 592.627 | - | 634.215 | - | - | - |
| Dividendos | | - | - | - | - | (197.543) | (197.543) | - | (197.543) |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2018 ( Apresentado )** | | 500.001 | 41.588 | 592.627 | - | - | 1.134.216 | 43.906 | 1.178.122 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | | | 30.689 | 30.689 | (5.498) | 25.190 |
| Aquisições de Participações Não controladores | | - | - | | | | | 5.318 | 5.318 |
| **Destinação do lucro líquido** | | | | | | | | | |
| Reservas | | - | 1.516 | 21.880 | | (23.396) | | | |
| Dividendos | | | | | | (7.293) | (7.293) | - | (7.293) |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2018 ( Reapresentado )** | | 500.001 | 43.104 | 614.507 | - | - | 1.157.612 | 43.726 | 1.201.338 |

O impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrado a seguir:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Reapresentado 31/12/2018 | Ajustes | Apresentado 31/12/2018 | Reapresentado 31/12/2018 | Ajustes | Apresentado 31/12/2018 |
| **Fluxos de caixa de atividades operacionais** | | | | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 1.123.982 | 30.689 | 1.093.293 | 1.138.104 | 33.652 | 1.104.452 |
| Ajustes para reconciliações o lucro antes dos impostos aos fluxos líquidos de caixa: | | | | | | |
| PIS e COFINS Diferidos | - | | - | 53.774 | | 53.774 |
| Equivalência Patrimonial | (114.181) | (30.326) | (83.855) | (98.678) | (29.366) | (69.312) |
| Rendimentos sobre depósitos vinculados | - | | - | (138) | | (138) |
| Resultados de combinação de negócios | (1.009.941) | | (1.009.941) | (1.009.941) | | (1.009.941) |
| Remuneração de ativos de contrato de concessão | - | | - | (69.925) | - | (69.925) |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | - | | - | 9.848 | - | 9.848 |
| Provisões para contingências | - | | - | 30.351 | | 30.351 |
| Outros | - | | - | 2.160 | (3.286) | 5.446 |
| **Ajustes de capital de giro:** | | | | | | |
| Contas a receber | (820) | | (820) | (9.485) | - | (9.485) |
| Impostos recuperáveis | (29) | | (29) | (20.785) | - | (20.785) |
| Ativo de contrato da concessão | - | | - | 13.564 | - | 13.564 |
| Fornecedores | 133 | | 133 | 4.047 | - | 4.047 |
| Impostos a pagar | 20 | | 20 | 1.728 | - | 1.728 |
| Encargos Setoriais | - | | - | 3.164 | - | 3.164 |
| Provisões para contingências | - | | - | - | - | - |
| Outros ativos e passivos | (44) | | (44) | 40.756 | - | 39.756 |
| **Caixa decorrente de operações** | **(1.243)** | **363** | **(1.243)** | **87.544** | **1.000** | **87.544** |
| Pagamento de tributos | | | | | | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos | - | | - | (8.851) | | (8.851) |
| Depósitos Judiciais | - | | - | (21.364) | | (21.364) |
| **Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais** | **(1.243)** | **-** | **(1.243)** | **57.329** | **-** | **57.329** |
| **Fluxos de caixa de atividades de investimento** | | | | | | |
| Aquisição de ações | (490.516) | | (490.516) | (490.516) | | (490.516) |
| Aquisição de imobilizado e intangíveis | (330) | | (330) | (1.377) | | (1.377) |
| Dividendos recebidos | 21.953 | | 21.953 | 21.953 | | 21.953 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | **(468.893)** | **-** | **(468.893)** | **(469.940)** | **-** | **(469.940)** |
| **Fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento** | | | | | | |
| Captação de Empréstimos | | | | | | |
| Aumento de capital | 500.000 | | 500.000 | 500.000 | | 500.000 |
| Amortização de empréstimos e financiamento | - | | - | (18.978) | | (18.978) |
| Liberação de depósitos vinculados | - | - | - | (8.227) | | (8.227) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento** | **500.000** | **-** | **500.000** | **472.795** | **-** | **472.795** |
| **Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa** | **29.864** | **-** | **29.864** | **60.184** | **-** | **60.184** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício | - | - | - | - | - | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do exercício | 29.864 | - | 29.864 | 60.184 | - | 60.184 |
| **Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa** | **29.864** | **-** | **29.864** | **60.184** | **-** | **60.184** |

# 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas, julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia consideradas as mais críticas na elaboração destas demonstrações financeiras estão contempladas a seguir:

## 3.1 Ativo de contrato de concessão

No contrato de concessão da Companhia estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: i) a obrigação de constituição da infraestrutura que será objeto da concessão por 30 anos, ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão e ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O Ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a primeira obrigação, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim a Companhia faz jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto, mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento.

O valor do Ativo de contrato de concessão das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do Ativo de contrato de concessão da concessão são as seguintes:

- **Ativo de contrato de concessão indenizável -** a Companhia reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como Ativo de contrato de concessão , determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o valor contábil.

- **Ativo de contrato de concessão amortizável pela RAP** – as adições decorrentes das ampliações, reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de contrato de concessão.

- **Remuneração do ativo de contrato de concessão** – a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras, a título de receita operacional, valor de remuneração calculado pela taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do Ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do início do contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do Ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

- **Determinação das receitas de infraestrutura** - Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

- **Receita de operação e manutenção** - a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras receita de operação e manutenção (O&M) pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

## 3.2. Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 3.3 Redução ao valor recuperável ("impairment")

Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

# 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Recursos em conta corrente | 2.116 | 94 | 8.091 | 8.446 |
| Certificados de Depósito Bancário (CDB) (i) | 69.165 | 29.760 | 138.167 | 51.738 |
| Caixa Restrito (ii) | - | - | 3.205 | - |
| | 71.281 | 29.854 | 149.463 | 60.184 |

(i) Estes se referem a investimentos indexados como referência aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Estes são investimentos altamente líquidos de curto prazo, prontamente conversíveis em quantia conhecida em caixa, sujeitas a acordos de recompra com as instituições financeiras e baixo risco de mudança no valor.

(ii) O saldo refere-se à controlada ATE IV representando o valor acumulado nas contas reservas do BNDES apresentada como garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas em contrato de financiamento.

## 5. Contas a receber

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Concessionários e Permissionárias | - | - | 11.003 | 9.066 |
| Partes relacionadas (i) | 1.564 | 820 | 114 | 419 |
| Outras contas a receber | - | - | 252 | - |
| Provisão da parcela variável por indisponibilidade (ii) | - | - | (696) | - |
| | 1.564 | 820 | 10.673 | 9.485 |

(i) Refere-se a contas a receber em função do rateio de despesas com pessoal a infraestrutura conforme aprovado e pautado no regulamento da ANEEL – resolução normativa n°699. Vide detalhes nota explicativa 20.

(ii) Refere-se a provisão da parcela variável por indisponibilidade da linha de transmissão.
Contas a receber referentes a concessionários e Permissionárias possuem juros bonificados e são, geralmente, com prazos de 15 a 45 dias.

As contas a receber estão distribuíds por vencimento, conforme a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Devido | - | - | 8.032 | 7.920 |
| Vencida até 90 dias | 1.564 | 820 | 1.320 | 234 |
| Vencida por mais de 90 dias (i) | - | - | 2.016 | 1.331 |

(i) Em grande parte refere-se aos clientes que entraram com processos administrativos junto ao ONS contestando a porcentagem cobrada no serviço de transmissão da Evoltz VII.

A Administração entende que não é necessário reconhecer um subsídio para contas duvidosas em relação aos clientes, uma vez que o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) celebrado entre as subsidiárias e o Operador Nacional do Sistema (ONS) garante o recebimento das quantias devidas pelos usuários pelos serviços prestados através do Contrato de Constituição de Garantia e a Carta de Garantia bancária.

## 6. Impostos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| **Circulante** | | | | |
| PIS e COFINS | - | - | 14 | 4.590 |
| Imposto de renda e contribuição social (i) | 316 | 29 | 10.566 | 7.339 |
| Outros Impostos Recuperáveis | - | - | 280 | 545 |
| | 316 | 29 | 10.860 | 12.474 |
| **Não circulante** | | | | |
| Imposto de renda retido na fonte | - | - | - | 8.311 |
| | - | - | - | 8.311 |

(i) Refere-se principalmente aos créditos fiscais e atualização de saldo negativo de de imposto de Renda e contribuição social.

## 7. Ativos de Contrato de Concessão

Segue abaixo a movimentação dos ativos de contrato de concessão do Grupo em 2019:

| | Consolidado (reapresentado) |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **397.336** |
| Remuneração de ativos contratuais (Nota 16) | 80.186 |
| Amortização de ativos contratuais | (13.387) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **464.135** |
| | |
| Circulante | 69.481 |
| Não circulante | 394.654 |

### Contrato de Concessão de Serviços

As principais características do Acordo de Concessão de Serviços para serviços de transmissão pública para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão são descritas abaixo:

- **Receita Anual Permitida - RAP** - A prestação de serviços de transmissão pública será fornecida através de pagamento ao transmissor da RAP a ser recebida, desde a data de disponibilidade de operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é ajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

- **Receita de Operações, Manutenção e Construção** - Para fornecimento das instalações de transmissão para operação comercial, o transmissor terá direito a faturamento anual para operação, manutenção e construção, reajustada e revisada anualmente.

- **Parcela Variável** - A receita de Operação, manutenção e construção estará sujeita a um desconto, com base em uma redução mensal, que reflete a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, de acordo com a metodologia definida no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST). A porção referente ao desconto anual para indisponibilidade não deverá exceder 12,5% da RAP para a operação, manutenção e construção do transmissor, referente ao exercício contínuo por 12 meses antes do mês de ocorrência de indisponibilidade, incluindo este mês. Caso o limite acima seja excedido, o transmissor estará sujeito a multa, imposta pela ANEEL de acordo com a Resolução 318/98, na quantia máxima para infração de 2% do faturamento anual para operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à anotação no auto de infração.

- **Ativo de contrato Indenizável** - Extinção da concessão e Reversão de Bens Referentes ao Serviço Público de Energia Elétrica - no período final do acordo de concessão, a extinção da concessão é totalmente determinada, ao passo que a ANEEL deverá ceder um contrato até a sucessão de um novo transmissor, a seu exclusivo critério. O término da concessão determinará automaticamente a reversão dos ativos ligados ao serviço ao Poder Concedente, com retiradas e avaliações, além da determinação da quantia de compensação devido ao transmissor, observando as quantias e datas de incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos ativos reversíveis será o valor resultante de um inventário realizado pela ANEEL ou por um agente especialmente designado, e seu pagamento será feito com os fundos fornecidos pela Reserva Global de Reversão - RGR, de acordo com o artigo 33 do Decreto nº 41019/57 dos Serviços de Energia Elétrica e o Artigo 4 da Lei 5655/71, conforme alterado pelo Artigo 9 da Lei 8631/93, após o término do procedimento administrativo, em uma porção corrigida monetariamente até a data de pagamento. O Grupo não é obrigado a remunerar o Poder Concedente pela concessão de linhas de transmissão de energia através de investimentos adicionais quando os ativos ligados ao serviço de energia pública são revertidos. A Gerência entende que a melhor estimativa para a quantia de indenização é o valor residual da propriedade, usina e equipamento.

- **Renovação ou Rescisão** – Ao exclusivo critério da ANEEL, e a fim de garantir a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão pode ser prorrogado por, no máximo, um ano, de acordo com as determinações do parágrafo 3 do Artigo 4 da Lei 9074/95, mediante solicitação do transmissor. Qualquer prorrogação do período de concessão deverá estar sujeito ao interesse público e para revisar as condições estipuladas no contrato de concessão.

- **Aspectos Ambientais** - O transmissor deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, em cumprimento da legislação e dos requisitos ambientais aplicáveis, tomando todas as medidas necessárias com a agência responsável pelo licenciamento, a seu próprio risco, e em cumprimento com todas as obrigações e requisitos. Independente de outros requisitos do órgão de licenciamento ambiental, o transmissor deverá implementar medidas compensatórias, da forma prescrita no artigo 36 da Lei 9985/00, que determina o "reparo de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhados na apresentação do Projeto Ambiental Básico, de sua responsabilidade, para o órgão competente, que também apresenta os requisitos das agências ambientais dos Estados onde as Linhas de transmissão serão implementadas.

- **Descumprimento de penalidades** - Em caso de falha no cumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e procedimentos de rede, para regulamentação da prestação de serviços, a concessão poderá prescrever, da forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo à determinação das responsabilidades do transmissor ao Poder Concedente, ANEEL e usuários e terceiros, e das indenizações aplicáveis. Alternativamente à declaração de confisco, a ANEEL poderá propor a expropriação do bloco de ações de controle do transmissor e levando a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será a quantia líquida devida em caso de confisco. Os controladores serão controlados a partir da quantia calculada, a quantia equivalente às suas respectivas participações.

## 8. Investimentos

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 (reapresentado) | 31/12/2019 | 31/12/2018 (Reapresentado) |
| Investimento em controladas | 397.798 | 329.485 | - | - |
| Investimento em controladas em conjunto | 1.262.710 | 1.243.354 | 1.262.048 | 1.243.354 |
| | **1.660.508** | **1.572.839** | **1.262.048** | **1.243.354** |

### 8.1 Informações de Investimentos

| | Saldos em 31 de Dezembro de 2019 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | ATE IV | ATE V | ATE VI | ATE VII | ATE VIII | MTE | NBTE |
| Patrimônio líquido | 189.990 | 146.841 | 165.136 | 102.046 | 80.967 | 1.016.156 | 1.822.612 |
| Lucro líquido | 5.449 | 2.736 | 7.744 | 860 | 4.414 | 74.894 | 56.902 |
| Participação % | 76,4% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 50,5% | 51,0% |
| Classificação | Controlada | Controlada | Controlada | Controlada | Controlada | Controlada em conjunto | Controlada em conjunto |

| | Saldos em 31 de Dezembro de 2018 (Reapresentado) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | ATE IV | ATE V | ATE VI | ATE VII | ATE VIII | MTE | NBTE |
| Patrimônio líquido | 184.747 | 144.754 | 159.232 | 101.390 | 76.794 | 941.262 | 1.811.039 |
| Lucro líquido | (4.211) | 3.376 | 6.766 | 5.178 | 5.104 | 101.542 | 136.781 |
| Participação % | 76,4% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 50% | 50,5% | 51,0% |
| Classificação | Controlada | Controlada | Controlada | Controlada | Controlada em conjunto | Controlada em conjunto | Controlada em conjunto |

## 8.2 Mudanças em Investimentos

| | Controladora | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | ATE IV | ATE V | ATE VI | ATE VII | ATE VIII (*) | MTE | NBTE | Total |
| **Saldo 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)** | **81.876** | **90.292** | **87.049** | **68.648** | **35.449** | **453.102** | **756.421** | **1.572.837** |
| Equivalência patrimonial | 4.165 | 2.736 | 7.744 | 860 | 2.813 | 37.821 | 29.020 | **85.159** |
| Aquisição coligada | - | - | - | - | 21.745 | - | - | **21.745** |
| Perda remensuração | - | - | - | - | (14.742) | - | - | **(14.742)** |
| Amortização menos valia | 3.216 | 2.952 | 4.497 | 1.776 | 472 | 1.140 | 7.662 | **21.715** |
| Dividendos | (157) | (649) | (1.839) | (204) | (239) | - | (23.118) | **(26.206)** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **89.100** | **95.331** | **97.451** | **71.080** | **45.498** | **492.063** | **769.985** | **1.660.508** |

(*) Em 24 de Outubro de 2019 a ATE VIII se tornou uma controlada da Evoltz, conforme nota explicativa nº 1.3.

| | Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| | MTE | NBTE | Total |
| **Saldo 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)** | **453.102** | **756.421** | **1.209.523** |
| Equivalência patrimonial | 37.821 | 29.020 | **66.841** |
| Dividendos | - | (23.118) | **(23.118)** |
| Amortização Menos Valia | 1.140 | 7.662 | **8.802** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **492.063** | **769.985** | **1.262.048** |

## 8.3 Informações de controladas e controladas em conjuntos

| Balanço Patrimonial | | 31 de dezembro de 2019 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | ATE IV | ATE V | ATE VI | ATE VII | ATE VIII | MTE | NBTE |
| Caixa e equivalentes | | 10.591 | 16.952 | 12.900 | 2.681 | 35.058 | 46.930 | 69.886 |
| Contas a receber | | 1.534 | 2.091 | 2.725 | 3.350 | 801 | 14.334 | 32.103 |
| Ativo de contrato de concessão | | 18.436 | 15.333 | 18.660 | 11.180 | 5.872 | 165.058 | 281.843 |
| Outros ativos correntes | | 3.842 | 5.671 | 6.939 | 5.668 | 1.104 | 20.728 | 19.344 |
| **Total dos ativos circulantes** | | **34.403** | **40.047** | **41.224** | **22.879** | **42.835** | **247.050** | **403.176** |
| Ativo de contrato de concessão | | 200.413 | 162.566 | 202.267 | 118.890 | 70.097 | 1.436.102 | 2.962.871 |
| Imobilizado | (a) | 238 | 171 | 147 | 7.574 | 228 | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | - | - | - | - | 2.664 | 196.169 | - |
| Outros Ativos | | 23.785 | 576 | 94 | 169 | 8 | 38.541 | 57.539 |
| **Total dos ativos não circulantes** | | **224.436** | **163.313** | **202.508** | **126.633** | **72.997** | **1670.812** | **3.020.410** |
| Fornecedores | (b) | 385 | 1.134 | 1.241 | 1.639 | 363 | 41.033 | 20.300 |
| Empréstimos e financiamentos | (c) | 6.186 | 20.634 | 26.818 | 12.780 | - | 84.627 | 175.500 |
| Debêntures | (c) | - | - | - | - | 184 | 12.883 | 47.737 |
| Outros passivos correntes | | 2.922 | 3.118 | 6.189 | 4.153 | 1.471 | 20.513 | 61.138 |
| **Total dos passivos circulantes** | | **9.493** | **24.886** | **34.248** | **18.572** | **2.018** | **159.056** | **304.675** |
| Empréstimos | (c) | 17.379 | - | - | - | - | 431.506 | 658.998 |
| Debêntures | (c) | - | - | - | - | 24.471 | 134.119 | 242.996 |
| Provisões | | 20.385 | 3.378 | 4.873 | 197 | 718 | 35.798 | 22.784 |
| Outros passivos não correntes | | 21.592 | 28.255 | 39.474 | 28.697 | 7.658 | 141.227 | 371.521 |
| **Total de passivos não circulantes** | | **59.356** | **31.633** | **44.347** | **28.894** | **32.847** | **742.650** | **1.296.299** |
| **Patrimônio líquido** | | **189.990** | **146.841** | **165.137** | **102.046** | **80.967** | **1.016.156** | **1.822.612** |
| Percentual de participação | | 76,4% | 100% | 100% | 100% | 100% | 50,5% | 51% |

(a) Em 15 de julho de 2019, a controlada ATE VII assinou um contrato de transferência não onerosa de instalações cedidas referente a estrutura objeto do contrato de compartilhamento de instalação com a Companhia Paranaense de Energia – COPEL onde obteve direito a infraestrutura operacional avaliada no montante de R$ 7.345. De acordo com a publicação no Diário Oficial em 29 de maio de 2020, o ativo foi objeto de incremento da RAP da Companhia após avaliação da ANEEL para autorização do recebimento da RAP no montante de R$ 276 a ser recebido apartir de 1º de julho de 2020, assim como o montante relativo ao período entre a data da entrada em operação (15 de julho de 2019) e 30 de junho de 2020, que totalizam R$ 265. O Ativo será tratado como ativo imobilizado até a data da remuneração pela infraestrutura adquirida quando passará então a ser apto às tratativas do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente caracterizando-se um ativo de contrato da concessão.

(b) Em 2 de março de 2020, foram assinados dois termos de quitação entre a controladas, controladas em conjunto e a Omega, principal prestadora de serviço de O&M, e a Abengoa, a antiga acionista da Companhia, os termos de quitação estabeleceram a inexistência de obrigações a serem cumpridas ou valores a serem pagos pela Companhia nesta data ou futuramente. Considerando as assinaturas dos referidos termos, os títulos em aberto em 31 de dezembro de 2019 que estavam em discussão entre as partes a título de ressarcimento foram baixados. Abaixo quadro resumo com os títulos que estavam em aberto por controlada e controladas em conjunto.

| | ATEV | ATEVI | ATEVII | MTE | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Omega | 379 | 527 | 182 | - | 1.088 |
| Abengoa | - | - | 750 | 1.713 | 2.463 |
| **Total** | **379** | **527** | **932** | **1.713** | **3.551** |

(c) **Empréstimos, financiamentos e debêntures**

**Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.**

Em outubro de 2012, a firmou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R$1.050.000. Estes valores divididos em dois subcréditos, A e B. O subcrédito A no valor de R$1.044.750 foi destinado ao financiamento à execução das obras civis e demais itens financiáveis do projeto, este subcrédito foi totalmente desembolsado. O subcrédito B no valor de R$5.250, foi destinado ao financiamento à execução das obras do projeto social. Este subcrédito não foi desembolsado, porém a Companhia aprovou junto ao BNDES projeto social e portanto não está descumprindo obrigação contratual de utilização deste subcrédito.

Em 26 dezembro de 2019, a Companhia firmou contrato de estruturação, coordenação e colocação Pública de notas promissórias, com regime de garantia firme, em série única com o banco BTG Pactual, Banco Itaú e banco ABC no montante de R$100.000.

| | | | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Instituição financeira | Taxa anual de juros | Vencimento | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| BNDES | TJLP + 2,42% a.a. | 15/12/2029 | 75.571 | 658.998 | 734.569 | 75.482 | 730.024 | 805.506 |
| Nota promissória | 100% CDI+1,63% a.a | 15/09/2020 | 100.071 | - | 100.071 | - | - | - |
| Custo de transação a diferir | | | (142) | - | (142) | - | - | - |
| | | | **175.500** | **658.998** | **834.498** | **75.482** | **730.024** | **805.506** |

Debêntures

| | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Debêntures | 48.319 | 246.439 | 294.758 | 36.329 | 263.068 | 299.397 |
| Custos de transação a diferir (i) | (582) | (3.443) | (4.025) | (582) | (4.025) | (4.607) |
| | **47.737** | **242.996** | **290.733** | **35.747** | **259.043** | **294.790** |

**Manaus Transmissora de Energia S.A.**

| | | | | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agente financeiro | Modalidade | Taxa anual de juros | Vencimento | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| BNDES | Abertura de crédito | TJLP + 2,91% a.a. | 15/12/2026 | 33.233 | 194.768 | 228.001 | 39.745 | 252.087 | 291.832 |
| BASA | CCB | 10% a.a. | 10/07/2031 | 22.379 | 236.738 | 259.117 | 14.443 | 228.330 | 242.773 |
| BASA | Debêntures | Spread 1,65% a.a. | 15/02/2029 | 12.883 | 134.119 | 147.002 | 17.488 | 141.838 | 159.326 |
| ITAÚ | CCB | 100% CDI + 1,45% | 21/12/2020 | 29.015 | - | 29.015 | - | - | - |
| | | | | **97.510** | **565.625** | **663.135** | **71.676** | **622.255** | **693.931** |

Em 6 de fevereiro e 26 de julho de 2012 foram emitidas a primeira e a segunda série, respectivamente, de debêntures privadas para o BASA de R$75.000 no valor nominal de R$1,00 cada uma, totalizando R$75.000 cada uma. As debêntures são conversíveis em ações a serem subscritas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, como garantia real e fidejussória, cujo vencimento se dará em 15 de fevereiro de 2029, ocasião em que a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das debêntures que ainda estejam em circulação pelo valor nominal atualizado, acrescido da remuneração.Os contratos de empréstimos e financiamentos da controladas e controladas em conjunto possuem cláusulas restritivas de "covenants" financeiros e não financeiros de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto do Grupo Evoltz.

| | | 31 de dezembro de 2019 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Demonstração de Resultados** | | ATE IV | ATE V | ATE VI | ATE VII | ATE VIII | MTE | NBTE |
| Receita líquida | (i) | 20.471 | 18.404 | 22.409 | 14.448 | 9.929 | 184.603 | 350.239 |
| Custo da operação | (ii) | (2.485) | (6.331) | (2.456) | (2.444) | (1.345) | 2.661 | (19.263) |
| Outros receitas (Despesas) Operacionais | | - | - | - | 99 | - | 11.704 | 2.258 |
| Despesas Gerais e Administrativas | (iii) | (6.601) | (6.162) | (4.095) | (7.316) | (1.672) | (31.939) | (168.616) |
| Receita financeira (despesas), líquida | | (1.756) | (1.268) | (2.397) | (1.254) | (109) | (48.907) | (99.334) |
| Imposto de Renda e contribuição social | | (4.180) | (1.907) | (5.717) | (2.673) | (2.389) | (43.228) | (8.382) |
| **Lucro líquido do exercício** | | **5.449** | **2.736** | **7.744** | **860** | **4.414** | **74.894** | **56.902** |

Em 20 de Junho de 2019, a Evoltz celebrou um contrato de compra de ações para aquisição de 50% das ações do empreendimento Conjunto, ATE VIII, mantida pela Empresa Brasileira de Desenvolvimento e Participações Ltda. - EMBRADE pelo preço de compra de R$ 17,8 milhões. A transação foi encerrada em outubro de 2019 após o cumprimento de algumas condições precedentes, incluindo aprovação pelos órgãos competentes, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Os impactos decorrentes da referida transação estão evidenciados na nota explicativa 1.2.

(i) Em 2019 a Manaus incorreu em penalidades ocasionadas por eventos adversos, o que provocou a paralisação temporária de determinados equipamentos, tendo sido parcialmente substituídos, bem como acionado as seguradoras de forma a garantir eventuais coberturas através das apólices contratadas. Em 31 de dezembro de 2019 a provisão constituída foi de R$4,6 milhões.

(ii) O montante registrado na controlada em conjunto MTE refere-se substancialmente a reversão de duas causas regulatórias no valor de 32.173, estas referentes a discussões sobre descontos na RAP. No primeiro trimestre de 2019 ocorreram desdobramentos favoráveis à Companhia, alterando seu prognóstico de perda de provável para remoto. Consubstanciada em opinião de advogados externos, a Companhia efetuou a reversão destes saldos em 31 de março de 2019.

(iii) Em 2019 as controlada em conjunta Norte Brasil concluir os seguintes processos: (i) Adesão ao programa de Anistia do ICMS, para as ações da Companhia dos Estados de São Paulo e Mato Grosso, que permitiu a liquidação do débito em aberto com redução de juros e multas mediante pagamento integral, conforme previsto na Lei do ICMS nº 147/2019 para o Estado de SP e Lei nº 10.977 / 2019 para o estado do MT. O montante total pago em dezembro de 2019 foi de R$78 milhões; e (ii) Acordo judiciai em 8 de outubro de 2019, devidamente homologado na 2ª Vara Cível, firmado com a Toshiba para encerrar a ação judicial estabelecida da referida Companhia contra a Norte Brasil, a respeito de supostos inadimplementos contratuais do período de implantação da linha de transmissão durante o período de construção. Em 8 de outubro de 2019, foi homologado o acordo declaratório na 2ª Vara Cível, firmado com a Toshiba para encerrar a ação judicial estabelecida da referida Companhia contra a Norte Brasil, a respeito de supostos inadimplementos contratuais do período de implantação da linha de transmissão durante o período de construção. O acordo foi firmado no montante de R$85,4 milhões, e será pago da seguinte forma (i) R$ 45,4 milhões através de transferência bancária para a Toshiba na data da homologação do acordo pelo Juiz das ações, o que ocorreu em 10 de outubro de 2019, e (ii) R$ 40 milhões através de confissão de dívida para pagamento em três parcelas assim distribuídas: R$ 10 milhões em 31.10.2024, R$ 15 milhões em 31.10.2025 e R$ 15 milhões em 31.10.2026 corrigidos pelo IPCA.

## 9. Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Circulante | | | | |
| Serviços | 2.423 | 134 | 6.877 | 4.048 |
| Outros | - | - | 308 | - |
| | **2.423** | **134** | **7.185** | **4.048** |
| Circulante | 2.423 | 134 | 7.185 | 4.048 |
| Não Circulante (*) | - | - | 1.004 | - |

(*) Refere-se a uma ação indenizatória movida por fornecedor contra a ATE VIII pleiteando danos morais e danos materiais, mediante rescisão unilateral.

## 10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

### 10.1. Composição empréstimos e financiamentos

Empréstimos e Financiamentos são detalhados conforme abaixo:

| | | | | | Consolidado 31/12/2019 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agente Financeiro | Modalidade | Taxa de Juros | Vencimento | Quantia Liberada | Cicrulante | Não circulante | Total |
| BNDES | Finanças de Projeto | TJLP + 2,49% p.a. | 15/12/2023 | 270.826 | 66.418 | 17.379 | 83.797 |
| | | | | | **66.418** | **17.379** | **83.797** |

| | | | | | Consolidado 31/12/2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agente Financeiro | Modalidade | Taxa de Juros | Vencimento | Quantia Liberada | Cicrulante | Não circulante | Total |
| BNDES | Finanças de Projeto | TJLP + 2,49% p.a. | 15/12/2023 | 270.826 | 19.505 | 84.284 | 103.789 |
| | | | | | **19.505** | **82.284** | **103.789** |

Os fluxos futuros de pagamentos de débitos são conforme a seguir:

| | 2021 | 2022 | 2023 | Total |
|---|---|---|---|---|
| BNDES | 5.852 | 5.852 | 5.675 | **17.379** |

Em 13 de janeiro de 2020 as controladas ATE V, ATE VI, ATE VII procederam com a quitação antecipada dos empréstimos captados junto ao BNDES. Em consequência o referido BNDES através de instrumento de quitação datado de 18 de fevereiro de 2020 deu plena e geral quitação às obrigações assumidas pelas Companhias no que tange a garantias concedidas, cessão fiduciária, penhor de ações e cláusulas restritivas.

## 10.2. Composição debêntures

| | | | | | | 31/12/2019 Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agente | Modalidade | Taxa anual de juros | Vencimento | Moeda | Montante liberado | Circulante | Não Circulante | Total |
| Oliveira Trust | Debêntures 1ª Série | CDI + 1,40% | dez/2020 | R$ | 28.000 | 28.000 | - | 28.000 |
| | Custo de Transação a Diferir | | | R$ | - | (54) | - | (54) |
| | | | | | | **27.946** | **-** | **27.946** |

Em 16 de dezembro de 2019 a Companhia realizou a 1º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais fidejussórias, para distribuição pública nos termos da lei de Mercado de Capitais da instrução CVM 476, com esforços restritos, pelo valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), sendo 28.000 debêntures emitidas, totalizando o valor de R$28.000.

| | | | | | | 31/12/2019 Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Agente | Modalidade | Taxa anual de juros | Vencimento | Moeda | Montante liberado | Circulante | Não Circulante | Total |
| Oliveira Trust | Debêntures 1ª Série | CDI + 1,09% | out/2028 | R$ | 21.277 | 219 | 20.600 | 20.819 |
| Oliveira Trust | Debêntures - 2ª Série | CDI + 3,35% | out/2029 | R$ | 3.723 | - | 4.181 | 4.181 |
| | Custo de Transação a Diferir | | | R$ | - | (35) | (310) | (345) |
| Oliveira Trust | Debêntures 1ª Série | CDI + 1,40% | dez/2020 | R$ | 28.000 | 28.000 | - | 28.000 |
| | Custo de Transação a Diferir | | | R$ | - | (54) | | (54) |
| | | | | | | **28.130** | **24.471** | **52.601** |

Em 11 de dezembro de 2019 a controlada ATE VIII realizou a 1º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais fidejussórias, para distribuição pública nos termos da lei de Mercado de Capitais da instrução CVM 476, com esforços restritos, pelo valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), sendo 21.277 debêntures emitidas no âmbito da primeira série e 3.723 debêntures emitidas no âmbito da segunda série, totalizando o valor de R$25.000..

Os fluxos futuros de pagamentos de débitos são conforme a seguir:

| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Debêntures - 1ª Série | 821 | 2.010 | 2.573 | 2.978 | 12.401 | 20.783 |
| Debêntures - 2ª Série | - | - | - | - | 4.181 | 4.181 |

## 10.3. Depósitos vinculados

A Companhia e suas controladas, ATE V, ATE VI, ATE VII, possuem contas reservas vinculadas as obrigações contratuais dos empréstimos, financiamentos e debêntures, cuja remuneração está baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Em conexão com a quitação antecipada dos empréstimos e financiamentos das controladas em conjunto junto ao BNDES e consequentemente liberação das obrigações assumidas os saldos registrados em depósitos vinculados foram reclassificados para o ativo circulante e serão reclassificados para caixa e equivalentes em 2020.

## 10.4. Garantias concedidas

| Entidades | Agente Financeiro | Oneração de ações | Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito oriundos da Concessão |
|---|---|---|---|
| ATE IV | BNDES | X | X |
| ATE VIII | Oliveira Trust | X | X |

## 10.5. Obrigações contratuais

Os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2019,todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas do Grupo Evoltz.

# 11. Provisões

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Provisões Ambientais | - | 1.984 |
| Provisões fundiárias | 22.077 | 21.785 |
| Regulatório | 2.546 | - |
| Provisões para Contingências | 3.781 | 6.764 |
| | **28.404** | **30.533** |
| Circulante | - | 1.984 |
| Não circulante | 28.404 | 28.549 |
| | **28.404** | **30.533** |

### Provisões Ambientais

Referem-se à provisão de que os serviços contratados atendam as restrições de licenciamento ambiental. Entre os principais são os programas de fauna, educação ambiental, comunicação social, gestão ambiental, restauração florestal e compensação ambiental, entre outros.

## Fundiário

Corresponde aos custos relacionados a processos fundiários (indenizações, honorários de perito, liquidações, entre outros).

## Provisão para Contingências

Estas referem-se principalmente a ações indenizatórias e rescisão de contrato de prestação de serviços depositados por um fornecedor específico contra a ATE VI referente a passivos e inadimplência contratual. Provisões para prejuízos resultantes de processos são estimados e atualizados pelo Grupo, com base na análise dos consultores jurídicos do Grupo.

### a) Movimento de Provisões

| | Ambiental | | Fundiário | | Contingências | Regulatório | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2018** | **1.984** | | **21.785** | | **6.764** | **-** | | **30.533** |
| Adições | - | | 1.437 | | 197 | 2.546 | (i) | 4.180 |
| Reversões (ii) | (1.984) | (ii) | (1.475) | (ii) | (3.180) | - | | (6.639) |
| Atualização | - | | 1.208 | | - | - | | 1.208 |
| Pagamentos | - | | (878) | | - | - | | (878) |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **-** | | **22.077** | | **3.781** | **2.546** | | **28.404** |

(i) Refere-se à honorários sucumbenciais relacionados à causa regulatório encerrada em junho de 2019.

(ii) Refere-se basicamente a reversão de provisão na ATE VI em função de andamento favorável do processo a Companhia, e consequentemente reavaliação da provisão para perda. Trata-se de processo relacionado a ação indenizatória por inadimplementos contratuais que determinado fornecedor moveu contra a Companhia.

### b) Passivos Contingentes

O Grupo inclui ações que envolvem o risco de perda classificado como possível, com base na avaliação dos consultores jurídicos, para os quais não há provisão registrada até 31 de dezembro de 2019, de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

| | Consolidado 31/12/2019 |
|---|---|
| Ações civis (i) | 3.079 |
| Ações Tributárias (ii) | 2.882 |
| Fundiário | 2.665 |
| | **8.626** |

(i) Refere-se principalmente a ações de coleta e indenização depositadas por fornecedores, nas quais reivindica-se o pagamento de prejuízos sofridos em contrato assinado pelas partes devido a quebra de contrato, e coleta de títulos, entre outros.

(ii) Ações tributárias são compostas, basicamente, por execuções fiscais para coleta de débitos contidos em certificados de dívidas ativas.

### c) Depósitos Judiciais

Além das provisões e passivos Contingentes, o Grupo é legalmente obrigado a fazer depósitos Judiciais para assegurar contra um possível resultado adverso em processos. Estes depósitos ordenados por tribunal são corrigidos monetariamente e comunicados como ativos não correntes até que ocorra decisão judicial para levantar o depósito.

### d) Garantias Legais

| Entidade | Emissor | Número de Seguro | Validade | Quantia Segurada |
|---|---|---|---|---|
| ATE IV | Potencial | 40-0775-23-0115233 | 18 de Fevereiro - 21 de Fevereiro | 1.765 |

A oferta de garantia pela Companhia é condição legal para uso de certas ferramentas legais aditadas em determinadas circunstâncias. Não significa antecipação de pagamento, nem reconhecimento de convicção.

## 12. Encargos Setoriais

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Reserva de reversão global | - | - | 229 | 120 |
| Pesquisa e desenvolvimento | - | - | 3.723 | 3.023 |
| Taxa de fiscalização de serviços de energia Elétrica | - | - | 24 | 21 |
| | - | - | 3.976 | 3.164 |

Os encargos setoriais são definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com P&D, a constituição de RGR dos serviços públicos e Taxa de Fiscalização de serviços de Energia Elétrica TFSEE com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

## 13. Obrigações especiais

Em 15 de julho de 2019, a controlada ATE VII assinou um contrato de transferência não onerosa de instalações cedidas referente a estrutura objeto do contrato de compartilhamento de instalação com a Companhia Paranaense de Energia – COPEL onde obteve direito a infraestrutura operacional avaliada no montante de R$ 7.345. De acordo com a publicação no Diário Oficial em 29 de maio de 2020, o ativo é foi objeto de incremento da RAP da Companhia e passa porapós avaliação da ANEEL para autorização do recebimento da RAP no montante de R$ 276 a ser recebido apartir de 1º de julho de 2020, assim como o montante relativo ao período entre a data da entrada em operação (15 de julho de 2019) e 30 de junho de 2020, que totalizam R$ 265.

O Ativo fora tratado como ativo imobilizado em 2019 tendo que vista a aprovação da ANEEL em 26 de maio de 2020 através da resolução autorizativa n° 8.889 e publicação no diário oficial em 29 de maio de 2020. Desta forma em 2020 a remuneração pela infraestrutura adquirida passará a ser endereçada conforme tratativas do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente caracterizando-se um ativo de contrato da concessão.. Obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica

## 14. Impostos de Renda

a) Imposto de renda diferido apresentados no balanço patrimonial

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa | - | - | 14.529 | 8.529 |
| IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas | (257.049) | (261.533) | (208.285) | (195.704) |
| | **(257.049)** | **(261.533)** | **(193.756)** | **(187.175)** |

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foram reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses saldos a partir de projeções de resultados tributários futuros. A Empresa espera realizar integralmente o IRPJ e CSLL diferido ativo até 2021. Tais projeções foram elaboradas com base em premissas e julgamentos internos, bem como projeções de cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

| | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | Após 2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| ATE IV | 1.079 | 1390 | 1589 | 1545 | 363 |
| ATE V | 632 | 1065 | 1197 | 1353 | 598 |
| ATE VI | 1.153 | 535 | - | - | - |
| ATE VII | 801 | 964 | 174 | - | - |
| ATE VIII | 91 | - | - | - | - |

b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

| | 31/12/2019 | |
|---|---|---|
| | Controladora | Consolidado |
| **Resultado antes do tributos sobre o lucro** | 91.986 | 110.136 |
| Taxa nominal | 34% | 34% |
| **Tributação calculada na taxa nominal** | **31.275** | **35.066** |
| Equivalência Patrimônial | (36.347) | (22.524) |
| Resultado aquisição | 3.832 | (1.180) |
| Outras deduções | 5.716 | (23.751) |
| **Despesa com Imposto de renda e contribuição social** | **4.476** | **(12.389)** |
| | | |
| Correntes | (8) | (444) |
| Diferidos | 4.484 | (11.945) |
| | **4.476** | **(12.389)** |

| | 31/12/2018 | |
|---|---|---|
| | Controladora | Consolidado |
| **Resultado antes do tributos sobre o lucro** | 1.123.982 | 1.138.104 |
| Taxa nominal | 34% | 34% |
| **Tributação calculada na taxa nominal** | **(371.720)** | **(375.514)** |
| Equivalência Patrimônial | 38.822 | 34.884 |
| Dedução do imposto em valor justo | 81.847 | 81.847 |
| Outras deduções | 48 | (5.903) |
| **Despesa com Imposto de renda e contribuição social** | **(261.533)** | **(276.127)** |
| | | |
| Correntes | - | (1.358) |
| Diferidos | (261.533) | (274.769) |
| | **(261.533)** | **(276.127)** |

## 15. PIS e COFINS Diferidos

Corresponde aos efeitos de impostos diferidos de PIS e COFINS na aplicação de procedimentos de contabilidade referentes à interpretação técnica IFRIC 15 - Reconhecimento de Receita.

## 16. Patrimônio líquido

### 16.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital Social da Empresa é representado por 500.001,000 ações ordinárias registradas sem valor nominal, distribuídas conforme a seguir:

| | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
|---|---|---|---|---|
| Acionistas | Ações Ordinárias | % | Ações Ordinárias | % |
| Evoltz Participações S.A. | 500.000.999 | 99,99% | 500.000.999 | 99,99% |
| TPG Delaware 2015-SC V.LLC | 1 | 00,01% | 1 | 00,01% |
| | **500.001.000** | **100%** | **500.001.000** | **100%** |

### 16.2. Reservas

a) Reserva Legal

Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício social, , limitada a 20% do capital Social, de acordo com a legislação Brasileira em vigor.

b) Reserva de lucros

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados. Os administradores efetuarão proposta a destinação deste saldo em Assembléia Geral.

### c) Dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Os administradores propuseram dividendos conforme demonstrado a seguir:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 (reapresentado) |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 96.462 | 862.449 |
| Absorção de Prejuízos | - | (2) |
| Base para cálculo – Reserva legal | 96.462 | 862.447 |
| Reserva legal | (4.823) | (43.104) |
| Lucro base para determinação do dividendo | 91.639 | 819.343 |
| % dividendo mínimo | 25% | 25% |
| Dividendos propostos | 22.910 | 204.836 |
| Dividendos propostos por lote de mil ações | 0,046 | 0,41 |

Em 18 de dezembro de 2019 conforme aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária a Companhia manteve a distribuição de dividendos de 2018 no total de R$71.000 e revertendo um saldo de R$204.836.

### d) Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 (reapresentado) |
| Número de ações ordinárias no início do exercício (milhares) | 500.001 | 500.001 |
| Número de ações ordinárias ao término do exercício (milhares) | 500.001 | 500.001 |
| Lucro líquido do exercício | 96.462 | 862.449 |
| Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício (milhares) | 500.001 | 500.001 |
| **Lucro básico e diluído por ação** | **0,19** | **1,66** |

A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que devam ser considerados para o cálculo do resultado por ação diluído referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. Consequentemente, o resultado por ação básico e diluído são iguais.

## 17. Receita líquida

| Receita de Operação e Manutenção | Consolidado 31/12/2019 | Consolidado 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Remuneração do ativo de contrato de concessão | 80.186 | 69.925 |
| Receita de Operação e Manutenção | 14.445 | 12.287 |
| Contrato de Conexão de Transmissão | 4.309 | 2.499 |
| **Receita Bruta** | **98.940** | **84.711** |
| Impostos (PIS e COFINS) | (8.982) | (7.232) |
| Encargos Setoriais | (3.601) | (1.431) |
| Provisão de Parcela Variável de Indisponibilidade | (696) | (1.393) |
| **Deduções** | **(13.279)** | **(10.056)** |
| **Receita líquida** | **85.661** | **74.655** |

## 18. Custos e Despesas operacionais

| | | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31.12.2019 | | 31.12.2018 | | 31.12.2019 | | 31.12.2018 | |
| | | Custo | Despesas | Custo | Despesas | Custo | Despesas | Custo | Despesas |
| Pessoal | | - | - | - | - | - | (12.528) | - | (6.091) |
| Serviços de terceiros | | - | (4.884) | - | (742) | (10.448) | (8.676) | (8.239) | (7.888) |
| Materiais | | - | (9) | - | - | (312) | (13) | - | - |
| Meio ambiente | | - | - | - | - | 1.868 | - | (195) | - |
| Contigências | (i) | - | - | - | - | (4.190) | 464 | - | (16.594) |
| Impostos e taxas | (ii) | - | (126) | - | - | (1.214) | (8.476) | (68) | 129 |
| Seguros | | - | (24) | - | - | (339) | (549) | (328) | - |
| Outros | | - | (440) | - | (167) | (426) | (1.552) | (641) | (855) |
| | | - | (5.483) | - | (909) | (15.061) | (31.330) | (9.471) | (31.299) |

(i) O montante registrado na rubrica de custos refere-se a provisão para contigência regulatória, cuja classificação de risco passou de possível para provável no exercício de 2019. Adicionalmente, o montante registrado em despesa referes-se a provisão fundiária em função da alteração do prognóstico de perda para provável.

(ii) O montante registrado na rúbrica de despesa refere-se basicamente a baixa por prescrição de IRPJ e CSLL e baixa de saldos de bases negativas.

## 19. Resultado Financeiro

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2019 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 1.860 | 4.071 |
| Rendimento sobre depósitos vinculados | - | 269 |
| Outras receitas | - | 69 |
| **Receita financeira** | **1.860** | **4.409** |
| Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures | - | (7.743) |
| Juros e multas | - | (1.081) |
| Atualização monetária | - | (221) |
| Outros despesas | (24) | (312) |
| **Despesas financeiras** | **(24)** | **(9.357)** |
| **Resultados financeiros Líquidos** | **1.836** | **(4.948)** |

| | Consolidado | Consolidado |
|---|---|---|
| | 31/12/2018 | 31/12/2018 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 517 | 2.957 |
| Outras Receitas | - | 126 |
| **Receita financeira** | **517** | **3.083** |
| Juros sobre empréstimos, financiamento e Debêntures | - | (9.848) |
| Juros e multas | (4) | (653) |
| Atualização monetária | - | (961) |
| Tributos operação financeira | (106) | (106) |
| Outros despesas | (1) | (339) |
| **Despesas financeiras** | **(111)** | **(11.907)** |
| **Resultados Financeiros Líquidos** | **406** | **(8.824)** |

## 20. Transações com partes relacionadas

a) Movimentações

| | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
| | Dividendos | Contas a Receber | Dividendos | Contas a Receber (reapresentado) |
| ATE IV | 157 | 299 | - | 133 |
| ATE V | 744 | 334 | 93 | 98 |
| ATE VI | 3.350 | 307 | 1.511 | 104 |
| ATE VII | 1.435 | 441 | 1.230 | 116 |
| ATE VIII | 239 | 183 | 454 | 319 |
| MTE | - | - | - | - |
| NBTE | 7.234 | - | 16.568 | 50 |
| **Total** | **13.159** | **1.594** | **19.856** | **820** |

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
| | Dividendos | Contas a Receber | Dividendos (reapresentado) | Contas a Receber |
| ATE IV | - | - | - | - |
| ATE V | - | - | - | - |
| ATE VI | - | - | - | - |
| ATE VII | - | - | - | - |
| ATE VIII | - | - | 454 | 319 |
| MTE | - | - | - | 50 |
| NBTE | 7.186 | - | 16.568 | 50 |
| **Total** | **7.186** | **-** | **17.022** | **419** |

Em 2019 visando como objetivo a simplificação da estrutura administrativa das transmissoras investidas do Grupo Evoltz e o cumprimento do regulamento da ANEEL – resolução normativa nº699, a Companhia e demais investidas pautadas na aprovação da ANEEL compartilharam despesas com pessoal e infraestrutura. As despesas são alocadas de acordo com o critério de rateio definido e cobradas por meio de notas de débito emitidas entre as respectivas partes.

As transações com partes relacionadas referem-se a reembolso de gastos diversos. São decorrentes de operações normais da Companhia, não se constituindo como empréstimos ou transações não usuais. Sobre os saldos em aberto não há incidência de juros e atualização monetária.

## 21. Instrumentos Financeiros

### 21.1. Gestão de Riscos

As atividades do Grupo estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O modelo de Gestão de Riscos do Grupo busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

As normas de gerência interna fornecem políticas por escrito para gestão global de riscos, além de áreas específicas tais como risco de câmbio, risco de crédito, risco de taxas de juros, risco de liquidez, use de instrumentos de cobertura e derivados.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gestão de risco são:

## a) Risco de Mercado

É o risco de mudanças nas variáveis de mercado, tais como taxa de câmbio estrangeiro, inflação e taxas de juros. O objetivo da gestão de risco de Mercado é gerenciar e controlar a exposição a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, com otimização de retornos.

- **Risco de Taxa de Juros** - É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Em 31 de dezembro de 2019, o perfil dos passivos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis do Grupo era:

| | Consolidado |
|---|---|
| Empréstimos e financiamentos - TJLP | 83.797 |
| Debêntures - CDI | 53.000 |

- **Risco de Inflação** - A receita da construção das concessionárias é atualizada anualmente pelos índices de inflação. Em caso de deflação,a concessionária terá redução de receitas. Em caso de aumento súbito da inflação, a concessionária pode não ter ajuste de receitas em tempo hábil e, como resultado, haverá impacto nos resultados do Grupo.

## b) Riscos de Crédito

É o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes do não cumprimento de obrigações contratuais por terceiros. Da mesma forma, as principais exposições a risco de crédito na data dos demonstrativos financeiros são conforme a seguir:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa - Nota 4**

  Para controlar o risco de crédito de investimentos financeiros, a política de investimento de caixa do Grupo estabelece que as contrapartidas devem sempre ser instituições financeiras de primeiro escalão e dívida pública de qualificação de crédito de alto nível, além de política de limites máximos de investimentos ou contratações revisada periodicamente.

- **Contas a receber - Nota 5**

  A Gerência entende que não há risco de crédito referente aos clientes, uma vez que o Contrato de Utilização do Sistema de Transmissão (CUST), celebrada pelo Grupo e pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), garante a receita das quantias devidas pelos usuários para os serviços prestados através do Contrato de Contragarantia (CCG) e a Carta Bancária de Garantia.
  As principais vantagens destes mecanismos de proteção são: (I) diluição dos riscos, uma vez que todos os usuários pagam todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelo usuários; e (iii) as negociações de pagamento são feitas diretamente entre os transmissores e os usuários. Em caso de não pagamento, a Empresa, como agente de transmissão, pode solicitar à ONS que acione centralmente a garantia bancária do usuário referente a CCG e CFB.

  A Receita Anual Permitida (RAP) de uma empresa de transmissão é recebida de empresas que usam a infraestrutura através da Tarifa de Utilização dos Sistemas Elétricos de Transmissão (TUST). Esta taxa é originada na repartição entre usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todos os transmissores; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) encargos regulatórios.

O poder Concedente delegou aos geradores, distribuidores, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que, como garantido pela estrutura regulatória de transmissão, constitui um direito contratual incondicional para recebimento de caixa ou outros ativos financeiros, sendo, portanto, de baixo risco.

c) Riscos de Liquidez

É o risco de ocorrência de dificuldades para cumprimento das obrigações associadas com os passivos financeiros do Grupo, resolvidos com pagamentos em dinheiro ou outros ativos financeiros. A política de liquidez e financeira do Grupo busca garantir que a empresa mantenha recursos disponíveis suficientes para atender aos compromissos financeiros.

O prazo de liquidação para passivos financeiros não derivados, tais como empréstimos e financiamentos, são divulgados na tabela abaixo. Os saldos referentes a fornecedores, reconhecidos pelo Grupo como passivos Financeiros não derivados, possuem prazo para liquidação de doze meses.

O Grupo possui empréstimos bancários e financiamentos que incluem garantias. A falha no cumprimento destas garantias pode exigir que o Grupo liquide estes compromissos antes da data indicada na tabela de fluxo de pagamentos.

As tabelas a seguir detalham a maturidade dos principais passivos financeiros não derivados mantidos pelo Grupo:

| | Consolidado | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Até 3 meses | 3 meses até 1 ano | 1 a 5 Anos | Depois 5 anos | Total |
| Fornecedores | - | 5.792 | 1.004 | - | 6.796 |
| Empréstimos e financiamentos | - | 66.418 | 17.379 | - | 83.797 |
| Debêntures | - | 28.130 | 24.471 | - | 52.601 |
| | **-** | **100.340** | **42.863** | **-** | **143.203** |

## 21.2. Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros

Cenário provável
Os encargos e renda para o ano seguinte foram projetados, considerando os equilíbrios, taxas de câmbio e/ou taxas de juros em efeito ao fim do ano.
sss
Cenário II
Esta projeção foi aumentada em 25% em relação ao cenário provável.

Cenário III
Esta projeção foi aumentada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos de investimentos financeiros, os cenários II e III considera uma redução 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

As tabelas a seguir mostram a perda (ganho) pela variação de taxa de juros que pode ser reconhecido no demonstrativo financeiro da controladora e do consolidado para o ano seguinte, se um dos cenários apresentados:

| | | | Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Taxa | Valor exposto 31/12/2019 | Cenário provável | Cenário II | Cenário III |
| Debêntures– CDI | 4,25 % | 27.946 | 1.118 | 297 | 594 |
| Efeito esperado no resultado do exercício e no patrimônio líquido | | 27.946 | 1.118 | 297 | 594 |

| | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Taxa | Valor exposto 31/12/2019 | Cenário provável | Cenário II | Cenário III |
| Empréstimos e financiamentos – TJLP | 5,09 % | 83.797 | 4.265 | 1.066 | 2.133 |
| Debêntures– CDI | 4,25 % | 52.830 | 2.346 | 586 | 1.173 |
| Efeito esperado no resultado do exercício e no patrimônio líquido | | 136.627 | 6.611 | 1.652 | 3.306 |

Fonte: A TJLP utilizada foi a fixada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. O IPCA e CDI Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 27 de janeiro de 2020.

## 21.3. Classificação de Instrumentos Financeiros

| | | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
| | Nota | Custo Amortizado | Valor Justo | Custo Amortizado | Valor Justo |
| **Ativos financeiros** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de Caixa | 4 | - | 71.281 | - | 29.854 |
| Contas a receber | 5 | 1.393 | - | 820 | |
| | | 1.393 | 71.281 | 820 | 29.854 |
| **Passivos financeiros** | | | | | |
| Fornecedores | 9 | 2.423 | - | 134 | - |
| Debêntures | 10.2 | 27.946 | - | 27.946 | |
| | | 30.369 | - | 28.080 | - |

| | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
| | Nota | Custo Amortizado | Valor Justo | Custo Amortizado | Valor Justo |
| **Ativos financeiros** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de Caixa | 4 | - | 149.463 | - | 60.184 |
| Contas a receber | 5 | 10.672 | - | 9.485 | - |
| Depósitos vinculados | 10.3 | - | 9.407 | - | 8.365 |
| | | 10.672 | 158.870 | 9.485 | 68.549 |
| **Passivos financeiros** | | | | | |
| Fornecedores | 9 | 8.189 | - | 4.048 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 10.1 | 83.797 | - | 103.789 | - |
| Debêntures | 10.2 | 52.601 | - | - | - |
| | | 144.587 | - | 107.837 | - |

## 21.4. Estimativa de Valor Justo

O Grupo implementa o IFRS 7 para instrumentos Financeiros medidos no demonstrativo de posição financeira em valor justo, que requer divulgação de medições de valor justo na hierarquia a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos e passivos e similares.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto por preços cotados, incluídos no Nível 1, observáveis como ativos ou passivos, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3 - Hipóteses para ativos ou passivos que não se baseiam em dados de mercado (contribuições não observáveis).

O Grupo não faz investimentos de natureza especulativa, em derivados ou qualquer outros ativos de risco. Os instrumentos Financeiros medidos no valor justo do Grupo, são alocados ao Nível 2. A Gerência do Grupo entende que os valores justos dos ativos financeiros são próximos ao valor contabilístico.

## 21.5. Gestão de Capital

Os objetivos do Grupo na gestão do capital são de salvaguardar a continuidade do Grupo para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas, assim como manter uma estrutura de capital ideal.

A gerência acompanha os retornos de capital que o Grupo define como resultado das atividades de operação divididas por capital próprio. A gerência também monitora o nível de dividendos a ser distribuído aos acionistas.

## 21.6. Gestão de Riscos Operacionais

É o risco de perdas diretas e indiretas oriundas de uma variedade de causas associadas com os processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e fatores externos do grupo, exceto crédito, riscos de mercado e liquidez, tais como os oriundos de requisitos legais e regulatórios e normas de comportamento comercial geralmente aceitas:

- Riscos regulatórios - Legislação governamental extensiva e regulamentos emitidos pelos seguintes órgãos: MME, ANEEL e ONS.

- Risco de Seguro - Contratação de risco operacional e seguro de responsabilidade civil para suas subestações. Independente da adoção de critérios para contratação de risco operacional e seguros de responsabilidade civil para usar práticas adotadas por outras empresas representantes do setor, danos às linhas de transmissão contra perdas causadas por fogo, raios, explosões, curto-circuitos e interrupções de energia não são cobertas por este seguro, que pode implicar em custos e investimentos adicionais significativos.

- Risco de Interrupção de Serviço - Em caso de interrupção de serviço, o Grupo será sujeito à redução das receitas através da aplicação de penalidade, dependendo do tipo, nível e duração da disponibilidade de serviços, de acordo com regras estabelecidas pelo corpo regulatório. Em caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

- Risco de Litígio - O Grupo é parte de diversos procedimentos legais e administrativos, monitorados pelos consultores jurídicos. O Grupo periodicamente analisa a informação fornecida pelos consultores jurídicos para concluir na probabilidade de sucesso eventual das causas, evitando a ocorrência de perdas financeiras e danos à reputação, buscando a economia.

A Adminstração é responsável pelo desenvolvimento e implementação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) requisitos para segregação adequada de funções, incluindo autorização independente das operações; (ii) requisitos para reconciliação e monitoramento de operações; (iii) conformidade com requisitos regulatórios e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) requisitos para avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e adequação de controles e procedimentos para abordar riscos identificados; (vi) requisitos para comunicação de perdas operacionais ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de riscos, incluindo seguro, quando eficiente.

## 22. Aspectos Ambientais

A política ambiental nacional determina que a operação regular das atividades considerada eficiente ou potencialmente poluente ou que, em todo caso, causem degradação do meio ambiente, estão condicionadas a licenciamento ambiental prévio.

Os investidos, de acordo com requisitos legais atuais, buscam assistência total, todos os comandos necessários para execução perfeita do objeto da concessão, ao obter todas as licenças ambientais necessárias para conduzir as atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

O conceito de sustentabilidade de negócios, com base na gestão de aspectos econômicos, sociais e ambientais, foi adotado e, por fim, levou ao desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental - SGA. O SGA foi criado com base em uma política ambiental única, baseado nas normas ABNT - ISO 14001: 2004 e ABNT - ISO 14031: 2004. O SGA é um processo contínuo, participativo e transversal que afeta diversas áreas da Subsidiária.

### a) Licenças Ambientais

As licenças ambientais emitidas aos investidos até a data de aprovação destes demonstrativos financeiros interinos são descritos abaixo:

| Entidades | Linha de Transmissão | Agência Ambiental | Licenças Ambientais (LO) | Data da emissão | vencimento |
|---|---|---|---|---|---|
| ATE IV | TL 230kv Canoinhas - São Mateus | IBAMA | LO 1047/2011(i) | 01/09/2011 | 01/09/2017 |
| ATE IV | TL 230kv Curitiba - Bateias | IAP | LO 21959/2016 | 15/06/2016 | 13/05/2020 |
| ATE V | TL 230kv Itararé II - Jaguariaíva | IBAMA | LO 979/2010 (i) | 30/11/2010 | 30/11/2016 |
| ATE V | TL 230kv Londrina – Maringá | IAP/PR | LO 970/09 | 05/11/2014 | 05/11/2019 |
| ATE VI | TL 230kv Dona Francisca - Santa Maria | FEPAM/RS | LO 8026/2016 | 18/11/2016 | 18/11/2020 |
| ATE VI | TL 230kv Campos Novos - Videira | FATMA/SC | LO 11238/2018 | 21/12/2018 | 21/12/2020 |
| ATE VII | TL 230kv Foz do Iguaçu - Cascavel | IAP/PR | LO 21297/2022 | 08/12/2016 | 08/12/2022 |
| ATE VIII | TL 230kv Itacaiúnas - Carajás C3 | SEMA/PA | LO Nº 11285/2018 | 28/09/2018 | 27/09/2021 |

(I) Foi solicitada a renovação da Licença Operacional (LO) à agência ambiental competente para a ATE IV e ATE V em 10 de Abril de 2017 e 20 de Julho de 2016, respectivamente. A renovação da LO de uma atividade ou empreendimento deve ser solicitada, pelo menos, 120 dias antes da data de validade determinada na respectiva licença, sendo automaticamente prorrogada até o pronunciamento definitivo pela agência Ambiental competente.

### b) Compensação Ambiental

A compensação ambiental é um termo de compromisso assumido pelo empreendedor com o Órgão de Licenciamento Ambiental cujo objetivo é estabelecer medidas compensatórias oriundas do processo de licenciamento ambiental cuja aplicação está de acordo com a legislação correspondente.

A Lei nº 9985/00, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, através de seu artigo 36, requer que o empreendedor forneça suporte à implementação e manutenção de toda a área protegida do Grupo quando, durante o processo de licenciamento, um empreendimento for considerado como de impacto ambiental significativo.

A tabela abaixo mostra a situação da compensação ambiental das Controladas:

| Entidades | Linha de Transmissão | Compensação Ambiental |
|---|---|---|
| ATE IV | TL 230kV Canoinhas - São Mateus | Não aplicável. |
| ATE IV | TL 525kV Curitiba – Bateias | Concluído através do TQCA N ° 04/2011 (SID N ° 07.768.594-4) em 30 de Agosto de 2011, emitido pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP |
| ATE V | TL 230kV Itararé – Jaguariaíva | Não aplicável. |
| ATE V | TL 230kV Londrina – Maringá | Concluído através do TQCA N ° 02/2011 (SID N ° 07.268.317-0) em 30 de Agosto de 2011, emitido pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP. |
| ATE VI | TL Dona Francisca - Santa Maria | Aguardando posicionamento da CECA - Câmara Estadual de Compensação Ambiental, Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA/RS |
| ATE VI | TL Campos Novos – Videira | Não aplicável. |
| ATE VII | TL 230kV Foz do Iguaçu – Cascavel | Concluído através do TQCA N ° 03/2011 (SID N ° 07.768.593-6) em 30/08/2011, emitido pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP. |
| ATE VIII | TL 230kv Itacaiúnas - Carajás | Não aplicável. |

## 23. Seguros

O Grupo adota política de cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos em quantias consideradas suficientes pela Gerência para cobrir possíveis perdas/riscos, considerando a natureza da atividade. Dada a natureza, as hipóteses de risco adotadas não são parte do escopo da auditoria, portanto, não foram examinados por nossos auditores independentes.

| Companhia | Seguradora | Linha de Seguro | Apólice nº | Vigência | Quantia Segurada |
|---|---|---|---|---|---|
| ATE IV a VIII | Tokio Marine | Risco Operacional | 180 0001054586 | Dez/2019 a Dez/202 | 70.000 |
| ATE IV a VIII | Sompo | Seguro indenizatório | 5100001002 | Dez/2019 a Dez/202 | 10.000 |
| Evoltz | Swiss Re | D&O | 51101000063 | Maio/19 a Maio/20 | 100.000 |
| Manaus | Tokio Marine | Risco operacional | 80.001809 | Dez/2019 a Dez/202 | 286.000 |
| Manaus | Sompo Seguros | Responsabilidade civil | 9600000001369 | Jan/2019 a Jan/202 | 15.000 |
| Manaus | Swiss RE | Seguro D&O | 511.010000-63 | Mai/2019 a Mai/202 | 100.000 |
| Norte Brasil | Sompo | Responsabilidade civil | 5100001046 | Jan/19 a Jan/20 | 15.000 |
| Norte Brasil | Tokio Marine | Riscos operacionais | 180 0001053584 | Jan/19 a Jan/20 | 10.000 |
| Norte Brasil | SWISS RE | Seguro D&O | 51101000063 | Mai/19 a Mai/20 | 100.000 |
| Norte Brasil | Sompo Seguros | Seguro Patrimonial | 1800553245 | Jul/19 a Ago/20 | 2.500 |
| Norte Brasil | Tokio Marine | Seguro Auto | 3120023945842 | Ago/19 a Ago/20 | 100% Tabela FIPE |

## 24. Evento Subsequente

a) Em 10 de janeiro de 2020 foram subscritas e integralizadas a 1° emissão de debêntures simples, não conversíveis não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais fidejussórias, para distribuição pública nos termos da lei de Mercado de Capitais da instrução CVM 476, com esforços restritos, pelo valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais).

| Controlada | Agente | Modalidade | Taxa anual de juros | Vencimento | Montante liberado |
|---|---|---|---|---|---|
| ATE V | Oliveira Trust | Debêntures 1ª Série | CDI + 1,09% | out/2028 | 51.243 |
| ATE V | Oliveira Trust | Debêntures - 2ª Série | CDI + 3,35% | out/2029 | 4.757 |
| ATE VI | Oliveira Trust | Debêntures 1ª Série | CDI + 1,09% | out/2028 | 61.138 |
| ATE VI | Oliveira Trust | Debêntures - 2ª Série | CDI + 3,35% | out/2029 | 5.862 |
| ATE VII | Oliveira Trust | Debêntures 1ª Série | CDI + 1,09% | out/2028 | 38.809 |
| ATE VII | Oliveira Trust | Debêntures - 2ª Série | CDI + 3,35% | out/2029 | 3,191 |

Sobre o montante incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% do CDI acrescido de sobretaxa 1,0862% a.a para as debêntures da primeira série, e 3,35% a.a para as debêntures da segunda série.

b) Devido aos efeitos da pandemia do novo coronavírus, o BNDES aprovou, em 28 de março de 2020, medidas socioeconômicas com o objetivo de mitigar os impactos da crise no Brasil. Uma destas medidas é o "stand still", que consiste na suspensão temporária, pelo prazo de até 6 meses, de pagamento das parcelas de serviço das dívidas contratadas junto ao BNDES. Em 9 de abril de 2020 o BNDES aprovou a referida suspensão no âmbito do contrato de financiamento firmado com as controladas em conjunto. Desta forma os valores das parcelas que não serão pagas durante este período de 6 meses, serão capitalizados ao principal e diluídos nas parcelas mensais até o final do contrato, portanto prazo final, demais cláusulas e obrigações não serão alteradas.

A suspensão de pagamentos acima referida deverá ser formalizada mediante aditivo ao Contrato ("aditivo"), no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar de 09/04/2020, após comprovado o cumprimento de determinadas condições prévias, sendo as principais descritas abaixo:

(i) Durante o período de suspensão de pagamentos acima mencionado, deverá ser mantida na Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES, no mínimo, o saldo existente em 15/03/2020.

(ii) Fica vedada a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio referente ao exercício em que se der a suspensão de pagamentos, acima de 25%.

No âmbito do contrato FNO, firmado entre a controlada em conjunto MTE e o Banco da Amazônia - BASA, as parcelas mensais ficam suspensas por 6 meses, ficando os juros capitalizados mensalmente pelo período do stand still e redistribuídos nas parcelas seguintes. Os montantes de principal não pagos, diferentemente do BNDES, serão postergados para o período de fevereiro a julho de 2031, desta forma postergando o prazo do contrato por 6 meses, de 10/07/2031 para 10/01/2032.

b) Em 16 de abril e 5 de maio de 2020 a Companhia pagou o montante de R$68.006 e R$ 2.900 respectivamente, provenientes da distribuição aprovada em 18 de dezembro de 2019. Adicionalmente, em 5 de maio de 2020 a Companhia realizou o pagamento de R$ 52.000 referente a distribuição das reservas de lucro a realizar.

c) Em 27 de abril de 2020 foi aprovado conforme ata de reunião do Conselho de Administração aumento de capital no montante de R$230 milhões e consequentemente a emissão de 230.000 (duzentos e trinta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas a serem integralizadas no prazo de 30 dias. Em 30 de abril a foram integralizados R$26.000. Em função do referido aumento o capital social da Companhia passsará de R$500.001, dividido em 500.001 ações ordinárias nominativa e sem valor nominal, para R$730.001, dividido em 730.001 ações ordinárias nominativa e sem valor nominal.

   Adicionalmente nas mesma data em assembleia geral extraordinária a Companhia aprovou a distribuição de dividendos no total de R$159.000, sendo R$126.543 provenientes da reserva de lucros a realizar e R$32.457 da reserva de retenção de lucros. Em 05 de maio de 2020 a Companhia pagou o montante de R$55.000, dos quais R$2.994 são provenientes da ata de 18 de dezembro de 2019 e o saldo remanescente proveniente da ata de 24 de abril de 2020. O saldo remanescente de dividendos será pago aos acionistas até 31 de dezembro de 2020.

d) A Evoltz Participações S.A. passou a ser acionista da Manaus Transmissora de Energia S.A em início de 2018, com 50,5 %. A Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras) já era acionista, com 49,5% de participação. No âmbito do Procedimento Competitivo de Alienação N° 01/2019 instaurado pela Eletrobras em 25/07/2019, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou em 17/4/2020 a oferta vinculante realizada pela Evoltz para aquisição da participação da Eletrobras pelo preço de aquisição de R$232 milhões, referenciar data base. Em 28 de abril de 2020 foi assinado contrato de compra de venda de ações e outras avenças entre a Companhia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletroras considerando o preço suprecitado e determinadas condições precedentes, que serão encerradas após aprovação dos órgãos competentes, a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e dos credores.Mencionar que já temos anuência BNDES e Cade.

   Em 30 de abril de 2020 em conformidade com contrato de compra de venda de ações e outras avenças cláusula 4 item (i) a Companhia procedeu com o pagamento de 24.901, equivalente 10% acordo, tendo em vista o valor atualizado previsto no referido contrato.

e) Em 5 de maio de 2020 a Companhia efetuou um acordo junto à AZ Imóveis LTDA na qual utilizou R$ 17.263 do valor de depósito judicial contabilizado no montante de R$ 17.763 para encerrar o processo judicial entre elas. O montante remanescente de R$ 500 remanescente nos depósitos foi revertido em favor da controla ATE IV São Mateus Transmissora de Energia S.A..

f) A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do Covid-19 nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido avaliou, com base nas informações disponíveis, os impactos causados pela Covid-19 nas operações e na posição financeira da Companhia em 31 de março de 2020 e, exceto por eventuais impactos no fornecimento de materiais e serviços que possam afetar nos níveis de sobressalentes e capex previstos para 2020, concluiu que, até a presente data, não existem atualizações relevantes a serem divulgadas em comparação às demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2019.

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da
**Evoltz Participações S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Evoltz Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

## Ênfase

### Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.15, em decorrência da correção de erros, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de junho de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contador CRC-1RJ101080/O-0



Demonstração Financeira EVOLTZ (0269396) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 243



manaus
transmissora de energia s.a.

# Demonstrações financeiras 2019

manaus

# Demonstrações financeiras


Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 1
Balanços patrimoniais 3
Demonstrações dos resultados 4
Demonstrações dos resultados abrangentes 5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6
Demonstrações dos fluxos de caixa 7
Notas explicativas às demonstrações financeiras 7

1. Contexto operacional ..... 7
2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis ..... 8
3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos ..... 22
4. Caixa e equivalentes de caixa ..... 25
5. Contas a Receber ..... 25
6. Partes relacionadas ..... 25
7. Tributos ..... 26
8. Ativo de contrato de concessão ..... 27
9. Fornecedores ..... 29
10. Empréstimos, financiamentos e debêntures ..... 30
11. Provisões ..... 32
12. Imposto de renda e contribuição social ..... 34
13. Patrimônio liquido ..... 34
14. Receita líquida ..... 35
15. Custos e despesas ..... 35
16. Resultado financeiro ..... 36
17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos ..... 36

Building a better working world

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
**Manaus Transmissora de Energia S.A.**
Brasília - DF

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Manaus Transmissora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Manaus Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.15, em decorrência da correção de erros, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Building a better working world

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Building a better working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contador CRC-1RJ101080/O-0

manaus

## Balanços Patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | (Reapresentado) |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 46.930 | 76.414 |
| Títulos e valores mobiliários | | 48 | - |
| Contas a receber | 5 | 14.334 | 21.190 |
| Partes relacionadas | 6 | 5 | 1.411 |
| Tributos a recuperar | 7 | 15.564 | 7.736 |
| Ativo de contrato da concessão | 8 | 165.058 | 159.498 |
| Outros ativos | | 5.111 | 10.414 |
| | | 247.050 | 276.663 |
| Não circulante | | | |
| Depósitos vinculados | | 37.453 | 38.207 |
| Depósitos judiciais | | 964 | 868 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 12 | 196.169 | 237.639 |
| Ativo de contrato da concessão | 8 | 1.436.102 | 1.398.106 |
| Intangível | | 124 | 92 |
| | | 1.670.811 | 1.674.912 |
| **Total do Ativo** | | **1.917.861** | **1.951.575** |
| **Passivo e Patrimônio líquido** | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 9 | 41.033 | 36.470 |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | 84.627 | 57.233 |
| Debêntures | 10 | 12.883 | 14.443 |
| Partes relacionadas | 6 | - | 1.067 |
| Tributos a recolher | 7 | 2.147 | 1.990 |
| Provisões | 11 | 12.384 | 47.285 |
| Encargos setoriais | | 5.655 | 4.771 |
| Outros passivos | | 327 | 183 |
| | | 159.056 | 163.442 |
| Não circulante | | | |
| Fornecedores | 9 | 32.742 | 91.239 |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | 431.506 | 480.417 |
| Debêntures | 10 | 134.119 | 141.838 |
| Tributos a recolher | 7 | 847 | 720 |
| Provisões | 11 | 35.798 | 29.049 |
| PIS e COFINS diferidos | | 107.638 | 103.608 |
| | | 742.649 | 846.871 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 13 | 1.255.333 | 1.255.333 |
| Prejuízos acumulados | | (239.177) | (314.071) |
| | | 1.016.156 | 941.262 |
| **Total do passivo e do patrimônio líquido** | | **1.917.861** | **1.951.575** |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

manaus

## Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 (Reapresentado) |
|---|---|---|---|
| Receita líquida | 14 | 184.603 | 214.015 |
| Custos da operação | 15 | 2.661 | (22.814) |
| **Lucro bruto** | | **187.264** | **191.201** |
| Receitas (despesas) operacionais | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 15 | (31.939) | (3.726) |
| Outras receitas operacionais | | 11.704 | 13.438 |
| | | **(20.235)** | **9.712** |
| **Resultado antes das despesas e receitas financeiras** | | **167.029** | **200.913** |
| Resultado financeiro | 16 | | |
| Receitas financeiras | | 6.874 | 5.565 |
| Despesas financeiras | | (55.781) | (51.387) |
| | | **(48.907)** | **(45.822)** |
| **Resultado antes dos tributos sobre o lucro** | | **118.122** | **155.091** |
| Imposto de renda e contribuição social | | | |
| Correntes | 12 | (1.859) | (6.036) |
| Diferidos | | (41.369) | (47.513) |
| | | **(43.228)** | **(53.549)** |
| **Lucro líquido do exercício** | | **74.894** | **101.542** |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 250

manaus

## Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 (Reapresentado) |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **74.894** | **101.542** |
| Outros componentes do resultado abrangente | - | - |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **74.894** | **101.542** |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 251

manaus

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | Capital social | Reserva de lucros | | Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Reserva Legal | Retenção de Lucros | | |
| **Em 01 de janeiro de 2018** | | **1.255.333** | **7.291** | **125.465** | **-** | **1.388.089** |
| Adoção do CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018 | | - | - | - | (548.369) | (548.369) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 101.542 | 101.542 |
| Absorção prejuízos | | - | (7.291) | (125.465) | 132.756 | - |
| **Em 31 de dezembro de 2018** (reapresentado) | 13 | **1.255.333** | **-** | **-** | **(314.071)** | **941.261** |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 74.894 | 74.894 |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | 13 | **1.255.333** | **-** | **-** | **(239.177)** | **1.016.156** |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 252

manaus

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|
| **Fluxos de caixa de atividades operacionais** | | | (Reapresentado) |
| Lucro antes imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos | | 118.122 | 155.091 |
| Ajustes de: | | | |
| Remuneração do ativo de contrato de concessão | 8 | (215.014) | (209.268) |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 10 | 55.273 | 65.621 |
| Rendimentos sobre depósitos vinculados | | (1.593) | (1.507) |
| Fair value debentures | 10 | (1.029) | (17.055) |
| Provisão e atualização de contingências | 11 | (24.148) | 2.664 |
| PIS e COFINS diferidos | | 4.029 | 139 |
| Outros | | 102 | (289) |
| Variação do saldo das contas patrimoniais: | | | |
| Contas a receber | | 6.856 | (303) |
| Partes relacionadas | | 339 | (93.491) |
| Tributos a recuperar | | (7.828) | - |
| Ativo de contrato de concessão | 8 | 171.458 | (2.316.109) |
| Ativo financeiro da concessão | | - | 2.482.708 |
| Títulos e valores mobiliários | | (48) | - |
| Fornecedores | | (53.934) | 90.528 |
| Tributos a recolher | | (1.575) | 649 |
| Provisões | 11 | (4.004) | (628) |
| Encargos setoriais | | 884 | (7.045) |
| Outros ativos e passivos | | 5.448 | (5.231) |
| **Caixa líquido gerado nas operações** | | 53.337 | 146.474 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | - | (1.913) |
| Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | | (56.636) | (60.131) |
| Depósitos judiciais | | (96) | (29) |
| **Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais** | | **(3.395)** | **80.400** |
| **Fluxos de caixa de atividades de investimento** | | | |
| Aquisição de intangíveis | | (32) | (92) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | | **(32)** | **(92)** |
| **Fluxos de caixa de atividades de financiamento** | | | |
| Aumento depósitos vinculados | | 2.347 | 1.102 |
| Amortização do principal de empréstimos e debêntures | 10 | (57.419) | (57.727) |
| Captação de empréstimo | 10 | 29.015 | - |
| Pagamento de dividendos | | - | (13.052) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento** | | (26.057) | (69.677) |
| **Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa** | | **(29.484)** | **14.631** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 76.414 | 61.783 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 46.930 | 76.414 |
| **Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa** | | **(29.484)** | **14.631** |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 253

# 1. Contexto operacional

A Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou “Manaus”) é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Brasília - DF.

A Companhia foi constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. Seus acionistas são Evoltz participações S.A. (Evoltz) e Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14 de março de 2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

A Companhia não desenvolveu, no exercício de 31 de dezembro de 2019, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão.

## 1.1. Concessão

A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 010/2008 – ANEEL de 16 de outubro de 2008, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão 500 KV Oriximiná/ Cairiri CD, SE Itacoatiara 500/138 KV e SE Cairiri 500/230 KV, no Anexo 6C do Edital do Leilão 004/08-ANEEL.

A Companhia obterá pela prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, Receita Anual Permitida - RAP de R$162.746 (valor contratual – salvo o montante necessário à cobertura das contribuições sociais relativas ao PIS e COFINS). O valor da RAP é ajustado anualmente, no mês de julho, nos termos do contrato de concessão.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.565 de 21 de junho de 2019, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com período de vigência de julho de 2019 a julho de 2020. Considerando como referência os valores praticados na data do reajuste, o efeito tarifário negativo de 5,82%.

Em 05 de novembro de 2019 a ANEEL se manifestou a favor do pedido de reconsideração interpostos contra a Resolução Homologatória nº 2.556, de 11 de junho de 2019 face as metodologias utilizadas na revisão da RAP nos submódulos 9.1 e 9.2 dos Procedimentos de Revisão Tarifária – PRORET e na Nota Técnica nº 105/2019-SGT/ANEEL, de 7 de junho de 2019 estabelecendo um reposicionamento do efeito tarifário negativo de 8,6% para -5,8%. Referido reposicionamento, diferença entre os percentuais, serão válidos para o próximo ciclo.

As instalações de transmissão da Companhia foram disponibilizadas para operação em 14 de março de 2013.

## 1.2. Aquisição de participação do antigo acionista

Como parte do processo de recuperação judicial do antigo acionista, Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. (“Abengoa Concessãoes”), houve leilão judicial para alienação da participação societária da Manaus; tendo sido proferida decisão de primeira instância adjudicando a proposta da Texas Pacific Group ( “TPG” ), por meio de sua afiliada TSI management LLC, em 18 de dezembro de 2017. Em 30 de maio de 2018, o TPG concluiu a aquisição dos sistemas de transmissão da Abengoa, que totalizam 3.561km, sendo 558Km da Manaus, pagando pelos empreendimentos, R$490,5 milhões após aprovação da ANEEL para a transferência da titularidade da participação nas linhas, com a anuência do BNDES para a substituição da acionista interveniente dos financiamentos relativos aos empreendimentos, além do Banco da Amazônia e dos debenturistas. Após a conclusão da aquisição das linhas de transmissão, a Evoltz Participações S.A., anteriormente denominada Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A. (veículo utilizado pelo TPG no Brasil), passou a deter 50,5% das ações ordinárias da Manaus.



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 254

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo quando indicado de outra forma.

## 2.1. Base de preparação e apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Estas demonstrações financeiras apresentam informações comparativas com o exercício anterior.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de março de 2020.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A Administração avaliou sua capacidade em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza significativa que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

## 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia.

## 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

## 2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

### 2.4.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros.

- **Custo amortizado**

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes.

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, outros ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e depósitos vinculados.

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Esses ativos são mensurados a valor justo e mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Companhia não possui ativos financeiros com estas características.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perdas de crédito esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

c) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

## 2.4.2. Passivos financeiros

a) Classificação e mensuração

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado.

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

b) Desreconhecimento de passivo financeiro

A Companhia baixa o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contrapartida paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado.

### 2.4.3. Compensação de saldos

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## 2.5. Ativo de concessão

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Manaus regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho, e as contraprestações são classificadas como um Ativo de contrato de concessão. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do contrato e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o Ativo de contrato de concessão reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do Ativo de contrato de concessão, utilizando a taxa de desconto definida no início do contrato.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

## 2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada ("constructive obligation"), como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

## 2.7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social são mensurados pelo regime de lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, também de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

## 2.8. Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias, sendo estas classificadas no patrimônio líquido.

## 2.9. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício pela quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

## 2.10. Dividendos

Os dividendos aprovados são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras do exercício, com base no estatuto social da Companhia e deliberações tomadas pelos acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que estes são devidamente aprovados pelos acionistas.

## 2.11. Reconhecimento de receita

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. A referida norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.

- **Receita de infraestrutura** - Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente).

  A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- **Remuneração dos ativos de concessão -** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

- **Receita de operação e manutenção** - Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

## 2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2), Arrendamentos, com base no método retrospectivo modificado, em vigor para períodos anuais iniciados em 1° de janeiro de 2019 ou após esta data.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

### CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, que passam a reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento, que é mensurado pelo valor presente das parcelas de aluguel a pagar. O ativo de direito de uso reconhecido é depreciado pelo prazo do contrato de arrendamento em contrapartida a um passivo de arrendamento sujeito à incidência de juros, que são calculados com base na taxa de desconto que foi utilizada para o cálculo do valor presente inicialmente registrado para esse passivo. Assim, a antiga despesa de arrendamento passa a ser contabilizada como despesa de juros do passivo de arrendamento e despesa de depreciação do ativo de direito de uso constituído.

O CPC 06 (R2) define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06(R2) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. A administração concluiu a avaliação e nenhum impacto foi contabilizado nas demonstrações financeiras da Companhia.

Isenção de reconhecimento (CPC 06 (R2) – itens B3 a B8): o arrendatário pode optar por não aplicar em: arrendamentos de curto prazo; e arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

### ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia concluiu a avaliação, e com base em seu estudo de conformidade tributária, concluiu que é provável que seus tratamentos fiscais serão aceitos pelas autoridades fiscais e que nenhuma posição adotada sofreu alteração quanto ao julgamento de probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e que podem estar sujeitas a mudanças no futuro. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### CPC 32 – Tributos sobre o lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia (Brasil) atua não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

**CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos**

As alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos gerais qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

A entidade deverá aplicar estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade adota-las pela primeira vez. A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Como a prática atual da Companhia está alinhada a estas alterações, não houve nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras em questão.

## 2.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

**CPC 11 – Contratos de seguro**: As alterações abordam preocupações decorrentes da implementação da nova norma de instrumentos financeiros, CPC 48, antes de implementar a IFRS 17 Contratos de Seguros (ainda não promulgada pelo CPC), que substitui o CPC 11. As alterações introduzem duas opções para entidades que emitem contratos de seguro: uma isenção temporária da aplicação do CPC 48 e uma abordagem de sobreposição. Estas alterações não são aplicáveis a Companhia.

**Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

**Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies,Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 2.15. Reapresentação

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo "NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", impactando o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado do exercício e as demonstrações de mutações do patrimônio líquido, relativas as demonstrações financeiras originalmente emitidas em 29 de março de 2019.

(i) A companhia reavaliou os impostos derivados da adoção do CPC 47 e identificou a divergência no montante de R$ 30.389 referente a mudança de base de cálculo impactando o patrimônio líquido. Adicionalmente, foi identificado o ajuste de R$ 16.216 referente a diferenças temporárias e prejuízos fiscais, com impacto no resultado da Companhia.

(ii) A Companhia reavaliou o entendimento de *fairvalue* na debentures junto ao BASA e concluiu com base nos pronunciamentos CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamental e CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, que as mesas não estão sujeitas aos efeitos contábeis de subvenção governamental e ao AVP, ocasionando a reversão do *fair value* anteriormente contabilizado no montante de R$ 17.055.

(iii) Reclassificações efetuadas entre passivos circulante e não circulante.

| | Apresentado | Ajuste | Reapresentado |
|---|---|---|---|
| Ativo | | | |
| Ativo Circulante | 276.663 | - | 276.663 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (i) | 223.465 | 14.174 | 237.639 |
| Outros ativos não-Circulante | 1.437.272 | - | 1.437.272 |
| **Total do Ativo** | **1.937.401** | **14.174** | **1.951.575** |
| Passivo | | | |
| Empréstimos e financiamento (iii) | 57.233 | (3.045) | 54.188 |
| Debêntures (ii) | 23.952 | (6.464) | 17.488 |
| PIS e COFINS diferido | 7.249 | (7.249) | - |
| Outros passivos circulante | 91.766 | - | 91.766 |
| Empréstimos e financiamento (iii) | 477.372 | 3.045 | 480.417 |
| Debêntures (ii) | 152.429 | (10.591) | 141.838 |
| PIS e COFINS diferido (iii) | 96.359 | 7.249 | 103.608 |
| Outros passivos Não-Circulante | 121.007 | - | 121.008 |
| Patrimônio Líquido | 910.033 | 31.229 | 941.262 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **1.937.401** | **14.174** | **1.951.575** |

O impacto nas demonstrações de resultado está demonstrado a seguir:

| Operações continuadas | **31/12/2018** (Apresentado) | **Ajustes** | **31/12/2018** (Reapresentado) |
|---|---|---|---|
| Lucro bruto | **191.201** | **-** | **191.201** |
| Receitas (despesas) operacionais | **9.712** | **-** | **9.712** |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | **200.913** | **-** | **200.913** |
| Resultado financeiro | | | |
| Receitas financeiras | 5.565 | - | 5.565 |
| Despesas financeiras (ii) | (68.442) | 17.055 | (51.387) |
| | **(62.877)** | **17.055** | **(45.822)** |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | **138.036** | **17.055** | **155.091** |
| Imposto de renda e contribuição social | | | |
| Correntes | (6.036) | - | (6.036) |
| Diferidos (i) | (31.297) | (16.216) | (47.513) |
| Imposto de renda e contribuição social | **(37.333)** | **(16.216)** | **(53.549)** |
| Lucro líquido do exercício | **100.703** | **839** | **101.542** |
| Resultado básico e diluído por ação | 0,080 | 0,001 | 0,081 |



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 265

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

| | Impacto da adoção do CPC 47 | | Impacto da adoção do CPC 47 |
|---|---|---|---|
| **Prejuízos acumulados** | (Apresentado) | Ajustes | (Reapresentado) |
| Ativo de contrato | 1.516.420 | - | 1.516.420 |
| Impostos diferidos (i) | (387.530) | (30.389) | (417.919) |
| **Impacto em 1º de janeiro de 2018** | **1.128.890** | **(30.389)** | **1.098.501** |

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC47 no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2018, não ocorrendo impacto na demonstração do resultado do exercício na mesma data

| **Balanço Patrimonial** | Impactos da adoção do CPC 47 | | Impactos da adoção do CPC 47 |
|---|---|---|---|
| **Ativo** | Apresentado | Ajustes | Reapresentado |
| Ativo de contrato de concessão | 1.516.420 | - | 1.516.420 |
| IR e CS diferidos (i) | 298.148 | 30.389 | 328.538 |
| Ativos não impactados | 138.810 | - | 138.810 |
| **Total do Ativo** | **1.953.378** | **30.389** | **1.983.768** |
| **Passivo** | | | |
| PIS e COFINS diferidos | 103.469 | - | 103.469 |
| IR e CS diferidos | 40.748 | - | 40.748 |
| Passivos não impactados | 999.830 | - | 999.830 |
| **Total do Passivo** | **1.144.047** | **-** | **1.144.047** |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Capital Social | 1.255.333 | - | 1.255.333 |
| Reserva de lucros/ Prejuízos acumulados (i) | (446.002) | 30.389 | (415.613) |
| **Total do Patrimônio Líquido** | **809.331** | **30.389** | **839.720** |

## Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O impacto nas demonstrações de mutações do patrimônio Líquido está demonstrado a seguir:

| | | Reserva de lucros | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Reserva legal | Retenção de lucros | Prejuizos Acumulados | Total Patrimônio líquido |
| **Em 31 de dezembro de 2017** | **1.255.333** | **7.291** | **125.465** | **-** | **1.388.089** |
| Adoção CPC 47, efeito em 1o de janeiro de 2018 (i) | | | | (578.758) | (578.758) |
| Lucro líquido do exercício (i) / (ii) | | | | 100.703 | 100.703 |
| Absorção de prejuízos | | (7.291) | (125.465) | 132.756 | - |
| **Em 31 de dezembro de 2018 (Apresentada)** | **1.255.333** | **-** | **-** | **(345.300)** | **910.033** |
| Adoção CPC 47, efeito em 1o de janeiro de 2018 | | | | 30.389 | 30.389 |
| Lucro líquido do exercício | | | | 839 | 839 |
| **Em 31 de dezembro de 2018 (Ajuste)** | **-** | **-** | **-** | **31.228** | **31.228** |
| Adoção CPC 47, efeito em 1o de janeiro de 2018 | | | | (548.369) | (548.369) |
| Lucro líquido do exercício | | | | 101.542 | 101.542 |
| Absorção de prejuízos | | (7.291) | (125.465) | 132.756 | - |
| **Em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentada)** | **1.255.333** | **-** | **-** | **(314.071)** | **941.261** |

Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 267

## 2.16. Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia adotou os novos pronunciamentos e interpretações revisadas pelo CPC com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, que são:

### 2.16.1. CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes

A Companhia adotou a CPC 47 usando o método retrospectivo modificado, não reproduzindo os efeitos deste CPC para o exercício comparativo de 2017, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Os ajustes dos saldos contábeis em função da adoção inicial foram registrados em reserva de retenção de lucros.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. A referida norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis e que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho.

Como consequência da aplicação do CPC 47, as Contas a receber de Implementação da Infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro da concessão, e cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018 R$2.482.708 passa a ser classificado como ativo de contrato de concessão, no montante de R$1.516.420. A diferença dos critérios de mensuração, no montante de R$966.288 foi contabilizada diretamente em prejuízos acumulados.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 sobre prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2018:

| | Ref. | Impacto da adoção do CPC 47 |
|---|---|---|
| **Prejuízos acumulados** | | (Reapresentado) |
| Ativo de contrato | (a) | 1.516.420 |
| Impostos diferidos | (b) | (417.919) |
| **Impacto em 1º de janeiro de 2018** | | **1.098.501** |



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 268

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC47 no balanço patrimonial e demonstração de resultado da Companhia em 1º de janeiro de 2018, em cada uma das linhas afetadas, como demonstrado a seguir:

| Balanço Patrimonial | 31.12.2017 | Ref. | Impactos da adoção do CPC 47 | 01.01.2018 |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | (Reapresentado) | (Reapresentado) |
| Ativo contratual da concessão | - | (a) | 1.516.420 | 1.516.420 |
| Ativo financeiro da concessão | 2.482.708 | (a) | (2.482.708) | - |
| IR e CS diferidos | - | | 328.538 | 328.538 |
| Ativos não impactados | 138.810 | | - | 138.810 |
| **Total do Ativo** | **2.621.518** | | **(637.750)** | **1.983.768** |
| | | | | |
| **Passivo** | | | | |
| PIS e COFINS diferidos | 192.851 | (b) | (89.382) | 103.469 |
| IR e CS diferidos | 40.748 | (b) | - | 40.748 |
| Passivos não impactados | 999.830 | | - | 999.830 |
| **Total do Passivo** | **1.233.429** | | **(89.382)** | **1.144.047** |
| | | | | |
| **Patrimônio Líquido** | | | | |
| Reserva de lucros | 1.255.333 | | - | 1.255.333 |
| Capital social | 132.756 | (c) | (548.369) | (415.613) |
| **Total do Patrimônio Líquido** | **1.388.089** | | **(548.369)** | **839.720** |

(a) Implementação do CPC47, que define o ativo financeiro da concessão como ativo contratual da concessão, conforme descrito na Nota 8.2;

(b) Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual da concessão;

(c) Efeito dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido, diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas, julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia consideradas as mais críticas na elaboração destas demonstrações financeiras estão contempladas a seguir:

## 3.1. Ativo de contrato de concessão

No contrato de concessão da Companhia estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: i) a obrigação de constituição da infraestrutura que será objeto da concessão por 30 anos, ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão e ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O Ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a primeira obrigação, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim a Companhia faz jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto, mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento.

O valor do Ativo de contrato de concessão das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do Ativo de contrato de concessão da concessão são as seguintes:

- **Ativo de contrato de concessão indenizável** - a Companhia reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como Ativo de contrato de concessão, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o valor contábil.
- **Ativo de contrato de concessão amortizável pela RAP** – as adições decorrentes das ampliações, reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de contrato de concessão.
- **Remuneração do ativo de contrato de concessão** – a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras, a título de receita operacional, valor de remuneração calculado pela taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do Ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do início do contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do Ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

- **Determinação das receitas de infraestrutura** - Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

- **Receita de operação e manutenção** - a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras receita de operação e manutenção (O&M) pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

## 3.2. Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 3.3 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Caixa | | |
| Recursos em conta corrente | 76 | 105 |
| Aplicações financeiras (i) | 46.854 | 76.309 |
| | **46.930** | **76.414** |

(i) Referem-se a certificados de depósitos bancários remuneradas por uma taxa média de 80,69% do CDI, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5. Contas a Receber

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Concessionárias e permissionárias | 18.124 | 21.060 |
| Compartilhamento de Instalações | 879 | 130 |
| Provisão de PVI (i) | (4.669) | - |
| | **14.334** | **21.190** |

(i) Refere-se a provisão da parcela variável por indisponibilidade da linha de transmissão incorrida no exercício de 2019.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| A vencer | 13.144 | 17.764 |
| Vencidos até 90 dias | 121 | 2.719 |
| Vencidos mais de 90 dias | 1.069 | 707 |
| | **14.334** | **21.190** |

A Administração entende que não é necessário o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois o CUST celebrando entre a Companhia e o ONS garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia – CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

## 6. Partes relacionadas

a) Transações e saldos

| | 31/12/2019 | | |
|---|---|---|---|
| | Contas a receber | Contas a Pagar | Receita de Transmissão |
| Circulante | | | |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. | 5 | - | 5 |
| | **5** | **-** | **5** |



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 272

| | 31/12/2018 | | |
|---|---|---|---|
| | Contas a receber | Contas a Pagar | Receita de Transmissão |
| Circulante | | | |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (i) (ii) | 734 | 1.067 | 5.905 |
| Companhia Hidroelétrica do São Francisco S.A. (i) | 677 | - | 6.775 |
| | **1.411** | **1.067** | **12.680** |

(i) Contas a receber: Refere-se as contas a receber provenientes pela transmissão de energia elétrica.

(ii) Contas a pagar: Refere-se a serviços e engenharia prestados pela Eletronorte.

As transações com partes relacionadas são decorrentes de operações normais da Companhia, não se constituindo como empréstimos ou transações não usuais. Sobre os saldos em aberto não há incidência de juros e atualização monetária.

Em 18 de dezembro de 2018 os acionistas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. ("Eletronorte") e Companhia Hidroelétrica do São Francisco S.A. ("Chesf") transferiram suas ações por dação em pagamento à Centrais Elétricas Brasileiras S.A, passando esta a deter 49,5% das ações da Manaus. Devido a mudança de controle acionário a Eletronorte e a Chesf deixaram de ser Partes relacionadas.

b) Remuneração do membros-chave da Administração

O membros-chave da Administração inclui os conselheiros. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Salários e honorários | 121 | 126 |
| Encargos sociais | 24 | 23 |
| | **145** | **149** |

## 7. Tributos

a) A Recuperar

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Saldo Negativo (i) | 10.178 | 2.434 |
| PERT | - | 3.421 |
| PIS e COFINS | 1.490 | - |
| Outros tributos a recuperar | 3.896 | 1.881 |
| | **15.564** | **7.736** |

(i) A variação refere-se substancialmente a reclassificação do saldo de PERT a recuperar no montante de R$ 3.421, R$ 2.475 referente a constituição de créditos de IRPJ e R$ 2.546 de atualização de impostos.



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 273

a) A recolher

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Circulante | | |
| ICMS diferencial a recolher | 1.131 | 1.103 |
| PIS e COFINS | - | 253 |
| Instituto nacional do seguro social – INSS | 753 | 413 |
| IPTU | 18 | - |
| Outros impostos | 245 | 221 |
| | **2.147** | **1.990** |
| Não circulante | | |
| IPTU | 847 | 720 |
| | **847** | **720** |

## 8. Ativo de contrato de concessão

Abaixo a movimentação do ativo de contrato da Companhia no período de 2019:

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | **1.557.604** |
| Remuneração do ativo de contrato | 215.014 |
| Amortização do ativo de contrato | (171.458) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **1.601.160** |
| | |
| Circulante | 165.058 |
| Não circulante | 1.436.102 |

### Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, mencionado na nota explicativa 1:

- **Receita Anual Permitida - RAP** - A prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

- **Faturamento da receita de operação, manutenção e construção** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.

- **Parcela variável** - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês.



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 274

Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

- **Ativo de contrato de concessão indenizável** - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

- **Renovação ou rescisão** - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

- **Aspectos ambientais** - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.

- **Descumprimento de penalidades** - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público.

  O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

- **PIS e COFINS diferidos** – Refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e do COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 – Receita de contrato com clientes. Em 31 de dezembro de 2019 o PIS diferido totalizava o montante R$19.200 (R$17.379 em 31 de dezembro de 2018) e o COFINS diferido no montante de R$88.437 (R$80.047 em 31 de dezembro de 2018)

## 9. Fornecedores

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Serviços (i) | 73.162 | 126.642 |
| Material | 575 | 785 |
| Outros | 38 | 282 |
| | **73.775** | **127.709** |
| | | |
| Circulante (i) | 41.033 | 36.470 |
| Não circulante (i) | 32.742 | 91.239 |

(i) O montante refere-se basicamente aos acordos judiciais efetuados em agosto e setembro de 2019 pagos nos montantes de R$47.500 e R$5.500 para Andrade Gutierrez e Só Galpão, respectivamente. Adicionalmente, o montante classificado como não circulante refere-se a parcela a vencer em 2020 junto à Manaus construtora de serviços prestados no montante de R$32.742 conforme SPA assinado entre a Companhia e a vendedora Abengoa Concessões.



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 276

Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 277

## 10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

### 10.1. Composição

| Agente financeiro | Modalidade | Taxa anual de juros | Vencimento | Moeda | Empréstimo liberado | 31/12/2019 Circulante | 31/12/2019 Não Circulante | 31/12/2019 Total | 31/12/2018 (Reapresentado) Circulante | 31/12/2018 (Reapresentado) Não circulante | 31/12/2018 (Reapresentado) Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BNDES | Abertura de crédito | TJLP + 2,91% a.a. | 15/12/2026 | R$ | 401.000 | 33.233 | 194.768 | 228.001 | 39.745 | 252.087 | 291.832 |
| BASA | CCB | 10% a.a. | 10/07/2031 | R$ | 150.000 | 22.379 | 236.738 | 259.117 | 14.443 | 228.330 | 242.773 |
| BASA | Debêntures | Spread 1,65% a.a. | 15/02/2029 | R$ | 250.000 | 12.883 | 134.119 | 147.002 | 17.488 | 141.838 | 159.326 |
| ITAÚ | CCB | 100% CDI + 1,45% | 21/12/2020 | R$ | 29.000 | 29.015 | - | 29.015 | - | - | - |
| | | | | | | **97.510** | **565.625** | **663.135** | **71.676** | **622.255** | **693.931** |

Debêntures - BASA

Em 6 de fevereiro e 26 de julho de 2012 foram emitidas a primeira e a segunda série, respectivamente, de debêntures privadas para o BASA de R$75.000 no valor nominal de R$1,00 cada uma, totalizando R$75.000 cada uma. As debêntures são conversíveis em ações a serem subscritas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, como garantia real e fidejussória, cujo vencimento se dará em 15 de fevereiro de 2029, ocasião em que a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das debêntures que ainda estejam em circulação pelo valor nominal atualizado, acrescido da remuneração.

A critério da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, do montante total das debêntures subscritas, poderão ser convertidas em ações, com ou sem direito a voto, até o limite de 50% do montante subscrito.

Abaixo segue movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Saldo inicial | 534.605 | 593.831 |
| Captação | 29.015 | - |
| Juros provisionados | 49.245 | 42.183 |
| Amortização de juros | (48.688) | (53.056) |
| Amortização de principal | (48.044) | (48.353) |
| Saldo final | **516.133** | **534.605** |

Abaixo segue movimentação das debêntures em 31 de dezembro de 2019:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Saldo inicial | 159.326 | 169.393 |
| Juros provisionados | 6.028 | 23.438 |
| *Fair value* | (1.029) | (17.055) |
| Amortização de juros | (7.948) | (7.075) |
| Amortização de principal | (9.375) | (9.375) |
| Saldo final | **147.002** | **159.326** |

As parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures têm vencimento nos seguintes anos:

| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | Após 2025 | Total não circulante |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| BNDES | 32.461 | 32.461 | 32.461 | 32.461 | 32.461 | 32.462 | 194.768 |
| BASA | 9.375 | 9.375 | 9.375 | 9.375 | 9.375 | 189.864 | 236.739 |
| Debêntures | 15.600 | 15.600 | 15.600 | 15.600 | 15.600 | 56.119 | 134.119 |
| | **57.436** | **57.436** | **57.436** | **57.436** | **57.436** | **278.445** | **565.625** |

## 10.2. Garantias concedidas

- Penhor de 100% das ações ordinárias nominativas da Companhia.
- Constituição da Conta Reserva de Serviço da Dívida junto ao BASA.
- A Companhia está obrigada a transitar, mensalmente, pela conta corrente no BASA, os valores oriundos da vinculação da receita decorrente do Contrato de Concessão nº 010/08.
- Cessão fiduciária de Direitos Creditórios emergentes da Concessão.

## 10.3. Cláusulas restritivas ("covenants")

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras, incluindo o cumprimento de determinados índices financeiros apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos, financiamentos e debentures vigentes foram cumpridas.



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 278

## 10.4. Depósitos vinculados

A Companhia possui contas reservas vinculadas as obrigações contratuais dos empréstimos, financiamentos e debêntures, cuja remuneração está baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

## 11. Provisões

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Ambientais | 22.083 | 25.812 |
| Sobressalentes | 19.349 | 19.473 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 4.901 | 29.049 |
| Outras provisões | 1.849 | 2.000 |
| | **48.182** | **76.334** |
| | | |
| Circulante | 12.384 | 47.285 |
| Não circulante | 35.798 | 29.049 |

### Provisões ambientais

Referem-se a provisão de contratação de serviços para atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental. Entre os principais destacam-se programas de fauna, educação ambiental, comunicação social, diagnóstico socioambiental, gestão ambiental, reposição florestal, compensação ambiental, dentre outros.

### Sobressalentes

Referem-se provisão para aquisição de materiais e peças sobressalentes para formação de reserva técnica para possíveis reposições.

### Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza regulatória, trabalhista, cível e tributário, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia consubstanciada na avaliação do departamento jurídico interno e na opinião de seus assessores jurídicos externos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 279

As provisões referem-se a substancialmente a processos trabalhistas relacionadas à rescisões de funcionários, reclamantes de horas extras e multas de FGTS.

a) Movimentação das provisões

| | Ambientais | Sobressalentes | Trabalhista,Cível e regulatório | Outras provisões | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2017** | **26.440** | **19.473** | **26.370** | **2.015** | **74.298** |
| Adições | - | - | 4.030 | - | 4.030 |
| Atualizações | - | - | 1.026 | - | 1.026 |
| Pagamentos | (628) | - | (2.377) | (15) | (3.020) |
| **Em 31 de dezembro de 2018** | **25.812** | **19.473** | **29.049** | **2.000** | **76.334** |
| Adições | - | - | 7.856 | - | 7.856 |
| Reversões (i) | - | - | (32.173) | - | (32.173) |
| Atualizações | - | - | 169 | - | 169 |
| Pagamentos | (3.729) | (124) | - | (151) | (4.004) |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **22.083** | **19.349** | **4.901** | **1.849** | **48.182** |

(i) O montante refere-se substancialmente a reversão de duas causas regulatórias referentes a discussões sobre descontos na RAP. No primeiro trimestre de 2019 ocorreram desdobramentos favoráveis à Companhia, alterando seu prognóstico de perda de provável para remoto. Consubstanciada em opinião de advogados externos, a Companhia efetuou a reversão destes saldos em 31 de março de 2019.

b) Passivos Contingentes

A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, para as quais não há provisão constituída em 31 de dezembro de 2019, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Cíveis (i) | 18.151 | 96.909 |
| Fundiário | 8.322 | - |
| Tributários (ii) | 9.815 | 19.772 |
| Trabalhistas | 736 | 101 |
| | **37.024** | **116.782** |

(i) Referem-se, principalmente, ações de fornecedores contra a Companhia onde são pleiteados o pagamento de prejuízos sofridos em contrato de empreitada assinado entre as partes decorrentes de descumprimento contratual e cobrança de títulos, dentre outros.

(ii) Refere-se aos autos de infração impetrados pela SRF de cobrança de PIS/COFINS apurados ao longo do ano 2010 e de manifestação de inconformidade contra despacho decisório que deixou de reconhecer o direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário 2010.



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 280

C) Garantias judiciais e fianças

| Seguradora | Ramo | Apólice nº | Vigência | Importância segurada | Prêmio |
|---|---|---|---|---|---|
| Eccount | Carta Fiança AG | A1-2018/1657-8 | Jun/2018 a Jun/2020 | 29.276 | 1.185 |
| Eccount | Carta Fiança M.RAP | A1-2018/1688-9 | Jul/2018 a Jul/2023 | 15.408 | 1.563 |
| Swiss RE | Carta Fiança IPTU | 51750013377-00 | Jan/2019 a Jan/2021 | 789.516 | 5.534 |
| Swiss RE | Carta Fiança PVI | 5175001456-00 | Ago/2019 a Ago/2024 | 6.624.731 | 132.639 |

O departamento jurídico da Companhia mantém acompanhamento constante dos mesmos. Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes.

## 12. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas | 404.324 | 216.170 |
| IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa | (208.155) | 21.469 |
| | **196.169** | **237.639** |

b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 (Reapresentado) |
|---|---|---|
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 118.122 | 155.091 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação | (40.161) | (52.731) |
| Reversão provisão de IRPJ | 3.246 | - |
| Outras exclusões | (6.313) | (818) |
| **Imposto de renda e contribuição social** | **(43.228)** | **(53.549)** |
| | | |
| Correntes | (1.859) | (6.036) |
| Diferidos | (41.369) | (47.513) |
| | **(43.228)** | **(53.549)** |

## 13. Patrimônio liquido

### 13.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social é representado por 1.255.333.123 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

| Acionistas | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
|---|---|---|---|---|
| | Quantidade de ações | Participação % | Quantidade de ações | Participação % |
| Evoltz participações S.A. | 633.943.227 | 50,5% | 633.943.227 | 50,5% |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras | 621.389.896 | 49,5% | 621.389.896 | 49,5% |
| | **1.255.333.123** | **100,0%** | **1.255.333.123** | **100,0%** |



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 281

## 14.Receita líquida

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Receita bruta: | | |
| Remuneração do ativo contratual da concessão | 215.014 | 209.269 |
| Receita de operação e manutenção | 22.807 | 22.358 |
| Outras receitas | - | 3.542 |
| | **237.821** | **235.169** |
| Deduções da receita: | | |
| Impostos sobre serviços (PIS e COFINS) | (20.714) | (21.322) |
| Encargos setoriais (i) | (8.187) | 168 |
| Outros (ii) | (24.317) | - |
| | **(53.218)** | **(21.154)** |
| **Receita líquida** | **184.603** | **214.015** |

(i) A Companhia efetuou a reversão de provisão de encargos setoriais referentes a anos anteriores no montante de R$ 9.260

(ii) Refere-se basicamente a diferença entre a amortização do ativo de contrato e o recebimento (AVC) em R$ 15 milhões. Adicionalmente, a Companhia provisionou R$ 4 milhões de perda por indisponibilidade incorridas em 2019 demonstrada na NE 5 e R$ 5 milhões referente à compra de equipamentos vinculados à concessão.

## 15. Custos e despesas

| | Custos | | Despesas | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 (reapresentado) | 31/12/2019 | 31/12/2018 (reapresentado) |
| Pessoal | - | - | (1.565) | (1.503) |
| Serviços de terceiros (i) | (20.738) | (15.202) | (3.923) | (982) |
| Contingências (ii) | 26.810 | (2.679) | (26.246) | - |
| Impostos e taxas (iii) | (664) | (3.852) | 1.221 | (563) |
| Seguros | (1.008) | (1.065) | (1.234) | (554) |
| Outras despesas | (1.739) | (16) | (192) | (124) |
| | **2.661** | **(22.814)** | **(31.939)** | **(3.726)** |

(i) Refere-se ao Incremento em função do acréscimo dos impostos (“gross up”) sobre o saldo remanescente a pagar a Manaus construtora pelos serviços prestados conforme SPA assinado entre a Companhia e a vendedora Abengoa Concessões.

(ii) O montante reconhecido como custo, trata-se de reversão de contingência regulatória em função de mudança da probabilidade de perda de provável para possível. Em despesa, o montante refere-se substancialmente aos acordos de contingências cíveis firmados em 2019 com prestadores de serviços onde destacam-se, basicamente: (i) Só Galpão em R$ 5 milhões, Andrade Gutierrez em R$ 12 milhões e Biodinâmica em R$ 3 milhões.

(iii) Refere-se a constituição de créditos fiscais e atualização dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia registrou baixa de créditos fiscais em função do prazo do prescricional referente ao ano 2013, no montante de R$ 3.781.



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 282

## 16. Resultado financeiro

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Receitas financeiras: | | (Reapresentado) |
| Rendimentos de aplicações financeiras e depósitos vinculados | 2.100 | 3.924 |
| Depósitos vinculados | 1.593 | 1.507 |
| Outras receitas (i) | 3.181 | 134 |
| | **6.874** | **5.565** |
| Despesas financeiras: | | |
| Juros sobre empréstimos e debêntures | (55.273) | (65.621) |
| Fair value das debêntures | 1.029 | 17.055 |
| Juros e multas | (544) | (2.549) |
| Outras despesas | (993) | (272) |
| | **(55.781)** | **(51.387)** |
| Resultado financeiro | **(48.907)** | **(45.822)** |

(i) Refere-se basicamente a atualização sobre o saldo negativo de IR e CS ajustados no exercício de 2019 no montante de R$ 3 milhões.

## 17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### 17.1. Gestão de riscos

As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por projeto, área e sociedade.

As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Riscos de mercado

É o risco de alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- **Risco de taxa de juros** – Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2019, o perfil dos passivos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

| | 31/12/2019 |
|---|---|
| Empréstimos e financiamentos – CDI | 29.015 |
| Empréstimos e financiamentos – TJLP | 487.118 |
| Debêntures - IPCA | 147.002 |
| | **663.135** |



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 283

Risco de inflação - A receita da Companhia atuando no segmento de transmissão é atualizada anualmente por índices de inflação- IPCA. Em caso de deflação, a concessionária terá suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação a concessionária poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e com isso incorrer em impactos nos resultados.

b) Riscos de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito relacionados aos investimentos são considerados limitados, pois as contrapartes são instituições financeiras de 1ª linha e dívida pública de alto nível de qualificação de crédito assim como política estabelecida de limites máximos a investir ou contratar com revisão periódica dos mesmos.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão A Administração entende que há riscos mínimos de crédito em relação aos seus clientes, pois o Contrato de Uso Sistema de Transmissão – CUST, celebrado entre a Companhia e o ONS, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia – CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

c) Risco de liquidez

É o risco de cumprir suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros.

Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como empréstimos, financiamentos e debêntures, estão divulgados na nota 10. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses.
A Companhia tem empréstimos e financiamentos bancários que contêm cláusulas restritivas. O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia liquide tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxo de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures vigentes foram cumpridas.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia:

| | | 31/12/2019 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Até 6 meses | De 6 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Após 5 anos | Total |
| Fornecedores | 9 | 16.191 | 24.842 | 20.455 | 12.287 | 73.775 |
| Empréstimos e financiamentos e debêntures | 10 | 51.623 | 45.887 | 286.174 | 279.451 | 663.135 |
| | | **67.814** | **70.729** | **306.629** | **291.738** | **736.910** |



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 284

| | Nota | 31/12/2018 Até 6 meses | De 6 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Após 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Partes relacionadas | 6 | 1.067 | - | - | - | 1.067 |
| Fornecedores | 9 | 3.724 | 32.746 | 91.239 | - | 127.709 |
| Empréstimos e financiamentos e debêntures | 10 | 19.743 | 51.933 | 352.265 | 269.990 | 693.931 |
| | | **24.534** | **84.679** | **443.504** | **269.990** | **822.707** |

## 17.2. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros

As análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do exercício.

- Cenário II – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável.

- Cenário III – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável.

A Administração entende que o cenário provável em 31 de dezembro de 2019 para a TJLP é de 5,09%, CDI é de 4,25% e o IPCA é de 3,50% conforme expectativa de mercado.

| | Taxa | Valor exposto 31/12/2019 | Cenário provável | Cenário II | Cenário III |
|---|---|---|---|---|---|
| Empréstimos e financiamentos – TJLP | 5,09% | 487.118 | 24.794 | 121.780 | 243.559 |
| Notas promissórias – CDI | 4,25% | 29.015 | 1.233 | 7.254 | 14.508 |
| Debêntures– IPCA | 3,5% | 147.002 | 5.145 | 36.751 | 73.501 |
| Efeito esperado no resultado do exercício e no patrimônio líquido | | **663.135** | **31.173s** | **165.784** | **331.568** |

Fonte: A TJLP utilizada foi a fixada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. O IPCA e CDI Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 27 de janeiro de 2020.

## 17.3. Instrumentos financeiros por categoria

| | Nota | 31/12/2019 Valor justo por meio do resultado | Custo amortizado | 31/12/2018 Valor justo por meio do resultado | Custo amortizado |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros:** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 46.930 | - | 76.414 | - |
| Títulos e valores mobiliários | | 48 | - | - | - |
| Contas a receber | 5 | - | 14.334 | - | 21.190 |
| Partes relacionadas | 6 | - | 5 | - | 1.411 |
| Depósitos vinculados | 10 | 37.453 | - | 38.207 | - |
| | | **84.431** | **14.339** | **114.621** | **22.601** |



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 285

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivos financeiros:** | | | | | |
| Fornecedores | 9 | - | 73.775 | - | 127.709 |
| Empréstimos e financiamentos e debêntures | 10 | - | 663.135 | - | 710.986 |
| Partes relacionadas | 6 | - | - | - | 1.067 |
| | | **-** | **736.910** | **-** | **839.762** |

## 17.4. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados adotados no mercado (ou seja, inserções não observáveis).

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

| Ativos financeiros | Nível | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 2 | 46.930 | 76.414 |
| Títulos e valores mobiliários | 2 | 48 | - |
| Depósitos vinculados | 2 | 37.453 | 38.207 |

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não houve transferências de nível no exercício.
A Administração da Companhia entende que os valores justos de seus ativos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

# 18. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

| Seguradora | Ramo | Apólice nº | Vigência | Importância segurada | Prêmio |
|---|---|---|---|---|---|
| Tokio Marine | Risco operacional | 80.001809 | Dez/2019 a Dez/2020 | 15.000 | 15.413 |
| Sompo Seguros | Responsabilidade civil | 9600000001369 | Jan/2019 a Jan/2020 | 286.000 | 964.146 |
| Swiss RE | Seguro D&O | 511.010000-63 | Mai/2019 a Mai/2020 | 2.315.000 | 77.992 |



Demonstração Financeira MTE (0269399) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 286

**Demonstrações Contábeis Regulatórias**
**Manaus Transmissora de Energia S.A.**
31 de dezembro de 2019 e 2018
Com relatório dos auditores independentes

**Manaus Transmissora de Energia S.A.**
CNPJ no 09.584.854/0001-37

## Índice das demonstrações contábeis regulatórias


Balanços patrimoniais .....5
Demonstrações do resultado dos exercícios .....6
Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios .....7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios .....8
Demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios .....9

1. Contexto operacional ..... 10

3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias ..... 11

4. Principais Práticas Contábeis Regulatórias ..... 12

5. Caixa e equivalentes de caixa ..... 13

6. Concessionárias e permissionárias ..... 14

7. Partes relacionadas ..... 14

8. Imobilizado ..... 15

9. Intangível ..... 19

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures ..... 20

11. Provisões ..... 21

12. Patrimônio líquido ..... 23

13. Pessoal e Administradores ..... 23

14. Resultado financeiro ..... 23

15. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário ..... 23

16. Seguros ..... 29

17. Eventos subsequentes ..... 29

Building a better working world

**Centro Empresarial PB 370**
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
**Manaus Transmissora de Energia S.A.**
Rio de Janeiro – RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Manaus Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

**Outros assuntos**

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 03 de março de 2020.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

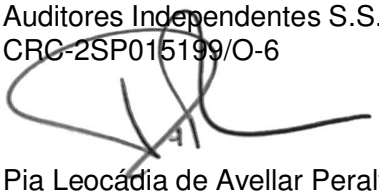
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contador CRC-1RJ101080/O-0

**Manaus Transmissora de Energia S.A.**
CNPJ no 09.584.854/0001-37

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

| Ativo | Notas | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 46.930 | 76.414 |
| Títulos e valores mobiliários | | 48 | - |
| Concessionárias e permissionárias | 6 | 14.334 | 21.190 |
| Partes relacionadas | 7 | 5 | 1.411 |
| Tributos a recuperar | | 15.564 | 7.736 |
| Outros ativos circulantes | | 5.111 | 10.414 |
| | | **81.992** | **117.165** |
| Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Depósitos vinculados | | 37.453 | 38.207 |
| Depósitos judiciais | | 964 | 868 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 131.461 | 190.184 |
| Imobilizado | 8 | 1.778.095 | 1.839.847 |
| Intangível | 9 | 2.925 | 2.850 |
| | | **2.002.356** | **2.071.956** |
| **Total do Ativo** | | **2.032.890** | **2.189.121** |
| Passivo e Patrimônio líquido | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | | 41.033 | 36.470 |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | 84.627 | 57.233 |
| Debêntures | 10 | 12.883 | 14.443 |
| Partes relacionadas | 7 | - | 1.067 |
| Tributos a recolher | | 2.147 | 1.990 |
| Provisões | 11 | 12.384 | 47.285 |
| Encargos setoriais | | 5.655 | 4.771 |
| Outros passivos circulantes | | 327 | 183 |
| | | **159.056** | **163.442** |
| Não circulante | | | |
| Fornecedores | | 32.742 | 91.239 |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | 431.506 | 480.417 |
| Debêntures | 10 | 134.119 | 141.838 |
| Tributos a recolher | | 847 | 720 |
| Provisões | 11 | 35.798 | 29.049 |
| | | **635.013** | **743.262** |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 12 | 1.255.333 | 1.255.333 |
| Lucros (prejuízos) acumulados | | (16.512) | 27.084 |
| | | **1.238.821** | **1.282.417** |
| **Total do Passivo e do Patrimônio líquido** | | **2.032.890** | **2.189.121** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias·



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 293

**Manaus Transmissora de Energia S.A.**
CNPJ no 09.584.854/0001-37

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

| | Notas | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|---|
| Operações continuadas | | | |
| Receita / Ingresso | | | |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição | | 175.708 | 193.985 |
| Tributos | | | |
| PIS-PASEP | | (2.976) | (3.308) |
| Cofins | | (13.709) | (15.238) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | (1.555) | (1.670) |
| Reserva Global de Reversão - RGR | | (6.004) | 902 |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE | | (628) | 936 |
| Outros encargos | | - | - |
| **Receita líquida / Ingresso líquido** | | **150.836** | **175.607** |
| Pessoal e administradores | 13 | (1.565) | (1.503) |
| Serviços de terceiros | | (24.661) | (16.184) |
| Material | | (42) | (116) |
| Arrendamento e aluguel | | (54) | (16) |
| Contingências | | 564 | (2.679) |
| Tributos | | 557 | (4.415) |
| Seguros | | (2.242) | (1.619) |
| Doações | | (105) | (71) |
| Depreciação e amortização | | (67.468) | (67.191) |
| Outras despesas operacionais | | (1.729) | 63 |
| | | **(96.745)** | **(93.731)** |
| Outras receitas operacionais | | 11.704 | 13.438 |
| **Resultado da Atividade da Concessão** | | **65.794** | **95.313** |
| Resultado financeiro | | | |
| Receitas financeiras | 14 | 6.874 | 5.565 |
| Despesas financeiras | 14 | (55.781) | (51.387) |
| | | (48.907) | (45.822) |
| **Resultado antes dos impostos sobre lucros** | | **16.887** | **49.491** |
| Imposto de renda e contribuição social | | | |
| Correntes | | (1.859) | (6.036) |
| Diferidos | | (58.624) | 117.826 |
| | | (60.483) | 111.790 |
| **Resultado do exercício** | | **(43.596)** | **161.281** |
| Lucro (prejuízo) diluído por ação | | (0,0347) | 0,1285 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 294

**Manaus Transmissora de Energia S.A.**
CNPJ no 09.584.854/0001-37

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| **Resultado do exercício** | (43.596) | 161.281 |
| Outros componentes do resultado abrangente | - | - |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **(43.596)** | **161.281** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 295

**Manaus Transmissora de Energia S.A.**
CNPJ no 09.584.854/0001-37

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

| | Nota | Capital social | Reservas | | Lucros/Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Reserva Legal | Retenção de Lucros | | |
| **Em 01 de janeiro de 2018** | | **1.255.333** | **7.291** | **125.465** | **(266.953)** | **1.121.136** |
| Resultado do exercício | | - | - | - | 161.281 | 161.281 |
| Absorção prejuízos | | - | (7.291) | (125.465) | 132.756 | - |
| **Em 31 de dezembro de 2018** | | **1.255.333** | **-** | **-** | **27.084** | **1.282.417** |
| Resultado do exercício | | - | - | - | (43.596) | (43.596) |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | | **1.255.333** | **-** | **-** | **(16.512)** | **1.238.821** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 296

**Manaus Transmissora de Energia S.A.**
CNPJ no 09.584.854/0001-37

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 (Reapresentado) |
|---|---|---|
| **Fluxos de caixa de atividades operacionais** | | |
| Resultado antes dos impostos sobre o lucro | 16.887 | 49.491 |
| | | |
| **Ajustes:** | | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 55.273 | 65.621 |
| Rendimentos sobre depósitos vinculados | (1.593) | (1.507) |
| Fair value debêntures | (1.029) | (17.055) |
| Depreciação | 67.468 | 67.191 |
| Provisão e atualização de contingências | (24.148) | 2.664 |
| Outros | 102 | - |
| | | |
| **Variação nos ativos e passivos:** | | |
| Concessionárias e permissionárias | 6.856 | (303) |
| Partes relacionadas | 339 | (93.491) |
| Tributos a recuperar | (7.828) | 1.909 |
| Títulos e valores mobiliários | (48) | - |
| Fornecedores | (53.934) | 90.528 |
| Tributos a recolher | (1.574) | (1.260) |
| Provisões | (4.004) | (628) |
| Encargos setoriais | 884 | (7045) |
| Outros ativos e passivos | 5.445 | (9.354) |
| **Caixa gerado nas operações** | **59.096** | **146.762** |
| | | |
| Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos | (56.636) | (60.131) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | (1.913) |
| Depósitos judiciais | (96) | (29) |
| | | |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | **2.364** | **84.689** |
| | | |
| Fluxos de caixa de atividades de investimento | | |
| Aquisição de intangível | (75) | (92) |
| Aquisição de imobilizado | (5.716) | - |
| | | |
| **Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento** | **(5.791)** | **(92)** |
| | | |
| Fluxos de caixa de atividades de financiamento | | |
| Pagamento de dividendos | - | (13.052) |
| Captação de empréstimo | 29.015 | - |
| Amortização de principal de empréstimos | (57.419) | (57.727) |
| Depósito vinculado | 2.347 | 1.102 |
| | | |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento** | **(26.057)** | **(69.677)** |
| | | |
| **Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa** | **(29.484)** | **14.920** |
| | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 76.414 | 61.494 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 46.930 | 76.414 |
| | | |
| **Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa** | **(29.484)** | **14.920** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 297

## 1. Contexto operacional

A Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou “Manaus”) é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Brasília - DF.

A Companhia foi constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. Seus acionistas são Evoltz participações S.A. anteriormente chamada de Seville Transmission Assessoria em Investimento S.A., e Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14 de março de 2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

### 1.1. Concessão

A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 010/2008 – ANEEL de 16 de outubro de 2008, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão 500 KV Oriximiná/ Cairiri CD, SE Itacoatiara 500/138 KV e SE Cairiri 500/230 KV, no Anexo 6C do Edital do Leilão 004/08-ANEEL.

A Companhia obterá pela prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, Receita Anual Permitida - RAP de R$172.553 (valor contratual – salvo o montante necessário à cobertura das contribuições sociais relativas ao PIS e COFINS). O valor da RAP é ajustado anualmente, no mês de julho, nos termos do contrato de concessão.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.565 de 21 de junho de 2019, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com período de vigência de julho de 2019 a julho de 2020. Considerando como referência os valores praticados na data do reajuste, o efeito tarifário negativo de 5,82%.

Em 05 de novembro de 2019 a ANEEL se manifestou a favor do pedido de Reconsideração interpostos contra a Resolução Homologatória nº 2.556, de 11 de junho de 2019 face as metodologias utilizadas na revisão da RAP nos Submódulos 9.1 e 9.2 dos Procedimentos de Revisão Tarifária – PRORET e na Nota Técnica nº 105/2019-SGT/ANEEL, de 7 de junho de 2019 estabelecendo um reposicionamento do efeito tarifário negativo de 8,6% para -5,8%. Referido reposicionamento, diferença entre os percentuais, serão válidos para o próximo ciclo.

## 2. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas,



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 298

envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

## 3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa n° 605 de 11 de março de 2014.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Companhia, no processo de revisão de suas demonstrações contábeis regulatórias, avaliou determinadas informações divulgadas no exercício anterior, e visando o contínuo processo de melhoria de suas divulgações optou por efetuar no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a reversão do ajuste a *fair value* no montante de R$ 17.055 com base no entendimento de que as debêntures junto ao BASA não estão sujeitas aos efeitos contábeis à luz dos pronunciamentos CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamental e CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, consequentemente tal reversão impactou as demonstrações regulatória. A magnitude do montante envolvido nesta melhoria foi considerada não relevante pela Administração da Companhia.

### 3.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### 3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 299

a) **Avaliação de instrumentos financeiros –** são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) **Impostos, contribuições e tributos –** existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas



premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela auditoria fiscal responsável.

c) **Imposto de renda e contribuição social diferidos –** são registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributável vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

d) **Provisões para riscos trabalhistas e cíveis –** a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

## 4. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, apresentadas nas páginas 13 a 39, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

**Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da Outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 300

é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d)



os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2019 e 2018**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

**Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita referente à prestação de serviços é registrada quando o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Recursos em conta corrente | 76 | 105 |
| Certificados de depósitos bancários – CDB (*) | 46.854 | 76.309 |
| | **46.930** | **76.414** |

(*) Referem-se a aplicações financeiras indexadas pelo CDI, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 301

## 6. Concessionárias e permissionárias

Composição das contas a receber em 31 de dezembro de 2019:

| Descrição | Corrente a Vencer | | Corrente Vencida | | | | Provisão para Devedores Duvidosos | Total 2019 | Total 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | até 60 dias | Mais de 60 dias | Até 90 dias | De 91 a 180 dias | De 181 a 360 dias | Mais de 360 dias | | | |
| Fornecimento de Energia | | | | | | | | | |
| Aviso de crédito - AVC | 13.144 | - | 121 | 59 | 89 | 921 | - | 14.334 | 21.190 |
| Total | 13.144 | - | 121 | 59 | 89 | 921 | - | **14.334** | **21.190** |

## 7. Partes relacionadas

| | 31/12/2019 | | |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | **Contas a receber** | **Contas a pagar** | **Receita de transmissão** |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. | 5 | - | 5 |
| | **5** | **-** | **5** |

| | 31/12/2018 | | |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | **Contas a receber** | **Contas a pagar** | **Receita de transmissão** |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (i) (ii) | 734 | 1.067 | 5.905 |
| Companhia Hidroelétrica do São Francisco S.A. (i) | 677 | | 6.775 |
| | **1.411** | **1.067** | **12.680** |

i. Contas a receber: Refere-se as contas a receber provenientes pela transmissão de energia elétrica.

ii. Contas a pagar: Refere-se a serviços e engenharia prestados pela Eletronorte.

As transações com partes relacionadas são decorrentes de operações normais da Companhia, não se constituindo como empréstimos ou transações não usuais. Sobre os saldos em aberto não há incidência de juros e atualização monetária.

Em 18 de dezembro de 2018 os acionistas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. (“Eletronorte”) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco S.A. (“Chesf”) transferiram suas ações por dação em pagamento à Centrais Elétricas Brasileiras S.A, passando esta a deter 49,5% das ações da Manaus. Devido a mudança de controle acionário a Eletronorte e a Chesf deixaram de ser Partes relacionadas.

As transações com partes relacionadas são decorrentes de operações normais da Outorgada, não se constituindo como empréstimos ou transações não usuais.



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 302

## 8. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

| Imobilizado - R$ Mil | Valor bruto em 31/12/2018 | Adições (A) (i) | Baixas (B) | Transferências (C) | Valor bruto em 31/12/2019 | Adições líquidas = (A)-(B)+(C) | Depreciação acumulada | Valor líquido em 31/12/2018 | Valor líquido em 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Imobilizado em Serviço** | | | | | | | | | |
| **Transmissão** | **2.226.508** | **-** | **-** | **-** | **2.226.508** | **-** | **(454.134)** | **1.839.842** | **1.772.374** |
| Terrenos | 3.100 | - | - | - | 3.100 | - | - | 3.100 | 3.100 |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | 45.692 | - | - | 11 | 45.703 | 11 | (10.408) | 41.309 | 35.295 |
| Máquinas e Equipamentos | 2.177.716 | - | - | (11) | 2.177.705 | (11) | (443.726) | 1.795.433 | 1.733.979 |
| **Imobilizado em Curso** | | | | | | | | | |
| **Transmissão** | **5** | **5.716** | **-** | **-** | **5.721** | **5.716** | **-** | **5** | **5.721** |
| Máquinas e equipamentos | - | 5.716 | - | - | 5.716 | 5.716 | - | 5 | 5.716 |
| Depósitos judiciais (*) | **5** | - | - | - | 5 | | - | | 5 |
| **Total do imobilizado** | **2.226.513** | **5.716** | **-** | **-** | **2.232.229** | **5.716** | **(454.134)** | **1.839.847** | **1.778.095** |

(i) Adição de 63 Transformadores no montante de R$5.716, referente a melhoria capitalizada devido à eventos ocorridos na linha de transmissão.



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 303

(*) Correspondem aos depósitos judiciais efetuados em garantia do cumprimento de obrigações.

A composição da depreciação é como segue:

| | Taxas anuais médias de depreciação | 2019 | | | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Valor bruto | Depreciação acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| **Transmissão** | | | | | |
| Em Serviço | 3,63% | 2.226.508 | (454.134) | 1.772.374 | 1.839.842 |
| Em Curso | - | 5.721 | - | 5.721 | 5 |
| **Total imobilizado** | | **2.232.229** | **(454.134)** | **1.778.095** | **1.839.847** |



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 305

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL n° 474 de 2012, são as seguintes:

| | Taxas anuais médias de depreciação (%) |
|---|---|
| **Transmissão** | |
| Barramento | 2,50% |
| Chave Seccionadora | 3,33% |
| Condutor | 2,70% |
| Disjuntor | 3,03% |
| Estrutura (Torre) | 2,70% |
| Estrutura de suporte para equipamento e barramento | 3,13% |
| Sistema de aterramento | 3,03% |
| Sistema de proteção, medição e automação | 6,67% |
| Transformador de medida | 3,33% |
| Painel, mesa e comando | 4,57% |
| Canaleta | 4,00% |
| Sistema de ar condicionado | 4,00% |
| Para-raios | 4,17% |

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n° 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado:

| | Material /equipamentos | Serviços de terceiros | Mão de obra própria | Outros gastos | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Em Curso | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 3.926 | 1.790 | - | - | 5.716 |
| Outros / Softwares | - | - | - | 76 | 76 |
| Total do imobilizado em curso | **3.926** | **1.790** | **0** | **167** | **5.792** |



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 306

## 9. Intangível

A composição do intangível é como segue:

| Intangível - R$ Mil | Valor Bruto em 31/12/2018 | Adições (A) | Baixas (B) | Transferências (C) | Reavaliação | Valor Bruto em 31/12/2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Intangível em Serviço** | | | | | | |
| **Transmissão** | **2.758** | **-** | **-** | **-** | **-** | **2.925** |
| Servidões | 2.758 | - | - | - | - | 2.758 |
| Softwares em curso | - | 43 | - | - | - | 43 |
| | | | | | | |
| **Intangível – administrativo** | | | | | | |
| Softwares em serviço | 92 | 32 | - | - | - | 124 |



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 307

## 10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Abertura do Endividamento – R$ Mil

| Instituição / Linha Credora | Juros de Curto Prazo | Principal Curto Prazo | Principal + Juros LP | Saldo Total | Adimplente? | Data captação repactuação | Tipo de Garantia | Indexador ou Juros | Spread % a.a | Data Próximo Pgto Juros | Frequência Pgto Juros | Data Próxima Amorti-zação | Venc. Final | Frequência Amorti-zação | Sistemática Amorti-zação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Financiamento/Empréstimos Moeda Nacional** | **6.866** | **90.644** | **565.625** | **663.135** | | | | | | | | | | | |
| BNDES | 1.607 | 31.626 | 194.767 | 228.000 | Sim | N/A | Cessão Fiduciária | TJLP + 2,91% | N/A | 15/02/2018 | Mensal | 15/02/2018 | 15/12/29 | Mensal | Mensal |
| Basa FNO | 1.736 | 20.643 | 236.739 | 259.118 | Sim | N/A | Cessão Fiduciária | N/A | 10% | 14/02/2018 | Mensal | 14/02/2018 | 10/07/31 | Mensal | Mensal |
| Basa FDA- Debentures | 3.508 | 9.375 | 134.119 | 147.002 | Sim | N/A | Cessão Fiduciária | N/A | 1,65 | 15/02/2018 | Semestral | 15/02/2018 | 15/02/29 | Semestral | Semestral |
| Itaú CCB | 15 | 29.000 | - | 29.015 | Sim | N/A | Cessão Fiduciária | 100% CDI | 1,45 | 15/03/2020 | Trimestral | 21/12/2020 | 21/12/20 | Anual | Anual |

| Instituição / Linha Credora | Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | Após 2025 | Total |
| **Financiamento / Empréstimos Moeda Nacional** | **57.436** | **57436** | **57.436** | **57.436** | **57.436** | **278.445** | **565.625** |
| BNDES | 32.461 | 32.461 | 32.461 | 32.461 | 32.461 | 32.461 | 194.768 |
| BASA FDA-Debêntures | 15.600 | 15.600 | 15.600 | 15.600 | 15.600 | 56.119 | 134.119 |
| BASA FNO | 9.375 | 9.375 | 9.375 | 9.375 | 9.375 | 189.864 | 236.739 |



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 308

Abertura dos Ativos Financeiros – R$ Mil

| LIN | | Juros de curto prazo | Principal curto prazo | Principal + Juros LP | Saldo Total 2019 | Saldo Total 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **9** | **Ativos Financeiros** | **2.100** | **44.830** | **-** | **46.930** | **76.414** |
| 9.1 | Caixa e aplicações financeiras | 2.100 | 44.830 | - | 46.930 | 76.414 |
| 9.1.1 | Saldo Final Caixa - Conta 111 | - | 76 | - | 76 | 105 |
| 9.1.2 | Aplicação Financeira CDB | 2.100 | 44.754 | - | 46.854 | 76.309 |

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R$ Mil

| | Juros de curto prazo | Principal curto prazo | Principal + Juros LP | Total 2019 | Total 2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Dívida Bruta** | | | | | |
| Financiamento. / Empréstimo moeda nacional | (6.866) | (90.644) | (565.625) | (663.135) | (693.931) |
| **Ativos Financeiros** | | | | | |
| Alta Liquidez | 2.100 | 44.830 | - | 46.930 | 76.414 |
| **Dívida Líquida** | **(4.766)** | **(45.814)** | **(565.625)** | **(616.205)** | **(617.517)** |

## 11. Provisões

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Ambientais | 22.083 | 25.812 |
| Sobressalentes | 19.349 | 19.473 |
| Contingências | 4.901 | 29.049 |
| Outras provisões | 1.849 | 2.000 |
| | **48.182** | **76.334** |
| | | |
| Circulante | 12.384 | 47.285 |
| Não circulante | 35.798 | 29.049 |

### Provisões ambientais

Referem-se a provisão de contratação de serviços para atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental. Entre os principais destacam-se programas de fauna, educação ambiental, comunicação social, diagnóstico socio ambiental, gestão ambiental, reposição florestal, compensação ambiental, dentre outros.

### Sobressalentes

Referem-se provisão para aquisição de materiais e peças sobressalentes para formação de reserva técnica para possíveis reposições.

### Contingências

Corresponde a processos trabalhistas e ao processo regulatório referente a penalidade pelo atraso de entrada em operação comercial. O processo regulatório está sob análise da Diretoria da ANEEL.



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 309

## a) Movimentação das provisões

| | Ambientais | Sobressalentes | Trabalhista, Cível e regulatório | Outras provisões | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2017** | **26.440** | **19.473** | **26.370** | **2.015** | **74.298** |
| Adições | - | - | 4.030 | - | 4.030 |
| Atualizações | | - | 1.026 | - | 1.026 |
| Pagamentos | (628) | - | (2.377) | (15) | (3.020) |
| **Em 31 de dezembro de 2018** | **25.812** | **19.473** | **29.049** | **2.000** | **76.334** |
| Adições | - | - | 7.856 | - | 7.856 |
| Reversões (i) | - | - | (32.173) | - | (32.173) |
| Atualizações | - | - | 169 | - | 169 |
| Pagamentos | (3.729) | (124) | - | (151) | (4.004) |
| **Em 31 de dezembro de 2019** | **22.083** | **19.349** | **4.901** | **1.849** | **48.182** |

(i) O montante refere-se substancialmente a reversão de duas causas regulatórias referentes a discussões sobre descontos na RAP. No primeiro trimestre de 2019 ocorreram desdobramentos favoráveis à Companhia, alterando seu prognóstico de perda de provável para remoto. Consubstanciada em opinião de advogados externos, a Companhia efetuou a reversão destes saldos em 31 de março de 2019.

## b) Passivos Contingentes

A Companhia tem processos classificados como possíveis de perda, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, para as quais não há provisão constituída em 31 de dezembro de 2017 e 2016, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Cíveis (i) | 18.151 | 96.909 |
| Fundiárias | 8.322 | - |
| Tributários (ii) | 9.815 | 19.772 |
| Trabalhistas | 736 | 101 |
| | **37.024** | **116.782** |

(i) Referem-se, principalmente, ações de fornecedores contra a Companhia onde são pleiteados o pagamento de prejuízos sofridos em contrato de empreitada assinado entre as partes decorrentes de descumprimento contratual e cobrança de títulos, dentre outros.

(ii) Refere-se aos autos de infração impetrados pela SRF de cobrança de PIS/COFINS apurados ao longo do ano 2010 e de manifestação de inconformidade contra despacho decisório que deixou de reconhecer o direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário 2010.

## c) Garantias judiciais e fianças

| Seguradora | Ramo | Apólice nº | Vigência | Importância segurada | Prêmio |
|---|---|---|---|---|---|
| Eccount | Carta Fiança AG | A1-2018/1657-8 | Jun/2018 a Jun/2020 | 29.276 | 1.185 |
| Eccount | Carta Fiança M.RAP | A1-2018/1688-9 | Jul/2018 a Jul/2023 | 15.408 | 1.563 |
| Swiss RE | Carta Fiança IPTU | 51750013377-00 | Jan/2019 a Jan/2021 | 789.516 | 5.534 |
| Swiss RE | Carta Fiança PVI | 5175001456-00 | Ago/2019 a Ago/2024 | 6.624.731 | 132.639 |



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 310

O departamento jurídico da Companhia mantém acompanhamento constante dos mesmos. Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes.

## 12. Patrimônio líquido

### 12.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é representado por 1.255.333.123 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

| Acionistas | Quantidade de ações | Participação % |
|---|---|---|
| Evoltz Participações S.A. | 633.943.227 | 50,50 |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras | 621.389.896 | 49,50 |
| | **1.255.333.123** | **100,00** |

## 13. Pessoal e Administradores

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| **Pessoal** | **1.420** | **1.354** |
| Remuneração | 799 | 820 |
| Encargos | 268 | 307 |
| Benefícios e outros | 353 | 227 |
| **Administradores** | **145** | **149** |
| Honorários e encargos (Diretoria e conselho) | 121 | 126 |
| Encargos sociais sobre honorários | 24 | 23 |
| | **1.565** | **1.503** |

## 14. Resultado financeiro

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| Receitas financeiras: | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 2.100 | 3.924 |
| Rendimento sobre depósitos vinculados | 1.593 | 1.507 |
| Outras receitas (i) | 3.181 | 134 |
| | **6.874** | **5.565** |
| Despesas financeiras: | | |
| Juros sobre empréstimos e debentures | (55.273) | (65.621) |
| Fair value das debêntures | 1.029 | 17.055 |
| Juros e multas | (544) | (2.549) |
| Outras despesas | (993) | (272) |
| | **(55.781)** | **(51.387)** |
| **Resultado financeiro líquido** | **(48.907)** | **(45.822)** |

(i) Refere-se basicamente a atualização sobre o saldo negativo de IR e CS ajustados no exercício de 2019 no montante de R$ 3 milhões.

## 15. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 311

## Balanço Patrimonial

| | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Regulatório** | **Ajustes** | **Societário** | **Regulatório** | **Ajustes** | **Societário** |
| | | | | | | (Reapresentado) |
| Ativo | | | | | | |
| Circulante | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 46.930 | - | 46.930 | 76.414 | - | 76.414 |
| Títulos e valores mobiliários | 48 | | 48 | - | | - |
| Concessionárias e permissionárias | 14.334 | - | 14.334 | 21.190 | - | 21.190 |
| Partes relacionadas | 5 | - | 5 | 1.411 | - | 1.411 |
| Tributos a recuperar | 15.564 | - | 15.564 | 7.736 | - | 7.736 |
| Ativo de contrato de concessão | - | 165.058 | 165.058 | - | 159.498 | 159.498 |
| Outros ativos circulantes | 5.111 | - | 5.111 | 10.414 | - | 10.414 |
| | **81.992** | **165.058** | **247.050** | **117.165** | **159.498** | **276.663** |
| Não circulante | | | | | | |
| Depósitos vinculados | 37.453 | - | 37.453 | 38.207 | - | 38.207 |
| Depósitos judiciais | 964 | - | 964 | 868 | | 868 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 131.461 | 64.708 | 196.169 | 190.184 | 47.455 | 237.639 |
| Ativo de contrato de concessão | - | 1.436.102 | 1.436.102 | | 1.398.106 | 1.398.106 |
| | **169.878** | **1.500.810** | **1.670.687** | **229.259** | **1.445.561** | **1.674.820** |
| Imobilizado | 1.778.095 | (1.778.095) | - | 1.839.847 | (1.839.847) | - |
| Intangível | 2.925 | (2.801) | 124 | 2.850 | (2.758) | 92 |
| | **2.002.356** | **(280.086)** | **1.670.811** | **2.071.956** | **(397.045)** | **1.674.912** |
| **Total do Ativo** | **2.032.890** | **(115.028)** | **1.917.861** | **2.189.121** | **(237.546)** | **1.951.575** |
| Passivo e Patrimônio líquido | | | | | | |
| Circulante | | | | | | |
| Fornecedores | 41.033 | - | 41.033 | 36.470 | - | 36.470 |
| Empréstimos e financiamentos | 84.627 | - | 84.627 | 57.233 | - | 57.233 |
| Debêntures | 12.883 | - | 12.883 | 14.443 | | 14.443 |
| Partes relacionadas | - | - | - | 1.067 | - | 1.067 |
| Tributos a recolher | 2.147 | - | 2.147 | 1.990 | - | 1.990 |
| Provisões | 12.384 | - | 12.384 | 47.285 | - | 47.285 |
| Encargos Setoriais | 5.655 | - | 5.655 | 4.771 | - | 4.771 |
| Outros passivos | 327 | - | 327 | 183 | - | 183 |
| | **159.056** | **-** | **159.056** | **163.442** | **-** | **163.442** |
| Não circulante | | | | | | |
| Fornecedores | 32.742 | - | 32.742 | 91.239 | - | 91.239 |
| Empréstimos e financiamentos | 431.506 | - | 431.506 | 480.417 | - | 480.417 |
| Debêntures | 134.119 | - | 134.119 | 141.838 | | 141.838 |
| Tributos a recolher | 847 | - | 847 | 720 | - | 720 |
| Provisões | 35.798 | - | 35.798 | 29.049 | - | 29.049 |
| PIS e COFINS diferidos | - | 107.638 | 107.638 | - | 103.608 | 103.608 |
| | **635.013** | **107.638** | **742.649** | **743.262** | **103.608** | **846.871** |
| Patrimônio líquido | | | | | | |
| Capital social | 1.255.333 | - | 1.255.333 | 1.255.333 | - | 1.255.333 |
| Reserva de lucros | (16.512) | 16.512 | - | 27.084 | (27.084) | - |
| Prejuízos acumulados | - | (239.177) | (239.177) | - | (314.071) | (314.071) |
| | **1.238.821** | **(222.665)** | **1.016.156** | **1.282.417** | **(341.155)** | **941.262** |
| **Total do Passivo e do Patrimônio líquido** | **2.032.890** | **(115.028)** | **1.917.861** | **2.189.121** | **(237.546)** | **1.951.575** |



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 312

## Demonstração do resultado

| | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário (Reapresentado) |
| Operações continuadas | | | | | | |
| Receita / Ingresso | | | | | | |
| Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição | 175.708 | (175.708) | - | 193.985 | (193.985) | - |
| Operação e Manutenção (O&M) | - | 22.807 | 22.807 | - | 22.358 | 22.358 |
| Construção | - | - | - | - | - | - |
| Remuneração do ativo de contato | - | 215.014 | 215.014 | - | 209.268 | 209.269 |
| Outras receitas | - | (24.316) | (24.317) | - | 3.542 | 3.542 |
| Tributos | | | | | | |
| PIS | (2.976) | (719) | (3.695) | (3.308) | (495) | (3.803) |
| COFINS | (13.709) | (3.310) | (17.019) | (15.238) | (2.281) | (17.519) |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | (1.555) | - | (1.555) | (1.670) | - | (1.670) |
| Reserva Global de Reversão - RGR | (6.004) | - | (6.004) | 902 | - | 902 |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE | (628) | - | (628) | 936 | - | 936 |
| **Receita líquida / Ingresso líquido** | **150.836** | **33.768** | **184.603** | **175.607** | **38.408** | **214.015** |
| Pessoal e Administradores | (1.565) | - | (1.565) | (1.503) | - | (1.503) |
| Serviços de terceiros | (24.661) | - | (24.661) | (16.184) | - | (16.184) |
| Material | (42) | - | (42) | (116) | - | (116) |
| Arrendamento e aluguel | (54) | - | (54) | (16) | - | (16) |
| Contingências | 564 | | 564 | (2.679) | | (2.679) |
| Tributos | 557 | - | 557 | (4.415) | - | (4.415) |
| Seguros | (2.242) | - | (2.242) | (1.619) | - | (1.619) |
| Doações | (105) | - | (105) | (71) | - | (71) |
| Depreciação e amortização | (67.468) | 67.468 | - | (67.191) | 67.191 | - |
| Outras despesas operacionais | (1.729) | - | (1.729) | 63 | - | 63 |
| | **(96.745)** | **67.468** | **(29.278)** | **(93.731)** | **67.191** | **(26.540)** |
| Outras receitas operacionais | 11.704 | - | 11.704 | 13.438 | - | 13.438 |
| **Resultado da atividade** | **65.794** | **101.235** | **167.029** | **95.313** | **105.599** | **200.913** |
| Resultado financeiro | | | | | | |
| Receitas financeiras | 6.874 | - | 6.874 | 5.565 | - | 5.565 |
| Despesas financeiras | (55.781) | - | (55.781) | (51.387) | - | (51.387) |
| | (48.907) | - | (48.907) | (45.822) | - | (45.822) |
| **Resultado antes dos impostos sobre lucro** | **16.887** | **101.235** | **118.122** | **49.491** | **105.599** | **155.091** |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | |
| Correntes | (1.859) | - | (1.859) | (6.036) | - | (6.036) |
| Diferidos | (58.624) | 17..255 | (41.369) | 117.826 | (165.339) | (47.513) |
| | (60.483) | 17..255 | (43.228) | 111.790 | (165.339) | (53.549) |
| **Resultado do exercício** | **(43.596)** | **118.490** | **74.894** | **161.281** | **(59.740)** | **101.542** |

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 313

**15.1. Ativos contratuais da concessão**

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) e atualizações dos saldos pela aplicação de premissas.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto no CPC 47 – Receita de Contrato com cliente, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Outorgada adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão à interpretação CPC 47 – Receita de Contrato com cliente. As concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo de contrato.

Com base nesse modelo, a receita anual permitida - RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo de contrato constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11) e CPC 47 – Receita de Contrato com cliente, respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins regulatórios deve ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação da CPC 47 – Receita de Contrato com cliente foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

**15.2. Tributos a recuperar**

Os ajustes são decorrentes de compensações ativas e passivas realizadas para a adequada apresentação das demonstrações financeiras societárias.

**15.3. Imobilizado**

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Com a adoção da CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado. As premissas específicas para o ativo imobilizado regulatório são:

- Garantir que o ativo imobilizado não seja afetado pela CPC 47;

- Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL, como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 314

**15.4. Intangível**

Com a adoção da CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo intangível. As premissas específicas para o ativo intangível regulatório são:

- Garantir que o ativo intangível não seja afetado pelo CPC 47;

- Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL, como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

O intangível de concessão refere-se às servidões administrativas relativas ao direito de passagem da linha de transmissão registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

**15.5. Tributos diferidos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL)**

Conforme detalhado na Nota 8.a, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

**15.6. Lucros (prejuízos) acumulados**

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária versus a regulatória, decorrente do efeito positivo da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

**15.7. Receitas de operação e manutenção e Remuneração do ativo de contrato (resultado)**

Os ajustes são decorrentes da aplicação do CPC 47. Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, eliminando assim os efeitos da CPC 47.

**15.8. Depreciação**

As despesas de depreciação referentes ao ativo imobilizado, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas no resultado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

## 15.9. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| **Saldos no fim do exercício societário** | **1.016.156** | **941.262** |
| Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória | 222.665 | 341.155 |
| Atualização do ativo de contrato de concessão (CPC 47) | (1.601.160) | (1.557.604) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15.7) | (64.708) | (47.455) |
| Imobilizado regulatório | 2.232.229 | 2.226.513 |
| Depreciação | (454.134) | (386.666) |
| Intangível regulatório | 2.925 | 2.850 |
| PIS e COFINS diferidos (Nota 15.7) | 107.638 | 103.608 |
| Outros | (125) | (91) |
| **Saldos no fim do exercício regulatório** | **1.238.821** | **1.282.417** |



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 315

Atualização do ativo de contrato de concessão (CPC 47) - O efeito é decorrente do reconhecimento de procedimentos na contabilidade societária apenas para o ativo de contrato, representando um direito incondicional de receber um valor determinável e assegurado, a RAP, as atualizações dos saldos são aplicados pelas premissas de remuneração já definidas no contrato. Esse procedimento segue o CPC 47 – Receita de Contrato com cliente. Portanto na contabilidade regulatória tais práticas não são executadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

Imposto de renda e contribuição social diferido - Há diferença nos registros realizados nas demonstrações societárias e regulatórias, pois alguns eventos não afetam a demonstração societária, assim como, podem não afetar a regulatória. O diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos). É necessária essa separação, pois se autorizado pelo órgão concedente é possível recuperar valores quando houver o ajuste anual de contrato.

Depreciação - As despesas de depreciação referentes ao ativo imobilizado, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas no resultado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

## 15.10. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido societário** | **74.894** | **101.542** |
| Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória | (118.490) | 59.740 |
| Atualização do ativo de contrato de concessão (CPC 47) (Nota 15.1) | (215.014) | (209.268) |
| Receita de O&M (CPC 47) | (22.807) | (22.358) |
| Outras (receitas) despesas | 24.316 | (3.542) |
| Disponibilização do Sistema de Transmissão | 175.708 | 193.985 |
| Depreciação | (67.468) | (67.191) |
| Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis | (13.225) | 168.114 |
| **Lucro líquido regulatório** | **(43.596)** | **161.282** |

Atualização do ativo de contrato de concessão, Receita de O&M (CPC 47) e Outras receitas – Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, eliminando assim os efeitos da CPC 47.

Deduções da receita (PIS e COFINS diferidos) – Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Depreciação – As despesas de depreciação referentes ao ativo imobilizado, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas no resultado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Imposto de renda e contribuição social diferidos – Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

O resultado apurado na Contabilidade Regulatória não é indicativo de performance financeira de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e consequentemente não é base para pagamento de impostos e dividendos.



Demonstração Contábil MTE (0269400) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 316

## 16. Seguros

A Outorgada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2019 as coberturas de seguros eram:

| Seguradora | Ramo | Apólice nº | Vigência | Importância segurada | Prêmio |
|---|---|---|---|---|---|
| Tokio Marine | Risco operacional | 80.001809 | Dez/2019 a Dez/2020 | 15.000 | 15.413 |
| Sompo seguros | Responsabilidade civil | 9600000001369 | Jan/2019 a Jan/2020 | 286.000 | 964.146 |
| Swiss RE | Seguro D&O | 511.010000-63 | Mai/2019 a Mai/2020 | 2.315.000 | 77.992 |

## 17. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus ("Covid-19") nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Devido aos efeitos da pandemia do novo Coronavírus, o BNDES aprovou, em 28 de março de 2020, medidas socioeconômicas com o objetivo de mitigar os impactos da crise no Brasil. Uma destas medidas é o "stand still", que consiste na suspensão temporária, pelo prazo de até 6 meses, de pagamento das parcelas de serviço das dívidas contratadas junto ao BNDES. Em 9 de abril de 2020 o BNDES aprovou a referida suspensão no âmbito do contrato de financiamento firmado com as controladas em conjunto. Desta forma os valores das parcelas que não serão pagas durante este período de 6 meses, serão capitalizados ao principal e diluídos nas parcelas mensais até o final do contrato, portanto prazo final, demais cláusulas e obrigações não serão alteradas.

A suspensão de pagamentos acima referida deverá ser formalizada mediante aditivo ao Contrato ("aditivo"), no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar de 09/04/2020, após comprovado o cumprimento de determinadas condições prévias, sendo as principais descritas abaixo:

(i) Durante o período de suspensão de pagamentos acima mencionado, deverá ser mantida na Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES, no mínimo, o saldo existente em 15/03/2020.

(ii) Fica vedada a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio referente ao exercício em que se der a suspensão de pagamentos, acima de 25%.

No âmbito do contrato FNO, firmado entre a controlada em conjunto MTE e o Banco da Amazônia - BASA, as parcelas mensais ficam suspensas por 6 meses, ficando os juros capitalizados mensalmente pelo período do stand still e redistribuídos nas parcelas seguintes. Os montantes de principal não pagos, diferentemente do BNDES, serão postergados para o período de fevereiro a julho de 2031, desta forma postergando o prazo do contrato por 6 meses, de 10/07/2031 para 10/01/2032.

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032953-6

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

**00-2019/377879-3** Recebido em 27/06/2019

**JUCERJA**

**Útimo arquivamento:**
00003655432 - 18/06/2019

**NIRE:** 33.3.0032953-6

EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.

**Boleto(s):** 103114507

**Hash:** C16D9CDE-DECF-4B2A-9830-3915505CF08D

| Orgão | Calculado | Pago |
|---|---|---|
| Junta | 595,00 | 595,00 |
| DNRC | 21,00 | 21,00 |

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Nome

EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.

Código Ato

002

Eventos

| Cód | Qtde. | Descrição do Ato / Evento |
|---|---|---|
| 022 | 1 | Alteração / Alteração de Dados e de Nome Empresarial |
| xxx | xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |

**CERTIFICO O DEFERIMENTO POR JOSÉ ROBERTO BORGES, NATAN SCHIPER E SAMIR FERREIRA BARBOSA NEHME SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:**

| NIRE / Arquivamento | CNPJ | Endereço / Endereço completo no exterior | Bairro | Municipio | Estado |
|---|---|---|---|---|---|
| 00003666450 | 28.037.759/0001-68 | Avenida Embaixador Abelardo Bueno 199 | Jacarepagua | Rio de Janeiro | RJ |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |

Deferido em 28/06/2019 e arquivado em 28/06/2019

**Bernardo Feijó Sampaio Berwanger**

SECRETÁRIO GERAL

| Nº de Páginas | Capa Nº Páginas |
|---|---|
| 20 | 1/1 |

**Observação:**

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente



Estatuto Social EVOLTZ (0269401) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 318

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nº do Protocolo

**00-2019/377879-3** 27/06/2019 - 13:53:12

**JUCERJA**

**Último Arquivamento:**
00003655432 - 18/06/2019

**NIRE:** 33.3.0032953-6

SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.

**Boleto(s):** 103114507

**Hash:** C16D9CDE-DECF-4B2A-9830-3915505CF08D

| Órgão | Calculado | Pago |
|---|---|---|
| Junta | 595,00 | 595,00 |
| DREI | 21,00 | 21,00 |

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

**33.3.0032953-6**

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

# SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

| Código do Ato |
|---|
| 002 |

| Código Evento | Qtde. | Descrição do ato / Descrição do evento |
|---|---|---|
| 022 | 1 | Alteração / Alteração de Dados e de Nome Empresarial |
| xxx | xxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |

Rio

Local

27/06/2019

Data

**Representante legal da empresa**

| | |
|---|---|
| **Nome:** | |
| **Assinatura:** | JOÃO JOSÉ FURTADO AFONSO<br>Despachante Documentalista<br>CRDD/RJ nº 00256<br>96408 - 7478<br>jpardal@luzpublicidade.com |
| **Telefone de contato:** | |
| **E-mail:** | |
| **Tipo de documento:** | Híbrido |
| **Data de criação:** | 27/06/2019 |
| **Data da 1ª entrada:** | |

00-2019/377879-3

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 2/20

JUCERJA assinado digitalmente

Estatuto Social EVOLTZ (0269401) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 319

**SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.**

CNPJ nº 28.037.759/0001-68
NIRE 33300329536

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2019**

**DATA, HORÁRIO E LOCAL**: Realizada no dia 19 de junho de 2019, às 17 horas, na sede social da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A. ("Companhia"), situada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAl 46742, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, CEP 22775-022.

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS**: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme faculta o artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

**MESA**: Presidente: João Pinheiro Nogueira Batista; Secretária: Denise Araujo Francisco.

**ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre: **(i)** a mudança da razão social da Companhia; **(ii)** a mudança no objeto social da Companhia; **(iii)** a alteração da forma de representação da Companhia; e **(iv)** modificação das condições de outorga de procurações em nome da Companhia.

**DELIBERAÇÕES**: Após exame e discussão da matéria constante da ordem do dia, os acionistas aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalvas:

**(i)** a alteração da razão social da Companhia de *Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A.* para *Evoltz Participações S.A.* Em razão da deliberação ora aprovada, o Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

> *"**ARTIGO 1º** - A Evoltz Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente estatuto e pela legislação aplicável."*

**(ii)** a alteração do objeto social da Companhia para prever apenas a atividade de investimento e participação em outras sociedades. Em razão da deliberação ora aprovada, o Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

> *"**ARTIGO 3º** - A Companhia tem por objeto social o investimento e participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que desempenham atividades de geração ou transmissão de energia, assim como outras atividades de infraestrutura correlatas."*




**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital informe o nº de protocolo. 

Estatuto Social EVOLTZ (0269401) SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 320

**(iii)** a modificação da forma de representação da Companhia, para que a mesma seja representada (a) conjuntamente por 02 (dois) diretores da Companhia, sendo 01 (um) o Diretor Presidente; ou (b) por 01 (um) diretor da Companhia em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos.

**(iv)** a alteração das condições de outorga de procurações em nome da Companhia, a fim de que as procurações outorgadas às instituições financeiras no âmbito de contratos de financiamento de longo prazo, bem como no âmbito dos respectivos contratos acessórios, desde que limitadas ao prazo de eficácia dos referidos contratos de financiamento, estejam excepcionadas do período geral de validade de 01 (um) ano.

**(v)** Em vista das deliberações aprovadas nos itens **(iii)** e **(iv)** desta assembleia, o Artigo 30 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

> *"**ARTIGO 30** – A diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por lei, pelo presente estatuto, ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, sejam de competência ou dependam de prévia aprovação da assembleia geral.*
>
> *PARÁGRAFO 1º - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ou perante terceiros ou quaisquer repartições e autoridades federais, estaduais ou municipais será realizada (i) por 02 (dois) diretores da Companhia, em conjunto,* sendo um o Diretor Presidente; *ou (ii) por um diretor da Companhia em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos.*
>
> *PARÁGRAFO 2º - As procurações em nome da Companhia serão assinadas por 02 (dois) diretores da Companhia, em conjunto; e deverão especificar os poderes conferidos. As procurações outorgadas em nome da Companhia terão o período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, com exceção daquelas para fins de processos judiciais, administrativos ou arbitrais; ou aquelas outorgadas à instituições financeiras no âmbito de contratos de financiamento de longo prazo, bem como no âmbito dos respectivos contratos acessórios, desde que limitadas ao prazo de eficácia dos referidos contratos de financiamento.*
>
> *PARÁGRAFO 3º - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer diretor ou procurador que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, que estará sujeito o infrator deste dispositivo. "*

**(vi)** tendo em vista as deliberações aprovadas acima, o Estatuto Social da Companhia passará a vigorar, a partir da presente data, na forma constante do Anexo I à presente ata.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital informe o nº de protocolo.

Estatuto Social EVOLTZ (0269401) SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 321

**ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, na forma sumária, a qual, reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada pelos acionistas presentes, que também autorizam a publicação da ata com omissão das assinaturas dos acionistas (art. 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A.).

**ASSINATURAS**: Mesa: Presidente - João Pinheiro Nogueira Batista; Secretária - Denise Araujo Francisco. Acionistas: TPG Delaware 2015-SC V.LLC e Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (representado por seu administrador: Modal D.T.V.M. Ltda.).

*Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.*

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2019.

Mesa:

João Pinheiro Nogueira Batista
Presidente

Denise Araujo Francisco
Secretária

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital informe o nº de protocolo. 
Estatuto Social EVOLTZ (02654401) - SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 322

**ANEXO I**

(*Anexo à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A., realizada em 19 de junho de 2019)*

**ESTATUTO SOCIAL**

**DA**

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**

**DENOMINAÇÃO E REGÊNCIA**

**ARTIGO 1º** - A **Evoltz Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

**SEDE E FORO**

**ARTIGO 2º** - A Companhia tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAL 46742, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, CEP: 22775-022.

**OBJETO SOCIAL**

**ARTIGO 3º** - A Companhia tem por objeto social o investimento e participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que desempenham atividades de geração ou transmissão de energia, assim como outras atividades de infraestrutura correlatas.

**DURAÇÃO DA COMPANHIA**

**ARTIGO 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPITAL SOCIAL**

**ARTIGO 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de 500.001.000,00 (quinhentos milhões e mil reais), dividido em 500.001.000 (quinhentas milhões e mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital informe o nº de protocolo. 

Estatuto Social EVOLTZ (02694401) SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 329

PARÁGRAFO 1º - Cada ação ordinária da Companhia corresponde a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

PARÁGRAFO 2º - É permitida a criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais.

PARÁGRAFO 3º - É vedada a emissão de partes beneficiárias, bem como a existência de tais títulos em circulação.

**ARTIGO 6º** - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma no estatuto, por decisão do conselho de administração, até o limite de R$ 1.250.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta milhões de reais).

**ARTIGO 7º** - Os acionistas terão, na proporção do número de ações que possuírem, direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição. O direito de preferência deverá ser exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações realizadas no âmbito de plano aprovado pela assembleia geral.

**ARTIGO 8º** - Sem prejuízo da obrigação de indenizar a Companhia por eventuais perdas e danos, o atraso do acionista em realizar a integralização das ações na forma prevista no respectivo boletim de subscrição estará sujeito à cobrança de (i) correção monetária pela variação do IGP-M/FGV, (ii) juros de 1% a.m. (um por cento ao mês), e (iii) multa não compensatória equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso corrigido e acrescido de juros, calculada, *pro rata temporis,* desde a data em que o pagamento seria devido até a data do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - O atraso do acionista em realizar a integralização das ações na forma prevista no respectivo boletim de subscrição estará sujeito, ainda, à suspensão de todos os seus direitos políticos e patrimoniais.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital informe o nº de protocolo. 
Estatuto Social EVOLTZ (0269401) SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 324

**ARTIGO 9º** - A assembleia geral de acionistas realizar-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais a exigirem.

**ARTIGO 10º** - Compete privativamente à assembleia geral, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação, este estatuto social, ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia:

(i) reformar o estatuto social;

(ii) qualquer alteração do objeto social da Companhia;

(iii) suspender o exercício de direito dos acionistas;

(iv) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do conselho de administração e do conselho fiscal;

(v) fixar a remuneração dos administradores e dos membros do conselho fiscal, quando instalado;

(vi) aprovar ou modificar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações;

(vii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(viii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

(ix) deliberar sobre transformação, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;

(x) deliberar sobre desdobramentos ou grupamentos de ações;

(xi) deliberar sobre resgate, amortização, reembolso ou recompra de ações;

(xii) deliberar sobre a alienação de ações mantidas em tesouraria (exceto se no âmbito de plano de recompra de ações ou plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aprovados pela assembleia geral);

(xiii) aprovar a apresentação de pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou falência; e

(xiv) deliberar a dissolução e liquidação da Companhia.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital informe o nº de protocolo.

Estatuto Social EVOLTZ (0269401) SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 325

**ARTIGO 11** - A assembleia geral será convocada pelo conselho de administração, ou por seus acionistas nos casos estabelecidos na lei das sociedades por ações, mediante a publicação do correspondente edital de convocação, devendo a primeira convocação ser feita com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência; não se realizando a assembleia, será publicado anúncio de segunda convocação com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

PARÁGRAFO 1º - O edital de convocação deverá incluir ordem do dia detalhada (sendo inclusive vedada a utilização da rubrica 'assuntos gerais') e confirmação de que cópia da documentação suporte para a discussão dos assuntos da ordem do dia está disponível para ser retirada pelos acionistas na sede da companhia.

PARÁGRAFO 2º - Sem prejuízo do cumprimento das formalidades de convocação estabelecidas neste artigo e na lei das sociedades por ações, os editais de convocação das assembleias gerais deverão ser enviados a todos os acionistas via carta, fax, *e-mail*, ou outra forma que permita a comprovação do seu recebimento.

**ARTIGO 12** - As pessoas presentes à assembleia deverão comprovar a sua qualidade de acionista exibindo seu documento de identidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os acionistas poderão ser representados nas assembleias por procurador constituído há menos de um ano, devendo, neste caso, ser apresentados ainda o instrumento de mandato e o comprovante de identidade do mandatário.

**ARTIGO 13** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto; em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**ARTIGO 14** - Antes de abrir-se a assembleia, os acionistas assinarão o 'Livro de Presença', indicando seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

PARÁGRAFO 1º - A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo presidente da mesa, logo após a instalação da assembleia.

PARÁGRAFO 2º - Os acionistas que comparecerem à assembleia após o encerramento da lista poderão participar da reunião, não lhes sendo conferido, porém, o direito de votar

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital informe o nº de protocolo. 
Estatuto Social EVOLTZ (02694401) SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 320

em qualquer deliberação social. Adicionalmente, não serão computadas suas ações na determinação do total de votos.

**ARTIGO 15** - Os trabalhos da assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

**ARTIGO 16** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, neste estatuto social, ou em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, as deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

**ARTIGO 17** - Eventuais acionistas dissidentes poderão, nas hipóteses previstas em lei, retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações.

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor de reembolso pago a eventuais acionistas dissidentes pelas suas ações será o menor entre os calculados com base (i) no patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) no valor econômico da Companhia.

**ARTIGO 18** - Salvo deliberação em contrário, as atas das assembleias serão lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive de eventuais dissidências e protestos, e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

**ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 19** - A administração da Companhia competirá ao conselho de administração e à diretoria. O conselho de administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Companhia privativa dos diretores.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 20** - O conselho de administração será composto por no mínimo 3 e, no máximo até 7 (sete) membros, eleitos pela assembleia geral para cumprir mandato unificado de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

PARÁGRAFO 1º - O conselho de administração terá um presidente, o qual será escolhido pela assembleia geral imediatamente após a eleição dos integrantes do órgão.

PARÁGRAFO 2º - Os membros do conselho de administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de diretores.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital informe o nº de protocolo.

Estatuto Social EVOLTZ (0269401) SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 327

**ARTIGO 21** - Em caso de vacância no cargo de conselheiro, seja em razão de renúncia, abandono, impedimento ou morte, o conselho da administração da Companhia nomeará o substituto que servirá até a primeira assembleia geral da Companhia convocada após a vacância.

**ARTIGO 22** - Compete ao conselho de administração, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação, este estatuto social, ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia deliberar sobre as matérias listas abaixo relacionadas à Companhia ou suas controladas:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) aprovar o plano de negócios anual, que deverá conter o orçamento e o detalhamento dos objetivos e estratégias de negócios para o período;

(iii) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições e remuneração observando o limite global de remuneração da Administração estabelecido pela Assembleia Geral de Acionistas;

(iv) aprovar planos de participação de lucros, bem como estabelecer critérios para a remuneração e políticas de benefícios dos administradores e empregados da Companha e suas subsidiárias, incluindo planos de opção para empregados;

(v) fiscalizar a gestão dos diretores;

(vi) determinar a política contábil da Companhia de acordo com as leis brasileiras;

(vii) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;

(viii) determinar o levantamento de balanços intermediários e, com base nestes declarar dividendos;

(ix) deliberar a emissão de bônus de subscrição;

(x) determinar a cobrança de balanços provisórios e, com base nessas demonstrações, declarar dividendos;

(xi) aumentar o capital social da Companhia dentro dos limites do seu capital autorizado;

(xii) abertura de filiais, escritórios ou estabelecimentos de qualquer natureza, em qualquer parte do território nacional ou no exterior;

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital informe o nº de protocolo. 
JUCERJA assinado digitalmente

Estatuto Social EVOLTZ (02694401) SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 328

(xiii) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

(xiv) instruir, determinar ou ratificar o voto da Companhia em assembleias de acionistas ou reuniões de sócios de quaisquer sociedades investidas da Companhia;

(xv) convocar a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, quando julgar necessário ou nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

(xvi) autorizar qualquer transação ou endividamento que represente aumento no nível do endividamento financeiro consolidado da Companhia em R$500.000,00 (quinhentos mil reais);

(xvii) autorizar a assunção de compromissos ou obrigações ou a renúncia de direitos ou créditos pela Companhia, em valor superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

(xviii) aprovar previamente, por parte da Companhia e/ou de qualquer controlada, a realização de transações para prevenir ou pôr fim a litígios cujo valor exceda R$500.000,00 (quinhentos mil reais);

(xix) autorizar a celebração, alteração ou rescisão de contratos com partes relacionadas à Companhia, seus administradores e acionistas;

(xx) autorizar a concessão de empréstimos ou linhas de crédito;

(xxi) aprovar a participação, pela Companhia ou por sociedades controladas, em outras entidades;

(xxii) aprovar e fixar políticas, códigos e outros instrumentos de conduta e operação da Companhia;

(xxiii) aprovar a participação da Companhia e de controladas da Companhia em leilões de transmissão de energia e termos e condições fundamentais da proposta(e quaisquer alterações relevantes a essa oferta);

(xxiv) aprovar a celebração, alteração, modificação, rescisão ou renovação de contratos de concessão ou permissão pela Companhia ou por suas controladas;

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital informe o nº de protocolo. 
Estatuto Social EVOLTZ (0269401) SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 329

(xxv) aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos de manutenção e operação dos ativos de transmissão de energia de suas controladas;

(xxvi) autorizar a abertura, alteração de endereço ou a extinção de filiais, sucursais e estabelecimentos da Companhia; e

(xxvii) escolher e destituir eventuais auditores independentes da Companhia.

**ARTIGO 23** - O conselho de administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais assim exigirem, mediante convocação escrita de qualquer de seus conselheiros.

PARÁGRAFO 1º - As reuniões do conselho serão convocadas mediante o envio, via carta, fax, *e-mail*, ou outra forma que permita a comprovação do recebimento do correspondente aviso de convocação, devendo a primeira convocação ser enviada com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência.

PARÁGRAFO 2º - O aviso de convocação deverá incluir ordem do dia detalhada (sendo inclusive vedada a utilização da rubrica 'assuntos gerais') e deverá ser acompanhado de todos os documentos de apoio porventura necessários.

PARÁGRAFO 3º - Independentemente das formalidades de convocação previstas neste artigo, serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os conselheiros.

**ARTIGO 24** - Os conselheiros poderão ser representados nas reuniões do conselho de administração por outro conselheiro a quem tenham conferido poderes especiais. Serão igualmente considerados presentes à reunião os conselheiros que dela participarem por intermédio de tele ou videoconferência, devendo, contudo, confirmarem seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao presidente da mesa, por carta, fax, *e-mail*, ou outra forma que permita a comprovação de recebimento, logo após o término da reunião. Nesses casos, o presidente da mesa ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro remetente.

PARÁGRAFO ÚNICO - As reuniões do conselho de administração instalar-se-ão em primeira convocação mediante a presença de todos os conselheiros eleitos, observadas as disposições do caput deste Artigo, e, em segunda convocação, mediante a presença da maioria dos membros eleitos.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente



Estatuto Social EVOLTZ (02694401) SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 350

**ARTIGO 25** - Ressalvadas as exceções previstas neste estatuto social ou em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, as deliberações do conselho de administração serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes.

**ARTIGO 26** - As decisões do conselho de administração serão lavradas em atas transcritas no livro próprio. Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do conselho de administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

**DIRETORIA**

**ARTIGO 27** - A diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 02 (dois) diretores e no máximo 05 (cinco), sendo um diretor presidente, um diretor financeiro e os demais diretores sem designação específica, eleitos para cumprir mandato unificado de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

PARÁGRAFO 1º - Não obstante o disposto no caput, o prazo de gestão dos diretores se estende até a investidura dos novos administradores eleitos.

PARÁGRAFO 2º - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

(i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

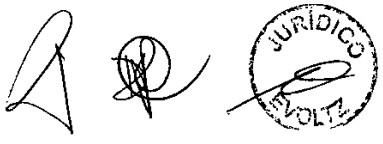
(ii) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;

(iii) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções aos Diretores, observado o disposto neste Estatuto;

(iv) propor o quadro de empregados, suas atribuições e respectiva remuneração, que estará sujeito à aprovação do Conselho de Administração;

(v) ser responsável pela estratégia e desenvolvimento da Companhia e entregar resultados financeiros e operacionais;

(vi) conduzir e orientar os princípios norteadores e governança corporativa da Companhia;




**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital informe o nº de protocolo. 
Estatuto Social EVOLTZ (02694401) SEI 330004.000834/2020-01 / pg. 391

(vii) coordenar o atendimento e as relações com os órgãos governamentais, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; e

(viii) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 3º - Compete ao Diretor Financeiro:

(i) planejar, implementar e coordenar os relatórios financeiros, o plano de negócios e a política fiscal da Companhia, além de organizar, elaborar e controlar o orçamento da Companhia;

(ii) preparar as demonstrações financeiras, gerir a contabilidade e administrar a tesouraria da Companhia em atendimento às determinações legais vigentes;

(iii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;

(iv) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia e ao Conselho de Administração;

(v) planejar e executar políticas de gestão em sua área de competência;

(vi) administrar a estrutura de capital, os relacionamentos e reportar as exigências dos credores, financiadores, agências de classificação de risco de crédito e contrapartes de crédito da Companhia; e

(vii) exercer outras atribuições designadas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 28** - Em caso de vacância em qualquer dos cargos da diretoria, seja em razão de renúncia, impedimento ou morte, caberá à assembleia geral a eleição de novo diretor.

**ARTIGO 29** - A diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus diretores.

**ARTIGO 30** – A diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por lei, pelo presente estatuto, ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, sejam de competência ou dependam de prévia aprovação da assembleia geral.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital informe o nº de protocolo. 

JUCERJA assinado digitalmente

Estatuto Social EVOLTZ (02694401) SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 392

PARÁGRAFO 1º - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ou perante terceiros ou quaisquer repartições e autoridades federais, estaduais ou municipais será realizada (i) por 02 (dois) diretores da Companhia, em conjunto, sendo um o Diretor Presidente; ou (ii) por 01 (um) diretor da Companhia em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos.

PARÁGRAFO 2º - As procurações em nome da Companhia serão assinadas por 02 (dois) diretores da Companhia, em conjunto; e deverão especificar os poderes conferidos. As procurações outorgadas em nome da Companhia terão o período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, com exceção daquelas para fins de processos judiciais, administrativos ou arbitrais; ou aquelas outorgadas à instituições financeiras no âmbito de contratos de financiamento de longo prazo, bem como no âmbito dos respectivos contratos acessórios, desde que limitadas ao prazo de eficácia dos referidos contratos de financiamento.

PARÁGRAFO 3º - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer diretor ou procurador que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e operações estranhos aos seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, que estará sujeito i infrator deste dispositivo.

**CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 31** - O conselho fiscal da Companhia, que somente será instalado mediante pedido de acionistas ou exigência legal, será composto de no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, e igual número de suplentes, eleitos pela assembleia geral.

**ARTIGO 32** - O funcionamento e a competência do conselho fiscal da Companhia, bem como os deveres e as responsabilidades de seus conselheiros, obedecerão às disposições legais pertinentes.

**EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS**

**ARTIGO 33** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital informe o nº de protocolo. 
Estatuto Social EVOLTZ (02694401) SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 366

**ARTIGO 34** - Ao final de cada exercício social, a diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) a demonstração do resultado do exercício; e (iv) a demonstração dos fluxos de caixa. As demonstrações financeiras serão elaboradas de acordo com as normas legais aplicáveis, as quais serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

**ARTIGO 35** - Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

**ARTIGO 36** - Do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

PARÁGRAFO 1º - Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

PARÁGRAFO 2º - A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

**ARTIGO 37** - Os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício.

PARÁGRAFO 1º - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a administração informar à assembleia geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

PARÁGRAFO 2º - Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do parágrafo primeiro deste artigo serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia assim o permitir.

**ARTIGO 38** - A Companhia, mediante deliberação de seu conselho de administração, poderá levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo. 
Estatuto Social EVOLTZ (0269401) - SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 394

intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Poderá, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.

PARÁGRAFO ÚNICO - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

**ARTIGO 39** - Os dividendos, sejam anuais ou intermediários, serão pagos pela Companhia à pessoa que, na data do ato de declaração do dividendo, estiver inscrita como proprietária ou usufrutuária da ação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Salvo disposição contrário da assembleia geral, os dividendos serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

**ARTIGO 40** - A Companhia, mediante deliberação do conselho de administração, poderá determinar o pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio, cujos valores poderão, nos termos do artigo 9º, §7º da lei nº 9.249/95, ser imputados ao dividendo obrigatório.

**TRANSFORMAÇÃO**

**ARTIGO 41** - A transformação da Companhia em outro tipo societário está sujeita à aprovação dos acionistas, em assembleia geral, que representem a maioria do capital social com direito de voto, não se computando os votos em branco.

**DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 42** - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da assembleia geral ou nos demais casos previstos em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - Compete à assembleia geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e o conselho fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital informe o nº de protocolo.

Estatuto Social EVOLTZ (02694401) SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 365

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ARTIGO 43** - A Companhia disponibilizará aos acionistas contratos firmados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisições de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

**ARTIGO 44** - No caso de abertura do capital da Companhia e obtenção de registro de companhia aberta na Categoria A, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 578, de 30.08.2016, conforme alterada.

**ARTIGO 45** - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem a ser realizada na cidade do São Paulo e administrada pela Câmara de Comércio Internacional – *International Chamber of Commerce* – ICC ("Câmara"), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76 e às demais normas aplicáveis ao funcionamento das Companhias em geral, no estatuto social da Companhia, aos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, de acordo com o regulamento de arbitragem da Câmara e o disposto na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital informe o nº de protocolo.

Estatuto Social EVOLTZ (02694401) SEI 33004.000834/2020-01 / pg. 396

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

# DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

PROTOCOLO REDESIM
**RJP1900126535**

## 01. IDENTIFICAÇÃO

| NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) | Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ |
|---|---|
| **EVOLTZ PARTICIPACOES S/A.** | **28.037.759/0001-68** |

## 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

**220 Alteracao do nome empresarial (firma ou denominacao)**
**244 Alteracao de atividades economicas (principal e secundarias)**

Número de Controle: RJ12299930 - 28037759000168

## 03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

| ■ FCPJ | ☐ QSA |
|---|---|

## 04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

| NOME DO PREPOSTO | CPF DO PREPOSTO |
|---|---|
| | |

## 05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

| ■ Responsável | ☐ Preposto |
|---|---|
| NOME: **DENISE ARAUJO FRANCISCO** | CPF: **003.008.217-00** |
| LOCAL E DATA | ASSINATURA (com firma reconhecida) |

## 06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

Ofício de Notas — Adilson Wagner Firmino — CARTÓRIO DE JACAREPAGUÁ — Estrada dos Bandeirantes, 209 - Lojas C e D - Taquara - RJ - CEP 22710-570 - Tel. (21) 2445-0780

AE088906

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
DENISE ARAUJO FRANCISCO

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2019 Em testº da verdade
Por
MARCOS VINICIUS DA SILVA LUZ - ESCREVENTE

Emolumentos R$ 5,61 TJ-Fundos R$ 2,29 Total R$ 7,90

Selo: EDBT73824-RKXV

CTPS 38877 Série 097/RJ

Consulte em http://www3.tjrj.jus.br/selopublico

## 07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA UNIDADE CADASTRADORA

Imprimir

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente



Estatuto Social EVOLTZ (02694401) - SEI 33004.000854/2020-01 / pg. 397

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032953-6

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

**Nº do Protocolo**

**00-2019/377879-3** Recebido em 27/06/2019

**JUCERJA**

**Útimo arquivamento:**
00003655432 - 18/06/2019

**NIRE:** 33.3.0032953-6

EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.

**Boleto(s):** 103114507

**Hash:** C16D9CDE-DECF-4B2A-9830-3915505CF08D

| Orgão | Calculado | Pago |
|---|---|---|
| Junta | 595,00 | 595,00 |
| DNRC | 21,00 | 21,00 |

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Nome

EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.

Código Ato

002

Eventos

| Cód | Qtde. | Descrição do Ato / Evento |
|---|---|---|
| 022 | 1 | Alteração / Alteração de Dados e de Nome Empresarial |
| xxx | xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |

**CERTIFICO O DEFERIMENTO POR JOSÉ ROBERTO BORGES, NATAN SCHIPER E SAMIR FERREIRA BARBOSA NEHME SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:**

| NIRE / Arquivamento | CNPJ | Endereço / Endereço completo no exterior | Bairro | Municipio | Estado |
|---|---|---|---|---|---|
| 00003666450 | 28.037.759/0001-68 | Avenida Embaixador Abelardo Bueno 199 | Jacarepagua | Rio de Janeiro | RJ |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |
| xxxxxxxxxxx | xx.xxx.xxx/xxxx-xx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxx | xxxxxxxxxx | xx |

Deferido em 28/06/2019 e arquivado em 28/06/2019

| Nº de Páginas | Capa Nº Páginas |
|---|---|
| 20 | 1/1 |

**Bernardo Feijó Sampaio Berwanger**

SECRETÁRIO GERAL

**Observação:**

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente



Ata EVOLTZ (0269403) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 338

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nº do Protocolo

**00-2019/377879-3** 27/06/2019 - 13:53:12
**JUCERJA**
**Último Arquivamento:**
00003655432 - 18/06/2019
**NIRE:** 33.3.0032953-6
SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.

| Órgão | Calculado | Pago |
|---|---|---|
| Junta | 595,00 | 595,00 |
| DREI | 21,00 | 21,00 |

**Boleto(s):** 103114507
**Hash:** C16D9CDE-DECF-4B2A-9830-3915505CF08D

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)
**33.3.0032953-6**

Tipo Jurídico
Sociedade anônima

Porte Empresarial
Normal

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

# SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

| Código do Ato |
|---|
| 002 |

| Código Evento | Qtde. | Descrição do ato / Descrição do evento |
|---|---|---|
| 022 | 1 | Alteração / Alteração de Dados e de Nome Empresarial |
| xxx | xxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |
| xxx | xxx | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx |

Rio
Local

27/06/2019
Data

**Representante legal da empresa**

| | |
|---|---|
| **Nome:** | |
| **Assinatura:** | |
| **Telefone de contato:** | |
| **E-mail:** | |
| **Tipo de documento:** | Híbrido |
| **Data de criação:** | 27/06/2019 |
| **Data da 1ª entrada:** | |

JOÃO JOSÉ FURTADO AFONSO
Despachante Documentalista
CRDD/RJ nº 00256
96408 - 7478
jpardal@luzpublicidade.com

00-2019/377879-3

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Ata EVOLTZ (0269403) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 339

**SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.**

CNPJ nº 28.037.759/0001-68
NIRE 33300329536

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
**REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2019**

**DATA, HORÁRIO E LOCAL**: Realizada no dia 19 de junho de 2019, às 17 horas, na sede social da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A. ("Companhia"), situada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAl 46742, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, CEP 22775-022.

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS**: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme faculta o artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

**MESA**: Presidente: João Pinheiro Nogueira Batista; Secretária: Denise Araujo Francisco.

**ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre: **(i)** a mudança da razão social da Companhia; **(ii)** a mudança no objeto social da Companhia; **(iii)** a alteração da forma de representação da Companhia; e **(iv)** modificação das condições de outorga de procurações em nome da Companhia.

**DELIBERAÇÕES**: Após exame e discussão da matéria constante da ordem do dia, os acionistas aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalvas:

**(i)** a alteração da razão social da Companhia de *Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A.* para *Evoltz Participações S.A.* Em razão da deliberação ora aprovada, o Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

> *"**ARTIGO 1º** - A Evoltz Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente estatuto e pela legislação aplicável."*

**(ii)** a alteração do objeto social da Companhia para prever apenas a atividade de investimento e participação em outras sociedades. Em razão da deliberação ora aprovada, o Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

> *"**ARTIGO 3º** - A Companhia tem por objeto social o investimento e participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que desempenham atividades de geração ou transmissão de energia, assim como outras atividades de infraestrutura correlatas."*

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

Ata EVOLTZ (0269403) SEI 33004.000694/2020-017 / pg. 3/40

**(iii)** a modificação da forma de representação da Companhia, para que a mesma seja representada (a) conjuntamente por 02 (dois) diretores da Companhia, sendo 01 (um) o Diretor Presidente; ou (b) por 01 (um) diretor da Companhia em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos.

**(iv)** a alteração das condições de outorga de procurações em nome da Companhia, a fim de que as procurações outorgadas às instituições financeiras no âmbito de contratos de financiamento de longo prazo, bem como no âmbito dos respectivos contratos acessórios, desde que limitadas ao prazo de eficácia dos referidos contratos de financiamento, estejam excepcionadas do período geral de validade de 01 (um) ano.

**(v)** Em vista das deliberações aprovadas nos itens **(iii)** e **(iv)** desta assembleia, o Artigo 30 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

> *"**ARTIGO 30** – A diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por lei, pelo presente estatuto, ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, sejam de competência ou dependam de prévia aprovação da assembleia geral.*
>
> *PARÁGRAFO 1º - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ou perante terceiros ou quaisquer repartições e autoridades federais, estaduais ou municipais será realizada (i) por 02 (dois) diretores da Companhia, em conjunto,* sendo um o Diretor Presidente; *ou (ii) por um diretor da Companhia em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos.*
>
> *PARÁGRAFO 2º - As procurações em nome da Companhia serão assinadas por 02 (dois) diretores da Companhia, em conjunto; e deverão especificar os poderes conferidos. As procurações outorgadas em nome da Companhia terão o período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, com exceção daquelas para fins de processos judiciais, administrativos ou arbitrais; ou aquelas outorgadas à instituições financeiras no âmbito de contratos de financiamento de longo prazo, bem como no âmbito dos respectivos contratos acessórios, desde que limitadas ao prazo de eficácia dos referidos contratos de financiamento.*
>
> *PARÁGRAFO 3º - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer diretor ou procurador que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, que estará sujeito o infrator deste dispositivo. "*

**(vi)** tendo em vista as deliberações aprovadas acima, o Estatuto Social da Companhia passará a vigorar, a partir da presente data, na forma constante do Anexo I à presente ata.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

Ata EVOLTZ (0269403) SEI 53004.000694/2020-017 / pg. 341

**ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, na forma sumária, a qual, reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada pelos acionistas presentes, que também autorizam a publicação da ata com omissão das assinaturas dos acionistas (art. 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A.).

**ASSINATURAS**: Mesa: Presidente - João Pinheiro Nogueira Batista; Secretária - Denise Araujo Francisco. Acionistas: TPG Delaware 2015-SC V.LLC e Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (representado por seu administrador: Modal D.T.V.M. Ltda.).

*Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.*

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2019.

Mesa:

João Pinheiro Nogueira Batista
Presidente

Denise Araujo Francisco
Secretária

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

Ata EVOLTZ (0269403) SEI 53504.000694/2020-01 / pg. 342

**ANEXO I**

(*Anexo à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A., realizada em 19 de junho de 2019)*

**ESTATUTO SOCIAL**

**DA**

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**

**DENOMINAÇÃO E REGÊNCIA**

**ARTIGO 1º** - A **Evoltz Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente estatuto e pela legislação aplicável.

**SEDE E FORO**

**ARTIGO 2º** - A Companhia tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAL 46742, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, CEP: 22775-022.

**OBJETO SOCIAL**

**ARTIGO 3º** - A Companhia tem por objeto social o investimento e participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que desempenham atividades de geração ou transmissão de energia, assim como outras atividades de infraestrutura correlatas.

**DURAÇÃO DA COMPANHIA**

**ARTIGO 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPITAL SOCIAL**

**ARTIGO 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de 500.001.000,00 (quinhentos milhões e mil reais), dividido em 500.001.000 (quinhentas milhões e mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

Anx EVOLTZ (0269403) SEI 33004.000694/2020-017 / pg. 343

PARÁGRAFO 1º - Cada ação ordinária da Companhia corresponde a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

PARÁGRAFO 2º - É permitida a criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais.

PARÁGRAFO 3º - É vedada a emissão de partes beneficiárias, bem como a existência de tais títulos em circulação.

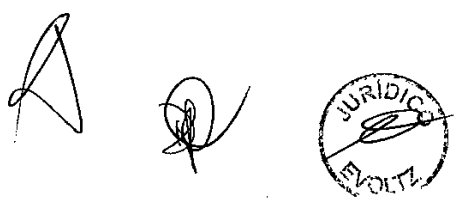
**ARTIGO 6º** - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma no estatuto, por decisão do conselho de administração, até o limite de R$ 1.250.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta milhões de reais).

**ARTIGO 7º** - Os acionistas terão, na proporção do número de ações que possuírem, direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição. O direito de preferência deverá ser exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações realizadas no âmbito de plano aprovado pela assembleia geral.

**ARTIGO 8º** - Sem prejuízo da obrigação de indenizar a Companhia por eventuais perdas e danos, o atraso do acionista em realizar a integralização das ações na forma prevista no respectivo boletim de subscrição estará sujeito à cobrança de (i) correção monetária pela variação do IGP-M/FGV, (ii) juros de 1% a.m. (um por cento ao mês), e (iii) multa não compensatória equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso corrigido e acrescido de juros, calculada, *pro rata temporis,* desde a data em que o pagamento seria devido até a data do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - O atraso do acionista em realizar a integralização das ações na forma prevista no respectivo boletim de subscrição estará sujeito, ainda, à suspensão de todos os seus direitos políticos e patrimoniais.




**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo. 
Ata EVOLTZ (0269403) SEI 53504.000694/2020-017 / pg. 344

**ARTIGO 9º** - A assembleia geral de acionistas realizar-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais a exigirem.

**ARTIGO 10º** - Compete privativamente à assembleia geral, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação, este estatuto social, ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia:

(i) reformar o estatuto social;

(ii) qualquer alteração do objeto social da Companhia;

(iii) suspender o exercício de direito dos acionistas;

(iv) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do conselho de administração e do conselho fiscal;

(v) fixar a remuneração dos administradores e dos membros do conselho fiscal, quando instalado;

(vi) aprovar ou modificar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações;

(vii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(viii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

(ix) deliberar sobre transformação, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;

(x) deliberar sobre desdobramentos ou grupamentos de ações;

(xi) deliberar sobre resgate, amortização, reembolso ou recompra de ações;

(xii) deliberar sobre a alienação de ações mantidas em tesouraria (exceto se no âmbito de plano de recompra de ações ou plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aprovados pela assembleia geral);

(xiii) aprovar a apresentação de pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou falência; e

(xiv) deliberar a dissolução e liquidação da Companhia.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Ata EVOLTZ (0269403) SEI 53004.000694/2020-017 / pg. 345

**ARTIGO 11** - A assembleia geral será convocada pelo conselho de administração, ou por seus acionistas nos casos estabelecidos na lei das sociedades por ações, mediante a publicação do correspondente edital de convocação, devendo a primeira convocação ser feita com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência; não se realizando a assembleia, será publicado anúncio de segunda convocação com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

PARÁGRAFO 1º - O edital de convocação deverá incluir ordem do dia detalhada (sendo inclusive vedada a utilização da rubrica 'assuntos gerais') e confirmação de que cópia da documentação suporte para a discussão dos assuntos da ordem do dia está disponível para ser retirada pelos acionistas na sede da companhia.

PARÁGRAFO 2º - Sem prejuízo do cumprimento das formalidades de convocação estabelecidas neste artigo e na lei das sociedades por ações, os editais de convocação das assembleias gerais deverão ser enviados a todos os acionistas via carta, fax, *e-mail*, ou outra forma que permita a comprovação do seu recebimento.

**ARTIGO 12** - As pessoas presentes à assembleia deverão comprovar a sua qualidade de acionista exibindo seu documento de identidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os acionistas poderão ser representados nas assembleias por procurador constituído há menos de um ano, devendo, neste caso, ser apresentados ainda o instrumento de mandato e o comprovante de identidade do mandatário.

**ARTIGO 13** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto; em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**ARTIGO 14** - Antes de abrir-se a assembleia, os acionistas assinarão o 'Livro de Presença', indicando seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

PARÁGRAFO 1º - A lista dos acionistas presentes será encerrada pelo presidente da mesa, logo após a instalação da assembleia.

PARÁGRAFO 2º - Os acionistas que comparecerem à assembleia após o encerramento da lista poderão participar da reunião, não lhes sendo conferido, porém, o direito de votar

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

Ata EVOLTZ (0269403) SEI 33004.000694/2020-017 / pg. 346

em qualquer deliberação social. Adicionalmente, não serão computadas suas ações na determinação do total de votos.

**ARTIGO 15** - Os trabalhos da assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

**ARTIGO 16** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, neste estatuto social, ou em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, as deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

**ARTIGO 17** - Eventuais acionistas dissidentes poderão, nas hipóteses previstas em lei, retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações.

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor de reembolso pago a eventuais acionistas dissidentes pelas suas ações será o menor entre os calculados com base (i) no patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) no valor econômico da Companhia.

**ARTIGO 18** - Salvo deliberação em contrário, as atas das assembleias serão lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive de eventuais dissidências e protestos, e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

**ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 19** - A administração da Companhia competirá ao conselho de administração e à diretoria. O conselho de administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Companhia privativa dos diretores.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 20** - O conselho de administração será composto por no mínimo 3 e, no máximo até 7 (sete) membros, eleitos pela assembleia geral para cumprir mandato unificado de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

PARÁGRAFO 1º - O conselho de administração terá um presidente, o qual será escolhido pela assembleia geral imediatamente após a eleição dos integrantes do órgão.

PARÁGRAFO 2º - Os membros do conselho de administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de diretores.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente
Ata EVOLTZ (0269403) SEI 53004.000694/2020-017 / pg. 547

**ARTIGO 21** - Em caso de vacância no cargo de conselheiro, seja em razão de renúncia, abandono, impedimento ou morte, o conselho da administração da Companhia nomeará o substituto que servirá até a primeira assembleia geral da Companhia convocada após a vacância.

**ARTIGO 22** - Compete ao conselho de administração, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação, este estatuto social, ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia deliberar sobre as matérias listas abaixo relacionadas à Companhia ou suas controladas:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) aprovar o plano de negócios anual, que deverá conter o orçamento e o detalhamento dos objetivos e estratégias de negócios para o período;

(iii) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições e remuneração observando o limite global de remuneração da Administração estabelecido pela Assembleia Geral de Acionistas;

(iv) aprovar planos de participação de lucros, bem como estabelecer critérios para a remuneração e políticas de benefícios dos administradores e empregados da Companha e suas subsidiárias, incluindo planos de opção para empregados;

(v) fiscalizar a gestão dos diretores;

(vi) determinar a política contábil da Companhia de acordo com as leis brasileiras;

(vii) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;

(viii) determinar o levantamento de balanços intermediários e, com base nestes declarar dividendos;

(ix) deliberar a emissão de bônus de subscrição;

(x) determinar a cobrança de balanços provisórios e, com base nessas demonstrações, declarar dividendos;

(xi) aumentar o capital social da Companhia dentro dos limites do seu capital autorizado;

(xii) abertura de filiais, escritórios ou estabelecimentos de qualquer natureza, em qualquer parte do território nacional ou no exterior;

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo. 
Ata EVOLTZ (0269403) SEI 53004.000694/2020-017 / pg. 346

(xiii) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

(xiv) instruir, determinar ou ratificar o voto da Companhia em assembleias de acionistas ou reuniões de sócios de quaisquer sociedades investidas da Companhia;

(xv) convocar a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, quando julgar necessário ou nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

(xvi) autorizar qualquer transação ou endividamento que represente aumento no nível do endividamento financeiro consolidado da Companhia em R$500.000,00 (quinhentos mil reais);

(xvii) autorizar a assunção de compromissos ou obrigações ou a renúncia de direitos ou créditos pela Companhia, em valor superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

(xviii) aprovar previamente, por parte da Companhia e/ou de qualquer controlada, a realização de transações para prevenir ou pôr fim a litígios cujo valor exceda R$500.000,00 (quinhentos mil reais);

(xix) autorizar a celebração, alteração ou rescisão de contratos com partes relacionadas à Companhia, seus administradores e acionistas;

(xx) autorizar a concessão de empréstimos ou linhas de crédito;

(xxi) aprovar a participação, pela Companhia ou por sociedades controladas, em outras entidades;

(xxii) aprovar e fixar políticas, códigos e outros instrumentos de conduta e operação da Companhia;

(xxiii) aprovar a participação da Companhia e de controladas da Companhia em leilões de transmissão de energia e termos e condições fundamentais da proposta(e quaisquer alterações relevantes a essa oferta);

(xxiv) aprovar a celebração, alteração, modificação, rescisão ou renovação de contratos de concessão ou permissão pela Companhia ou por suas controladas;

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo. 

Aditivo EVOLTZ (0269403) SEI 53504.000694/2020-01 / pg. 349

(xxv) aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos de manutenção e operação dos ativos de transmissão de energia de suas controladas;

(xxvi) autorizar a abertura, alteração de endereço ou a extinção de filiais, sucursais e estabelecimentos da Companhia; e

(xxvii) escolher e destituir eventuais auditores independentes da Companhia.

**ARTIGO 23** - O conselho de administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais assim exigirem, mediante convocação escrita de qualquer de seus conselheiros.

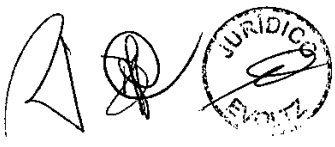
PARÁGRAFO 1º - As reuniões do conselho serão convocadas mediante o envio, via carta, fax, *e-mail*, ou outra forma que permita a comprovação do recebimento do correspondente aviso de convocação, devendo a primeira convocação ser enviada com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência.

PARÁGRAFO 2º - O aviso de convocação deverá incluir ordem do dia detalhada (sendo inclusive vedada a utilização da rubrica 'assuntos gerais') e deverá ser acompanhado de todos os documentos de apoio porventura necessários.

PARÁGRAFO 3º - Independentemente das formalidades de convocação previstas neste artigo, serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os conselheiros.

**ARTIGO 24** - Os conselheiros poderão ser representados nas reuniões do conselho de administração por outro conselheiro a quem tenham conferido poderes especiais. Serão igualmente considerados presentes à reunião os conselheiros que dela participarem por intermédio de tele ou videoconferência, devendo, contudo, confirmarem seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao presidente da mesa, por carta, fax, *e-mail*, ou outra forma que permita a comprovação de recebimento, logo após o término da reunião. Nesses casos, o presidente da mesa ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro remetente.

PARÁGRAFO ÚNICO - As reuniões do conselho de administração instalar-se-ão em primeira convocação mediante a presença de todos os conselheiros eleitos, observadas as disposições do caput deste Artigo, e, em segunda convocação, mediante a presença da maioria dos membros eleitos.




**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo. 
Ata EVOLTZ (0269403) SEI 53504.000694/2020-017 / pg. 350

**ARTIGO 25** - Ressalvadas as exceções previstas neste estatuto social ou em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, as deliberações do conselho de administração serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes.

**ARTIGO 26** - As decisões do conselho de administração serão lavradas em atas transcritas no livro próprio. Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do conselho de administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

**DIRETORIA**

**ARTIGO 27** - A diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 02 (dois) diretores e no máximo 05 (cinco), sendo um diretor presidente, um diretor financeiro e os demais diretores sem designação específica, eleitos para cumprir mandato unificado de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

PARÁGRAFO 1º - Não obstante o disposto no caput, o prazo de gestão dos diretores se estende até a investidura dos novos administradores eleitos.

PARÁGRAFO 2º - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

(i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

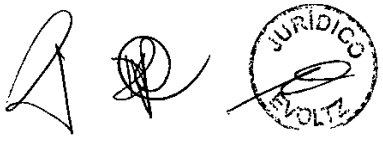
(ii) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;

(iii) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções aos Diretores, observado o disposto neste Estatuto;

(iv) propor o quadro de empregados, suas atribuições e respectiva remuneração, que estará sujeito à aprovação do Conselho de Administração;

(v) ser responsável pela estratégia e desenvolvimento da Companhia e entregar resultados financeiros e operacionais;

(vi) conduzir e orientar os princípios norteadores e governança corporativa da Companhia;




**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo. 
Ata EVOLTZ (0269403) SEI 33004.000694/2020-01 / pg. 351

(vii) coordenar o atendimento e as relações com os órgãos governamentais, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; e

(viii) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 3º - Compete ao Diretor Financeiro:

(i) planejar, implementar e coordenar os relatórios financeiros, o plano de negócios e a política fiscal da Companhia, além de organizar, elaborar e controlar o orçamento da Companhia;

(ii) preparar as demonstrações financeiras, gerir a contabilidade e administrar a tesouraria da Companhia em atendimento às determinações legais vigentes;

(iii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;

(iv) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia e ao Conselho de Administração;

(v) planejar e executar políticas de gestão em sua área de competência;

(vi) administrar a estrutura de capital, os relacionamentos e reportar as exigências dos credores, financiadores, agências de classificação de risco de crédito e contrapartes de crédito da Companhia; e

(vii) exercer outras atribuições designadas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 28** - Em caso de vacância em qualquer dos cargos da diretoria, seja em razão de renúncia, impedimento ou morte, caberá à assembleia geral a eleição de novo diretor.

**ARTIGO 29** - A diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de qualquer de seus diretores.

**ARTIGO 30** – A diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por lei, pelo presente estatuto, ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, sejam de competência ou dependam de prévia aprovação da assembleia geral.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

Aditamento (0269403) SEI 53504.000694/2020-01 / pg. 302

PARÁGRAFO 1º - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ou perante terceiros ou quaisquer repartições e autoridades federais, estaduais ou municipais será realizada (i) por 02 (dois) diretores da Companhia, em conjunto, sendo um o Diretor Presidente; ou (ii) por 01 (um) diretor da Companhia em conjunto com 01 (um) procurador com poderes específicos.

PARÁGRAFO 2º - As procurações em nome da Companhia serão assinadas por 02 (dois) diretores da Companhia, em conjunto; e deverão especificar os poderes conferidos. As procurações outorgadas em nome da Companhia terão o período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano, com exceção daquelas para fins de processos judiciais, administrativos ou arbitrais; ou aquelas outorgadas à instituições financeiras no âmbito de contratos de financiamento de longo prazo, bem como no âmbito dos respectivos contratos acessórios, desde que limitadas ao prazo de eficácia dos referidos contratos de financiamento.

PARÁGRAFO 3º - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer diretor ou procurador que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e operações estranhos aos seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, que estará sujeito i infrator deste dispositivo.

**CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 31** - O conselho fiscal da Companhia, que somente será instalado mediante pedido de acionistas ou exigência legal, será composto de no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, e igual número de suplentes, eleitos pela assembleia geral.

**ARTIGO 32** - O funcionamento e a competência do conselho fiscal da Companhia, bem como os deveres e as responsabilidades de seus conselheiros, obedecerão às disposições legais pertinentes.

**EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS**

**ARTIGO 33** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo. 
Ata EVOLTZ (0269403) SEI 33004.000694/2020-017 / pg. 353

**ARTIGO 34** - Ao final de cada exercício social, a diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) a demonstração do resultado do exercício; e (iv) a demonstração dos fluxos de caixa. As demonstrações financeiras serão elaboradas de acordo com as normas legais aplicáveis, as quais serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

**ARTIGO 35** - Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

**ARTIGO 36** - Do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

PARÁGRAFO 1º - Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

PARÁGRAFO 2º - A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

**ARTIGO 37** - Os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício.

PARÁGRAFO 1º - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a administração informar à assembleia geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

PARÁGRAFO 2º - Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do parágrafo primeiro deste artigo serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia assim o permitir.

**ARTIGO 38** - A Companhia, mediante deliberação de seu conselho de administração, poderá levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

Ata EVOLTZ (0269403) SEI 53004.000694/2020-01 / pg. 364

intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Poderá, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.

PARÁGRAFO ÚNICO - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

**ARTIGO 39** - Os dividendos, sejam anuais ou intermediários, serão pagos pela Companhia à pessoa que, na data do ato de declaração do dividendo, estiver inscrita como proprietária ou usufrutuária da ação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Salvo disposição contrário da assembleia geral, os dividendos serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

**ARTIGO 40** - A Companhia, mediante deliberação do conselho de administração, poderá determinar o pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio, cujos valores poderão, nos termos do artigo 9º, §7º da lei nº 9.249/95, ser imputados ao dividendo obrigatório.

**TRANSFORMAÇÃO**

**ARTIGO 41** - A transformação da Companhia em outro tipo societário está sujeita à aprovação dos acionistas, em assembleia geral, que representem a maioria do capital social com direito de voto, não se computando os votos em branco.

**DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 42** - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da assembleia geral ou nos demais casos previstos em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - Compete à assembleia geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e o conselho fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

Ata EVOLTZ (0269403) SEI 53004.000694/2020-017 / pg. 365

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ARTIGO 43** - A Companhia disponibilizará aos acionistas contratos firmados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisições de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

**ARTIGO 44** - No caso de abertura do capital da Companhia e obtenção de registro de companhia aberta na Categoria A, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 578, de 30.08.2016, conforme alterada.

**ARTIGO 45** - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem a ser realizada na cidade do São Paulo e administrada pela Câmara de Comércio Internacional – *International Chamber of Commerce* – ICC ("Câmara"), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76 e às demais normas aplicáveis ao funcionamento das Companhias em geral, no estatuto social da Companhia, aos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, de acordo com o regulamento de arbitragem da Câmara e o disposto na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada.

JURÍDICO EVOLTZ

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

Ata EVOLTZ (0269403) SEI 53504.000694/2020-017 / pg. 356

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

# DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

| PROTOCOLO REDESIM |
|---|
| RJP1900126535 |

## 01. IDENTIFICAÇÃO

| NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) | Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ |
|---|---|
| EVOLTZ PARTICIPACOES S/A. | 28.037.759/0001-68 |

## 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

**220 Alteracao do nome empresarial (firma ou denominacao)**
**244 Alteracao de atividades economicas (principal e secundarias)**

Número de Controle: RJ12299930 - 28037759000168

## 03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

| ■ FCPJ | ☐ QSA |
|---|---|

## 04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

| NOME DO PREPOSTO | CPF DO PREPOSTO |
|---|---|
| | |

## 05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

| ■ Responsável | ☐ Preposto |
|---|---|
| NOME: DENISE ARAUJO FRANCISCO | CPF: 003.008.217-00 |
| LOCAL E DATA | ASSINATURA (com firma reconhecida) |

## 06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

Ofício de Notas — Adilson Wagner Firmino CARTÓRIO DE JACAREPAGUÁ — AE200879 088906
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
DENISE ARAUJO FRANCISCO
Rio de Janeiro, 26 de junho de 2019 Em testº da verdade
Por
MARCOS VINICIUS DA SILVA LUIZ - ESCREVENTE
Selo: EDBT73824-RKXv
CTPS 38877 Série 097/RJ
consulte em http://www3.tjrj.jus.br/selopublico

## 07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA UNIDADE CADASTRADORA

Imprimir

**Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**
Nome: SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S.A.
Nome Novo: EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A.
NIRE: 333.0032953-6 Protocolo: 00-2019/377879-3 Data do protocolo: 27/06/2019
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/06/2019 SOB O NÚMERO 00003666450 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: E10FBBC8B6C521B5589D8FEDFCE8226C9C4C5CAC3C596483C8D1CD300558E5FA
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

Ata EVOLTZ (0269403) SEI 53504.000694/2020-01 / pg. 357

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN

Senhora Coordenadora,

1. Em atendimento ao solicitado nos Despachos Simples DGFAI (0268869) e CGFIN (0269332) anexamos ao autos documentações listadas abaixo:

a) Demonstrações Financeiras Evoltz Participações S.A. (0269396);

b) Demonstrações Financeiras Manaus Transmissora de Energia S.A. (0269399);

c) Demonstrações Contábeis Manaus Transmissora de Energia S.A. (0269400);

d) Estatuto Social Evoltz Participações S.A. (0269401);

e) Ata de Assembleia Geral da Evoltz Participações S.A., de 19/06/2019 (0269403).

Documento assinado eletronicamente por **Alda Francy Teixeira Freitas da Costa Nunes**, **Coordenador**, em 30/07/2020, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0269404** e o código CRC **193EAACF**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0269404

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos - DGFAI .

Senhora Diretora,

1. Em atenção ao Despacho Simples DGFAI, doc SEI 0268869, anexamos ao processo os documentos solicitados.

2. Na oportunidade, fazemos alguns esclarecimentos sobre a motivação do item 2 do referido despacho.

3. O art. 50 do Regulamento do FDA aprovado pelo Decreto n. 4254/2002, que refere-se à contratação de Auditoria Independente, é um artigo que, a nível de Sudam é de responsabilidade da Auditoria Interna e essa CGFIN apenas toma conhecimento do resultado dos trabalhos da Auditoria e adota as providências cabíveis, caso demandadas. Inclusíve está sendo realizada auditoria nesse artigo de forma a determinar as ações a serem implementadas pela Sudam, conforme ofício n. 18/2020-AUD/DICOL, doc SEI 0258104, constante do processo 59004.001036/2020-75.

4. A CAF realizou diligência junto à Empresa para obtenção do documento, no entanto, se a motivação for o art. 50 do diploma legal mencionado acima, entendemos que a informação deva ser solicitada a Auditoria Interna e que somente aquela detém a competência de se manifestar sobre os comandos desse artigo.

Respeitosamente

Documento assinado eletronicamente por **Marta Maria Rocha de Matos**, **Coordenador-Geral**, em 30/07/2020, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0269516** e o código CRC **DA4FD2AC**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0269516

**Zimbra** **marcus.soares@sudam.gov.br**

## Fwd: RES: RES: RES: Documentação - Evoltz

**De :** ruy collyer <ruy.collyer@sudam.gov.br> Qua, 19 de ago de 2020 08:49
**Assunto :** Fwd: RES: RES: RES: Documentação - Evoltz 9 anexos
**Para :** marcus soares <marcus.soares@sudam.gov.br>

enviando.
Ruy

---

**De:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "dgfai" <dgfai@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>, "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Segunda-feira, 17 de agosto de 2020 11:00:47
**Assunto:** RES: RES: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Segue documento oficial do leilão, onde a TGP STRATEGIC INFRAESTRUTURE coloca na página 2 item I letra “a” (abaixo transcrita) que a identidade da empresa compradora do leilão poderia ser uma de suas afiliadas, o que de fato foi, a Evoltz, que inclusive é quem consta no SPA enviado para vcs semana passada. A mesma Evoltz que solicitou anuência do BASA e SUDAM em 2018 para substituir como acionista da MTE a Abengoa, conforme cartas em anexo.

Transcrição da carta oferta do leilão onde a TGP STRATEGIC INFRAESTRUTURE coloca que a empresa ganhadora do leilão será uma afiliada sua:

*“**I. Offer.** Set forth below are the key provisions of this Offer:*
***a) Identity of the acquiring entity.** TPG, directly or through one or more entities controlled, managed or formed by TPG or any of its affiliates.”*

Estamos reunindo as informações constitutivas da TGP Delaware, mas vc de fato precisa? considerando que ela detém apenas 1 ação da Evoltz?

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviada em:** segunda-feira, 17 de agosto de 2020 08:33
**Para:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 360

**Cc:** dgfai <dgfai@sudam.gov.br>; marly.miranda <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Assunto:** Re: RES: RES: Documentação - Evoltz

Prezado Gabriel, bom dia.

Reitero a necessidade da apresentação dos documentos solicitados conforme abaixo:
1- Para que possamos dar continuidade em nossa análise necessário se faz enviar os documentos constitutivos da empresa TGP STRATEGIC INFRAESTRUTURE e sua composição social, pois essa que arrematou no leilão a MTE.
Solicito também o documento que comprove tal ocorrência com a devida anuência do BASA., caso exista conforme art. 60, parágrafo único e art. 143 da Lei 11.101/05, acrescentando as dem. contábeis e estatuto social e alterações.
2- Oportunamente solicito também da empresa TPG- DELAUARE 2015-SCV.LL
Informo que sem os presentes documentos as análises encontram-se prejudicadas.
Aguardando um breve retorno,

Atenciosamente.

Ruy Collyer Pontes
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "dgfai" <dgfai@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Quinta-feira, 13 de agosto de 2020 17:04:57
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Segue o documento de anuência de 2018.

Os documentos da TGP STRATEGIC INFRAESTRUTURE mandamos na sequencia

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 13 de agosto de 2020 16:30
**Para:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Cc:** dgfai <dgfai@sudam.gov.br>; marly.miranda <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Assunto:** Re: RES: Documentação - Evoltz

Prezado Gabriel, boa tarde.
Para que possamos dar continuidade em nossa análise necessário se faz enviar os documentos constitutivos da empresa TGP STRATEGIC INFRAESTRUTURE e sua composição social, pois essa que arrematou no leilão a MTE.
Solicito também o documento que comprove tal ocorrência com a devida anuência do BASA., caso exista conforme art. 60, parágrafo único e art. 143 da Lei 11.101/05.
Atenciosamente.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 361

Ruy Collyer
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:26:44
**Assunto:** ENC: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Veja por favor o SPA, acredito este ser o documento que vc precisa sobre a compra dos ativos pela Seville no leilão de RJ da Abengoa

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 10:50
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>; Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: RES: Documentação - Evoltz

Agradeço o envio.

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** quarta-feira, agosto 12, 2020 10:48 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: RES: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos dar continuidade à nossa análise favor disponibilizar:
1. comprovantes de integralização de capital anteriormente solicitado;
2. Documento da 1a alteração da SEVILLE;
3. Disponibilizar o contrato de compra e venda da Manaus Transmissora de Energia S/A;

atenciosamente,
Ruy Collyer
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>, "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>, "dgfai" <dgfai@sudam.gov.br>, "marly.miranda"


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 362

<marly.miranda@sudam.gov.br>, gabinete@sudam.gov.br
**Cc:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>, "Joao Nogueira" <joao.nogueira@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 11 de agosto de 2020 18:02:20
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Ruy,
Boa tarde.
Gostaria de uma atualização de vocês quanto a deliberação do processo para aprovação. Processo já em análise da Sudam, após aprovação do Basa, desde final d ejunho..
Mais uma vez agradeço.

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 10:27
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br; dgfai@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem demonstrações financeiras de 2018 (ano de constituição da Seville). As DFs de 2019 enviamos ontem, bem como a ata que alterou a razão social de Seville para Evoltz.

Segue também em anexo AGE de 28/05, primeira da Seville, e o estatuto Social atual.

Segue também:

- Ata de Constituição da Sociedade Limitada;
- Alteração Contratual, transformando a sociedade limitada em sociedade anônima e alterando a denominação social para Seville;
- RCA 29.05.2018 – aumento de capital social de 1.000 para 392.001;
- RCA 22.08.2018 – aumento de capital social de 392.001 para 500.001;
- Livro de Ações.

Com isso vcs detém todo o histórico da Evoltz desde a sua criação. Qualquer dúvida estamos à disposição.

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 363

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 09:10
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: Documentação - Evoltz

Prioridade total agilizarmos e fazermos follow-up rápido!

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** terça-feira, agosto 11, 2020 9:07 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos continuar nossa análise necessário se faz enviar a esta DGFAI/SUDAM os seguintes documentos complementares:

1. Demonstrações Financeiras de abertura das empresas "SEVILLE" assinadas pelo profissional competente e diretor responsável;
2. Atas e estatuto de constituição das empresas "SEVILLE" com seus devidos registros nos órgãos competentes;
3. Evolução do Patrimônio Líquido, com as devidas integralizações de capital ( com comprovantes) e atas referentes a estas com registros nos órgãos competentes;
4. Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2019 das empresas "SEVILLE"

Para que possamos continuar nossa análise é imprescindível os documentos acima.

Sds.
Ruy Collyer Pontes
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Segunda-feira, 10 de agosto de 2020 19:03:15
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy, tudo ok?!
Confirmado que todos os documentos necessários já foram entregues e analisados?
Aguardamos posição de data de deliberação na diretoria colegiada.
Muito obrigada.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 364

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** segunda-feira, 10 de agosto de 2020 14:56
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov
**Cc:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>; Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem informações solicitadas, por favor nos avise se precisar de algo mais

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:38
**Para:** alda.nunes@sudam.gov.br
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Alda, bom dia!

Segue conforme solicitado.

Estamos à disposição.

Atenciosamente,

---

**De:** alda.nunes@sudam.gov.br <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:29
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Bom dia Jessica!

Solicito que sejam encaminhadas a esta Superintendência as documentações complementares listadas abaixo:


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 365

1. Demonstrações Financeiras devidamente auditadas das empresa Manaus Transmissora de Energia S.A. e  Evoltz Participações S.A.
2. Estatuto Social da Evoltz  e  Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 19/06/2019, devidamente registrados no órgão de comércio.

Atenciosamente,

**Alda Nunes**
Coordenadora
Coordenação de gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CAF
(91) 4008-5722
alda.nunes@sudam.gov.br

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antônio Baena, 1113 - Marco CEP: 66093-082 Belém-PA
www.sudam.gov.br
SUDAM

---

**De:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Para:** "alda.nunes" <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Cc:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:02:58
**Assunto:** Documentação - Evoltz

Alda, bom dia! Tudo bem?

Conforme conversamos, poderia enviar a lista de documentação solicitada pela Diretoria?

Atenciosamente,

**Jessica Pessanha**
Analista de Finanças Estruturadas
jessica.pessanha@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1239
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2° andar, sl 204
Barra da Tijuca  - CEP: 22775-040
evoltz

--
This message has been scanned for viruses and dangerous content by **SUDAM E-Mail Security**, and is believed to be clean.
Click here to report this message as spam.

---

**Seville - Offer Letter Signed (27 07 2017).PDF**

613 KB

**Abengoa - Autorização BASA (comprovante de protocolo).PDF**
2 MB

**CARTA MANAUS TRANSMISSORA.PDF**
162 KB

---

**De :** ruy collyer <ruy.collyer@sudam.gov.br> Qua, 19 de ago de 2020 08:48
**Assunto :** Fwd: RES: Documentação - Evoltz 9 anexos
**Para :** marcus soares <marcus.soares@sudam.gov.br>

Enviando.
Ruy

---

**De:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>, "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quinta-feira, 13 de agosto de 2020 18:32:19
**Assunto:** ENC: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Segue abaixo breve histórico do Mattos Filho, nossos assessores jurídicos e as cartas que explicam o processo do leilão e a carta autorizando a substituição da Abengoa pela Seville.

Com isso atendemos sua solicitação abaixo, tendo qualquer dúvida não hesite em ligar

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Maria Clara Vargas Vieira <mariaclara.vargas@mattosfilho.com.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 13 de agosto de 2020 18:28
**Para:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>; Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>; Marcelo Gondim dos Santos <marcelo.gondim@evoltz.com.br>
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Marcelo Sampaio G. Ricupero <mricupero@mattosfilho.com.br>; Alexia Saint-Clair Fernandes Carneiro Caram <alexia.caram@mattosfilho.com.br>
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Oi Gabriel, tudo bem?

Segue a carta solicitando o pedido de anuência pela Seville (antiga denominação da Evoltz) e a resposta do BASA.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 367

O TPG Strategic Infraestruture é uma plataforma global de investimento localizada no exterior, que cedeu sua posição como ganhador do leilão para a Seville (antiga denominação da Evoltz), uma afiliada do TPG Management, LLC, como era previsto em sua proposta vinculante no âmbito do leilão realizado no processo de recuperação judicial do Grupo Abengoa.

Permanecemos à disposição.

Atenciosamente,
Time MF

**Maria Clara Vargas Vieira Astrachan**
T +55 11 3147 4687
mariaclara.vargas@mattosfilho.com.br

MATTOS FILHO > Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados
Brazil Country Firm of the Year, Who's Who Legal (2019)
Brazil Law Firm of the Year, Chambers and Partners (2018)

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 13 de agosto de 2020 16:33
**Para:** Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>; Marcelo Gondim dos Santos <marcelo.gondim@evoltz.com.br>
**Cc:** Maria Clara Vargas Vieira <mariaclara.vargas@mattosfilho.com.br>; Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Marcelo Sampaio Góes Ricupero <mricupero@mattosfilho.com.br>
**Assunto:** ENC: RES: Documentação - Evoltz

Amigos do Jurídico e Mattos Filho,

Preciso muito urgente das duas informações abaixo, sobre a TPG STRATEGIC INFRAESTRUTURE e a anuência dada pelo BASA para a Seville substituir a Abengoa

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 13 de agosto de 2020 16:30
**Para:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Cc:** dgfai <dgfai@sudam.gov.br>; marly.miranda <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Assunto:** Re: RES: Documentação - Evoltz

Prezado Gabriel, boa tarde.
Para que possamos dar continuidade em nossa análise necessário se faz enviar os documentos constitutivos da empresa TGP STRATEGIC INFRAESTRUTURE e sua composição social, pois essa que arrematou no leilão a MTE.
Solicito também o documento que comprove tal ocorrência com a devida anuência do BASA., caso exista conforme art. 60, parágrafo único e art. 143 da Lei 11.101/05.
Atenciosamente.
Ruy Collyer


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 368

Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:26:44
**Assunto:** ENC: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Veja por favor o SPA, acredito este ser o documento que vc precisa sobre a compra dos ativos pela Seville no leilão de RJ da Abengoa

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 10:50
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>; Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: RES: Documentação - Evoltz

Agradeço o envio.

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** quarta-feira, agosto 12, 2020 10:48 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: RES: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos dar continuidade à nossa análise favor disponibilizar:
1. comprovantes de integralização de capital anteriormente solicitado;
2. Documento da 1a alteração da SEVILLE;
3. Disponibilizar o contrato de compra e venda da Manaus Transmissora de Energia S/A;

atenciosamente,
Ruy Collyer
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>, "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>, "dgfai" <dgfai@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>, gabinete@sudam.gov.br


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 369

**Cc:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>, "Joao Nogueira" <joao.nogueira@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 11 de agosto de 2020 18:02:20
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Ruy,
Boa tarde.
Gostaria de uma atualização de vocês quanto a deliberação do processo para aprovação. Processo já em análise da Sudam, após aprovação do Basa, desde final d ejunho..
Mais uma vez agradeço.

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 10:27
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br; dgfai@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem demonstrações financeiras de 2018 (ano de constituição da Seville). As DFs de 2019 enviamos ontem, bem como a ata que alterou a razão social de Seville para Evoltz.

Segue também em anexo AGE de 28/05, primeira da Seville, e o estatuto Social atual.

Segue também:

- Ata de Constituição da Sociedade Limitada;
- Alteração Contratual, transformando a sociedade limitada em sociedade anônima e alterando a denominação social para Seville;
- RCA 29.05.2018 – aumento de capital social de 1.000 para 392.001;
- RCA 22.08.2018 – aumento de capital social de 392.001 para 500.001;
- Livro de Ações.

Com isso vcs detém todo o histórico da Evoltz desde a sua criação. Qualquer dúvida estamos à disposição.

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 370

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 09:10
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: Documentação - Evoltz

Prioridade total agilizarmos e fazermos follow-up rápido!

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** terça-feira, agosto 11, 2020 9:07 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos continuar nossa análise necessário se faz enviar a esta DGFAI/SUDAM os seguintes documentos complementares:

1. Demonstrações Financeiras de abertura das empresas "SEVILLE" assinadas pelo profissional competente e diretor responsável;
2. Atas e estatuto de constituição das empresas "SEVILLE" com seus devidos registros nos órgãos competentes;
3. Evolução do Patrimônio Líquido, com as devidas integralizações de capital ( com comprovantes) e atas referentes a estas com registros nos órgãos competentes;
4. Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2019 das empresas "SEVILLE"

Para que possamos continuar nossa análise é imprescindível os documentos acima.

Sds.
Ruy Collyer Pontes
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Segunda-feira, 10 de agosto de 2020 19:03:15
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy, tudo ok?!
Confirmado que todos os documentos necessários já foram entregues e analisados?
Aguardamos posição de data de deliberação na diretoria colegiada.
Muito obrigada.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 371

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** segunda-feira, 10 de agosto de 2020 14:56
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov
**Cc:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>; Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem informações solicitadas, por favor nos avise se precisar de algo mais

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:38
**Para:** alda.nunes@sudam.gov.br
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Alda, bom dia!

Segue conforme solicitado.

Estamos à disposição.

Atenciosamente,

---

**De:** alda.nunes@sudam.gov.br <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:29
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Bom dia Jessica!

Solicito que sejam encaminhadas a esta Superintendência as documentações complementares listadas abaixo:


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 372

1. Demonstrações Financeiras devidamente auditadas das empresa Manaus Transmissora de Energia S.A. e  Evoltz Participações S.A.
2. Estatuto Social da Evoltz  e  Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 19/06/2019, devidamente registrados no órgão de comércio.

Atenciosamente,

**Alda Nunes**
Coordenadora
Coordenação de gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CAF
(91) 4008-5722
alda.nunes@sudam.gov.br

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antônio Baena, 1113 - Marco CEP: 66093-082 Belém-PA
www.sudam.gov.br
SUDAM

---

**De:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Para:** "alda.nunes" <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Cc:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:02:58
**Assunto:** Documentação - Evoltz

Alda, bom dia! Tudo bem?

Conforme conversamos, poderia enviar a lista de documentação solicitada pela Diretoria?

Atenciosamente,

**Jessica Pessanha**
Analista de Finanças Estruturadas
jessica.pessanha@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1239
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2° andar, sl 204
Barra da Tijuca  - CEP: 22775-040
evoltz

--
This message has been scanned for viruses and dangerous content by **SUDAM E-Mail Security**, and is believed to be clean.
Click here to report this message as spam.

**ALERTA -** Esta mensagem e seus anexos foram enviadas por escritório de advocacia, são confidenciais ou legalmente protegidas e não podem ser usados ou divulgados por quem

não seja seu destinatário.

**NOTICE -** This message and its attachments were sent by a law firm, are confidential or legally privileged and may not be used or disclosed by anyone who is not their intended recipient.

---

**Abengoa - Autorização BASA (comprovante de protocolo).PDF**
2 MB

**CARTA MANAUS TRANSMISSORA.PDF**
162 KB

---

**De :** ruy collyer <ruy.collyer@sudam.gov.br> Qua, 19 de ago de 2020 08:47
**Assunto :** Fwd: RES: RES: Documentação - Evoltz 7 anexos
**Para :** marcus soares <marcus.soares@sudam.gov.br>

enviando.
Ruy

---

**De:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "dgfai" <dgfai@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Quinta-feira, 13 de agosto de 2020 17:04:57
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Segue o documento de anuência de 2018.

Os documentos da TGP STRATEGIC INFRAESTRUTURE mandamos na sequencia

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 13 de agosto de 2020 16:30
**Para:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Cc:** dgfai <dgfai@sudam.gov.br>; marly.miranda <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Assunto:** Re: RES: Documentação - Evoltz

Prezado Gabriel, boa tarde.
Para que possamos dar continuidade em nossa análise necessário se faz enviar os documentos constitutivos da empresa TGP STRATEGIC INFRAESTRUTURE e sua composição social, pois essa que arrematou no leilão a MTE.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 374

Solicito também o documento que comprove tal ocorrência com a devida anuência do BASA., caso exista conforme art. 60, parágrafo único e art. 143 da Lei 11.101/05.
Atenciosamente.
Ruy Collyer
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:26:44
**Assunto:** ENC: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Veja por favor o SPA, acredito este ser o documento que vc precisa sobre a compra dos ativos pela Seville no leilão de RJ da Abengoa

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 10:50
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>; Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: RES: Documentação - Evoltz

Agradeço o envio.

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** quarta-feira, agosto 12, 2020 10:48 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: RES: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos dar continuidade à nossa análise favor disponibilizar:
1. comprovantes de integralização de capital anteriormente solicitado;
2. Documento da 1a alteração da SEVILLE;
3. Disponibilizar o contrato de compra e venda da Manaus Transmissora de Energia S/A;

atenciosamente,
Ruy Collyer
Auditor
Mat. 1205195

---


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 375

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>, "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>, "dgfai" <dgfai@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>, gabinete@sudam.gov.br
**Cc:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>, "Joao Nogueira" <joao.nogueira@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 11 de agosto de 2020 18:02:20
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Ruy,
Boa tarde.
Gostaria de uma atualização de vocês quanto a deliberação do processo para aprovação. Processo já em análise da Sudam, após aprovação do Basa, desde final d ejunho..
Mais uma vez agradeço.

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar,
sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 10:27
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br; dgfai@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem demonstrações financeiras de 2018 (ano de constituição da Seville). As DFs de 2019 enviamos ontem, bem como a ata que alterou a razão social de Seville para Evoltz.

Segue também em anexo AGE de 28/05, primeira da Seville, e o estatuto Social atual.

Segue também:

- Ata de Constituição da Sociedade Limitada;
- Alteração Contratual, transformando a sociedade limitada em sociedade anônima e alterando a denominação social para Seville;
- RCA 29.05.2018 – aumento de capital social de 1.000 para 392.001;
- RCA 22.08.2018 – aumento de capital social de 392.001 para 500.001;
- Livro de Ações.

Com isso vcs detém todo o histórico da Evoltz desde a sua criação. Qualquer dúvida estamos à disposição.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 376

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 09:10
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: Documentação - Evoltz

Prioridade total agilizarmos e fazermos follow-up rápido!

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** terça-feira, agosto 11, 2020 9:07 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos continuar nossa análise necessário se faz enviar a esta DGFAI/SUDAM os seguintes documentos complementares:

1. Demonstrações Financeiras de abertura das empresas "SEVILLE" assinadas pelo profissional competente e diretor responsável;
2. Atas e estatuto de constituição das empresas "SEVILLE" com seus devidos registros nos órgãos competentes;
3. Evolução do Patrimônio Líquido, com as devidas integralizações de capital ( com comprovantes) e atas referentes a estas com registros nos órgãos competentes;
4. Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2019 das empresas "SEVILLE"

Para que possamos continuar nossa análise é imprescindível os documentos acima.

Sds.
Ruy Collyer Pontes
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Segunda-feira, 10 de agosto de 2020 19:03:15
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy, tudo ok?!
Confirmado que todos os documentos necessários já foram entregues e analisados?
Aguardamos posição de data de deliberação na diretoria colegiada.
Muito obrigada.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 377

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** segunda-feira, 10 de agosto de 2020 14:56
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov
**Cc:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>; Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem informações solicitadas, por favor nos avise se precisar de algo mais

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:38
**Para:** alda.nunes@sudam.gov.br
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Alda, bom dia!

Segue conforme solicitado.

Estamos à disposição.

Atenciosamente,

---

**De:** alda.nunes@sudam.gov.br <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:29
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Bom dia Jessica!


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 378

Solicito que sejam encaminhadas a esta Superintendência as documentações complementares listadas abaixo:

1. Demonstrações Financeiras devidamente auditadas das empresa Manaus Transmissora de Energia S.A. e Evoltz Participações S.A.
2. Estatuto Social da Evoltz e Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 19/06/2019, devidamente registrados no órgão de comércio.

Atenciosamente,

**Alda Nunes**
Coordenadora
Coordenação de gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CAF
(91) 4008-5722
alda.nunes@sudam.gov.br

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antônio Baena, 1113 - Marco CEP: 66093-082 Belém-PA
www.sudam.gov.br
SUDAM

---

**De:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Para:** "alda.nunes" <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Cc:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:02:58
**Assunto:** Documentação - Evoltz

Alda, bom dia! Tudo bem?

Conforme conversamos, poderia enviar a lista de documentação solicitada pela Diretoria?

Atenciosamente,

**Jessica Pessanha**
Analista de Finanças Estruturadas
jessica.pessanha@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1239
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2° andar, sl 204
Barra da Tijuca - CEP: 22775-040
evoltz

--
This message has been scanned for viruses and dangerous content by **SUDAM E-Mail Security**, and is believed to be clean.
Click here to report this message as spam.

**CARTA MANAUS TRANSMISSORA_anuência SUDAM.pdf**
162 KB

---

**De :** ruy collyer <ruy.collyer@sudam.gov.br> Qua, 19 de ago de 2020 08:47
**Assunto :** Fwd: RES: RES: Documentação - Evoltz 8 anexos
**Para :** marcus soares <marcus.soares@sudam.gov.br>

Enviando
Ruy

---

**De:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Para:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>, "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "Renata Alvarez Vieira" <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:55:10
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem também atas da Seville sobre os aportes

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:52
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Segue extratos comprovando os aportes resolvendo item 1

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:45
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Item 3


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 380

**De:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:44
**Para:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>; ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Segue também o item 2.

Atenciosamente,

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:39
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Faltou o anexo

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:27
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Veja por favor o SPA, acredito este ser o documento que vc precisa sobre a compra dos ativos pela Seville no leilão de RJ da Abengoa

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 10:50
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>; Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: RES: Documentação - Evoltz

Agradeço o envio.

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** quarta-feira, agosto 12, 2020 10:48 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 381

**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: RES: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos dar continuidade à nossa análise favor disponibilizar:
1. comprovantes de integralização de capital anteriormente solicitado;
2. Documento da 1a alteração da SEVILLE;
3. Disponibilizar o contrato de compra e venda da Manaus Transmissora de Energia S/A;

atenciosamente,
Ruy Collyer
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>, "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>, "dgfai" <dgfai@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>, gabinete@sudam.gov.br
**Cc:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>, "Joao Nogueira" <joao.nogueira@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 11 de agosto de 2020 18:02:20
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Ruy,
Boa tarde.
Gostaria de uma atualização de vocês quanto a deliberação do processo para aprovação. Processo já em análise da Sudam, após aprovação do Basa, desde final d ejunho..
Mais uma vez agradeço.

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar,
sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 10:27
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br; dgfai@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem demonstrações financeiras de 2018 (ano de constituição da Seville). As DFs de 2019 enviamos ontem, bem como a ata que alterou a razão social de Seville para Evoltz.

Segue também em anexo AGE de 28/05, primeira da Seville, e o estatuto Social atual.

Segue também:


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 382

- Ata de Constituição da Sociedade Limitada;
- Alteração Contratual, transformando a sociedade limitada em sociedade anônima e alterando a denominação social para Seville;
- RCA 29.05.2018 – aumento de capital social de 1.000 para 392.001;
- RCA 22.08.2018 – aumento de capital social de 392.001 para 500.001;
- Livro de Ações.

Com isso vcs detém todo o histórico da Evoltz desde a sua criação. Qualquer dúvida estamos à disposição.

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 09:10
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: Documentação - Evoltz

Prioridade total agilizarmos e fazermos follow-up rápido!

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** terça-feira, agosto 11, 2020 9:07 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos continuar nossa análise necessário se faz enviar a esta DGFAI/SUDAM os seguintes documentos complementares:

1. Demonstrações Financeiras de abertura das empresas "SEVILLE" assinadas pelo profissional competente e diretor responsável;
2. Atas e estatuto de constituição das empresas "SEVILLE" com seus devidos registros nos órgãos competentes;
3. Evolução do Patrimônio Líquido, com as devidas integralizações de capital ( com comprovantes) e atas referentes a estas com registros nos órgãos competentes;
4. Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2019 das empresas "SEVILLE"

Para que possamos continuar nossa análise é imprescindível os documentos acima.

Sds.
Ruy Collyer Pontes
Auditor
Mat. 1205195

---


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 383

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Segunda-feira, 10 de agosto de 2020 19:03:15
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy, tudo ok?!
Confirmado que todos os documentos necessários já foram entregues e analisados?
Aguardamos posição de data de deliberação na diretoria colegiada.
Muito obrigada.

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2° andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** segunda-feira, 10 de agosto de 2020 14:56
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov
**Cc:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>; Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem informações solicitadas, por favor nos avise se precisar de algo mais

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:38
**Para:** alda.nunes@sudam.gov.br
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Alda, bom dia!

Segue conforme solicitado.

Estamos à disposição.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 384

Atenciosamente,

---

**De:** alda.nunes@sudam.gov.br <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:29
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Bom dia Jessica!

Solicito que sejam encaminhadas a esta Superintendência as documentações complementares listadas abaixo:

1. Demonstrações Financeiras devidamente auditadas das empresa Manaus Transmissora de Energia S.A. e Evoltz Participações S.A.
2. Estatuto Social da Evoltz e Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 19/06/2019, devidamente registrados no órgão de comércio.

Atenciosamente,

**Alda Nunes**
Coordenadora
Coordenação de gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CAF
(91) 4008-5722
alda.nunes@sudam.gov.br

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antônio Baena, 1113 - Marco CEP: 66093-082 Belém-PA
www.sudam.gov.br
SUDAM

---

**De:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Para:** "alda.nunes" <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Cc:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:02:58
**Assunto:** Documentação - Evoltz

Alda, bom dia! Tudo bem?

Conforme conversamos, poderia enviar a lista de documentação solicitada pela Diretoria?

Atenciosamente,

**Jessica Pessanha**
Analista de Finanças Estruturadas
jessica.pessanha@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1239
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2° andar, sl 204
Barra da Tijuca - CEP: 22775-040
evoltz


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 385

--
This message has been scanned for viruses and dangerous content by
**SUDAM E-Mail Security**, and is believed to be clean.
Click here to report this message as spam.

---

**2018.08.22_aumento de capital e elição Denise_JUCESP.pdf**
304 KB

**RCA 29.05.2018 - Registrada na JUCESP.pdf**
261 KB

---

**De :** ruy collyer <ruy.collyer@sudam.gov.br> Qua, 19 de ago de 2020 08:46
**Assunto :** Fwd: RES: RES: Documentação - Evoltz 7 anexos
**Para :** marcus soares <marcus.soares@sudam.gov.br>

Enviando
Ruy

---

**De:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Para:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>, "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "Renata Alvarez Vieira" <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:52:12
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Segue extratos comprovando os aportes resolvendo item 1

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:45
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Item 3

---

**De:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:44
**Para:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>; ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 386

Segue também o item 2.

Atenciosamente,

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:39
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Faltou o anexo

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:27
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Veja por favor o SPA, acredito este ser o documento que vc precisa sobre a compra dos ativos pela Seville no leilão de RJ da Abengoa

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 10:50
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>; Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: RES: Documentação - Evoltz

Agradeço o envio.

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** quarta-feira, agosto 12, 2020 10:48 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: RES: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos dar continuidade à nossa análise favor disponibilizar:
1. comprovantes de integralização de capital anteriormente solicitado;
2. Documento da 1a alteração da SEVILLE;
3. Disponibilizar o contrato de compra e venda da Manaus Transmissora de Energia S/A;


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 387

atenciosamente,
Ruy Collyer
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>, "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>, "dgfai" <dgfai@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>, gabinete@sudam.gov.br
**Cc:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>, "Joao Nogueira" <joao.nogueira@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 11 de agosto de 2020 18:02:20
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Ruy,
Boa tarde.
Gostaria de uma atualização de vocês quanto a deliberação do processo para aprovação. Processo já em análise da Sudam, após aprovação do Basa, desde final d ejunho..
Mais uma vez agradeço.

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar,
sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 10:27
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br; dgfai@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem demonstrações financeiras de 2018 (ano de constituição da Seville). As DFs de 2019 enviamos ontem, bem como a ata que alterou a razão social de Seville para Evoltz.

Segue também em anexo AGE de 28/05, primeira da Seville, e o estatuto Social atual.

Segue também:

- Ata de Constituição da Sociedade Limitada;
- Alteração Contratual, transformando a sociedade limitada em sociedade anônima e alterando a denominação social para Seville;
- RCA 29.05.2018 – aumento de capital social de 1.000 para 392.001;
- RCA 22.08.2018 – aumento de capital social de 392.001 para 500.001;
- Livro de Ações.

Com isso vcs detém todo o histórico da Evoltz desde a sua criação. Qualquer dúvida estamos à disposição.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 388

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 09:10
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: Documentação - Evoltz

Prioridade total agilizarmos e fazermos follow-up rápido!

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** terça-feira, agosto 11, 2020 9:07 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos continuar nossa análise necessário se faz enviar a esta DGFAI/SUDAM os seguintes documentos complementares:

1. Demonstrações Financeiras de abertura das empresas "SEVILLE" assinadas pelo profissional competente e diretor responsável;
2. Atas e estatuto de constituição das empresas "SEVILLE" com seus devidos registros nos órgãos competentes;
3. Evolução do Patrimônio Líquido, com as devidas integralizações de capital ( com comprovantes) e atas referentes a estas com registros nos órgãos competentes;
4. Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2019 das empresas "SEVILLE"

Para que possamos continuar nossa análise é imprescindível os documentos acima.

Sds.
Ruy Collyer Pontes
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Segunda-feira, 10 de agosto de 2020 19:03:15
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy, tudo ok?!
Confirmado que todos os documentos necessários já foram entregues e analisados?
Aguardamos posição de data de deliberação na diretoria colegiada.
Muito obrigada.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 389

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2° andar,
sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** segunda-feira, 10 de agosto de 2020 14:56
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov
**Cc:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>; Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem informações solicitadas, por favor nos avise se precisar de algo mais

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:38
**Para:** alda.nunes@sudam.gov.br
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Alda, bom dia!

Segue conforme solicitado.

Estamos à disposição.

Atenciosamente,

---

**De:** alda.nunes@sudam.gov.br <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:29
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Bom dia Jessica!


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 390

Solicito que sejam encaminhadas a esta Superintendência as documentações complementares listadas abaixo:

1. Demonstrações Financeiras devidamente auditadas das empresa Manaus Transmissora de Energia S.A. e Evoltz Participações S.A.
2. Estatuto Social da Evoltz e Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 19/06/2019, devidamente registrados no órgão de comércio.

Atenciosamente,

**Alda Nunes**
Coordenadora
Coordenação de gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CAF
(91) 4008-5722
alda.nunes@sudam.gov.br

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antônio Baena, 1113 - Marco CEP: 66093-082 Belém-PA
www.sudam.gov.br
SUDAM

---

**De:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Para:** "alda.nunes" <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Cc:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:02:58
**Assunto:** Documentação - Evoltz

Alda, bom dia! Tudo bem?

Conforme conversamos, poderia enviar a lista de documentação solicitada pela Diretoria?

Atenciosamente,

**Jessica Pessanha**
Analista de Finanças Estruturadas
jessica.pessanha@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1239
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2° andar, sl 204
Barra da Tijuca - CEP: 22775-040
evoltz

--
This message has been scanned for viruses and dangerous content by **SUDAM E-Mail Security**, and is believed to be clean.
Click here to report this message as spam.

**05.2018 - Modal.pdf**
87 KB

**08.2018 - Modal.pdf**
94 KB

---

**De :** ruy collyer <ruy.collyer@sudam.gov.br> Qua, 19 de ago de 2020 08:46
**Assunto :** Fwd: RES: RES: Documentação - Evoltz 6 anexos
**Para :** marcus soares <marcus.soares@sudam.gov.br>

enviando.
Ruy

---

**De:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Para:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>, "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "Renata Alvarez Vieira" <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:44:44
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Item 3

---

**De:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:44
**Para:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>; ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Segue também o item 2.

Atenciosamente,

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:39
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Faltou o anexo

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:27
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 392

Veja por favor o SPA, acredito este ser o documento que vc precisa sobre a compra dos ativos pela Seville no leilão de RJ da Abengoa

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 10:50
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>; Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: RES: Documentação - Evoltz

Agradeço o envio.

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** quarta-feira, agosto 12, 2020 10:48 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: RES: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos dar continuidade à nossa análise favor disponibilizar:
1. comprovantes de integralização de capital anteriormente solicitado;
2. Documento da 1a alteração da SEVILLE;
3. Disponibilizar o contrato de compra e venda da Manaus Transmissora de Energia S/A;

atenciosamente,
Ruy Collyer
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>, "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>, "dgfai" <dgfai@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>, gabinete@sudam.gov.br
**Cc:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>, "Joao Nogueira" <joao.nogueira@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 11 de agosto de 2020 18:02:20
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Ruy,
Boa tarde.
Gostaria de uma atualização de vocês quanto a deliberação do processo para aprovação. Processo já em análise da Sudam, após aprovação do Basa, desde final d ejunho..
Mais uma vez agradeço.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 393

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 10:27
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br; dgfai@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem demonstrações financeiras de 2018 (ano de constituição da Seville). As DFs de 2019 enviamos ontem, bem como a ata que alterou a razão social de Seville para Evoltz.

Segue também em anexo AGE de 28/05, primeira da Seville, e o estatuto Social atual.

Segue também:

- Ata de Constituição da Sociedade Limitada;
- Alteração Contratual, transformando a sociedade limitada em sociedade anônima e alterando a denominação social para Seville;
- RCA 29.05.2018 – aumento de capital social de 1.000 para 392.001;
- RCA 22.08.2018 – aumento de capital social de 392.001 para 500.001;
- Livro de Ações.

Com isso vcs detém todo o histórico da Evoltz desde a sua criação. Qualquer dúvida estamos à disposição.

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 09:10
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: Documentação - Evoltz

Prioridade total agilizarmos e fazermos follow-up rápido!

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** terça-feira, agosto 11, 2020 9:07 AM


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 394

**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos continuar nossa análise necessário se faz enviar a esta DGFAI/SUDAM os seguintes documentos complementares:

1. Demonstrações Financeiras de abertura das empresas "SEVILLE" assinadas pelo profissional competente e diretor responsável;
2. Atas e estatuto de constituição das empresas "SEVILLE" com seus devidos registros nos órgãos competentes;
3. Evolução do Patrimônio Líquido, com as devidas integralizações de capital ( com comprovantes) e atas referentes a estas com registros nos órgãos competentes;
4. Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2019 das empresas "SEVILLE"

Para que possamos continuar nossa análise é imprescindível os documentos acima.

Sds.
Ruy Collyer Pontes
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Segunda-feira, 10 de agosto de 2020 19:03:15
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy, tudo ok?!
Confirmado que todos os documentos necessários já foram entregues e analisados?
Aguardamos posição de data de deliberação na diretoria colegiada.
Muito obrigada.

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar,
sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** segunda-feira, 10 de agosto de 2020 14:56
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov
**Cc:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>; Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem informações solicitadas, por favor nos avise se precisar de algo mais


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 395

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:38
**Para:** alda.nunes@sudam.gov.br
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Alda, bom dia!

Segue conforme solicitado.

Estamos à disposição.

Atenciosamente,

---

**De:** alda.nunes@sudam.gov.br <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:29
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Bom dia Jessica!

Solicito que sejam encaminhadas a esta Superintendência as documentações complementares listadas abaixo:

1. Demonstrações Financeiras devidamente auditadas das empresa Manaus Transmissora de Energia S.A. e Evoltz Participações S.A.
2. Estatuto Social da Evoltz e Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 19/06/2019, devidamente registrados no órgão de comércio.

Atenciosamente,

**Alda Nunes**
Coordenadora
Coordenação de gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CAF
(91) 4008-5722
alda.nunes@sudam.gov.br


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 396




---

**De:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Para:** "alda.nunes" <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Cc:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:02:58
**Assunto:** Documentação - Evoltz

Alda, bom dia! Tudo bem?

Conforme conversamos, poderia enviar a lista de documentação solicitada pela Diretoria?

Atenciosamente,

**Jessica Pessanha**
Analista de Finanças Estruturadas
jessica.pessanha@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1239
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2° andar, sl 204
Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

--
This message has been scanned for viruses and dangerous content by
**SUDAM E-Mail Security**, and is believed to be clean.
Click here to report this message as spam.

---

**CCVA Lote 6 (MTE) - Versão final_Chancela1 - parc.ass-Manifesto.pdf**
889 KB

---

**De :** ruy collyer <ruy.collyer@sudam.gov.br> Qua, 19 de ago de 2020 08:45
**Assunto :** Fwd: RES: RES: Documentação - Evoltz 6 anexos
**Para :** marcus soares <marcus.soares@sudam.gov.br>

enviando
Ruy

---

**De:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Para:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>, "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "Renata Alvarez Vieira" <renata.alvarez@evoltz.com.br>


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 397

**Enviadas:** Quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:43:35
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Segue também o item 2.

Atenciosamente,

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:39
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Faltou o anexo

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:27
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Veja por favor o SPA, acredito este ser o documento que vc precisa sobre a compra dos ativos pela Seville no leilão de RJ da Abengoa

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 10:50
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>; Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: RES: Documentação - Evoltz

Agradeço o envio.

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** quarta-feira, agosto 12, 2020 10:48 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: RES: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 398

Para que possamos dar continuidade à nossa análise favor disponibilizar:
1. comprovantes de integralização de capital anteriormente solicitado;
2. Documento da 1a alteração da SEVILLE;
3. Disponibilizar o contrato de compra e venda da Manaus Transmissora de Energia S/A;

atenciosamente,
Ruy Collyer
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>, "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>, "dgfai" <dgfai@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>, gabinete@sudam.gov.br
**Cc:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>, "Joao Nogueira" <joao.nogueira@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 11 de agosto de 2020 18:02:20
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Ruy,
Boa tarde.
Gostaria de uma atualização de vocês quanto a deliberação do processo para aprovação. Processo já em análise da Sudam, após aprovação do Basa, desde final d ejunho..
Mais uma vez agradeço.

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar,
sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 10:27
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br; dgfai@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem demonstrações financeiras de 2018 (ano de constituição da Seville). As DFs de 2019 enviamos ontem, bem como a ata que alterou a razão social de Seville para Evoltz.

Segue também em anexo AGE de 28/05, primeira da Seville, e o estatuto Social atual.

Segue também:

- Ata de Constituição da Sociedade Limitada;
- Alteração Contratual, transformando a sociedade limitada em sociedade anônima e alterando a denominação social para Seville;
- RCA 29.05.2018 – aumento de capital social de 1.000 para 392.001;


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 399

- RCA 22.08.2018 – aumento de capital social de 392.001 para 500.001;
- Livro de Ações.

Com isso vcs detém todo o histórico da Evoltz desde a sua criação. Qualquer dúvida estamos à disposição.

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 09:10
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: Documentação - Evoltz

Prioridade total agilizarmos e fazermos follow-up rápido!

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** terça-feira, agosto 11, 2020 9:07 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos continuar nossa análise necessário se faz enviar a esta DGFAI/SUDAM os seguintes documentos complementares:

1. Demonstrações Financeiras de abertura das empresas "SEVILLE" assinadas pelo profissional competente e diretor responsável;
2. Atas e estatuto de constituição das empresas "SEVILLE" com seus devidos registros nos órgãos competentes;
3. Evolução do Patrimônio Líquido, com as devidas integralizações de capital ( com comprovantes) e atas referentes a estas com registros nos órgãos competentes;
4. Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2019 das empresas "SEVILLE"

Para que possamos continuar nossa análise é imprescindível os documentos acima.

Sds.
Ruy Collyer Pontes
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Segunda-feira, 10 de agosto de 2020 19:03:15
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 400

Ruy, tudo ok?!
Confirmado que todos os documentos necessários já foram entregues e analisados?
Aguardamos posição de data de deliberação na diretoria colegiada.
Muito obrigada.

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar,
sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** segunda-feira, 10 de agosto de 2020 14:56
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov
**Cc:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>; Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem informações solicitadas, por favor nos avise se precisar de algo mais

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:38
**Para:** alda.nunes@sudam.gov.br
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Alda, bom dia!

Segue conforme solicitado.

Estamos à disposição.

Atenciosamente,

---

**De:** alda.nunes@sudam.gov.br <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:29
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 401

<roosevelt.correa@sudam.gov.br>
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Bom dia Jessica!

Solicito que sejam encaminhadas a esta Superintendência as documentações complementares listadas abaixo:

1. Demonstrações Financeiras devidamente auditadas das empresa Manaus Transmissora de Energia S.A. e Evoltz Participações S.A.
2. Estatuto Social da Evoltz e Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 19/06/2019, devidamente registrados no órgão de comércio.

Atenciosamente,

**Alda Nunes**
Coordenadora
Coordenação de gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CAF
(91) 4008-5722
alda.nunes@sudam.gov.br

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antônio Baena, 1113 - Marco CEP: 66093-082 Belém-PA
www.sudam.gov.br
SUDAM

---

**De:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Para:** "alda.nunes" <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Cc:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:02:58
**Assunto:** Documentação - Evoltz

Alda, bom dia! Tudo bem?

Conforme conversamos, poderia enviar a lista de documentação solicitada pela Diretoria?

Atenciosamente,

**Jessica Pessanha**
Analista de Finanças Estruturadas
jessica.pessanha@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1239
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2° andar, sl 204
Barra da Tijuca - CEP: 22775-040
evoltz

--
This message has been scanned for viruses and dangerous content by **SUDAM E-Mail Security**, and is believed to be clean.
Click here to report this message as spam.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 402

**1ª ACS da Seville Transmission (registrada).PDF**
887 KB

**De :** ruy collyer <ruy.collyer@sudam.gov.br> Qua, 19 de ago de 2020 08:44
**Assunto :** Fwd: RES: RES: Documentação - Evoltz 6 anexos
**Para :** marcus soares <marcus.soares@sudam.gov.br>

enviando.
Ruy

---

**De:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>, "Renata Alvarez Vieira" <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:38:55
**Assunto:** RES: RES: Documentação - Evoltz

Faltou o anexo

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 11:27
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: RES: Documentação - Evoltz

Ruy,

Veja por favor o SPA, acredito este ser o documento que vc precisa sobre a compra dos ativos pela Seville no leilão de RJ da Abengoa

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quarta-feira, 12 de agosto de 2020 10:50
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>; Renata Alvarez Vieira <renata.alvarez@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: RES: Documentação - Evoltz


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 403

Agradeço o envio.

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** quarta-feira, agosto 12, 2020 10:48 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: RES: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos dar continuidade à nossa análise favor disponibilizar:
1. comprovantes de integralização de capital anteriormente solicitado;
2. Documento da 1a alteração da SEVILLE;
3. Disponibilizar o contrato de compra e venda da Manaus Transmissora de Energia S/A;

atenciosamente,
Ruy Collyer
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>, "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>, "dgfai" <dgfai@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>, gabinete@sudam.gov.br
**Cc:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>, "Joao Nogueira" <joao.nogueira@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 11 de agosto de 2020 18:02:20
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Ruy,
Boa tarde.
Gostaria de uma atualização de vocês quanto a deliberação do processo para aprovação. Processo já em análise da Sudam, após aprovação do Basa, desde final d ejunho..
Mais uma vez agradeço.

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar,
sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 10:27
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov.br; dgfai@sudam.gov.br
**Cc:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>; Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 404

Seguem demonstrações financeiras de 2018 (ano de constituição da Seville). As DFs de 2019 enviamos ontem, bem como a ata que alterou a razão social de Seville para Evoltz.

Segue também em anexo AGE de 28/05, primeira da Seville, e o estatuto Social atual.

Segue também:

- Ata de Constituição da Sociedade Limitada;
- Alteração Contratual, transformando a sociedade limitada em sociedade anônima e alterando a denominação social para Seville;
- RCA 29.05.2018 – aumento de capital social de 1.000 para 392.001;
- RCA 22.08.2018 – aumento de capital social de 392.001 para 500.001;
- Livro de Ações.

Com isso vcs detém todo o histórico da Evoltz desde a sua criação. Qualquer dúvida estamos à disposição.

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 09:10
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: Documentação - Evoltz

Prioridade total agilizarmos e fazermos follow-up rápido!

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** terça-feira, agosto 11, 2020 9:07 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos continuar nossa análise necessário se faz enviar a esta DGFAI/SUDAM os seguintes documentos complementares:

1. Demonstrações Financeiras de abertura das empresas "SEVILLE" assinadas pelo profissional competente e diretor responsável;
2. Atas e estatuto de constituição das empresas "SEVILLE" com seus devidos registros nos órgãos competentes;
3. Evolução do Patrimônio Líquido, com as devidas integralizações de capital ( com comprovantes) e atas referentes a estas com registros nos órgãos competentes;
4. Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2019 das empresas "SEVILLE"

Para que possamos continuar nossa análise é imprescindível os documentos acima.

Sds.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 405

Ruy Collyer Pontes
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Segunda-feira, 10 de agosto de 2020 19:03:15
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy, tudo ok?!
Confirmado que todos os documentos necessários já foram entregues e analisados?
Aguardamos posição de data de deliberação na diretoria colegiada.
Muito obrigada.

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar,
sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** segunda-feira, 10 de agosto de 2020 14:56
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov
**Cc:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>; Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem informações solicitadas, por favor nos avise se precisar de algo mais

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:38
**Para:** alda.nunes@sudam.gov.br
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 406

Alda, bom dia!

Segue conforme solicitado.

Estamos à disposição.

Atenciosamente,

---

**De:** alda.nunes@sudam.gov.br <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:29
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Bom dia Jessica!

Solicito que sejam encaminhadas a esta Superintendência as documentações complementares listadas abaixo:

1. Demonstrações Financeiras devidamente auditadas das empresa Manaus Transmissora de Energia S.A. e Evoltz Participações S.A.
2. Estatuto Social da Evoltz e Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 19/06/2019, devidamente registrados no órgão de comércio.

Atenciosamente,

**Alda Nunes**
Coordenadora
Coordenação de gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CAF
(91) 4008-5722
alda.nunes@sudam.gov.br

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antônio Baena, 1113 - Marco CEP: 66093-082 Belém-PA
www.sudam.gov.br
SUDAM

---

**De:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Para:** "alda.nunes" <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Cc:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:02:58
**Assunto:** Documentação - Evoltz

Alda, bom dia! Tudo bem?

Conforme conversamos, poderia enviar a lista de documentação solicitada pela Diretoria?

Atenciosamente,


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 407

**Jessica Pessanha**
Analista de Finanças Estruturadas
jessica.pessanha@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1239
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2° andar, sl 204
Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

--
This message has been scanned for viruses and dangerous content by
**SUDAM E-Mail Security**, and is believed to be clean.
Click here to report this message as spam.

---

**Seville SPA side-by-side _ 18 12 2017 (assinado)_20309593_1(GEDSP).pdf**
19 MB

---

**De :** ruy collyer <ruy.collyer@sudam.gov.br> Qua, 19 de ago de 2020 08:43
**Assunto :** Fwd: Documentação - Evoltz 14 anexos
**Para :** marcus soares <marcus.soares@sudam.gov.br>

enviando
Ruy

---

**De:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>, "dgfai" <dgfai@sudam.gov.br>
**Cc:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>, "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 11 de agosto de 2020 10:27:05
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem demonstrações financeiras de 2018 (ano de constituição da Seville). As DFs de 2019 enviamos ontem, bem como a ata que alterou a razão social de Seville para Evoltz.

Segue também em anexo AGE de 28/05, primeira da Seville, e o estatuto Social atual.

Segue também:

- Ata de Constituição da Sociedade Limitada;
- Alteração Contratual, transformando a sociedade limitada em sociedade anônima e alterando a denominação social para Seville;
- RCA 29.05.2018 – aumento de capital social de 1.000 para 392.001;
- RCA 22.08.2018 – aumento de capital social de 392.001 para 500.001;
- Livro de Ações.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 408

Com isso vcs detém todo o histórico da Evoltz desde a sua criação. Qualquer dúvida estamos à disposição.

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Enviada em:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 09:10
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** Fwd: Documentação - Evoltz

Prioridade total agilizarmos e fazermos follow-up rápido!

---

**De:** ruy.collyer@sudam.gov.br <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Enviado:** terça-feira, agosto 11, 2020 9:07 AM
**Para:** Denise Araujo Francisco
**Cc:** dgfai; marly.miranda
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz

Denise, bom dia.
Para que possamos continuar nossa análise necessário se faz enviar a esta DGFAI/SUDAM os seguintes documentos complementares:

1. Demonstrações Financeiras de abertura das empresas "SEVILLE" assinadas pelo profissional competente e diretor responsável;
2. Atas e estatuto de constituição das empresas "SEVILLE" com seus devidos registros nos órgãos competentes;
3. Evolução do Patrimônio Líquido, com as devidas integralizações de capital ( com comprovantes) e atas referentes a estas com registros nos órgãos competentes;
4. Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2019 das empresas "SEVILLE"

Para que possamos continuar nossa análise é imprescindível os documentos acima.

Sds.
Ruy Collyer Pontes
Auditor
Mat. 1205195

---

**De:** "Denise Araujo Francisco" <denise.francisco@evoltz.com.br>
**Para:** "ruy collyer" <ruy.collyer@sudam.gov.br>
**Cc:** "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Segunda-feira, 10 de agosto de 2020 19:03:15
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy, tudo ok?!
Confirmado que todos os documentos necessários já foram entregues e analisados?
Aguardamos posição de data de deliberação na diretoria colegiada.


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 409

Muito obrigada.

**Denise Francisco**
CFO – Chief Financial Officer
denise.francisco@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1182
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar,
sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviada em:** segunda-feira, 10 de agosto de 2020 14:56
**Para:** ruy.collyer@sudam.gov
**Cc:** Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>; Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Assunto:** ENC: Documentação - Evoltz

Ruy,

Seguem informações solicitadas, por favor nos avise se precisar de algo mais

**Gabriel Sarmento**
Structured Finance
Gabriel.sarmento@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1232
Celular: +55 21 97135-7359
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2º andar, sl 204, Barra da Tijuca - CEP: 22775-040

---

**De:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:38
**Para:** alda.nunes@sudam.gov.br
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Assunto:** RES: Documentação - Evoltz

Alda, bom dia!

Segue conforme solicitado.

Estamos à disposição.

Atenciosamente,

---

**De:** alda.nunes@sudam.gov.br <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Enviada em:** quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:29
**Para:** Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Cc:** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>; roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>
**Assunto:** Re: Documentação - Evoltz


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 410

Bom dia Jessica!

Solicito que sejam encaminhadas a esta Superintendência as documentações complementares listadas abaixo:

1. Demonstrações Financeiras devidamente auditadas das empresa Manaus Transmissora de Energia S.A. e  Evoltz Participações S.A.
2. Estatuto Social da Evoltz  e  Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 19/06/2019, devidamente registrados no órgão de comércio.

Atenciosamente,

**Alda Nunes**
Coordenadora
Coordenação de gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CAF
(91) 4008-5722
alda.nunes@sudam.gov.br

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antônio Baena, 1113 - Marco CEP: 66093-082 Belém-PA
www.sudam.gov.br
SUDAM

---

**De:** "Jessica Ferrario Goncalves Onoda Pessanha" <jessica.pessanha@evoltz.com.br>
**Para:** "alda.nunes" <alda.nunes@sudam.gov.br>
**Cc:** "Gabriel Sarmento Lopes" <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
**Enviadas:** Quinta-feira, 30 de julho de 2020 10:02:58
**Assunto:** Documentação - Evoltz

Alda, bom dia! Tudo bem?

Conforme conversamos, poderia enviar a lista de documentação solicitada pela Diretoria?

Atenciosamente,

**Jessica Pessanha**
Analista de Finanças Estruturadas
jessica.pessanha@evoltz.com.br
Telefone: +55 21 3267-1239
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 199 – 2° andar, sl 204
Barra da Tijuca  - CEP: 22775-040
evoltz

--
This message has been scanned for viruses and dangerous content by **SUDAM E-Mail Security**, and is believed to be clean.
Click here to report this message as spam.

**Seville - Demonstrações financeiras 2018.pdf**
2 MB

**Estatuto Social - Evoltz.pdf**
793 KB

**AGE 28.05.2018 - Registrada na JUCESP_altera ESO.PDF**
2 MB

**Constituição.PDF**
2 MB

**2ª Alteração contratual Seville_Transformação S.A..PDF**
8 MB

**2018.05.29_RCA Seville_aum capital e autorização para closing_Jucesp (v juta).pdf**
261 KB

**2018.08.22_aumento de capital e elição Denise_JUCESP.pdf**
304 KB

**Livro de Transferência de Ações Nominativas.pdf**
205 KB

**Livro de Registro de Ações Nominativas.pdf**
494 KB


E-mail (0274068) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 412

| | |
|---|---|
| **CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES** | **SHARE PURCHASE AGREEMENT** |
| **Celebrado por e entre,** | **Entered into by and among,** |
| **Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – Em Recuperação Judicial, Abengoa Construção Brasil Ltda. – Em Recuperação Judicial** | **Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – Under Judicial Reorganization and Abengoa Construção Brasil Ltda. – Under Judicial Reorganization** |
| **como Vendedoras** | **as Sellers** |
| **e** | **and,** |
| **Seville Transmission Assessoria em Investimentos Ltda.** | **Seville Transmission Assessoria em Investimentos Ltda.** |
| **como Comprador** | **as Purchaser** |
| **e** | **and,** |
| **Abengoa Greenfield Brasil Holding S.A. – Em Recuperação Judicial** | **Abengoa Greenfield Brasil Holding S.A. – Under Judicial Reorganization** |
| **como interveniente-anuente** | **as an intervening and consenting party** |
| **em** | **on** |
| **18 de dezembro de 2017.** | **December 18, 2017.** |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 413

## ÍNDICE


CAPÍTULO I Interpretação e Definições.....7
CAPÍTULO II Compra e Venda das Ações.....8
CAPÍTULO III Condições Precedentes.....19
CAPÍTULO IV Fechamento.....24
CAPÍTULO V Declarações e Garantias das Vendedoras.....27
CAPÍTULO VI Declarações e Garantias do Comprador.....41
CAPÍTULO VII Outras Obrigações.....43
CAPÍTULO VIII Indenização.....53
CAPÍTULO IX Prazo, Rescisão e Multa.....63
CAPÍTULO X Disposições Gerais.....66


## TABLE OF CONTENTS


Chapter I Interpretation and Definitions.....7
Chapter II Purchase and Sale of the Shares.....8
Chapter III Conditions Precedent.....19
Chapter IV Closing.....24
Chapter V Representations and Warranties of Sellers.....27
Chapter VI Representations and Warranties of Purchaser.....41
Chapter VII Additional Obligations.....43
Chapter VIII Indemnification.....53
Chapter IX Term, Termination and Fine.....63
Chapter X Miscellaneous.....66




Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 414

| CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES | SHARE PURCHASE AGREEMENT |
|---|---|
| As Partes, de um lado, | The Parties, on one hand, |
| (a) **ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, sociedade por ações sob recuperação judicial, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Belisário Leite de Andrade, 80, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 07.872.408/0001-00, neste ato representada de acordo com seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **"**Abengoa Concessões**"**; e | (a) **ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING S.A. – UNDER JUDICIAL REORGANIZATION,** a joint-stock company under judicial reorganization, with its principal place of business in the City and State of Rio de Janeiro, at Avenida Belisário Leite de Andrade, 80, Barra da Tijuca, enrolled in the National Register of Legal Entities of the Ministry of Finance (CNPJ/MF) under No. 07.872.408/0001-00, herein represented pursuant to its bylaws, hereinafter referred to simply as "Abengoa Concessões"; and |
| (b) **ABENGOA CONSTRUÇÃO BRASIL LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL,** sociedade limitada sob recuperação judicial, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Belisário Leite de Andrade, 80, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.651.067/0001-47, neste ato representada de acordo com seu contrato social, doravante denominada simplesmente "Abengoa Construção", e, juntamente com Abengoa Concessões, "Vendedoras"; e, de outro lado, | (b) **ABENGOA CONSTRUÇÃO BRASIL LTDA. – UNDER JUDICIAL REORGANIZATION**, a limited liability company under judicial reorganization, with its principal place of business in the City and State of Rio de Janeiro, at Avenida Belisário Leite de Andrade, 80, Barra da Tijuca, enrolled in the CNPJ/MF under No. 04.651.067/0001-47, herein represented pursuant to its articles of association, hereinafter referred to as "Abengoa Construção" and, jointly with Abengoa Concessões, as "Sellers"; and, on the other, |
| (c) **SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA.,** sociedade limitada constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Rua Dom José de Barros, 177, 8º andar, conj. 802, República, CEP 01038-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.037.759/00001-68, doravante denominado simplesmente "Comprador", sendo as Vendedoras e o Comprador doravante denominados conjuntamente "Partes" ou individualmente "Parte"; | (c) **SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA.**, limited liability company organized under the laws of the Federative Republic of Brazil, with headquarters at Rua Dom José de Barros, 177, 8th floor, suite 802, República, CEP 01038-100, in the City of São Paulo, Estado de São Paulo, enrolled with CNPJ/MF under number 28.037.759/00001-68, hereinafter referred to as "Purchaser," with Sellers and Purchaser being hereinafter jointly referred to as the "Parties" or individually as a "Party"; |
| (d) **ABENGOA GREENFIELD BRASIL HOLDING S.A. – SOB RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, sociedade por ações sob recuperação judicial, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Belisário Leite de Andrade, 80, | (d) **ABENGOA GREENFIELD BRASIL HOLDING S.A. – UNDER JUDICIAL REORGANIZATION**, a joint-stock company under judicial reorganization, with its principal place of business in the City and State of Rio de Janeiro, at |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 415

Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.001.761/0001-38, neste ato representada de acordo com seu estatuto social, doravante denominada "Abengoa Greenfield" ou "Interveniente Anuente", e, juntamente com as Vendedoras, as "Recuperandas".

Avenida Belisário Leite de Andrade, 80, Barra da Tijuca, enrolled in the CNPJ/MF under No. 21.001.761/0001-38, herein represented pursuant to its bylaws, hereinafter referred to as "Abengoa Greenfield" or the "Intervening and Consenting Party" and, jointly with Sellers, as "Companies under Reorganization."

**CONSIDERANDO QUE:**

I. As Vendedoras são legítimas proprietárias das seguintes participações acionárias (as "Ações") nas seguintes sociedades (as "ATEs Operacionais"):

| Sociedade | Capital Total | Ações detidas pelas Vendedoras | Percentual de Ações detidas pelas Vendedoras no Capital Total |
|---|---|---|---|
| ATE IV – São Mateus Transmissora De Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.114.999/0001-49 ("ATE IV") | 189.327.699 ações | Abengoa Concessões: 144.704.698 ações ordinárias Abengoa Construção: 1 ação ordinária | Abengoa Concessões: 76,42 % Abengoa Construção: 0,01% |
| ATE V – Londrina Transmissora De Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.232.879/0001-09 ("ATE V") | 128.717.449 ações | Abengoa Concessões: 128.717.448 ações ordinárias Abengoa Construção: 1 ação ordinária | Abengoa Concessões: 99,99 % Abengoa Construção: 0,01% |
| ATE VI – Campos Novos Transmissora De Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.635.011/0001-50 | 133.738.740 ações | Abengoa Concessões: 133.738.739 ações ordinárias Abengoa Construção: 1 ação ordinária | Abengoa Concessões: 99,99 % Abengoa Construção: 0,01% |

**WHEREAS:**

I. Sellers are the lawful owners of the following share interests (the "Shares") in the following companies (the "Operational ATEs"):

| Company | Total Capital | Shares held by Sellers | Percentage of Shares held by Sellers in the Total Capital |
|---|---|---|---|
| ATE IV – São Mateus Transmissora De Energia S.A., enrolled in the CNPJ/MF under No. 07.114.999/0001-49 ("ATE IV") | 189,327,699 shares | Abengoa Concessões: 144,704,698 common shares Abengoa Construção: 1 common share | Abengoa Concessões: 76.42 % Abengoa Construção: 0.01% |
| ATE V – Londrina Transmissora De Energia S.A., enrolled in the CNPJ/MF under No. 08.232.879/0001-09 ("ATE V") | 128,717,449 shares | Abengoa Concessões: 128,717,448 common shares Abengoa Construção: 1 common share | Abengoa Concessões: 99.99 % Abengoa Construção: 0.01% |
| ATE VI – Campos Novos Transmissora De Energia S.A., enrolled in the CNPJ/MF under No. 08.635.011/0001-50 ("ATE VI") | 133,738,740 shares | Abengoa Concessões: 133,738,739 common shares Abengoa Construção: 1 common share | Abengoa Concessões: 99.99 % Abengoa Construção: 0.01% |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 416

| | | | |
|---|---|---|---|
| ("ATE VI") | | | |
| ATE VII – Foz Do Iguaçu Transmissora De Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.806.925/0001-36 ("ATE VII") | 84.620.640 ações | Abengoa Concessões: 84.620.639 ações ordinárias Abengoa Construção: 1 ação ordinária | Abengoa Concessões: 99,99 % Abengoa Construção: 0,01% |
| ATE VIII Transmissora De Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.515.756/0001-27 ("ATE VIII") | 80.201.000 ações | Abengoa Concessões: 40.100.500 ações ordinárias | Abengoa Concessões: 50,00 % |
| Manaus Transmissora De Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.584.854/0001-37 ("Manaus Transmissora") | 1.255.333.123 ações | Abengoa Concessões: 633.943.226 ações ordinárias | Abengoa Concessões: 50,49 % |
| Norte Brasil Transmissora De Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.625.321/0001-56 ("Norte Brasil") | 1.687.300.000 ações | Abengoa Concessões: 860.523.002 ações ordinárias | Abengoa Concessões: 51,00 % |

| | | | |
|---|---|---|---|
| ATE VII Foz Do Iguaçu Transmissora De Energia S.A., enrolled in the CNPJ/MF under No. 08.806.925/0001-36 ("ATE VII") | 84,620,640 shares | Abengoa Concessões: 84,620,639 common shares Abengoa Construção: 1 common share | Abengoa Concessões: 99.99 % Abengoa Construção: 0.01% |
| ATE VIII Transmissora De Energia S.A., enrolled in the CNPJ/MF under No. 10.515.756/0001-27 ("ATE VIII") | 80,201,000 shares | Abengoa Concessões: 40,100,500 common shares | Abengoa Concessões: 50.00 % |
| Manaus Transmissora de Energia S.A., enrolled in the CNPJ/MF under No. 09.584.854/0001-37 ("Manaus Transmissora") | 1,255,333,123 shares | Abengoa Concessões: 633,943,226 common shares | Abengoa Concessões: 50.49 % |
| Norte Brasil Transmissora de Energia S.A., enrolled in the CNPJ/MF under No. 09.625.321/0001-56 ("Norte Brasil") | 1,687,300,000 shares | Abengoa Concessões: 860,523,002 common shares | Abengoa Concessões: 51.00 % |

II.As ATEs Operacionais são sociedades de propósito específico constituídas para atuar como concessionárias de instalações para transmissão de eletricidade no Brasil (o "Negócio"), que atualmente

II.The Operational ATEs are special purpose entities organized to act as concessionaires of electricity transmission facilities in Brazil (the "Business"), which are currently built, completed and in full



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 417

| | |
|---|---|
| estão construídas, concluídas e em plena operação comercial, como resultado dos seguintes procedimentos licitatórios: | commercial operation, as a result of the following bidding procedures: |
| a. ATE IV: Leilão nº 003/2006-ANEEL (CCT *Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão* nº 008/2007-ANEEL); | a. ATE IV: Auction No. 003/2006-ANEEL (CCT Transmission Connection Agreement No. 008/2007-ANEEL); |
| b. ATE V: Leilão nº 003/2006-ANEEL (CCT nº 009/2007-ANEEL); | b. ATE V: Auction No. 003/2006-ANEEL (CCT No. 009/2007-ANEEL); |
| c. ATE VI: Leilão nº 003/2006-ANEEL (CCT nº 011/2007-ANEEL); | c. ATE VI: Auction No. 003/2006-ANEEL (CCT No. 011/2007-ANEEL); |
| d. ATE VII: Leilão nº 005/2006-ANEEL (CCT nº 013/2007-ANEEL); | d. ATE VII: Auction No. 005/2006-ANEEL (CCT No. 013/2007-ANEEL); |
| e. ATE VIII: Leilão nº 008/2010-ANEEL (CCT nº 007/2011-ANEEL); | e. ATE VIII: Auction No. 008/2010-ANEEL (CCT No. 007/2011-ANEEL); |
| f. Manaus Transmissora: Leilão nº 004/2008-ANEEL (CCT nº 010/2008-ANEEL); | f. Manaus Transmissora: Auction No. 004/2008-ANEEL (CCT No. 010/2008-ANEEL); |
| g. Norte Brasil: Leilão nº 007/2008-ANEEL (CCT nº 016/2009-ANEEL). | g. Norte Brasil: Auction No. 007/2008-ANEEL (CCT No. 016/2009-ANEEL). |
| III. As Recuperandas são membros do grupo societário multinacional espanhol Abengoa, fundado em 1941, e que começou suas operações no Brasil nos anos 1990, expandindo suas atividades de engenharia para o segmento de energia elétrica em 2001, e desde então controla aproximadamente 7.831 quilômetros de linhas de transmissão de energia elétrica, das quais 3.532 quilômetros pertencem a projetos atualmente operados pelas ATEs Operacionais; | III. The Companies under Reorganization are members of the Spanish multinational corporate group Abengoa, founded in 1941, and which began its operations in Brazil in the 1990s, expanding its engineering activities to the electric power segment in 2001, and since then it has control of approximately 7,831 kilometers of electric power transmission lines, of which 3,532 kilometers pertain to projects currently operated by the Operational ATEs; |
| IV. Em razão da recente deterioração de sua situação econômico-financeira, em virtude de diversas causas descritas no Plano de Recuperação Judicial (definido abaixo), as Recuperandas ajuizaram pedido de recuperação judicial em 29 de janeiro de 2016, na 5ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro (a "Recuperação Judicial" e o "Juízo da Recuperação Judicial") e, conforme definido no Plano de Recuperação Judicial aprovado em 18 de agosto de 2017 (o "Plano de Recuperação Judicial") | IV. Due to the recent deterioration of its economic-financial situation, by virtue of the several causes described in the Judicial Reorganization Plan (defined below), the Companies under Reorganization filed for judicial reorganization on January 29, 2016, in the 5th Lower Business Court of the Capital of the State of Rio de Janeiro (the "Judicial Reorganization" and the "Judicial Reorganization Court") and, as set out in the Judicial Reorganization Plan approved on August 18, 2017 |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 413

| | |
|---|---|
| e no artigo 60 da Lei 11.101/2005, a alienação das ATEs Operacionais (que são UPIs - Unidades Produtivas Isoladas, de acordo com a Lei 11.101/2005) foi incluída como uma das principais medidas de recuperação das Recuperandas, com a intenção de gerar caixa para ser alocado ao pagamento de determinadas dívidas nos termos da Recuperação Judicial; | (the "Judicial Reorganization Plan") and in article 60 of Law 11,101/2005, the disposal of the Operational ATEs (which are UPIs – Isolated Production Units, under Law 11,101/2005) was included as one of the main measures of reorganization of the Companies under Reorganization, intended to generate cash to be allocated to the payment of certain debts under the Judicial Reorganization; |
| V. A alienação das ATEs Operacionais foi implementada por meio de um procedimento licitatório, objeto do Edital Público publicado em 10 de novembro de 2017 (o "Leilão Judicial"), de forma que a vencedora de tal Leilão Judicial não seria responsável pelas dívidas ou passivos de qualquer uma das Recuperandas, de acordo com o artigo 60 da Lei 11.101/2005; | V. The disposal of the Operational ATEs was implemented through a bidding procedure, object of Public Notice published on November 10, 2017 (the "Judicial Auction"), so that the winner of such Judicial Auction would not be liable for any of the Companies under Reorganization's debts or liabilities, in accordance with article 60 of Law 11,101/2005; |
| VI. o Comprador participou do Leilão Judicial e sua proposta foi declarada vencedora e ratificada em 13 de dezembro de 2017pelo Juízo da Recuperação Judicial; e | VI. Purchaser took part in the Judicial Auction and its proposal was declared the winner and ratified on December 13, 2017 by the Judicial Reorganization Court; and |
| VII. Tendo feito sua própria avaliação dos ativos representados pelas Ações e estando ciente dos termos do Plano de Recuperação Judicial, o Comprador deseja adquirir as Ações das Vendedoras, sujeito aos termos e condições acordados neste instrumento. | VII. Having made its own assessment of the assets represented by the Shares and being aware of the terms of the Judicial Reorganization Plan, Purchaser wishes to acquire the Shares from Sellers, subject to the terms and conditions agreed upon herein. |
| **RESOLVEM** as Partes celebrar este Contrato de Compra e Venda de Ações (este "Contrato"), que será regido pelos seguintes termos e condições. | **NOW, THEREFORE**, the Parties decide to enter into this Share Purchase Agreement (this "Agreement"), which shall be governed by the following terms and conditions: |
| **CAPÍTULO I - Interpretação e Definições** | **CHAPTER I - Interpretation and Definitions** |
| 1.1 Interpretação. (i) os cabeçalhos e títulos das Cláusulas deste Contrato servem apenas para conveniência de referência e não limitarão ou afetarão o significado das Cláusulas, parágrafos ou itens aos quais se aplicam; (ii) sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste Contrato serão aplicadas tanto no singular como no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa; (iii) referências a quaisquer Leis, documentos ou outros instrumentos incluirão todas as suas alterações, substituições e consolidações e | 1.1 Interpretation. (i) the headings and titles of the Clauses of this Agreement are for purposes of convenience of reference only, and shall not limit or affect the meaning of the Clauses, paragraphs or items to which they apply; (ii) whenever the context requires, the definitions contained in this Agreement shall apply both in the singular and plural forms, and the masculine shall include the feminine, and vice-versa; (iii) references to any Laws, documents or other instruments include all of the amendments, substitutions and restatements thereof, and their |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 419

| | |
|---|---|
| respectivas complementações, exceto se expressamente disposto de forma diversa; (iv) exceto se expressamente estabelecido de outra forma neste Contrato, referências a itens ou anexos aplicam-se a itens ou anexos deste Contrato; (v) exceto se expressamente estabelecido de outra forma neste Contrato, todas as referências a quaisquer Partes incluem seus sucessores, beneficiários, representantes e cessionários autorizados; (vi) os termos "inclusive", "incluindo" e outros termos semelhantes serão sempre lidos como se estivessem acompanhados pelo termo "exemplificativamente"; e (vii) a versão deste Contrato no idioma inglês será a versão oficial deste Contrato, e caso haja qualquer inconsistência entre a versão em inglês deste Contrato e qualquer tradução deste Contrato para outro idioma, a versão em inglês deverá prevalecer. Todos os períodos de tempo e prazos serão contados excluindo-se a data do evento que marca o início de tal período ou prazo e incluindo-se o último dia no qual tal período ou prazo termina. Qualquer período de tempo ou prazo que termine em um dia que não seja um Dia Útil será automaticamente prorrogado para o Dia Útil imediatamente subsequente. | respective complements, except if expressly set forth otherwise; (iv) except if otherwise expressly established herein, references to items or exhibits apply to items and exhibits of this Agreement; (v) except if otherwise expressly established herein, all references to any Parties include their successors, beneficiaries, representatives and authorized assignees; (vi) the term "including" and other similar terms shall always be read as if they were accompanied by the expression "as an example"; and (vii) the English language version of this Agreement shall be the official version of this Agreement, and in the event of any inconsistency between the English language version of this Agreement and any translation of this Agreement that is in another language, the English language version of this Agreement shall prevail. All periods of time and terms shall be counted excluding the date of the event that causes such period or term to begin and including the last day on which such period or term ends. Any period of time or term ending on a day that is not a Business Day will be automatically extended to the immediately succeeding Business Day. |
| 1.2 Definições. Quando utilizados neste Contrato, os termos com iniciais em letra maiúscula terão os significados a eles atribuídos no Anexo 1.2. | 1.2 Definitions. When used in this Agreement, capitalized terms shall have the meanings assigned thereto in Exhibit 1.2. |
| **CAPÍTULO II - Compra e Venda de Ações** | **CHAPTER II - Purchase and Sale of the Shares** |
| 2.1. Compra e Venda de Ações. Sujeito aos termos e condições deste Contrato, especialmente a verificação das Condições Precedentes, as Vendedoras neste ato se comprometem, de forma irrevogável e irretratável, mediante o pagamento, pelo Comprador, dos Pagamentos no Fechamento aplicáveis, a vender, ceder, transferir e entregar ao Comprador as Ações das ATEs Operacionais que sejam objeto de tal Fechamento, que o Comprador a seu turno se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a adquirí-las e recebe-las das Vendedoras, na Data de Fechamento aplicável, juntamente com todo e qualquer direito, obrigação ou vantagem inerentes às mesmas na Data de Fechamento aplicável (a "Compra e Venda das Ações"). | 2.1 Purchase and Sale of the Shares. Subject to the terms and conditions of this Agreement, especially the verification of the Conditions Precedent, Sellers hereby irrevocably and irreversibly undertake, upon the payment of the applicable Closing Payments by Purchaser, to sell, assign, transfer and deliver to Purchaser the Shares of the Operational ATEs that are the subject of such Closing, which irrevocably and irreversibly undertakes to acquire and receive them from Sellers, on the applicable Closing Date, together with any and all rights, obligations or advantages inherent thereto on the applicable Closing Date (the "Purchase and Sale of the Shares"). |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 420

| | |
|---|---|
| 2.2 Preço de Compra das Ações. | 2.2 Share Purchase Price. |
| (i) Sujeito ao ajuste estabelecido na Cláusula 2.6, o preço a ser pago pelo Comprador às Vendedoras pela Compra e Venda das Ações (o "Preço de Compra") será o seguinte:<br>(a) A soma do preço de compra estabelecido para cada ATE Operacional (cada um, doravante, "Preço de Compra da ATE"), conforme listado sob o título "Preço de Compra da ATE (R$)" na tabela abaixo, cujos valores são baseados nas premissas de Dívida Líquida e Capital de Giro estabelecidas no Anexo 2.2. | (i) Subject to the adjustment set forth in Clause 2.6, the price to be paid by Purchaser to Sellers for the Purchase and Sale of the Shares (the "Purchase Price") shall be as follows:<br>(a) The sum of the purchase price apportioned to each applicable Operational ATE (each an "ATE Purchase Price"), as listed under the heading "ATE Purchase Price (R$)" in the table below, which amounts are based on the Net Debt and Working Capital assumptions set forth on Exhibit 2.2. |
| (b) se a Dívida Líquida no Fechamento das ATEs Operacionais aplicáveis for superior ao Valor de Referência da Dívida Líquida das ATEs Operacionais aplicáveis, então subtrair o valor equivalente a tal excesso; | (b) if the Closing Net Debt of the applicable Operational ATEs is greater than the Reference Net Debt Amount of the applicable Operational ATEs, then minus an amount equal to such excess; |
| (c) se o Capital de Giro no Fechamento das ATEs Operacionais aplicáveis for inferior ao Valor de Referência do Capital de Giro das ATEs | (c) if the Closing Working Capital of the applicable Operational ATEs is less than the Reference Working Capital Amount of the applicable Operational ATEs, |

| ATE Operacional | Preço de Compra da ATE (em R$) |
|---|---|
| ATE IV | 35.700.470,00 |
| ATE V | 32.290.710,00 |
| ATE VI | 45.160.130,00 |
| ATE VII | 33.877.420,00 |
| ATE VIII | 12.578.540,00 |
| Manaus Transmissora | 128.973.970,00 |
| Norte Brasil | 193.973.530,00 |
| **Total** | **482.554.770,00** |

| Operational ATE | ATE Purchase Price (in R$) |
|---|---|
| ATE IV | 35,700,470.00 |
| ATE V | 32,290,710.00 |
| ATE VI | 45,160,130.00 |
| ATE VII | 33,877,420.00 |
| ATE VIII | 12,578,540.00 |
| Manaus Transmissora | 128,973,970.00 |
| Norte Brasil | 193,973,530.00 |
| **Total** | **482,554,770.00** |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 421

| | |
|---|---|
| Operacionais aplicáveis, então subtrair o valor equivalente a tal deficiência; | then minus an amount equal to such deficiency; |
| (d) cada Preço de Compra da ATE será indexado pelo IPCA a partir de 1º de janeiro de 2018 até as respectivas datas nas quais os respectivos Preços de Compra Iniciais da ATE e os respectivos Pagamentos Remanescentes no Fechamento sejam efetivamente pagos às Vendedoras. | (d) each ATE Purchase Price shall be indexed by the IPCA Rate from January 1, 2018 through the respective dates in which the relevant Initial ATE Purchase Prices and the relevant Remainder Closing Payments are effectively paid to Sellers. |
| (ii) Observado o disposto acima, o Preço de Compra não deverá exceder sob nenhuma hipótese o valor total de R$ 482.554.770,00 (exceto no caso de ajuste para os fins da correção monetária pelo índice IPCA, se aplicável de acordo com a Cláusula 2.2(i)(d)), ressalvado, no entanto, que, em cada Fechamento, qualquer ajuste negativo a um Preço de Compra de ATE nos termos da Cláusula 2.6 deverá ser compensado (i) com qualquer excedente em virtude de o Capital de Giro no Fechamento de quaisquer das ATEs Operacionais objeto de tal Fechamento ser superior ao Valor de Referência do Capital de Giro de tais ATEs Operacionais (ressalvado que referido excesso deverá ser calculado proporcionalmente à porcentagem das Ações detidas pelas Vendedoras em tais ATEs Operacionais), e/ou (ii) com qualquer excedente em virtude de a Dívida Líquida no Fechamento de quaisquer das ATEs Operacionais objeto de tal Fechamento ser inferior ao Valor de Referência da Dívida Líquida de tais ATEs Operacionais (ressalvado que referido excesso deverá ser calculado proporcionalmente à porcentagem das Ações detidas pelas Vendedoras em tais ATEs Operacionais). | (ii) Notwithstanding the foregoing, the aggregate Purchase Price shall in no event exceed R$ 482,554,770.00 (except to adjust for the effects of indexation by the IPCA Rate, if applicable pursuant to Clause 2.2(i)(d)), provided however that, for each applicable Closing, any negative adjustment to any given ATE Purchase Price pursuant to section 2.6 shall be offset (i) by any surplus resulting from the aggregate Closing Working Capital of any Operational ATEs contemplated by such Closing being greater than the aggregate Reference Working Capital Amount of any such Operational ATEs (provided that any such surplus shall be calculated proportionally to the percentage of Shares held by Sellers in the applicable Operational ATEs), and/or (ii) by any surplus resulting from the aggregate Closing Net Debt of any Operational ATEs contemplated by such Closing being less than the Reference Net Debt Amount of any such Operational ATEs (provided that any such surplus shall be calculated proportionally to the percentage of Shares held by Sellers in the applicable Operational ATEs). |
| (iii) O montante do Preço de Compra a ser pago pelo Comprador às Vendedoras em cada Data de Fechamento pela compra e venda das Ações de cada ATE Operacional (cada um, doravante, "Pagamento no Fechamento") será o Preço de Compra Inicial da ATE; observado que, para evitar dúvidas, conforme estabelecido na Cláusula 4.1(iv)(a), em qualquer Fechamento, o Comprador deverá efetuar apenas os Pagamentos de Fechamento relativos às ATEs Operacionais que forem objeto de tal Fechamento. | (iii) The amount of the Purchase Price to be paid by Purchaser to the Sellers on each Closing Date for the purchase and sale of the Shares of each Operational ATE (each, a "Closing Payment") shall be the applicable Initial ATE Purchase Price; provided, for the avoidance of doubt, that, as set forth in Clause 4.1(iv)(a), on any particular Closing, the Purchaser shall only be required to make the Closing Payments relating to the Operational ATEs that are the subject of such Closing. |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 422

| | |
|---|---|
| 2.2.1 Os Pagamentos no Fechamento aplicáveis serão efetuados pelo Comprador às Vendedoras na Data de Fechamento aplicável, em Reais e em recursos imediatamente disponíveis, por transferência eletrônica (TED) à conta corrente bancária informada pelas Vendedoras com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência ao Fechamento Inicial, (a "Conta Bancária das Vendedoras"), descontados (i) a soma dos honorários devidos ao BMA e G5 I Evercore (respectivamente, os "Honorários dos Consultores" e os "Consultores"), pelos serviços de consultoria legal e financeira prestados às Recuperandas na Recuperação Judicial, com relação à estruturação, negociação, assinatura e implementação deste Contrato e à reestruturação da dívida e negociação com os credores das Recuperandas, que será pago diretamente pelo Comprador, em Reais e em recursos imediatamente disponíveis, por transferência eletrônica (TED), nos respectivos montantes e para as respectivas contas correntes de cada Consultor, a serem oportunamente informadas antes do Fechamento Inicial, conforme estabelecido na Cláusula 2.2.1 do Plano de Recuperação Judicial, e (ii) o Valor do Empréstimo DIP, que será pago diretamente pelo Comprador, em Reais e em recursos imediatamente disponíveis, por transferência eletrônica (TED), nos respectivos montantes e para as respectivas contas correntes do Credor do DIP, a serem oportunamente informadas antes do Fechamento Inicial, conforme estabelecido na Cláusula 2.2.1 do Plano de Recuperação Judicial. | 2.2.1 The applicable Closing Payments shall be paid by Purchaser to Sellers on the applicable Closing Date, in Brazilian reais and in immediately available funds, by wire transfer (TED) into checking account informed by Sellers 5 (five) Business Days prior to the Initial Closing, (the "Sellers Bank Account"), net of (i) the sum of the fees owed to BMA and G5 I Evercore (respectively, the "Consultants' Fees" and the "Consultants"), for the legal and financial consultancy services provided to the Companies under Reorganization in the Judicial Reorganization, with regard to the structuring, negotiation, execution and implementation of this Agreement and the restructuring of the debt and negotiation with the creditors of the Companies under Reorganization, which shall be paid directly by Purchaser, in Brazilian reais and in immediately available funds, by means of wire transfer (TED), in the respective sums and into the respective checking accounts of each Consultant, to be timely informed in advance of the Initial Closing, as set out in Clause 2.2.1 of the Judicial Reorganization Plan, and (ii) the DIP Financing Amount which shall be paid directly by Purchaser, in Brazilian reais and in immediately available funds, by means of wire transfer (TED), in the respective sums and into the respective checking accounts of the DIP Lender, to be timely informed in advance of the Initial Closing, as set out in Clause 2.2.1 of the Judicial Reorganization Plan. |
| 2.3 Operações Independentes. As Partes reconhecem e concordam que, sujeito ao disposto na Cláusula 4.3, cada compra e venda de ações ligada a cada uma das ATEs Operacionais constitui um negócio jurídico separado e independente da compra e venda de ações das demais ATEs Operacionais, de forma que uma possível falha em implementar a compra e venda de ações relacionadas a qualquer ATE Operacional (devido, por exemplo, à falha na implementação de qualquer Condição Precedente relativa a tal ATE Operacional) não impedirá a conclusão dos demais negócios, sendo descontado do Preço de Compra o Preço de Compra da ATE que corresponda às ATEs Operacionais não vendidas, conforme a alocação de preço prevista na Cláusula 2.2 acima. | 2.3 Independent Transactions. The Parties acknowledge and agree that, subject to Clause 4.3, each purchase and sale of shares connected to each one of the Operational ATEs constitutes a separate and independent transaction from the purchase and sale of shares of the other Operational ATEs, so that a possible failure to implement the purchase and sale of shares connected to any Operational ATE (due, for instance, to the failure to verify any Condition Precedent related to said Operational ATE) shall not hinder the completion of the other transactions, with the ATE Purchase Price that corresponds to the Operational ATEs not sold being deducted from the Purchase Price, as per the price allocation set forth in Clause 2.2 above. |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 423

| | |
|---|---|
| 2.4 Situação das Ações e das ATEs Operacionais. As Partes também reconhecem e concordam que, antes da assinatura deste Contrato, o Comprador conduziu uma auditoria nas Ações e nas ATEs Operacionais, tendo tido a oportunidade de avaliar a situação jurídica, patrimonial, financeira e contábil das mesmas, com a ajuda de seus próprios consultores contratados para tal, também estando ciente (i) de que as Ações emitidas por determinadas ATEs Operacionais estão sujeitas aos Acordos de Acionistas, (ii) dos Ônus constituídos sobre as Ações para garantir os empréstimos contratados pelas ATEs Operacionais, e (iii) da existência de ações legais, processos administrativos e judiciais, execuções e procedimentos de cobrança movidos contra as ATEs Operacionais por terceiros. | 2.4 Status of the Shares and of the Operational ATEs. The Parties also acknowledge and agree that prior to the execution of this Agreement, Purchaser took part in a due diligence on the Shares and the Operational ATEs, having had the opportunity to assess the legal, equity, financial and accounting status thereof, with help from its own consultants engaged for such, also being aware (i) that the Shares issued by certain Operational ATEs are subject to Shareholders' Agreements, (ii) of the Liens constituted on the Shares to secure the loans taken out by the Operational ATEs, and (iii) of the existence of lawsuits, administrative and court proceedings, enforcements and collection procedures filed against the Operational ATEs by third parties. |
| 2.5 Venda Conjunta e Opção de Venda de Ações. O Comprador neste ato declara estar ciente de que a Compra e Venda de Ações pode implicar (i) o exercício do direito de venda conjunta por Acionistas Externos da ATE VIII e Norte Brasil, previsto nos seus respectivos Acordos de Acionistas, o qual sujeita o fechamento da compra e venda das respectivas Ações à compra conjunta e simultânea, pelo mesmo preço por ação e de acordo com as mesmas condições estabelecidas neste Contrato, das ações detidas pelos Acionistas Externos em tais ATEs Operacionais; e (ii) o exercício de uma opção de venda de ações por um Acionista Externo da ATE IV contra a Abengoa S.A., pelo preço previsto no Acordo de Acionistas da ATE IV e na Opção de Venda de Ações, dos quais o Comprador declara estar ciente (conjuntamente denominados os "Direitos de Liquidez"). O Comprador neste ato se compromete, no caso de qualquer Direito de Liquidez ser exercido por um Acionista Externo da ATE VIII e/ou da Norte Brasil, a comprar na Data de Fechamento aplicável, conjuntamente com as Ações das Vendedoras, as ações do Acionista Externo em questão abrangidas pelo Direito de Liquidez aplicável, pagando ao Acionista Externo que exerceu tal direito o preço correspondente de acordo com o exercício do seu Direito de Liquidez, observado que o Acionista Externo que tenha exercido seu respectivo Direito de Liquidez deverá assinar um | 2.5 Tag Along and Put Option. Purchaser hereby represents to be aware that the Share Purchase and Sale entails (i) the exercise of the Tag Along right by External Shareholders of ATE VIII and Norte Brasil, set forth in their respective Shareholders' Agreements, which subject the closing of the purchase and sale of the respective Shares to the joint and simultaneous purchase, for the same price per share and under the same conditions set out in this Agreement, of the shares held by the External Shareholders in said Operational ATEs; and (ii) the exercise of a put option by an External Shareholder of ATE IV against Abengoa S.A., for the price set forth in the Shareholders' Agreement of ATE IV and in the Put Option, of which Purchaser represents to be aware (jointly referred to as the "Liquidity Rights"). Purchaser hereby undertakes to, if any Liquidity Right is exercised by an External Shareholder of ATE VIII and/or Norte Brasil, purchase on the applicable Closing Date, jointly with the Sellers' Shares, the shares of the relevant External Shareholder encompassed by the Liquidity Right in question, paying the External Shareholder that has exercised it the corresponding price pursuant to its exercise of its Liquidity Right, provided that the External Shareholder that has exercised its respective Liquidity Rights executes a joinder to this Agreement, in the form of Exhibit 2.5 attached hereto. In the event that the External Shareholder of |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 424

| | |
|---|---|
| termo de adesão a este Contrato, na forma do Anexo 2.5 deste instrumento. Caso o Acionista Externo da ATE IV expresse sua intenção de exercer a Opção de Venda de Ações no caso de uma venda das Ações da ATE IV, então as Partes serão automaticamente liberadas das suas obrigações de comprar e vender tais Ações da ATE IV aqui dispostas, que serão dessa forma retiradas do escopo da operação contemplada por este Contrato, observado, no entanto, que se o Acionista Externo da ATE IV declinar o exercício da Opção de Venda de Ações, ou concordar em rescindir a Opção de Venda de Ações, ou concordar em vender todas as suas ações na ATE IV para o Comprador pelo mesmo preço por ação das Vendedoras e de acordo com os termos deste Contrato, ao invés de exercer a Opção de Venda de Ações, então as Partes permanecerão vinculadas às suas obrigações neste instrumento com relação à compra e venda de tais Ações da ATE IV. | ATE IV expresses its intention to exercise the Put Option in the event of a sale of the ATE IV Shares, then the Parties shall be automatically released from their obligations hereunder to purchase and sell such ATE IV Shares, which shall be accordingly removed from the scope of the transaction contemplated by this Agreement, provided, however, that if the External Shareholder of ATE IV either declines to exercise the Put Option, agrees to terminate the Put Option, or agrees to sell all of its shares in ATE IV to Purchaser for the same price per share as Sellers and under the terms of this Agreement as opposed to exercising the Put Option, then the Parties shall remain bound to their obligations hereunder with respect to the purchase and sale of such ATE IV Shares. |
| 2.6 Ajuste do Preço de Compra. | 2.6 Adjustment of the Purchase Price. |
| (i) No prazo de 90 (noventa) dias após a Data de Fechamento aplicável, o Comprador preparará e entregará às Vendedoras uma demonstração praparada de boa fé e de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros e consistente com práticas contábeis passadas adotadas pelas ATEs Operacionais, juntamente com informações de suporte razoavelmente detalhadas (a "Demonstração de Ajuste de Fechamento"), estabelecendo a decisão do Comprador quanto (a) à Dívida Líquida no Fechamento; (b) ao Capital de Giro no Fechamento e (c) ao Preço de Compra calculado de acordo com a Cláusula 2.2 (incluindo os efeitos da correção pelo IPCA, se aplicável, nos termos da Cláusula 2.2(i)(d)). Se a Demonstração de Ajuste no Fechamento não for entregue às Vendedoras no prazo de 90 dias estabelecido acima, o Comprador pagará às Vendedoras o Pagamento Remanescente do Fechamento no prazo de 5 dias a contar do vencimento de tal prazo, e o mecanismo de ajuste do Preço de Compra previsto nesta cláusula 2.6 deixará de ser aplicável. | (i) Within ninety (90) days after the applicable Closing Date, the Purchaser shall prepare and deliver to the Sellers a statement prepared in good faith and in accordance with Brazilian GAAP and consistent with past accounting practices adopted by the Operational ATEs, together with reasonably detailed supporting information (the "Closing Adjustment Statement"), setting forth the Purchaser's determination of (a) the Closing Net Debt; (b) the Closing Working Capital and (c) the Purchase Price calculated in accordance with Clause 2.2 (including the effects of indexation by the IPCA Rate, if applicable pursuant to Clause 2.2(i)(d)). If the Closing Adjustment Statement is not delivered to Sellers within the 90-day deadline set forth above, Purchaser shall pay to Sellers the Remainder Closing Payment within 5 days as from the expiration of such deadline, and the Purchase Price adjustment mechanism provided under this section 2.6 shall cease to be applicable. |
| (ii) Por um período de 30 (trinta) dias após a entrega da Demonstração de Ajuste no Fechamento (o | (ii) For the period of thirty (30) days following the delivery of the Closing Adjustment Statement (the |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 425

| | |
|---|---|
| "Período de Revisão"), sujeito às disposições da Cláusula 7.3, o Comprador e as ATEs Operacionais permitirão que as Vendedoras e seus representantes tenham acesso razoável, durante o horário comercial normal, mediante aviso prévio, aos livros e registros financeiros pertinentes das ATEs Operacionais e aos empregados e consultores do Comprador e das ATEs Operacionais responsáveis pela preparação da Demonstração de Ajuste no Fechamento unicamente para os fins do exercício pelas Vendedoras do seu direito de revisão e objeção contemplado nesta Cláusula 2.6. | "Review Period"), subject to the provisions of Clause 7.3, the Purchaser and the Operational ATEs shall permit the Sellers and their representatives reasonable access, during normal business hours upon reasonable advance notice, to the relevant financial books and records of the Operational ATEs and the employees and advisors of the Purchaser and the Operational ATEs responsible for the preparation of the Closing Adjustment Statement solely for the purposes of the Sellers' exercise of their review and objection right contemplated in this Clause 2.6. |
| (iii) As Vendedoras conjuntamente notificarão o Comprador antes do término do Período de Revisão se as Vendedoras se opuserem a qualquer questão estabelecida na Demonstração de Ajuste no Fechamento, notificação essa que incluirá uma demonstração detalhada descrevendo o embasamento para tal oposição (a "Notificação de Discordância"). Se nenhuma Notificação de Discordância for recebida pelo Comprador antes do término do Período de Revisão, então a Demonstração de Ajuste de Fechamento será considerada como tendo sido aceita pelas Vendedoras e se tornará final e vinculante para as partes. Se as Vendedoras entregarem tempestivamente uma Notificação de Discordância, (a) apenas aquelas questões especificadas em tal Notificação de Discordância serão consideradas controversas (tais questões, os "Itens Controversos") e tais Itens Controversos serão baseados apenas em (x) erros matemáticos ou materiais, ou (y) valores incluídos na Demonstração de Ajuste no Fechamento que não foram determinados de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros, aplicados de forma consistente com práticas contábeis passadas adotadas pelas ATEs Operacionais, e (b) todas as demais questões previstas na Demonstração de Ajuste no Fechamento serão consideradas aceitas pelas Vendedoras e se tornarão finais e vinculantes para as Partes contratantes (tais questões, os "Itens Incontroversos"). A Notificação de Discordância estabelecerá com detalhe razoável cada Item Controverso, o valor controverso de cada Item Controverso, o valor alternativo calculado pelas Vendedoras para cada Item Controverso e o embasamento para tal cálculo alternativo, e o valor | (iii) The Sellers shall jointly notify the Purchaser prior to the expiration of the Review Period if the Sellers object to any matter set forth in the Closing Adjustment Statement, which notice shall include a detailed statement describing the basis for such objection (the "Notice of Disagreement"). If no Notice of Disagreement is received by the Purchaser prior to the expiration of the Review Period, then the Closing Adjustment Statement shall be deemed to have been accepted by the Sellers and will become final and binding upon the parties hereto. If the Sellers timely deliver a Notice of Disagreement, (a) only those matters specified in such Notice of Disagreement shall be deemed to be in dispute (such matters, the "Disputed Items") and all such Disputed Items shall be based only on (x) mathematical or clerical errors or (y) the amounts included in the Closing Adjustment Statement were not determined in accordance with Brazilian GAAP, applied consistently with past accounting practices adopted by the Operational ATEs, and (b) all other matters set forth in the Closing Adjustment Statement shall be deemed to have been accepted by the Sellers and will become final and binding upon the Parties hereto (such matters, the "Undisputed Items"). The Notice of Disagreement shall set forth in reasonable detail each Disputed Item, the disputed amount of each Disputed Item, the Sellers' alternative amount of each Disputed Item and the basis for such alternative calculation, and the Sellers' alternative calculation of the Purchase Price after taking into account the Sellers' alternative amount of each Disputed Item. In no event shall the Notice of Disagreement be amended by the Sellers after the expiration of the Review Period. Any component of the calculations |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 426

| | |
|---|---|
| alternativo do Preço de Compra calculado pelas Vendedoras após levar em conta o valor alternativo de cada Item Controverso calculado pelas Vendedoras. Em hipótese alguma a Notificação de Discordância será alterada pelas Vendedoras após o vencimento do Período de Revisão. Qualquer componente dos cálculos previstos na Demonstração de Ajuste no Fechamento que não seja objeto de uma Notificação de Discordância entregue tempestivamente e de Item Controverso incluído de forma adequada de acordo com esta Cláusula 2.6(iii) pelas Vendedoras será final e vinculante para as Partes contratantes, salvo se a solução de qualquer Item Controverso afetar um componente incontroverso da Demonstração de Ajuste no Fechamento, caso em que tal componente incontroverso, independentemente da ausência de contestação de tal componente na Notificação de Discordância, será considerado um **"Item Controverso"** na medida em que for afetado por tal Item Controverso solucionado. No caso de, independentemente de como os Itens Controversos venham a ser solucionados, (A) o Preço de Compra conforme finalmente determinado de acordo com esta Cláusula 2.6 exceder a soma de todos os Pagamentos no Fechamento aplicáveis, mais a soma de todos os Pagamentos Remanescentes no Fechamento aplicáveis, então, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento pelo Comprador de uma Notificação de Discordância, o Comprador pagará aos Vendedores em Reais e em recursos imediatamente disponíveis, por transferência eletrônica (TED) para a Conta Bancária das Vendedoras, um valor equivalente ao excedente atribuível a Itens Incontroversos, e (B) o Preço de Compra conforme finalmente determinado de acordo com esta Cláusula 2.6 for inferior à soma de todos os Pagamentos no Fechamento aplicáveis mais a soma de todos os Pagamentos Remanescentes do Fechamento aplicáveis, então, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento pelo Comprador de uma Notificação de Discordância, as Vendedoras pagarão ao Comprador em Reais e em recursos imediatamente disponíveis, por transferência eletrônica (TED) para a conta corrente informada oportunamente pelo Comprador (a **"Conta Bancária do Comprador"**) montante equivalente à parcela de tal insuficiência atribuível a Itens Incontroversos. | set forth in the Closing Adjustment Statement that is not the subject of a timely delivered Notice of Disagreement and properly included Disputed Item in accordance with this Clause 2.6(iii) by the Sellers shall be final and binding upon the Parties hereto, unless the resolution of any Disputed Item affects an undisputed component of the Closing Adjustment Statement, in which case such undisputed component shall, notwithstanding the failure to object to such component in the Notice of Disagreement, be considered a "Disputed Item" to the extent affected by such resolved Disputed Item. In the event that, regardless of how Disputed Items are resolved, (A) the Purchase Price as finally determined in accordance with this Clause 2.6 would exceed the sum of all applicable Closing Payments plus the sum of all applicable Remainder Closing Payments, then, within five (5) Business Days after the Purchaser's receipt of a Notice of Disagreement, the Purchaser shall pay to the Sellers in Brazilian *reais* and in immediately available funds, by wire transfer (TED) into the Sellers Bank Account, an amount equal to the excess attributable to Undisputed Items and (B) the Purchase Price as finally determined in accordance with this Clause 2.6 would be less than the sum of all applicable Closing Payments plus the sum of all applicable Remainder Closing Payments, then, within five (5) Business Days after the Purchaser's receipt of a Notice of Disagreement, the Sellers shall pay to the Purchaser in Brazilian *reais* and in immediately available funds, by wire transfer (TED) into checking account to be informed by Purchaser (the "Purchaser Bank Account") an amount equal to the portion of such deficiency attributable to Undisputed Items. |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 427

| | |
|---|---|
| (iv) Os Itens Controversos serão solucionados conforme abaixo: | (iv) The Disputed Items shall be resolved as follows: |
| (a) As Vendedoras e o Comprador primeiramente envidarão seus esforços razoáveis para solucionar tais Itens Controversos durante os 30 (trinta) dias seguintes à entrega da Notificação de Discordância. Qualquer solução acordada por escrito pelas Vendedoras e pelo Comprador quanto a tais Itens Controversos será final e vinculante para as Partes. | (a) The Sellers and the Purchaser shall first use their reasonable efforts to resolve such Disputed Items during the thirty (30) days following delivery of the Notice of Disagreement. Any resolution agreed to in writing by the Sellers and the Purchaser as to such Disputed Items shall be final and binding upon the Parties. |
| (b) Se as Vendedoras e o Comprador não chegarem a uma solução por escrito para todos os Itens Controversos no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega de tal Notificação de Discordância, então as Vendedoras e o Comprador, no prazo de 20 (vinte) dias a contar do vencimento de tal período de 30 (trinta) dias, contratarão o Auditor Neutro para solucionar tais objeções não solucionadas (as "Objeções Não Solucionadas"). Se uma ou mais Objeções Não Solucionadas forem submetidas ao Auditor Neutro para solução, as Vendedoras e o Comprador firmarão uma carta de contratação habitual e, na medida do necessário, cada Parte renunciará e fará com que suas Afiliadas renunciem a qualquer conflito então existente com o Auditor Neutro, e cooperarão com o Auditor Neutro para fins de sua determinação nos termos desta Cláusula 2.6. No prazo de 15 (quinze) dias após a contratação do Auditor Neutro, as Vendedoras (agindo conjuntamente) e o Comprador fornecerão cada um, às suas próprias custas, ao Auditor Neutro e ao Comprador (no caso das Vendedoras) ou às Vendedoras (no caso do Comprador), uma declaração escrita dos respectivos posicionamentos com relação a cada Objeção Não Solucionada. No prazo de 15 (quinze) dias após o vencimento de tal período de 15 (quinze) dias, as Vendedoras (agindo conjuntamente) e o Comprador poderão entregar ao Auditor Neutro e ao Comprador (no caso das Vendedoras) ou às Vendedoras (no caso do Comprador), suas respostas à posição do outro em cada Objeção Não Solucionada. Com cada submissão, as Vendedoras (agindo conjuntamente) ou o Comprador fornecerão ao Auditor Neutro tais informações e documentos conforme venham a ser | (b) If the Sellers and the Purchaser do not reach a written resolution of all Disputed Items within thirty (30) days after delivery of such Notice of Disagreement, then the Sellers and the Purchaser shall, within twenty (20) days following the expiration of such 30-day period, engage the Neutral Accountant to resolve any such unresolved objections (the "Unresolved Objections"). If one or more Unresolved Objections are submitted to the Neutral Accountant for resolution, the Sellers and the Purchaser shall enter into a customary engagement letter, and, to the extent necessary, each Party shall waive and cause its Affiliates to waive any then-existing conflicts with the Neutral Accountant and shall cooperate with the Neutral Accountant in connection with its determination pursuant to this Clause 2.6. Within fifteen (15) days after the Neutral Accountant has been retained, the Sellers (acting jointly) and the Purchaser shall each furnish, at their own expense, to the Neutral Accountant and to the Purchaser (in the case of the Sellers) or the Sellers (in the case of the Purchaser), a written statement of their respective positions with respect to each Unresolved Objection. Within fifteen (15) days after the expiration of such 15-day period, the Sellers (acting jointly) and the Purchaser may deliver, to the Neutral Accountant and to the Purchaser (in the case of the Sellers) or the Sellers (in the case of the Purchaser), their response to the other's position on each Unresolved Objection. With each submission, the Sellers (acting jointly) or the Purchaser shall furnish to the Neutral Accountant such information and documents as may be requested by the Neutral Accountant and may also furnish to the Neutral Accountant such other information and documents as |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 423

| | |
|---|---|
| solicitado pelo Auditor Neutro, e poderão também fornecer ao Auditor Neutro outras informações e documentos que as Vendedoras e o Comprador (conforme aplicável) considerem relevantes, em cada caso com a entrega de cópias ao Comprador (no caso das Vendedoras) ou às Vendedoras (no caso da Compradora) substancialmente ao mesmo tempo. O Auditor Neutro, a seu critério ou mediante solicitação escrita das Vendedoras (agindo conjuntamente) ou do Comprador, poderá conduzir uma conferência relativa às Objeções Não Solucionadas e as Vendedoras ou o Comprador terão o direito de apresentar documentos, materiais e outras informações adicionais, e de ter presentes seus representantes em tal conferência. Nenhuma Parte ou seus Representantes poderão se envolver em qualquer comunicação ex-parte (seja escrita ou oral) com o Auditor Neutro. | the Sellers or the Purchaser (as applicable) deem relevant, in each case with copies being given to the Purchaser (in the case of the Sellers) or the Sellers (in the case of the Purchaser) substantially simultaneously. The Neutral Accountant shall, at its discretion or at the written request of the Sellers (acting jointly) or the Purchaser, conduct a conference concerning the Unresolved Objections and the Sellers or the Purchaser shall each have the right to present additional documents, materials and other information and to have present its representatives at such conference. No Party hereto or its Representatives shall be permitted to engage in any ex-parte communications (whether written or oral) with the Neutral Accountant. |
| (c) O Auditor Neutro será instruído para solucionar apenas as Objeções Não Solucionadas e será instruído a não investigar qualquer outra questão de forma independente. Ao solucionar qualquer Objeção Não Solucionada, o Auditor Neutro não poderá atribuir um valor maior ou menor a qualquer Objeção Não Solucionada do que aquele atribuído a tal Objeção Não Solucionada pelo Comprador ou pelas Vendedoras na Demonstração de Ajuste no Fechamento ou na Notificação de Discordância, conforme aplicável. As Vendedoras (agindo conjuntamente) e o Comprador solicitarão que o Auditor Neutro (A) faça a determinação final de todos os Itens Controversos no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data em que as Objeções Não Solucionadas tiverem sido submetidas ao Auditor Neutro, e (B forneça embasamento razoavelmente detalhado para a sua solução em relação a cada Objeção Não Solucionada. | (c) The Neutral Accountant shall be instructed to resolve only the Unresolved Objections and shall be instructed not to investigate any other matter independently. In resolving any Unresolved Objection, the Neutral Accountant may not assign a greater or lesser value to any Unresolved Objection than that assigned to such Unresolved Objection by the Purchaser or the Sellers in the Closing Adjustment Statement or the Notice of Disagreement, as applicable. The Sellers (acting jointly) and the Purchaser shall request that the Neutral Accountant (A) make a final determination of all the Disputed Items within forty-five (45) days from the date the Unresolved Objections were submitted to the Neutral Accountant and (B) provide a reasonably detailed basis for its determination in respect of each Unresolved Objection. |
| (d) A solução pelo Auditor Neutro das Objeções Não Solucionadas, exceto em casos de fraude, dolo ou erro evidente de sua parte, será final e vinculante para as partes contratantes. As partes contratantes concordam que, exceto em casos de fraude, dolo ou erro evidente por parte do Auditor Neutro, os procedimentos previstos nesta Cláusula 2.6(iv) para a solução de controvérsias com relação à | (d) The resolution by the Neutral Accountant of the Unresolved Objections, absent fraud, intentional misconduct or manifest error, shall be final and binding upon the parties hereto. The parties hereto agree that, absent fraud, intentional misconduct or manifest error, the procedures set forth in this Clause 2.6(iv) for resolving disputes with respect to the Closing Adjustment Statement and the amounts set |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 429

| | |
|---|---|
| Demonstração de Ajuste no Fechamento e aos valores previstos na mesma serão o único e exclusivo método para solucionar tais controvérsias. | forth therein shall be the sole and exclusive method for resolving any such disputes. |
| (e) Os honorários e despesas do Auditor Neutro serão rateados entre as Vendedoras e o Comprador na mesma proporção do valor agregado das Objeções Não Solucionadas assim submetidas ao Auditor Neutro que forem contestadas sem sucesso por tal parte (conforme finalmente determinado pelo Auditor Neutro) com relação ao valor total das Objeções Não Solucionadas assim submetidas, conforme determinado pelo Auditor Neutro em sua determinação final. O Auditor Final atuará como um perito, não como um árbitro, ao solucionar tais Objeções Não Solucionadas. O procedimento perante o Auditor Neutro será uma determinação de perito de acordo com as Leis aplicáveis que regem os processos de avaliação e determinação por perito. | (e) The fees and disbursements of the Neutral Accountant shall be allocated between the Sellers and the Purchaser in the same proportion that the aggregate amount of Unresolved Objections so submitted to the Neutral Accountant are unsuccessfully disputed by each such party (as finally determined by the Neutral Accountant) bears to the total amount of the Unresolved Objections so submitted, as determined by the Neutral Accountant in its final determination. The Neutral Accountant shall act as an expert, not as an arbitrator, in resolving such Unresolved Objections. The proceeding before the Neutral Accountant shall be an expert determination under applicable Laws governing expert determination and appraisal proceedings. |
| (v) No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após (a) a Demonstração de Ajuste no Fechamento se tornar final e vinculante para as partes nos termos da Cláusula 2.6(iii) ou (b) a Demonstração de Ajuste no Fechamento (conforme modificada) se tornar final nos termos da Cláusula 2.6(iv), as Partes contratantes efetuarão ou farão com que seja efetuado o seguinte pagamento: | (v) Within five (5) Business Days after (a) the Closing Adjustment Statement becomes final and binding upon the parties pursuant to Clause 2.6(iii) or (b) the Closing Adjustment Statement (as modified) becomes final pursuant to Clause 2.6(iv), the Parties hereto shall make or cause to be made the following payment: |
| (x) Se o Preço de Compra, conforme finalmente determinado de acordo com as disposições acima desta Cláusula 2.6, for inferior à soma de todos os Pagamentos de Fechamento aplicáveis mais a soma de todos os Pagamentos Remanescentes no Fechamento aplicáveis (tal déficit, menos quaisquer valores previamente pagos ao Comprador de acordo com a Cláusula 2.6(iii) em relação aos Itens Incontroversos, o "Pagamento a Maior no Fechamento"), então o Comprador pagará às Vendedoras em Reais e em fundos imediatamente disponíveis, por transferência eletrônica (TED) para a Conta Bancária das Vendedoras, uma quantia igual à soma de todos os Pagamentos Restantes no Fechamento menos o Pagamento a Maior no Fechamento; observado que, se tal cálculo resultar em uma quantia negativa, então as Vendedoras | (x) If the Purchase Price, as finally determined in accordance with the foregoing provisions of this Clause 2.6, is less than the sum of all applicable Closing Payments plus the sum of all applicable Remainder Closing Payments (such shortfall, minus any amounts previously paid to the Purchaser under Clause 2.6(iii) in respect of the Undisputed Items, the "Closing Overpayment"), then Purchaser shall pay to Sellers in Brazilian *reais* and in immediately available funds, by wire transfer (TED) into the Sellers Bank Account, an amount equal to the sum of all applicable Remainder Closing Payments minus the Closing Overpayment; provided that if such calculation results in a negative amount, then the Sellers shall pay to the Purchaser into the Purchaser Bank Account, an amount equal to the absolute value of such amount. |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 430

| | |
|---|---|
| pagarão ao Comprador na Conta Bancária do Comprador uma quantia igual ao valor absoluto de tal quantia. | |
| (vi) Independentemente de qualquer disposição em contrário nesta Cláusula 2.6, as Partes concordam que as disposições de ajuste do preço de compra desta Cláusula 2.6 não serão utilizadas para ajustar ou compensar o Preço de Compra por quaisquer obrigações de indenização de uma Parte à outra Parte nos termos do Capítulo VIII. | (vi) Notwithstanding anything to the contrary in this Clause 2.6, the Parties agree that the purchase price adjustment provisions of this Clause 2.6 shall not be used to adjust or offset the Purchase Price for any indemnity obligations of a Party to another Party pursuant to Chapter VIII. |
| **CAPÍTULO III – Condições Precedentes** | **CHAPTER III - Conditions Precedent** |
| 3.1 Condições Precedentes às Obrigações das Partes. A Compra e Venda das Ações está sujeita à verificação e implementação cumulativa das seguintes condições (as "Condições Precedentes das Partes") até ou na Data de Fechamento aplicável: | 3.1 Conditions Precedent to Obligations of the Parties. The Purchase and Sale of the Shares is subject to the verification and cumulative implementation of the following conditions (the "Parties' Conditions Precedent") on or prior to the applicable Closing Date: |
| (i) Em conformidade com as disposições previstas na Cláusula 3.4 abaixo, a obtenção de renúncia expressa ou tácita (esta última, em caso de falha, pelo Acionista Externo, em se manifestar dentro do prazo contratual aplicável), pelos respectivos Acionistas Externos, aos direitos a eles assegurados sob Acordos de Acionistas que estabelecem restrições para a transferência das Ações em questão, tais como direito de preferência para adquirir as Ações e/ou autorização prévia para a alienação das Ações pelas Vendedoras; | (i) In compliance with the provisions set forth in Clause 3.4 below, the obtainment of an express or tacit waiver (the latter due to the failure, by the External Shareholder, to make a statement within the applicable contractual term), by the respective External Shareholders, of the rights ensured under the Shareholders' Agreements that establish restrictions to the transfer of the Shares in question, such as the right of first refusal for the purchase of the Shares and/or prior authorization for the disposal of the Shares by Sellers; |
| (ii) Se e enquanto o Plano de Recuperação Judicial estiver em vigor, todas as exigências e formalidades previstas na Lei 11.101/2005 e no Plano de Recuperação Judicial, que forem necessárias para o fechamento da Compra e Venda das Ações, deverão ter sido cumpridas, incluindo a elaboração de um auto de arrematação pelo juízo da Recuperação Judicial em favor do Comprador, de acordo com a Cláusula 3.2.7 do Plano de Recuperação Judicial; | (ii) If and when the Judicial Reorganization Plan is in force, all of the requirements and formalities set forth in Law 11,101/2005 and in the Judicial Reorganization Plan which are necessary for the closing of the Purchase and Sale of the Shares have been complied with, including the drawing up of an auction instrument by the Judicial Reorganization court in favor of Purchaser, under Clause 3.2.7 of the Judicial Reorganization Plan; |
| (iii) Reservado. | (iii) Reserved. |
| (iv) A aprovação prévia pela ANEEL da Compra e Venda das Ações nos termos da Lei; | (iv) The prior approval by ANEEL of the Purchase and Sale of the Shares under the Law; |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 431

| | |
|---|---|
| (v) Não esteja em vigor nenhuma Lei ou restrição legal (seja temporária, provisória ou permanente) que proíba a Compra e Venda das Ações; e | (v) No Law or legal restriction (be it temporary, provisional or permanent) that prohibits the Purchase and Sale of the Shares is in force; and |
| (vi) A obtenção dos consentimentos prévios e *waivers* dos terceiros listados no Anexo 3.1(vi) para a Compra e Venda das Ações. | (vi) The obtainment of the prior consents and waivers from the third parties listed in Exhibit 3.1(vi) to the Purchase and Sale of the Shares. |
| 3.2 Condições Precedentes para Obrigações das Vendedoras. A obrigação das Vendedoras de consumar as operações contempladas neste Contrato está sujeita à verificação e implementação cumulativa (ou renúncia por escrito pelas Vendedoras) das seguintes condições adicionais (as "Condições Precedentes das Vendedoras"), até ou na Data de Fechamento aplicável: | 3.2 Conditions Precedent to Obligations of the Sellers. The obligation of the Sellers to consummate the transactions contemplated by this Agreement is subject to the verification and cumulative implementation (or written waiver by the Sellers) of the following additional conditions (the "Sellers' Conditions Precedent") on or prior to the applicable Closing Date: |
| (i) As declarações e garantias prestadas pelo Comprador neste instrumento deverão ser verdadeiras, exatas, completas e vigentes em todos os seus aspectos nesta data e na Data de Fechamento, como se tivessem sido prestadas em tal Data de Fechamento (exceto se tais declarações e garantias forem expressamente limitadas por suas disposições a outra data, caso em que deverão ser verdadeiras, exatas, completas e vigentes em todos os seus aspectos em tal data); e | (i) The representations and warranties provided by Purchaser herein shall be true, accurate, complete and in force in all respects on the date hereof and at and as of such Closing Date, as though made on and as of such Closing Date (except to the extent that such representations and warranties are expressly limited by their terms to another date, in which case such representations and warranties shall be true, accurate, complete and in force in all respects as of such date); and |
| (ii) O Comprador deverá ter realizado ou cumprido em todos os aspectos relevantes com todas as obrigações que deveria realizar ou cumprir de acordo com os termos deste Contrato até ou na Data de Fechamento aplicável. | (ii) Purchaser shall have performed or complied in all material respects with all obligations required to be performed or complied with by it under this Agreement at or prior to the applicable Closing Date. |
| 3.3 Condições Precedentes às Obrigações do Comprador. A obrigação do Comprador de consumar as operações contempladas neste Contrato está sujeita à verificação e implementação cumulativa (ou renúncia por escrito pelo Comprador) das seguintes condições adicionais (as "Condições Precedentes do Comprador" e, juntamente com as Condições Precedentes das Partes e as Condições Precedentes das Vendedoras, as "Condições Precedentes") até ou na Data de Fechamento aplicável: | 3.3 Conditions Precedent to Obligations of the Purchaser. The obligation of the Purchaser to consummate the transactions contemplated by this Agreement is subject to the verification and cumulative implementation (or written waiver by the Purchaser) of the following additional conditions (the "Purchaser's Conditions Precedent" and, together with the Parties' Conditions Precedent and the Sellers' Conditions Precedent, the "Conditions Precedent") on or prior to the applicable Closing Date: |
| (i) (a) As Declarações Fundamentais da Vendedora | (i) (a) the Seller Fundamental Representations shall |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 432

| | |
|---|---|
| deverão ser verdadeiras, exatas, completas e vigentes em todos os seus aspectos nesta data e na Data de Fechamento, como se tivessem sido prestadas em tal Data de Fechamento (exceto na medida em que tais declarações e garantias forem expressamente limitadas por suas disposições à outra data, caso em que deverão ser verdadeiras, exatas, completas e vigentes em todos os seus aspectos em tal data), e (b) as demais declarações e garantias das Vendedoras previstas neste Contrato deverão ser verdadeiras, exatas, completas e vigentes em todos os seus aspectos relevantes nesta data e na Data de Fechamento, como se houvessem sido prestadas em tal Data de Fechamento (exceto na medida de em que tais declarações e garantias forem expressamente limitadas por suas disposições à outra data, caso em que tais deverão ser verdadeiras, exatas, completas e vigentes em todos os seus aspectos relevantes em tal data). Independentemente do disposto acima, com relação a fato, evento, mudança, ocorrência, desenvolvimento, condição, circunstância ou efeito que ocorra após a data deste instrumento, mas até ou na Data de Fechamento aplicável (um "Evento Posterior à Assinatura"), as declarações e garantias referidas no item (b) acima deverão ser consideradas verdadeiras, exatas, completas e vigentes em todos os aspectos relevantes na Data de Fechamento, como se tivessem sido prestadas em tal Data de Fechamento (exceto na medida em que tais declarações e garantias forem expressamente limitadas por suas disposições à outra data, caso em que deverão ser verdadeiras, exatas, completas e vigentes em todos os seus aspectos relevantes em tal data) desde que tal Evento Posterior à Assinatura não tenha causado ou resultado em um Efeito Adverso Relevante, individualmente ou em conjunto com todos os demais Eventos Posteriores à Assinatura; | be true, accurate, complete and in force in all respects on the date hereof and at and as of such Closing Date, as though made on and as of such Closing Date (except to the extent that such representations and warranties are expressly limited by their terms to another date, in which case such representations and warranties shall be true, accurate, complete and in force in all respects as of such date), and (b) the other representations and warranties of the Sellers set forth in this Agreement shall be true, accurate, complete and in force in all material respects on the date hereof and at and as of such Closing Date, as though made on and as of such Closing Date (except to the extent that such representations and warranties are expressly limited by their terms to another date, in which case such representations and warranties shall be true, accurate, complete and in force in all material respects as of such other date). Notwithstanding the foregoing, with respect to a fact, event, change, occurrence, development, condition, circumstance or effect that occurs after the date hereof but on or before the applicable Closing Date (a "Post-Signing Event"), such other representations and warranties in clause (b) above shall be deemed to be true, accurate, complete and in force in all material respects at and as of such Closing Date, as though made on and as of such Closing Date (except to the extent that such representations and warranties are expressly limited by their terms to another date, in which case such representations and warranties shall be true, accurate, complete and in force in all material respects as of such other date) as long as such Post-Signing Event shall not have caused or resulted in a Material Adverse Effect, individually or in the aggregate, with all other Post-Signing Events; |
| (ii) As Vendedoras deverão ter realizado ou cumprido em todos os aspectos relevantes todas as obrigações que deveriam realizar ou cumprir nos termos deste Contrato até ou na Data de Fechamento aplicável; | (ii) Sellers shall have performed or complied in all material respects with all obligations required to be performed or complied with by them under this Agreement at or prior to the applicable Closing Date; |
| (iii) Nenhum pedido de efeito suspensivo está pendente ou foi concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro com relação à | (iii) No stay effect (*efeito suspensivo*) request is pending or has been granted by the Court of Appeals of the State of Rio de Janeiro in connection with the |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 433

| | |
|---|---|
| homologação do Plano de Recuperação Judicial, do Leilão Judicial ou à homologação do Comprador como vencedor do Leilão Judicial, e nenhum Agravo Relevante está pendente perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; | homologation of the Judicial Reorganization Plan, the Judicial Auction or the homologation of the Purchaser as the winner of the Judicial Auction, and no Material Appeal is pending before the Court of Appeals of the State of Rio de Janeiro; |
| (iv) Nenhum Processo tenha sido iniciado ou adotado pela ANEEL (a) para intervir em qualquer uma das ATEs Operacionais; ou (b) para extinguir qualquer Contrato de Concessão; | (iv) No Action has been initiated or taken by ANEEL (a) to intervene in any of the Operational ATEs; or (b) for the forfeiture of any of the Concession Agreements; |
| (v) Deste a data de assinatura deste Contrato, não tenha ocorrido nenhum Efeito Adverso Relevante; e | (v) Since the date of execution of this Agreement, there shall not have been any Material Adverse Effect; and |
| (vi) Os contratos de operação e manutenção (O&M) entre a Omega Brasil Operação e Manutenção S.A. ("Omega Brasil") e cada ATE Operacional que seja objeto de tal Fechamento estejam em pleno vigor e efeito, e tenham um prazo remanescente não inferior a três anos a partir da data de tal Fechamento, de acordo com a Cláusula 7.6 abaixo. | (vi) The operation and maintenance agreements (O&M) between Omega Brasil Operação e Manutenção S.A. ("Omega Brasil") and each Operational ATE that is the subject of such Closing shall be in full force and effect, and shall have a remaining term no shorter than three years from the date of such Closing, with due regard to Section 7.6 below. |
| 3.4 Direito de Preferência e Autorização Prévia. Sujeito ao previsto na Cláusula 4.3, as Partes concordam que, exceto com relação às Ações da Manaus Transmissora e da Norte Brasil, caso qualquer Acionista Externo exerça o seu direito de preferência sobre qualquer das Ações ou o seu direito de negar autorização para a realização da Compra e Venda das Ações ("Restrição à Transferência"), as Partes permanecerão obrigadas à Compra e Venda das Ações que não forem condicionadas à Restrição à Transferência, e ao pagamento do Preço de Compra de ATE aplicável (excluindo, para evitar dúvidas, qualquer parte do Preço de Compra alocada às Ações que foram afetadas pela Restrição à Transferência), de acordo com os termos deste Contrato. | 3.4 Right of First Refusal and Prior Authorization. Subject to Clause 4.3, the Parties agree that, except with respect to the Shares of Manaus Transmissora and Norte Brasil, if any External Shareholder exercises its right of first refusal on any of the Shares or its right to deny authorization to the Purchase and Sale of the Shares ("Restriction to the Transfer"), the Parties shall remain bound to the Purchase and Sale of the Shares not affected by the Restriction to the Transfer and to the payment of the ATE Purchase Price applicable thereto (excluding, for the avoidance of doubt, any portion of the Purchase Price allocated to the Shares affected by the Restriction to the Transfer), under the terms hereof. |
| 3.5 Submissão à ANEEL. No prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do que ocorrer por último entre (i) a data deste Contrato ou (ii) a data em que as Partes ficarem cientes da emissão de um auto de arrematação pelo Juízo da Recuperação Judicial em favor do Comprador, as Partes submeterão | 3.5. Submission to ANEEL. Within ten (10) Business Days after the later of (i) the date of this Agreement or (ii) the date when the Parties become aware of the issuance of an auction instrument by the Judicial Reorganization court in favor of Purchaser, he Parties shall jointly submit the transactions object of this |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 434

| | |
|---|---|
| conjuntamente as operações objeto deste Contrato à ANEEL, sendo que tal submissões será conduzidas de forma ativa e diligente por advogado indicado pelo Comprador e, para estes fins, as Vendedoras e as ATEs Operacionais irão fornecer ao Comprador, mediante solicitação por escrito, todas as informações disponíveis para tal submissão. | Agreement to ANEEL, and such submission shall be actively and diligently conducted by the legal counsel appointed by Purchaser and, to such end, Sellers and the Operational ATEs shall provide Purchaser, upon request in writing, every piece of information available to such submission. |
| 3.5.1. Todos os riscos, custos e despesas relacionados aos procedimentos para aprovação deste Contrato pela ANEEL (inclusive honorários advocatícios, conforme a Cláusula 2.2.1 acima), bem como toda e qualquer obrigação relacionada e resultante dos mesmos, serão arcados exclusivamente pelo Comprador. O Comprador neste ato se compromete a respeitar, às suas próprias expensas, todas as disposições estabelecidas pela ANEEL como condições para a concessão de tal aprovação. | 3.5.1 All risks, costs and expenses connected to the proceedings for approval of this Agreement by ANEEL (including attorneys' fees, as per Clause 2.2.1 above), as well as any and all obligations connected to and resulting from them, shall be exclusively borne by Purchaser. Purchaser hereby undertakes to respect, at its own expense, all terms established by ANEEL as conditions for the concession of said approvals |
| 3.6 Cooperação. As Partes deverão cooperar mutuamente para que as Condições Precedentes sejam implementadas e verificadas no menor prazo razoavelmente possível, envidando os melhores esforços de forma razoável para executar os atos e adotar as medidas razoáveis e necessárias para tanto. Sem prejuízo do disposto acima, cada Parte informará às demais Partes tão logo quanto possível, em cumprimento com a legislação aplicável, sobre qualquer ato, fato ou omissão do qual tome conhecimento e que possa afetar a verificação ou não de qualquer uma das Condições Precedentes. | 3.6 Cooperation. The Parties shall mutually cooperate for the Conditions Precedent to be implemented and verified within the shortest term reasonably possible, using reasonable best efforts to perform the acts and take the measures reasonable and necessary for the same. Without limiting the generality of the foregoing, each Party shall inform the other Parties as soon as possible, in observance of the applicable legislation, of any act, fact or omission of which it becomes aware and which may affect the verification or not of any of the Conditions Precedent. |
| 3.6.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.6, as Partes reconhecem que a obtenção das aprovações das Autoridades Governamentais e de terceiros previstas na Cláusula 3.1 ("Autorizações Prévias") poderá depender de informações a serem fornecidas, documentos a serem entregues e/ou atos a serem praticados pelas Partes e/ou suas respectivas Afiliadas. Assim, as Partes se comprometem, por si mesmas e em nome de suas respectivas Afiliadas, a envidar os melhores esforços razoáveis para cooperar mutuamente e agir de forma coordenada para obter as Autorizações Prévias tão logo quanto possível, incluindo: (i) realizar tempestivamente todo e qualquer ato e fornecer todo e qualquer documento razoavelmente necessário sob sua responsabilidade para obter as Autorizações Prévias; (ii) informar e | 3.6.1 Without limiting the generality of Clause 3.6, the Parties acknowledge that the obtainment of the Governmental Authorities' and third parties' approvals set forth in Clause 3.1 ("Prior Authorizations") may depend on information to be provided, documents to be delivered and/or acts to be performed by the Parties and/or their respective Affiliates. Thus, the Parties undertake, on behalf of themselves and their respective Affiliates, to use reasonable best efforts to mutually cooperate and act in a concerted manner in order to obtain the Prior Authorizations as soon as possible, including: (i) timely performing any and all reasonable acts and providing any and all documents reasonably necessary under its responsibility to obtain the Prior Authorizations; (ii) informing and sending to the |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 435

| | |
|---|---|
| enviar à outra Parte, no prazo de 5 (cinco) dias após o recebimento ou conhecimento de , qualquer comunicação ou documento que receba de qualquer Autoridade Governamental ou de terceiro no escopo das respectivas solicitações de Autorização Prévia ou de outra forma relacionados a este Contrato, ou qualquer ato ou fato que possa ser relevante para tal fim; e (iii) disponibilizar para a outra Parte, dando a ela razoável oportunidade para analisar e comentar o conteúdo de toda e qualquer comunicação ou documento a ser submetido a qualquer Autoridade Governamental ou terceiro, para o fim de obter as respectivas Autorizações Prévias. | other Party, within five (5) days after the receipt or awareness thereof, any communications or documents it may receive from any Governmental Authority or third party within the scope of the respective Prior Authorization requests or otherwise connected to this Agreement, or any act or fact that may be relevant to such end; and (iii) making available to the other Party, giving it reasonable opportunity to analyze and comment on the contents thereof, any and all communications or documents to be submitted to any Governmental Authority or third party, for the purpose of obtaining the respective Prior Authorizations. |
| 3.7 A Compra e Venda das Ações, conforme prevista neste Contrato, é irrevogável e se tornará definitiva na Data de Fechamento aplicável. | 3.7 The Purchase and Sale of the Shares, as set forth in this Agreement, is irrevocable and shall become definitive on the applicable Closing Date. |
| 3.8 Sujeito ao previsto na Cláusula 4.3, as Partes poderão concluir a Compra e Venda das Ações em um ou mais Fechamentos e com os Atos do Fechamento sendo repetidos em relação às ATEs Operacionais conforme suas próprias Condições Precedentes sejam cumpridas. | 3.8 Subject to Clause 4.3, the Parties may complete the Purchase and Sale of the Shares in one or more Closings and with the Closing Acts being repeated in relation to Operational ATEs as their own Conditions Precedent are fulfilled. |
| 3.9 Após a implementação da última Condição Precedente relacionada a qualquer ATE Operacional, qualquer uma das Partes poderá notificar a outra Parte sobre tal fato, apresentando prova de cumprimento de (i) todas as Condições Precedentes listadas na Cláusula 3.1 acima e (ii) (A) no caso de notificação entregue pelas Vendedoras, todas as Condições Precedentes do Comprador listadas na Cláusula 3.3, ou (B) no caso de notificação entregue pelo Comprador, todas as Condições Precedentes das Vendedoras listadas na Cláusula 3.2, para fins das disposições previstas na Cláusula 4.1 abaixo (cada, uma "Notificação de Fechamento"). | 3.9 After the implementation of the last Condition Precedent connected to any Operational ATE, any of the Parties may notify the other Party of such fact, submitting proof of fulfillment of (i) all Conditions Precedent listed in Clause 3.1 above and (ii) (A) in the case of a notice delivered by the Sellers, all of Purchaser's Conditions Precedents listed in Clause 3.3 or (B) in the case of a notice delivered by the Purchaser, all of Sellers' Conditions Precedents listed in Clause 3.2, for purposes of the provisions set forth in Clause 4.1 below (each, a "Closing Notice"). |
| **CAPÍTULO IV – Fechamento** | **CHAPTER IV – Closing** |
| 4.1 Fechamento**.** Sujeito ao previsto na Cláusula 4.3, as Partes se comprometem a, no último Dia Útil do mês no qual a Parte em questão receber uma Notificação do Fechamento, ou, se tal Notificação de Fechamento for recebida com menos de 20 Dias Úteis antes do último dia do mês, então no último | 4.1 Closing. Subject to Clause 4.3, the Parties undertake to, on the last Business Day of the month in which the Party in question receives a Closing Notice, or, if such Closing Notice is received less than 20 Business Days prior to the last day of the month, then on the last Business Day of the following |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 436

| | |
|---|---|
| Dia Útil do mês seguinte, ou em outra data que venha a ser definida em comum acordo entre as Partes (cada, uma "Data de Fechamento"), realizar os seguintes atos (os "Atos do Fechamento"), que serão considerados como tendo ocorrido simultaneamente (cada, um "Fechamento" e o primeiro deles, o "Fechamento Inicial"): | month, or another date that may be set out of common agreement between the Parties (each, a "Closing Date"), carry out the following acts (the "Closing Acts"), which shall be deemed to have simultaneously occurred (each, a "Closing" and the first such Closing, the "Initial Closing"): |
| (i) cada Vendedora entregará ao Comprador um certificado, datado da Data de Fechamento, e assinado por um diretor autorizado em nome de tal Vendedora, atestando que as condições previstas nas Cláusulas 3.3(i) e (ii) foram satisfeitas; | (i) each Seller shall have delivered to Purchaser a certificate, dated as of the Closing Date, and signed by an authorized officer on behalf of such Seller, certifying to the effect that the conditions set forth in Clauses 3.3(i) and (ii) have been satisfied; |
| (ii) o Comprador entregará às Vendedoras um certificado, datado da Data de Fechamento, e assinado por um diretor autorizado em nome do Comprador, atestando que as condições previstas nas Cláusulas 3.2(i) e (ii) foram satisfeitas; | (ii) Purchaser shall have delivered to the Sellers a certificate, dated as of the Closing Date, and signed by an authorized officer on behalf of the Purchaser, certifying to the effect that the conditions set forth in Clauses 3.2(i) and (ii) have been satisfied; |
| (iii) As Vendedoras entregarão ao Comprador: | (iii) Sellers shall deliver to Purchaser: |
| (a) as cartas de renúncia, por escrito e em forma e substância satisfatórias de forma razoável para o Comprador, de cada administrador indicado pelas Vendedoras em cada ATE Operacional objeto do Fechamento, e cada ATE Operacional objeto do Fechamento confirmará o recebimento de tais renúncias e dará plena, geral e completa quitação para os administradores renunciantes com relação ao período durante o qual eles ocuparam seus cargos nas sociedades (exceto em relação a Processos resultantes de ou relacionados a fraude, conduta ilegal, culpa grave, dolo ou negociação inapropriada em benefício próprio pelos administradores renunciantes); | (a) the letters of resignation, in writing and in form and substance reasonably satisfactory to Purchaser, of each administrator designated by the Sellers in each Operational ATE object of the Closing, and each Operational ATE object of the Closing shall confirm the receipt of said resignations and give full, general and complete release to the resigning administrators with regard to the period during which they occupied their positions in the companies (other than in respect of Actions arising from or relating to the resigning administrators' fraud, illegal conduct, gross negligence, willful misconduct or improper self-dealing); |
| (b) os livros societários existentes das ATEs Operacionais objeto do Fechamento; e | (b) the existing corporate books of the Operational ATEs object of the Closing; and |
| (c) cópias assinadas dos Instrumentos de Transferência de Ações para as ATEs Operacionais objeto do Fechamento. | (c) executed copies of the Share Transfer Instruments for the Operational ATEs object of the Closing. |
| (iv) O Comprador pagará, conforme definido na Cláusula 2.2, (x) os Pagamentos no Fechamento aplicáveis, (y) os Honorários dos Consultores para os | (iv) Purchaser shall pay, as set out in Clause 2.2, (x) the applicable Closing Payments, (y) the Consultants' Fees to the Consultants, and (z) the DIP Financing |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 437

| | |
|---|---|
| Consultores, e (z) o Valor do Empréstimo DIP para o Credor do DIP; ressalvado que, para evitar dúvidas, os pagamentos ou depósitos mencionados nas subcláusulas "(y)" e "(z)" serão efetuados apenas no Fechamento Inicial; | Amount to the DIP Lender; provided, for the avoidance of doubt, that the payments or deposits referred to in subclauses "(y)" and "(z)" shall only be made on the Initial Closing; |
| (v) As Vendedoras transferirão as Ações nas ATEs Operacionais objeto do Fechamento para o Comprador, mediante a assinatura de Termos de Transferência de Ações no livro de transferência de ações nominativas de cada ATE Operacional aplicável, e mediante as anotações pertinentes nos livros de registro de ações nominativas de cada ATE Operacional aplicável, que serão, excepcionalmente e se necessário, retirados da sede de cada ATE Operacional aplicável para que o Fechamento ocorra; | (v) Sellers shall transfer the Shares in the Operational ATEs object of the Closing to Purchaser, upon signing the Share Transfer Instruments in the registered share transfer book of each applicable Operational ATE, and upon the pertinent annotations in the registered share records of each applicable Operational ATE, which shall be, exceptionally and if required, taken from the headquarters of each applicable Operational ATE for the Closing to occur; |
| (vi) O Comprador assinará os termos de adesão aos Acordos de Acionistas que tiverem permanecido em vigor, por meio dos quais assumirá a posição das Vendedoras em tais acordos, assumindo todos os seus direitos e obrigações neles previstos; | (vi) Purchaser shall sign terms of adhesion to the applicable Shareholders' Agreements that have remained in force, through which it shall take over the Sellers' position in said agreements, taking over all of their rights and obligations thereunder; |
| (vii) após a transferência das Ações, o Comprador realizará, e fará com que sejam realizados, todos os atos societários necessários das ATEs Operacionais objeto do Fechamento para eleger novos administradores, para substituir os administradores renunciantes (conforme a Cláusula 4.1(iii)(a) acima), em conformidade com as disposições dos respectivos Acordos de Acionistas. Em relação às ATEs Operacionais que têm Acionistas Externos na sua estrutura corporativa, as Partes envidarão esforços para fazer com que tais Acionistas Externos participem das assembleias gerais de acionistas com o fim de instalá-las e aprovar a eleição de administradores sem necessidade de convocação prévia, observando que, se tal compromisso não for obtido dos Acionistas Externos no prazo de 10 (dez) dias antes da Data de Fechamento, as Partes organizarão, tão logo quanto possível, a condução das formalidades societárias prévias necessárias para que o Comprador eleja os administradores (tais como a convocação de reuniões prévias, se previstas no Acordo de Acionistas, e a publicação de editais de convocação de assembleia), e em tal caso a falta | (vii) after the transfer of the Shares, Purchaser shall perform, or cause to be performed, all necessary corporate acts of the Operational ATEs object of the Closing in order to elect new administrators, to replace the resigning administrators (as per Clause 4.1(iii)(a) above), in compliance with the relevant provisions of the Shareholders' Agreements. In relation to the Operational ATEs that have External Shareholders in their corporate structure, the Parties shall employ efforts to cause said External Shareholders to attend the general shareholders' meetings with the purpose of convening them and approving the election of administrators with no need for prior call, observing that if said commitment is not obtained from the External Shareholders within ten (10) days prior to the Closing Date, the Parties shall arrange, as soon as possible, for the conduct of the prior corporate formalities needed for Purchaser to elect the administrators (such as the calling of prior meetings, if set forth in a Shareholders' Agreement, and the publication of meeting call notices), and in such case the failure to hold the respective corporate meetings on the Closing Date shall not prevent or |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 433

| | |
|---|---|
| da realização das respectivas reuniões societárias na Data de Fechamento não impedirá e nem retardará os demais atos do Fechamento; e | delay the other Closing acts; and |
| (viii) no Fechamento Inicial, cada Parte entregará às demais Partes vias devidamente assinadas do Contrato de Prestação de Serviços de Transição (TSA), substancialmente na forma da minuta anexada a este instrumento como Anexo 4.1(viii). | (viii) on the Initial Closing, each Party shall deliver to the other Parties duly executed counterparts of the Transition Services Agreement, substantially in the form of the draft attached hereto as Exhibit 4.1(viii). |
| 4.2 Atos do Fechamento. Exceto quanto ao caso previsto ao final da Cláusula 4.1(vii), todos os atos e eventos mencionados na Cláusula 4.1 serão considerados como tendo ocorrido simultaneamente, e as Partes concordam que nenhum ato ou evento de um mesmo Fechamento será considerado válido até que todos os atos de tal Fechamento sejam executados. | 4.2 Closing Acts. Except for the case set forth at the end of Clause 4.1(vii), all acts and events referred to in Clause 4.1 shall be deemed to have simultaneously occurred, and the Parties agree that no act or event of a same Closing shall be deemed valid until all acts of said Closing are carried out. |
| 4.3 Fechamento Inicial. Independentemente de qualquer disposição em contrário neste instrumento, as Partes concordam que o Fechamento Inicial está sujeito a, e não ocorrerá até, a verificação e implementação cumulativa das Condições Precedentes com relação a (i) Manaus Transmissora, (ii) Norte Brasil e (iii) quaisquer quatro ATEs Operacionais remanescentes. | 4.3 Initial Closing. Notwithstanding anything herein to the contrary, the Parties agree that the Initial Closing is subject to, and shall not occur until, the verification and cumulative implementation of the Conditions Precedent with respect to each of (i) Manaus Transmissora, (ii) Norte Brasil and (iii) any four of the remaining Operational ATEs. |
| **CAPÍTULO V – Declarações e Garantias das Vendedoras**<br><br>As Vendedoras conjunta e solidariamente declaram e garantem que as declarações a seguir são verdadeiras, corretas e completas, nesta data e na Data de Fechamento: | **CHAPTER V - Representations and Warranties of Sellers**<br><br>Sellers, jointly and severally, hereby represent and warrant that the following representations are true, accurate and complete, on the date hereof and on the Closing Date: |
| 5.1 Constituição; Regularidade e Legitimidade; Titularidade das Ações; Capitalização. | 5.1 Organization; Good Standing and Legitimacy; Ownership of Shares; Capitalization. |
| (i) As Recuperandas e as ATEs Operacionais são sociedades devidamente constituídas e validamente existentes nos termos das Leis do Brasil. Cada uma das Recuperandas e das ATEs Operacionais possuem os poderes e autoridade necessários e todas as aprovações governamentais necessárias para deter, locar ou operar seus bens e para conduzir seus negócios como atualmente conduzidos. As | (i) The Companies under Reorganization and the Operational ATEs are companies duly organized and validly existing under the Laws of Brazil. Each of the Companies under Reorganization and the Operational ATEs has the requisite power and authority and all necessary governmental approvals to own, lease or operate its properties and carry on its business as it is now being conducted. The Sellers |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 439

| | |
|---|---|
| Vendedoras disponibilizaram ao Comprador uma cópia completa e íntegra dos atos constitutivos e societários das ATEs Operacionais, cada um deles conforme alterado até a presente data, de cada ATE Operacional. Os atos constitutivos e societários de cada ATE Operacional estão em pleno vigor e efeito; | have made available to the Purchaser a complete and correct copy of the constituent and corporate documents of the Operational ATEs, each as amended to date, of each Operational ATE. The constituent and corporate documents of each Operational ATE are in full force and effect; |
| (ii) As Recuperandas e seus representantes legais possuem plena capacidade e legitimidade para celebrar e consumar este Contrato, para realizar todas as operações nele estabelecidas e para cumprir todas as obrigações ora assumidas, tendo adotado todas as medidas e obtido todas as autorizações de natureza societária necessárias para a celebração e consumação deste Contrato, para a realização de todas as operações nele estabelecidas e para o cumprimento de todas as obrigações ora assumidas; | (ii) The Companies under Reorganization and their legal representatives have full capacity and legitimacy to enter into and consummate this Agreement and to carry out all of the transactions set forth and fulfill all of the obligations undertaken herein, having taken all measures and obtained all authorizations of a corporate nature needed to enter into and consummate this Agreement and to carry out all of the transactions set forth and fulfill all of the obligations undertaken herein; |
| (iii) Exceto conforme estabelecido na Cláusula 5.1(iii) do Anexo de Divulgação das Vendedoras, as Vendedoras são as legítimas proprietárias das Ações, livres e desembaraçadas de quaisquer Ônus. Exceto conforme estabelecido na Cláusula 5.1(iii) do Anexo de Divulgação das Vendedoras, as Vendedoras possuem poder e autoridade para transferir as Ações, e a referida transferência transmitirá ao Comprador, no respectivo Fechamento, o título justo e válido sobre as Ações, livres e desembaraçadas de quaisquer Ônus; | (iii) Except as set forth in Section 5.1(iii) of the Seller Disclosure Schedule, Sellers are the lawful owners of the Shares free and clear of any Liens. Except as set forth in Section 5.1(iii) of the Seller Disclosure Schedule, Sellers have the power and authority to transfer the Shares, and such transfer will convey to Purchaser at the applicable Closing good and valid title to the Shares, free and clear of all Liens; |
| (iv) O capital social autorizado, emitido e em circulação de cada ATE Operacional está conforme previsto na coluna "Capital Total" do Considerando I do presente instrumento (conjuntamente, as "Ações das ATEs Operacionais"). As Ações das ATEs Operacionais foram devidamente autorizadas, validamente emitidas e estão totalmente integralizadas e não foram emitidos, reservados para emissão ou estão em circulação ações representando o capital social, ou outras participações no capital ou com direito de voto nas ATEs Operacionais, nem opções, bônus de subscrição ou outros direitos de aquisição de tais ações ou valores mobiliários; | (iv) The authorized, issued and outstanding capital stock of each Operational ATE is as set forth under the column "Total Capital" in Recital I hereof (collectively, the "Operational ATEs Shares"). The Operational ATEs Shares are duly authorized, validly issued and fully paid and no shares of capital stock of, or other equity or voting interests in, the Operational ATEs, or options, warrants or other rights to acquire any such stock or securities are issued, reserved for issuance or outstanding; |
| (v) Exceto conforme estabelecido na Cláusula 5.1(v) do Anexo de Divulgação das Vendedoras, não há, pendentes ou em circulação, subscrições, opções, | (v) Except as set forth in Section 5.1(v) of the Seller Disclosure Schedule, there are no outstanding subscriptions, options, warrants, calls, convertible |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 440

| | |
|---|---|
| bônus de subscrição, opções de compra, títulos e valores mobiliários conversíveis ou outros direitos similares ou Instrumentos Contratuais de qualquer natureza relativos a capital dos quais qualquer Vendedora ou ATE Operacional seja parte ou ao qual qualquer Vendedora ou ATE Operacional esteja vinculada, obrigando qualquer Vendedora ou ATE Operacional a emitir, entregar ou vender, ou fazer com que sejam emitidas, entregues ou vendidas, outras ações do capital social ou participações no capital, ou participações com direito de voto ou títulos e valores mobiliários conversíveis, que possam ser permutados ou que possam ser exercidos sobre ações no capital ou outras participações de capital ou participações com direito de voto em qualquer ATE Operacional, ou obrigando qualquer Vendedora ou qualquer ATE Operacional a emitir, outorgar, conceder ou celebrar qualquer título ou valor mobiliário dessa natureza, opção, bônus de subscrição, opção de compra, direito ou Instrumento Contratual. Exceto conforme estabelecido na Cláusula 5.1(v) do Anexo de Divulgação das Vendedoras, não há obrigações contratuais pendentes de qualquer Vendedora ou de qualquer ATE Operacional de recompra, resgate ou outra forma de aquisição de ações do capital social ou outras participações de capital ou participações com direito de voto em qualquer ATE Operacional; | securities or other similar rights or Contracts of any kind with respect to equity to which any Seller or Operational ATE is a party or by which any Seller or Operational ATE is bound, obligating any Seller or Operational ATE to issue, deliver or sell, or cause to be issued, delivered or sold, additional shares of capital stock of, or other equity or voting interests in, or securities convertible into, or exchangeable or exercisable for, shares of capital stock of, or other equity or voting interests in, any Operational ATE or obligating any Seller or Operational ATE to issue, grant, extend or enter into any such security, option, warrant, call, right or Contract. Except as set forth in Section 5.1(v) of the Seller Disclosure Schedule, there are no outstanding contractual obligations of any Seller or Operational ATE to repurchase, redeem or otherwise acquire shares of capital stock of, or other equity or voting interests in any Operational ATE; |
| (vi) Cada Vendedora é a proprietária registrada das Ações especificadas sob o nome da respectiva Vendedora na coluna "Ações detidas pela Vendedora" no Considerando I do presente instrumento. Exceto conforme estabelecido na Cláusula 5.1(vi) do Anexo de Divulgação das Vendedoras, não há acordos de voto, acordos entre membros, procurações, Instrumentos Contratuais ou outros contratos ou entendimentos em vigor relativos às Ações dos quais qualquer Vendedora ou qualquer ATE Operacional ou qualquer de suas respectivas Afiliadas sejam parte; | (vi) Each Seller is the record owner of the Shares set forth below such Seller's name under the column "Shares held by Seller" in Recital I hereof. Except as set forth in Section 5.1(vi) of the Seller Disclosure Schedule, there are no voting trusts, member agreements, proxies, Contracts or other agreements or understandings in effect with respect to the Shares which any Seller or Operational ATE or any of their respective Affiliates is a party; |
| (vii) Exceto conforme estabelecido na Cláusula 5.1(vii) do Anexo de Divulgação das Vendedoras, nenhuma ATE Operacional outorgou quaisquer direitos de preferência, direitos antidiluição, direitos de primeira oferta ou direitos similares relativos a | (vii) Except as set forth in Section 5.1(vii) of the Seller Disclosure Schedule, no Operational ATE has granted any preemptive rights, anti-dilutive rights or rights or first refusal or similar rights with respect to any of its shares of capital stock or other equity |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 441

| | |
|---|---|
| quaisquer de suas ações do capital social ou outras participações societárias. Exceto conforme estabelecido na Cláusula 5.1(vii) do Anexo de Divulgação das Vendedoras, não há obrigações contratuais pendentes de qualquer ATE Operacional relacionadas ao aporte de recursos ou à realização de qualquer investimento (a título de empréstimo, contribuição ao capital ou a outro título) em qualquer Pessoa; | interests. Except as set forth in Section 5.1(vii) of the Seller Disclosure Schedule, there are no outstanding contractual obligations of any Operational ATE to provide funds to, or make any investment (in the form of a loan, capital contribution or otherwise) in any Person; |
| (viii) O registro de ações de cada ATE Operacional reflete de forma precisa: (a) o nome e o endereço de cada Pessoa detentora das Ações e (b) o número de Ações emitidas pelas ATEs Operacionais detidas por cada uma dessas Pessoas, a data de sua emissão e, no caso de cancelamento, a data de cancelamento; | (viii) The stock register of each Operational ATE accurately records: (a) the name and address of each Person owning Shares and (b) the number of Shares issued by the Operational ATEs held by each such Person, the date of issuance thereof and, in the case of cancellation, the date of cancellation; |
| (ix) Nenhuma ATE Operacional possui subsidiárias. | (ix) No Operational ATE has any subsidiaries. |
| 5.2 Consentimentos, Autorizações. | 5.2 Consents, Authorizations. |
| (i) Este Contrato constitui uma obrigação válida e legalmente vinculante das Recuperandas, sendo exequível perante as Recuperandas em conformidade com os seus termos, de acordo com as respectivas disposições do Plano de Recuperação Judicial; | (i) This Agreement is a valid obligation, legally binding upon the Companies under Reorganization, being enforceable against them pursuant to its terms, in compliance with the pertinent provisions of the Judicial Reorganization Plan; |
| (ii) A celebração e cumprimento deste Contrato pelas Recuperandas, e a consumação das operações aqui contempladas (a) não violam nenhuma Lei aplicável às Vendedoras ou às ATEs Operacionais ou a quaisquer dos bens ou ativos de uma ATE Operacional que estejam vinculados ou sejam afetados; (b) não violam nenhuma disposição dos atos constitutivos e societários das Recuperandas ou das ATEs Operacionais, nem com eles conflitam; (c) não violam as disposições do Plano de Recuperação Judicial; e (d) não resultam em nenhuma violação, não constituem um inadimplemento relevante e não outorgam qualquer direito de rescisão, alteração, antecipação ou cancelamento de qualquer Contratos Relevante ou Licença do qual qualquer ATE Operacional seja parte, nem resultam na criação de um Ônus relevante sobre quaisquer bens ou ativos de qualquer ATE Operacional, desde que os consentimentos prévios dos respectivos terceiros ou Autoridades Governamentais previstos na Cláusula | (ii) The execution of and compliance with this Agreement by the Companies under Reorganization, and the consummation of the transactions contemplated herein (a) do not violate any Law applicable to the Sellers or the Operational ATEs or by which any of the assets or properties of an Operational ATE is bound or affected; (b) do not violate any provision of the constituent and corporate documents of the Companies under Reorganization or the Operational ATEs, nor do they conflict therewith; (c) do not violate the provisions of the Judicial Reorganization Plan; and (d) do not result in any breach of, or constitute a material default under, or give rise to any right of termination, amendment, acceleration or cancellation of any Material Contract or Permit to which any Operational ATE is a party, or result in the creation of a material Lien, upon any of the properties or assets of any Operational ATE, provided that the prior consents of the relevant third-parties or Governmental Authorities set forth in |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 442

| | |
|---|---|
| 3.1 tenham sido obtidos antes da Data de Fechamento aplicável; e | Section 3.1 are obtained prior to the applicable Closing Date; and |
| (iii) Exceto pelas Condições Precedentes previstas nas Cláusulas 3.1(iv) e 3.1(v) deste Contrato, não é necessária nenhuma Autorização Governamental para a celebração deste Contrato pelas Recuperandas nem para a condução das operações aqui previstas e para o cumprimento das obrigações aqui estabelecidas. | (iii) Except for the Conditions Precedent set forth in Clauses 3.1(iv) and 3.1(v) of this Agreement, no Governmental Authorization is necessary for the execution, by the Companies under Reorganization, of this Agreement, nor for the conduction of the transactions set out herein and for the fulfillment of the obligations established herein. |
| 5.3 Cumprimento das Leis; Licenças. | 5.3 Compliance with Laws; Permits. |
| (i) Cada ATE Operacional operou seus negócios em conformidade com todas as Leis aplicáveis à referida ATE Operacional, incluindo, mas não limitado, às Leis Brasileiras Anticorrupção, exceto nos casos em que o descumprimento não acarretaria uma Mudança Adversa Relevante. Exceto se de outra forma divulgado na Cláusula 5.3 ou em qualquer outra cláusula do Anexo de Divulgação das Vendedoras, ou se de outra forma um descumprimento não acarretaria uma Mudança Adversa Relevante, nenhuma ATE Operacional recebeu qualquer notificação escrita, denúncia, Processo ou reivindicação alegando um descumprimento pela referida ATE Operacional de todas as Leis a ela aplicáveis, nem, no Conhecimento das Vendedoras, uma notificação, denúncia, Processo ou reivindicação dessa natureza foi ajuizado, iniciado ou está iminente contra a referida ATE Operacional, em cada caso ou investigação ainda em curso ou não resolvida. | (i) Each Operational ATE has operated its businesses in accordance with all Laws applicable to such Operational ATE, including but not limited to the Brazilian Anti-Corruption Laws, except where non-compliance would not have a Material Adverse Change. Except as otherwise disclosed in Section 5.3 or in any other section of the Seller Disclosure Schedule, or otherwise where non-compliance would not have a Material Adverse Change, no Operational ATE has received any written notice, charge, Action or assertion alleging that such Operational ATE is not in compliance with all Laws applicable to it, nor, to the Knowledge of the Sellers, has such notice, charge, Action or assertion been filed, commenced or threatened against such Operational ATE, in each case or investigation that remains open or otherwise unresolved. |
| (ii) Nenhuma ATE Operacional, nem, no Conhecimento das Vendedoras, nenhum de seus Representantes, direta ou indiretamente, (a) ofereceram, prometeram, efetuaram ou autorizaram qualquer contribuição, pagamento, doação de recursos, bens ou outra coisa de valor para qualquer servidor, funcionário ou agente de qualquer Autoridade Governamental de qualquer jurisdição (ou para qualquer membro de sua família imediata, como, por exemplo, filhos, cônjuge e parentes (inclusive sogros) das pessoas acima) ou (b) efetuaram qualquer contribuição para qualquer candidato a cargo público, no caso dos itens (a) ou | (ii) No Operational ATE, nor to the Knowledge of the Sellers, any of its Representatives has, directly or indirectly, (a) offered, promised, made or authorized any contribution, payment, gift of funds, property or anything else of value to any official, employee or agent of any Governmental Authority of any jurisdiction (or to any immediate family member of such official, i.e. sibling, spouse and parent (including in-laws) of the above) or (b) made any contribution to any candidate for public office, in the case of subclause (a) or (b), where either the payment or the purpose of such contribution, payment or gift was, is or would be prohibited under the Brazilian |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 443

| | |
|---|---|
| (b), se o pagamento ou o objetivo dessa contribuição, pagamento ou doação era, é ou seria proibido nos termos das Leis Brasileiras Anticorrupção. Cada ATE Operacional instituiu e manteve políticas e procedimentos destinados a assegurar o cumprimento de todas as mencionadas Leis pela referida ATE Operacional. | Anti-Corruption Laws. Each Operational ATE has instituted and maintained policies and procedures intended to ensure continued compliance by such Operational ATE with all such Laws. |
| (iii) Nenhuma ATE Operacional, nem, no Conhecimento das Vendedoras, quaisquer de seus Representantes, adotaram qualquer medida que, direta ou indiretamente, pudesse resultar na violação a quaisquer Leis Brasileiras Anticorrupção, incluindo, sem limitação, o ato de fazer qualquer oferta, pagamento, promessa de pagamento ou autorização de pagamento de qualquer quantia ou outros bens, doação, promessa de doação ou autorização de doação de qualquer coisa de valor para qualquer Representante de Governo ou para qualquer partido político estrangeiro ou para seus representantes ou para qualquer candidato a cargo público no estrangeiro, contrariamente às Leis aplicáveis sobre combate ao suborno e anticorrupção e cada ATE Operacional e, no Conhecimento das Vendedoras, seus Representantes e qualquer um agindo em nome da referida ATE Operacional tem conduzido as operações da referida ATE Operacional em consonância com as Leis aplicáveis no que diz respeito ao combate ao suborno e anticorrupção, incluindo a obrigação de manter os livros e registros exatos, e instituíram e mantiveram as políticas e procedimentos destinados a manter o seu cumprimento. | (iii) No Operational ATE, nor to the Knowledge of the Sellers, any of its Representatives has taken any action, directly or indirectly, that would result in a violation of any Brazilian Anti-Corruption Laws, including, without limitation, making any offer, payment, promise to pay or authorization of the payment of any money, or other property, gift, promise to give, or authorization of the giving of anything of value to any Government Official or any foreign political party or official thereof, or any candidate for foreign political office, in contravention of applicable Laws regarding anti-bribery or anti-corruption, and each Operational ATE and, to the Knowledge of the Sellers, its Representatives and anyone acting on behalf of such Operational ATE, have conducted the operations of such Operational ATE in compliance with the applicable Laws regarding anti-bribery or anti-corruption, including the obligation to retain accurate books and records, and have instituted and maintained policies and procedures intended to ensure continued compliance therewith. |
| (iv) Cada ATE Operacional possui todas as Licenças relevantes necessárias para deter ou usar, locar e, se aplicável, operar seus negócios, bens ou ativos e todas as referidas licenças estão válidas e estão em pleno vigor e efeito. | (iv) Each Operational ATE is in possession of all material Permits necessary to own or use, lease and, where applicable, operate its businesses, properties or assets, and all such permits are valid, and in full force and effect. |
| 5.4 Demonstrações Financeiras | 5.4 Financial Statements. |
| (i) A Cláusula 5.4(i) do Anexo de Divulgação das Vendedoras contém cópias verdadeiras e completas das demonstrações financeiras auditadas das ATEs Operacionais para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (conjuntamente, as | (i) Section 5.4(i) of the Seller Disclosure Schedule contains true and complete copies of audited financial statements of the Operational ATEs for the fiscal year ended on December 31, 2016 (collectively, the "Audited Financial Statements"), which have been |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 444

| | |
|---|---|
| "Demonstrações Financeiras Auditadas"), as quais foram disponibilizadas pelas Vendedoras ao Comprador. | made available by the Sellers to the Purchaser. |
| (ii) As Demonstrações Financeiras Auditadas (a) foram preparadas em conformidade com os livros contábeis e demais registros financeiros das ATEs Operacionais, (b) apresentam, de forma justa, sob todos os aspectos, a posição financeira e os resultados operacionais das ATEs Operacionais em suas datas e para os períodos por elas abrangidos, (c) foram preparadas em conformidade com os Princípios Contábeis Brasileiros, aplicados de maneira consistente com os períodos envolvidos (exceto conforme nelas indicados ou em suas respectivas notas explicativas) e (d) incluem todos os ajustes que sejam necessários para uma apresentação justa da situação financeira das ATEs Operacionais e dos resultados operacionais das ATEs Operacionais em suas datas ou para os períodos por elas abrangidos. | (ii) The Audited Financial Statements (a) were prepared in accordance with the books of account and other financial records of the Operational ATEs, (b) present fairly, in all respects, the financial position and results of operations of the Operational ATEs as of the dates thereof or for the periods covered thereby, (c) were prepared in accordance with Brazilian GAAP applied on a consistent basis during the periods involved (except as may be indicated therein or in the notes thereto) and (d) include all adjustments that are necessary for a fair presentation of the financial condition of the Operational ATEs and the results of the operations of the Operational ATEs as of the dates thereof or for the periods covered thereby. |
| (iii) Os livros, registros e contas ou outras informações similares das ATEs Operacionais (a) refletem, de forma precisa e justa, sob todos os aspectos relevantes, as operações e alienações de seus ativos e todos os ativos e passivos que devam estar neles refletidos em conformidade com os Princípios Contábeis Brasileiros, aplicados de forma consistente, (b) tem sido mantidos em conformidade com as boas práticas comerciais e contábeis e (c) estão, sob todos os aspectos relevantes, completos e corretos, e não contêm nem refletem qualquer inexatidão ou discrepância relevante. | (iii) The books, records, and accounts or other similar information of the Operational ATEs (a) accurately and fairly reflect in all material respects the transactions and dispositions of its assets and all assets and liabilities required to be reflected therein in accordance with Brazilian GAAP applied on a consistent basis, (b) have been maintained in accordance with good business and accounting practices and (c) are in all material respects complete and correct, and do not contain or reflect any material inaccuracies or discrepancies. |
| 5.5 Inexistência de Passivos Não Divulgados. Exceto pelos Passivos (i) previstos na Cláusula 5.5 do Anexo de Divulgação das Vendedoras, (ii) refletidos ou provisionados em qualquer das Demonstrações Financeiras Auditadas (ou descritos em suas notas explicativas) ou (iii) incorridos no curso normal dos negócios, em consonância com as práticas anteriores, nenhuma ATE Operacional possui quaisquer Passivos de qualquer natureza, acumulados, contingentes ou de outra natureza, que, pelos Princípios Contábeis Brasileiros, deveriam estar refletidos em um balanço patrimonial | 5.5 Absence of Undisclosed Liabilities. Except for Liabilities that are (i) set forth in Section 5.5 of the Seller Disclosure Schedule, (ii) reflected or reserved against in any of the Audited Financial Statements (or described in the notes thereto) or (iii) incurred in the ordinary course of business consistent with past practice, none of the Operational ATEs has any Liabilities of any nature, whether or not accrued, contingent or otherwise, that would be required by Brazilian GAAP to be reflected on a consolidated balance sheet (or the notes thereto) of such Operational ATE. |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 445

| | |
|---|---|
| consolidado (ou em suas notas explicativas) da referida ATE Operacional. | |
| 5.6 Contratos Relevantes. | 5.6 Material Contracts. |
| (i) A Cláusula 5.6 do Anexo de Divulgação das Vendedoras contém uma lista completa, até a presente data, de todos os seguintes Instrumentos Contratuais, dos quais qualquer ATE Operacional seja uma parte e que possua obrigações remanescentes ou aos quais quaisquer de seus ativos ou bens estejam sujeitos (cada, um "Contratos Relevante"): | (i) Section 5.6 of the Seller Disclosure Schedule contains a complete list, as of the date hereof, of each of the following Contracts to which any of the Operational ATEs is a party and which has remaining obligations or to which any of its assets or properties are subject (each, a "Material Contract"): |
| (a) todos os Instrumentos Contratuais com uma Autoridade Governamental, incluindo todos os Contratos de Concessão; | (a) each Contract with a Governmental Authority, including each Concession Agreement; |
| (b) qualquer Instrumento Contratual (ou grupo de Instrumentos Contratuais relacionados relativos a uma única operação ou série de operações relacionadas) que exija pagamentos pelas ATEs Operacionais com valor superior a R$1 milhão ao ano; | (b) any Contract (or group of related Contracts with respect to a single transaction or series of related transactions) requiring payments by the Operational ATEs in excess of R$1 million per annum; |
| (c) qualquer Instrumento Contratual (ou grupo de Instrumentos Contratuais relacionados relativos a uma única operação ou série de operações relacionadas) estabelecendo pagamentos para quaisquer ATEs Operacionais com valor superior a R$4 milhões ao ano; | (c) any Contract (or group of related Contracts with respect to a single transaction or series of related transactions) providing for payments to any Operational ATEs in excess of R$4 million per annum; |
| (d) qualquer Instrumento Contratual relacionado a Endividamento ou ao penhor ou caução ou colocação de Ônus sobre ativos com valor superior a R$10 milhões; | (d) any Contract relating to Indebtedness or the mortgaging or pledging of or placing of Liens on assets in excess of R$10 million; |
| (e) qualquer garantia de qualquer obrigação com valor superior a R$10 milhões; | (e) any guaranty of any obligation in excess of R$10 million; |
| (f) qualquer Instrumento Contratual que, pelos seus termos, limite ou restrinja, sob qualquer aspecto, a liberdade de qualquer ATE Operacional ou de qualquer de suas Afiliadas (A) de atuar em qualquer linha de negócios; (B) de competir com qualquer Pessoa; (C) de atuar em qualquer negócio ou atividade em qualquer área geográfica; (D) de aliciar | (f) any Contract that by its terms limits or restricts in any respect the freedom of any Operational ATE or any of its Affiliates (A) to engage in any line of business; (B) to compete with any Person; (C) to engage in any business or activity in any geographic region; (D) to solicit business from any Person; |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 446

| | |
|---|---|
| negócios de qualquer Pessoa; | |
| (g) qualquer Instrumento Contratual contendo uma obrigação exigindo que qualquer ATE Operacional efetue a compra de produtos ou serviços exclusivamente de outra Pessoa; | (g) any Contract that contains an obligation requiring any Operational ATE to purchase products or services exclusively from another Person; |
| (h) qualquer acordo de associação, de parceria estratégica ou acordo similar; | (h) any joint venture, strategic partnership agreement or similar arrangement; |
| (i) qualquer Instrumento Contratual através do qual qualquer ATE Operacional atualmente loque ou subloque bens imóveis ou bens móveis, e que envolva pagamentos com valor superior a R$10 milhões ao ano; | (i) any Contract pursuant to which any Operational ATE currently leases or subleases real or personal property and that involves payments in excess of R$10 million per annum; |
| (j) cada Instrumento Contratual que contenha uma garantia, obrigações de compensação, obrigações de pagamento de "earn-out" ou obrigações de pagamento contingente de natureza similar, em todos os casos em que seja razoavelmente esperado que resulte em pagamentos, individualmente ou em conjunto, com valor superior a R$10 milhões ou obrigações de indenizar que não estejam no curso normal dos negócios; | (j) each Contract that contains guarantee, rebate obligations, "earn-out" or similar contingent payment obligations, in each case that are reasonably expected to results in payments, individually or in the aggregate, in excess of R$10 million or indemnification obligations outside of the ordinary course of business; |
| (k) todos os Instrumentos Contratuais com uma Afiliada; | (k) each Contract with an Affiliate; |
| (l) qualquer acordo relevante de hedging; | (l) any material hedging arrangement; |
| (m) todos os demais Instrumentos Contratuais que sejam relevantes para qualquer ATE Operacional; e | (m) all other Contracts which are material to any Operational ATE; and |
| (n) qualquer Instrumento Contratual que esteja relacionado a qualquer compromisso pendente, por escrito, de celebrar qualquer Instrumento Contratual ou acordo do tipo descrito nos itens (a) a (m) acima. | (n) any Contract that relates to any outstanding written commitment to enter into any Contract or arrangement of the type described in subclauses (a) through (m) above. |
| (ii) Em relação a cada Contratos Relevante, salvo se não constituir uma Mudança Adversa Relevante: (a) o referido Contratos Relevante está em pleno vigor e efeito, é legal, válido e vinculante e é exequível perante a ATE Operacional aplicável e, no Conhecimento das Vendedoras, todas as demais partes dos referidos instrumentos, em conformidade com os seus termos; (b) a respectiva ATE | (ii) With respect to each Material Contract, except as would not constitute a Material Adverse Change: (a) such Material Contract is in full force and effect, is legal, valid and binding on, and is enforceable against, the applicable Operational ATE, and to the Knowledge of the Sellers, each other party thereto, in accordance with its terms; (b) the applicable Operational ATE is not in breach or default thereof; |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 447

| | |
|---|---|
| Operacional não está em violação nem inadimplente com seus termos; (c) no Conhecimento das Vendedoras, na data do presente instrumento, nenhuma outra parte dos referidos instrumentos está em violação nem inadimplente com seus termos; (d) nenhuma ATE Operacional, ou, no Conhecimento das Vendedoras, nenhuma das demais partes dos referidos instrumentos receberam uma notificação de qualquer violação ou inadimplemento dos seus termos; e (e) não ocorreu nenhum fato, circunstância, ocorrência, evento, acontecimento, alteração ou condição em virtude de ação ou omissão de qualquer ATE Operacional, ou, no Conhecimento das Vendedoras, de quaisquer das demais partes dos referidos instrumentos, que, através de notificação ou decurso de prazo, ou ambos, constituiria uma violação relevante ou inadimplemento de seus termos. | (c) to the Knowledge of the Sellers, as of the date hereof, no other party thereto is in breach or default thereof; (d) no Operational ATE, or, to the Knowledge of the Sellers, any other party thereto has received notice of any breach or default thereunder; and (e) no fact, circumstance, occurrence, event, development, change or condition has occurred or not occurred through the action or inaction of any Operational ATE or, to the Knowledge of the Sellers, any other party thereto, that with notice or lapse of time or both would constitute a material breach or default thereunder. |
| (iii) No que diz respeito a cada Contratos Relevante previsto na Cláusula 5.6(i)(a) do Anexo de Divulgação das Vendedoras, nenhuma ATE Operacional recebeu qualquer notificação relacionada à sua possível revogação ou à aplicação de uma penalidade nos termos do referido instrumento, incluindo pertinente a violações aos termos e prazos dos referidos Instrumentos Contratuais pela ATE Operacional ou ao descumprimento por uma ATE Operacional de qualquer compromisso de construção ou plano de operação, exploração, preservação ou manutenção ou níveis de serviço neles contidos, ou da ocorrência de qualquer fato, circunstância, ocorrência, evento, acontecimento, alteração ou condição que possibilitaria a referida revogação ou aplicação de uma penalidade, nem tampouco qualquer ATE Operacional tem conhecimento de qualquer fato, circunstância, ocorrência, evento, acontecimento, alteração ou condição dessa natureza. | (iii) With respect to each Material Contract set forth in Section 5.6(i)(a) of the Seller Disclosure Schedule, no Operational ATE has received any notice relating to the potential revocation thereof or application of a penalty thereunder, including in connection with breaches of the terms and deadlines of such Contracts by the Operational ATE or the failure of an Operational ATE to comply with any construction commitment or operation, exploitation, preservation or maintenance plan or service levels contained therein, or of the occurrence of any fact, circumstance, occurrence, event, development, change or condition that would make such revocation or application of a penalty possible, nor is any Operational ATE aware of any such fact, circumstance, occurrence, event, development, change or condition. |
| (iv) As Vendedoras disponibilizaram ao Comprador cópias fieis e completas de todos os Contratos Relevantes. | (iv) Sellers have made available to the Purchaser true and complete copies of all Material Contracts. |
| 5.7 Questões Trabalhistas e Empregatícias. | 5.7 Labor and Employment Matters. |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 448

| | |
|---|---|
| (i) As ATEs Operacionais estão conduzindo e, no passado, conduziram seus negócios em conformidade com todas as disposições das Leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis, exceto quando o descumprimento de todas as Leis não acarretaria uma Mudança Adversa Relevante. Todos os pagamentos devidos nos termos dessas Leis pelas ATEs Operacionais têm sido efetuados no vencimento e todos os valores devidamente provisionados como Passivos das ATEs Operacionais no que diz respeito a qualquer empregado que não tenham sido pagos têm sido devidamente contabilizados nas Demonstrações Financeiras Auditadas, salvo se o não provisionamento ou pagamento não acarretem uma Mudança Adversa Relevante. | (i) The Operational ATEs are conducting, and in the past have conducted, their businesses in compliance with all provisions of applicable labor and social security Laws, except where the failure to comply with all such Laws would not have a Material Adverse Change. All payments due thereunder from the Operational ATEs have been made when due and all amounts properly accrued as Liabilities of the Operational ATEs with respect to any employee which have not been paid, have been properly recorded on the Audited Financial Statements, except where such lack of accrual or payment would not have a Material Adverse Change. |
| (ii) A celebração, formalização deste Contrato ou a consumação das operações aqui contempladas não (a) resultará em um pagamento relevante (incluindo de verbas rescisórias, por alteração de controle ou de outra natureza) se tornar vencido e exigível por qualquer diretor, empregado ou funcionário, incluindo nos termos de qualquer plano de benefícios, (b) aumentará de maneira significativa quaisquer benefícios de qualquer outra forma devidos para qualquer diretor, empregado ou funcionário, (c) resultará na antecipação do vencimento de qualquer pagamento ou na investidura de quaisquer benefícios ou pagamentos a qualquer funcionário, ou (d) resultará em qualquer custeio de remuneração ou benefícios de acordo com qualquer plano de benefícios. | (ii) Neither the execution and delivery of this Agreement nor the consummation of the transactions contemplated hereby shall (a) result in any material payment (including severance, change in control or otherwise) becoming due and payable to any officer, employee or member of the staff, including under any benefit plan, (b) materially increase any benefits otherwise payable to any officer, employee or member of the staff, (c) result in the acceleration of any payment or vesting of any such benefits or payments to any member of the staff, or (d) result in any funding of compensation or benefits pursuant to any benefit plan. |
| (iii) Exceto conforme estabelecido na Cláusula 5.7(iii) do Anexo de Divulgação das Vendedoras, não há atualmente em curso ou, no Conhecimento das Vendedoras, em iminência, quaisquer greves, desacelerações, paralisações de trabalho ou outros atos trabalhistas similares por qualquer grupo de empregados das ATEs Operacionais. | (iii) Except as set forth in Section 5.7(iii) of the Seller Disclosure Schedule, there are currently no pending or, to the Knowledge of the Sellers, threatened, strikes, slowdowns, work stoppages or other similar labor actions by any group of employees of the Operational ATEs. |
| 5.8 Propriedade dos Imóveis. | 5.8 Title to Properties. |
| (i) Todas as ATEs Operacionais possuem título justo, livre e desembaraçado de quaisquer Ônus, de todos os imóveis por elas detidos (sejam eles | (i) Each of the Operational ATEs has good title, free and clear of any Liens, to all of its owned properties (whether personal, tangible or intangible), that are |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 449

| | |
|---|---|
| móveis, tangíveis ou intangíveis), que estão listados na Cláusula 5.8(i) do Anexo de Divulgação das Vendedoras. Exceto conforme estabelecido na Cláusula 5.8(i) do Anexo de Divulgação da Vendedora, não há litígios, em curso ou iminentes, que possam impedir o uso pelas ATEs Operacionais de seus bens. | listed in Section 5.8(i) of the Seller Disclosure Schedule. Except as set forth in Section 5.8(i) of the Seller Disclosure Schedule, there are no disputes, existing or potential, that may prevent the Operational ATEs from using the properties. |
| (ii) As ATEs Operacionais possuem todas as licenças, alvarás, certificados de inspeção, registros e demais licenças necessárias (imobiliários ou de outra natureza) que possam ser necessários para a ocupação dos imóveis, de acordo com as Leis ou Licenças aplicáveis e para a condução das operações das ATEs Operacionais. As ATEs Operacionais possuem a posse dos imóveis, livres de qualquer perturbação ou questionamento, efetivo ou potencial. | (ii) The Operational ATEs hold all necessary licenses, permits, inspection certificates, registries and other licenses (of real estate nature or otherwise) that may be required for the occupancy of the properties as per applicable Law or Permit and for the conduct of the Operational ATEs' operations. The Operational ATEs have possession of the properties, free from any adverse or wrongful possession, actual or potential. |
| (iii) Exceto conforme estabelecido na Cláusula 5.8(iii) do Anexo de Divulgação das Vendedoras, todos os bens arrendados, servidões administrativas e servidões de passagem ou cessões de uso pertinentes às ATEs Operacionais e à implementação e operação regular das linhas de transmissão e subestações das ATEs Operacionais estão livres e desembaraçados de todos os Ônus, e os respectivos instrumentos particulares ou escrituras públicas, conforme o caso, foram devidamente celebrados pelas respectivas ATEs Operacionais e pelos proprietários dos bens imóveis e registrados perante o cartório de registro de imóveis competente ou, sempre que esse cartório de registro de imóveis não esteja disponível, perante o cartório de títulos e documentos local. A respectiva ATE Operacional não está inadimplente nos termos de quaisquer bens arrendados, servidões administrativas e servidões de passagem ou cessões de uso, e, no Conhecimento das Vendedoras, nenhuma das outras partes dos referidos bens arrendados, servidões administrativas e servidões de passagem ou cessões de uso está em inadimplemento relevante nos termos de quaisquer instrumentos acima mencionados. A Cláusula 5.8(iii) do Anexo de Divulgação das Vendedoras contém uma lista de todos os bens arrendados, servidões administrativas e servidões de passagem ou cessões de uso pertinentes à ATE Operacional. | (iii) Except as set forth in Section 5.8(iii) of the Seller Disclosure Schedule, all of the leased properties, administrative easements and rights-of-way (*servidão de passagem*) or assignments of use (*cessão de uso*) with respect to the Operational ATEs and the regular implementation and operation of the Operational ATEs' transmission lines and sub-stations are free and clear of all Liens, and the respective private deeds or public agreements, as the case may be, are duly executed by the relevant Operational ATEs and owners of real properties and registered with the competent real estate registry office or, whenever such real estate registry office is not available, with the local registry of titles and documents. The relevant Operational ATE is not in default under any of the leased properties, administrative easements and rights-of-way (*servidão de passagem*) or assignments of use (*cessão de uso*), and to the Knowledge of Sellers, none of the other parties to such leased properties, administrative easements and rights-of-way (*servidão de passagem*) or assignments of use (*cessão de uso*) is in material default under any of such instruments. Section 5.8(iii) of the Seller Disclosure Schedule contains a list of all leased properties, administrative easements and rights-of-way (*servidão de passagem*) or assignments of use (*cessão de uso*) with respect to the Operational ATE. |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 450

| | |
|---|---|
| (iv) As ATEs Operacionais não receberam nenhuma notificação escrita de violação de quaisquer Autoridades Governamentais ou de qualquer outra parte, inclusive notificações de violações ou de Processos de violação de Leis ambientais relativos a bens imóveis. | (iv) The Operational ATEs have not received any written notices of violation from any Governmental Authorities or any other party, including notices of violations or Actions of violations of environmental Laws with respect to the real properties. |
| 5.9 Seguro. Todos os ativos, bens e riscos relevantes de cada ATE Operacional estão e, nos últimos 5 (cinco) anos, estavam cobertos por apólices de seguro ou formulários de seguro válidos e, ressalvadas as apólices de seguro que tenham vencido de acordo com os seus termos no curso normal, por apólices de seguro ou formulários de seguro atualmente em vigor (incluindo seguro de responsabilidade civil geral e seguro patrimonial) emitidos em favor da respectiva ATE Operacional, em todos os casos, por companhias seguradoras idôneas, nos tipos e nos valores e cobrindo os riscos em consonância com as práticas usuais e os padrões de empresas que atuem em negócios e operações similares aos da referida ATE Operacional. | 5.9 Insurance. All material assets, properties and risks of each Operational ATE are, and for the past five (5) years have been, covered by valid and, except for insurance policies that have expired under their terms in the ordinary course, currently effective insurance policies or binders of insurance (including general liability insurance and property insurance) issued in favor of the applicable Operational ATE, in each case with responsible insurance companies, in such types and amounts and covering such risks as are consistent with customary practices and standards of companies engaged in businesses and operations similar to those of such Operational ATE. |
| 5.10 Ausência de Determinadas Alterações ou Eventos. Desde a Data do Balanço Patrimonial, (i) os negócios das ATEs Operacionais têm sido conduzidos no curso normal dos negócios, em consonância com as práticas anteriores, (ii) não houve nenhum fato, circunstância, ocorrência, evento, acontecimento, alteração ou condição que tenha tido ou seria razoavelmente esperado que tivesse uma Mudança Adversa Relevante e (iii) nenhuma das Vendedoras nem qualquer ATE Operacional praticou qualquer ato que, se praticado após a data deste Contrato, constituiria uma violação à Cláusula 7.2 (incluindo as Cláusulas 7.2.1 e 7.2.2). | 5.10 Absence of Certain Changes or Events. From the Balance Sheet Date, (i) the businesses of the Operational ATEs have been conducted in the ordinary course of business consistent with past practice, (ii) there has not been any fact, circumstance, occurrence, event, development, change or condition that has had or could reasonably be expected to have a Material Adverse Change and (iii) none of the Sellers nor any of the Operational ATEs has taken an action that, if taken after date of this Agreement, would constitute a breach of Clause 7.2 (including Clauses 7.2.1 and 7.2.2). |
| 5.11 Tributos | 5.11 Taxes |
| (i) Todas as declarações de natureza fiscal que deviam ser apresentadas pelas ATEs Operacionais foram tempestivamente apresentadas e todas as declarações de natureza fiscal das ATEs Operacionais eram verdadeiras, completas e corretas, sob todos os aspectos relevantes, conforme apresentados. | (i) All tax returns required to be filed by the Operational ATEs have been timely filed, and all such tax returns of the Operational ATEs were true, complete and correct in all material respects as filed. |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 451

| | |
|---|---|
| (ii) As ATEs Operacionais cumprem, sob todos os aspectos relevantes, com as Leis fiscais e pagaram, até o vencimento, todos os tributos devidos, exceto se o descumprimento de tais Leis não acarretar uma Mudança Adversa Relevante. | (ii) The Operational ATEs are in compliance with all material aspects of tax Laws and have paid when due all the taxes owed, except where the failure to comply with all such Laws would not have a Material Adverse Change. |
| (iii) Exceto conforme estabelecido na Cláusula 5.11(iii) do Anexo de Divulgação das Vendedoras, nenhuma auditoria ou procedimento está em curso no que diz respeito a quaisquer tributos devidos pelas ATEs Operacionais, nem quaisquer auditorias ou procedimentos dessa natureza, no Conhecimento das Vendedoras, estão iminentes contra ou provavelmente seriam instituídos pelas ou contra as ATEs Operacionais. | (iii) Except as set forth in Section 5.11(iii) of the Seller Disclosure Schedule, no audit or proceeding is pending with respect to any taxes due from the Operational ATEs, nor are any such audits or proceedings, to the Knowledge of Sellers, threatened against or likely to be instituted by or against the Operational ATEs. |
| (iv) Exceto conforme estabelecido na Cláusula 5.11(iv) do Anexo de Divulgação das Vendedoras, as ATEs Operacionais não são parte de qualquer acordo de compartilhamento de tributos, de incentivo fiscal, de qualquer programa de parcelamento de tributos ou de acordo similar. | (iv) Except as set forth in Section 5.11(iv) of the Seller Disclosure Schedule, the Operational ATEs are not a party to any tax sharing, tax incentive, program for payment of taxes in installment or similar agreement. |
| 5.12 Inexistência de Litígios. Exceto conforme estabelecido na Cláusula 5.12 do Anexo de Divulgação das Vendedoras, não há (a) Processos em curso ou, no Conhecimento das Vendedoras, iminentes contra qualquer Vendedora ou qualquer ATE Operacional, ou quaisquer de seus respectivos bens ou ativos, em lei ou em equidade, ou (b) Ordens Governamentais, de qualquer árbitro ou Autoridade Governamental, em cada caso, (A) que constituiriam ou seria razoavelmente esperado que constituíssem uma Mudança Adversa Relevante, (B) que provavelmente resultassem, agindo com razoabilidade, em qualquer Perda com valor superior a R$5 milhões ou de outra forma envolveriam uma reivindicação que poderia resultar em uma sanção de natureza criminal ou (C) impediriam ou significativamente postergariam ou seria razoavelmente esperado que impedissem ou significativamente postergassem a celebração deste Contrato ou a consumação das operações contempladas no presente instrumento. | 5.12 Absence of Litigation. Except as set forth in Section 5.12 of the Seller Disclosure Schedule, there are no (a) Actions pending or, to the Knowledge of the Sellers, threatened against any Seller or Operational ATE, or any of their respective properties or assets, at law or in equity or (b) Governmental Orders, before any arbitrator or Governmental Authority, in each case which (A) constitute or could reasonably be expected to constitute a Material Adverse Change, (B) are reasonably likely to result in any Loss exceeding R$5 million or otherwise involve a claim that could result in a criminal penalty or (C) would, or would reasonably be expected to, prevent or materially delay the execution of this Agreement or the consummation of the transactions contemplated by this Agreement. |
| 5.13 Títulos e Valores Mobiliários do Comprador. O Anexo 7.1 apresenta uma lista verdadeira, correta e | 5.13 Purchaser Securities. Exhibit 7.1 sets forth a true, correct and complete list of all of the securities, |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 452

| | |
|---|---|
| completa de todos os títulos e valores mobiliários, garantias ou instrumentos similares fornecidos por qualquer Afiliada das Vendedoras (incluindo as Recuperandas) em benefício de qualquer ATE Operacional, incluindo quaisquer títulos e valores mobiliários concedidos por qualquer Afiliada de acordo com qualquer Endividamento das ATEs Operacionais. | guaranties or similar instruments provided by any Affiliate of the Sellers (including the Companies under Reorganization) for the benefit of any Operational ATE, including any securities provided by any such Affiliate pursuant to any Indebtedness of the Operational ATEs. |
| 5.14 Prestação das Declarações e Garantias. Exceto conforme especificamente previsto neste Capítulo V, as Vendedoras não prestam nenhuma declaração ou garantia para o Comprador ou para qualquer outra pessoa em relação às operações previstas neste Contrato, às Ações ou às ATEs Operacionais (incluindo no que diz respeito às expectativas ou previsões de resultados ou retornos de investimento, rentabilidade das operações, vigência da concessão até o prazo de vigência previsto no Contrato de Concessão e respectivos aditivos, conforme o caso, ou qualquer outro aspecto dos ativos objeto deste Contrato). Para esclarecimento, qualquer assunto revelado no Anexo de Divulgação das Vendedoras relacionada a qualquer Cláusula deste Contrato será considerado como tendo sido revelado com relação a qualquer outra Cláusula na extensão em que sua aplicabilidade seja razoavelmente aparente. | 5.14 Proviso of the Warranties. Except as specifically set forth in this Chapter V, Sellers do not make any representation or warranty to Purchaser or to any other Person in relation to the transactions set forth in this Agreement, to the Shares or to the Operational ATEs (including with regard to expectations or forecasts of results or returns on investment, profitability of the transactions, effectiveness of the grant until the term stated in the Concession Agreement and respective addenda, as the case may be, or any other aspect of the assets object of this Agreement). For the avoidance of doubt, any matter disclosed in the Seller Disclosure Schedule with respect to any Section of this Agreement shall be deemed to have been disclosed with respect to any other Section to the extent the applicability thereto is reasonably apparent. |
| **CAPÍTULO VI – Declarações e Garantias do Comprador**<br><br>O Comprador declara e garante que as declarações a seguir são verdadeiras, corretas e completas nesta data e na Data de Fechamento: | **CHAPTER VI - Representations and Warranties of Purchaser**<br><br>Purchaser hereby represents and warrants that the following representations are true, accurate and complete on the date hereof and on the Closing Date: |
| 6.1 Constituição, Regularidade e Legitimidade.<br>(i) O Comprador é uma sociedade devidamente constituída e validamente existente nos termos das Leis do seu país de incorporação. O Comprador possui os poderes e autoridade necessários e todas as aprovações governamentais necessárias para deter, locar ou operar seus bens e para conduzir seus negócios como atualmente conduzidos, exceto se a falta desse poder, autoridade e das aprovações governamentais não impediria ou significativamente postergaria ou não seria razoavelmente esperado que impedisse ou significativamente postergasse a | 6.1 Organization, Good Standing and Legitimacy.<br>(i) Purchaser is a company duly organized and validly existing under the Laws of its jurisdiction of incorporation. The Purchaser has the requisite power and authority and all necessary governmental approvals to own, lease or operate its properties and carry on its business as it is now being conducted, except where the failure to have such power, authority and governmental approvals would not, or would not reasonably be expected to, prevent or materially delay the consummation of the transactions contemplated by this Agreement. |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 453

| | |
|---|---|
| consumação das operações contempladas neste Contrato. | |
| (ii) O Comprador e seus representantes legais possuem, nesta data, plena capacidade e legitimidade para celebrar e consumar este Contrato, e possuirão, na Data de Fechamento aplicável, plena capacidade e legitimidade para realizar todas as operações aqui estabelecidas e para cumprir todas as obrigações aqui assumidas, tendo adotado todas as medidas e obtido todas as autorizações de natureza societária necessárias para celebrar e consumar este Contrato. | (ii) Purchaser and its legal representatives have, on the date hereof, full capacity and legitimacy to enter into and consummate this Agreement, and shall have, on the applicable Closing Date, full capacity and legitimacy to carry out all transactions set forth and fulfill all obligations undertaken herein, having taken all measures and obtained all authorizations of a corporate nature needed to enter into and consummate this Agreement. |
| 6.2 Consentimento; Autorizações. | 6.2 Consent; Authorizations. |
| (i) Este Contrato constitui uma obrigação válida e legalmente vinculante do Comprador, exequível contra o Comprador em conformidade com os seus termos. | (i) This Agreement is a valid and legally binding obligation of Purchaser, being enforceable against it pursuant to its terms. |
| (ii) A celebração deste Contrato pelo Comprador e a consumação das operações aqui estabelecidas (a) não violam nenhuma Lei aplicável ao Comprador; (b) não violam nenhuma disposição dos atos constitutivos e societários do Comprador nem com eles conflitam; e (c) não resultam em nenhuma violação, nem constituem um inadimplemento relevante nem acarretam qualquer direito de rescisão, alteração, antecipação de vencimento ou cancelamento de qualquer Instrumento Contratual ou Licença do qual o Comprador seja parte, tampouco resultarão na criação de um Ônus relevante sobre quaisquer bens ou ativos do Comprador e | (ii) The execution of this Agreement by Purchaser, and the consummation of the transactions set forth herein (a) do not violate any Law applicable thereto; (b) do not violate any provision of the constituent and corporate documents of Purchaser, nor do they conflict therewith; and (c) do not result in any breach of, or constitute a material default under, or give rise to any right of termination, amendment, acceleration or cancellation of any Contract or Permit to which the Purchaser is a party, or result in the creation of a material Lien, upon any of the properties or assets of the Purchaser and |
| (iii) À exceção das Condições Precedentes estabelecidas nas Cláusulas 3.1(iii) e 3.1(iv) deste Contrato, nenhuma Autorização Governamental é necessária para a celebração deste Contrato pelo Comprador ou para a consumação das operações aqui estabelecidas ou para o cumprimento das obrigações aqui previstas. | (iii) except for the Conditions Precedent set forth in Clauses 3.1(iii) and 3.1(iv) of this Agreement, no Governmental Authorization is necessary for the execution, by Purchaser, of this Agreement, nor for the consummation of the transactions set out herein and for the fulfillment of the obligations established herein. |
| 6.3 Disponibilidade de Recursos. O Comprador possui e possuirá, em cada Data de Fechamento, recursos disponíveis para o pagamento do respectivo Preço de Compra, nos termos deste Contrato. | 6.3 Available Funds. Purchaser has and shall have, on each Closing Date, available funds to pay for the respective Purchase Price, under the terms of this Agreement. |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 434

| | |
|---|---|
| 6.4 Análise de Investimento. O Comprador possui experiência e "know-how" em questões financeiras e no segmento de atuação das ATEs Operacionais, sendo capaz e qualificado para conduzir sua própria avaliação dos méritos, vantagens e riscos das operações previstas neste Contrato. O Comprador também declara que conduziu, com a assistência de seus consultores, uma auditoria aprofundada das ATEs Operacionais e das Ações, com a cooperação das Vendedoras, estando ciente da situação jurídica, financeira, do capital, operacional e contábil das ATEs Operacionais e das Ações. | 6.4 Investment Analysis. Purchaser has the experience and know-how in financial matters and in the operating segment of the Operational ATEs, being able and qualified to conduct its own assessment of the merits, advantages and risks of the transactions set forth in this Agreement. Purchaser also represents to have conducted, with the assistance from its consultants, a thorough due diligence of the Operational ATEs and the Shares, with cooperation from Sellers, being aware of the legal, financial, equity, operational and accounting status of the Operational ATEs and of the Shares. |
| 6.5 Inexistência de Litígio. Não há (i) Processos em curso ou, no conhecimento do Comprador, iminentes contra o Comprador ou quaisquer de seus bens ou ativos, em lei ou em equidade ou (ii) Ordens Governamentais, de qualquer árbitro ou Autoridade Governamental, em cada caso, que impediriam ou significativamente postergariam ou seria razoavelmente esperado que impedissem ou significativamente postergassem a celebração deste Contrato ou a consumação das operações contempladas neste Contrato. | 6.5 Absence of Litigation. There are no (i) Actions pending or, to the knowledge of the Purchaser, threatened against the Purchaser or any of its properties or assets, at law or in equity or (ii) Governmental Orders, before any arbitrator or Governmental Authority, in each case which would, or would reasonably be expected to, prevent or materially delay the execution of this Agreement or the consummation of the transactions contemplated by this Agreement. |
| 6.6 Prestação das Declarações e Garantias. Exceto conforme especificamente estabelecido neste Capítulo VI, o Comprador não presta nenhuma declaração ou garantia para as Vendedoras ou para qualquer outra Pessoa relacionada às operações previstas neste Contrato. | 6.6 Proviso of the Warranties. Except as specifically set forth in this Chapter VI, Purchaser does not make any representation or warranty to Sellers or to any other Person in relation to the transactions set forth in this Agreement. |
| **CAPÍTULO VII – Outras Obrigações** | **CHAPTER VII - Additional Obligations** |
| 7.1 Substituição das Garantias. As Partes comprometem-se a envidar seus melhores esforços, dentro da razoabilidade, para, a partir do Fechamento aplicável, substituir as garantias de qualquer tipo fornecidas por qualquer das Recuperandas ou pelas suas Afiliadas no âmbito das obrigações e empréstimos das ATEs Operacionais, conforme listagem do Anexo 7.1 deste Contrato, nos termos considerados suficientes pelos respectivos credores (as "Garantias do Comprador"), com a quitação e liberação total, incondicional, irrevogável e imediata das Vendedoras e/ou de suas Afiliadas no que diz respeito a todas as mencionadas obrigações e | 7.1 Replacement of Securities. The Parties undertake to use their reasonable best efforts to make, from the applicable Closing onwards, the replacement of the securities of any kind provided by any of the Companies under Reorganization or their Affiliates under the scope of their obligations and loans for the Operational ATEs, as listed in Exhibit 7.1 to this Agreement, as deemed sufficient by the respective creditors (the "Purchaser's Securities"), with full, unconditional, irrevocable and immediate discharge of Sellers and/or their Affiliates, with regard to all of said obligations and Liabilities, and must, for such, take any and all measures, within the legal limits, |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 455

| | |
|---|---|
| Passivos, e deverão, para tanto, adotar todas e quaisquer medidas, observados os limites legais, razoavelmente necessárias para a viabilidade da referida substituição. | reasonably necessary to make said replacement feasible. |
| 7.1.1 As Partes deverão coordenar seus esforços para contatar os respectivos credores, listados no Anexo 7.1, com o intuito de solicitar os consentimentos apropriados para a substituição das atuais garantias por aquelas do Comprador, a partir do Fechamento aplicável, observado que todos os contatos, verbais ou por escrito, contarão com a participação das Vendedoras ou serão por elas coordenados. Assim que tiver sido obtido o consentimento de qualquer credor mencionado acima, o Comprador, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados de sua obtenção, deverá formalizar e emitir os documentos apropriados para a constituição das garantias apropriadas e para a total, incondicional, irrevogável e imediata quitação e liberação das Vendedoras e/ou de suas Afiliadas. | 7.1.1 The Parties shall coordinate their efforts to get in touch with the relevant creditors, listed in Exhibit 7.1, in order to request the proper consents to the replacement of the current securities with those of Purchaser, from the applicable Closing onwards, observing that all contacts, either verbal or in writing, must have Sellers' participation or be coordinated by them. Once the consent of any of said creditors is obtained, Purchaser shall, within ten (10) Business Days after said obtainment, formalize and issue the proper documents to set up its securities and for the full, unconditional, irrevocable and immediate discharge of Sellers and/or their Affiliates. |
| 7.1.2 Pelo presente instrumento, o Comprador se compromete a indenizar e a eximir as Vendedoras e/ou suas Afiliadas das Perdas resultantes da excussão ou ativação de quaisquer garantias prestadas pelas Vendedoras ou pelas suas Afiliadas que não sejam substituídas por Garantias do Comprador após o Fechamento aplicável, conforme previsto nas cláusulas anteriores, devendo pagar diretamente aos respectivos credores os valores que venham a ser cobrados das Vendedoras e/ou de suas Afiliadas sob as referidas garantias, responsabilizando-se também pelos custos e despesas razoáveis daí decorrentes, como, por exemplo, honorários advocatícios e custas judiciais, bem como pelas perdas e danos diretos, de forma que a partir do Fechamento aplicável, o Comprador (e suas Afiliadas) serão os únicos responsáveis pelo pagamento ou pelo cumprimento das garantias dos credores listados no Anexo 7.1. | 7.1.2 Purchaser hereby undertakes to indemnify and keep Sellers and/or their Affiliates harmless from Losses resulting from the foreclosure on or activation of any of the securities granted by Sellers or their Affiliates that are not replaced with Purchaser's Securities after the applicable Closing, as set forth in the clauses above, paying directly to the respective creditors the amounts that may be charged from them under such securities, taking responsibility also for the reasonable costs and expenses arising therefrom, such as attorneys' fees and court costs, as well as for direct losses and damages, so that from the applicable Closing onwards Purchaser (and its Affiliates) shall be the only ones responsible for the payment of or compliance with the securities of the creditors listed in Exhibit 7.1. |
| 7.2. Condução do Negócio. A partir desta data até a Data de Fechamento aplicável ou a rescisão deste Contrato, o que ocorrer primeiro, as Vendedoras se comprometem a conduzir, e a fazer com que os administradores das ATEs Operacionais conduzam, | 7.2 Conduct of the Business. From this date to the first of the applicable Closing Date or termination of this Agreement, Sellers undertake to conduct, and cause the administrators of the Operational ATEs to conduct, the businesses of the Operational ATEs in |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 456

| | |
|---|---|
| os negócios das ATEs Operacionais em seu curso normal e em conformidade com as práticas anteriores das ATEs Operacionais. | their normal course and according to past practices of the Operational ATEs. |
| 7.2.1 A partir da data do presente instrumento até a data do Fechamento Inicial ou de rescisão deste Contrato, o que ocorrer primeiro, o Comprador poderá nomear um observador para acompanhar a operação das ATEs Operacionais e as Vendedoras se comprometem a conceder ao referido observador acesso razoável a todas e quaisquer instalações das ATEs Operacionais, aos seus Representantes e documentos durante esse período, exceto no que diz respeito a informações e documentos sensíveis do ponto de vista da defesa da concorrência que, na avaliação jurídica razoável das Vendedoras, acarretariam infrações nos termos das Leis de defesa da concorrência do Brasil caso compartilhados ou divulgados ao Comprador antes do Fechamento. | 7.2.1 From the date hereof to the first of the date of the Initial Closing or termination of this Agreement, Purchaser may appoint an observer to oversee the operation of the Operational ATEs and Sellers undertake to provide such observer reasonable access to any and all of the Operational ATEs' properties, Representatives and documents during such time, except with respect to antitrust-sensitive information and documentation which, in Sellers' reasonable legal assessment, would lead to infractions under Brazilian antitrust Laws if shared or disclosed with Purchaser prior to Closing. |
| 7.2.2 Sem limitar a generalidade das disposições da Cláusula 7.2 acima, as Vendedoras se comprometem a: (a) não Transferir quaisquer ações, direitos de preferência ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão das ATEs Operacionais; e (b) não deliberar ou praticar quaisquer dos atos a seguir com relação às ATEs Operacionais; exceto se de outra forma autorizados, por escrito, pelo Comprador, ou se expressamente previsto em contrário neste Contrato, ou se estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial: | 7.2.2 Without limiting the generality of the provisions set forth in Clause 7.2 above, Sellers undertake not to: (a) Transfer any shares, rights of first refusal or securities convertible into shares issued by the Operational ATEs; and (b) resolve on or perform any of the following acts in relation to the Operational ATEs; except if otherwise authorized in writing by Purchaser, if expressly set out to the contrary in this Agreement, or if stated in the Judicial Reorganization Plan: |
| (i) qualquer alteração do estatuto social das ATEs Operacionais, incluindo, sem limitação, aumentos ou reduções do capital social e alterações ao objeto social; | (i) any amendment to the bylaws of the Operational ATEs, including, without limitation, increases or decreases to the share capital and amendments to the corporate purpose; |
| (ii) a emissão, pelas ATEs Operacionais, de títulos e valores mobiliários conversíveis em ações de qualquer tipo; | (ii) issuance, by the Operational ATEs, of securities convertible into shares of any kind; |
| (iii) a venda, transferência, locação, licenciamento, penhor, transmissão, hipoteca, garantia, criação ou assunção de qualquer Ônus ou outra forma de alienação de qualquer bem ou ativo (tangível ou intangível) de qualquer ATE Operacional ou de outra forma relacionado ou utilizado na operação do | (iii) selling, transferring, leasing, licensing, pledging, conveying, mortgaging, guaranteeing, creating or assuming any Lien on, or otherwise disposing of any of the property or assets (tangible or intangible) of any Operational ATE or otherwise relating to, or used in the operation of the Business, other than (x) any |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 457

| | |
|---|---|
| Negócio, salvo (x) quaisquer atos relacionados a ativos com valor inferior a R$1 milhão, individualmente, ou R$2 milhões, no total, e (y) a venda de equipamentos no curso normal dos negócios, em consonância com as práticas anteriores; | such actions relating to assets with a value less than R$1 million individually or R$2 million in the aggregate, and (y) the sale of equipment in the ordinary course of business consistent with past practice; |
| (iv) qualquer alteração em seus métodos de contabilidade financeira, exceto se obrigatório em virtude de uma alteração nos Princípios Contábeis Brasileiros (ou qualquer interpretação vinculante dos Princípios Contábeis Brasileiros) ou nas Leis aplicáveis; | (iv) making any change to its methods of financial accounting, except as required by a change in Brazilian GAAP (or any binding interpretation thereof) or in applicable Law; |
| (v) a declaração, realização ou pagamento de quaisquer dividendos ou distribuições (em dinheiro, títulos e valores mobiliários ou outros bens), exceto o pagamento de dividendos anteriormente anunciados mas que não tenham sido ainda pagos aos acionistas das ATEs Operacionais no valor de R$71,988 milhões, os quais, para evitar dúvidas, estarão sujeitos às disposições de ajuste do Preço de Compra da Cláusula 2.6; | (v) declaring, making or paying any dividends or distributions (whether in cash, securities or other property), except for the payment of the previously announced but unpaid dividends to the shareholders of the Operational ATEs in the amount of R$71.988 million, which, for the avoidance of doubt, will be subject to the purchase price adjustment provisions of Clause 2.6; |
| (vi) o resgate, amortização, recompra para sua manutenção em tesouraria, conversão, desdobramento ou grupamento de ações ou quotas de emissão das ATEs Operacionais; | (vi) redemption, repayment, repurchase to keep in treasury, conversion, split or reverse split of shares or quotas issued by the Operational ATEs; |
| (vii) a criação de partes beneficiárias das ATEs Operacionais; | (vii) creation of founder's shares in the Operational ATEs; |
| (viii) as operações de transformação, fusão, cisão ou incorporação (inclusive de ações ou quotas) envolvendo as ATEs Operacionais, bem como qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo as ATEs Operacionais ou seus respectivos ativos; | (viii) operations of transformation, merger, spin-off or incorporation (including of shares or quotas) involving the Operational ATEs, as well as any other form of corporate reorganization involving the Operational ATEs or their respective assets; |
| (ix) a participação pelas ATEs Operacionais em um grupo de sociedades; | (ix) participation by the Operational ATEs in a group of companies; |
| (x) a alteração, sob qualquer aspecto relevante, ou a rescisão ou devolução de qualquer Licença relevante de qualquer Autoridade Governamental; | (x) changing in any material respects or rescind or surrender any material Permit from any Governmental Authority; |
| (xi) a falha em empregar seus melhores esforços, | (xi) failing to use reasonable best efforts to maintain |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 453

| | |
|---|---|
| dentro da razoabilidade, para manter, em pleno vigor e efeito, suas apólices de seguro existentes; | in full force and effect its existing policies of insurance; |
| (xii) a falha em empregar seus melhores esforços, dentro da razoabilidade, para manter, em pleno vigor e efeito, os contratos de operação e manutenção das ATEs Operacionais com a Omega Brasil; | (xii) failing to use reasonable best efforts to maintain in full force and effect the Operational ATEs' operation and maintenance agreements with Omega Brasil; |
| (xiii) a realização ou autorização de qualquer dispêndio de capital ou compromisso de arrendamento com valor superior a R$2 milhões; | (xiii) making or authorizing any capital expenditure or lease commitment in excess of R$2 million; |
| (xiv) (1) a celebração de um Instrumento Contratual que constituiria um Contratos Relevante (se existisse na data deste Contrato), (2) a alteração, cessão, rescisão, transferência, licenciamento, cancelamento ou modificação de qualquer termo ou a renúncia de qualquer direito nos termos de qualquer Contratos Relevante; | (xiv) (1) entering into a contract that would be a Material Contract (if it existed as of the date of this Agreement), (2) amending, assigning, terminating, transferring, licensing, canceling or modifying any term of, or waiving any right under, any Material Contract; |
| (xv) (1) a antecipação do vencimento ou atraso na cobrança de notas promissórias ou recebíveis relacionados ao Negócio ou devidos para qualquer Vendedora ou suas Afiliadas, antes ou após sua respectiva data de vencimento normal ou as datas em que teriam sido cobrados no curso normal dos negócios, em consonância com as práticas anteriores, (2) a antecipação do vencimento ou atraso de pagamento de qualquer conta a pagar relacionada ao Negócio ou devida por qualquer Vendedora ou pelas suas Afiliadas antes de sua data de vencimento ou da data em que teria sido paga no curso normal dos negócios em consonância com as práticas passadas ou (3) uma modificação de suas políticas de gestão de caixa pertinentes ao Negócio em comparação com suas práticas e políticas anteriores; | (xv) (1) accelerate or delay collection of notes or accounts receivable relating to the Business or owed to any of the Sellers or their Affiliates in advance of or beyond their regular due dates or the dates when the same would have been collected in the ordinary course of business consistent with past practice, (2) accelerate or delay payment of any account payable relating to the Business or owed by any of the Sellers or their Affiliates in advance of its due date or the date such liability would have been paid in the ordinary course of business consistent with past practice or (3) vary its cash management policies as they relate to the Business as compared to historical practices and policies; |
| (xvi) acordo, compromisso, quitação ou concordância com uma transação em qualquer Processo, exceção feita às transações que (A) não envolvam um pagamento por uma ATE Operacional de danos monetários com valor superior a R$1 milhão, no total, e que não envolvam qualquer medida cominatória relevante ou outra medida de natureza não-financeira ou que poderiam impor restrições relevantes ao negócio ou operações da referida ATE Operacional ou (B) estabeleçam ou de | (xvi) settle, compromise, discharge or agree to settle any Action other than settlements that (A) do not involve the payment by an Operational ATE of monetary damages in excess of R$1 million in the aggregate and do not involve any material injunctive or other non-monetary relief or that would impose material restrictions on the business or operations of such Operational ATE or (B) provide for or otherwise result in a customary release of the Operational ATE from all claims and do not provide |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 459

| | |
|---|---|
| outra forma resultem em uma quitação usual da ATE Operacional quanto a todas as reivindicações e não importem qualquer admissão de violação às Leis pela ATE Operacional; | for any admission of violation of Law by the Operational ATE; |
| (xvii) uma alteração ou rescisão de qualquer opção relevante de natureza fiscal, uma alteração a qualquer declaração de imposto de renda ou outra declaração relevante de impostos, um acordoou compromisso relacionado a qualquer Passivo fiscal relevante, a concordância com uma prorrogação ou renúncia ao prazo prescricional relacionado à incidência ou determinação do valor relevante de tributos, a renúncia a qualquer direito de reivindicar uma restituição fiscal ou a qualquer modificação de seus métodos contábeis ou métodos informativos da receita ou deduções para as práticas ou políticas fiscais ou contábeis em comparação àqueles empregados na preparação de sua última declaração de impostos; | (xvii) change or rescind any material election relating to taxes, amend any income or other material tax return, settle or compromise any material tax Liability, agree to an extension or waiver of the statute of limitations with respect to the assessment or determination of a material amount of taxes, surrender any right to claim a tax refund or make any change to any of its methods of accounting or methods of reporting income or deductions for tax or accounting practice or policy from those employed in the preparation of its most recent tax return; |
| (xviii) a dissolução ou liquidação das ATEs Operacionais; | (xviii) dissolution or liquidation of the Operational ATEs; |
| (xix) a mudança na composição, operação e deveres dos órgãos administrativos das ATEs Operacionais; | (xix) change to the composition, operation and duties of the administration bodies of the Operational ATEs; |
| (xx) a instituição, alteração ou extinção de plano de bônus e/ou de opção de compra de ações para as ATEs Operacionais; | (xx) institution, alteration or extinguishment of a bonus and/or stock option plan within the Operational ATEs; |
| (xxi) a assunção, por uma ATE Operacional, de uma obrigação de qualquer natureza, com valor superior a R$1 milhão; | (xxi) assumption, by an Operational ATE, of an obligation of any nature, in an amount greater than R$1 million; |
| (xxii) a criação, incorrência, assunção ou outra forma de garantia ou assunção de obrigação pertinente a qualquer modalidade de Endividamento por uma ATE Operacional, com valor superior a R$1 milhão; | (xxii) create, incur, assume or otherwise guarantee or become obligated in respect of, any kind of Indebtedness by an Operational ATE, in an amount greater than R$1 million; |
| (xxiii) a concessão de quaisquer empréstimos, adiantamentos, garantias ou contribuições de capital ou investimentos para qualquer Pessoa; | (xxiii) making any loans, advances, guarantees or capital contributions to or investments in any Person; |
| (xxiv) a celebração ou renovação ou extensão de qualquer instrumento contratual de não- | (xxiv) enter into or renew or extend any non-compete, exclusivity, non-solicitation or similar |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 460

| | |
|---|---|
| concorrência, exclusividade, vedação ao aliciamento ou instrumento contratual similar, que limite ou de outra forma impeça a atuação ou concorrência em qualquer linha de negócios em qualquer área geográfica ou quaisquer de suas operações em qualquer área geográfica por qualquer ATE Operacional ou um de seus sucessores ou que poderia, após o Fechamento aplicável, limitar ou impedir a atuação ou concorrência em qualquer linha de negócios em qualquer área geográfica ou quaisquer de suas operações em qualquer área geográfica pelo Comprador ou por quaisquer de suas Afiliadas ou por quaisquer de seus sucessores; | contract that limits or otherwise restricts any Operational ATE or any successor thereto, or that could, after the applicable Closing, limit or restrict the Purchaser or any of its Affiliates or any successor thereto, from engaging or competing in any line of business in any geographic area, or in any of its operations in any geographic, area; |
| (xxv) qualquer ação ou omissão que resultaria, ou geraria expectativa razoável de resultar, (i) no descumprimento de qualquer condição à consumação das operações contempladas neste Contrato previstas no Capítulo III, (ii) na violação a qualquer declaração e garantia das Vendedoras previstas no Capítulo V, ou (iii) em prejuízo significativo à capacidade de qualquer Vendedora ou do Comprador de consumar as operações contempladas neste Contrato em conformidade com os termos do presente instrumento, ou em atraso significativo à referida consumação; ou | (xxv) take any actions or omit to take any actions that would or would be reasonably likely to (i) result in any of the conditions to the consummation of the transactions contemplated by this Agreement set forth in Chapter III not being satisfied, (ii) result in a breach of any of the representations and warranties of the Sellers set forth in Chapter V, or (iii) materially impair the ability of any of the Sellers or the Purchaser to consummate the transactions contemplated by this Agreement in accordance with the terms hereof or materially delay such consummation; or |
| (xxvi) a autorização ou compromisso ou concordância com qualquer ato proibido por esta Cláusula 7.2.2. | (xxvi) authorize, or commit or agree to do, anything prohibited by this Clause 7.2.2. |
| 7.3 Confidencialidade. Em razão do acesso que tiveram e terão às Informações Confidenciais da outra Parte e das Recuperandas, as Partes e a Interveniente-Anuente reciprocamente se comprometem: (i) exceto no âmbito dos atos processuais da Recuperação Judicial, a não divulgar, total ou parcialmente, o objeto e/ou o conteúdo deste Contrato a quaisquer terceiros, salvo aos seus respectivos acionistas, administradores, empregados, representantes ou consultores, controladas, controladoras de seus respectivos acionistas e, no caso do Comprador, às suas Afiliadas e aos seus respectivos investidores ou sócios, dos quais deverão demandar, sob sua responsabilidade, compromissos similares àqueles por eles assumidos no presente instrumento; (ii) a não permitir o acesso às | 7.3 Confidentiality. Due to the access they have had and shall have to the Confidential Information of the other Party and of the Companies under Reorganization, the Parties and the Intervening and Consenting Party reciprocally undertake to: (i) except within the Judicial Reorganization procedures, not disclose, in whole or in part, the object and/or the contents of this Agreement to any third parties other than their respective shareholders, administrators, employees, representatives or consultants, controlled companies, controlling companies of their respective shareholders and, in the case of the Purchaser, its Affiliates and its and their respective investors or limited partners, from which they shall demand, under their responsibility, commitments equal to those undertaken by them herein; (ii) not allow |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 461

| | |
|---|---|
| Informações Confidenciais das outras Partes por terceiros, salvo pelos seus administradores, empregados, representantes ou consultores, e, no caso do Comprador, suas Afiliadas e seus respectivos investidores ou sócios, e somente na extensão necessária para permitir a consecução do objeto do presente instrumento; (iii) a não usar qualquer Informação Confidencial, exceto para os fins previstos neste Contrato; e (iv) empregar o mesmo grau de zelo, mas, no mínimo, um grau de zelo razoável, para impedir a divulgação não autorizada das Informações Confidenciais da outra Parte, conforme empregado para a proteção de suas próprias Informações Confidenciais de natureza similar. | access to the Confidential Information of the other Parties to third parties other than their administrators, employees, representatives or consultants and, in the case of the Purchaser, its Affiliates and its and their respective investors or limited partners, and to these only to the extent necessary to allow the achievement of the subject matter hereof; (iii) not use any of the Confidential Information, except to the ends set forth in this Agreement; and (iv) use the same degree of care, but no less than a reasonable degree of care, to prevent the unauthorized disclosure of Confidential Information of the other Party as it uses to protect its own confidential information of a like nature. |
| 7.3.1 Os limites estabelecidos no presente instrumento à divulgação das Informações Confidenciais não serão aplicáveis se as referidas Informações Confidenciais (i) se tornarem de domínio público, salvo se em virtude de uma violação às obrigações de confidencialidade assumidas no presente instrumento ou (ii) forem do conhecimento da Parte que as receber, no momento de sua divulgação, não tendo sido obtidas, direta ou indiretamente, da Parte divulgadora ou de terceiros sujeitos a um dever de sigilo, ou (iii) sejam divulgadas em decorrência do cumprimento com uma obrigação legal e/ou com uma ordem judicial ou com uma ordem de um órgão ou agência governamental, observado que (a) a Parte recipiente das Informações Confidenciais deverá imediatamente enviar à Parte divulgadora uma notificação, por escrito, sobre a ordem ou obrigação que tiver recebido, comprometendo-se a aceitar os termos de uma possível proteção judicial que possa ser tempestivamente obtida pela Parte divulgadora, e (b) a divulgação esteja limitada ao mínimo necessário para o cumprimento da ordem ou obrigação. | 7.3.1 The limitations set forth herein to the disclosure of Confidential Information shall not apply when said Confidential Information (i) falls into the public domain, by means other than a violation of the confidentiality obligations undertaken herein or (ii) is known to the receiving Party at the time of the disclosure thereof, not having been obtained, whether directly or indirectly, from the supplying Party or from third parties subject to a duty of secrecy, or (iii) is disclosed as a result of compliance with a legal requirement and/or a court order or an order from a governmental body or agency, provided that (a) the receiving Party promptly sends to the supplying Party a written notice regarding the order or requirement received, undertaking to accept the terms of a possible judicial protection that may be timely obtained by the supplying Party, and (b) the disclosure is restricted to the minimum of information necessary to comply with the order or requirement. |
| 7.3.2 Não obstante o compromisso de confidencialidade previsto nesta Cláusula 7.3, as Informações Confidenciais poderão ser divulgadas a terceiros com o consentimento prévio e por escrito das Partes. | 7.3.2 Notwithstanding the confidentiality commitment set forth in this Clause 7.3, the Confidential Information may be disclosed to third parties with the prior written consent from the Parties. |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 462

| 7.4 Opção de Compra de Ações da Omega. | 7.4 Omega Call Option. |
|---|---|
| (i) A qualquer momento após 1º de janeiro de 2020 e antes da data correspondente a um ano após tal data (o "Período da Opção de Compra de Ações"), o Comprador terá o direito (mas não a obrigação) de exigir a venda pelas Vendedoras ou por suas Afiliadas para o Comprador ou para uma de suas Afiliadas (a "Opção de Compra de Ações da Omega") da totalidade das participações societárias detidas pelas Vendedoras e pelas suas Afiliadas na Omega Brasil (as "Participações da Omega"), que poderá ser exercida pelo Preço de Compra de R$1 (um real) (o "Preço da Opção de Compra"). Se o Comprador resolver exercer a Opção de Compra de Ações da Omega, o Comprador deverá enviar uma notificação escrita de sua decisão para as Vendedoras (a "Notificação de Opção de Compra"). Após a data de entrega da Notificação de Opção de Compra para as Vendedoras (a "Data da Opção de Compra"), o Comprador e as Vendedoras deverão negociar, em boa-fé, e celebrar um contrato para a compra e venda das Participações da Omega (a "Operação da Omega"), o qual deverá incluir os termos usuais para uma operação dessa natureza. As Partes deverão usar seus melhores esforços, dentro da razoabilidade, para que o fechamento da Operação da Omega ocorra no prazo de cinco Dias Úteis contados da conclusão das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda pertinente à Operação da Omega. | (i) At any time following January 1, 2020 and prior to the date that is one year following such date (the "Call Option Period"), the Purchaser shall have the right (but not the obligation) to require the Sellers or their Affiliates to sell to the Purchaser or an Affiliate thereof (the "Omega Call Option") all of the Sellers' and their Affiliates' equity interests in Omega Brasil (the "Omega Interests"), exercisable for the purchase price of R$1 (one real) (the "Call Price"). In the event the Purchaser elects to exercise the Omega Call Option, the Purchaser shall deliver written notice of such election to the Sellers (the "Call Notice"). Following the date of delivery to the Sellers of the Call Notice (the "Call Date"), the Purchaser and the Sellers shall negotiate in good faith and enter into an agreement with respect to the purchase and sale of the Omega Interests (the "Omega Transaction"), which shall include customary terms for a transaction of this type. The Parties shall use their reasonable best efforts to close the Omega Transaction within five Business Days of the completion of the conditions precedent set forth in the purchase and sale agreement with respect to the Omega Transaction. |
| (ii) A Opção de Compra de Ações da Omega somente poderá ser exercida pelo Comprador antes do Período da Opção de Compra de Ações se a situação financeira e operações da Omega Brasil forem significativamente impactadas, com um impacto adverso efetivo sobre os contratos O&M mencionados na cláusula 3.3(vi), em decorrência direta da deterioração dos acionistas Controladores diretos ou indiretos da Omega Brasil (um "Evento de Antecipação"). Se ocorrer um Evento de Antecipação, o Comprador poderá exercer a Opção de Compra de Ações por meio do envio de uma Notificação de Opção de Compra para as Vendedoras ou para suas Afiliadas, observado que as Vendedoras ou suas Afiliadas terão o direito de, em | (ii) The Omega Call Option may be exercised by Purchaser prior to the Call Option Period solely in the event that Omega Brasil's financial situation and operations are materially impacted, with an effective adverse impact on the O&M agreements mentioned in section 3.3(vi), as a direct result of the deterioration of Omega Brasil's direct or indirect Controlling shareholders (an "Acceleration Event"). Upon the occurrence of an Acceleration Event, Purchaser may exercise the Call Option by delivering the Call Notice to Sellers or their Affiliates, provided that Sellers or their Affiliates shall be granted the right to, in good faith, dispute the occurrence of such Acceleration Event within 30 (thirty) days as from receipt of the Call Notice, in case Sellers should |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 463

| | |
|---|---|
| boa-fé, questionar a ocorrência desse Evento de Antecipação no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Notificação de Opção de Compra, caso as Vendedoras razoavelmente entendam que não ocorreu um Evento de Antecipação. | reasonably understand that an Acceleration Event has not taken place. |
| (iii) Até (a) se uma Notificação de Opção de Compra tiver sido envida pelo Comprador antes da data de término do Período da Opção de Compra de Ações, a data de fechamento da Operação da Omega ou a data na qual as Partes tenham mutuamente acordado, por escrito, com o encerramento das negociações sobre a Operação da Omega, o que ocorrer primeiro, ou (b) se uma Notificação de Opção de Compra não tiver sido enviada pelo Comprador antes da data de término do Período da Opção de Compra de Ações, a data de término do Período da Opção de Compra de Ações, as Vendedoras (A) deverão imediatamente informar o Comprador se as Vendedoras tiverem conhecimento de qualquer fato ou circunstância que possa, segundo expectativa razoável, prejudicar significativamente as Participações da Omega (inclusive um Evento de Antecipação) e (B) não poderão (x) assumir qualquer Ônus sobre as Participações da Omega, ou vender ou transferir quaisquer Participações da Omega, ou (y) praticar qualquer ato que possa prejudicar significativamente as Participações da Omega. | (iii) Until, (a) if a Call Notice has been delivered by the Purchaser prior to the date of expiration of the Call Option Period, then the earlier of the date of closing of the Omega Transaction and the date on which the Parties mutually agree in writing to cease negotiations regarding the Omega Transaction, or (b) if a Call Notice has not been delivered by the Purchaser prior to the date of expiration of the Call Option Period, then the date of expiration of the Call Option Period, the Sellers shall (A) promptly inform the Purchaser if the Sellers become aware of any facts or circumstances that could reasonably be expected to materially impair the Omega Interests (including an Acceleration Event) and (B) not (x) assume any Lien on, sell or transfer any of the Omega Interests or (y) take any action that could materially impair the Omega Interests. |
| 7.5 Operações com Partes Relacionadas. As Partes concordam que as ATEs Operacionais deverão pagar as contas em aberto com partes relacionadas especificamente indicadas no Anexo 7.5 em conformidade com o cronograma de pagamentos nele contemplado. A partir da Data de Fechamento Inicial, o Comprador deverá exercer seus direitos de voto e instruir os diretores e conselheiros por ele nomeados para fazer com que as referidas ATEs Operacionais cumpram esse cronograma de pagamentos. Adicionalmente, o Comprador deverá envidar seus esforços comercialmente razoáveis para, se aplicável e se exigido nos termos dos respectivos documentos societários das referidas ATEs Operacionais, obter os consentimentos apropriados dos demais acionistas (e/ou das pessoas por eles designadas na administração) das referidas ATEs Operacionais para as mesmas finalidades. O | 7.5 Related-Party Transactions. The Parties agree that the Operational ATEs shall pay the related-party payables specifically set forth under Exhibit 7.5 according to the timetable contemplated therein. As from the Initial Closing Date, Purchaser shall exercise its voting rights, and instruct the officers and directors appointed by it, to cause such Operational ATEs to abide by such payment schedule. In addition to the foregoing, Purchaser shall use commercially reasonable efforts to, if applicable and required under the relevant governance documents of such Operational ATEs, seek the appropriate consents from the other shareholders (and/or from their management designees) of such Operational ATEs for the same purposes. Purchaser shall, in good faith, consider the feasibility of anticipating the payment of the aforementioned related-party payables to its creditors. On the other hand, Sellers shall use |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 464

| | |
|---|---|
| Comprador deverá considerar, em boa-fé, a viabilidade de antecipação do pagamento das contas a pagar com partes relacionadas acima mencionadas a seus respectivos credores. Por outro lado, as Vendedoras deverão envidar seus esforços comercialmente razoáveis para obter o consentimento dos demais acionistas da Construtora Integração Ltda. e da Manaus Construtora Ltda. com relação ao cronograma de pagamentos previsto no Anexo 7.5, sem, contudo, garantir de qualquer forma esse consentimento ou assumir qualquer responsabilidade nesse sentido. | commercially reasonable efforts to secure the consent of the other shareholders of Construtora Integração Ltda. and Manaus Construtora Ltda. to the payment schedule set forth under Exhibit 7.5 but in no way guarantee such consent or assume any liability with respect thereto. |
| 7.6 Contratos O&M. Após o Fechamento Inicial, o Comprador concorda em manter, no mínimo, cada um dos contratos O&M referidos na Cláusula 3.3 (vi) entre a Omega Brasil e a Manaus Transmissora e a Norte Brasil em pleno vigor e efeito, em conformidade com os termos e condições neles estabelecidos, pelo prazo de 3 anos ali previsto, sujeito ao disposto na Cláusula 7.4. | 7.6 O&M Agreements. After the Initial Closing, Purchaser agrees to maintain at least each of the O&M agreements referenced in Section 3.3(vi) between Omega Brasil and each of Manaus Transmissora and Norte Brasil in full force and effect in accordance with the terms and conditions thereof for the 3-year period set out therein, subject to the provisions of Section 7.4. |
| **CAPÍTULO VIII – Indenização** | **CHAPTER VIII - Indemnification** |
| 8.1 Sobrevivência das Declarações e Garantias. (i) As Declarações Fundamentais da Vendedora subsistirão ao Fechamento Inicial pelo prazo de 6 (seis) anos contados do Fechamento Inicial; (ii) as demais declarações e garantias das Vendedoras e do Comprador contidas neste Contrato ou em quaisquer certificados entregues de acordo com este Contrato subsistirão ao Fechamento Inicial pelo prazo de 2 (dois) anos contados do Fechamento Inicial; observado, no entanto, que as declarações e garantias previstas na Cláusula 5.11 (*Tributos*) subsistirão pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do decurso do prazo prescricional aplicável; e observado, ainda, que qualquer reclamação feita em conformidade com a Cláusula 8.5 pela parte que estiver pleiteando uma indenização dentro dos prazos estabelecidos nesta Cláusula 8.1 subsistirá até que essa reclamação tenha sido definitivamente resolvida. | 8.1 Survival of Representations and Warranties. (i) The Seller Fundamental Representations shall survive the Initial Closing for a period of six (6) years following the Initial Closing; (ii) the other representations and warranties of the Sellers and the Purchaser contained in this Agreement or in any certificates delivered pursuant to this Agreement shall survive the Initial Closing for a period of two (2) years after the Initial Closing; provided, however, that the representations and warranties set forth in Clause 5.11 (*Taxes*) shall survive for thirty (30) days after lapse of the applicable statute of limitations period; provided, however, that any claim made in accordance with Clause 8.5 by the party seeking to be indemnified within the time periods set forth in this Clause 8.1 shall survive until such claim is finally resolved. |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 465

| | |
|---|---|
| 8.2 Indenização pelas Vendedoras.<br><br>(i) A partir do Fechamento Inicial e em diante, o Comprador e suas Afiliadas (incluindo as ATEs Operacionais) e os respectivos diretores, conselheiros, empregados e representantes do Comprador e de suas Afiliadas (cada, uma "Parte Indenizada do Comprador") deverão ser isoladamente ou solidariamente indenizados e mantidos indenes pelas Vendedoras de, e contra, todas as Perdas (ressalvado que, no caso de uma Perda efetivamente sofrida ou incorrida por uma ATE Operacional que não seja uma subsidiária integral das Vendedoras, as Partes Indenizadas do Comprador serão solidariamente indenizadas e eximidas pelas Vendedoras de, e contra, um percentual dessa Perda equivalente à soma dos percentuais de participação das Vendedoras na referida ATE Operacional, conforme previsto na coluna "Percentual de Ações detidas pelas Vendedoras no Capital Total" no Considerando I do presente instrumento), desde que decorrentes ou resultantes (a) da violação a qualquer declaração ou garantia prestada pelas Vendedoras ou pela Sociedade neste Contrato ou no certificado entregue de acordo com a Cláusula 4.1(i) (determinada, em qualquer caso, exceto com relação à declaração e garantia contida na Cláusula 5.10(ii) (*Ausência de Determinadas Alterações ou Eventos*), independentemente de qualquer ressalva ou exceção ali contida sobre materialidade, Mudança Adversa Relevante, ou qualquer ressalva ou critério similar) ou (b) da violação a qualquer obrigação ou acordo por parte das Vendedoras contido neste Contrato. | 8.2 Indemnification by Sellers.<br><br>(i) From and after the Initial Closing, the Purchaser and its Affiliates (including the Operational ATEs) and the Purchaser's and its Affiliates' respective officers, directors, employees and agents (each a "Purchaser Indemnified Party") shall be jointly and severally indemnified and held harmless by the Sellers for and against all Losses (provided, that in the case of a Loss actually suffered or incurred by an Operational ATE that is not wholly-owned by the Sellers, the Purchaser Indemnified Parties shall be jointly and severally indemnified and held harmless by the Sellers for and against a percentage of such Loss equal to the sum of the ownership percentages of the Sellers in such Operational ATE, as set forth under the column "Percentage of Shares held by Sellers in the Total Capital" in Recital I hereof), to the extent arising out of, or resulting from, (a) the breach of any representation or warranty made by the Sellers or the Company contained in this Agreement or in the certificate delivered pursuant to Clause 4.1(i) (determined, in each case, other than in respect of the representation and warranty contained in Clause 5.10(ii) (*Absence of Certain Changes or Events*), without regard to any qualification or exception contained therein relating to materiality, Material Adverse Change or any similar qualification or standard) or (b) the breach of any covenant or agreement by the Sellers contained in this Agreement. |
| (ii) O direito a uma indenização, reembolso ou outra medida baseada nas declarações, garantias, obrigações e acordos não será afetado por qualquer investigação conduzida, ou qualquer conhecimento efetivamente adquirido a qualquer tempo, antes ou após a celebração e formalização deste Contrato ou qualquer Data de Fechamento, com relação à exatidão ou inexatidão ou cumprimento de qualquer declaração, garantia, compromisso ou acordo. | (ii) The right to indemnification, reimbursement or other remedy based upon representations, warranties, covenants and agreements shall not be affected by any investigation conducted with respect to, or any knowledge actually acquired at any time, whether before or after the execution and delivery of this Agreement or any Closing Date, with respect to the accuracy or inaccuracy of or compliance with any such representation, warranty, covenant or agreement. |
| 8.3 Indenização pelo Comprador. A partir do | 8.3 Indemnification by the Purchaser. From and after |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 466

| | |
|---|---|
| Fechamento Inicial e em diante, as Vendedoras e suas Afiliadas, e os respectivos diretores, conselheiros, empregados e representantes das Vendedoras e de suas Afiliadas (cada, uma "Parte Indenizada da Vendedora") serão indenizados e mantidos indenes pelo Comprador de, e contra, todas e quaisquer Perdas, desde que decorrentes ou resultantes (i) da violação a qualquer declaração ou garantia prestada pelo Comprador contida neste Contrato ou no certificado entregue de acordo com a Cláusula 4.1(ii) (determinado, em qualquer caso, independentemente de qualquer ressalva ou exceção ali contida sobre materialidade, ou ressalva ou critério similar) ou (ii) da violação a qualquer obrigação ou acordo por parte do Comprador contido neste Contrato. | the Initial Closing, the Sellers and their Affiliates and the Sellers' and their Affiliates' respective officers, directors, employees and agents (each a "Seller Indemnified Party") shall be indemnified and held harmless by the Purchaser for and against any and all Losses, to the extent arising out of, or resulting from, (i) the breach of any representation or warranty made by the Purchaser contained in this Agreement or in the certificate delivered pursuant to Clause 4.1(ii) (determined, in each case, without regard to any qualification or exception contained therein relating to materiality or any similar qualification or standard) or (ii) the breach of any covenant or agreement by the Purchaser contained in this Agreement. |
| 8.4 Limites Indenizatórios. | 8.4 Limitations on Indemnification. |
| (i) Nenhuma reclamação poderá ser apresentada, e nenhum Processo poderá ser ajuizado contra uma Parte pela violação a qualquer declaração, garantia, obrigação ou acordo contido neste instrumento, após a data na qual a declaração, garantia, obrigação ou acordo no qual essa reclamação ou Processo estiver fundamentado não estiver mais em vigor, conforme previsto na Cláusula 8.1. | (i) No claim may be asserted nor may any Action be commenced against a Party for breach of any representation, warranty, covenant or agreement contained herein, after the date on which the representation, warranty, covenant or agreement on which such claim or Action is based ceases to survive as set forth in Clause 8.1. |
| (ii) Não obstante qualquer disposição em contrário contida neste Contrato, (a) as Vendedoras não serão responsáveis por quaisquer Perdas de acordo com a Cláusula 8.2(i) (salvo com relação a uma Declaração Fundamental do Comprador, ou no caso de uma violação relevante e intencional, ou fraude, pelas Vendedoras ou por suas Afiliadas), exceto a partir do momento em que o valor total das Perdas indenizáveis que possam ser ressarcidas pelas Vendedoras exceder R$10 milhões, caso em que o Comprador terá direito a indenização por todas essas Perdas; (b) nenhuma Perda poderá ser reivindicada nos termos da Cláusula 8.2(i) (salvo com relação a uma Declaração Fundamental do Comprador, ou no caso de uma violação relevante e intencional, ou fraude, pelas Vendedoras ou por suas Afiliadas), nem será reembolsável, tampouco será incluída no cálculo do valor total das Perdas previsto no item (a) acima, salvo no caso de Perdas com valor superior a | (ii) Notwithstanding anything to the contrary contained in this Agreement, (a) the Sellers shall not be liable for any Losses pursuant to Clause 8.2(i) (other than with respect to a Seller Fundamental Representation or in the case of a material and intentional breach or fraud by the Sellers or their Affiliates), unless and until the aggregate amount of indemnifiable Losses which may be recovered from the Sellers exceeds R$10 million, whereupon the Purchaser shall be entitled to indemnification for all such Losses; (b) no Losses may be claimed under Clause 8.2(i) (other than with respect to a Seller Fundamental Representation or in the case of a material and intentional breach or fraud by the Sellers or their Affiliates) or shall be reimbursable by or shall be included in calculating the aggregate Losses set forth in clause (a) above other than Losses in excess of R$50 thousand resulting from any single claim or series of related claims arising out of |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 467

| | |
|---|---|
| R$50 mil, resultantes de uma reivindicação individual, ou de diversas reivindicações que sejam relacionadas decorrentes de fatos, eventos ou circunstâncias substancialmente similares; e (c) o valor máximo das Perdas indenizáveis que poderão ser ressarcidas pelas Vendedoras em decorrência, ou resultantes das causas estabelecidas na Cláusula 8.2(i) (salvo com relação a uma Declaração Fundamental do Comprador, ou no caso de uma violação relevante e intencional, ou fraude, pelas Vendedoras ou por suas Afiliadas) corresponderá ao valor equivalente à soma de todos os Preços de Compra das ATEs. | substantially similar facts, events or circumstances; and (c) the maximum amount of indemnifiable Losses which may be recovered from the Sellers arising out of, or resulting from, the causes set forth in Clause 8.2(i) (other than with respect to a Seller Fundamental Representation or in the case of a material and intentional breach or fraud by the Sellers or their Affiliates) shall be an amount equal to the sum of all ATE Purchase Prices. |
| (iii) Não obstante qualquer disposição em contrário contida neste Contrato, (a) o Comprador não será responsável por nenhuma Perda de acordo com a Cláusula 8.3(i) (salvo no caso de uma violação relevante e intencional, ou fraude, pelo Comprador ou por suas Afiliadas), exceto a partir do momento em que o valor total das Perdas indenizáveis que possam ser ressarcidas pelo Comprador exceder R$10 milhões, caso em que as Vendedoras terão direito à indenização por todas essas Perdas; (b) nenhuma Perda poderá ser reclamada nos termos da Cláusula 8.3(i) (salvo no caso de uma violação relevante e intencional, ou fraude, pelo Comprador ou por suas Afiliadas), nem será reembolsável, e tampouco será incluída no cálculo do valor total das Perdas previsto no item (a) acima, salvo no caso de Perdas com valor superior a R$50 mil resultantes de uma reclamação individual, ou de diversas reclamações que sejam relacionadas decorrentes de fatos, eventos ou circunstâncias substancialmente similares; e (c) o valor máximo das Perdas indenizáveis que poderá ser ressarcido pelo Comprador em decorrência, ou resultantes das causas estabelecidas na Cláusula 8.3(i) (salvo no caso de uma violação relevante e intencional, ou fraude, pelo Comprador ou por suas Afiliadas) corresponderá ao valor equivalente a 25% da soma de todos os Preços de Compra das ATEs. | (iii) Notwithstanding anything to the contrary contained in this Agreement, (a) the Purchaser shall not be liable for any Losses pursuant to Clause 8.3(i) (other than with respect to a material and intentional breach or fraud by the Purchaser or its Affiliates), unless and until the aggregate amount of indemnifiable Losses which may be recovered from the Purchaser exceeds R$10 million, whereupon the Sellers shall be entitled to indemnification for all such Losses; (b) no Losses may be claimed under Clause 8.3(i) (other than with respect to a material and intentional breach or fraud by the Purchaser or its Affiliates) or shall be reimbursable by or shall be included in calculating the aggregate Losses set forth in clause (a) above other than Losses in excess of R$50 thousand resulting from any single claim or series of related claims arising out of substantially similar facts, events or circumstances; and (c) the maximum amount of indemnifiable Losses which may be recovered from the Purchaser arising out of, or resulting from, the causes set forth in Clause 8.3(i) (other than with respect to a material and intentional breach or fraud by the Purchaser or its Affiliates) shall be an amount equal to 25% of the sum of all ATE Purchase Prices. |
| (iv) Não obstante qualquer disposição em contrário contida neste Contrato, (a) após o Fechamento Inicial, nenhuma das Partes e nenhuma de suas respectivas Afiliadas terá qualquer | (iv) Notwithstanding anything to the contrary contained in this Agreement, (a) after the Initial Closing, none of the Parties and none of their respective Affiliates shall have any Liability under |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 463

| | |
|---|---|
| Responsabilidade, sob qualquer disposição deste Contrato, por quaisquer danos punitivos e (b) o termo "Perda" não incluirá danos incidentais, emergentes, especiais ou indiretos (exceto pelos danos que surgirem relacionados a uma Reclamação de Terceiro); ressalvado, no entanto, que uma Parte Indenizada poderá apresentar uma reclamação de indenização nos termos da Cláusula 8.2 ou da 8.3 (conforme aplicável) por quaisquer Perdas decorrentes de danos dessa natureza pagos a um terceiro com relação a uma Reclamação de Terceiro nos termos de acordo de transação que tenha sido celebrado, ou Ordem Governamental que tenha sido proferida, para dirimir tal Reclamação de Terceiro, em conformidade com os termos deste Capítulo VIII. | any provision of this Agreement for any punitive damages and (b) the term "Loss" shall not include incidental, consequential, special or indirect damages (other than those damages arising in connection with a Third Party Claim); provided, however, that an Indemnified Party may assert a claim for indemnification under Clause 8.2 or 8.3 (as applicable) for any Losses in respect of such damages paid to a third party in respect of a Third Party Claim pursuant to a settlement agreement entered into, or a Governmental Order entered, in each case resolving such Third Party Claim in accordance with the terms of this Chapter VIII. |
| (v) Para todos os fins deste Capítulo VIII, "Perdas" deverão ser líquidas de (a) qualquer ressarcimento ou benefício (incluindo seguro e indenização) efetivamente recebido pela Parte Indenizada ou por quaisquer de suas Afiliadas em relação aos fatos que tenham acarretado o direito à indenização e, se a Parte Indenizada ou quaisquer de suas Afiliadas receberem tal ressarcimento ou benefício após o recebimento de um pagamento pela Parte Indenizadora, então o valor desse ressarcimento ou benefício, deduzidas as despesas razoáveis incorridas para a obtenção do referido ressarcimento ou benefício, deverá ser pago à Parte Indenizadora; (b) qualquer benefício fiscal efetivamente percebido pela Parte Indenizada ou por quaisquer de suas Afiliadas (incluindo, no caso do Comprador, pelas ATEs Operacionais) relacionado à incidência, incorrência ou pagamento de quaisquer Perdas; e (c) qualquer valor provisionado nas Demonstrações Financeiras Auditadas com relação à referida Perda. | (v) For all purposes of this Chapter VIII, "Losses" shall be net of (a) any recovery or benefit (including insurance and indemnification) actually received by the Indemnified Party or any of its Affiliates in connection with the facts giving rise to the right of indemnification and, if the Indemnified Party or any of its Affiliates receives such recovery or benefit after receipt of payment from the Indemnifying Party, then the amount of such recovery or benefit, net of reasonable expenses incurred in obtaining such recovery or benefit, shall be paid to the Indemnifying Party; (b) any tax benefit actually realized by the Indemnified Party or any of its Affiliates (including, in the case of the Purchaser, the Operational ATEs) arising in connection with the accrual, incurrence or payment of any such Losses; and (c) any amount reserved on the Audited Financial Statements with respect to such Loss. |
| (vi) Cada Parte deverá adotar, e fará com que suas respectivas Afiliadas adotem, todas as medidas razoáveis para mitigar suas Perdas, a partir do momento em que tomar conhecimento de qualquer evento que possa ser razoavelmente esperado que acarrete quaisquer Perdas, sendo certo que não será disponibilizada indenização com relação a qualquer Perda que seja atribuível a uma falha por uma Parte em adotar (ou em obrigar seus Representantes a adotarem) as medidas razoáveis para minimizar a | (vi) Each Party shall, and shall cause its respective Affiliates to, take all reasonable steps to mitigate its Losses upon and after becoming aware of any event that could reasonably be expected to give rise to any Losses and indemnification shall not be available with respect to any Loss to the extent such Loss is attributable to a failure by a Party to take (or cause its Representatives to take) reasonable steps to mitigate such Loss; provided, that this Clause 8.4(vii) shall not require Purchaser to commence any Action to |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 469

| | |
|---|---|
| referida Perda; ressalvado que esta Cláusula 8.4(vii) não obrigará o Comprador a ajuizar qualquer Processo pleiteando quaisquer medidas ou a execução de quaisquer direitos nos termos das apólices de seguro mantidas pelo Comprador ou por uma de suas Afiliadas ou outros direitos indenizatórios a que o Comprador ou suas Afiliadas façam jus. Nenhuma Parte terá direito a qualquer pagamento, ajuste ou indenização mais do que uma vez com relação à mesma matéria. Não obstante qualquer disposição em contrário contida neste Contrato, caso qualquer matéria seja levada em conta na determinação do Preço de Compra de acordo com o Capítulo II, nenhuma Parte Indenizada do Comprador terá direito a qualquer indenização ou a qualquer outro pagamento relacionado a tal matéria, e tal matéria não constituirá uma violação a qualquer declaração, garantia, obrigação ou acordo contidos neste Contrato. | seek any remedies or enforce any rights in respect of insurance policies held by Purchaser or any of its Affiliates or other rights of indemnification to which the Purchaser or its Affiliates may be entitled. No Party shall be entitled to any payment, adjustment or indemnification more than once with respect to the same matter. Notwithstanding anything to the contrary contained in this Agreement, to the extent that any matter is taken into account in determining the Purchase Price pursuant to Chapter II, no Purchaser Indemnified Party shall be entitled to any indemnification or any other payment with respect to such matter and such matter will not constitute a breach of any representation, warranty, covenant or agreement contained herein. |
| 8.5 Notificação de Perda; Reclamações de Terceiro.<br><br>(i) Uma Parte Indenizada deverá imediatamente enviar à Parte Indenizadora uma notificação escrita, com detalhes razoáveis, de qualquer matéria que a Parte Indenizada entenda que tenha resultado ou possa resultar em direito de indenização nos termos deste Contrato, incluindo todos os fatos relacionados, o valor da Perda, se conhecido, e o método para o seu cálculo, bem como deverá conter uma referência às disposições deste Contrato sob as quais tal direito de indenização esteja sendo reivindicado ou das quais decorra; ressalvado que a falha em enviar tal notificação à Parte Indenizadora exonerará a Parte Indenizadora de suas obrigações previstas neste Contrato, exceto caso tal falha tenha prejudicado a Parte Indenizadora de forma significativa e adversa. | 8.5 Notice of Loss; Third Party Claims.<br><br>(i) An Indemnified Party shall promptly give the Indemnifying Party written notice in reasonable detail of any matter which an Indemnified Party has determined has given, or could give, rise to a right of indemnification under this Agreement, including all facts relating thereto, the amount of the Loss, if known, and method of computation thereof, and containing a reference to the provisions of this Agreement in respect of which such right of indemnification is claimed or arises; provided that the failure to so notify the Indemnifying Party shall not relieve the Indemnifying Party of its obligations hereunder, except to the extent such failure shall have materially and adversely prejudiced the Indemnifying Party. |
| (ii) Caso uma Parte Indenizada receba uma notificação de qualquer Processo, demanda ou tributação contra si (cada, uma "Reclamação de Terceiro"), que possa dar origem a uma reclamação de Perda nos termos deste Contrato, a Parte Indenizada deverá imediatamente enviar à Parte Indenizadora uma notificação por escrito e razoavelmente detalhada sobre a referida | (ii) If an Indemnified Party shall receive notice of any Action, demand or assessment against it (each, a "Third Party Claim"), which could give rise to a claim for Loss under this Agreement, the Indemnified Party shall promptly give the Indemnifying Party written notice in reasonable detail of such Third Party Claim, including all facts relating thereto, the amount of the Loss, if known, and method of computation |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 470

| | |
|---|---|
| Reclamação de Terceiro, incluindo todos os fatos pertinentes, o valor da Perda, se conhecido, e o método para o seu cálculo, bem como deverá conter uma referência às disposições deste Contrato sob as quais esse direito de indenização esteja fundamentado ou das quais decorra, em conjunto com cópias de todas as notificações e documentos entregues na citação para a Parte Indenizada e seus Representantes ou por eles recebidos acerca da Reclamação de Terceiro; ressalvado que a falha em enviar tal notificação à Parte Indenizadora não exonerará a Parte Indenizadora de suas obrigações previstas neste Contrato, exceto caso tal falha tenha prejudicado a Parte Indenizadora de forma significativa e adversa. A Parte Indenizadora terá o direito de assumir e comandar a defesa dessa Reclamação de Terceiro às suas expensas e por meio do advogado de sua escolha, caso notifique tal intenção à Parte Indenizada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da referida notificação enviada pela Parte Indenizada. Se a Parte Indenizadora resolver assumir qualquer defesa de uma Reclamação de Terceiro, a Parte Indenizada poderá participar dessa defesa, às suas próprias expensas; sendo certo que a Parte Indenizadora deverá pagar os honorários e despesas razoáveis dos advogados contratados pela Parte Indenizada (os quais serão razoavelmente satisfatórios à Parte Indenizadora) se (a) a Parte Indenizada tiver sido advertida, por escrito, por advogado externo sobre a existência de risco razoável da existência de um conflito de interesses entre a Parte Indenizadora e a Parte Indenizada, (b) a Reclamação de Terceiro estiver relacionada a ou for decorrente de um processo, ação, denúncia ou investigação criminal, (c) a Reclamação de Terceiro pleitear uma liminar ou medida equitativa contra a Parte Indenizada ou a uma de suas Afiliadas ou (d) a Parte Indenizadora houver falhado ou esteja falhando em processar ou na defesa vigorosa na Reclamação de Terceiro. A Parte Indenizada deverá cooperar com a Parte Indenizadora na defesa e deverá disponibilizar à Parte Indenizadora todas as testemunhas, arquivos pertinentes, materiais e informações sob a posse da Parte Indenizada ou sob o seu controle relacionados à Reclamação de Terceiros (ou sob a posse ou controle de quaisquer de seus Representantes) que sejam razoavelmente solicitados pela Parte | thereof, and containing a reference to the provisions of this Agreement in respect of which such right of indemnification is claimed or arises, together with copies of all notices and documents served on or received by the Indemnified Party and its Representatives in respect thereof; provided that the failure to so notify the Indemnifying Party shall not relieve the Indemnifying Party of its obligations hereunder, except to the extent such failure shall have materially and adversely prejudiced the Indemnifying Party. The Indemnifying Party shall be entitled to assume and control the defense of such Third Party Claim at its expense and through counsel of its choice, if it gives notice of its intention to do so to the Indemnified Party within thirty (30) days of the receipt of such notice from the Indemnified Party. If the Indemnifying Party elects to undertake any such defense against a Third Party Claim, the Indemnified Party may participate in such defense at its own expense; provided that the Indemnifying Party shall pay the reasonable fees and expenses of counsel retained by the Indemnified Party (which shall be reasonably satisfactory to the Indemnifying Party) if (a) the Indemnified Party has been advised in writing by outside counsel that a reasonable likelihood exists of a conflict of interest between the Indemnifying Party and the Indemnified Party, (b) the Third Party Claim relates to or arises in connection with a criminal proceeding, action, indictment or investigation, (c) the Third Party Claim seeks an injunction or equitable relief against the Indemnified Party or any of its Affiliates or (d) the Indemnifying Party has failed or is failing to prosecute or defend vigorously the Third Party Claim. The Indemnified Party shall cooperate with the Indemnifying Party in such defense and make available to the Indemnifying Party all witnesses, pertinent records, materials and information in the Indemnified Party's possession or under the Indemnified Party's control relating thereto (or in the possession or control of any of its Representatives) as is reasonably requested by the Indemnifying Party or its counsel; provided that nothing herein shall require the Indemnifying Party or the Indemnified Party to waive attorney client privilege or attorney's duty of confidentiality or confidential treatment. If the Indemnifying Party elects to direct the defense of any such Third Party Claim, the Indemnified Party shall not pay, or permit |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 471

| | |
|---|---|
| Indenizadora ou pelo seu advogado; ressalvado que nenhuma disposição no presente instrumento obrigará a Parte Indenizadora ou a Parte Indenizada a renunciar ao privilégio advogado-cliente ou ao dever de sigilo ou tratamento confidencial de advogados. Se a Parte Indenizadora resolver orientar a defesa de qualquer Reclamação de Terceiro, a Parte Indenizada não poderá pagar nem permitir o pagamento da referida Reclamação de Terceiro, salvo se (x) a Parte Indenizadora consentir, por escrito, com o referido pagamento; (y) a Parte Indenizadora se retirar da defesa da referida Reclamação de Terceiro; ou (z) uma sentença definitiva transitada em julgado seja proferida contra a Parte Indenizada acerca da referida Reclamação de Terceiro. Se a Parte Indenizadora resolver não assumir a defesa da referida Reclamação de Terceiro de acordo com esta Cláusula 8.5 e a Parte Indenizada propor dirimir tal Reclamação de Terceiro antes de haver uma sentença definitiva, ou renunciar a qualquer recurso, então a Parte Indenizada deverá enviar à Parte Indenizadora uma notificação prévia e por escrito nesse sentido e a Parte Indenizadora terá o direito de participar da transação ou de assumir ou reassumir a defesa dessa Reclamação de Terceiro. A Parte Indenizada não poderá assumir nenhum Passivo nem transigir, se comprometer ou dar quitação com relação a qualquer Reclamação de Terceiro sem o consentimento prévio e por escrito da Parte Indenizadora. A Parte Indenizadora terá o direito de dirimir qualquer Reclamação de Terceiro caso obtenha uma quitação integral da Parte Indenizada com relação à referida Reclamação de Terceiro ou o consentimento por escrito da Parte Indenizada (o qual não poderá ser injustificadamente negado, condicionado ou postergado). Não obstante qualquer disposição em contrário nesta Cláusula 8.5, a Parte Indenizadora não terá o direito de assumir a defesa de uma Reclamação de Terceiro se a referida Reclamação de Terceiro estiver relacionada ou for decorrente de (x) qualquer Processo criminal ou qualquer Processo que pleiteie uma liminar ou medida equitativa, ou (y) qualquer Processo que seja ajuizado diretamente por, ou em nome de, Pessoa que seja fornecedor ou cliente de uma das ATEs Operacionais (ressalvado que a Parte Indenizadora terá o direito de contratar, às suas próprias custas, um advogado separado e de participar, mas não de | to be paid, any part of such Third Party Claim unless (x) the Indemnifying Party consents in writing to such payment; (y) the Indemnifying Party withdraws from the defense of such Third Party Claim; or (z) a final judgment from which no appeal may be taken by or on behalf of the Indemnifying Party is entered against the Indemnified Party for such Third Party Claim. In the event the Indemnifying Party elects not to assume the defense of such Third Party Claim pursuant to this Clause 8.5 and the Indemnified Party proposes to settle such Third Party Claim prior to a final judgment thereon or to forgo any appeal with respect thereto, then the Indemnified Party shall give the Indemnifying Party prior written notice thereof and the Indemnifying Party shall have the right to participate in the settlement or assume or reassume the defense of such Third Party Claim. The Indemnified Party shall not admit any Liability with respect to, or settle, compromise or discharge any Third Party Claim without the Indemnifying Party's prior written consent. The Indemnifying Party shall have the right to settle any Third Party Claim for which it obtains a full release of the Indemnified Party in respect of such Third Party Claim or to which settlement the Indemnified Party consents in writing (such consent not to be unreasonably withheld, conditioned or delayed). Notwithstanding anything in this Clause 8.5 to the contrary, the Indemnifying Party shall not be entitled to undertake the defense of a Third Party Claim if such Third Party Claim relates to or arises in connection with (x) any criminal Action or any Action seeking equitable or remedial relief, or (y) any Action that is asserted directly by or on behalf of a Person that is a supplier or customer of one of the Operational ATEs (provided that the Indemnifying Party shall have the right to employ at its own cost separate counsel and to participate in, but not to control, the defense of such Third Party Claim). |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 472

| | |
|---|---|
| controlar, a defesa da referida Reclamação de Terceiro). | |
| 8.6 Medidas. Cada Parte reconhece e concorda que, após o Fechamento Inicial (i) exceto com relação às matérias abrangidas pela Cláusula 2.6 e conforme estabelecido na Cláusula 10.12, (a) as cláusulas indenizatórias deste Capítulo VIII constituirão as únicas e exclusivas medidas das Partes no caso de qualquer violação às declarações e garantias contidas neste Contrato, em qualquer certificado entregue de acordo com este Contrato e qualquer inobservância ou descumprimento de qualquer obrigação ou acordo deste Contrato; e (b) todas e quaisquer reivindicações decorrentes de, ou relacionadas a, qualquer ATE Operacional, às Ações ou às operações contempladas por este Contrato, deverão ser apresentadas conforme a forma prevista e nos termos do presente instrumento; e (ii) não obstante qualquer disposição em contrário no presente instrumento, nenhuma violação a qualquer declaração, garantia, obrigação ou acordo contido neste Contrato após a consumação das operações contempladas neste Contrato, dará o direito direito a qualquer Parte de rescindir este Contrato ou quaisquer operações aqui previstas. Cada uma das Partes fará com que seus Representantes cumpriam esta Cláusula 8.6. | 8.6 Remedies. Each of the Parties acknowledges and agrees that following the Initial Closing (i) except with respect to matters covered by Clause 2.6 and as provided in Clause 10.12, (a) the indemnification provisions of this Chapter VIII shall be the sole and exclusive remedies of the Parties for any breach of the representations and warranties contained in this Agreement, in any certificate delivered pursuant to this Agreement and for any failure to perform and comply with any covenant or agreement in this Agreement; and (b) any and all claims arising out of, or in connection with, any Operational ATE, the Shares or the transactions contemplated by this Agreement must be brought under and in accordance with the terms of this Agreement; and (ii) notwithstanding anything herein to the contrary, no breach of any representation, warranty, covenant or agreement contained herein shall give rise to any right on the part of any Party, after the consummation of the transactions contemplated by this Agreement, to rescind this Agreement or any of the transactions contemplated hereby. Each Party shall cause its Representatives to comply with this Clause 8.6. |
| 8.7 Ativos Supervenientes. Quaisquer Ativos Supervenientes de qualquer ATE Operacional deverão ser pagos às Vendedoras pelo Comprador ou pela respectiva ATE Operacional em conformidade com os termos e condições estabelecidos no presente instrumento. | 8.7 Supervening Assets. Any Supervening Assets of any Operational ATE shall be paid to the Sellers by the Purchaser or by the respective Operational ATE in accordance with the terms and conditions set forth herein. |
| 8.7.1 Se os recursos de um Ativo Superveniente forem recebidos por uma ATE Operacional entre a data do presente instrumento e a Data de Fechamento aplicável, o valor devido às Vendedoras em decorrência do referido Ativo Superveniente corresponderá a 100% (cem por cento) do seu valor, ajustado em conformidade com a participação societária das Vendedoras na referida ATE Operacional. | 8.7.1 In the event that the proceeds of a Supervening Asset are received by an Operational ATE between the date hereof and the applicable Closing Date, the amount due to Sellers as a result of such Supervening Asset shall correspond to 100% (one hundred percent) of its value, as adjusted for Sellers' ownership interest in such Operational ATE. |
| 8.7.2. Se os recursos de um Ativo Superveniente | 8.7.2. In the event that the proceeds of a |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 473

| | |
|---|---|
| forem recebidos por uma ATE Operacional após a Data de Fechamento aplicável, mas durante o prazo de 1 (um) ano contado da Data de Fechamento aplicável, o valor devido às Vendedoras em decorrência do referido Ativo Superveniente corresponderá a 90% (noventa por cento) do seu valor, ajustado em conformidade com a participação societária das Vendedoras na referida ATE Operacional. | Supervening Asset are received by an Operational ATE after the applicable Closing Date but within 1 (one) year thereof, the amount due to Sellers as a result of such Supervening Asset shall correspond to 90% (ninety percent) of its value, as adjusted for Sellers' ownership interest in such Operational ATE. |
| 8.7.3 Se os recursos de um Ativo Superveniente forem recebidos por uma ATE Operacional após o 1º (primeiro) aniversário da Data de Fechamento aplicável, o valor devido às Vendedoras em decorrência do referido Ativo Superveniente corresponderá a 80% (oitenta por cento) do seu valor, ajustado em conformidade com a participação societária das Vendedoras na referida ATE Operacional. | 8.7.3 In the event that the proceeds of a Supervening Asset are received by an Operational ATE after the 1st (first) anniversary of the applicable Closing Date, the amount due to Sellers as a result of such Supervening Asset shall correspond to 80% (eighty percent) of its value, as adjusted for Sellers' ownership interest in such Operational ATE. |
| 8.7.4 Todos os pagamentos efetuados em conformidade com esta Cláusula 8.7 deverão ser líquidos dos tributos, encargos e/ou custos devidos ou sujeitos a retenção pela respectiva ATE Operacional e/ou pelo Comprador para a obtenção ou recebimento do Ativo Superveniente. | 8.7.4 All payments made in accordance with this Section 8.7 shall be net of taxes, charges and/or costs payable or subject to retention by the applicable Operational ATE and/or the Purchaser in connection with the obtainment or receipt of the Supervening Asset. |
| 8.7.5 O Comprador, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados de solicitação por parte das Vendedoras, deverá conceder acesso completo às Vendedoras a todos os materiais e informações prontamente disponíveis relacionados aos referidos Ativos Supervenientes. | 8.7.5 The Purchaser shall, within 10 (ten) Business Days of a request from Sellers to that effect, provide for complete access by Sellers to all readily available material and information related to such Supervening Assets. |
| 8.7.6. Qualquer Ativo Superveniente deverá ser pago para as Vendedoras, em conformidade com os termos desta Cláusula 8.7, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data na qual os recursos de um Ativo Superveniente tenham sido efetivamente recebidos pela respectiva ATE Operacional, e o Comprador deverá empregar os esforços comercialmente razoáveis para obrigar as referidas ATEs Operacionais a efetuarem o pagamento dos recursos do Ativo Superveniente para as Vendedoras, em conformidade com os termos desta Cláusula 8.7. | 8.7.6. Any Supervening Asset shall be paid to the Sellers, in accordance with the terms of this Section 8.7, within ten (10) Business Days as from the date the proceeds of a Supervening Asset are effectively received by the applicable Operational ATE and Purchaser shall use commercially reasonable efforts to cause such Operational ATEs to make such payment of the proceeds of the Supervening Asset to Sellers, in accordance with the terms of this Section 8.7. |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 474

| CAPÍTULO IX – Prazo, Rescisão e Multa | CHAPTER IX - Term, Termination and Fine |
|---|---|
| 9.1 Rescisão do Contrato. Este Contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e permanecerá válido e vigente até a execução do seu objeto, podendo ser rescindido antecipadamente - em sua totalidade, se o Fechamento Inicial não tiver ocorrido, ou parcialmente, se o Fechamento Inicial já tiver ocorrido, no tocante à Compra e Venda das Ações das ATEs Operacionais restantes antes da ocorrência dos respectivos Fechamentos - somente nas seguintes hipóteses: | 9.1 Termination of the Agreement. This Agreement shall go into force on the date of its execution and shall remain valid and effective until the achievement of its purpose, and may be terminated early—in whole, if the Initial Closing has not occurred, or in part, if the Initial Closing has occurred, in relation to the Purchase and Sale of the Shares of the remaining Operational ATEs before the such Closings occur, only in the following events: |
| (i) pelas Vendedoras se, a qualquer tempo antes do Fechamento aplicável, (a) o Comprador tiver violado as declarações, garantias, obrigações ou acordos feitos pelo Comprador neste Contrato, ocasionando a inobservância de uma condição estabelecida nas Cláusulas 3.2(i) ou (ii), e (b) essa violação não for sanada ou não puder ser sanada até o dia anterior à Data Limite aplicável ou dentro de 30 (trinta) dias após notificação por escrito dessa violação enviada pelas Vendedoras (na medida em que essa violação possa ser sanada), o que ocorrer primeiro; fica estabelecido, contudo, que o direito de rescindir este Contrato nos termos desta Cláusula 9.1(i) não estará disponível às Vendedoras se qualquer Vendedora violar de forma significativa qualquer declaração, garantia, obrigação ou outro acordo contido neste Contrato; | (i) by the Sellers if, at any time prior to the applicable Closing, (a) Purchaser is in breach of the representations, warranties, covenants or agreements made by Purchaser in this Agreement that would give rise to the failure of a condition set forth in Clauses 3.2(i) or (ii) and (b) such breach is not cured or capable of being cured by the earlier of the day prior to the applicable Outside Date and thirty (30) days following written notice of such breach from the Sellers (to the extent such breach is curable); provided, however, that the right to terminate this Agreement under this Clause 9.1(i) shall not be available to the Sellers if any Seller is in material breach of any representation, warranty, covenant or other agreement contained in this Agreement; |
| (ii) pelo Comprador se, a qualquer tempo antes do Fechamento aplicável, (a) tiver ocorrido um evento ou condição que tenha resultado em um Efeito Adverso Relevante, (b) as Vendedoras tiverem violado as declarações, garantias, obrigações ou acordos feitos pelas Vendedoras neste Contrato, ocasionando a inobservância de uma condição estabelecida nas Cláusulas 3.3(i) ou (ii) e essa violação não for sanada ou não puder ser sanada até o dia anterior à Data Limite aplicável ou dentro de 30 (trinta) dias após notificação por escrito dessa violação enviada pelo Comprador (na medida em que essa violação possa ser sanada), o que ocorrer primeiro; fica estabelecido, contudo, que o direito de rescindir este Contrato nos termos desta Cláusula 9.1(ii) não estará disponível ao Comprador se este | (ii) by Purchaser if, at any time prior to the applicable Closing, (a) an event or condition occurs that has resulted in a Material Adverse Effect, (b) the Sellers are in breach of the representations, warranties, covenants or agreements made by Sellers in this Agreement that would give rise to the failure of a condition set forth in Clauses 3.3(i) or (ii) and such breach is not cured or capable of being cured by the earlier of the day prior to the applicable Outside Date and thirty (30) days following written notice of such breach from Purchaser (to the extent such breach is curable); provided, however, that the right to terminate this Agreement under this Clause 9.1(ii) shall not be available to the Purchaser if the Purchaser is in material breach of any representation, warranty, covenant or other agreement contained in |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 475

| | |
|---|---|
| violar de forma significativa qualquer declaração, garantia, obrigação ou outro acordo contido neste Contrato; | this Agreement; |
| (iii) pelas Vendedoras ou pelo Comprador se alguma Lei for promulgada ou aprovada após a data deste instrumento, que torne ilegal a execução da Compra e Venda das Ações ou o Fechamento aplicável ou, de outro modo, impeça a sua consecução, ou caso qualquer Ordem Governamental de qualquer Autoridade Governamental com jurisdição competente proíba a execução da Compra e Venda das Ações ou o Fechamento aplicável e essa Ordem Governamental se torne definitiva e irrecorrível; | (iii) by the Sellers or Purchaser if there shall be any Law promulgated or enacted after the date hereof that makes consummation of the Purchase and Sale of the Shares or the applicable Closing illegal or otherwise prevent the consummation thereof or if any Governmental Order of any Governmental Authority having competent jurisdiction enjoins the consummation of the Purchase and Sale of the Shares or the applicable Closing and such Governmental Order shall have become final and nonappealable; |
| (iv) pelo Comprador se, a qualquer tempo antes do Fechamento Inicial, qualquer Acionista Externo da Manaus Transmissora ou Norte Brasil exerça o seu direito de preferência nos termos do respectivo Acordo de Acionistas para a compra das Ações nessa ATE Operacional; | (iv) by Purchaser if, at any time prior to the Initial Closing, any External Shareholder of Manaus Transmissora or Norte Brasil exercises its rights of first refusal under the respective Shareholders' Agreement for the purchase of the Shares in such Operational ATE; |
| (v) pelas Vendedoras ou pelo Comprador, se o Fechamento Inicial não tiver ocorrido até 31 de março de 2018 (a "Data Limite para o Fechamento Inicial"); fica estabelecido, contudo, que o direito de rescindir este Contrato nos termos desta Cláusula 9.1(v) não estará disponível a nenhuma Parte cujo descumprimento de uma obrigação nos termos deste Contrato tenha sido a principal causa do Fechamento Inicial não ter ocorrido até a referida data ou tenha resultado principalmente nessa não ocorrência; | (v) by either Sellers or Purchaser if the Initial Closing shall not have occurred by March 31, 2018 (the "Initial Closing Outside Date"); provided, however, that the right to terminate this Agreement under this Clause 9.1(v) shall not be available to any Party whose failure to fulfill any obligation under this Agreement shall have been the principal cause of, or shall have principally resulted in, the failure of the Initial Closing to occur on or prior to such date; |
| (vi) pelas Vendedoras ou pelo Comprador, se, após o Fechamento Inicial, qualquer outro Fechamento aplicável não tiver ocorrido até 30 de junho de 2018 (a "Data Limite para o Fechamento Adicional" e, em conjunto com a Data Limite para o Fechamento Inicial, uma "Data Limite"); fica estabelecido, contudo, que o direito de rescindir este Contrato nos termos desta Cláusula 9.1(vi) não estará disponível a nenhuma Parte cujo descumprimento de qualquer obrigação nos termos deste Contrato tenha sido a principal causa do Fechamento aplicável não ter ocorrido até a referida data ou tenha resultado principalmente nessa não ocorrência, e observado ainda que esse direito de rescisão será limitado aos | (vi) by either Sellers or Purchaser if, following the Initial Closing, any other applicable Closing shall not have occurred by June 30, 2018 (the "Additional Closing Outside Date" and, together with the Initial Closing Outside Date, each an "Outside Date"); provided, however, that the right to terminate this Agreement under this Clause 9.1(vi) shall not be available to any Party whose failure to fulfill any obligation under this Agreement shall have been the principal cause of, or shall have principally resulted in, the failure of the applicable Closing to occur on or prior to such date, and provided further that such termination right shall be limited to applicable pending Closings, without affecting the already |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 476

| | |
|---|---|
| Fechamentos pendentes aplicáveis, sem afetar os Fechamentos já realizados; ou | consummated Closings; or |
| (vii) por acordo mútuo entre as Partes; | (vii) by mutual agreement between the Parties; |
| respeitando, em qualquer um dos casos acima, o princípio estabelecido na Cláusula 2.3 deste Contrato, o qual, para evitar dúvidas, não deverá limitar ou modificar a Cláusula 4.3 deste instrumento. As Vendedoras ou o Comprador, conforme o caso, que desejarem rescindir este Contrato de acordo com esta Cláusula 9.1 deverão enviar uma notificação por escrito sobre essa rescisão a cada outra Parte contratante. | respecting, in any of the cases above, the principle set forth in Clause 2.3 of this Agreement, which, for the avoidance of doubt, shall not limit or modify Clause 4.3 hereof. The Sellers or Purchaser, as the case may be, desiring to terminate this Agreement pursuant to this Clause 9.1 shall give written notice of such termination to each other Party hereto. |
| 9.2 Efeitos da Rescisão. Ocorrendo uma rescisão prevista nos termos da Cláusula 9.1 acima, este Contrato deixará de ter qualquer efeito entre as Partes, sem qualquer custo para qualquer das Partes; observado, contudo, que tal rescisão não prejudicará (i) a obrigação das Partes de pagar a multa de rescisão estabelecida na Cláusula 9.3 abaixo, (ii) quaisquer obrigações previstas na Cláusula 7.3, Cláusula 9.4 ou Capítulo X, (iii) a responsabilidade de qualquer Parte por fraude, e (iv) a responsabilidade de qualquer Parte, se a rescisão prevista nos termos da Cláusula 9.1 tiver resultado de (a) falha intencional de qualquer Parte em satisfazer uma condição para o cumprimento das obrigações das outras Partes, (b) falha intencional de qualquer Parte em cumprir uma obrigação deste instrumento ou (c) violação intencional por uma Parte de uma declaração ou garantia dessa Parte aqui contida. | 9.2 Effects of the Termination. In case of a termination under the terms of Clause 9.1 above this Agreement shall no longer have any effect between the Parties, at no cost to any of the Parties; provided, however, that no such termination shall relieve (i) any Party from the obligation to pay a termination fee set forth in Clause 9.3 below, (ii) any obligations under Clause 7.3, Clause 9.4 or Chapter X, (iii) any Party from liability for fraud and (iv) any Party from liability if the termination under the terms of Clause 9.1 shall have resulted from (a) the intentional failure of any Party to fulfill a condition to the performance of the obligations of the other Parties, (b) the intentional failure of any Party to perform a covenant hereof, or (c) the intentional breach by a Party of a representation or warranty of such Party contained herein. |
| 9.3 Multa de Rescisão.<br><br>(i) A rescisão total ou parcial (ou seja, com relação apenas às Ações de algumas ATEs Operacionais) deste Contrato pelo Comprador nos termos da Cláusula 9.1(ii)(b) acima, resultará em uma multa compensatória no valor de US$ 5 milhões (a "Multa de Rescisão da Vendedora 1"), que deverá ser paga pelas Vendedoras no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis após aviso de rescisão pelo Comprador, em moeda brasileira e em recursos imediatamente disponíveis, por meio de TED para a Conta Bancária do | 9.3 Termination Fees.<br><br>(i) Total or partial termination (that is, with regard only to Shares of certain Operational ATEs) of this Agreement by Purchaser pursuant to Clause 9.1(ii)(b) above, shall cause a compensatory fee in the amount of US$ 5 million (the "Seller Termination Fee 1"), which shall be paid by Sellers within twenty (20) Business Days of notice of termination by Purchaser, in Brazilian *reais* and in immediately available funds, by wire transfer (TED) into the Purchaser Bank Account. |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 477

| | |
|---|---|
| Comprador.<br><br>(ii) A rescisão total ou parcial (ou seja, com relação apenas às Ações de algumas ATEs Operacionais) deste Contrato pelo Comprador nos termos da Cláusula 9.1(iv) acima, resultará em uma multa compensatória no valor de US$ 5 milhões (a "Multa de Rescisão da Vendedora 2", e, em conjunto com a Multa de Rescisão da Vendedora 1, as "Multas de Rescisão da Vendedora"), que deverá ser paga diretamente pelo Acionista Externo que exerceu o seu direito de preferência em nome das Vendedoras na data de pagamento do preço de compra, em moeda brasileira e em recursos imediatamente disponíveis, por meio de TED para a Conta Bancária do Comprador.<br><br>(iii) A rescisão total ou parcial (ou seja, com relação apenas às Ações de algumas ATEs Operacionais) deste Contrato pelas Vendedoras nos termos da Cláusula 9.1(i) acima, resultará em uma multa compensatória no valor de US$ 5 milhões (a "Multa de Rescisão do Comprador"), que deverá ser paga pelo Comprador no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis após aviso de rescisão pelas Vendedoras, em moeda brasileira e em recursos imediatamente disponíveis, por meio de TED para a Conta Bancária das Vendedoras. | (ii) Total or partial termination (that is, with regard only to Shares of certain Operational ATEs) of this Agreement by Purchaser pursuant to Clauses 9.1(iv) above, shall cause a compensatory fee in the amount of US$ 5 million (the "Seller Termination Fee 2", and, together with Seller Termination Fee 1, the "Seller Termination Fees"), which shall be paid directly by the External Shareholder that exercised its right of first refusal on behalf of the Sellers on the date of payment of the purchase price, in Brazilian *reais* and in immediately available funds, by wire transfer (TED) into the Purchaser Bank Account.<br><br>(iii) Total or partial termination (that is, with regard only to Shares of certain Operational ATEs) of this Agreement by Sellers pursuant to Clause 9.1(i) above, shall cause a compensatory fee in the amount of US$ 5 million (the "Purchaser Termination Fee"), which shall be paid by Purchaser within twenty (20) Business Days of notice of termination by Sellers, in Brazilian *reais* and in immediately available funds, by wire transfer (TED) into the Sellers Bank Account. |
| 9.4 Execução Específica. Nada neste Capítulo IX deverá impedir ou prejudicar o direito à execução específica, conforme o disposto na Cláusula 10.13 deste Contrato. | 9.4 Specific Performance. Nothing in this Chapter IX shall prevent or hinder the right to specific performance, as per Clause 10.13 of this Agreement. |
| **CAPÍTULO X – Disposições Gerais** | **CHAPTER X - Miscellaneous** |
| 10.1 Notificações. Todos os avisos, notificações e quaisquer outras comunicações referentes ao presente Contrato deverão ser feitos por meio de carta por escrito, com aviso de recebimento, aos seguintes endereços: | 10.1 Notices. All notices, notifications and any other communications connected to this Agreement shall be made by means of a written letter, with notice of receipt, to the following addresses: |
| (i) Se para o Comprador:<br>TPG<br>301 Commerce St<br>Suite 3300<br>Fort Worth, TX 76102 | (i) If to Purchaser:<br>TPG<br>301 Commerce St<br>Suite 3300<br>Fort Worth, TX 76102 |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 473

| | |
|---|---|
| United States<br>A/C: Legal Department<br><br>Com cópia (que não constituirá uma notificação) para:<br>Shearman & Sterling LLP<br>Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400<br>São Paulo – SP<br>CEP 04538-132<br>A/C: Jonathan Kellner<br><br>E<br><br>Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados<br>Al. Joaquim Eugênio de Lima, 447<br>São Paulo - SP<br>CEP 014003-001Att.:<br>A/C: Marcelo Sampaio Góes Ricupero<br><br>(ii) Se para as Vendedoras e/ou Abengoa Greenfield:<br>Endereço: Rua Carlos Machado nº 155, sala 301, Barra da Tijuca<br>A/C: Luis Maria Solaro Mascari<br><br>Com cópia (que não constituirá uma notificação) para:<br>Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados<br>Avenida Almirante Barroso 52, 33º andar<br>CEP 20031-000<br>Rio de Janeiro – RJ<br>Aos cuidados dos Srs. Rafael D'avila Dutra e Carlos Frederico Lucchetti Bingemer | United States<br>Att.: Legal Department<br><br>With a copy to (which shall not be considered a notice):<br>Shearman & Sterling LLP<br>Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400<br>São Paulo – SP<br>CEP 04538-132<br>Att.:Jonathan Kellner<br><br>And<br><br>Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados<br>Al. Joaquim Eugênio de Lima, 447<br>São Paulo - SP<br>CEP 014003-001Att.: Marcelo Sampaio Góes Ricupero<br><br>(ii) If to Sellers and/or Abengoa Greenfield:<br>Addess: Rua Carlos Machado n. 155, office 301, Barra da Tijuca<br>Att.: Luis Maria Solaro Mascari<br><br>With a copy to (which shall not be considered a notice):<br>Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados<br>Avenida Almirante Barroso 52, 33º andar<br>CEP 20031-000<br>Rio de Janeiro – RJ<br>To the attention of Messrs. Rafael D'avila Dutra and Carlos Frederico Lucchetti Bingemer |
| Ou para outro endereço que cada uma das Partes venha a indicar, mediante notificação às outras Partes, de acordo com este item. | Or to another address that each of the Parties may indicate, upon notice to the other Parties pursuant to this item. |
| 10.2 Mora. Caso qualquer Parte deixe de efetuar, tempestivamente, qualquer pagamento devido nos termos deste Contrato, o valor do débito será corrigido pela variação do IGP-M, na menor periodicidade prevista em Lei, acrescido de juros à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, a contar da data em que o pagamento se tornou devido até a data do seu efetivo pagamento, | 10.2 Default. In case any Party fails to timely make any payment owed under the terms of this Agreement, the amount of the debt shall be adjusted by the IGP-M variation, as frequently as allowed by Law, added by interest at the rate of one percent (1%) per month, calculated *pro rata die*, from the date when the payment became due, to the date of the actual payment, as well as a default fine at the |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 479

| | |
|---|---|
| bem como de multa moratória no valor de 10% (dez por cento) do valor devido. | amount of ten percent (10%) of the amount owed. |
| 10.3 Custos e Despesas. Com exceção das disposições da Cláusula 2.2.1 e se de outro modo estabelecido neste instrumento, cada Parte arcará com seus próprios custos e despesas (incluindo os custos e despesas com advogados e outros consultores) incorridos em decorrência das disposições acordadas neste Contrato e das obrigações aqui estabelecidas. | 10.3 Costs and Expenses. Except for the provisions in Clause 2.2.1 and if otherwise set out herein, each Party shall bear its own costs and expenses (including costs and expenses with attorneys and other consultants) incurred as a result of the provisions agreed upon in this Agreement and the obligations set forth herein. |
| 10.4 Renúncia. Qualquer omissão ou tolerância por uma das Partes com relação às disposições deste Contrato ou na exigência do cumprimento de quaisquer de suas cláusulas, a qualquer tempo durante o prazo de vigência deste Contrato, não afetará de qualquer maneira a validade deste Contrato, ou de parte dele, e não será considerada uma alteração ou novação de suas cláusulas, nem uma renúncia ao direito da referida Parte, constante neste Contrato, de exigir o cumprimento de qualquer de suas disposições. | 10.4 Waiver. Any omission or forbearance by any of the Parties in relation to the provisions of this Agreement or the requirement of compliance with any of its clauses, at any time during the term of effectiveness of this Agreement, shall not affect in any way the validity hereof, or a part of it, and shall not be considered an amendment or novation of its clauses, nor a waiver to said Party's right, established in this Agreement, to demand the compliance with any of its provisions. |
| 10.5 Independência das Disposições. Se uma ou mais das disposições deste Contrato forem consideradas nulas ou sem validade, segundo os termos da legislação aplicável, a validade ou vigência das demais disposições não será afetada e as Partes deverão, para as disposições consideradas nulas ou sem efeito, negociar mecanismos alternativos em boa-fé, para manter o espírito das disposições acordadas neste instrumento. | 10.5 Severability. If one or more provisions of this Agreement are considered null or void, under the terms of the applicable legislation, the validity or effectiveness of the other provisions shall not be affected, and the Parties shall, for the provisions deemed null or void, negotiate in good faith alternative mechanisms, in order to keep the spirit of the provisions agreed upon herein. |
| 10.6 Alterações. Este Contrato poderá ser alterado apenas por meio de um instrumento por escrito devidamente assinado pelas Partes. | 10.6 Amendment. This Agreement may only be amended by means of a written instrument, duly signed by the Parties. |
| 10.7 Cessão; Efeito Vinculante; Ausência de Terceiros Beneficiários. Este Contrato vincula, obriga, beneficia e será exequível por cada uma das Partes, seus respectivos herdeiros, sucessores e cessionários a qualquer título, e nenhuma disposição aqui contida, expressa ou implícita, pretende conferir ou conferirá a qualquer outra Pessoa qualquer direito, obrigação, responsabilidade, reclamação, benefício ou reparação de qualquer natureza, | 10.7 Assignment; Binding Effect; No Third Party Beneficiaries. This Agreement binds, obligates, inures to the benefit of and shall be enforceable by each of the Parties, their respective heirs, successors and assignees in any way, and nothing herein, express or implied, is intended to, or shall confer upon, any other Person any right, obligation, Liability, claim, benefit or remedy of any nature whatsoever, including any rights of employment for |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 480

| | |
|---|---|
| incluindo quaisquer direitos empregatícios para qualquer empregado ou ex-empregado (incluindo qualquer beneficiário ou seu dependente) das Partes para qualquer período específico, segundo ou em razão deste Contrato. As Partes não poderão ceder ou transferir a terceiros, por qualquer meio, os direitos e obrigações oriundos deste instrumento, exceto mediante o consentimento prévio e expresso das outras Partes. Qualquer suposta cessão ou transferência sem o referido consentimento prévio e expresso será nula e sem efeito. Não obstante o acima exposto, o Comprador poderá ceder este Contrato para uma ou mais Afiliadas do Comprador sem o consentimento das Vendedoras, estabelecido que essa cessão pelo Comprador não eximirá o Comprador de qualquer responsabilidade ou obrigação nos termos deste instrumento, devendo o Comprador permanecer em conjunto e solidariamente responsável com este cessionário por todos as suas responsabilidades e obrigações nos termos deste instrumento. | any employee or former employee (including any beneficiary or dependent thereof) of the Parties for any specified period, under or by reason of this Agreement. The Parties shall be forbidden from assigning or transferring to third parties, through any means, the rights and obligations arising herefrom, except with the prior and express consent from the other Parties. Any alleged assignment or transfer without said prior and express consent shall be null and void. Notwithstanding the foregoing, the Purchaser may assign this Agreement to one or more Affiliates of the Purchaser without the consent of the Sellers, provided that any such assignment by the Purchaser shall not relieve the Purchaser of any liability or obligation hereunder, and Purchaser shall remain jointly and severally liable with such assignee for all of their liabilities and obligations hereunder. |
| 10.8 Interveniente-Anuente: A Interveniente-Anuente declara que conhece e aceita as operações previstas neste Contrato e reconhece que essas operações não impactam, de qualquer maneira, a sua situação financeira e econômica, e, ainda, concorda que não tem nada a reclamar a respeito das operações previstas neste Contrato. | 10.8 Intervening and Consenting Party. The Intervening and Consenting Party represents that it is aware of and in agreement with the transactions contemplated by this Agreement and acknowledges that such transactions do not impact, in any way, its financial or economic situation, and further agrees that it has nothing to claim with respect to the transactions contemplated by this Agreement. |
| 10.9 Cooperação. As Partes concordam, em conjunto e separadamente, em cooperar e realizar todos os atos necessários ou apropriados, bem como em assinar ou entregar, ou fazer com que sejam assinados ou entregues, todos os documentos necessários ou apropriados, para permitir que as Partes cumpram com suas obrigações estabelecidas neste Contrato, bem como o objeto deste Contrato. | 10.9 Cooperation. The Parties agree to, separately and jointly, cooperate and perform all necessary or appropriate acts, as well as to sign or deliver, or cause to be signed or delivered, all necessary or appropriate documents, so as to allow the Parties to fulfill its obligations set forth in this Agreement, as well as the subject matter hereof. |
| 10.10 Acordo Integral. Este Contrato constitui o acordo integral entre as Partes com relação ao seu objeto, substituindo todos e quaisquer acordos ou entendimentos anteriores conflitantes, sejam verbais ou escritos, referentes ao objeto deste instrumento. | 10.10 Entire Agreement. This Agreement constitutes the entire agreement between the Parties with regard to its object, superseding any and all prior conflicting agreements or understandings, whether verbal or in writing, pertaining to the subject matter hereof. |
| 10.11 Representantes. Salvo se de outro modo | 10.11 Representatives. Except if otherwise expressly |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 481

| | |
|---|---|
| expressamente estabelecido neste instrumento, nenhuma Parte, como resultado deste Contrato, será considerada como uma representante da outra Parte para qualquer finalidade, e nenhuma Parte terá poder ou competência, como representante ou de qualquer outra forma, para representar, agir, vincular, obrigar ou de qualquer outra maneira criar ou assumir qualquer obrigação em nome de qualquer outra Parte, para qualquer fim. | set out herein, no Party shall, as a result of this Agreement, be considered a representative of the other Party for any purpose, and no Party shall have the power or the authority, as representative or otherwise, to represent, act, bind, obligate or in any other way create or undertake any obligation on behalf of any other Party, for any purpose. |
| 10.12 Título Executivo. Este instrumento, assinado na presença de 2 (duas) testemunhas, serve como um título executivo extrajudicial, nos termos da legislação de processo civil (artigo 784, III, da Lei nº 13.105/2015), para todos os efeitos legais. | 10.12 Enforcement Instrument. This instrument, signed in the presence of two (2) witnesses, serves as an extrajudicial enforcement instrument, pursuant to the civil procedural legislation (article 784, III, of Law 13,105/2015), for all legal effects. |
| 10.13 Execução Específica. As Partes se comprometem a cumprir, formalizar e desempenhar suas obrigações sempre em estrita observância aos termos e condições estabelecidos neste Contrato. As Partes, neste ato, reconhecem e concordam que todas as obrigações assumidas ou que venham a incidir nos termos deste instrumento estarão sujeitas a execução específica, segundo os termos do artigo 501 da Lei nº 13.105/2015. As Partes não renunciam a qualquer ação ou providência (incluindo a reivindicação de perdas e danos) a que tenham direito, a qualquer tempo. As Partes expressamente admitem e se comprometem ao cumprimento específico de suas obrigações e a aceitar ordens judiciais ou quaisquer outros atos semelhantes. | 10.13 Specific Performance. The Parties undertake to fulfill, formalize and carry out their obligations always in strict compliance with the terms and conditions set forth in this Agreement. The Parties hereby acknowledge and agree that all obligations undertaken or which may be imputed hereunder shall be subject to specific performance, under the terms of article 501 of Law 13,105/2015. The Parties do not waive any act or measure (including charging losses and damages) to which they are entitled, at any time. The Parties expressly allow and undertake to the specific performance of their obligations and to accept court order or any other similar acts. |
| 10.14 Lei Aplicável. Este Contrato e os direitos das Partes segundo os termos deste Contrato, deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil. | 10.14 Applicable Law. This Agreement and the rights of the Parties under the terms of this Agreement shall be governed, construed and enforced under the Laws of the Federative Republic of Brazil. |
| 10.15 Resolução de Controvérsias. Exceto conforme previsto na Cláusula 2.6, qualquer conflito ou controvérsia decorrente (i) da interpretação dos termos deste Contrato; e/ou (ii) do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato; e/ou (iii) da violação de qualquer um dos termos e condições estabelecidos neste instrumento, que não tenha sido resolvido por meio de negociações amigáveis entre as Partes, deverá ser submetido ao foro central da Comarca do Estado do Rio de Janeiro, observando o | 10.15 Dispute Resolution. Except as provided in Clause 2.6, any conflict or dispute arising (i) from the interpretation of the terms of this Agreement; and/or (ii) from the performance of the obligations established in this Agreement; and/or (iii) from the violation of any of the terms and conditions established herein; which has not been settled by means of amicable negotiations between the Parties, shall be subjected to the central courts of the Judicial District of the State of Rio de Janeiro, observing the |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 482

| | |
|---|---|
| foro da Recuperação Judicial. | jurisdiction of the Judicial Reorganization court. |
| | |
| EM TESTEMUNHO DO QUE, as Partes, com consentimento da Interveniente-Anuente, assinam e Contrato na presença das testemunhas abaixo. | In witness whereof, the Parties, with the consent of Intervening and Consenting Party, sign this Agreeme jointly with the witnesses below. |
| [Restante da página intencionalmente deixado branco; página de assinatura a seguir.] | [Remainder of page intentionally left blank; signat page to follow.] |



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 483

*Página de assinatura 1/4 do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – Em Recuperação Judicial, Abengoa Construção Brasil Ltda. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de Vendedoras, Seville Transmission Assessoria em Investimentos Ltda., na qualidade de Comprador e, Abengoa Greenfield Brasil Holding S.A. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de Interveniente-anuente em 18 de dezembro de 2017.*

*Signature page 1/4 of the Share Purchase Agreement executed by and among Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – Under Judicial Reorganization, Abengoa Construção Brasil Ltda. – Under Judicial Reorganization, as Sellers, Seville Transmission Assessoria em Investimentos Ltda, as Purchaser and, Abengoa Greenfield Brasil Holding S.A. – Under Judicial Reorganization, as Intervening and Consenting Party, on December 18, 2017.*

Vendedoras/ Sellers:

**Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – Em Recuperação Judicial/ Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – Under Judicial Reorganization**

Nome/Name: Janaina Santos Gonçalves
Cargo/Title: Diretora

**Abengoa Construção Brasil Ltda. – Em Recuperação Judicial/ Abengoa Construção Brasil Ltda. – Under Judicial Reorganization**

Nome/Name: Janaina Santos Gonçalves
Cargo/Title: Representante

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 484

*Página de assinatura 2/4 do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – Em Recuperação Judicial, Abengoa Construção Brasil Ltda. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de Vendedoras, Seville Transmission Assessoria em Investimentos Ltda., na qualidade de Comprador e, Abengoa Greenfield Brasil Holding S.A. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de Interveniente-anuente, em 15 de Dezembro de 2017.*

*Signature page 2/4 of the Share Purchase Agreement entered into by and among Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – Under Judicial Reorganization, Abengoa Construção Brasil Ltda. – Under Judicial Reorganization, as Sellers, Seville Transmission Assessoria em Investimentos Ltda., as Purchaser and, Abengoa Greenfield Brasil Holding S.A. – Under Judicial Reorganization, as Intervening and Consenting Party, on December 15, 2017.*

**Comprador/Purchaser:**

**Seville Transmission Assessoria em Investimentos Ltda.**

_____

Nome/Name: Carlos Alberto Marcicano
Cargo/Title: Administrador

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 485

*Página de assinatura 3/4 do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – Em Recuperação Judicial, Abengoa Construção Brasil Ltda. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de Vendedoras, Seville Transmission Assessoria em Investimentos Ltda., na qualidade de Comprador e, Abengoa Greenfield Brasil Holding S.A. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de Interveniente-anuente em 18 de dezembro de 2017.*

*Signature page 3/4 of the Share Purchase Agreement executed by and among Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – Under Judicial Reorganization, Abengoa Construção Brasil Ltda. – Under Judicial Reorganization, as Sellers, Seville Transmission Assessoria em Investimentos Ltda, as Purchaser and, Abengoa Greenfield Brasil Holding S.A. – Under Judicial Reorganization, as Intervening and Consenting Party, on December 18, 2017.*

Interveniente-anuente/ Intervening and Consenting Party:

**Abengoa Greenfield Brasil Holding S.A. — Em Recuperação Judicial/ Abengoa Greenfield Brasil Holding S.A. – Under Judicial Reorganization**

Janaina Santos Gonçalves

Nome/Name: Janaina Santos Gonçalves
Cargo/Title: Diretora



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 486

*Página de assinatura 4/4 do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – Em Recuperação Judicial, Abengoa Construção Brasil Ltda. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de Vendedoras, Seville Transmission Assessoria em Investimentos Ltda., na qualidade de Comprador e, Abengoa Greenfield Brasil Holding S.A. – Em Recuperação Judicial, na qualidade de Interveniente-anuente, em 15 de Dezembro de 2017.*

*Signature page 4/4 of the Share Purchase Agreement entered into by and among Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – Under Judicial Reorganization, Abengoa Construção Brasil Ltda. – Under Judicial Reorganization, as Sellers, Seville Transmission Assessoria em Investimentos Ltda., as Purchaser and, Abengoa Greenfield Brasil Holding S.A. – Under Judicial Reorganization, as Intervening and Consenting Party, on December 15, 2017.*

**Testemunhas/ Witnesses:**

Nome/Name: Willian Milane
Cargo/Title: RG: 30.437.800-8 SSP/SP
CPF: 213.701 788-16

Nome/Name:
Cargo/Title: Renato Vilela Ribeiro
RG 22788178-3 SSP/SP
CPF 291.460.758-01



Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 487

| ANEXO 1.2 – DEFINIÇÕES | EXHIBIT 1.2 - DEFINITIONS |
|---|---|
| "Processo" significa qualquer ação, processo judicial, arbitral ou administrativo, demanda, ordem, notificação judicial ou extrajudicial, reivindicação, auto de infração, notificação de violação ou descumprimento, investigação, notificação, aviso de cobrança, processo, inquérito administrativo ou judicial, ajuizados por ou apresentados contra qualquer uma das Partes e/ou uma ATE Operacional. | "Action" means any lawsuit, judicial, arbitral or administrative proceedings, demand, order, judicial or extrajudicial notification, claim, infraction notice, notice of breach or violation, investigation, notification, collection notice, proceeding, judicial or administrative inquiry submitted by or filed against any of the Parties and/or an Operational ATE. |
| "Afiliada" significa, com relação a qualquer Pessoa, uma Pessoa que direta ou indiretamente Controle, seja Controlada por, ou esteja sob o Controle comum com a referida Pessoa. | "Affiliate" means, in relation to any Person, a Person that, directly or indirectly Controls, is Controlled by or is under common Control with such Person. |
| "ANEEL" significa a Agência Nacional de Energia Elétrica. | "ANEEL" means the Brazilian Electricity Regulatory Agency (*Agência Nacional de Energia Elétrica*). |
| "Data do Balanço Patrimonial" significa 31 de dezembro de 2016. | "Balance Sheet Date" means December 31, 2016. |
| "BMA" significa Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.853.076/0001-95, Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.450.968/0001-10, BM&A Propriedade Intelectual Ltda. – ME, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.443.525/0001-55, Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.837.309/0001-91. | "BMA" means Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados, enrolled in the CNPJ/MF under No. 02.853.076/0001-95, Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados, enrolled in the CNPJ/MF under No. 00.450.968/0001-10, BM&A Propriedade Intelectual Ltda. – ME, enrolled in the CNPJ/MF under No. 10.443.525/0001-55, Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados, enrolled in the CNPJ/MF under No. 04.837.309/0001-91. |
| "Leis Brasileiras Anticorrupção" significa todas as Leis Brasileiras sobre corrupção, suborno, fraude, conflito de interesses públicos, conduta imprópria, violação de licitação e compra pública, lavagem de dinheiro, doações políticas ou eleitorais, ou administração de negócios sem compromisso com a ética, incluindo, entre outros, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), a Lei Federal Brasileira nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei Federal Brasileira nº 9.504/1997 (Lei Eleitoral), a Lei Federal Brasileira nº 8.666/1993 (Lei de Contratos e Licitação Pública), a Lei Federal Brasileira nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses), a Lei Federal Brasileira nº 9.613/1998 | "Brazilian Anti-Corruption Laws" means all Brazilian Laws related to corruption, bribery, fraud, conflict of public interest, improper conduct, violations of bidding and public procurement, money laundering, political or electoral donations, or unethically businesses management, including, without limitation the Decree-Law No. 2,848/1940 (Criminal Code), Brazilian Federal Law No. 8,429/1992 (Administrative Improbity Law), Brazilian Federal Law No. 9,504/1997 (Electoral Law), Brazilian Federal Law No. 8,666/1993 (Public Bidding and Agreements Law), Brazilian Federal Law No. 12,813/2013 (Conflict of Interest Law), Brazilian Federal Law No. 9,613/1998 (Anti-Money |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 488

| | |
|---|---|
| (Lei de Lavagem de Dinheiro) e a Lei Federal Brasileira nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), posteriormente regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.420/2015 (Decreto Anticorrupção). | Laundering Law) and Brazilian Federal Law No. 12,846/2013 (Anti-Corruption Law), which was further regulated by Federal Decree No. 8,420/2015 (Anti-Corruption Decree). |
| "Princípios Contábeis Brasileiros" significa os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil nos termos da Lei aplicável e as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). | "Brazilian GAAP" means the generally accepted accounting principles in Brazil under applicable Law and the accounting standards issued by the Committee of Accounting Pronouncements (*Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC*). |
| "Dia Útil" significa qualquer outro dia que não um sábado, domingo ou feriado no Brasil, em Hong Kong ou na República Popular da China. | "Business Day" means any day other than a Saturday, a Sunday or a holiday in Brazil, Hong Kong or the People's Republic of China. |
| "Caixa" significa a soma do valor justo de mercado (expressa em moeda brasileira) de todo o caixa e equivalentes de caixa (incluindo títulos negociáveis e investimentos de curto prazo, líquidos de cheques pendentes) das ATEs Operacionais, calculada de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros. | "Cash" means the sum of the fair market value (expressed in Brazilian *reais*) of all cash and cash equivalents (including marketable securities and short-term investments and net of outstanding checks) of the Operational ATEs calculated in accordance with Brazilian GAAP. |
| "Dívida Líquida no Fechamento" significa o valor total da Dívida Líquida (incluindo quaisquer juros acumulados e não pagos incidentes sobre ela e quaisquer prêmios de pré-pagamento, multas ou valores similares a serem pagos a esse respeito) das ATEs Operacionais, no seu respectivo Fechamento. | "Closing Net Debt" means the total amount of Net Debt (including any accrued and unpaid interest thereon and any prepayment premiums, penalties or similar amounts payable in respect thereof) of the Operational ATEs as of their applicable Closing. |
| "Capital de Giro no Fechamento" significa o valor total do Capital de Giro das ATEs Operacionais no seu respectivo Fechamento. | "Closing Working Capital" means the total amount of Working Capital of the Operational ATEs as of their applicable Closing. |
| "Contratos de Concessão" significa, em conjunto, os contratos de concessão de serviço de utilidade pública para transmissão de energia elétrica, celebrados por e entre: (i) ATE IV e ANEEL em 11 de junho de 2007; (ii) ATE V e ANEEL em 11 de junho de 2007; (iii) ATE VI e ANEEL em 11 de junho de 2007; (iv) ATE VII e ANEEL em 9 de outubro de 2007; (v) ATE VIII e ANEEL em 16 de junho de 2011; (vi) Norte Brasil e ANEEL em 26 de fevereiro de 2009; e (vii) Manaus Transmissora e ANEEL em 16 de outubro de 2008. | "Concession Agreements" mean, collectively, the public service concession agreements for electric power transmission entered into by and between: (i) ATE IV and ANEEL on June 11, 2007; (ii) ATE V and ANEEL on June 11, 2007; (iii) ATE VI and ANEEL on June 11, 2007; (iv) ATE VII and ANEEL on October 9, 2007; (v) ATE VIII and ANEEL on June 16, 2011; (vi) Norte Brasil and ANEEL on February 26, 2009; and (vii) MTE and ANEEL on October 16, 2008. |
| "Informações Confidenciais" significa, entre outros, o que segue: (i) as informações sobre os negócios, | "Confidential Information" means, without limitation, the following: (i) information on the |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 489

| | |
|---|---|
| Contratos e outros bens de qualquer ATE Operacional ou qualquer uma das Partes; (ii) os nomes e endereços de quaisquer clientes e fornecedores de qualquer uma das Partes; e (iii) as informações sobre os termos das negociações deste Contrato, bem como os próprios documentos aqui mencionados. | businesses, Contracts and other properties of any Operational ATE or any of the Parties; (ii) the names and addresses of any clients and suppliers of any of the Parties; and (iii) information on the terms of the negotiations of this Agreement, as well as the very documents referred to herein. |
| "Instrumento Contratual" significa qualquer acordo, contrato, escritura, hipoteca, escritura de fidúcia, nota, título, locação, licença, sublicença, opção, compromisso, instrumento, entendimento, pedido de compra ou venda, garantia, promessa, obrigação ou outro contrato, oral ou escrito, legalmente vinculante. | "Contract" means any written or oral legally binding agreement, contract, indenture, mortgage, deed of trust, note, bond, lease, license, sublicense, option, commitment, instrument, understanding, purchase or sales order, warranty, promise, undertaking or other agreement. |
| "Controle" (incluindo, com os significados correspondentes, "Controladora," "Controlada" e "sob Controle comum") significa os poderes para, direta ou indiretamente, conduzir a administração e definir as diretrizes de uma pessoa jurídica ou fundo de investimento, seja (i) por meio da titularidade de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital votante dessa pessoa jurídica ou das cotas desse fundo de investimento; (ii) mediante o exercício do direito de eleger a maioria dos conselheiros e/ou diretores dessa pessoa jurídica ou nomear o administrador desse fundo de investimento; (iii) mediante um acordo; ou (iv) de qualquer outra maneira. | "Control" (including, with the corresponding meanings, "Controlling," "Controlled" and "under common Control") means the power to, directly or indirectly, manage the administration and define the guidelines of a legal entity or investment fund, whether (i) by being the owner of over fifty percent (50%) of the voting capital of said legal entity or of the quotas in said investment fund; (ii) upon the exercise of the right to elect the majority of the directors and/or officers of such legal entity or to appoint the administrator of said investment fund; (iii) upon an agreement; or (iv) in any other way. |
| "Empréstimo DIP " significa o empréstimo a ser concedido pelo Credor do DIP a qualquer Recuperanda, conforme estabelecido no Plano de Recuperação Judicial. | "DIP Financing" means the financing to be granted by the DIP Lender to any of the Companies under Reorganization as set forth in the Judicial Reorganization Plan. |
| "Valor do Empréstimo DIP" significa o valor a ser pago ao Credor do DIP, conforme estabelecido no Plano de Recuperação Judicial. | "DIP Financing Amount" means the amount to be paid to the DIP Lender as set forth in the Judicial Reorganization Plan. |
| "Credor do DIP" significa o credor que conceda o Empréstimo DIP. | "DIP Lender" means the relevant lender that grants the DIP Financing. |
| "Acionistas Externos" significa os acionistas das ATEs Operacionais, com exceção das Vendedoras, suas Afiliadas, ou administradores das ATEs Operacionais eleitos pelas Vendedoras ou suas Afiliadas. | "External Shareholders" means the shareholders of the Operational ATEs, except for Sellers, their Affiliates, or administrators of the Operational ATEs, elected by Sellers or their Affiliates. |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 490

| | |
|---|---|
| "G5\|Evercore" significa a G5 Consultoria e Assessoria Ltda., empresa de consultoria financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.695.920/0001-83, especializada em processos de reestruturação de dívida e recuperação judicial de empresas, contratada pelas Recuperandas para atuar como consultora financeira na Recuperação Judicial e na prática de todos os atos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial. | "G5\|Evercore" means G5 Consultoria e Assessoria Ltda., a financial consultancy company enrolled in the CNPJ/MF under No. 08.695.920/0001-83, specialized in debt restructuring processes and judicial reorganization of companies, engaged by the Companies under Reorganization to work as financial advisor in the Judicial Reorganization and in the performance of all acts set forth in the Judicial Reorganization Plan. |
| "Representante de Governo" significa qualquer representante ou funcionário de uma Autoridade Governamental; qualquer pessoa agindo na qualidade de representante de ou em nome dessa Autoridade Governamental; ou qualquer partido político estrangeiro ou seu representante ou qualquer candidato a um cargo político no exterior. | "Government Official" means any officer or employee of a Governmental Authority; any person acting in an official capacity for or on behalf of any such Governmental Authority; or any foreign political party or official thereof or any candidate for a foreign political office. |
| "Autoridade Governamental" significa qualquer autoridade, agência ou comissão governamental, regulatória ou administrativa, ou qualquer foro, tribunal ou órgão judicial ou arbitral, com jurisdição sobre as Vendedoras. | "Governmental Authority" means any relevant governmental, regulatory or administrative authority, agency or commission, or also any court, tribunal or judicial or arbitral body, with jurisdiction over the Sellers. |
| "Autorizações Governamentais" significa qualquer consentimento, permissão, aprovação, renúncia ou autorização de qualquer Autoridade Governamental, bem como qualquer declaração, registro, notificação ou transferência ou pedido perante qualquer Autoridade Governamental, visando à execução das operações objeto deste Contrato. | "Governmental Authorizations" means any consent, permit, approval, waiver or authorization from any Governmental Authority, as well as any statement, registration, submission or transfer or filing with any Governmental Authority, for the implementation of the transactions object of this Agreement. |
| "Ordem Governamental" significa qualquer ordem, mandado, sentença, liminar, decreto, estipulação, determinação ou condenação emitida por ou perante qualquer Autoridade Governamental. | "Governmental Order" means any order, writ, judgment, injunction, decree, stipulation, determination or award entered by or with any Governmental Authority. |
| "Preço de Compra Inicial da ATE" significa, com relação a uma ATE Operacional objeto de um Fechamento, um valor igual a 80% (oitenta por cento) do Preço de Compra da ATE para essa ATE Operacional. | "Initial ATE Purchase Price" means, with respect to an Operational ATE that is the subject of a Closing, an amount equal to eighty percent (80%) of the ATE Purchase Price for such Operational ATE. |
| "Endividamento" significa, com relação a qualquer Pessoa, (i) todas as obrigações dessa Pessoa relativas a empréstimo em dinheiro (incluindo reembolso e todas as outras obrigações relativas a quaisquer | "Indebtedness" means, as to any Person, (i) all obligations of such Person for borrowed money (including reimbursement and all other obligations with respect to any surety bonds, letters of credit, |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 491

| | |
|---|---|
| seguros-fiança, cartas de crédito, aceites bancários, em cada caso, somente na medida em que sacados, estejam vencidos ou não), (ii) todas as obrigações dessa Pessoa evidenciadas por notas, títulos, debêntures ou instrumentos similares, (iii) todas as obrigações dessa Pessoa de pagar o preço de compra diferido dos bens ou serviços, exceto contas a pagar de fornecedores e Passivos comerciais ou de fornecedores acumulados originados no curso normal dos negócios, (iv) todas as taxas de juros e swaps monetários, caps, collars e acordos similares ou instrumentos de hedging segundo os quais pagamentos precisam ser feitos por essa Pessoa, periodicamente ou mediante a ocorrência de uma contingência (avaliada pelo respectivo valor de rescisão), (v) todo endividamento criado ou originado sob qualquer contrato de venda condicional ou com reserva de domínio com relação a quaisquer bens adquiridos por essa Pessoa, (vi) todas as obrigações dessa Pessoa a respeito de locações de (ou outros contratos de transmissão do direito de uso) bens ou outros ativos que os Princípios Contábeis Brasileiros exigem que sejam classificados e contabilizados como arrendamentos de bens de capital, (vii) todos os impostos devidos e não pagos (incluindo juros e multas aplicáveis), (viii) todos os salários, benefícios e remuneração de empregados, devidos e não pagos, incluindo encargos previdenciários, (ix) todo endividamento garantido por qualquer Ônus sobre quaisquer bens ou ativos possuídos ou detidos por essa Pessoa, e (x) todas as garantias dadas por essa Pessoa para o Endividamento de qualquer outra Pessoa; fica estabelecido, contudo, que o Endividamento não incluirá obrigações entre partes relacionadas entre qualquer das Recuperandas ou as ATEs Operacionais e quaisquer de suas respectivas subsidiárias. | bankers' acceptances, in each case, only to the extent drawn, whether or not matured), (ii) all obligations of such Person evidenced by notes, bonds, debentures or similar instruments, (iii) all obligations of such Person to pay the deferred purchase price of property or services, except trade accounts payable and accrued commercial or trade Liabilities arising in the ordinary course of business, (iv) all interest rate and currency swaps, caps, collars and similar agreements or hedging devices under which payments are obligated to be made by such Person, whether periodically or upon the happening of a contingency (valued at the termination value thereof), (v) all indebtedness created or arising under any conditional sale or other title retention agreement with respect to property acquired by such Person, (vi) all obligations of such Person in respect of leases of (or other agreements conveying the right to use) property or other assets which Brazilian GAAP requires to be classified and accounted for as capital leases, (vii) all due and unpaid taxes (including interests and penalties applying thereto), (viii) all due and unpaid salaries, benefits and employees compensation, including social security charges, (ix) all indebtedness secured by any Lien on any property or asset owned or held by such Person, and (x) all guarantees by such Person of the Indebtedness of any other Person; provided, however, that Indebtedness shall not include intercompany obligations between any of the Companies under Reorganization or the Operational ATEs and any of their respective subsidiaries. |
| "Parte Indenizada" significa uma Parte Indenizada do Comprador ou uma Parte Indenizada da Vendedora, conforme o caso. | "Indemnified Party" means a Purchaser Indemnified Party or a Seller Indemnified Party, as the case may be. |
| "Parte Indenizadora" significa as Vendedoras de acordo com a Cláusula 8.2 ou o Comprador de acordo com a Cláusula 8.3, conforme o caso. | "Indemnifying Party" means the Sellers pursuant to Clause 8.2 or the Purchaser pursuant to Clause 8.3, as the case may be. |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 492

| | |
|---|---|
| "Taxa do IPCA" significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") ou outra taxa de referência do IBGE que possa vir a substituí-lo, aplicado *pro rata,* em todos os casos. | "IPCA Rate" means the National Consumer Price Index (*Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo*), calculated by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* – "IBGE") or other IBGE reference rate that might come to replace it, applied at all times on a *pro rata* basis. |
| "Plano de Reorganização Judicial" significa o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas à 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, no processo 0029741-24.2016.8.19.0001, em conformidade com as disposições estabelecidas no artigo 53 da Lei nº 11.101/2005, e aprovado em 18 de agosto de 2017. | "Judicial Reorganization Plan" means the Judicial Reorganization Plan submitted by the Companies under Reorganization to the 5th Lower Business Court of the Judicial District of the Capital of the State of Rio de Janeiro, in proceedings 0029741-24.2016.8.19.0001, in compliance with the provisions set forth in article 53 of Law 11,101/2005, and approved on August 18, 2017. |
| "Conhecimento das Vendedoras" significa o efetivo conhecimento, após verificação razoável, dos seguintes indivíduos: Luis Maria Solaro Mascari, Janaina Gonçalves, os diretores executivos, presidentes, diretores financeiros, diretores de contabilidade, diretores de compliance, diretores de tecnologia, diretores técnicos, diretores jurídicos e conselheiros das Recuperandas e das ATEs Operacionais. | "Knowledge of Sellers" means the actual knowledge, after making reasonable inquiry, of the following individuals: Luis Maria Solaro Mascari, Janaina Gonçalves, the chief executive officers, presidents, chief financial officers, chief accounting officers, chief compliance officers, chief technology officers, technical officers, general counsels and directors of the Companies under Reorganization and the Operational ATEs.. |
| "Lei" significa qualquer lei, código, decreto, regulamento, exigência regulatória, regra, portaria, decisão, circular, deliberação, norma, resolução, licença, decisão judicial, arbitral ou administrativa, tratado, diretriz, mandado, sentença, laudo, ordem judicial, ordem ou qualquer outra determinação de qualquer Autoridade Governamental. | "Law" means any law, code, decree, regulation, regulatory requirement, rule, ordinance, ruling, circular, deliberation, standard, resolution, permit, judicial, arbitral or administrative decision, treaty, guideline, writ, judgment, award, court order, order or any other determination from any Governmental Authority. |
| "Passivos" significa todas e quaisquer dívidas, passivos e obrigações, acumulados ou fixos, absolutos ou contingentes, vencidos ou vincendos ou determinados ou determináveis, inclusive aqueles decorrentes de qualquer Lei, Processo ou Ordem Governamental, e aqueles decorrentes de qualquer Instrumento Contratual. | "Liabilities" means any and all debts, liabilities and obligations, whether accrued or fixed, absolute or contingent, matured or unmatured or determined or determinable, including those arising under any Law, Action or Governmental Order and those arising under any Contract. |
| "Ônus" significa, com relação a qualquer bem ou ativo, qualquer hipoteca, ônus (incluindo ônus ambientais e tributários), penhor, usufruto, restrição, opção, restrição sobre transferências, encargo, direito de garantia ou outro gravame ou reivindicação | "Lien" means, with respect to any property or asset, any mortgage, lien (including environmental and tax liens), pledge, usufruct, hypothecation, restriction, option, restriction on transfer, charge, security interest, or other encumbrance or adverse claim of |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 493

| | |
|---|---|
| adversa de título, propriedade ou direito de uso ou de qualquer outro tipo a respeito desse bem ou ativo. | title, ownership or right to use or any other kind in respect of such property or asset. |
| "Perda" significa, com relação a qualquer Pessoa, qualquer dívida, perda, obrigação, demanda, Passivo, exigência, restrição, diminuição no valor, dano, multa, reivindicação, juros, indenização, tributos, sentença, penalidade, taxa, custo ou despesa, incluindo honorários advocatícios e honorários de outros especialistas, bem como custas processuais, efetivamente sofridos ou incorridos por essa Pessoa. | "Loss" means, as to any Person, any debt, loss, obligation, demand, Liability, requirement, constraint, diminution in value, damage, fine, claim, interest, award, taxes, judgment, penalty, fee, cost or expense, including attorneys' fees and fees of other experts, as well as court costs, actually suffered or incurred by such Person. |
| "Mudança Adversa Relevante" significa qualquer fato, evento, mudança, ocorrência, desenvolvimento, condição, circunstância ou efeito que, individualmente ou em conjunto com outros fatos, eventos, mudanças, ocorrências, desenvolvimentos, condições, circunstâncias ou efeitos (x) poderia, segundo expectativas razoáveis, impedir, prejudicar de forma relevante ou atrasar de forma relevante a capacidade das Vendedoras de cumprir suas obrigações nos termos deste instrumento ou de concretizar as operações aqui contempladas, (y) afetou, afeta ou poderia afetar, segundo expectativas razoáveis, direta ou indiretamente, de forma relevante e adversa a capacidade do Comprador de operar e conduzir o Negócio das ATEs Operacionais da forma na qual ele é atualmente operado ou conduzido pelas ATEs Operacionais, ou (z) foi, é ou poderia ser, segundo expectativas razoáveis, direta ou indiretamente, relevantemente adverso ao Negócio, operações, ativos ou Passivos (inclusive Passivos contingentes), vínculos empregatícios, relacionamentos com clientes ou fornecedores, relacionamentos com Autoridades Governamentais, potenciais clientes, resultados de operações ou situação (financeira ou outra) de qualquer ATE Operacional; observado, contudo, no caso dos itens (y) e (z), na medida em que qualquer fato, evento, mudança, ocorrência, desenvolvimento, condição, circunstância ou efeito que resulte, direta ou indiretamente, de qualquer um dos itens a seguir não constituirá uma "Mudança Adversa Relevante": (i) mudanças, após a data deste instrumento, nas Leis ou políticas regulatórias aplicáveis geralmente utilizadas nos setores em que as ATEs Operacionais atuam, (ii) mudanças exigidas nas normas ou | "Material Adverse Change" means any fact, event, change, occurrence, development, condition, circumstance or effect that, individually or in the aggregate, with other facts, events, changes, occurrences, developments, conditions, circumstances or effects (x) could be reasonably expected to prevent, materially impair or materially delay the ability of the Sellers to perform their obligations hereunder or to consummate the transactions contemplated hereby, (y) has been, is or could reasonably be expected to, directly or indirectly, materially and adversely affect the ability of the Purchaser to operate or conduct the Business of the Operational ATEs in the manner in which it is currently operated or conducted by the Operational ATEs, or (z) has been, is or could reasonably be expected to be, directly or indirectly, materially adverse to the Business, operations, assets or Liabilities (including contingent Liabilities), employee relationships, customer or supplier relationships, relationships with Governmental Authorities, prospects, results of operations or condition (financial or otherwise) of any Operational ATE; provided, however, in the case of clauses (y) and (z), to the extent any fact, event, change, occurrence, development, condition, circumstance or effect that results, directly or indirectly, from any of the following shall not constitute a "Material Adverse Change": (i) changes, after the date hereof, in applicable Laws or regulatory policies generally applicable to the industries in which the Operational ATEs operate, (ii) required changes in accounting standards or principles (based on advice from independent certified public accountants or binding interpretations thereof, in each case, after the date |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 494

| | |
|---|---|
| princípios contábeis (com base em orientações de contadores externos certificados ou a partir de interpretações vinculantes dessas normas ou princípios, em ambos os casos a partir da data do presente instrumento), (iii) mudanças climáticas, desastres naturais ou outros atos fortuitos, atos de guerra, hostilidades armadas, sabotagem ou terrorismo, incluindo qualquer um dos itens acima que sejam iminentes ou em curso na data deste Contrato, (iv) qualquer falha intrínseca de cumprir quaisquer projeções, instrução, estimativas, previsões ou metas, ou previsões financeiras ou operacionais (ficando entendido que os fatos e circunstâncias ensejando essa falha podem ser levados em conta ao se determinar se há, houve ou poderia haver, segundo expectativas razoáveis, uma Mudança Adversa Relevante), ou (v) exceto por exigências de funcionamento no curso normal dos negócios, qualquer ato que deva ser praticado por qualquer ATE Operacional ou mediante solicitação prévia e por escrito do Comprador, ou com o seu consentimento por escrito e integralmente informado (assumindo que todas as informações fornecidas ao Comprador no tocante a esse consentimento eram corretas do ponto de vista fático e entendendo que essa exclusão somente será aplicável na medida em que o efeito adverso resultante poderia ter sido razoavelmente previsto pelo Comprador à época desse consentimento); observado, contudo, que os itens (i) a (iii) acima não serão aplicáveis se o fato, evento, mudança, ocorrência, desenvolvimento, condição, circunstância ou efeito afetar adversamente de forma desproporcional as ATEs Operacionais comparativamente a outros participantes do setor no qual as ATEs Operacionais atuam. | hereof), (iii) changes in weather, natural disasters or other acts of God, acts of war, armed hostilities, sabotage or terrorism, or any escalation or worsening of any such acts of war, armed hostilities, sabotage or terrorism, including any of the foregoing threatened or underway as of the date of this Agreement, (iv) any failure, in and of itself to meet any projections, guidance, estimates, forecasts, or milestones or financial or operating predictions (it being understood that the facts and circumstances giving rise to such failure may be taken into account in determining whether there is or has been or could reasonably be expected to be a Material Adverse Change), or (v) except for any requirement to operate in the ordinary course of business, any action required to be taken by any Operational ATE or taken at the prior written request of, or with the written and fully-informed consent of, Purchaser (assuming that all information provided to Purchaser in connection with granting such consent was factually accurate and understanding that this exclusion will only apply to the extent the resulting adverse effect would have been reasonably foreseeable by Purchaser at the time such consent was granted); provided, however, the foregoing clauses (i)-(iii) shall not apply if such fact, event, change, occurrence, development, condition, circumstance or effect disproportionately adversely affects the Operational ATEs relative to other participants in the industry in which the Operational ATEs operate. |
| "Efeito Adverso Relevante" significa qualquer fato, evento, mudança, ocorrência, desenvolvimento, condição, circunstância ou efeito que, individualmente ou em conjunto com outros fatos, eventos, mudanças, ocorrências, desenvolvimentos, condições, circunstâncias ou efeitos (x) poderia, segundo expectativas razoáveis, impedir, prejudicar de forma relevante ou atrasar de forma relevante a capacidade das Vendedoras de cumprir suas obrigações nos termos deste instrumento ou de concretizar as operações aqui contempladas, (y) | "Material Adverse Effect" means any fact, event, change, occurrence, development, condition, circumstance or effect that, individually or in the aggregate, with other facts, events, changes, occurrences, developments, conditions, circumstances or effects (x) could be reasonably expected to prevent, materially impair or materially delay the ability of the Sellers to perform their obligations hereunder or to consummate the transactions contemplated hereby, (y) has been, is or could reasonably be expected to, directly or |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 495

| | |
|---|---|
| afetou, afeta ou poderia afetar, segundo expectativas razoáveis, direta ou indiretamente, de forma relevante e adversa a capacidade do Comprador de operar e conduzir o Negócio das ATEs Operacionais da forma na qual ele é atualmente operado ou conduzido pelas ATEs Operacionais, ou (z) foi, é ou poderia ser, segundo expectativas razoáveis, direta ou indiretamente, relevantemente adverso ao Negócio, operações, ativos ou Passivos (inclusive Passivos contingentes), vínculos empregatícios, relacionamentos com clientes ou fornecedores, relacionamentos com Autoridades Governamentais, potenciais clientes, resultados de operações ou situação (financeira ou outra) de qualquer ATE Operacional; observado, contudo, no caso dos itens (y) e (z), na medida em que qualquer fato, evento, mudança, ocorrência, desenvolvimento, condição, circunstância ou efeito que resulte, direta ou indiretamente, de qualquer um dos itens a seguir não constituirá um "Efeito Adverso Relevante": (i) Passivos que, individualmente ou em conjunto, não excedam R$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) para os fins da Cláusula 3.3(v) e da Cláusula 9.1(ii)(a) ou R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para os fins da Cláusula 3.3(i); (ii) mudanças, após a data deste instrumento, nas Leis ou políticas regulatórias aplicáveis geralmente aplicáveis aos setores em que as ATEs Operacionais atuam, (iii) mudanças exigidas nas normas ou princípios contábeis (com base em orientações de contadores externos certificados ou a partir de interpretações vinculantes dessas normas ou princípios, em ambos os casos a partir da data do presente instrumento), (iv) mudanças climáticas, desastres naturais ou outros atos fortuitos, atos de guerra, hostilidades armadas, sabotagem ou terrorismo, ou a piora ou deterioração de quaisquer atos de guerra, hostilidades armadas, sabotagem ou terrorismo, incluindo qualquer um dos itens acima que sejam iminentes ou em curso na data deste Contrato, (v) qualquer falha intrínseca de cumprir quaisquer projeções, instrução, estimativas, previsões ou metas, ou previsões financeiras ou operacionais (ficando entendido que os fatos e circunstâncias ensejando essa falha podem ser levados em conta ao se determinar se há, houve ou poderia haver, segundo expectativas razoáveis, um Efeito Adversa Relevante), ou (vi) exceto por | indirectly, materially and adversely affect the ability of the Purchaser to operate or conduct the Business of the Operational ATEs in the manner in which it is currently operated or conducted by the Operational ATEs, or (z) has been, is or could reasonably be expected to be, directly or indirectly, materially adverse to the Business, operations, assets or Liabilities (including contingent Liabilities), employee relationships, customer or supplier relationships, relationships with Governmental Authorities, prospects, results of operations or condition (financial or otherwise) of any Operational ATE; provided, however, in the case of clauses (y) and (z), to the extent any fact, event, change, occurrence, development, condition, circumstance or effect that results, directly or indirectly, from any of the following shall not constitute a "Material Adverse Effect": (i) Liabilities which, individually or in the aggregate, do not exceed R$65,000,000.00 (sixty-five million reais) for the purposes of Section 3.3(v) and Section 9.1(ii)(a) or R$50,000,000.00 (fifty million reais) for the purposes of Section 3.3(i); (ii) changes, after the date hereof, in applicable Laws or regulatory policies generally applicable to the industries in which the Operational ATEs operate, (iii) required changes in accounting standards or principles (based on advice from independent certified public accountants or binding interpretations thereof, in each case, after the date hereof), (iv) changes in weather, natural disasters or other acts of God, acts of war, armed hostilities, sabotage or terrorism, or any escalation or worsening of any such acts of war, armed hostilities, sabotage or terrorism, including any of the foregoing threatened or underway as of the date of this Agreement, (v) any failure, in and of itself to meet any projections, guidance, estimates, forecasts, or milestones or financial or operating predictions (it being understood that the facts and circumstances giving rise to such failure may be taken into account in determining whether there is or has been or could reasonably be expected to be a Material Adverse Effect), or (vi) except for any requirement to operate in the ordinary course of business, any action required to be taken by any Operational ATE or taken at the prior written request of, or with the written and fully-informed consent of, Purchaser (assuming that all information provided to |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 496

| | |
|---|---|
| exigências de funcionamento no curso normal dos negócios, qualquer ato que deva ser praticado por qualquer ATE Operacional ou mediante solicitação prévia e por escrito do Comprador, ou com o seu consentimento por escrito e integralmente informado (assumindo que todas as informações fornecidas ao Comprador no tocante a esse consentimento eram corretas do ponto de vista fático e entendendo que essa exclusão somente será aplicável na medida em que o efeito adverso resultante poderia ter sido razoavelmente previsto pelo Comprador à época desse consentimento); observado, contudo, que os itens (ii) a (iv) acima não serão aplicáveis se o fato, evento, mudança, ocorrência, desenvolvimento, condição, circunstância ou efeito afetar adversamente de forma desproporcional as ATEs Operacionais comparativamente a outros participantes do setor no qual as ATEs Operacionais atuam. | Purchaser in connection with granting such consent was factually accurate and understanding that this exclusion will only apply to the extent the resulting adverse effect would have been reasonably foreseeable by Purchaser at the time such consent was granted); provided, however, the foregoing clauses (ii)-(iv) shall not apply if such fact, event, change, occurrence, development, condition, circumstance or effect disproportionately adversely affects the Operational ATEs relative to other participants in the industry in which the Operational ATEs operate. |
| "Agravo Relevante" significa um agravo de instrumento interposto por um credor das Recuperandas ou por qualquer outro terceiro contestando o Leilão Judicial ou a homologação do Comprador como o vencedor do Leilão Judicial, em cada caso especificamente contestando a venda das ATEs Operacionais. | "Material Appeal" means an appeal (*agravo de instrumento*) filed by a creditor of the Companies under Reorganization or any other third party disputing or challenging the Judicial Auction or the homologation of the Purchaser as the winner of such Judicial Auction, in each case specifically disputing or challenging the sale of the Operational ATEs. |
| "Reivindicação da NBTE" significa a ação judicial ajuizada pela Norte Brasil contra a ANEEL em 26 de junho de 2017, na Justiça Federal do Distrito Federal, processo número 1006357-03.2017.4.01.3400. | "NBTE Claim" means the lawsuit filed by Norte Brasil against ANEEL on June 26, 2017, before the Federal Court of Distrito Federal, case records no. 1006357-03.2017.4.01.3400. |
| "Dívida Líquida" significa a soma de todos os passivos financeiros, itens com natureza de dívida e Novas Provisões, menos (i) Caixa (curto prazo), (ii) Depósitos Vinculados (curto e longo prazo), (iii) Contas a Receber de Partes Relacionadas (curto e longo prazo). Para fins de referência, os nomes das contas que seriam incluídas nesse item são: Caixa e Equivalentes de Caixa (curto prazo), Depósitos Vinculados (curto e longo prazo), Empréstimos e Financiamentos (incluindo Debêntures e juros acumulados exigíveis) (curto e longo prazo), Contas a Pagar a Partes Relacionadas (curto e longo prazo), Contas a Receber de Partes Relacionadas (curto e | "Net Debt" means the sum of all financial liabilities, debt-like items and New Provisions minus: (i) Cash (short term), (ii) Tied Deposits (short term and long term), (iii) Related Parties Receivables (short term and long term). For reference purposes, the labels of the accounts that would be included in this item are Cash and Cash Equivalents (short term), Tied Deposits (short and long term), Loans and Financing (including Debentures and accrued interest payable) (short and long term), Related Parties Payables (short and long term), Related Parties Receivables (short and long term), Payables to Suppliers (only the long term portion), and Taxes Payable (short and long |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 497

| | |
|---|---|
| longo prazo), Contas a Pagar a Fornecedores (somente a parcela de longo prazo) e quaisquer Tributos a Pagar (curto e longo prazo) (com base nas Demonstrações Financeiras Auditadas). Para evitar dúvidas, as contas Dividendos a Pagar, Provisões (exceto pelas Novas Provisões) e Depósitos Judiciais, sejam de curto ou longo prazo, não são considerados no cálculo acima. | term) (based on the Audited Financial Statements). For the avoidance of doubt, the labels Dividends Payable, Provisions (except for New Provisions) and Judicial Deposits, be them short term or long term, are not considered in the calculation above. |
| "Auditor Neutro" significa uma empresa de auditoria independente razoavelmente aceitável às Vendedoras e ao Comprador. | "Neutral Accountant" means an independent accounting firm reasonably acceptable to the Sellers and the Purchaser. |
| "Novas Provisões" significa (i) quaisquer Passivos não divulgados no Anexo de Divulgação das Vendedoras e (ii) quaisquer Passivos que surgirem após 19 de junho de 2017, sendo esses Passivos nos itens "(i)" e "(ii)" de prazo (data de vencimento) ou valor incertos (de acordo com a definição de "provisão" sob o Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis), e que devam ser provisionados na Demonstração de Ajuste do Fechamento segundo os Princípios Contábeis Brasileiros e de forma compatível com as práticas contábeis passadas das ATEs Operacionais adotadas até o Fechamento Inicial. Para evitar dúvidas, "Novas Provisões" não incluirá provisões feitas ou aumentadas no tocante a quaisquer Passivos que não se enquadrarem nos itens "(i)" e "(ii)" acima (por exemplo, uma provisão feita ou aumentada a respeito de um Passivo informado no Anexo de Divulgação das Vendedoras não será considerada uma Nova Provisão). | "New Provisions" means (i) any Liabilities not disclosed in the Seller Disclosure Schedule and (ii) any Liabilities arising after June 19, 2017, which Liabilities in "(i)" and "(ii)" are of uncertain maturity (due date) or amount (in accordance with the definition of "provision" under the *Pronunciamento Técnico CPC 25* issued by the *Comitê de Pronunciamentos Contábeis*) and are required to be provisioned in the Closing Adjustment Statement in accordance with Brazilian GAAP and consistently with the Operational ATEs' past accounting practices adopted up to the Initial Closing. For the avoidance of doubt, "New Provisions" shall not include provisions made or increased in connection with any Liabilities falling outside the scope of items "(i)" and "(ii)" above (*e.g.* a provision made or increased for a Liability informed in the Seller Disclosure Schedule shall not be deemed a New Provision). |
| "Licença" significa licenças, permissões, franquias, concessões, título de concessão, ordens, consentimentos, aprovações, autorizações, registros, renúncias, variações, qualificações, certificados ou outras autorizações semelhantes emitidas, ou concedidas de outra forma, por uma Autoridade Governamental, incluindo os Contratos de Concessão. | "Permit" means permits, licenses, franchises, concession, concession title, orders, consents, approvals, authorizations, registrations, waivers, variances, qualifications, certifications or other similar authorizations issued, or otherwise granted, by a Governmental Authority, including the Concession Agreements. |
| "Pessoa" significa qualquer pessoa natural, sociedade, companhia, entidade sem personalidade jurídica, sociedade em conta de participação, "*trust*" ou qualquer pessoa jurídica. | "Person" means any individual, firm, company, corporation, unincorporated entity, partnership, trust or another legal entity. |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 493

| | |
|---|---|
| "Propriedades" significa os Imóveis de propriedade das ATEs Operacionais elencados na Cláusula 5.8 do Anexo de Divulgação das Vendedoras. | "Properties" means the Real Property owned by the Operational ATEs listed in Section 5.8 of the Seller Disclosure Schedule. |
| "Opção de Venda de Ações" significa o "*Contrato de Opción de Venta Y Compra de Acciones de ATE IV*", celebrado em 10 de maio de 2012. | "Put Option" means the "*Contrato de Opción de Venta Y Compra de Acciones de ATE IV*", entered into on May 10, 2012. |
| "Imóveis" significa, com relação às ATEs Operacionais, em conjunto, os imóveis de terceiros ocupados pelas ATEs Operacionais e, na medida em que existam, quaisquer imóveis de propriedade das ATE Operacionais. | "Real Property" means, with respect to the Operational ATEs, collectively the third parties' real properties occupied by the Operational ATEs and, to the extent any exists, any real property owned by the relevant Operational ATE. |
| "Valor de Referência da Dívida Líquida" significa o valor total da Dívida Líquida dos ATEs Operacionais previsto no Anexo 2.2. | "Reference Net Debt Amount" means the total amount of Net Debt of the Operational ATEs set forth on Exhibit 2.2. |
| "Valor de Referência do Capital de Giro" significa o valor total do Capital de Giro das ATEs Operacionais estabelecido no Anexo 2.2. | "Reference Working Capital Amount" means the total amount of Working Capital of the Operational ATEs set forth on Exhibit 2.2. |
| "Pagamento Restante após o Fechamento" significa, com relação a uma ATE Operacional objeto de um Fechamento, um valor igual ao Preço de Compra da ATE de tal ATE Operacional menos o Preço de Compra Inicial da ATE (ou seja, 20% do Preço de Compra da ATE em questão). | "Remainder Closing Payment" means, with respect to an Operational ATE that is the subject of a Closing, an amount equal to the ATE Purchase Price for such Operational ATE minus the Initial ATE Purchase Price (i.e. 20% of the relevant ATE Purchase Price). |
| "Representantes" de qualquer parte significa os conselheiros, diretores, sócios, bancos de investimento, consultores, Afiliadas, empregados, agentes, detentores de participação, sócios comanditários, representantes, consultores financeiros, contadores e procuradores da referida parte. | "Representatives" of any party means such party's directors, officers, partners, investment bankers, advisors, Affiliates, employees, agents, equityholders, limited partners, representatives, financial advisors, consultants, accountants and attorneys. |
| "Anexo de Divulgação das Vendedoras" significa o Anexo de Divulgação, com a data deste Contrato, entregue pelas Vendedoras ao Comprador com relação a este Contrato. | "Seller Disclosure Schedule" means the Disclosure Schedule, dated as of the date of this Agreement, delivered by the Sellers to the Purchaser in connection with this Agreement. |
| "Declarações Fundamentais da Vendedora" significa as declarações e garantias das Vendedoras nas Cláusulas 5.1 (*Constituição; Regularidade e Legitimidade; Titularidade de Ações;* | "Seller Fundamental Representations" means the representations and warranties of Sellers in Clauses 5.1 (*Organization; Good Standing and Legitimacy; Ownership of Shares; Capitalization*), 5.2(i) and |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 499

| | |
|---|---|
| *Capitalização*), 5.2(i) e (ii)(b) (*Consentimentos; Autorizações*), 5.6 (*Contratos Relevantes*) e 5.10(ii) (*Ausência de Determinadas Alterações ou Eventos*). | (ii)(b) (*Consents; Authorizations*), 5.6 (*Material Contracts*) and 5.10(ii) (*Absence of Certain Changes or Events*). |
| "Instrumentos de Transferência de Ações" significa o livro de registro de ações nominativas e o livro de transferência de ações nominativas. | "Share Transfer Instruments" mean the book of registered shares (*livro de registro de ações nominativas*) and the book of share transfers (*livro de transferência de ações nominativas*). |
| "Acordos de Acionistas" significa os instrumentos celebrados pelas Vendedoras com quaisquer Acionistas Externos das ATEs Operacionais nos termos do artigo 118 da Lei nº 6.404/76. | "Shareholders' Agreements" means instruments executed by Sellers with any External Shareholders of Operational ATEs, under the terms of article 118 of Law 6,404/76. |
| "Ativos Supervenientes" significa os ativos e recursos efetivamente recebidos por quaisquer ATEs Operacionais em relação a fatos que antecedam a Data de Fechamento aplicável, desde que esses ativos ou fatos não tenham sido divulgados nas Demonstrações Financeiras Auditadas ou no Anexo de Divulgação das Vendedoras (exceto pela Reivindicação da NBTE, que é divulgada neste Contrato, porém constituirá um Ativo Superveniente para os fins da cláusula 8.7), observado, ainda, que na medida em que um Ativo Superveniente seja objeto de um litígio, nenhum pagamento será feito às Vendedoras nos termos deste instrumento a menos e até que uma decisão transitada em julgado seja proferida, outorgando esse Ativo Superveniente à ATE Operacional em questão de forma definitiva. | "Supervening Assets" means the assets and proceeds effectively received by any Operational ATE in connection with facts preceding the applicable Closing Date, provided that such assets or facts have not been disclosed in the Audited Financial Statements or in the Seller Disclosure Schedule (except for the NBTE Claim, which is disclosed in this Agreement but shall nonetheless constitute a Supervening Asset for purposes of this section 8.7), provided further that, to the extent that a Supervening Asset is subject to litigation, no payment to Sellers hereunder shall be made unless and until a final and unappealable decision is issued granting such Supervening Asset to the relevant Operational ATE in a definitive fashion. |
| "Contrato de Serviços de Transição" significa o contrato estabelecendo (i) a transferência dos empregados nele elencados para as Recuperandas indicadas no mesmo Anexo, incluindo as anotações necessárias em suas respectivas carteiras de trabalho e celebração, com tais empregados, dos termos de consentimento considerados apropriados pelas Partes, (ii) a transferência de quaisquer empregados das Afiliadas das ATEs Operacionais para as ATEs Operacionais, (iii) o tratamento de passivos em potencial em relação às transferências de empregados contempladas, (iv) a continuidade de determinados serviços que sejam atualmente prestados pelas Vendedoras e suas Afiliadas para as ATEs Operacionais e (ii) quaisquer outras questões relacionadas à transição do controle do negócio das | "Transition Services Agreement" means the agreement providing for (i) the transfer of the employees listed therein to the Companies under Reorganization indicated in the same Exhibit, including the necessary annotations on the respective work cards and execution, with the employees, of the terms of consent deemed appropriate by the Parties, (ii) the transfer of any employees from Affiliates of the Operational ATEs to the Operational ATEs, (iii) the treatment of potential liabilities relating to contemplated transfers of employees, (iv) the continuity of certain services that are currently provided by the Sellers and their Affiliates to the Operational ATEs and (v) any other matters relating to the transition of control of the business of the Operational ATEs as may be agreed by the Parties. |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 500

| | |
|---|---|
| ATEs Operacionais conforme venha a ser acordado pelas Partes. | |
| "Capital de Giro" significa os ativos circulantes, excluindo: (i) Caixa (no curto prazo) e (ii) a parcela de curto prazo do Ativo Financeiro de Concessão menos os itens do passivo circulante exceto pelos itens já incluídos na definição acima de Dívida Líquida. Para fins de referência, os nomes das contas que seriam incluídas nesse item são Contas a Receber (curto prazo), Tributos a Recuperar (curto prazo), Adiantamentos a Fornecedores (curto prazo), Outros Ativos Circulantes, Contas a Pagar a Fornecedores (somente a parcela de curto prazo) e Outros Passivos Circulantes (com base nas Demonstrações Financeiras Auditadas). Para evitar dúvidas, as contas: Tributos Diferidos (curto prazo), bem como os Dividendos a Pagar, Provisões e Depósitos Judiciais (sejam de curto ou longo prazo) não são considerados no cálculo acima. | "Working Capital" means current assets excluding: (i) Cash (short term) and (ii) short term portion of Financial Concession Asset minus current liabilities excluding items already included in the Net Debt definition above. For reference purposes, the labels of the accounts that would be included in this item are Accounts Receivable (short term), Recoverable Taxes (short term), Advances to Suppliers (short term), Other Current Assets, Payables to Suppliers (only the short term portion) and Other Current Liabilities (based on the Audited Financial Statements). For the avoidance of doubt, the labels: Deferred Taxes (short term), as well as Dividends Payable, Provisions and Judicial Deposits (be them Short Term or Long Term), are not considered in the calculation above. |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 501

| ANEXO 2.2 - DEMONSTRATIVO DE REFERÊNCIA DO PREÇO DE COMPRA | EXHIBIT 2.2 - PURCHASE PRICE REFERENCE STATEMENT |
|---|---|

| | NBTE<br>a | MTE<br>b | ATE IV<br>c | ATE V<br>d | ATE VI<br>e | ATE VII<br>f | ATE VIII<br>g | TOTAL (a + b + c + d + e + f + g) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Dívida Líquida* (em milhares de reais) // Net Debt* (in R$ thousands)** | 1.155.783 | 814.469 | 15.204 | 20.404 | 34.685 | 16.302 | (- 3.664) | 2.053.183 |
| **Capital de Giro* (em milhares de reais) // Working Capital* (in R$ thousands)** | 28.231 | 40.601 | 4.786 | 8.243 | 7.761 | 4.673 | 277 | 94.572 |

| | |
|---|---|
| * Segundo as demonstrações financeiras auditadas fornecidas pelas Vendedoras, as quais utilizam as normas e procedimentos dos Princípios Contábeis Brasileiros.<br><br>Os valores acima representam 100% do saldo da Dívida Líquida e do Capital de Giro em cada ATE Operacional. O ajuste do preço de compra da Cláusula 2.6 será calculado apenas de forma proporcional ao percentual de Ações efetivamente adquiridas no Fechamento aplicável. | * Pursuant to audited financial statements provided by Sellers, which utilize the standards and procedures of Brazilian GAAP.<br><br>The above figures represent 100% of the balance of Net Debt and Working Capital at each Operational ATE. The purchase price adjustment of Section 2.6 shall only be calculated proportionally to the percentage of Shares actually acquired at the applicable Closing. |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 502

| ANEXO 2.5 - MODELO DE TERMO DE ADESÃO | EXHIBIT 2.5 - FORM OF JOINDER AGREEMENT |
|---|---|
| **MINUTA DE TERMO DE ADESÃO** | **FORM OF JOINDER AGREEMENT** |
| Este Termo de Adesão ( "Termo de Adesão") é celebrado na data abaixo assinalada entre o signatário-aderente (o "Aderente") e as Partes, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado em [**data**], 2017 entre Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – em Recuperação Judicial e Abengoa Construção Brasil Ltda. – em Recuperação Judicial, como Vendedoras (sendo tais Vendedoras doravante referidas como "Vendedoras Abengoa"), e [**Comprador**], como Comprador, e, ainda, Abengoa Greenfield Brasil Holding S.A. – em Recuperação Judicial como interveniente-anuente, incluindo seus eventuais aditamentos (o "Contrato"). Termos iniciados em letras maiúsculas aqui utilizados, mas não definidos, terão os significados a eles atribuídos no Contrato. | This Joinder Agreement (this "Joinder Agreement") is made as of the date written below by the undersigned (the "Joining Party"), and acknowledged and agreed by the Parties, in accordance with the Share Purchase Agreement by and among Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – Under Judicial Reorganization and Abengoa Construção Brasil Ltda. – Under Judicial Reorganization, as Sellers (the Sellers herein referred to as the "Abengoa Sellers"), and [**Purchaser**], as Purchaser, and Abengoa Greenfield Brasil Holding S.A. – Under Judicial Reorganization, as an intervening and consenting party on [**date**], 2017, as the same may be amended from time to time (the "Agreement"). Capitalized terms used, but not defined, herein shall have the meaning ascribed to such terms in the Agreement. |
| O Aderente reconhece, concorda e confirma que, mediante a assinatura deste Termo de Adesão, em conformidade com as disposições do Contrato e tendo em vista o exercício dos Direitos de Liquidez do Aderente referidos na Cláusula 2.5(i) do Contrato, a qual requer a celebração deste Termo de Adesão pelo Aderente, o Aderente passará a ser considerado uma Parte do Contrato a partir da presente data, passando a ter todos os direitos e obrigações de uma "Vendedora" no que diz respeito à venda das Ações da ATE Operacional por ele detidas, nos termos do Contrato. O Aderente, na presente data, ratifica e concorda com sua vinculação a todos os termos, cláusulas e condições contidos no Contrato enquanto uma "Vendedora" e uma "Parte" do mesmo. Todas as referências contidas no Contrato aos termos "Vendedora", "Vendedoras", "Parte" ou "Partes" passarão a incluir o Aderente. | The Joining Party hereby acknowledges, agrees and confirms that, by its execution of this Joinder Agreement, in accordance with the provisions of the Agreement, and upon the exercise of the Joining Party's Liquidity Rights set forth in Section 2.5(i) of the Agreement, which provides for the requirement that the Joining Party execute this Joinder Agreement, the Joining Party shall be deemed to be a Party to the Agreement as of the date hereof, and shall have all of the rights and obligations of a "Seller" with respect to the Operational ATE the Shares of which it agrees to sell pursuant to the Agreement. The Joining Party hereby ratifies, as of the date hereof, and agrees to be bound by, all of the terms, provisions and conditions contained in the Agreement as a "Seller" and a "Party" thereto. All references in the Agreement to the terms "Seller", "Sellers," "Party" or "Parties" shall be deemed to include the Joining Party. |
| O Aderente confirma e concorda em cumprir e observar todas e quaisquer obrigações, compromissos, declarações, garantias, termos, condições, deveres, promessas e Passivos aplicáveis a uma Vendedora sob o Contrato, tal como se fosse | The Joining Party confirms, and agrees to perform and observe, each and any of the covenants, agreements, representations, warranties, terms, conditions, obligations, appointments, duties, promises and Liabilities of a Seller under the |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 503

| | |
|---|---|
| um signatário original do mesmo.<br><br>Não obstante qualquer disposição em contrário neste instrumento ou no Contrato, o Aderente será individualmente responsável, e não solidariamente responsável junto às Vendedoras Abengoa, com relação às declarações, garantias e obrigações de indenização por ele assumidas sob o Contrato.<br><br>Data: _____, 20__<br><br>**[NOME DO ADERENTE]**<br><br>Por: _____<br>Nome:<br>Cargo:<br><br>Por: _____<br>Nome:<br>Cargo:<br><br>**Endereço para Notificações ao Aderente:**<br>[●] | Agreement as if it were an original signatory to the Agreement.<br><br>Notwithstanding anything contained herein and in the Agreement, the Joining Party shall be severally liable, and not jointly and severally liable with the Abengoa Sellers, with respect to the representations, warranties and indemnification obligations provided by it under the Agreement.<br><br>Date: _____, 20__<br><br>**[NAME OF THE JOINING PARTY]**<br><br>By: _____<br>Name:<br>Title:<br><br>By: _____<br>Name:<br>Title:<br><br>**Notices to the Joining Party:**<br>[●] |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 504

**ANEXO 3.1(vi) - CONSENTIMENTOS DE TERCEIROS**

| Contrato | Partes | | Garantidores |
|---|---|---|---|
| Contrato de Abertura de Crédito BNDES n° 09.2.0308.1 | BNDES | ATE IV | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., Abengoa Construção Brasil Ltda., and Compañia Española de Financiación Del Desarrollo |
| Contrato de Abertura de Crédito BNDES n° 09.2.0309.1 | BNDES | ATE V | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., and Abengoa Construção Brasil Ltda. |
| Contrato de Abertura de Crédito BNDES n° 09.2.0355.1 | BNDES | ATE VI | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., and Abengoa Construção Brasil Ltda. |
| Contrato de Abertura de Crédito BNDES n° 09.2.0310.1 | BNDES | ATE VII | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., and Abengoa Construção Brasil Ltda. |
| Contrato de Abertura de Crédito BNDES n° 11.2.0721.1 | BNDES | Manaus | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., CHESF and Eletronorte |

**EXHIBIT 3.1(vi) - THIRD PARTY CONSENTS**

| Agreement | Parties | | Guarantors |
|---|---|---|---|
| BNDES Credit Agreement n° 09.2.c0308.1 | BNDES | ATE IV | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., Abengoa Construção Brasil Ltda., and Compañia Española de Financiación Del Desarrollo |
| BNDES Credit Agreement n° 09.2.0309.1 | BNDES | ATE V | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., and Abengoa Construção Brasil Ltda. |
| BNDES Credit Agreement n° 09.2.0355.1 | BNDES | ATE VI | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., and Abengoa Construção Brasil Ltda. |
| BNDES Credit Agreement | BNDES | ATE VII | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., and Abengoa Construção Brasil Ltda. |
| BNDES Credit Agreement n° 11.2.0721.1 | BNDES | Manaus | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., CHESF and Eletronorte |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 505

| | | | |
|---|---|---|---|
| Instrumento Particular | Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) Banco da Amazônia | Manaus | N/A |
| Instrumento Público de Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures da Manaus | Superintendência do Desenvolvimento | Manaus | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., CHESF and Eletronorte |
| Cédula de Crédito Bancário n° FII-G-033-11/0034-7 | Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) Banco da Amazônia | Manaus | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., CHESF and Eletronorte |
| Contrato de Abertura de Crédito BNDES n° 12.2.0834-1 | BNDES | Norte Brasil | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., Eletrobrás, Eletronorte and Eletrosul. |
| Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures da Norte Brasil | Debenture Holders | Norte Brasil | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. and Eletrobrás |
| Contrato Operacional da NBTE n° 009/20 | Eletronorte | NBTE | N/A |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Private Agreement | Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) Banco da Amazônia | Manaus | N/A |
| Public Instrument of the First Private Issuance of Debentures of Manaus | Superintendência do Desenvolvimento | Manaus | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., CHESF and Eletronorte |
| Bank Credit Note n° FII-G- 033-11/0034-7 | Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) Banco da Amazônia | Manaus | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., CHESF and Eletronorte |
| BNDES Credit Agreement n° 12.2.0834-1 | BNDES | Norte Brasil | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., Eletrobrás, Eletronorte and Eletrosul. |
| Private Instrument of the First Private Issuance of Debentures of Norte Brasil | Debenture Holders | Norte Brasil | Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. and Eletrobrás |
| NBTE's Operation Agreement No. 009/20 | Eletronorte | NBTE | N/A |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 506

**ANEXO 7.1 - SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIAS**

| Contrato | Partes | Direito de Garantia / Garantias a serem alteradas / liberadas / substituídas |
|---|---|---|
| Contrato de Abertura de Crédito BNDES n° 09.2.0308.1 | Devedor: ATE IV<br>Credor: BNDES<br><br>Partes Intervenientes: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., Abengoa Construção Brasil Ltda., e Compañia Española de Financiación Del Desarrollo | (i) Penhor de Ações de emissão da ATE IV – devedores pignoratícios: Abengoa Concessões e Abengoa Construções.<br>(ii) Cessão Fiduciária dos Direitos emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios. |
| Contrato de Abertura de Crédito BNDES n° 09.2.0309.1 | Devedor: ATE V<br>Credor: BNDES<br><br>Partes Intervenientes: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., e Abengoa Construção Brasil Ltda. | (i) Penhor de Ações de emissão da ATE V – devedores pignoratícios: Abengoa Concessões e Abengoa Construções.<br>(ii) Cessão Fiduciária dos Direitos emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios. |

**EXHIBIT 7.1 - REPLACEMENT OF SECURITIES**

| Agreement | Parties | Security Interest / Guarantees to be amended/released/ replaced |
|---|---|---|
| BNDES Credit Agreement n° 09.2.0308.1 | Debtor: ATE IV<br>Lender: BNDES<br>Intervening Parties: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., Abengoa Construção Brasil Ltda., and Compañia Española de Financiación Del Desarrollo | (i) Pledge of Shares issued by ATE IV – pledgors Abengoa Concessões and Abengoa Construções.<br>(ii) Fiduciary Assignment of the Emerging Rights of the Concession and Credit Rights. |
| BNDES Credit Agreement n° 09.2.0309.1 | Debtor: ATE V<br>Lender: BNDES<br>Intervening Parties: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., and Abengoa Construção Brasil Ltda. | (i) Pledge of Shares issued by ATE V – pledgors Abengoa Concessões and Abengoa Construções.<br>(ii) Fiduciary Assignment of the Emerging Rights of the Concession and Credit Rights. |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 507

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Contrato de Abertura de Crédito BNDES n° 09.2.0355.1 | Devedor: ATE VI<br>Credor: BNDES<br><br>Partes Intervenientes: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., e Abengoa Construção Brasil Ltda. | (i) Penhor de Ações de emissão da ATE VI – devedores pignoratícios: Abengoa Concessões e Abengoa Construções (ii) Fiança pela Abengoa Concessões.<br>(ii) Cessão Fiduciária dos Direitos emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios. | BNDES Credit Agreement n° 09.2.0355.1 | Debtor: ATE VI<br>Lender: BNDES<br>Intervening Parties: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., and Abengoa Construção Brasil Ltda.. | (i) Pledge of Shares issued by ATE VI – pledgors Abengoa Concessões and Abengoa Construções (ii) guarantee of Abengoa Concessões.<br>(iii) Fiduciary Assignment of the Emerging Rights of the Concession and Credit Rights. |
| Contrato de Abertura de Crédito BNDES n° 09.2.0310.1 | Devedor: ATE VII<br>Credor: BNDES<br><br>Partes Intervenientes: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., e Abengoa Construção Brasil Ltda. | (i) Penhor de Ações de emissão da ATE VII – devedores pignoratícios: Abengoa Concessões e Abengoa Construções.<br>(ii) Cessão Fiduciária dos Direitos emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios. | BNDES Credit Agreement n° 09.2.0310.1 | Debtor: ATE VII<br>Lender: BNDES<br>Intervening Parties: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., and Abengoa Construção Brasil Ltda.. | (i) Pledge of Shares issued by ATE VII – Abengoa Concessões and Abengoa Construções.<br>(ii) Fiduciary Assignment of the Emerging Rights of the Concession and Credit Rights. |
| Contrato de Abertura de Crédito BNDES n° 11.2.0721.1 | Devedor: Manaus<br>Credor: BNDES<br><br>Partes Intervenientes: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., CHESF e Eletronorte | (i) Penhor de Ações de emissão da Manaus – devedores pignoratícios: Abengoa Concessões, CHESF e Eletronorte.<br>(ii) Fiança pela Abengoa Concessões.<br>(iii) Cessão Fiduciária dos | BNDES Credit Agreement n° 11.2.0721.1 | Debtor: Manaus<br>Lender: BNDES<br>Intervening Parties: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., CHESF and Eletronorte | (i) Pledge of Shares issued by Manaus – pledgors Abengoa Concessões, CHESF and Eletronorte.<br>(ii) Personal guarantee of Abengoa Concessões<br>(iii) Fiduciary Assignment of the |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 508

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Direitos emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios. | | | Emerging Rights of the Concession and Credit Rights. |
| Instrumento Particular | Devedor: Manaus<br>Credor: Banco da Amazônia<br><br>Partes Intervenientes: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., CHESF e Eletronorte | (i) Penhor de Ações de emissão da Manaus – devedores pignoratícios: Abengoa Concessões, CHESF e Eletronorte.<br>(ii) Fiança pela Abengoa Concessões | Private Agreement | Debtor: Manaus<br>Lender: Banco da Amazônia<br>Intervening Parties: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., CHESF and Eletronorte | (i) Pledge of Shares issued by Manaus – pledgors Abengoa Concessões, CHESF and Eletronorte.<br>(ii) Personal guarantee of Abengoa Concessões |
| Instrumento Público de Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures da Manaus | Devedor: Manaus<br>Credor: Banco da Amazônia<br><br>Partes Intervenientes: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., CHESF e Eletronorte | (i) Penhor de Ações de emissão da Manaus – devedores pignoratícios: Abengoa Concessões, CHESF e Eletronorte;<br>(ii) Fiança pela Abengoa Concessões | Public Instrument of the First Private Issuance of Debentures of Manaus | Debtor: Manaus<br>Lender: Banco da Amazônia<br>Intervening Parties: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., CHESF and Eletronorte | (i) Pledge of Shares issued by Manaus – pledgors Abengoa Concessões, CHESF and Eletronorte;<br>(ii) Personal guarantee of Abengoa Concessões |
| Cédula de Crédito Bancário n° FII-G-033-11/0034-7 | Devedor: Manaus<br>Credor: Banco da Amazônia<br><br>Partes Intervenientes: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., CHESF e Eletronorte | (i) Penhor de Ações de emissão da Manaus – devedores pignoratícios: Abengoa Concessões, CHESF e Eletronorte;<br>(ii) Fiança pela Abengoa Concessões | Bank Credit Note n° FII- G-033-11/0034-7 | Debtor: Manaus<br>Lender: Banco da Amazônia<br><br>Intervening Parties: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., CHESF and Eletronorte | (i) Pledge of Shares issued by Manaus – pledgors Abengoa Concessões, CHESF and Eletronorte;<br>(ii) Personal guarantee of Abengoa Concessões |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 509

| | | |
|---|---|---|
| Contrato de Abertura de Crédito BNDES n° 12.2.0834-1 | Devedor: Norte Brasil<br>Credor: BNDES<br><br>Partes Intervenientes: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., Eletrobrás, Eletronorte e Eletrosul. | (i) Penhor de Ações de emissão da Norte Brasil – devedores pignoratícios: Abengoa Concessões, Eletronorte e Eletrosul.<br>(ii) Fiança pela Abengoa Concessões.<br>(iii) Cessão Fiduciária dos Direitos emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios. |
| Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures da Norte Brasil | Devedor: Norte Brasil<br>Credor: Debenturistas<br><br>Partes Intervenientes: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e Eletrobrás | (i) Penhor de Ações de emissão da Norte Brasil – devedores pignoratícios: Abengoa Concessões, Eletronorte e Eletrosul.<br>(ii) Fiança pela Abengoa Concessões |

| | | |
|---|---|---|
| BNDES Credit Agreement n° 12.2.0834-1 | Debtor: Norte Brasil Lender: BNDES Intervening Parties: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., Eletrobrás, Eletronorte and Eletrosul | (i) Pledge of Shares issued by Norte Brasil – pledgors Abengoa Concessões, Eletronorte and Eletrosul.<br>(ii) Personal guarantee of Abengoa Concessões.<br>(iii) Fiduciary Assignment of the Emerging Rights of the Concession and Credit Rights. |
| Private Instrument of the First Private Issuance of Debentures of Norte Brasil | Debtor: Norte Brasil Lender: Debenture Holders Intervening Parties: Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. and Eletrobrás | (i) Pledge of Shares issued by Norte Brasil – pledgors Abengoa Concessões, Eletronorte and Eletrosul.<br>Personal guarantee of Abengoa Concessões |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 510

| **ANEXO 7.5 - CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DE DETERMINADAS OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS** *(em milhares de R$ e líquido de todos os tributos)* | **EXHIBIT 7.5 - SCHEDULE OF PAYMENTS OF CERTAIN RELATED-PARTY TRANSACTIONS** *(in R$ thousands and net of all taxes)* |
|---|---|

| | 2017 | 2018 | 1º de janeiro de 2019 | 1º de janeiro de 2020 | 1º de janeiro de 2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Parcela da dívida da Norte Brasil para com a Construtora Integração por obras de EPC // Portion of the debt owed by Norte Brasil to Construtora Integração for EPC works | 18.709 | N/A | 13.464 | 13.464 | 13.464 |
| Parcela da dívida da Manaus Transmissora para com a Manaus Construtora por obras de EPC // Portion of the debt owed by Manaus Transmissora to Manaus Construtora for EPC works | N/A | N/A | 28.984 | 28.984 | 28.984 |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 511

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Dívida da ATE VI para com a Abengoa Construção por obras de EPC* // Debt owed by ATE VI to Abengoa Construção for EPC works* | 5.741 | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Dívida da ATE VII para com a Abengoa Construção por obras de EPC* // Debt owed by ATE VII to Abengoa Construção for EPC works* | 5.732 | N/A | N/A | N/A | N/A |

| | |
|---|---|
| * Caso a ATE VI e/ou a ATE VII não consigam pagar essas dívidas integralmente durante o exercício social de 2017 devido à insuficiência de caixa, o pagamento de qualquer parcela não paga dessas dívidas será feito em 2018 assim que houver caixa disponível, sendo considerado com prioridade em relação a quaisquer outras dívidas. | * In the event that ATE VI and/or ATE VII are unable to pay these debts in full during the 2017 fiscal year due to cash insufficiency, any unpaid portion of such debts shall be paid in 2018 as soon as there is available cash, being deemed senior in relation to any other debts. |
| Para fins de esclarescimento, a tabela abaixo apresenta os valores brutos (ou seja, valores pré-impostos) a serem pagos pela Manaus Transmisora, ATE VI e ATE VII que resultarão nos valores líquidos estabelecidos na tabela anterior. A tributação já foi realizada pela Norte Brasil e pela Construtora Integração com relação às contas a pagar relevantes. | For the avoidance of doubt, the table below sets forth the gross amounts (i.e. pre-tax amounts) to be paid by Manaus Transmisora, ATE VI and ATE VII which will lead to the net amounts set forth in the preceding table. Taxation has already been incurred by Norte Brasil and Construtora Integração with respect to the relevant payables. |

| | 2017 | 2018 | 1° de janeiro de 2019 | 1° de janeiro de 2020 | 1° de janeiro de 2021 |
|---|---|---|---|---|---|

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 512

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Parcela da dívida da Manaus Transmissora para com a Manaus Construtora por obras de EPC // Portion of the debt owed by Manaus Transmissora to Manaus Construtora for EPC works | N/A | N/A | 29.959 | 29.959 | 29.959 |
| Dívida da ATE VI para com a Abengoa Construção por obras de EPC* // Debt owed by ATE VI to Abengoa Construção for EPC works | 7.339 | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Dívida da ATE VII para com a Abengoa Construção por obras de EPC* // Debt owed by ATE VII to Abengoa Construção for EPC works | 7.070 | N/A | N/A | N/A | N/A |

Documento de Oficialização da Demanda - Contrato compra e venda de ações (0274078) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 513

JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Inovação - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
0.829.064/17-5

DBE OK

# CAPA DO REQUERIMENTO

CADASTRADO
E. R. Sindilojas - SP

CONTROLE INTERNET
0021728081-1

## DADOS CADASTRAIS

ATO
Alteração de Nome Empresarial; Alteração do Valor do Capital; Alteração de Outras Claúsulas Contratuais/Estatutárias; Alteração do Código de Atividade Econômica/ Objeto Social; Consolidação da Matriz; Inclusão/Alteração de Integrantes;

| NOME EMPRESARIAL | | | CNPJ - SEDE |
|---|---|---|---|
| SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA | | | 28.037.759/0001-68 |
| LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO | CEP |
| Rua Dom José de Barros | 177 | 8º AND CJ 802 | 01038-100 |
| MUNICÍPIO | UF | TELEFONE | EMAIL |
| São Paulo | SP | | |
| NÚMERO EXIGÊNCIA (S) | NIRE - SEDE | | |
| 1 | 3523503734-5 | | |

| IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA | VALORES RECOLHIDOS | SEQ. DOC. |
|---|---|---|
| NOME: CARLOS ALBERTO MARCICANO (Administrador) | DARE: R$ 137,70 | 1 / 1 |
| ASSINATURA: DATA: 16/08/2017 | DARF: R$ 21,00 | |

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

## PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO
JUCESP
FR 197
SINDILOJAS
16 AGO. 2017
SÃO PAULO
PROTOCOLO

CARIMBO DISTRIBUIÇÃO

CARIMBO ANÁLISE
17 AGO. 2017

ANEXOS:
- (X) DBE
- ( ) Procuração
- ( ) Alvará Judicial
- ( ) Formal de Partilha
- ( ) Balanço Patrimonial
- ( ) Outros

EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE
- (X) Documentos Pessoais
- ( ) Laudo de Avaliação
- ( ) Jornal
- ( ) Protocolo / Justificação
- ( ) Certidão

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

OBSERVAÇÕES:

JUCESP
17 AGO. 2017
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 361.165/17-1
FLÁVIA R. BRITTO GONÇALVES
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, §5º, DECRETO 1.800/96

SEM VALOR DE CERTIDÃO



Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 514

JUCESP

19

Visto Conferido
R.G.: 22.673.698-2

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 1ª. ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA:**

# "LIGA SERVIÇOS MERCADOLÓGICOS DE CONSULTORIA LTDA."

**CNPJ/MF: 28.037.759/0001-68**

**NIRE: 35.235.037.345**

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo assinadas e assim qualificadas:

**CARLOS ALBERTO MARCICANO**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, nascido em 11/03/1958, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, com endereço comercial na Rua Dom José de Barros, n.º 177, 2º. Andar, República, CEP. 01.038-100, Município e Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG n.º 8.331.292-4 SSP/SP e do CPF/MF n.º 001.695.228-65; e

**DAISY LUQUE BASTOS VAIANO**, brasileira, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, advogada, nascida em 13/11/1962, residente e domiciliada em São Paulo, Capital, com endereço comercial na Rua Dom José de Barros, n.º 177, 2º. Andar, República, CEP. 01.038-100, Município e Estado de São Paulo, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 11.725.705-9 SSP/SP e do CPF/MF n.º 022.797.418-22.

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada, denominada: "LIGA SERVIÇOS MERCADOLÓGICOS DE CONSULTORIA LTDA.", (a "Sociedade"), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob n.º 28.037.759/0001-68, cujo Contrato Social, de 12 de Junho de 2017, foi arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE n.º 35.235.037.345, em sessão de 26 de Junho de 2017, têm entre si justo e contratado alterá-lo, procedendo da seguinte forma:

Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 515

JUCESP

Visto Conferido
R.G.: 22.673.698-2

**1- Da Dispensa da Realização da Reunião de Sócios:**

1.1 - Considerando a presença de todos os sócios da Sociedade para a tomada de decisões sobre matérias do presente instrumento, concordam os sócios em dispensar, nos termos do artigo 1.072, Parágrafo Terceiro, do Código Civil, a realização de reunião de sócios sobre referidas deliberações.

**2- Da Integralização do Capital Social:**

2.1 – O sócio CARLOS ALBERTO MARCICANO, já acima qualificado, possuidor de 999 (novecentas e noventa e nove) quotas do valor nominal de R$1,00 (um real), cada uma subscreve e integraliza, em moeda corrente nacional desta data, a totalidade de suas quotas, no valor total de R$999,00 (novecentos e noventa e nove reais).

2.2 – A sócia DAISY LUQUE BASTOS VAIANO, já acima qualificada, possuidora de 01 (uma) quota do valor nominal de R$1,00 (um real), cada uma subscreve e integraliza, em moeda corrente nacional desta data, sua quota, no valor total de R$1,00 (um real).

**3- Da Admissão de Sócia:**

3.1 - É admitida na Sociedade:

3.1.1 – **TPG DELAWARE 2015-SC V. LLC**, sociedade devidamente organizada e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 301 Commerce Street, Suite 3.300, Fort Worth, Texas 76102, Estados Unidos da América, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob n.º 28.292.212/0001-09, neste ato representada por seu bastante procurador Carlos Alberto Marcicano, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, com endereço comercial na Rua Dom José de Barros, n.º 177, 2º. Andar, República, CEP. 01.038-100, Município e Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG n.º 8.331.292-4 SSP/SP e do CPF/MF n.º 001.695.228-65, conforme Procuração registrada no 4º. Registro de Títulos e Documentos sob n.º 5326232 em sessão de 24 de Julho de 2017 e que passa a fazer parte integrante do presente instrumento de Alteração de Contrato.

**4- Da Saída de Sócios e Consequente Cessão de Quotas e Direitos:**

4.1 - O sócio, CARLOS ALBERTO MARCICANO, já acima qualificado, possuidor de 999 (novecentas e noventa e nove) quotas, no valor nominal total de R$999,00 (novecentos e noventa e nove reais), totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, cede e transfere por esta e melhor forma de direito a totalidade das suas quotas e tudo o que elas representam à sócia TPG DELAWARE 2015-SC V. LLC, já acima qualificada, pelo preço certo e ajustado de R$999,00 (novecentos e noventa e nove reais), valor esse que recebe em moeda corrente nacional, neste ato, contado e achado exato para mais nada a esse título reclamar, dando a mais plena, irrevogável e irretratável quitação.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP
13



Visto
Conferido
R.G.: 22.673.698-2

4.2 - A sócia, DAISY LUQUE BASTOS VAIANO, já acima qualificada, possuidora de 01 (uma) quota no valor nominal de R$1,00 (um real), no valor total de R$1,00 (um real), totalmente subscrita e integralizada, cede e transfere sua quota e tudo o que ela representa, à sócia TPG DELAWARE 2015-SC V. LLC, já acima qualificada, pelo preço certo e ajustado de R$1,00 (um real), valor esse que recebe em moeda corrente nacional, neste ato, contado e achado exato para mais nada a esse título reclamar, dando a mais plena, irrevogável e irretratável quitação.

4.3 – Os sócios ora retirantes dão e recebem da sócia remanescente plena, geral e irrevogável quitação por todos os atos e obrigações assumidas pela Sociedade até a presente data.

**5- Da Modificação Temporária da Sociedade para Unipessoal:**

5.1 – Tendo em vista as modificações acima elencadas a sócia remanescente decide celebrar o presente instrumento particular de 1ª. Alteração do Contrato Social, com o fim de alterar o quadro societário da Sociedade, tornando-a Sociedade Unipessoal em caráter temporário.

5.2 - Desta forma, a Sociedade: "SEVILLE TRASMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA.", nova denominação social da presente Sociedade, conforme abaixo indicado, torna-se uma Sociedade Unipessoal, na forma da Lei, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da presente data, contendo uma única sócia a TPG DELAWARE 2015-SC V. LLC, já acima qualificada.

5.3 – Desta forma, considerando os itens '2', '3', '4' e '5' acima, a Cláusula Sexta do Capítulo II, Do Capital Social e do Seu Aumento, do Contrato Social passará a ter a seguinte nova redação:

**CAPÍTULO II**
**DO CAPITAL SOCIAL E DO SEU AUMENTO**

**CLÁUSULA SEXTA**

O capital social é de R$1.000,00 (mil reais) dividido em 1.000 (mil) quotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e assim distribuído para a sócia remanescente:

TPG DELAWARE 2015-SC V. LLC, é possuidora de 1.000 (mil) quotas, no valor total de R$1.000,00 (mil reais).

Parágrafo Primeiro: De acordo com o artigo 1.052 da Lei n.º 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor total de suas quotas, sendo solidária com relação à integralização total do capital social.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP



Visto
Conferido
R.G.: 22.673.698-2

Parágrafo Segundo: Cada quota confere o direito a um voto nas decisões dos sócios.

**6– Da Mudança da Denominação Social:**

6.1 – A sócia remanescente determina, ainda, que a denominação social de: LIGA Serviços Mercadológicos de Consultoria Ltda., passará para: "SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA."

6.2 – Desta forma, considerando o item '6.1' acima, a Cláusula Primeira do Capítulo I, Do Nome Empresarial, Sede, Objeto Social e Duração, do Contrato Social, passará a ter a seguinte nova redação:

**DO NOME EMPRESARIAL**

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A Sociedade denominar-se-á: "SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA."

**7– Da Mudança do Objeto Social:**

7.1 – Modifica também, o objeto social para que o mesmo passe a espelhar as reais atividades exercidas pela Sociedade.

7.2 – Desta forma a Cláusula Terceira, Do Objeto Social, do Contrato Social, passará a ter a seguinte nova redação:

**CLÁUSULA TERCEIRA**

A Sociedade terá por objeto:

a ) A assessoria e consultoria em contratos e acordos de investimentos;

b ) Informações, sem caráter confidencial, estudos e aconselhamentos a sociedades estrangeiras a respeito de investimentos no Brasil, e a sociedades brasileiras sobre seus investimentos no exterior;

c ) O aconselhamento e a atuação como intermediária com relação a operações de comércio exterior, bem como o planejamento e a assistência em mencionadas relações;

d ) A prestação de serviços de assessoria e consultoria a Sociedades na área empresarial;

e ) A prestação de serviços de intermediação de negócios; e

f ) A participação com capital próprio em outras Sociedades, quaisquer que sejam seus objetivos.

**8- Da Mudança da Administração da Sociedade:**

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP
13
Visto Conferido
R.G. 22.673.698-2

8.1 – Por derradeiro a sócia remanescente indica neste ato para administrar a Sociedade, o não sócio CARLOS ALBERTO MARCICANO, já acima qualificado, com a denominação de Diretor, sem designação específica, o qual aceita sua designação e assina o presente instrumento formalizando assim a sua posse na administração da Sociedade.

8.2 – Desta forma a Cláusula Oitava do Contrato Social, do Capítulo III, Da Administração, passará a ter a seguinte nova redação:

**DA ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA OITAVA**

A Sociedade será administrada por uma ou mais pessoas físicas residentes no Brasil, que usarão o título de "Diretor, sem designação específica". O Diretor será designado pelos sócios representando ¾ (três quartos) do capital social, se as quotas representativas deste estiverem totalmente integralizadas, e por unanimidade, se estiverem parcialmente integralizadas. O Diretor estará investido de amplos poderes para administrar a Sociedade, bem como para praticar atos em seu nome, inclusive para usar o nome empresarial da Sociedade nos termos da Lei, constituir procuradores na forma prevista abaixo e representá-la em todas e quaisquer circunstâncias.

Parágrafo Primeiro: A sócia remanesceste designa, para o cargo de Diretor CARLOS ALBERTO MARCICANO, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, com endereço comercial na Rua Dom José de Barros, n.° 177, 2°. Andar, República, CEP. 01.038-100, Município e Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG n.° 8.331.292-4 SSP/SP e do CPF/MF n.° 001.695.228-65, para administrar a Sociedade, observadas as restrições previstas abaixo. O Diretor assina o presente instrumento aceitando a sua designação e formalizando a sua posse na administração da Sociedade.

Parágrafo Segundo: O Diretor terá mandato por prazo indeterminado, e poderá ser substituído a qualquer tempo.

Parágrafo Terceiro: O Diretor não poderá praticar quaisquer dos seguintes atos sem a prévia autorização, por escrito, de sócio representando a maioria do capital social, autorização esta que poderá ser comprovada através de carta, *e-mail* ou *fac-símile*:

I - Engajar-se em novos negócios não relacionados com as atividades existentes da Sociedade;

II - Prestar garantias em empréstimos ou em outras obrigações de qualquer terceiro, seja pessoa física ou jurídica;

III - Tomar ou conceder empréstimo;

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP



Visto Conferido R.G.: 22.675.692

IV - Vender todos ou parte substancial dos ativos imobilizados ou negócios da Sociedade; e

V - Assumir quaisquer obrigações em nome da Sociedade em valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional, a R$100.000,00 (cem mil reais). Não estão incluídas neste item as assinaturas dos cheques relacionados às operações diárias da Sociedade, previstos no Parágrafo Quarto abaixo.

Parágrafo Quarto: Quando se tratar de contratos de câmbio, cujos valores venham a ser utilizados como manutenção desta Sociedade, como investimento de capital ou remessas do/ao exterior, o Diretor não depende de autorização, por escrito, do sócio representando a maioria do capital social.

Parágrafo Quinto: O Diretor poderá nomear procuradores para a prática dos atos ou atividades relacionadas no Parágrafo Terceiro acima, desde que com a prévia autorização, por escrito, do sócio representando a maioria do capital social, autorização esta que poderá ser comprovada através de carta, *e-mail* ou *fac-símile*.

**9- Da Alteração do Texto do Contrato Social:**

9.1 - Como decorrências das comunicações acima, ficam autorizadas todas as demais providências, anotações e outros atos semelhantes, junto às repartições públicas ou outros órgãos, federais, estaduais, municipais, ou quaisquer entidades onde convenientes forem, noticiando assim, as alterações, objeto deste instrumento.

Que isto posto, consolidando o Contrato Social, dá-lhe a sócia remanescente, para os fins e efeitos de direito, a seguinte nova redação da Sociedade Empresária Limitada, que segue transcrita:

SEM VALOR DE CERTIDÃO

## CONTRATO SOCIAL

## "SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA."

### CAPÍTULO I

### DO NOME EMPRESARIAL, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A Sociedade denomina-se: "SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA."

Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 520

JUCESP



Visto Conferido
R.G.: 28.673.698-2

**CLÁUSULA SEGUNDA**

A Sociedade tem sede e foro na Rua Dom José de Barros, n.º 177, 8º Andar, Conjunto 802, República, CEP. 01.038-100, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

A Sociedade tem por objeto:

a ) A assessoria e consultoria em contratos e acordos de investimentos;

b ) Informações, sem caráter confidencial, estudos e aconselhamentos a sociedades estrangeiras a respeito de investimentos no Brasil, e a sociedades brasileiras sobre seus investimentos no exterior;

c ) O aconselhamento e a atuação como intermediária com relação a operações de comércio exterior, bem como o planejamento e a assistência em mencionadas relações;

d ) A prestação de serviços de assessoria e consultoria a Sociedades na área empresarial;

e ) A prestação de serviços de intermediação de negócios; e

f ) A participação com capital próprio em outras Sociedades, quaisquer que sejam seus objetivos.

**CLÁUSULA QUARTA**

A Sociedade poderá abrir, manter e encerrar filiais, agências e escritórios em qualquer parte do Brasil mediante decisão de seus sócios, conforme previsto neste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA**

A Sociedade é por prazo indeterminado.

**CAPÍTULO II**

**DO CAPITAL SOCIAL E DO SEU AUMENTO**

**CLÁUSULA SEXTA**

O capital social é de R$1.000,00 (mil reais) dividido em 1.000 (mil) quotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e assim distribuído para a sócia remanescente:

TPG DELAWARE 2015-SC V. LLC, é possuidora de 1.000 (mil) quotas, no valor total de R$1.000,00 (mil reais).

Parágrafo Primeiro: De acordo com o artigo 1.052 da Lei n.º 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor total de suas quotas, sendo solidária com relação à integralização total do capital social.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP
18
17313/17



Visto Conferido R.G.: 22.673.698-2

Parágrafo Segundo: Cada quota confere o direito a um voto nas decisões dos sócios.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

O capital social, desde que totalmente integralizado, poderá ser aumentado pelos sócios conforme *quorum* previsto neste Contrato Social.

Parágrafo Primeiro: O aumento de capital deverá ser deliberado em reunião de sócios, em que: (a) serão definidos os termos e condições do aumento de capital; (b) será fixado o prazo de até 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência; e (c) será convocada a reunião de sócios para aprovar a correspondente alteração do Contrato Social, a menos que a totalidade dos sócios se pronuncie, nesse momento, com relação ao seu direito de preferência para subscrever novas quotas no correspondente aumento de capital. Nesta última hipótese, a alteração do Contrato Social será aprovada no mesmo ato.

Parágrafo Segundo: As reuniões de sócios mencionadas nesta Cláusula poderão ser dispensadas caso a totalidade dos sócios assine a correspondente alteração do Contrato Social.

## CAPÍTULO III
## DA ADMINISTRAÇÃO

**CLÁUSULA OITAVA**

A Sociedade será administrada por uma ou mais pessoas físicas residentes no Brasil, que usarão o título de "Diretor, sem designação específica". O Diretor será designado pelos sócios representando ¾ (três quartos) do capital social, se as quotas representativas deste estiverem totalmente integralizadas, e por unanimidade, se estiverem parcialmente integralizadas. O Diretor estará investido de amplos poderes para administrar a Sociedade, bem como para praticar atos em seu nome, inclusive para usar o nome empresarial da Sociedade nos termos da Lei, constituir procuradores na forma prevista abaixo e representá-la em todas e quaisquer circunstâncias.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Parágrafo Primeiro: A sócia remanesceste designa, para o cargo de Diretor CARLOS ALBERTO MARCICANO, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, com endereço comercial na Rua Dom José de Barros, n.º 177, 2º. Andar, República, CEP. 01.038-100, Município e Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG n.º 8.331.292-4 SSP/SP e do CPF/MF n.º 001.695.228-65, para administrar a Sociedade, observadas as restrições previstas abaixo. O Diretor assina o presente instrumento aceitando a sua designação e formalizando a sua posse na administração da Sociedade.

Parágrafo Segundo: O Diretor terá mandato por prazo indeterminado, e poderá ser substituído a qualquer tempo.

Visto Conferido R.G.: 22.673.698-2

Parágrafo Terceiro: O Diretor não poderá praticar quaisquer dos seguintes atos sem a prévia autorização, por escrito, de sócio representando a maioria do capital social, autorização esta que poderá ser comprovada através de carta, *e-mail* ou *fac-símile*:

I - Engajar-se em novos negócios não relacionados com as atividades existentes da Sociedade;

II - Prestar garantias em empréstimos ou em outras obrigações de qualquer terceiro, seja pessoa física ou jurídica;

III - Tomar ou conceder empréstimo;

IV - Vender todos ou parte substancial dos ativos imobilizados ou negócios da Sociedade; e

V - Assumir quaisquer obrigações em nome da Sociedade, em valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional, a R$100.000,00 (cem mil reais). Não estão incluídas neste item as assinaturas dos cheques relacionados às operações diárias da Sociedade, previstos no Parágrafo Quarto abaixo.

Parágrafo Quarto: Quando se tratar de contratos de câmbio, cujos valores venham a ser utilizados como manutenção desta Sociedade, como investimento de capital ou remessas do/ao exterior, o Diretor não depende de autorização, por escrito, de sócio representando a maioria do capital social.

Parágrafo Quinto: O Diretor poderá nomear procuradores para a prática dos atos ou atividades relacionadas no Parágrafo Terceiro acima, desde que com a prévia autorização, por escrito, de sócio representando a maioria do capital social, autorização esta que poderá ser comprovada através de carta, *e-mail* ou *fac-símile*.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

## CAPÍTULO IV
## DA FIANÇA E DO AVAL

### CLÁUSULA NONA

É expressamente proibido aos sócios, Diretores ou procuradores, utilizar-se do nome empresarial da Sociedade em negócios ou documentos de qualquer natureza alheios aos fins sociais assim como avalizar ou afiançar obrigações de terceiros.

## CAPÍTULO V
## DO PRÓ-LABORE

### CLÁUSULA DÉCIMA

O sócio majoritário estipulará uma retirada mensal a título de salário para o Diretor.

JUCESP
Visto Conferido
R.G.: 22.673.698-2

## CAPÍTULO VI
## DAS REUNIÕES DE SÓCIOS

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, obedecendo às regras de convocação e *quórum* dispostas neste Contrato.

Parágrafo Primeiro: A reunião poderá ser dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto de deliberação.

Parágrafo Segundo: As reuniões serão realizadas sempre que necessário e deverão ser convocadas por sócios representando no mínimo 1/5 (um quinto) do capital social.

Parágrafo Terceiro: A convocação para a reunião dos sócios será feita por escrito, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Quarto: As deliberações tomadas em conformidade com este Contrato Social e com a legislação aplicável vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

## CAPÍTULO VII
## DA SUCESSÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A morte ou a incapacidade de qualquer dos sócios não acarretará a dissolução da Sociedade, podendo a Sociedade, no prazo do artigo 1.033, inciso IV c/c artigo 1.028, inciso I da Lei n.º 10.406/2002, continuar como Sociedade Unipessoal, até ser dado substituto ao sócio falecido ou incapacitado.

Parágrafo Primeiro: No caso de falecimento, os herdeiros ou sucessores do "*de cujus*" poderão proporcionalmente à suas legitimas ingressarem na Sociedade mediante competente e oportuna alteração contratual.

Parágrafo Segundo: Caso os herdeiros ou sucessores não desejarem integrar a Sociedade, proceder-se-á a um balanço geral, e apurados os mesmos ser-lhe-ão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira, 30 (trinta) dias após o encerramento do Balanço realizado para tal fim.

Visto Conferido
R.G.: 22.673.698-2

## CAPÍTULO VIII
## DA CESSÃO E OU TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os sócios poderão ceder e/ou transferir, total ou parcialmente, suas quotas no capital social, ou seu direito de preferência na subscrição de novas quotas, a outro sócio ou a terceiro estranho à Sociedade, desde que não haja oposição de sócios representando mais de ¼ (um quarto) do capital social. Os sócios que concordarem com a cessão e/ou transferência deverão assinar todos os documentos necessários à comprovação da cessão e/ou transferência das quotas, inclusive à alteração do presente Contrato Social.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Cumprida a exigência estabelecida na Cláusula anterior, as quotas representativas do capital social poderão ser cedidas e/ou transferidas a terceiros após terem sido oferecidas a outro sócio, que terá o direito de preferência na aquisição das referidas quotas, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do aviso por escrito do sócio disposto a ceder e/ou transferir suas quotas. Decorrido este prazo sem o exercício do direito de preferência acima, o sócio disposto a ceder e/ou transferir suas quotas poderá fazê-lo a terceiros, desde que nos mesmos termos e nas mesmas condições oferecidas a outro sócio.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

## CAPÍTULO IX
## DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O exercício social terá início em 1º de Janeiro e encerrar-se-á em 31 de Dezembro de cada ano, data a partir da qual deverão ser levantados o balanço patrimonial, o balanço de resultado econômico e os demais documentos exigidos por Lei.

Parágrafo Primeiro: A Sociedade poderá levantar balanços intermediários a qualquer tempo e distribuir lucros com base neles.

Parágrafo Segundo: Os lucros apurados pela Sociedade terão a destinação que lhes for atribuído pelos sócios, conforme *quórum* previsto neste Contrato Social.

Parágrafo Terceiro: Por deliberação unânime, os sócios poderão realizar a distribuição dos lucros de forma desproporcional à participação de cada um no capital social.

JUCESP



## CAPÍTULO X
## DA FALÊNCIA, DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E CONTINUIDADE DA SOCIEDADE

Visto Conferido
R.G.: 22.673.698-2

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Na hipótese de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação, retirada ou exclusão de qualquer sócio, o sócio remanescente terá o direito de preferência na aquisição das quotas do sócio falido, recuperado judicial ou extrajudicial, dissolvido, liquidado, retirante ou excluído, podendo a Sociedade continuar seus negócios, sendo que o direito de preferência será exercido nos termos e nas condições previstas neste instrumento.

## CAPÍTULO XI
## DO CONSELHO FISCAL

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Fica estabelecido que a Sociedade não instituirá Conselho Fiscal.

## CAPÍTULO XII
## DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Sem prejuízo do disposto no presente Contrato Social e na legislação aplicável, as seguintes matérias dependem da deliberação dos sócios:

I – A aprovação das contas da administração;

II - A designação dos administradores, quando feita em ato separado;

III – A destituição dos administradores;

IV – A modificação do Contrato Social;

V – A incorporação, fusão e dissolução da Sociedade, ou a cessão do estado de liquidação;

VI – A nomeação ou destituição dos Liquidantes e o julgamento das suas contas; e

VII – O pedido de recuperação judicial ou extrajudicial.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Parágrafo Primeiro: Todas as deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo ser convocadas pelos administradores.

Visto Conferido R.G.: 22.673.088-2

Parágrafo Segundo: Ficam dispensados das formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Terceiro: A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA**

As reuniões, serão presididas e secretariadas por sócios escolhidos entre os presentes, instalando-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo ¾ (três quartos) do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

Parágrafo Primeiro: As deliberações dos sócios serão tomadas:

I – Pelos votos correspondentes a, no mínimo, ¾ (três quartos) do capital social, nos casos de modificação do Contrato Social e incorporação, fusão e dissolução da Sociedade, ou cessação do estado de liquidação.

II - Pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, para designação de administradores quando feita em atos separados; a destituição de administradores e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Segundo: A reunião dos sócios deverá realizar-se ao menos uma vez ao ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de:

I - Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e do resultado econômico;

II – Designar administradores, quando for o caso; e

III - Tratar de qualquer assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Terceiro: A aprovação, sem reserva, do balanço patrimonial e do de resultado econômico, salvo erro, dolo ou simulação, exonera de responsabilidade os membros da administração.

Parágrafo Quarto: A Sociedade não possuirá livro de registro de atas de reuniões de sócios, livro de presença em reunião de sócios ou quaisquer outros que legalmente sejam dispensáveis.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

## CAPÍTULO XIII
## DA EXCLUSÃO DE SÓCIO POR JUSTA CAUSA

### CLÁUSULA VIGÉSIMA

Visto Conferido R.G.: 22.673.698-2

Será considerada justa causa para exclusão à prática, por qualquer sócio, de atos de inegável gravidade que ponham em risco a continuidade da Sociedade.

Parágrafo Primeiro: Além do disposto acima, poderá ser considerada justa causa à ocorrência dos seguintes fatos:

I – Quebra do *affectio societatis*, deliberada por sócios representando no mínimo ¾ (três quartos) do capital social;

II - Concorrência, direta ou indireta, tanto como proprietário, acionista, sócio, investidor, parceiro, licenciado, financiador, operador, consultor, empregado, ou de qualquer outra forma, com negócios desenvolvidos pela Sociedade; e

III - Solicitação ou contratação de qualquer Diretor, funcionário, empregado ou preposto da Sociedade com o propósito de empregar ou de qualquer forma contratar seus serviços.

Parágrafo Segundo: A exclusão de sócio deverá ser deliberada em reunião especialmente convocada para esse fim, estando o sócio sujeito à exclusão ciente, em tempo hábil, para que possa comparecer e, querendo, apresentar sua defesa. A exclusão de sócio será formalizada por alteração do Contrato Social, independentemente da assinatura do sócio excluído.

Parágrafo Terceiro: O reembolso do sócio excluído será feito pelo valor patrimonial de suas quotas, apurado em balanço patrimonial especialmente levantado para esse fim, devendo ser pago em até 90 (noventa) dias a partir da liquidação de suas quotas.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

## CAPÍTULO XIV
## DA LIQUIDAÇÃO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

No caso de liquidação, serão observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único: Durante a fase de liquidação, o Liquidante poderá gravar de ônus reais os móveis e imóveis, contrair empréstimos e prosseguir nos negócios da Sociedade.

JUCESP



Visto Conferido R.G.: 22.673.698-2

## CAPÍTULO XV

## DAS LEIS APLICÁVEIS

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

A Sociedade será regida pelas disposições da Lei n.º 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 e, supletivamente, pela Lei n.º 6.404, de 15 de Dezembro de 1976 e alterações posteriores.

## CAPÍTULO XVI

## DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURIDICA OU DA MODIFICAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO QUE EXCLUA A PERSONALIDADE JURÍDICA OU SITUAÇÕES CORRELATAS

### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Na hipótese da desconsideração da personalidade jurídica da Sociedade ou modificação do tipo societário que exclua a personalidade jurídica ou situações correlatas deverão os sócios e ou o Diretor estarem motivados comprovadamente por uma das seguintes situações:

I – Utilização de forma abusiva da pessoa jurídica, com a intenção de se esquivar de obrigação legal ou contratual, ou mesmo fraudar terceiros credores ou praticar situação que viole normas vigentes;

II – Violação de normas atinentes, ainda, aos Direitos societários;

III – Caracterização da pessoa física utilizando a pessoa jurídica para a prática de atos em proveito, em detrimento da pessoa jurídica ou em caso de mudança de tipo societário onde os sócios e/ou o Diretor (es) respondam pessoalmente e ilimitadamente com seus bens, seja por meio de responsabilidade solidária ou subsidiária; e

IV – Deverão os sócios e/ou o Diretor incorrer nas condutas previstas na legislação para que haja a desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com a legislação brasileira, artigo 50 do Código Civil, artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações em vigor.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

## CAPÍTULO XVII

## DO FORO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, fica eleito o Foro Cível João Mendes Júnior da Comarca de São Paulo Capital, para as ações resultantes ou oriundas deste Contrato Social.

JUCESP



Visto Conferido
Cód.: 22.673.698-2

**DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

O Diretor não sócio: CARLOS ALBERTO MARCICANO, já acima qualificado, declara, sob penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Delibera a sócia remanescente, em face da consolidação de todo o Contrato Social neste instrumento, que o mesmo passa a vigorar em sua plenitude, considerando superadas e revogadas todas as disposições anteriores do Contrato Constitutivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente, ante as 02 (duas) testemunhas abaixo indicadas, para os devidos e legais efeitos.

São Paulo, 24 de Julho de 2017.

CARLOS ALBERTO MARCICANO

DAISY LUQUE BASTOS VAIANO

TPG DELAWARE 2015 SC V. LLC
Por: Carlos Alberto Marcicano

De-Acordo:

CARLOS ALBERTO MARCICANO
Diretor

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Advogada Responsável:

DAISY LUQUE BASTOS VAIANO
OAB/SP n.º 95.578

* TESTEMUNHAS *

WILLIAN MILANE
RG n. º RG nº 30.437.800-8 SSP/SP

WILLIAN DE OLIVEIRA SANTOS
RG n. º 47.905.459-3SSP/SP

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Visto Conferido R.G.: 22.673.698-2

(A presente página de assinaturas é parte integrante da 1ª. Alteração e Consolidação do Contrato Social da: "SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA")

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
FLÁVIA R. BRITTO BOCCATTO
SECRETÁRIA GERAL

361.165/17-1

JUCESP
17 AGO. 2017
SINDILOJAS-SP

Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 531

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

# DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado de São Paulo**

| CÓDIGO DE ACESSO |
|---|
| **SP.87.35.52.68 - 28.037.759.000.168** |

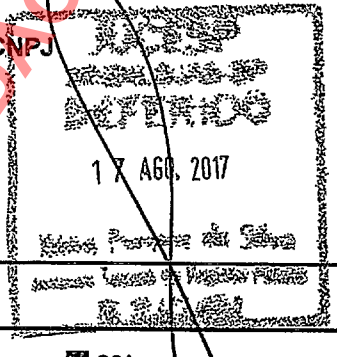
## 01. IDENTIFICAÇÃO

| NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) | Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ |
|---|---|
| **SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA** | **28.037.759/0001-68** |

## 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

**220 Alteração do nome empresarial (firma ou denominação)**
**244 Alteração de atividades econômicas (principal e secundárias)**
**230 Alteração da qualificação da pessoa física responsável perante o CNPJ**
**Quadro de Sócios e Administradores - QSA**




## 03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

| | |
|---|---|
| ☒ FCPJ | ☒ QSA |

## 04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

| NOME DO PREPOSTO | CPF DO PREPOSTO |
|---|---|
| | |

## 05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

| ☒ Responsável | ☐ Preposto |
|---|---|
| NOME<br>**CARLOS ALBERTO MARCICANO** | CPF<br>**001.695.228-65** |
| LOCAL E DATA | ASSINATURA (com firma reconhecida) |

SEM VALOR DE CERTIDÃO

## 06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

## 07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA UNIDADE CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016

© Copyright Receita Federal do Brasil - 10/08/2017



Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 532

# Declaração

Eu, CARLOS ALBERTO MARCICANO, portador da Cédula de Identidade nº 83312924, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 001.695.228-65, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA, DECLARO estar ciente que o ESTABELECIMENTO situado no(a) Rua Dom José de Barros, 177, República, SP, São Paulo, CEP 01038-100, NÃO PODERÁ EXERCER , 8 AND CJ 802 suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

RG: 83312924

SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA



Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 533

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

## Ficha Cadastral - Quadro Societário/Integrantes

| Nº DE CONTROLE NA INTERNET | NIRE-SEDE | NOME EMPRESARIAL |
|---|---|---|
| 021728081-1 | 35235037345 | SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA |

| NOME DO INTEGRANTE | | | | | | IDENTIFICAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 022.797.418-22 |
| **NACIONALIDADE** | **RG/RNE** | **DIGITO** | **DATA DE EXPEDIÇÃO** | **ORGÃO EMISSOR** | **UF** | **CNPJ** |
| | | | | | | Sem C.N.P.J. |

| LOGRADOURO (rua, av, etc.) | | NÚMERO |
|---|---|---|
| | | |
| **COMPLEMENTO** | **BAIRRO/DISTRITO** | **CEP** |
| | | |
| **MUNICÍPIO** | **UF** | **PAIS** |
| | | |

| TIPO DE OPERAÇÃO | TIPO DE INTEGRANTE | USO DA FIRMA |
|---|---|---|
| Saída | Pessoa Física | |

**PARTICIPAÇÃO**

**CARGOS**
Nenhum

**REPRESENTADOS**
Nenhum

**DADOS COMPLEMENTARES**

SEM VALOR DE CERTIDÃO



Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 534

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

## Ficha Cadastral - Quadro Societário/Integrantes

| Nº DE CONTROLE NA INTERNET | NIRE SEDE | NOME EMPRESARIAL |
|---|---|---|
| 021728081-1 | 3523503734-5 | SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA |

| NOME DO INTEGRANTE | IDENTIFICAÇÃO |
|---|---|
| TPG DELAWARE 2015-SC V. LLC | 28292212000 |

| NACIONALIDADE | RG/RNE | DIGITO | DATA DE EXPEDIÇÃO | ORGÃO EMISSOR | UF | CNPJ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 28.292.212/0001-09 |

| LOGRADOURO (rua, av, etc.) | NÚMERO |
|---|---|
| | |

| COMPLEMENTO | BAIRRO/DISTRITO | CEP |
|---|---|---|
| | | |

| MUNICÍPIO | UF | PAIS |
|---|---|---|
| | | Estados Unidos Da América |

| TIPO DE OPERAÇÃO | TIPO DE INTEGRANTE | USO DA FIRMA |
|---|---|---|
| Admissão | Pessoa Jurídica - Registro no Exterior | Não |

PARTICIPAÇÃO

**Participação no Capital:** R$ 1.000,00 UM MIL REAIS

CARGOS

Sócio (entrada) **Início do Mandato:** **Término do Mandato:**

REPRESENTADOS

Nenhum

DADOS COMPLEMENTARES

SEM VALOR DE CERTIDÃO



Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 535

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

## Ficha Cadastral - Quadro Societário/Integrantes

| Nº DE CONTROLE NA INTERNET | NIRE SEDE | NOME EMPRESARIAL |
|---|---|---|
| 021728081-1 | 3523503734-5 | SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA |

| NOME DO INTEGRANTE | | | | | | IDENTIFICAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CARLOS ALBERTO MARCICANO | | | | | | 001.695.228-65 |
| NACIONALIDADE | RG/RNE | DIGITO | DATA DE EXPEDIÇÃO | ORGÃO EMISSOR | UF | CNPJ |
| Brasileira | 8331292 | 4 | 14/07/2016 | SSP | SP | Sem C.N.P.J. |

| LOGRADOURO (rua, av, etc.) | | | NÚMERO |
|---|---|---|---|
| Rua Dom José de Barros | | | 177 |
| COMPLEMENTO | BAIRRO/DISTRITO | | CEP |
| 2º ANDAR | República | | 01038-100 |
| MUNICÍPIO | | UF | PAIS |
| São Paulo | | SP | Brasil |

| TIPO DE OPERAÇÃO | TIPO DE INTEGRANTE | USO DA FIRMA |
|---|---|---|
| Alteração de Dados Cadastrais | Pessoa Física | Sim - Isoladamente |

PARTICIPAÇÃO

| CARGOS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Sócio (saída) | Início do Mandato: | | Término do Mandato: | 24/07/2017 |
| Procurador (entrada) | Início do Mandato: | 24/07/2017 | Término do Mandato: | |

REPRESENTADOS

**Identificação:** 28292212000 (TPG DELAWARE 2015-SC V. LLC)

DADOS COMPLEMENTARES

SEM VALOR DE CERTIDÃO



Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 536

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

# ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

| Nº DO PROTOCOLO | NIRE | NOME EMPRESARIAL |
|---|---|---|
| 021728081-1 | 3523503734-5 | SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA |

DESCRIÇÃO

Tendo em vista as modificações acima elencadas a sócia remanescente decide celebrar o presente instrumento particular de 1ª. Alteração do Contrato Social, com o fim de alterar o quadro societário da Sociedade, tornando-se Sociedade Unipessoal em caráter temporário. Desta forma, a Sociedade: "SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA.", nova denominação social da presente Sociedade, conforme abaixo indicado, torna-se uma Sociedade Unipessoal, na forma da Lei, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da presente data, contendo uma única sócia a TPG DELAWARE 2015-SC V. LLC.

SEM VALOR DE CERTIDÃO



Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 537

## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, TPG Delaware 2015-SC V, LLC (doravante denominada Outorgante), sociedade limitada constituída de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 301 Commerce Street, Suite 3.300, Fort Worth, Texas, 76102, Estados Unidos da América, neste ato representada por seu Vice Presidente, Michael LaGatta, casado, advogado, residente e domiciliado em 3924 Lonox Drive, Fort Worth, Texas, 76107, Estados unidos da América, portador do Passaporte nº 531967377, neste ato nomeia como seus procuradores: Carlos Alberto Mareicano, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.331.292-4 SSP/SP e do CPF/MF nº 001.695.228-65, José Luque Chia, brasileiro, casado, contador, portador da Cêdula de Identidade RG nº 2.557.704-9 SSP/SP e do CPF/MF nº 048.109.968-91, Carlos Koller Junior, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.108.944-9 SSP/SP e do CPF/MF nº 116.885.308-78, Daisy Luque Bastos Vaiano, brasileira, casada, advogada, portadora da Cêdula de Identidade RG nº 11.725.705-9 SSP/SP e do CPF/MF nº 022.797.418-22, Flavio Luque Bastos, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.841.964-3 SSP/SP e do CPF/MF nº 135.735.798-25 e Eduardo Rogatto Luque, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.841.962 SSP/SP e do CPF/MF nº 142.773.658-84, todos residentes e domiciliados na Capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Dom José de Barros, nº 177, 2º. Andar, República, CEP. 01.038-100, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com poderes específicos para:

a) Representar a Outorgante perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, podendo tratar e resolver quaisquer questões relativas ao registro de documentos e demais obrigações da Outorgante perante essa Autarquia.

b) Representar a Outorgante como seu representante legal ou Procurador, com poderes para administrar bens, de qualquer natureza, que seja demandado de registro público perante as Administrações Públicas Municipal, Estadual, Distrital ou Federal e, ainda, de subscrever quotas e nomear diretores ou gerentes e decidir a respeito de quaisquer outros assuntos que possam se fazer necessários para desempenhar os poderes aqui garantidos em acordo com instruções expressas da outorgante.

c) Representar a Outorgante junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos, bem como quaisquer repartições ou órgãos públicos, federais, estaduais e municipais de qualquer Estado Brasileiro, além de efetuar qualquer alteração contratual perante tais órgãos, especialmente aquelas referentes à cessão e transferência de quotas da Sociedade de propriedade da Outorgante.

d) Ser demandado e receber citação em nome da Outorgante para, em conjunto ou isoladamente e, independente da ordem de nomeação, visando assinar documentos e papéis, tomar ciência, confessar débitos, receber citações, receber e atender intimações, autos de infração e notificação, obter vistas de processos administrativos, juntar documentos, requerer cópias, representar a Outorgante em todo e qualquer serviço junto às Repartições ou Órgãos Públicos brasileiros, enfim praticar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato, inclusive substabelecer, mediante prévia autorização do outorgante, com ou sem reserva de iguais poderes, a qualquer funcionário da IRKO Organização Contábil Ltda., conforme o artigo 119 da Lei

## POWER OF ATTORNEY

By this power of attorney, TPG Delaware 2015 SC V, LLC, (hereinafter called Grantor), a limited liability company set up under the Laws of Delaware, United States of America, with headquarters at 301 Commerce Street, Suite 3300, Fort Worth, Texas 76102, United States of America, herein represented by its Vice President, name MICHAEL LAGATTA, married, attorney, resident at 3924 Lenox Drive, Fort Worth, Texas 76107, United States of America, holder of ID/Passport nº 531967377, hereby appoints as its ATTORNEY-IN-FACT: Carlos Alberto Mareicano, Brazilian, married, accountant, holder of Identity Card RG nº 8.331.292-4 SSP/SP and CPF/MF nº 001.695.228-65, José Luque Chia, Brazilian, married, accountant, holder of Identify Card RG nº 2.557.704-9 SSP/SP and CPF/MF nº 048.109.968-91, Carlos Koller Junior, Brazilian, married, lawyer, holder of Identify Card RG nº 2.108.944-9 SSP/SP and CPF/MF nº 116.885.308-78, Daisy Luque Bastos Vaiano, Brazilian, married, lawyer, holder of Identify Card RG nº 11.725.705-9 SSP/SP and CPF/MF nº 022.797.418-22, Flavio Luque Bastos, Brazilian, married, accountant, holder of Identify Card RG nº 17.841.964-3 SSP/SP and CPF/MF nº 135.735.798-25 and Eduardo Rogatto Luque, Brazilian, married, accountant, holder of Identify Card RG nº 17.841.962 SSP/SP and CPF/MF nº 142.773.658-84, all resident at Capital of the State of São Paulo, with office at Rua Dom José de Barros, nº 177, 2º. floor, República, Zip Code 01.038-100,São Paulo City, State of São Paulo, with specific powers to:

a) To represent the Grantor before the Board of Trade of the State of São Paulo, being able to handle and resolve any issues related to the registration of documents and other obligations of the Grantor before that Authority.

b) To represent the Grantor as its legal representative or Attorney-in-Fact, with powers to administrate assets, of any nature whatsoever, which are subject to public registration before the municipal, federal, state and county administrative authorities, as well as to subscribe for shares and appoint directors or managers and decide upon any other matters which may become necessary to carry out the powers herein granted in accordance with written instructions received from the Grantor.

c) To represent the Grantor at the Notary's office ("Cartório de Registro de Títulos e Documentos") as well as any municipal, federal, state and county departments and authorities of any Brazilian State, and to effect any amendments to the Articles of Association before such authorities, including those referring to the assignment and transfer of the Company's quotas owned by Grantor.

d) To receive summons on behalf of the Grantor, jointly or individually, and regardless the appointment order, with the objective to countersign documents, get acknowledged, confess debts, receive and answer summons, breach proceedings and legal notifications, obtain access to administrative lawsuits, collect documentation, request photocopies, represent the Grantor in all interactions with the Federal Income Tax Authorities, in short to perform all acts that might become necessary to fully carry out this power of attorney, including to delegate, with prior written notice to the Grantor, all or a portion of such powers to any employee within IRKO Organização Contábil Ltda., meeting article 119 of the Brazilian Law nº 6,404, 15 of December of 1976.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

24 JUL 2017 3262232 TÍTULOS E DOCUMENTOS

ALCINDO BRABES (ESCR. AUTORIZADO) CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE 27 07 AGO 2017 NOTAS DA... Brasil AUTENTICAÇÃO 1.2.3.5.9 1040CV0840450



Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 538

Brasileira nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976.

e) Representar os interesses da Outorgante cumprindo todos os atos na medida em que sejam necessários para o desempenho das finalidades mencionadas anteriormente, incluindo os poderes de substituição e dissolução da Sociedade Brasileira de propriedade da Outorgante, sempre mediante prévia autorização por escrito Outorgante, que pode ser por fax, carta ou e-mail, sendo capaz de assinar todos os documentos ou fornecer instruções através dos seus signatários autorizados (o qual, para evitar dúvidas, exclui os Outorgados e seus representantes), conforme nomeação (Os "Diretores"). Os Outorgados recebem poderes também para aprovar a preparação de documentos mediante autorização da Outorgante.

e) To represent the interests of the Grantor by fulfilling all acts to the extent necessary for the performance of the purposes stated above, including to be able to modify or dissolve the Brazilian corporation owned by the Grantor. Any actions taken by the Attorneys-in-Fact will always be with the prior written permission of the Grantor, which may be by fax, letter or email, such Grantor is capable of signing all the documents or providing instructions through its authorized signatories (which for the avoidance of doubt, excludes the Attorneys-in-Fact appointed herein or their designees) as may be appointed from time to time (the "Officers"). The Grantees will also be empowered to approve the preparation of documents upon the authorization of the Grantor.

f) A Outorgante aprova e ratifica tudo que seu Procurador e/ou substitutos ou representantes por eles indicados façam ou tenham feito relativo a todos os assuntos pelos quais esta Procuração está executada desde que tais representantes tenha atuado de acordo com as instruções da Outorgante. A Outorgante reconhece ter total responsabilidade, em conformidade com as leis brasileiras, a respeito dos impostos e obrigações não quitados e/ou reclamações trabalhistas que possa ter incorrido junto a qualquer órgão no Brasil.

f) The Grantor hereby approves and ratifies everything which their Attorney-in-Fact or any substitutes or substitute or agents appointed by him shall do or have done related to all matters for which this Power of Attorney is executed where such appointees have acted in accordance with the Grantor's instructions. The Grantor acknowledges that it has full responsibility, in accordance with Brazilian laws, regarding unpaid taxes obligation or labor claims that it may have incurred with any government authority in Brazil.

g) A Outorgante possui total responsabilidade civil e criminal sobre qualquer ato praticado por sua Diretoria. A Outorgante assume toda e qualquer despesa decorrente de processos judiciais nos quais venha a compor como parte e, eventualmente, venha a ser condenada, incluindo, mas não se limitando a reclamações trabalhistas.

g) The Grantor has all civil and criminal responsibility for any act committed by its Officers. The Grantor assumes any expense resulting from legal proceedings in which such Officers may take part and be, eventually, condemned, including but not limited to labor lawsuits.

h ) Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 1.634 de 06/05/2016:

1) Representar a Outorgante perante a Receita Federal do Brasil, podendo tratar e resolver quaisquer questões relativas à inscrição da Outorgante perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF; administrar os bens e direitos de propriedade da Outorgante no Brasil sujeito a registro de propriedade em órgão público.

h ) Under the terms of the Normative Instruction nº 1634 of Federal Tax Authorities (Secretaria da Receita Federal do Brazil) as of May 6, 2016:

1) To represent the Grantor before the Brazilian Federal Income Tax Authorities, being able to deal and settle any issues related to the Grantor's register before the Tax Roll ID Card (CNPJ/MF); to manage the Grantor's assets and rights located in Brazil, which are subject to public registry.

Caso a Outorgante, por qualquer motivo, venha a deixar de ser cliente da IRKO Organização Contábil Ltda., deverá indicar novo Preposto para substituir o aqui outorgado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, época em que o Preposto supracitado tomará devidas providências para sua renúncia formal perante as Repartições Públicas Brasileiras.

In case the Grantor, for any reason whatsoever, ceases to be a customer to IRKO Organização Contábil Ltda., the Grantor is to assign a new Representative to substitute the one assigned herewith, within the maximum timeframe of 30 (thirty) days, after which the assigned Representative will take the necessary actions to resign formally before the Brazilian Public Offices.

Esta Procuração é firmada em português e inglês, prevalecendo, em caso de discrepância, a versão em inglês.

This Power of Attorney is given in Portuguese and English. In the event of discrepancies, the English version governs.

Esta Procuração permanecerá válida pelo período de um (1) ano a contar da data de assinatura, exceto se expressamente revogada pelo Outorgante ou em caso de renúncia do Outorgado.

This Power of Attorney shall remain valid for one (1) year from the date hereof, except if expressly revoked by the Grantor or in case of resignation by the applicable Attorney-in-Fact, prior to that date.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

TÍTULOS E DOCUMENTOS
JUL 2017
62 32

1º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ALCINDO BRABES
(ESCR. AUTORIZADO)
CUSTAS CONTRIB P/ VERBA
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Colégio Notarial do Brasil
AUTENTICAÇÃO
1040CV0840151



Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 539

SEM VALOR DE CERTIDÃO

# The State of Texas

## Secretary of State

Not for use within the United States of America
This Apostille only certifies the signature, the capacity of the signer and the seal or stamp it bears. It does not certify the content of the document for which it was issued.
Certificate Validation available at www.sos.state.tx.us

## APOSTILLE

(Convention de La Haye du 5 Octobre 1961)

| | |
|---|---|
| 1. Country | United States of America |
| This public document | |
| 2. has been signed by | MARTI C MCDONALD |
| 3. acting in the capacity of | Notary Public, State of Texas |
| 4. and bears the seal/stamp of | MARTI C MCDONALD, Notary Public, State of Texas, Commission Expires: 04-26-19 |

## CERTIFIED

| | |
|---|---|
| 5. at Austin, Texas | 6. on June 29, 2017 |
| 7. by the Secretary of State of Texas | |
| 8. Certificate No. 11346932 | |
| 9. Seal | 10. Signature: |

Rolando B. Pablos
Secretary of State

GF/du

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 541

Fort Worth, June 28, 2017/Fort Worth, 28 de junho de 2017

**TPG DELAWARE 2015 SCV, LLC**

Michael LaGatta

THE STATE OF TEXAS §
§
COUNTY OF TARRANT §

17 08 17

BEFORE ME, the undersigned Notary Public, on this day personally appeared Michael LaGatta, known to me to be the person whose name is subscribed to the foregoing instrument and acknowledged to me that he executed the same for purpose and consideration therein expressed.

GIVEN UNDER MY HAND AND SEAL OF OFFICE this 28th day of June, 2017.

MARTI C MCDONALD
Notary Public, State of Texas
Comm. Expires 04-26-2019
Notary ID 126059496

Notary Public in and for the
State of Texas

SEM VALOR DE CERTIDÃO

4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 15.141.653/0001-68
Robson de Alvarenga - Oficial de Registro

| | |
|---|---|
| Emol. | R$ 73,19 |
| Estado | R$ 20,85 |
| Ipesp | R$ 14,23 |
| R. Civil | R$ 3,89 |
| T. Justiça | R$ 5,01 |
| M. Público | R$ 3,50 |
| Iss | R$ 1,53 |
| Total | R$ 122,20 |

Selos e taxas Recolhidos p/verba

Protocolado e prenotado sob o n. **234.513** em **24/07/2017** e registrado, hoje, em microfilme sob o n. **5.326.232**, em títulos e documentos.
São Paulo, 24 de julho de 2017

Carlos Augusto Peppe
Escrevente

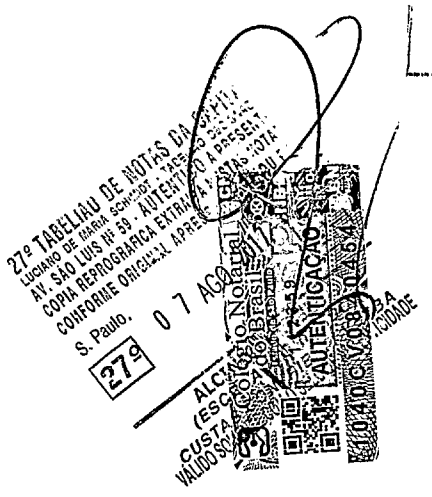
24 JUL 2017
5326232

C:\Users\mmcdonald\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.Outlook\KVO3S3TI\TPG Draft of PoA JUCESP-RFB (FINAL 2017-06-28).doc

Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 542

SEM VALOR DE CERTIDÃO

TÍTULO E DOCUMENTOS
24 JUL 2017
5326232




**Traduções Juramentadas**
Pça da Sé, 21 – 11º And. – Sala 1101 a 1105
F. +55 11 3295-2888 E-mail: comercial@brazilts.com.br

**Tradução: 39876 Livro: 159 Data: 24/07/2017**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ANTONIO DARI ANTUNES ZHBANOVA
TRADUTOR PÚBLICO E INTÉRPRETE COMERCIAL - CERTIFIED PUBLIC TRANSLATOR
Idioma/*Language*: Inglês/*English*
Matrícula Jucepe nº 406 - CPF 356.770.758-68
Praça da Sé, 21 conj 1401/ 1405 - Centro - CEP: 01001-001 - São Paulo - SP - Brasil
Fone: +55 11 3295-2888 - comercial@brazilts.com.br - www.brazilts.com.br
Rua Princesa Isabel nº 206 - Aloísio Pinto - Garanhuns (PE) CEP: 55.292-210
Fone (55 11) 9 8784-1006 - e-mail: dari.zhbanova@gmail.com

| TRADUÇÃO Nº / TRANSLATION No. | 39876 | LIVRO Nº / BOOK No. | 159 | FOLHA Nº / PAGE No. | 1 |
|---|---|---|---|---|---|

EU, O ABAIXO ASSINADO, TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO E INTÉRPRETE COMERCIAL NA CIDADE E ESTADO DE PERNAMBUCO, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, MATRÍCULA JUCEPE Nº 406, COM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, CERTIFICO QUE ME FOI APRESENTADO UM DOCUMENTO EXARADO EM IDIOMA INGLÊS A FIM DE QUE O TRADUZISSE PARA O VERNÁCULO, O QUE CUMPRO EM VIRTUDE DE MEU OFÍCIO, COMO SEGUE:

[**Nota do Tradutor:** o documento a mim apresentado consiste de uma **PROCURAÇÃO** que faz a ***TPG Delaware 2015 SC V, LLC*** em favor de Carlos Alberto Marcicano, José Luque Chia, Carlos Koller Junior, Daisy Luque Bastos Vaiano, Flavio Luque Bastos e Eduardo Rogatto Luque redigida em inglês e vernáculo, cujo teor em vernáculo foi por mim conferido, sendo fiel ao teor em inglês, devidamente assinada em 28 de junho de 2017, em Forth Worth, por Michael LaGatta. Constam, ainda, legalizações somente em inglês, cujo teor passo a traduzir conforme segue:]

ESTADO DO TEXAS
CONDADO DE TARRANT
PERANTE MIM, o Tabelião Público abaixo assinado, compareceu perante mim, nesta data, Michael LaGatta, conhecido por mim como sendo a pessoa cujo nome está assinado no instrumento anterior e reconheceu que assinou o mesmo para a finalidade e considerando que foi expresso nele.
CONFERIDO SOB MINHA ASSINATURA E SELO DO ESCRITÓRIO neste dia 28 de junho de 2017.
Assinado: [assinatura ilegível]
Tabelião Público em e para o Estado do Texas
[Carimbo:]
MARTI C MCDONALD
Tabelião Público, Estado do Texas
Minha Comissão expira em 26/04/2019
Id. Do Tabelião: 126059496

SEM VALOR DE CERTIDÃO

**ESTADO DO TEXAS**
**Secretaria do Estado**
Não destinado a uso dentro dos Estados Unidos da América
Esta Apostille somente certifica a assinatura, a capacidade do signatário e o selo ou carimbo que ele leva. Ela não certifica o conteúdo do documento para o qual foi emitida.
Validação do Certificado disponível em www.sos.state.tx.us

**APOSTILLE**
(Convention de La Haye Du 5 octobre 1961)
1. País: Estados Unidos da América
O presente documento público
2. Foi assinado por MARTI C MCDONALD
3. Que atua na qualidade de Tabelião Público, Estado do Texas
4. Possui o selo/carimbo de
MARTI C MCDONALD,
Tabelião Público, Estado do Texas

Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 544

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ANTONIO DARI ANTUNES ZHBANOVA
TRADUTOR PÚBLICO E INTÉRPRETE COMERCIAL - CERTIFIED PUBLIC TRANSLATOR
Idioma/*Language*: Inglês/*English*
Matrícula Jucepe nº 406 - CPF 756.770.758-68
Praça da Sé, 21 conj 1101/ 1105 - Centro - CEP: 01001-001 - São Paulo - SP - Brasil
Fone: +55 11 3295-2888 - comercial@brazilts.com.br - www.brazilts.com.br
Rua Princesa Isabel nº 206 - Aloísio Pinto - Garanhuns (PE) CEP: 55.292-210
Fone (55 11) 9 8784-1006 - e-mail: dari.zhbanova@gmail.com

| TRADUÇÃO Nº / TRANSLATION No. | 39876 | LIVRO Nº / BOOK No. | 159 | FOLHA Nº / PAGE No. | 2 |
|---|---|---|---|---|---|

Comissão vence em: 26/04/19

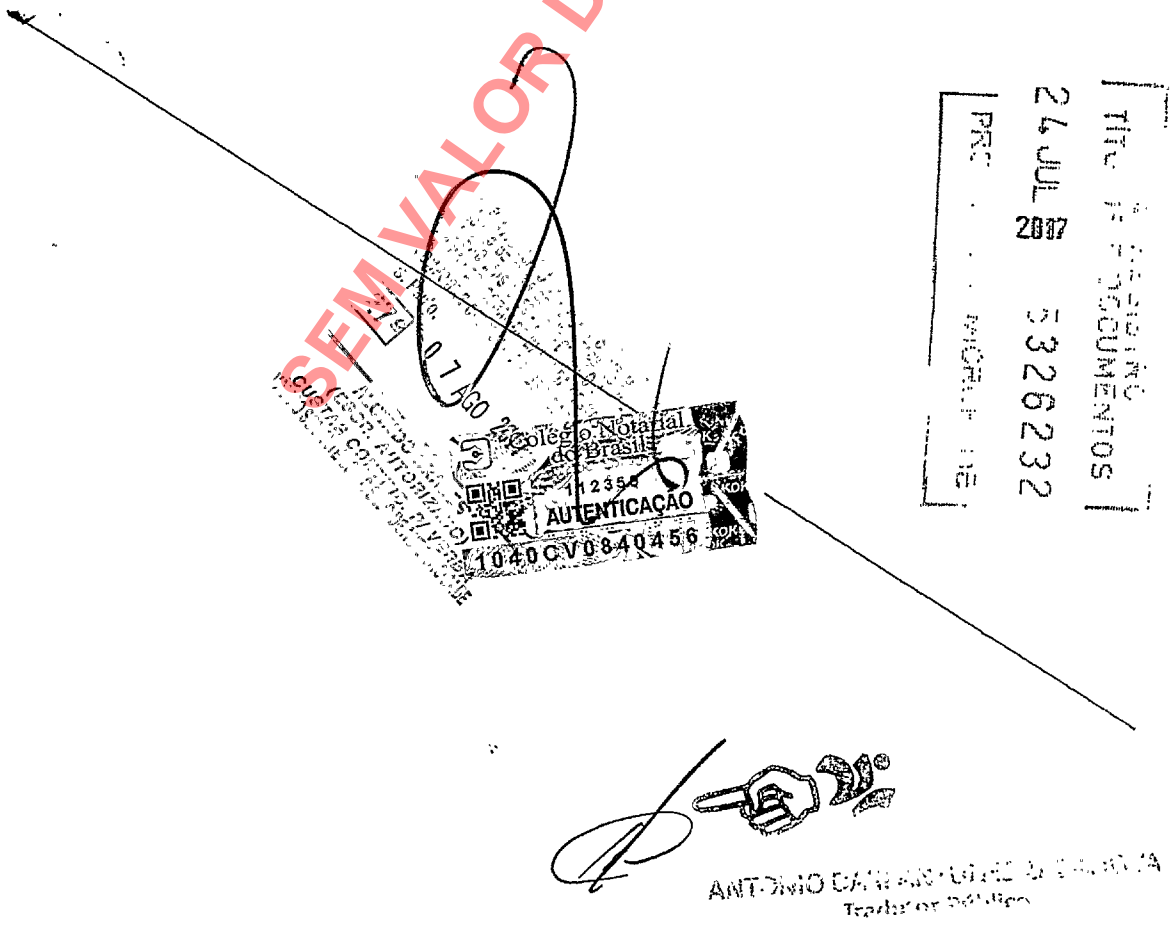
CERTIFICADO

5. Em Austin, Texas 6. Em 29 de junho de 2017
7. Pela Secretaria do Estado do Texas.
8. Certificado Nº 11346932.
9. Selo: [Consta selo do estado do Texas]
10. Assinatura: [assinatura ilegível]
Rolando B. Pablos
Secretário do Estado
GF/du

NADA MAIS CONTINHA OU DECLARAVA O PRESENTE DOCUMENTO. EM TESTEMUNHO DO QUE APUS A MINHA ASSINATURA.

São Paulo, 24 de julho de 2017.

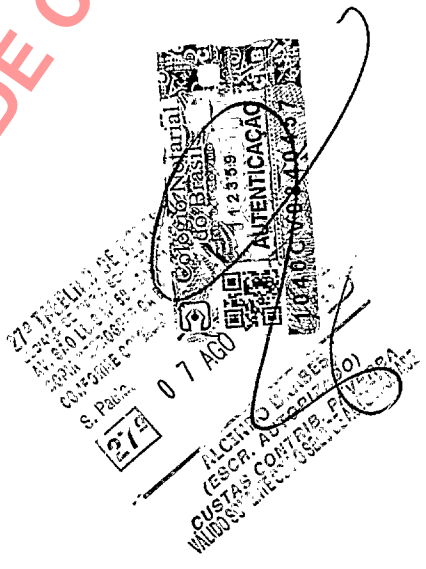
SEM VALOR DE CERTIDÃO

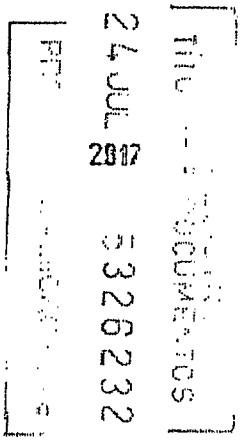



ANTONIO DARI ANTUNES ZHBANOVA
Tradutor Público

Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 545

SEM VALOR DE CERTIDÃO







Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 546

JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Inovação - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
0.814.121/17-2

CONTROLE INTERNET
0021679566-4

# CAPA DO REQUERIMENTO

## DADOS CADASTRAIS

ATO
Alteração de Nome Empresarial; Alteração de Outras Cláusulas Contratuais/Estatutárias; Alteração do Código de Atividade Econômica/ Objeto Social; Alteração do Valor do Capital; Consolidação da Matriz; Inclusão/Alteração de Integrantes;

| NOME EMPRESARIAL | | | CNPJ - SEDE |
|---|---|---|---|
| SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA | | | 28.037.759/0001-68 |
| **LOGRADOURO** | **NÚMERO** | **COMPLEMENTO** | **CEP** |
| Rua Dom José de Barros | 177 | AND 8 CJ 802 | 01038-100 |
| **MUNICÍPIO** | **UF** | **TELEFONE** | **EMAIL** |
| São Paulo | SP | | |
| **NÚMERO EXIGÊNCIA (S)** | **NIRE - SEDE** | | |
| 0 | 3523503734-5 | | |

| IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA | VALORES RECOLHIDOS | SEQ. DOC. |
|---|---|---|
| NOME: CARLOS ALBERTO MARCICANO (Administrador) | DARE: R$ 137,70 | 1 / 1 |
| ASSINATURA: DATA: 08/08/2017 | DARF: R$ 21,00 | |

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

## PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO
JUCESP
ER 197
SIN[illegible]
11 AGO. 2017
SÃO PAULO
PROTOCOLO

CARIMBO DISTRIBUIÇÃO

CARIMBO ANÁLISE
JUCESP
EXIGÊNCIA
14 AGO. 2017

ANEXOS:

| EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE | |
|---|---|
| ( ) DBE | ( ) Documentos Pessoais |
| ( ) Procuração | ( ) Laudo de Avaliação |
| ( ) Alvará Judicial | ( ) Jornal |
| ( ) Formal de Partilha | ( ) Protocolo / Justificação |
| ( ) Balanço Patrimonial | ( ) Certidão |
| ( ) Outros | |

ETIQUETAS DE REGISTRO / CARIMBO

OBSERVAÇÕES:

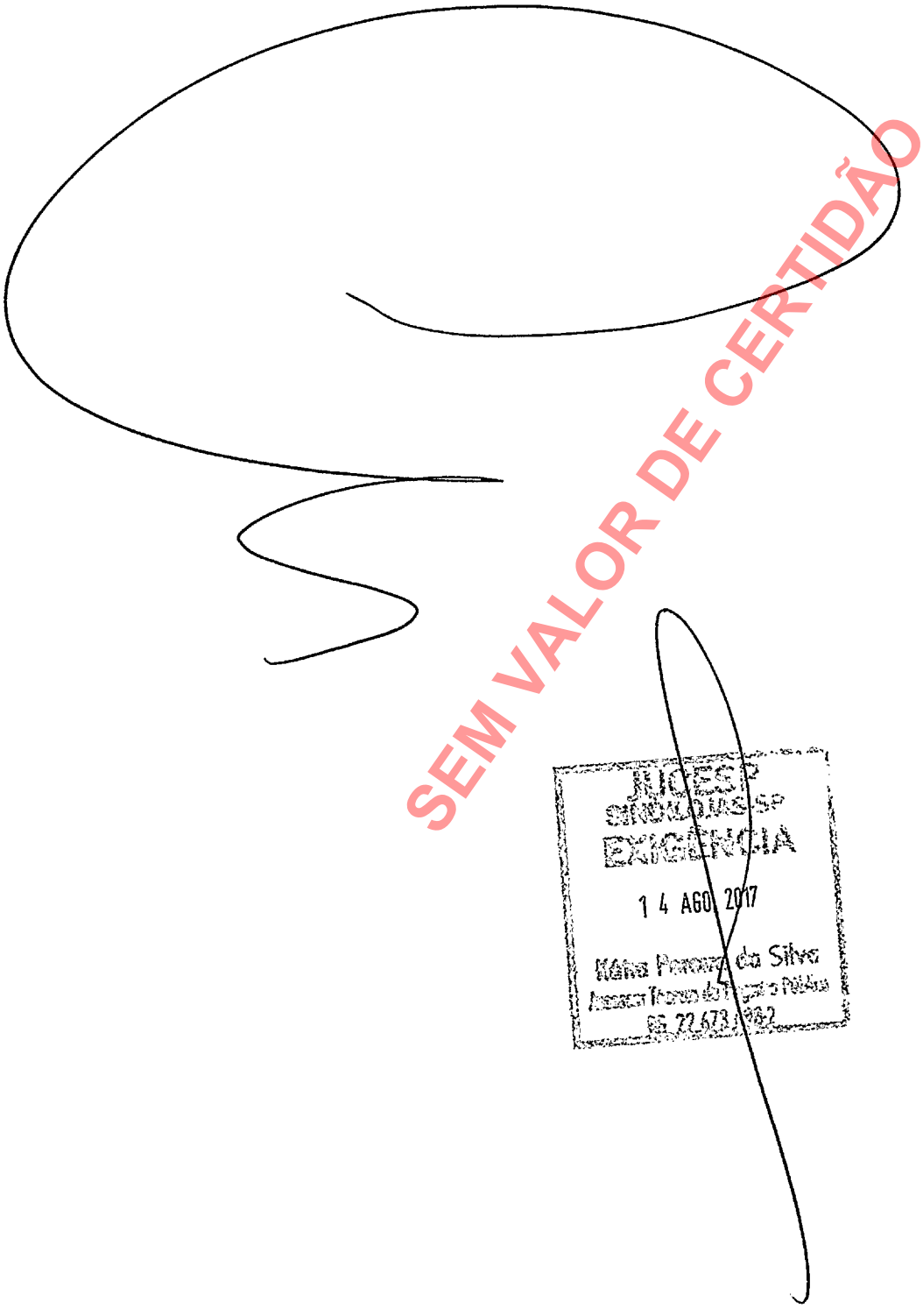
DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96



Documento de Oficialização da Demanda Alteração Contratual (0274088) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 547

Na FCN do Carlos o

cargo nas conferi.



SEM VALOR DE CERTIDÃO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

| Processo Nº 814121172 | SOCIEDADE MERCANTIL (Exceto S.A.) |
|---|---|

Nome Empresarial: SERVILLE TRANSMISSION EM INVESTIMENTOS LTDA

CUMPRIR A(S) SEGUINTES EXIGÊNCIAS, no prazo de 30 dias, contados da data da ciência do despacho ou da sua publicação, SOB PENA DE SER CONSIDERADO NOVO PROCESSO E DE PAGAMENTO DO PREÇO RESPECTIVO NOVAMENTE. (ART.57§3º, Dec.1.800/96)

*ATENÇÃO: esta folha não pode ser retirada do processo.*

80 [X] 1- NA FCN DO CARLOS O CARGO NÃO CONFERE.

OBS: _____

Em ___/___/_____

_____
Assessor

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Edital Eletrobras 01/2019

# CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS

celebrado entre,

de um lado,

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS**

como Vendedora,

e, de outro lado,

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**

como Compradora,

e, ainda,

**MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

como Interveniente Anuente

_____

DATA

28 DE ABRIL DE 2020

_____

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c

Eletrobras
PRJE

# CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado,

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda, nº 196, 24º andar, Centro, CEP 20.091-005, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.001.180/0001-26, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante designada "Vendedora");

e, de outro lado,

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, n° 199, Lote 1, PAL 46742, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, CEP 22775-022, inscrita no CNPJ sob o n° 28.037.759/0001-68, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante designada "Compradora");

Sendo Compradora e Vendedora também designadas, em conjunto, como "Partes" e, isolada e indistintamente, como "Parte";

e ainda, na qualidade de intervenientes anuentes:

**MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede em Brasília, no Distrito Federal, na ST SCN Quadra 1, Bloco C, n° 85, salas 1708 a 1714, Edifício BSB Trade Center, Asa Norte, CEP 70.711-902, inscrita no CNPJ sob o n° 09.584.854/0001-37, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante designada "MTE" ou "Companhia");

## CONSIDERANDO QUE:

(i) as Companhias têm como objeto a transmissão de energia elétrica, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão (conforme abaixo definido);

(ii) o capital social da MTE é, nesta data, de R$ 1.255.333.123,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e trinta e três mil, cento e vinte e três reais) , dividido em 1.255.333.123 (um bilhão, duzentas e cinquenta e cinco milhões, trezentas e trinta e três mil, cento e vinte e três) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo a Vendedora, direta ou indiretamente, titular de 621.389.896 (seiscentas e vinte e uma milhões, trezentas e oitenta e nove mil, oitocentas e noventa e seis) ações ordinárias de emissão da MTE, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, representativas de 49,5% (quarenta e nove inteiros e cinco décimos de por cento) do capital social total da MTE ("Ações da MTE");

(iii) as Ações foram objeto de alienação por meio do procedimento competitivo estabelecido no âmbito do Decreto nº 9.188/2017, cuja adesão pela Eletrobras ocorreu em 28.03.2019, iniciado em 29 de julho de 2019, em conformidade com o Edital do Procedimento Competitivo Eletrobras nº. 01/2019 ("Edital"), tendo a Compradora apresentado a Proposta Econômica vencedora no âmbito deste procedimento; e

(iv) sujeito aos termos, condições e cláusulas abaixo, a Vendedora deseja vender a

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

totalidade das Ações para a Compradora e a Compradora, por sua vez, deseja comprar a totalidade das Ações da Vendedora na Data do Fechamento ("Operação");

**ISTO POSTO**, resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), o qual será regido pelos seguintes termos, condições e cláusulas:

## CLÁUSULA 1. DEFINIÇÕES.

1.1. Termos Definidos. Para os fins deste Contrato e de seus anexos, os termos que não estiverem devidamente definidos através de outras cláusulas do presente Contrato, terão os significados estabelecidos abaixo:

| | |
|---|---|
| Ações | tem a definição que lhe é atribuída nos Considerandos do presente Contrato. |
| Acordo de Acionistas | significa os seguintes Acordo de Acionistas das Companhias: (i) o Acordo de Acionistas da MTE celebrado entre o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., com a interveniência da MTE, em 25 de julho de 2008, conforme aditado; e posteriormente aderido pela Compradora em 30 de maio de 2018. |
| Administradores | com relação a qualquer Pessoa, significa os administradores ou gestores de referida Pessoa: (i) nomeados ou eleitos nos termos das Leis aplicáveis e de seu respectivo estatuto/contrato social ou regulamento; (ii) para exercício da administração ou representação legal de referida Pessoa; e (iii) independentemente da designação que a eles couber e/ou do órgão da administração de que sejam membros. |
| Afiliadas | significa, com relação a uma Pessoa: (i) seu Controlador, direto ou indireto; (ii) qualquer outra Pessoa que, direta ou indiretamente, seja Controlada por tal Pessoa; ou (iii) qualquer Pessoa sob Controle comum com tal Pessoa. |
| ANEEL | significa a Agência Nacional de Energia Elétrica. |
| Aprovação da ANEEL | significa a anuência prévia, pela ANEEL, concedida mediante resolução autorizativa, conforme previsto na resolução normativa ANEEL nº 484, de 17 de abril de 2012, relativamente à consumação da Operação. |
| Aprovação do CADE | significa a aprovação por meio de decisão administrativa final e irrecorrível, pelo CADE, relativamente à consumação da Operação. |
| Autoridade Governamental | significa qualquer governo, autoridade, autarquia, entidade governamental, agência regulatória ou outras entidade setorial (incluindo Ministério de Minas e Energia – MME, ANEEL, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE), ministério público, departamento, comissão (incluindo a Comissão de Valores Mobiliários), conselho (incluindo o CADE), bolsa de valores, órgãos e qualquer juízo, tribunal arbitral, |

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Eletrobras
PRJE
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

| | |
|---|---|
| | corte, árbitro, tribunal, estrangeiro ou nacional, com jurisdição sobre as Partes. |
| CADE | significa o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. |
| Câmara Arbitral | significa a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem. |
| CNPJ | Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia. |
| Código Civil | significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada e em vigor. |
| Código de Processo Civil | significa a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada e em vigor. |
| Companhias | tem a definição que lhe é atribuída no preâmbulo deste Contrato. |
| Compradora | tem a definição que lhe é atribuída no preâmbulo deste Contrato. |
| Comunicações | significa todas e quaisquer comunicações previstas no, decorrentes do e/ou para os fins e efeitos deste Contrato, incluindo avisos, ciências, respostas, solicitações, manifestações, notificações, citações e intimações entre as Partes, sejam elas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais, que deverão ser realizadas consoante o disposto na Cláusula 13. |
| Condições Suspensivas | significa, conjuntamente, as Condições Suspensivas das Partes e as Condições Suspensivas da Vendedora. |
| Condições Suspensivas da Vendedora | tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 5.2. |
| Condições Suspensivas das Partes | tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 5.1. |
| Conflito | significa qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza, direta ou indiretamente, relacionado ao e/ou decorrente do presente Contrato envolvendo as Partes ou as Companhias, conforme previsto na Cláusula 14.11. |
| Contrato | significa este Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, seus respectivos anexos e eventuais aditamentos. |
| Contratos de Concessão | significa o Contrato de Concessão da MTE. |
| Contratos com Restrição | significa os contratos celebrados pelas Companhias que tenham cláusula de vencimento antecipado, rescisão obrigatória, penalidades ou outros |

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

| | |
|---|---|
| | eventos adversos para qualquer das Companhias e/ou para a Vendedora em decorrência da implementação da Operação, incluindo a transferência das Ações para a Compradora, conforme listados no Anexo A. |
| Controladora | significa, nos termos dos artigos 116 e 243 da Lei das S.A., a Pessoa, ou grupo de Pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que: (i) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores de outra Pessoa; e (ii) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos de administração de outra Pessoa. Termos como "Controle" e "Controlada" terão significado análogo ao de Controladora. |
| Curso Normal do Negócio | significa o conjunto de atividades que, pela sua natureza, finalidade ou forma de execução, seja necessário à consecução do objeto social das Companhias, levando-se em consideração a continuidade das atividades de cada uma das Companhias nos seus níveis e padrões usuais e sem que haja qualquer interrupção, desde que: (i) sejam realizadas no curso normal e ordinário, de maneira diligente, sem qualquer alteração ou interrupção relevante em relação à natureza, meios e objetivos de suas atividades; e (ii) sejam consistentes, pela sua natureza, finalidade e forma de execução, com as práticas do mercado aplicáveis a toda a indústria em que as Companhias atuam. |
| Data Base | significa 31 de dezembro de 2018. |
| Data de Assinatura | significa a data de assinatura deste Contrato. |
| Data do Fechamento | tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 6.1. |
| Demonstrações Financeiras Base | significa as demonstrações financeiras das Companhias de 31 de dezembro de 2018. |
| Dia Útil | significa qualquer dia, exceto sábados, domingos ou feriados em que os bancos comerciais estejam autorizados por Lei a permanecer fechados, na Cidade de Brasília, Distrito Federal e/ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. |
| Distribuição | significa quaisquer dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital ou outra distribuição ou pagamento, em bens ou espécie, à Vendedora por conta de sua participação societária no capital social das Companhias (seja em dinheiro, ativos, ações ou demais valores mobiliários). |
| Fechamento | significa a consumação da Operação, com a compra e venda de todas e não menos que todas as Ações, nos termos e condições deste Contrato. |

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

| | |
|---|---|
| Informação Confidencial | significa todas as informações e documentos não públicos e de natureza sigilosa relacionados à Operação, às Companhias ou às Partes, incluindo certas informações privadas sobre a potencial estratégia de negócios, operações, assuntos financeiros e outros assuntos relacionados às Companhias ou às Partes ou suas Afiliadas. |
| Lei | significa qualquer lei, estatuto, regulamento, regra, ofício, determinação, ordem, decisão, sentença ou exigência editada, promulgada, formulada ou imposta por qualquer Autoridade Governamental. |
| Lei das S.A. | significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor. |
| Liquidação Total | significa o pagamento tempestivo e integral do Preço de Venda do Lote (conforme definido no Edital) pela Compradora à Vendedora, mediante a realização dos atos de Fechamento previstos na Cláusula 6.1. |
| Notificação de Conflito | tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 14.11. |
| Ônus | significa todo e qualquer ônus ou gravames que recaia sobre um determinado bem ou direito, inclusive direitos reais de garantia, tais como penhor, hipoteca e anticrese, alienação fiduciária, usufruto, foro, pensão, encargos de terceiros e, no que se refere a ações, quotas ou outros valores mobiliários, qualquer opção, acordo de acionistas, acordo de sócios, direito de preferência, direito de primeira oferta ou direito de primeira recusa. |
| Operação | tem a definição que lhe é atribuída nos Considerandos do presente Contrato. |
| Parte ou Partes | significa a Vendedora e a Compradora, em conjunto ou isolada e indistintamente. |
| Parte Indenizável da Compradora | significa a Compradora e seus respectivos Administradores. |
| Perda | significa quaisquer perdas, danos (diretos ou indiretos), multas, penalidades, juros de mora, correção monetária, custos e despesas, incluindo honorários advocatícios, honorários periciais e custas judiciais, efetivamente incorridos e desembolsados pela Pessoa em questão, observado que não estão incluídos na definição de Perda (e ficam expressamente excluídos de qualquer obrigação de indenizar decorrente deste Contrato) lucros cessantes. |
| Pessoa | significa uma pessoa natural, jurídica ou entidade não personificada, incluindo sociedades de qualquer tipo, de fato ou de direito, consórcio, parceria, associação, *joint venture*, fundos de investimento, *trusts*, condomínios, universalidade de direitos e Autoridades Governamentais. |
| Preço de Compra | tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 3.1, significando o preço |

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

de compra a ser pago pelas Ações, o qual deverá ser ajustado de acordo com o disposto na Cláusula 3.2 .

Primeira Parcela — tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 4.1(i).

Regulamento — tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 14.11.

SELIC — significa a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil para títulos federais, conforme divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Segunda Parcela — tem a definição que lhe é atribuída na Cláusula 4.1(ii).

Tributos — significa: (i) todos os impostos, taxas e contribuições impostas por qualquer Autoridade Governamental, sobre lucro, renda, receita bruta, vendas, uso, bens e serviços, propriedade, transferência de capital, circulação de mercadorias, ganho de capital, folha de pagamento e outras remunerações ao empregado, incluindo contribuições sociais, contribuições previdenciárias e outros tributos; e (ii) qualquer encargo moratório imposto por qualquer Autoridade Governamental em razão da incidência de impostos, taxas e contribuições (tais como correção monetária, juros e multa).

Vendedora — tem a definição que lhe é atribuída no preâmbulo deste Contrato.

1.2. Interpretação. O presente Contrato deverá ser regido e interpretado de acordo com os seguintes princípios:

(i) os cabeçalhos e títulos do presente Contrato são exclusivamente destinados para conveniência de referência e não deverão restringir ou afetar o significado das cláusulas ou dos itens aos quais eles são aplicáveis;

(ii) os termos “inclusive”, “incluído”, “incluindo” e outros termos similares deverão ser interpretados como se eles fossem seguidos pela expressão “a título meramente exemplificativo”, “mas não limitado” ou “entre outros”;

(iii) sempre que exigido pelo contexto, a referência ao singular inclui referência ao plural e vice-versa, e a referência ao gênero masculino inclui referência ao gênero feminino e vice-versa, sem qualquer alteração de significado;

(iv) exceto se de outra forma expressamente previsto no presente Contrato, as referências a qualquer documento ou outro instrumento deverão incluir todas as suas alterações, substituições, consolidações, complementos e anexos;

(v) uma referência a qualquer Pessoa inclui tal Pessoa e todos os seus respectivos herdeiros, cessionários permitidos e outros sucessores, a qualquer título;

(vi) exceto se de outra forma expressamente previsto no presente Contrato, as referências às cláusulas, itens, apensos ou anexos deverão ser aplicáveis às cláusulas, itens, apensos ou anexos do presente Contrato; e

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

(vii) todos os anexos deste Contrato são ora incorporados por referência e constituem parte integrante deste Contrato.

1.3. Prazos. Todos os prazos estabelecidos no ou originados do presente Contrato deverão ser calculados conforme previsto pelo artigo 132 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, ou seja, excluindo-se a data inicial e incluindo a data de vencimento. Qualquer prazo que expirar em um dia que não for um Dia Útil deverá ser automaticamente prorrogado até o Dia Útil imediatamente subsequente.

## CLÁUSULA 2. COMPRA E VENDA.

2.1. Compra e Venda. Observados os termos, condições e disposições previstos no presente Contrato, e sujeito ao cumprimento ou renúncia das Condições Suspensivas, a Vendedora compromete-se, de forma irrevogável e irretratável, a vender para a Compradora, e a Compradora, de forma irrevogável e irretratável, compromete-se a adquirir da Vendedora, pelo Preço de Compra, a totalidade das Ações, com tudo o que elas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer Ônus, exceto pelos Ônus decorrentes dos Contratos com Restrição listados no Anexo A e dos Acordos de Acionistas.

2.2. Transferência das Ações. As Partes concordam que, após o cumprimento ou renúncia das Condições Suspensivas, conforme aplicável, as Ações deverão ser transferidas para a Compradora, na Data do Fechamento, mediante a assinatura pelas Partes dos respectivos termos lavrados nos Livros de Transferência de Ações Nominativas das Companhias, em contraprestação ao pagamento da Segunda Parcela, de acordo com os procedimentos de Liquidação Total.

## CLÁUSULA 3. PREÇO.

3.1. Preço de Compra. Observada a Cláusula 3.2, o preço de compra, a ser pago pela Compradora à Vendedora em contrapartida pela aquisição das Ações, é de R$ 232.000.000,00 (duzentos e trinta e dois milhões de reais), referido a Data Base ("Preço de Compra").

3.1.1. O Preço de Compra corresponde ao preço indicado na maior Proposta Econômica (conforme definido no Edital) apresentada no âmbito do Procedimento Competitivo por um Proponente apto e devidamente habilitado para aquisição da totalidade das Ações.

3.2. Ajuste do Preço de Compra. O Preço de Compra será ajustado da seguinte forma:

(i) pela variação positiva acumulada da taxa SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil com base em 252 dias úteis, pro rata die, durante o período compreendido entre 31 de dezembro de 2018 até a data de pagamento da Primeira Parcela;

(ii) pela variação positiva acumulada resultante da aplicação de 110% (cento e dez por cento) da taxa SELIC, pro rata die, aplicada sobre o saldo devedor, observada durante o período compreendido entre a data de pagamento da Primeira Parcela até a data de pagamento da Segunda Parcela;

(iii) o Preço de Compra será reduzido em um valor equivalente ao montante de

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Eletrobras
PRJE
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

qualquer Distribuição porventura declarada e paga pelas Companhias à Vendedora a partir da Data Base até a Data do Fechamento, desde que a referida Distribuição não tenha sido provisionada nas Demonstrações Financeiras Base, ressalvado o disposto na Cláusula 3.2.1; e

(iv) o Preço de Compra será aumentado em valor equivalente ao montante eventualmente aportado pela Vendedora nas Companhias após a Data Base, seja no âmbito de aumento de capital social ou adiantamento para futuro aumento de capital das Companhias.

3.2.1. Na hipótese de, na Data do Fechamento, haver qualquer Distribuição declarada após a Data-Base, e não provisionada nas Demonstrações Financeiras Base, e ainda não paga: (i) o montante da Distribuição a que a Vendedora fizer jus será deduzido do Preço de Compra; e (ii) a respectiva Companhia pagará, e a Compradora fará com que a Companhia pague, à Vendedora, a totalidade desse montante no prazo previsto na respectiva deliberação societária da Companhia.

3.2.2. Na hipótese de, na Data do Fechamento, haver qualquer Distribuição já declarada e provisionada nas Demonstrações Financeiras Base que ainda não tenha sido paga, o montante da Distribuição a que a Vendedora fizer jus deverá ser pago a ela e não será deduzido do Preço de Compra. A Compradora obriga-se a empregar seus melhores esforços em fazer com que a Companhia pague a totalidade deste montante à Vendedora no prazo previsto na respectiva deliberação societária da Companhia.

3.2.3. Para fins do ajuste do Preço de Compra previsto nesta Cláusula 3.2, cada Companhia deverá, até 5 (cinco) Dias Úteis antes da Data do Fechamento, entregar às Partes: (i) notificação atestando (a) os montantes e as datas de declaração e/ou pagamento de quaisquer Distribuições declaradas e/ou pagas a partir da Data Base, se houver, e (b) os montantes aportados pela Vendedora na Companhia após a Data Base, no âmbito de aumento de capital social ou adiantamento para futuro aumento de capital, se houver; e (ii) cópia de balancete da Companhia levantado (a) no último dia do mês anterior à Data do Fechamento, se o Fechamento estiver previsto para ocorrer após o 5º (quinto) Dia Útil do respectivo mês, ou (b) no último dia do mês imediatamente precedente ao mês anterior à Data de Fechamento, se o Fechamento estiver previsto para ocorrer até o 5º (quinto) Dia Útil do respectivo mês.

3.2.4. Caso, no Dia Útil imediatamente anterior à Data do Fechamento, o valor da SELIC não tenha sido divulgado para um determinado período, será considerado para fins de atualização do Preço de Compra, o valor projetado pelo Relatório Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil.

## CLÁUSULA 4. PAGAMENTO.

4.1. Pagamento do Preço de Compra. O Preço de Compra será pago pela Compradora à Vendedora em duas parcelas, conforme indicado abaixo:

(i) A primeira parcela, equivalente a 10% (dez por cento) da soma do Preço de Compra (ajustada na forma da Cláusula 3.2 acima), será paga em até 3 (três) Dias Úteis contados da Data de Assinatura ("Primeira Parcela"); e

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
Termo de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg
Petrobras
PRJE

(ii) A segunda parcela será equivalente ao Preço de Compra, ajustada na forma da Cláusula 3.2 acima, menos a Primeira Parcela, e deverá ser paga na Data do Fechamento ("Segunda Parcela").

4.1.1. O pagamento da Primeira Parcela será realizado de forma irrevogável, irretratável e sem direito a qualquer ressarcimento pela Vendedora à Compradora ainda que o Fechamento e a Liquidação Total não sejam concluídos, salvo em decorrência de algum ato doloso praticado pela Vendedora visando a obstar o Fechamento e a Liquidação Total, hipótese na qual a Compradora poderá buscar ser ressarcida. O pagamento da Primeira Parcela não prejudica o direito de a Vendedora buscar o devido ressarcimento por eventuais danos e/ou prejuízos ocasionados pela não Liquidação Total do Contrato decorrentes de culpa ou dolo da Compradora.

4.1.2. O pagamento da Primeira e Segunda Parcelas deverá ser efetuado mediante depósito na conta corrente indicada a seguir:

Titular: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras
Banco do Brasil
Agência 3064-3
Conta corrente 502000-X
CNPJ Eletrobras: 000011800002-07
Deve-se informar CNPJ do depositante como código identificador.

4.2. Tributos. As Partes reconhecem que serão única e individualmente responsáveis pelo integral e pontual pagamento de todo e qualquer Tributo que seja de sua responsabilidade e que incida, venha a incidir na ou decorra da Operação, nos termos da Lei aplicável.

## CLÁUSULA 5. CONDIÇÕES SUSPENSIVAS.

5.1. Condições Suspensivas às Obrigações das Partes. A obrigação das Partes de consumar a Operação está condicionada à implementação ou verificação, conforme o caso, até ou na Data do Fechamento, das seguintes condições suspensivas, que não estarão sujeitas à renúncia de qualquer das Partes ("Condições Suspensivas das Partes"):

(i) obtenção pela Compradora da Aprovação da ANEEL, conforme previsto na Cláusula 5.3;

(ii) obtenção pela Compradora da Aprovação do CADE ou declaração de não-conhecimento da Operação pelo CADE nos termos do art. 9º, § único, da Resolução CADE nº 2/2012, conforme previsto nas Cláusulas 5.4 e 8; e

(iii) nenhuma Lei aplicável que impeça a consumação da Operação deverá estar em vigor ou existir.

5.2. Condições Suspensivas às Obrigações da Vendedora. A obrigação da Vendedora de consumar o Fechamento está condicionada à implementação ou verificação, conforme o caso, até ou na Data do Fechamento, das seguintes condições suspensivas (sem prejuízo do direito da Vendedora de renunciar, por escrito, total ou parcialmente, a qualquer das referidas condições, desde que legalmente possível) ("Condições Suspensivas da Vendedora"):

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

(i) as declarações e garantias da Compradora constantes na Cláusula 9.3 deverão ser completas, corretas e verdadeiras na Data do Fechamento;

(ii) não deverá ter ocorrido, até a Data do Fechamento, violação por parte da Compradora das obrigações e compromissos por ela assumidos no presente Contrato; e

(iii) obtenção pela Compradora da anuência de todas as contrapartes dos Contratos com Restrição para a implementação da Operação, observado o disposto na Cláusula 5.5.

5.3. Cumprimento da Condição Suspensiva Relativa à Aprovação da ANEEL. A Condição Suspensiva relativa à Aprovação da ANEEL, na forma da Cláusula 5.1(i), somente será considerada cumprida após a publicação no diário oficial da união da Aprovação da ANEEL.

5.3.1. Salvo se diversamente acordado entre as Partes, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da Data de Assinatura, a Compradora deverá requerer a Aprovação da ANEEL para implementação da Operação, conforme requerimento a ser previamente aprovado pela Vendedora e ao qual deverá ser anexada toda a documentação e informações necessárias para o cumprimento do disposto no Contrato de Concessão e na resolução normativa ANEEL nº 484, de 17 de abril de 2012.

5.3.2. A responsabilidade pela apresentação e acompanhamento do requerimento submetido à ANEEL, bem como pela apresentação de quaisquer outros documentos ou informações solicitadas pela ANEEL com vistas à obtenção da Aprovação da ANEEL, será da Compradora, que coordenará todos os atos a serem praticados junto à ANEEL, devendo manter a Vendedora e as Companhias informadas de qualquer comunicação da ANEEL a respeito do referido requerimento.

5.3.3. A Compradora arcará com todos os custos e despesas necessários relativos à obtenção da Aprovação da ANEEL, se houver, com exceção dos custos e despesas incorridos diretamente pela Vendedora e pelas Companhias com os seus respectivos advogados, os quais serão arcados respectivamente pela Vendedora e pelas Companhias.

5.3.4. As Partes e as Companhias, neste ato, se obrigam a cooperar, integral e tempestivamente, umas com as outras para a submissão à ANEEL dos documentos e formulários necessários, incluindo o requerimento previsto na Cláusula 5.3.1, e a fornecer toda e qualquer informação indispensável para obtenção da Aprovação da ANEEL.

5.3.5. A obtenção da Aprovação da ANEEL é de responsabilidade exclusiva da Compradora, de forma que caso a Compradora não obtenha, por qualquer motivo, a Aprovação da ANEEL, o Contrato poderá ser rescindido pela Vendedora, sem prejuízo de eventuais penalidades e sanções a serem aplicados à Compradora, em conformidade com a Cláusula 12 abaixo.

5.4. Cumprimento da Condição Suspensiva Relativa à Aprovação do CADE. Observado o disposto na Cláusula 8, a Condição Suspensiva relativa à Aprovação do CADE, na forma da Cláusula 5.1(ii), somente será considerada cumprida após os seguintes eventos:

(i) a emissão de declaração pelo CADE atestando o não-conhecimento da

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Eletrobras
PRJE

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Operação nos termos do art. 9º, § único, da Resolução CADE nº 2/2012; ou

(ii) a emissão de certificado específico emitido pelo CADE atestando o decurso do prazo de 15 (quinze) dias após a data da publicação, no diário oficial da união, da aprovação sem restrições da Operação pela Superintendência Geral do CADE, nos termos da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada, sem que tenha havido pedido de avocação ou interposição de recurso de terceiros interessados ao Tribunal do CADE; ou

(iii) a publicação da decisão final do Tribunal do CADE, no diário oficial da união, aprovando sem restrições a Operação, na hipótese de ter havido impugnação, avocação ou recurso de terceiros interessados, ou aprovando com restrições a Operação, observado o disposto na Cláusula 8.

5.5. Cumprimento da Condição Suspensiva Relativa aos Contratos com Restrição. A Condição Suspensiva relativa à obtenção pela Compradora da anuência de todas as contrapartes dos Contratos com Restrição, nos termos da Cláusula 5.2(iii), somente será considerada cumprida se, com relação a cada um dos Contratos com Restrição:

(i) a Compradora apresentar à Vendedora o documento por meio do qual a respectiva contraparte manifestou sua anuência para a implementação da Operação, incluindo, sem limitação, a transferência das Ações à Compradora; ou, alternativamente,

(ii) a Compradora comprovar a quitação antecipada, assunção do débito (com anuência da respectiva contraparte) ou a adoção pela Compradora de outras medidas a fim de evitar a imposição de penalidade ou outro efeito adverso às Companhias e/ou à Vendedora, conforme o caso, em decorrência da consumação da Operação.

5.5.1. Salvo se diversamente acordado entre as Partes, a Compradora deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da Data de Assinatura, enviar às contrapartes dos Contratos com Restrição requerimento de anuência para consumação da Operação.

5.5.2. A responsabilidade pela apresentação e acompanhamento do requerimento a ser enviado às contrapartes dos Contratos com Restrição, bem como pela adoção de quaisquer medidas necessárias à consumação da Operação sem efeitos adversos às Companhias e/ou à Vendedora decorrentes dos Contratos com Restrição, conforme o caso, será da Compradora, que deverá manter a Vendedora e as Companhias informadas sobre os desdobramentos do respectivo requerimento.

5.5.3. A Compradora arcará com todos os custos e despesas necessários relativos à obtenção da anuência das contrapartes dos Contratos com Restrição.

5.5.4. As Companhias, neste ato, se comprometem a cooperar, integral e tempestivamente com a Compradora para obtenção da anuência das contrapartes dos Contratos com Restrição, incluindo com o fornecimento de toda e qualquer informação razoável que seja indispensável para obtenção da respectiva anuência.

5.5.5. A obtenção da anuência das contrapartes dos Contratos com Restrição constitui álea ordinária do presente Contrato, consistente em fato futuro e incerto, cujo risco é exclusivamente da Compradora, sem direito a qualquer ajuste ou alteração do Preço de

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

Compra, ainda que as respectivas contrapartes não consintam com a implementação da Operação.

5.5.6. A Compradora arcará com todos os ônus e riscos decorrentes de eventual falta ou negativa de anuência, bem como de eventual rescisão, penalidade ou indenização oriundos dos Contratos com Restrição, incluindo, sem limitação, àquelas que ocorram por eventual impossibilidade de honrar prazo de denúncia dos Contratos com Restrição que tenham como contraparte entes privados ou aquelas que decorram dos Contratos com Restrição que tenham como contraparte entes integrantes da Administração Pública, direta ou indireta.

5.5.6.1. Eventuais aplicações de penalidades e indenizações a que porventura façam jus as contrapartes dos Contratos com Restrição em razão da implementação da Operação deverão ser obrigatoriamente pagas pela Compradora diretamente à respectiva contraparte ou reembolsadas à Vendedora, caso a Vendedora venha excepcionalmente a arcar com algum pagamento dessa espécie, no prazo de até 5 (cinco) dias a partir do envio de Comunicação pela Vendedora à Compradora, sem qualquer direito a ajuste ou alteração, de qualquer maneira, no Preço de Compra.

5.5.7. A partir do Fechamento, a Vendedora estará isenta de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação decorrentes dos Contratos com Restrição, devendo a Compradora manter a Vendedora indene de toda e qualquer Perda relativa aos Contratos com Restrição, nos termos da Cláusula 11.2(iii).

5.6. Cumprimento de Condições Suspensivas. Cada Parte compromete-se a tomar todas as medidas e praticar todos os atos necessários para implementar as Condições Suspensivas, tão logo seja possível a partir da Data de Assinatura. Cada Parte poderá acompanhar as medidas tomadas pela outra a respeito da implementação das Condições Suspensivas. Cada Parte se compromete a manter a outra informada sobre o cumprimento das Condições Suspensivas, disponibilizando, mediante solicitação razoável, cópia dos documentos necessários para comprovar o cumprimento das Condições Suspensivas.

5.7. Notificação de Cumprimento. Sem prejuízo dos demais prazos estabelecidos neste Contrato para a notificação da outra Parte em relação ao cumprimento das Condições Suspensivas e do direito de qualquer das Partes de notificar, a qualquer momento, a outra Parte do efetivo cumprimento das Condições Suspensivas, cada uma das Partes deverá notificar a outra Parte sobre o cumprimento das Condições Suspensivas previstas na Cláusula 5 em até 2 (dois) Dias Úteis contados da efetiva verificação ou satisfação da Condição Suspensiva.

## CLÁUSULA 6. FECHAMENTO.

6.1. Fechamento. As Partes se obrigam a consumar os seguintes atos de Fechamento, que serão realizados na sede da Companhia, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que se verificar o cumprimento ou renúncia, por escrito, total ou parcial (desde que legalmente possível), de todas as Condições Suspensivas, ou em outra data ou local que a Vendedora vier a determinar com base em (i) decisão da Administração da Vendedora e/ou (ii) em requerimento, por escrito e devidamente fundamentado, da Compradora (a data em que o Fechamento ocorrer, doravante denominada "Data do Fechamento"):

(i) a Compradora efetuará o pagamento à Vendedora da Segunda Parcela,

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Eletrobras
PRJE

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

observado o disposto nas Cláusulas 3 e 4;

(ii) a Vendedora deverá comprovar à Compradora a ausência de Ônus sobre as Ações, exceto pelos Ônus decorrentes dos Contratos com Restrição listados no Anexo A, mediante a apresentação dos respectivos Livros de Registro de Ações das Companhias;

(iii) as Partes deverão assinar, celebrar e implementar todos os documentos e atos necessários ou convenientes nos termos da Lei aplicável para a efetiva transferência de titularidade das Ações à Compradora, incluindo a assinatura dos respectivos termos lavrados nos Livros de Transferência de Ações Nominativas das Companhias;

(iv) a Vendedora entregará à Compradora as cartas de renúncia dos administradores das Companhias indicados pela Vendedora, conforme modelo constante do Anexo 6.1(iv);

(v) as Partes assinarão um termo de fechamento atestando que: (a) todas as declarações e garantias prestadas por tal Parte são verdadeiras, completas e corretas na Data do Fechamento, exceto com relação a (x) alterações nas declarações e garantias prestadas pela Vendedora ocorridas no Curso Normal dos Negócios das Companhias, as quais deverão ser expressamente identificadas no termo de fechamento, e (y) declarações e garantias que se refiram a uma data específica que deverão ser completas, corretas e verdadeiras na referida data específica; e (b) as Condições Suspensivas a cargo de tal Parte foram devidamente cumpridas ou, conforme o caso, renunciadas pela outra Parte.

6.2. Simultaneidade dos Atos. Todos os atos do Fechamento, conforme descritos na Cláusula 6.1, serão considerados como tendo sido praticados simultaneamente. Nesse sentido, nenhum ato ou obrigação será considerado praticado ou cumprido até que todos os outros atos previstos na Cláusula 6.1 tenham sido praticados e cumpridos.

6.3. Compromisso de Formalização do Fechamento. As Partes comprometem-se a firmar e entregar todos os demais instrumentos ou documentos e a praticar todos e quaisquer outros atos necessários à formalização de todas as operações previstas neste Contrato, inclusive realizar todos os arquivamentos, averbações e registros que venham a ser necessários.

## CLÁUSULA 7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS.

7.1. Preservação de Estruturas e Condições Competitivas até a Obtenção da Aprovação do CADE. Até o trânsito em julgado da Aprovação do CADE ou a obtenção de declaração de não-conhecimento da Operação pelo CADE, em atenção à Lei nº 12.529/11, são vedados quaisquer transferências de ativos e qualquer tipo de influência entre a Compradora, de um lado, e a Vendedora e as Companhias, de outro, que observarão ainda as restrições e os cuidados necessários para a troca de informações, comprometendo-se a, no âmbito da presente Operação, manter suas estruturas físicas e condições competitivas inalteradas.

7.2. Condução das Atividades das Companhias até a Data do Fechamento. A Vendedora compromete-se a envidar seus melhores esforços para, dentro do possível, fazer com que: (i) as Companhias conduzam suas atividades e operações no Curso Normal do Negócio, de modo que nenhuma operação ou ato fora do Curso Normal do Negócio seja praticado; e

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Eletrobras
PRJE
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

(ii) todas as dívidas, responsabilidades e obrigações de qualquer natureza assumidas pelas Companhias até a Data do Fechamento continuem sendo devidamente cumpridas e pagas na data de seu vencimento.

7.3. Custos. Exceto se de outra maneira expressamente prevista neste Contrato ou acordado, por escrito, entre as Partes, todos os custos e despesas, incluindo honorários e despesas de advogados, consultores e auditores, incorridos com relação a este Contrato e as operações aqui contempladas serão pagos pela Parte que incorrer tais custos e despesas, independentemente da Operação prevista neste Contrato ser concretizada.

7.4. Alteração de Inscrições. A Compradora deverá, ou fará com que cada Companhia, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da Data do Fechamento: (i) atualize todos os registros, inscrições e cadastros da Companhia onde conste a Vendedora ou Pessoas a ela relacionadas, incluindo os Administradores eleitos ou indicados pela Vendedora, de forma a refletir a nova composição acionária e administração da Companhia; e (ii) substitua a Vendedora e todas as Pessoas a ela relacionadas, incluindo os Administradores eleitos ou indicados pela Vendedora, em tais registros, inscrições e cadastros. A Compradora deverá fornecer, ou fará com que as Companhias forneçam, no prazo acima previsto, à Vendedora, os comprovantes do cumprimento do disposto nesta cláusula.

7.4.1. O não cumprimento do prazo indicado na Cláusula acima para substituição dos registros, inscrições e cadastros das Companhias sujeitará a Compradora ao pagamento de multa diária à Vendedora no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), por cada dia de atraso após expirados os 90 (noventa) dias, até que a obrigação seja cumprida.

7.5. Substituição das Garantias. A Compradora deverá providenciar, em até 30 dias, a substituição ou liberação de todas e quaisquer garantias prestadas pela Vendedora e/ou suas Afiliadas no âmbito de operações das Companhias.

7.5.1. Caso o respectivo credor ou contraparte contratual beneficiária da garantia não concorde ("Contrapartes") com a substituição mencionada na Cláusula 7.5. acima (o que deverá ser comprovado pelo Comprador mediante a apresentação à Vendedora das notificações enviadas às respectivas Contrapartes, bem como cópias de todas comunicações mantidas entre as partes) ou, ainda, caso qualquer das garantias prestadas pela Vendedora às Companhias em favor de terceiros seja excutida pelas Contrapartes, seja no todo ou em parte, antes do prazo referido no item anterior, o Comprador, sem prejuízo da obrigação de continuar apresentando novas garantias e/ou alternativas de reforço de crédito a tais Contrapartes na tentativa de cumprir a obrigação mencionada no inciso anterior de forma integral e tempestiva, deverá (i) pagar mensalmente à Vendedora, no 5º dia útil de cada mês vincendo, a título de remuneração pela garantia ou suporte financeiro prestado pela Vendedora em tais contratos e pendente de substituição integral pelo Comprador, o valor de 1% (um por cento) ao mês do valor total garantido pela Vendedora nos termos de cada respectivo contrato e instrumentos correlatos e, ainda, (ii) oferecer contragarantia a Vendedora, nos mesmos prazos, valores e condições da referida garantia, podendo a Vendedora aceitar ou não a contragarantia proposta justificadamente, sendo certo que, caso a contragarantia não seja aceita por 2 (duas) vezes, o Comprador deverá , no prazo de trinta dias, apresentar carta fiança emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil e classificada entre o primeiro e o segundo piso ou seja, entre "A" e "B" na escala de rating de longo prazo de, no mínimo, uma das seguintes agências de classificação de risco: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poors, sem prejuízo do pagamento previsto no subitem anterior, e podendo apresentar novas contragarantias que satisfaçam integralmente os mesmos prazos, valores e condições da referida garantia prestada pela Vendedora em substituição à

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

fiança apresentada.

7.5.2. Caso não seja possível, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da data de assinatura do presente Contrato, substituir e/ou fazer com que seja substituída a Vendedora nos contratos de financiamento e outras obrigações, financeiras ou não, das Companhias, nos quais a Vendedora preste fiança, seja coobrigada e/ou preste qualquer outra forma de garantia ou suporte financeiro, nos termos da Cláusula 7.5.1. acima, o Comprador deverá, nos 30 (trinta) dias corridos subsequentes, realizar ou fazer com que a Companhia realize o pagamento antecipado integral do referido contrato e/ou rescindi-lo nos termos dispostos em referidos contratos, sem que disto decorra qualquer ônus para a Vendedora, e liberando, assim, a garantia ou suporte financeiro prestado pela Vendedora.

## CLÁUSULA 8. APROVAÇÃO DA OPERAÇÃO PELO CADE.

8.1. Notificação. Desde que a Vendedora e as Companhias tenham fornecido as informações solicitadas pela Compradora nos termos dessa Cláusula 8.1, a Compradora submeterá a Operação à análise do CADE no prazo de até 20 (vinte) dias contados da Data de Assinatura, solicitando a aprovação da Operação pelo CADE. A Compradora será responsável pela elaboração, apresentação e acompanhamento do requerimento a ser apresentado ao CADE. A Vendedora fornecerá tempestivamente para a Compradora todas as informações necessárias para a preparação do requerimento e/ou outras informações que vierem a ser solicitadas pelo CADE. A Vendedora poderá participar ou acompanhar o requerimento, às suas expensas, por meio de advogados de sua escolha.

8.2. Custos; Pagamento da Taxa do CADE. Cada Parte será responsável pelo pagamento dos honorários dos seus respectivos advogados contratados para assessorar no processo de submissão da Operação à aprovação do CADE. A Compradora arcará com o pagamento da taxa para o protocolo do requerimento para a submissão da Operação ao CADE.

8.3. Restrição ou Não Aprovação da Operação. Na hipótese de o CADE condicionar a aprovação da Operação à alteração de qualquer termo ou condição estabelecida neste Contrato ou ao cumprimento de medida que implicará em Perda para qualquer das Partes, as Partes poderão negociar as alterações necessárias para aprovação da Operação ou nova submissão desta, conforme o caso, ressalvado que nenhuma das Partes estará obrigada a acatar qualquer alteração dos termos e condições estabelecidos neste Contrato com o objetivo de obter a Aprovação do CADE, hipótese em que o presente Contrato poderá ser rescindido pela Parte afetada, nos termos da Cláusula 12.1(iv).

## CLÁUSULA 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS.

9.1. Declarações e Garantias da Vendedora. A Vendedora presta à Compradora, para todos os fins e efeitos deste Contrato, as declarações e garantias descritas nesta Cláusula 9.1, as quais são verdadeiras, corretas, completas e precisas na Data de Assinatura, ressalvado por declarações e garantias que se refiram a uma data específica que são verdadeiras, corretas e completas na data a que se referem.

9.1.1. Existência e Regularidade da Vendedora. A Vendedora é uma sociedade por ações de economia mista, devidamente constituída, validamente existente em conformidade com as Leis da República Federativa do Brasil, está em situação regular de acordo com as Leis aplicáveis e tem plena capacidade jurídica para deter, possuir e dispor de seus bens e ativos e para conduzir suas atividades conforme atualmente conduzidas.

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

9.1.2. Efeito Vinculante. Observado o disposto na Cláusula 5, este Contrato e quaisquer outros documentos e instrumentos necessários para a consumação da Operação constituem obrigações legais, lícitas, válidas e vinculantes da Vendedora, exequíveis de acordo com seus termos e condições.

9.1.3. Propriedade e Inexistência de Ônus sobre as Ações. Exceto conforme previsto neste Contrato, nos Acordos de Acionistas e nos Contratos com Restrição listados no Anexo A, (a) a Vendedora é legítima proprietária e possuidora das Ações, com tudo o que elas representam, inclusive direito a Distribuições e quaisquer outros direitos a elas conferidos; e (b) as Ações foram devida e validamente emitidas, estão totalmente integralizadas e estão livres e desembaraçadas de quaisquer Ônus; e (c) não há terceiros detendo outros direitos para aquisição das Ações ou de valores mobiliários de qualquer outra sociedade que, se exercido, possa conferir aos seus respectivos titulares direitos para aquisição das Ações. Não há adiantamentos para futuro aumento de capital ou mútuos da Vendedora para as Companhias.

9.2. Únicas Declarações e Garantias da Vendedora. As declarações e garantias prestadas neste Contrato são as únicas declarações e garantias prestadas pela Vendedora e, além de tais declarações e garantias, não há, e a Vendedora não presta, seja de forma expressa ou implícita, qualquer outra declaração e garantia, seja a que título for, inclusive com respeito a: (i) as Companhias ou seus respectivos ativos, passivos, operações, atividades ou perspectivas; ou (ii) qualquer informação referente às Companhias fornecida ou disponibilizada à Compradora e seus representantes.

9.3. Declarações e Garantias da Compradora. A Compradora presta à Vendedora, para todos os fins e efeitos deste Contrato, as declarações e garantias descritas nas cláusulas abaixo, as quais são verdadeiras, corretas, completas e precisas na Data de Assinatura.

9.3.1. Existência e Regularidade. A Compradora é uma sociedade devidamente constituída, validamente existente e em conformidade com as Leis aplicáveis, está em situação regular de acordo com as Leis aplicáveis e tem plena capacidade para deter, possuir e dispor de seus bens e ativos e para conduzir suas atividades conforme atualmente conduzidas.

9.3.2. Capacidade e Autorização. A Compradora possui plena capacidade para celebrar o Contrato, cumprir suas obrigações nele assumidas e consumar a Operação nele prevista. A assinatura e o cumprimento do Contrato pela Compradora, e a consumação da Operação contemplada neste Contrato, foram devidamente autorizados por todos os atos necessários por parte de terceiros, exceto pelas aprovações, autorizações, consentimentos ou Comunicações necessários de terceiros (incluindo Autoridades Governamentais), conforme previsto neste Contrato. As Pessoas que representam a Compradora na assinatura deste Contrato têm poderes suficientes para tanto.

9.3.3. Autorização Governamental. A assinatura deste Contrato, o cumprimento de todas e quaisquer das suas obrigações e a consumação da Operação contemplada neste Contrato pela Compradora não depende de qualquer medida, autorização, ação, aprovação, consentimento ou declaração de qualquer Autoridade Governamental, exceto conforme expressamente previsto neste Contrato.

9.3.4. Ausência de Violação. A assinatura deste Contrato pela Compradora, o

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

cumprimento de todas e quaisquer das suas obrigações e a consumação da Operação contemplada neste Contrato: (i) não violam ou conflitam com os documentos societários e/ou constitutivos da Compradora e regulamentos aos quais a Compradora está sujeita; (ii) não violam ou conflitam com qualquer Lei, licença, permissão ou ordem de qualquer Autoridade Governamental aplicável à Compradora, ou a qual a Compradora ou qualquer de seus bens ou ativos estejam sujeitos ou vinculados, exceto pelas aprovações, autorizações, consentimentos e Comunicações necessários de terceiros (incluindo Autoridades Governamentais) na forma deste Contrato; e (iii) não violam, conflitam com, ou resultam em inadimplemento, vencimento antecipado ou direito de rescisão de, qualquer contrato ou instrumento do qual a Compradora seja parte, ou ao qual qualquer de seus bens ou ativos estejam sujeitos ou vinculados, exceto pelas aprovações, autorizações, consentimentos e Comunicações necessários de terceiros (incluindo Autoridades Governamentais), conforme previsto neste Contrato.

9.3.5. Efeito Vinculante. Observado o disposto na Cláusula 5, este Contrato e quaisquer outros documentos e instrumentos necessários para a consumação da Operação constituem obrigações legais, lícitas, válidas e vinculantes da Compradora, exequíveis de acordo com seus termos e condições. Não existe qualquer procedimento judicial ou arbitral ou investigação (na medida em que a Compradora tenha sido citada ou notificado por escrito) envolvendo qualquer Autoridade Governamental que, se decidido contrariamente, poderia afetar a capacidade da Compradora de cumprir suas obrigações decorrentes deste Contrato.

9.3.6. Capacidade Financeira. A Compradora tem capacidade financeira para cumprir integralmente todas as obrigações assumidas neste Contrato, inclusive o pagamento do Preço de Compra e a substituição das garantias, e disporá de recursos suficientes para a realização do seu pagamento na Data do Fechamento.

9.3.7. Sofisticação da Compradora. A Compradora e o grupo a que pertence são investidores experientes e sofisticados e têm pleno conhecimento do setor de energia e das operações e atividades das Companhias e das Leis em vigor, incluindo normas e regulamentações expedidas pela ANEEL, Banco Central do Brasil e/ou outras Autoridades Governamentais, não podendo alegar desconhecimento de qualquer Lei, bem como assumindo integral responsabilidade pelas obrigações e limitações decorrentes de Leis que venham a ser editadas por Autoridades Governamentais. A decisão da Compradora de celebrar este Contrato e contratar a Operação foi tomada pela Compradora a partir de suas próprias análises e por sua conta, risco e expensas exclusivos, com base nas informações sobre as Companhias que julgou necessárias para a sua análise.

9.4. Base da Compra e Venda. A Compradora reconhece e concorda expressamente que o Preço de compra foi ajustado levando em consideração a condição de "porteira fechada" ou "no estado em que se encontram" as Companhias, sem que a Vendedora faça qualquer declaração ou preste qualquer garantia em relação às Companhias ou seus respectivos ativos, passivos, operações, atividades ou perspectivas. A Vendedora, portanto, não terá qualquer responsabilidade perante a Compradora ou as Companhias por qualquer Perda decorrente de qualquer obrigação, passivo, dívida, contingência ou responsabilidade das Companhias, seja conhecido ou não, ainda que decorrente de ato, fato, ação ou omissão praticado ou ocorrido no período anterior ao Fechamento. Ainda, exceto conforme expressamente previsto na Cláusula 3.3. deste Contrato, não haverá qualquer ajuste, alteração, revisão, reequilíbrio ou desconto sobre o Preço de Compra em hipótese alguma, independentemente do estado em que se encontrem as Companhias e seus ativos na Data do Fechamento.

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

## CLÁUSULA 10. CONFIDENCIALIDADE.

10.1. Confidencialidade. Cada uma das Partes compromete-se a manter, e fazer com que suas Afiliadas e seus Administradores mantenham, em sigilo toda e qualquer Informação Confidencial das Companhias ou da outra Parte, exceto no tocante a qualquer Informação Confidencial que: (i) seja de conhecimento público; (ii) venha a se tornar de conhecimento público, desde que não seja em decorrência do descumprimento por tal Parte das obrigações de confidencialidade aqui previstas; ou (iii) for legalmente adquirida por tal Parte de outra fonte sem infringir a Lei ou obrigações de confidencialidade.

10.1.1. Caso qualquer das Partes, ou uma de suas Afiliadas ou Administrador, seja obrigado, conforme exigido por Lei ou por Autoridade Governamental competente, ou bolsa de valores ou mercado de balcão organizado onde tiver seus valores mobiliários ou títulos negociados, a divulgar qualquer Informação Confidencial, tal Parte, ou Afiliada ou Administrador, poderá fazê-lo, sem dar margem a indenizações ou encargos, devendo, neste caso: (i) fornecer somente a parte das Informações Confidenciais cuja divulgação seja exigida; (ii) envidar todos os esforços razoáveis para solicitar a quem solicitou referidas Informações Confidenciais que dispense tratamento confidencial para tais Informações Confidenciais; e (iii) informar imediatamente à outra Parte que uma divulgação de Informação Confidencial foi feita e o conteúdo e extensão da Informação Confidencial divulgada.

10.1.2. Adicionalmente, não constituirá violação da obrigação de confidencialidade prevista nesta Cláusula 10: (i) a divulgação de Informações Confidenciais para os Administradores ou Afiliadas de qualquer uma das Partes ou seus respectivos Administradores e empregados que precisem ter acesso às respectivas Informações Confidenciais; (ii) a divulgação de Informação Confidencial à ANEEL, ao CADE e/ou outras Autoridades Governamentais, para os fins previstos neste Contrato, devendo as Partes na medida do possível envidar todos os esforços razoáveis para solicitar tratamento confidencial para as Informações Confidenciais divulgadas; e (iii) a divulgação de Informação Confidencial permitida nos termos desta Cláusula 10 ou que seja consentida pela detentora da Informação Confidencial.

## CLÁUSULA 11. INDENIZAÇÃO.

11.1. Responsabilidade Limitada. Em conformidade com a Cláusula 9.4, a Vendedora e suas Afiliadas, incluindo seus respectivos Administradores, empregados e prepostos, não terão qualquer responsabilidade, em qualquer hipótese e seja a que título for, no todo ou em parte, individual, solidariamente e/ou em conjunto, perante qualquer Pessoa, por qualquer ato, fato, ação ou omissão relativo às Companhias ou seus respectivos Administradores, ainda que praticado ou ocorrido antes da Data do Fechamento, bem como por qualquer insubsistência ativa, superveniência passiva e/ou contingência de qualquer natureza das Companhias, independentemente se tenham sido ou não mencionados e/ou identificados durante a auditoria legal conduzida nas Companhias, ou tenham sido provisionados ou não nas demonstrações financeiras das Companhias, estejam ou não mencionadas no Edital, nos relatórios elaborados pelos consultores contratados pela Compradora e/ou em qualquer outro material disponibilizado pelas Companhias e/ou pela Vendedora, incluindo os documentos disponibilizados para fins de avaliação pela Compradora na Sala de Informações Virtual (conforme definido no Edital), tampouco pela suficiência e/ou completude de quaisquer das referidas informações, isentando-os, portanto, de qualquer responsabilidade, em qualquer hipótese e seja a que título for, no todo ou em parte, individualmente, solidariamente e/ou em

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Eletrobras
PRJE

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

conjunto, por quaisquer Perdas diretas, indiretas e/ou lucros cessantes incorridas por qualquer Pessoa. Em razão do disposto nesta Cláusula, a Compradora e suas Afiliadas, bem como seus respectivos sucessores, Administradores, empregados e prepostos, não poderão exigir qualquer tipo de indenização em face da Vendedora ou de suas Afiliadas, bem como de seus respectivos Administradores, empregados e prepostos, por qualquer Perda decorrente de qualquer ato, fato, ação ou omissão relativo a qualquer das Companhias, independente se conhecido ou não, divulgado ou não, ocorrido a qualquer tempo, incluindo antes da Data do Fechamento.

11.2. Obrigação de Indenizar da Compradora. A Compradora obriga-se, de modo irrevogável e irretratável a, nos termos deste Contrato, defender, indenizar, reembolsar e isentar a Vendedora de toda e qualquer Perda incorrida por uma Parte Indenizável da Vendedora decorrente de:

(i) qualquer violação, descumprimento, falsidade ou incorreção das declarações ou garantias prestadas pela Compradora;

(ii) qualquer inadimplemento de obrigação ou compromisso assumido expressamente pela Compradora neste Contrato, observado o disposto na Cláusula 12; ou

(iii) qualquer ato, fato, ação ou omissão relativo a qualquer das Companhias, conhecido ou não, divulgado ou não, ocorrido a qualquer tempo, incluindo antes da Data do Fechamento.

11.2.1. O direito de indenização previsto na Cláusula 11.2 acima: (i) não exclui outros remédios e medidas, judicias ou extrajudiciais, eventualmente aplicáveis em favor da Vendedora; (ii) não está sujeito a qualquer limitação de valor; e (iii) continuará em vigor até a data em que, nos termos da Lei aplicável, houver a prescrição integral de toda e qualquer obrigação, passivo e contingência que poderia dar ensejo a uma indenização em favor da Vendedora nos termos deste Contrato.

## CLÁUSULA 12. TÉRMINO DO CONTRATO.

12.1. Eventos de Rescisão. Este Contrato somente poderá ser rescindido, até a Data do Fechamento, em alguma das seguintes hipóteses:

(i) pela Vendedora, mediante o envio de Comunicação neste sentido à Compradora, em caso de inadimplemento, pela Compradora, de qualquer de suas obrigações e compromissos assumidos nos termos do presente Contrato;

(ii) pela Vendedora, mediante o envio de Comunicação neste sentido à Compradora, caso as Condições Suspensivas não sejam todas atendidas no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da Data de Assinatura;

(iii) por qualquer das Partes, mediante o envio de Comunicação neste sentido à outra Parte, caso qualquer Autoridade Governamental impeça ou reprove, de forma definitiva, a consumação do Contrato, ressalvado que a Compradora não poderá rescindir o Contrato caso a referida reprovação decorra de fatos ou circunstâncias relacionados à ou causados pela Compradora ou suas Afiliadas, ainda que indiretamente;

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

(iv) pela Parte afetada pela decisão do CADE, mediante o envio de Comunicação neste sentido à outra Parte, nos termos das Cláusulas 5.4 e 8.3. No caso de rescisão do Contrato em virtude do exercício da opção indicada na Cláusula 8.3., a Parte afetada pela decisão do CADE que optou por não acatar a alteração dos termos e condições estabelecidos neste Contrato com o objetivo de obter a Aprovação do CADE e requereu a rescisão do presente Contrato estará sujeita ao pagamento de Multa Não Compensatória à outra Parte, a ser calculada nos termos da Cláusula 12.3. abaixo; ou

(v) pela Vendedora, mediante proposta da Comissão de Alienação (conforme definido no Edital), por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a rescisão.

12.2. Consequências da Rescisão. Caso este Contrato seja rescindido nos termos da Cláusula 12.1, todas as obrigações das Partes serão consideradas encerradas, sem que qualquer pagamento ou compensação sejam devidos e sem qualquer outra responsabilidade de uma Parte perante a outra Parte, incluindo o reembolso pela Vendedora à Compradora da Primeira Parcela, ressalvado tão somente o disposto nas Cláusulas 12.3 e 12.4.

12.3. Multa Não Compensatória. No caso de a rescisão deste Contrato decorrer de descumprimento de obrigação pela Compradora ou em razão de qualquer Condição Precedente não ter se verificado por fato ou circunstância relacionado direta ou indiretamente à Compradora ou suas Afiliadas, a Compradora estará sujeita às seguintes sanções que poderão ser cumuladas:

(a) Multa não compensatória, em favor da Vendedora, correspondente ao que for maior entre: (i) 10% (dez por cento) do Preço de Compra; ou (ii) o total da diferença entre o Preço de Compra e o valor oferecido pelo licitante que, respeitada a ordem de classificação homologada, adquirir as Ações; e

(b) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Vendedora e com quaisquer empresas integrantes de seu grupo econômico.

12.3.1. A multa não compensatória referida na Cláusula 12.3(a) acima e quaisquer eventuais indenizações, ressarcimentos ou pagamentos devidos pela Compradora à Vendedora poderão ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a qualquer tempo, em nome da Compradora perante a Vendedora, ou cobrada em procedimento arbitral, conforme Cláusula 14.11 abaixo, caso o valor dos eventuais créditos não seja suficiente para extinguir a integralidade da obrigação da Compradora perante a Vendedora.

12.4. Efeitos da Rescisão. Em qualquer hipótese de rescisão deste Contrato, conforme a presente Cláusula 12, todos os termos, condições e cláusulas do presente Contrato que, por sua natureza ou por disposição expressa, devam continuar a viger, permanecerão válidos e eficazes mesmo após a rescisão deste Contrato, notadamente o disposto na Cláusula 10, nesta Cláusula 12 e na Cláusula 14.

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
Eletrobras
PRJE
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

## CLÁUSULA 13. COMUNICAÇÕES.

13.1. Forma e Endereçamento das Comunicações. Todas e quaisquer Comunicações serão realizadas por escrito e serão entregues pessoalmente, via postal, por meio de: (i) carta registrada com aviso de recebimento: (ii) serviço de *courier* reconhecido, com sistema de rastreamento de correspondência e protocolo de recebimento; ou (iii) correio eletrônico (*email*), no endereço e para os representantes abaixo indicados:

Se para a Vendedora:

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS**
Rua da Quitanda, nº 196, 24º andar, Centro, Rio de Janeiro
At.: Sr. Wilson Pinto Ferreira Junior
Tel.: (21) 2514 -6101/6001
Correio eletrônico: pr@eletrobras.com

Se para a Compradora:

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**
Avenida Embaixador Abelardo Bueno, n° 199, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, CEP 22775-022
At.: Sr. João Pinheiro Nogueira Batista
Tel.: (21) 3267-1180
Correio eletrônico: joao.nogueira@evoltz.com.br

13.1.1. As Partes, a qualquer tempo, poderão mudar endereços, representantes e destinatários para o qual as Comunicações deverão ser enviadas ou replicadas, mediante Comunicação à outra Parte, a ser realizada nos termos desta Cláusula 13.

## CLÁUSULA 14. DISPOSIÇÕES GERAIS.

14.1. Cooperação. As Partes comprometem-se a praticar, ou fazer com que sejam praticados, todos os atos, bem como tomar, ou fazer com que sejam tomadas, todas as providências, conforme seja necessário nos termos da Lei aplicável, para o fiel cumprimento deste Contrato.

14.2. Penalidade. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 12.3, qualquer pagamento devido pela Compradora nos termos deste Contrato que não seja realizado no prazo estabelecido neste Contrato sujeitará a Compradora ao pagamento do montante corrigido com base na variação positiva da SELIC a contar da data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor corrigido, sem prejuízo de qualquer outra medida ou direito aplicável em relação ao inadimplemento.

14.3. Efeito Vinculativo; Inexistência de Terceiros Beneficiários. Este Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, e obrigará todas as Pessoas que estes assinam e seus respectivos sucessores legais e cessionários permitidos. Este Contrato é somente para benefício das Partes e seus respectivos sucessores e não reverterá em benefício de qualquer terceiro ou conferirá a qualquer Pessoa que não seja uma das Partes e seus respectivos sucessores quaisquer direitos ou recursos segundo este Contrato.

14.4. Execução Específica. As Partes concordam que a atribuição de perdas e danos, ainda

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1



Eletrobras
PRJE
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

que devidos e determinados de acordo com a Lei, poderá não constituir uma compensação apropriada e suficiente pelo inadimplemento das obrigações estabelecidas neste Contrato. A execução específica de quaisquer das obrigações aqui contidas poderá ser requisitada pelo credor de uma obrigação, nos termos dos Artigos 493, 497, 500, 501, 536 e 537 do Código de Processo Civil.

14.5. Cessão. Os direitos e obrigações estabelecidos neste Contrato não poderão ser cedidos por qualquer Parte sem o consentimento prévio e por escrito da outra Parte.

14.6. Autonomia das Disposições. A invalidade, ilegalidade ou inexequibilidade de qualquer disposição deste Contrato não afetará suas outras disposições, que permanecerão em pleno vigor. As Partes negociarão a substituição da disposição considerada inválida, ilegal ou inexequível por disposições válidas e exequíveis que possuam efeitos econômicos e implicações relevantes semelhantes aos da disposição considerada inválida ou inexequível.

14.7. Renúncia. A omissão, de qualquer Parte, em prontamente exigir, total ou parcialmente, qualquer direito ou o cumprimento de qualquer obrigação, conforme os termos deste Contrato, não constituirá renúncia a referido direito, que poderá ser exercido, no futuro, a qualquer tempo. Os direitos e obrigações aqui previstos são cumulativos ao exercício de quaisquer direitos previstos em Lei. Para ser válida, a renúncia de qualquer Parte a qualquer direito previsto neste Contrato deverá ser feita por meio de Comunicação à outra Parte nos termos da Cláusula 13.

14.8. Acordo Integral; Alteração. Este Contrato, em conjunto com o Edital, representa o acordo integral entre as Partes com relação à Operação, e, exceto pelo Edital, revoga e substitui todas as negociações, ofertas e avenças, verbais ou escritas, feitas anteriormente à Data de Assinatura com relação ao objeto deste Contrato. Este Contrato apenas poderá ser alterado, modificado ou complementado mediante instrumento escrito assinado pelas Partes. No caso de qualquer conflito ou divergência entre o presente Contrato e o Edital, prevalecerá o disposto no Edital.

14.9. Cumprimento da Lei Aplicável. A Compradora declara que, durante o cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, observará estritamente qualquer Lei aplicável, incluindo a legislação de combate à corrupção aplicável, especialmente as disposições da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, devendo, ainda, comunicar à Vendedora, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que seja impeditivo das condições de qualificação, imediatamente após sua ocorrência, em conformidade com o Edital.

14.10. Lei Aplicável. Este Contrato é, e será a qualquer tempo, regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

14.11. Solução de Controvérsias e Arbitragem. As Partes e as Companhias se comprometem a envidar seus melhores esforços para dirimir qualquer controvérsia ou disputa decorrente ou relacionada a este Contrato e seus anexos, incluindo, mas não limitado, a qualquer assunto relacionado à sua existência, validade, cumprimento e rescisão ("Conflito"), de boa-fé, por meio de negociações confidenciais entre as Partes e as Companhias no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega de uma notificação por escrito às Partes, nos termos da Cláusula 13.1, sobre a existência do Conflito ("Notificação de Conflito"). A Notificação de Conflito e a resposta incluirão uma declaração da posição de cada parte e um resumo dos argumentos que respaldam a referida posição. No prazo de 10 (dez) Dias Úteis após a data da Notificação de Conflito, os representantes das Partes ou das Companhias reunir-se-ão em local e horário de

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

mútua aceitação das partes, tendo sidas apresentadas todas as solicitações de informações de parte à outra. Caso o Conflito não seja solucionado no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do envio da Notificação de Conflito, este será dirimido de forma final e definitivamente por meio de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada, a ser instaurada e processada pela Câmara Arbitral, de acordo com o seu regulamento vigente à época da instauração da arbitragem ("Regulamento"), exceto naquilo que for incompatível com esta Cláusula 14.11.

14.11.1. A arbitragem será conduzida por um tribunal arbitral formado por 3 (três) árbitros, fluentes no idioma português, falado e escrito, com as necessárias qualificações em questões empresariais do Brasil, sendo que cada parte, requerente e requerido, nomeará um árbitro, de acordo com o Regulamento.

14.11.2. O terceiro árbitro, o qual será o presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes da arbitragem no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da aceitação do cargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo Presidente do Centro de Arbitragem. Caso cada parte não nomeie seu respectivo árbitro, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo Presidente do Centro de Arbitragem, o qual designará um deles para atuar na qualidade de presidente.

14.11.3. A arbitragem ocorrerá na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local no qual a sentença arbitral será proferida.

14.11.4. As leis da República Federativa do Brasil serão aplicadas ao mérito da arbitragem, sendo vedado ao tribunal arbitral o julgamento por equidade.

14.11.5 O idioma oficial da arbitragem será o Português.

14.11.6. As Partes arcarão com os custos e as despesas do procedimento arbitral, inclusive com os honorários dos árbitros, na proporção a ser determinada pelo tribunal arbitral, de acordo com o critério da sucumbência.

14.11.7. A sentença arbitral será definitiva, obrigatória, legalmente vinculante às partes da arbitragem e seus sucessores.

14.11.8. A instauração de arbitragem não prejudicará nem atrasará o cumprimento normal das outras obrigações previstas neste Contrato, incluindo quaisquer execuções judiciais referentes à dívida líquida, certa e exigível. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para a propositura de eventuais ações de execução de título extrajudicial de que trata esta Cláusula 14.11.8.

14.11.9. As Partes poderão pleitear medidas cautelares e de urgência perante o Poder Judiciário antes da constituição do tribunal arbitral. A partir de sua instauração, todas as medidas cautelares e de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao tribunal arbitral, o qual poderá manter, revogar ou alterar as medidas anteriormente requeridas e/ou concedidas pelo Poder Judiciário. Com relação a medidas cautelares e de urgência, fica eleito o foro central da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A ação de execução da sentença arbitral poderá ser proposta, a critério da parte interessada, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na comarca na qual qualquer domicílio ou bens de quaisquer das partes da arbitragem estão localizados. O requerimento de qualquer medida judicial de

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

acordo com os termos previstos acima não será considerado uma renúncia aos direitos previstos nesta Cláusula 14.11 ou à arbitragem como o único método de solução do Conflito entre as Partes.

14.11.10. Antes da celebração do termo de arbitragem, o Centro de Arbitragem poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos fundados no presente Contrato ou em qualquer outro instrumento celebrado entre as Partes de acordo com o Regulamento. Após a celebração do termo de arbitragem, o tribunal arbitral poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos, desde que esses procedimentos estejam relacionados à mesma relação jurídica e que as cláusulas de arbitragem sejam compatíveis. O primeiro tribunal arbitral instaurado será competente para a consolidação, e sua decisão obrigará as Partes.

14.11.11. As Partes manterão a confidencialidade de todos os elementos da arbitragem e não divulgarão a terceiros as informações disponibilizadas ou os documentos produzidos na arbitragem que não estiveram em domínio público, nem as provas ou os materiais criados para a arbitragem, nem despacho ou sentença proferidos na arbitragem ou dela decorrentes, exceto, e na medida em que seja exigida a divulgação (i) por força da lei ou de regulamento, (ii) para proteger ou buscar um direito legal, (iii) para fazer valer ou contestar um despacho ou sentença perante uma autoridade judicial competente, ou (iv) para obter assistência ou assessoria jurídica de seus consultores jurídicos, regulatórios, financeiros, contábeis ou semelhantes.

14.11.12. As Partes têm ciência plena de todos os termos e efeitos da cláusula compromissória ora avençada e concordam de forma irrevogável que a arbitragem é a única forma de resolução de quaisquer Conflitos decorrentes deste Contrato.

14.11.13. As Companhias vinculam-se expressamente ao acordo de arbitragem para todos os fins previstos neste Contrato e na Lei aplicável.

E, estando assim justas e contratadas, assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2020.

*[restante da página deixado intencionalmente em branco]*

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
Eletrobras
PRJE
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

*(Página de assinaturas 1/1 do "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças", celebrado entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e Evoltz Participações S.A., com a interveniência anuência da Manaus Transmissora de Energia S.A., datado de 28 de abril de 2020)*

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS**

| | |
|---|---|
| Nome: Wilson Pinto Ferreira Junior<br>CPF: 012.217.298-10 | Nome: Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta<br>CPF: 590.604.504-00 |

**EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.**

| | |
|---|---|
| Nome:<br>CPF: | Nome:<br>CPF: |

Como Interveniente Anuente:

**MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

| | |
|---|---|
| Nome:<br>CPF: | Nome:<br>CPF: |

Testemunhas:

| | |
|---|---|
| Nome:<br>CPF: | Nome:<br>CPF: |

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c

**ANEXO 6.1 (iv)**
TERMOS DE RENÚNCIA

Rio de Janeiro, [●] de [●] de 201[8]

**EM MÃOS**

À
**[SPE]**
[●]

Ref.: Renúncia ao cargo de [membro do Conselho de Administração]/[Diretor] da Companhia.

Prezados Senhores,

Eu, **[NOME]**, [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da carteira de identidade n° [==] e inscrito no CPF/MF sob o n° [==], residente e domiciliado na [==], venho, pela presente, apresentar a minha renúncia ao cargo de [membro do Conselho de Administração]/[Diretor] da **[SPE]**, [qualificação] ("Companhia"), em caráter irrevogável e irretratável, com eficácia a partir da presente data.

A presente é firmada em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Atenciosamente,

_____
**[NOME]**

Recebido, de acordo e igualmente outorgando a mais ampla, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação a quaisquer valores porventura devidos por este [membro do Conselho de Administração]/[Diretor] da Companhia em razão do exercício do seu cargo:

**[SPE]**

| | |
|---|---|
| _____ | _____ |
| Por: | Por: |
| Cargo: | Cargo: |
| Data: | Data: |

* * *

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

Eletrobras
PRJE

#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c

**ANEXO A**

LISTA DE CONTRATOS COM RESTRIÇÃO

| Contrato | Partes | |
|---|---|---|
| Contrato de Abertura de Crédito BNDES n° 11.2.0721.1 | BNDES | MTE |
| Instrumento Particular | Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) Banco da Amazônia | MTE |
| Instrumento Público de Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures da Manaus | Superintendência do Desenvolvimento | MTE |
| Cédula de Crédito Bancário n° FII-G-033-11/0034-7 | Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) Banco da Amazônia | MTE |

* * *

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.



Eletrobras
PRJE

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.
#df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c
SP - 27735093v1
mento de Oficialização da Demanda CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES (0274091) SEI 59004.000894/2020-01 / pg

# Comprovante de Assinatura Eletrônica

contraktor

Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
**Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)**
Certificado de assinatura gerado em 28/04/2020 às 12:16:03 (GMT -3:00)

CCVA Lote 6 (MTE) - Versão final_Chancela1

ID única do documento: #df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c

Hash do documento original (SHA256): 3ce9e1d64a31a4c118932822a2d5f210d1644ce7d9dca23a7077a5f9061fd95a

Este Log é exclusivo ao documento número #df2fd7ed-9e94-4a5c-a379-d8d3cd981a1c e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

## Assinaturas (6)

- Renan dos Santos Antunes (Testemunha 2)
  Assinou em 28/04/2020 às 12:22:58 (GMT -3:00)
- Renata Alvarez Vieira (Testemunha 1)
  Assinou em 28/04/2020 às 12:24:50 (GMT -3:00)
- MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (Interveniente anuente)
  Representante legal: Denise Araujo Francisco
  Assinou em 28/04/2020 às 12:24:40 (GMT -3:00)
- MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (Interveniente anuente)
  Representante legal: Gabriela Desire Olimpio Pereira
  Assinou em 28/04/2020 às 12:25:56 (GMT -3:00)
- Evoltz Participações S.A. (Compradora)
  Representante legal: Denise Araujo Francisco
  Assinou em 28/04/2020 às 12:24:40 (GMT -3:00)
- Evoltz Participações S.A. (Compradora)
  Representante legal: João Pinheiro Nogueira Batista
  Assinou em 28/04/2020 às 12:21:51 (GMT -3:00)

## Histórico completo

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta. Para verificar as assinaturas vá ao site http://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-1F70-027C-F9B8.

Data e hora

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

| | Evento |
|---|---|
| 28/04/2020 às 12:16:00 (GMT -3:00) | Allan Henrique Barbosa de Oliveira solicitou as assinaturas. |
| 28/04/2020 às 12:21:51 (GMT -3:00) | João Pinheiro Nogueira Batista (CPF 546.600.417-00; E-mail joao.nogueira@evoltz.com.br; IP 177.68.61.81), assinou como representante legal de Evoltz Participações S.A. (CNPJ 28.037.759/0001-68). |
| 28/04/2020 às 12:22:58 (GMT -3:00) | Renan dos Santos Antunes (CPF 057.438.587-80; E-mail renan.antunes@eletrobras.com; IP 177.136.137.101), assinou. |
| 28/04/2020 às 12:24:40 (GMT -3:00) | Denise Araujo Francisco (CPF 003.008.217-00; E-mail denise.francisco@evoltz.com.br; IP 201.17.67.68), assinou como representante legal de Evoltz Participações S.A. (CNPJ 28.037.759/0001-68). |
| 28/04/2020 às 12:24:50 (GMT -3:00) | Renata Alvarez Vieira (CPF 087.149.537-65; E-mail renata.alvarez@evoltz.com.br; IP 186.205.0.85), assinou. |
| 28/04/2020 às 12:25:56 (GMT -3:00) | Gabriela Desire Olimpio Pereira (CPF 422.501.023-68; E-mail gabriela.desire@evoltz.com.br; IP 189.122.82.201), assinou como representante legal de MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (CNPJ 09.584.854/0001-37). |
| 28/04/2020 às 12:25:56 (GMT -3:00) | Documento assinado por todos os participantes. |

Este documento foi assinado digitalmente por Wilson Pinto Ferreira Junior. Este documento foi assinado eletronicamente por Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 1FF6-7F70-02FC-F9B8.

# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1FF6-7F70-02FC-F9B8 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código para verificação: 1FF6-7F70-02FC-F9B8

**Hash do Documento**

9854C09C47F226A22848B1701E17433E44C8540D7D8048FE985C9BA40FEF2293

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/04/2020 é(são) :

☑ Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta (Signatário) - 590.604.504-00 em 28/04/2020 13:11 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificaçao:** Autenticação de conta; Código de acesso: EBCP1234

**Evidências**

**GPS** -22.979892;-43.202620

**Device** 357B2616-58D7-4784-BE46-AE7174ADDF07

**IP** 189.60.112.49

**Assinatura:**



**Hash Evidências:**

C4FFB52E5651B52E7A263857F19B665BAF39E5D2AEF998CB2B156F7573F4C9D4

☑ Wilson Pinto Ferreira Junior (Signatário) - 012.217.298-10 em 28/04/2020 14:20 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

BANCO DA AMAZÔNIA

SUARC-2018/**237**

Manaus-AM,28/05/2018

Á

**MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA SA**
SCN Quadra 01 Bloco C- Sala 508 e 509
Edifício Trade Center – Asa Norte,
**CEP: 70.711.902 – BRASILIA-DF**

Prezados Senhores,

Comunicamos-lhes que conforme Resolução numero 130, de 22 de maio de 2018 a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, foi aprovada a venda do ativo da empresa Abengoa Concessões Brasil Holding S/A, acionista majoritária dessa empresa para a holding TPG – Strategic Infraestruture.

Fica porém condicionado a regularização da pendência dessa empresa Manaus Transmissora junto a Receita Federal, bem como a análise da comprovação da Capacidade Financeira e Econômica da Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica (FIP Seville) e da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A.

Atenciosamente,

Daniel de Souza Albuquerque
Gerente Geral - Interino
Mat. 6166

José Bernardo Michiles
Supervisor Acompanhamento e Recuperação de Crédito - 39ª

Ag. Manaus Centro - Rua Teresina, 193 - Adrianópolis
Cep-69.057-070- Fone: (92)2123-0061
www.bancoamazonia.com.br manauscentro@n3.com.br

**DESPACHO Nº 20/2020-DGFAI**

À ASSESSORIA DE SUPORTE TÉCNICO AOS COLEGIADOS - ASCOL.

1. Tratam os presentes autos de solicitação para anuência desta SUDAM, para aquisição das ações de propriedade da ELETROBRAS/ELETRONORTE da empresa MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A – MTE, datado de 30.04.2020 à empresa EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A., conforme doc. SEI nº 0252219.

2. Após criteriosa análise foram detectados atos que precisam ser explicitados a essa Diretoria Colegiada para conhecimento com vistas à subsidiar a correta tomada de decisão.

3. Nesse sentido, para que haja um entendimento cronológico dos fatos, é necessário, primeiramente reportarmo-nos ao Processo Nº **59004.001351/2018-88**, cujo objeto é a troca de controle acionário da MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A-MTE, esta detentora de recursos públicos federais no montante nominativo de R$ 800 milhões de reais, sendo: R$ 150 milhões de recursos do FDA/SUDAM, R$ 250 milhões de reais do FNO/BASA e R$ 400 milhões do BNDES, note-se que o valor é expressivo considerando as necessidades de nossa Região.

4. O Agente Operador do financiamento, BASA, enviou a esta SUDAM Parecer informando que a empresa TGP STRATEGIC INFRAESTRUTURE, em composição com o fundo de investimento Seville Fundo de Investimentos em Participações e a empresa Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A, havia arrematado em leilão judicial das ações da MTE. doc. SEI nº 0067946.

5. Necessário informar que compulsando os autos deste processo e o processo de nº **59004.001351/2018-88**, não há qualquer documento que oficialize tal assertiva, especialmente o documento judicial que deu origem a essa informação, bem como qualquer documento que informe a participação da SUDAM no processo de recuperação judicial, nos termos que determina o artigo 8º, XI do Decreto 4.254/02.

6. No mesmo sentido, não há nos autos a comprovação do que determinam o artigo 60, parágrafo único e artigo 143 da Lei 11.101/05, *in verbis*:

> *"Art. 60. Se o plano de recuperação judicial aprovado envolver alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas do devedor, o juiz ordenará a sua realização, observado o disposto no* art. 142 desta Lei."
>
> "*Parágrafo único. O objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, observado o disposto no § 1º do art. 141 desta Lei." ( grifo n*osso)
>
> *"Art. 143. Em qualquer das modalidades de alienação referidas no art. 142 desta Lei, poderão ser apresentadas impugnações por quaisquer credores, pelo devedor ou pelo Ministério Público, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da arrematação, hipótese em que os autos serão conclusos ao juiz, que, no prazo de 5 (cinco) dias, decidirá sobre as impugnações e, julgando-as improcedentes, ordenará a entrega dos bens ao arrematante, respeitadas as condições estabelecidas no edital. ( grifo nosso)*

7. Em continuidade à análise do doc. SEI nº 0067946, consta que:

> *"O processo refere-se à venda do ativo da Recuperanda, cujo vencedor do processo competitivo, na modalidade propostas fechadas, realizado na data de 12/12/2017, foi a holding TPG - STRATEGIC INFRASTRUCTURE, o qual o investimento ocorrerá através de um fundo e investimento em participações denominado SEVILLE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA - FIP SEVILLE em conjunto com a SPE SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S/A, conforme informado a esta instituição e a SUDAM, através da correspondência protocolada pela empresa em 16/03/2018".*

8. No processo ao norte citado e nos autos em questão não há um único registro oficial que comprove tal assertiva, nem há documento que evidencie a aceitação do arremate do leilão das empresas citadas pelo Agente Operador e especialmente pela SUDAM, nos termos disposto no artigo 8º, inciso XI, do Decreto 4.254/02. Assim sendo, estes precisam ser disponibilizados a esta SUDAM.

9. Na sequência foi expedido pelo Banco da Amazônia o Parecer constante do doc. SEI nº 0069276, este, **SEM QUALQUER EVIDÊNCIA DE EXISTÊNCIA DAS EMPRESAS CITADAS,** e conclui:

> *" As empresas que virão a compor a sociedade ainda não efetuaram o cadastro neste Banco, porém, entendemos que dado o que foi exposto na correspondência da financiada, onde é informado que já foi firmado contrato de compra e venda das ações, supervisionado pelo juízo da recuperação judicial, e que a formalização está sujeita a diversas condições suspensivas, dentre elas a aprovação do Banco da Amazônia, somos favoráveis ao atendimento"*

10. Neste sentido, constata-se que nem o Banco Operador possuía naquela época, informações sobre as empresas, assim como a SUDAM também não.

11. Assim sendo, **NÃO HÁ EM AMBOS OS PROCESSOS DOCUMENTO OFICIAL QUE COMPROVE ACEITAÇÃO DA SUDAM/BASA QUANTO AO ARREMATE NO LEILÃO DA MTE CONFORME NORMA CITADA AO NORTE**.

12. Ato contínuo, a SUDAM emite o Parecer Técnico S/N, datado de **21.05.2018**, constante no doc. SEI nº 0069327, no qual consta que o valor do arremate no Leilão foi de ***R$ 482.554.770,00*** (quatrocentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta reais), porém, considerando que não há documento que confirme a presente informação, esta DGFAI diligenciou junto à empresa EVOLTZ o comprovante da negociação e, em consequência, disponibilizou o contrato em questão, conforme doc. SEI nº 0274078, entretanto, este documento está em cópia sem autenticação, sem a devida tradução juramentada e sem as formalidades de registro obrigatório, nos moldes que determina a Lei 8.934/94.

13. Chamou atenção desta DGFAI o valor **TOTAL** da negociação que é o acima citado, entretanto, há no contrato 07 ( sete) empresas negociadas do grupo ABENGOA, cujo valor de negociação da MTE foi de **R$ 128.973.530,00** ( cento e vinte e três milhões, novecentos e setenta e três mil, quinhentos e trinta reais), sendo este **3,75** vezes menor que o valor constante no Parecer Técnico da SUDAM. Necessário registrar que somente a MTE possui um Capital Social de R$ 1.255.333.000,00 ( um bilhão duzentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e trinta e três mil reais), e um Patrimônio Líquido de R$ 1.016.156.000,00 (um bilhão, dezesseis milhões e cento e cinquenta e seis mil reais), informações constantes no doc. SEI nº 0269399, ou seja, o valor do arremate representa aproximadamente 9 vezes menor que o patrimônio líquido da empresa.

14. Assim é de se perguntar: onde encontra-se o documento judicial que desembaraçou todo o leilão com a devida anuência da SUDAM e do BASA, especialmente SUDAM, nos termos que dispõe o artigo 143, da Lei 11.101/05 e artigo 8o, inciso XI do Decreto 4.254/02? Esta questão deve ser apurada com o rigor que o caso requer, pois, a presente ocorrência pode estar lacerando os princípios da Administração Pública, dispostos no artigo 37 da CF/88, a Lei 8.112/90 e a Lei 8.429/92-Lei de Improbidade Administrativa.

15. Neste sentido, não há como realizar um trabalho técnico, isento sem saber o valor justo da empresa, conhecer suas demonstrações financeiras, seus documentos constituitivos, suas alterações , atas e outros documentos, porém, nos autos do Processo Nº **59004.001351/2018-88** não há estes documentos.

16. Neste diapasão a SUDAM conclui pelo deferimento do pleito da SEVILLE, condicionando uma análise econômico financeira das empresas no futuro. Tal ato não é racional na atividade empresarial particular, o que dizer no setor público?

17. Na sequência a SUDAM emite a Resolução nº 130 doc. SEI nº 0069408, aprovando a troca de controle acionário da empresa MTE, porém, sem um único subsídio técnico que desse suporte para tal fim.

18. A SUDAM emitiu 04 (quatro) Ofícios ao BASA, constantes no doc. SEI 0082527, 0082764, 0088529 sobre a necessidade de realização de análise econômico financeira das empresas, assim em **05.09.2018** o Banco Operador envia o Ofício No 2018/245, doc. Sei. 0094489 com a seguinte resposta:

> *" Em relação ao Ofício em epígrafe, o qual solicitou as providencias adotadas pela empresa MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A - MTE, em relação a regularização das pendências junto a Receita Federal e a análise da capacidade financeira e econômica da Seville Fundo de Investimento em Participação Multiestratégica (FIP Seville) e da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A, determinada pela Resolução SUDAM no. 130, de 22/05/2018, informamos o que segue abaixo"*
>
> *"a) Em relação à empresa Seville Fundo de Investimento em Participação Multiestratégica, (FIP Seville), a mesma tomou-se operacional apenas este ano, não possuindo demonstrações contábeis para os anos anteriores, apenas Informe Trimestral Seville FIP Junho de 2018 obtido no site da CVM (anexo), portanto, não há demonstrações contábeis para realização da análise da capacidade financeira e econômica;"*
>
> *"b) Em relação à Empresa Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A, a mesma foi constituída 26/06/2017, portanto não há demonstrações contábeis para realização da análise da capacidade financeira e econômica, conforme Cadastro Nacional de PJ anexo"*

19. As Pendências continuaram, a troca de controle acionário foi realizada, porém, a análise das empresas, ficou pendente, bem como **TODOS OS DOCUMENTOS DAS EMPRESAS DO GRUPO EMPRESARIAL ADQUIRINTE.**

20. Em função do exposto, não há como deixar de indagar: Qual o **RISCO** do FDA/SUDAM no que concerne ao novo controle acionário? Os atos do BASA e da SUDAM foram pertinentes quanto aos Princípios Constitucionais, à Lei 8112/90 e a Lei de Improbidade Administrativa? são indagações que precisam de respostas.

21. Em **10.02.2020** a Procuradoria Federal junto à SUDAM emitiu o PARECER 00021/2020/GAB/PFSUDAM AGU, doc. SEI nº 0230759 sobre o assunto. Consta no presente, a tese de que a legislação quanto à abordagem, bem como quanto à análise pelo banco operador é silente, entretanto, a legislação é farta quando se trata de **RISCO**, logo, não há qualquer possibilidade de se mensurar **RISCO** empresarial sem os documentos obrigatórios exigidos pela legislação societária, legislação comercial e legislação civil, bem como o Decreto 4.254/02, senão vejamos:

> Lei 6.404/76-Lei das S/A:
>
> *"Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:"*

22. O BASA argumenta que a empresa é nova, neste sentido, ela não elaborou as demonstrações financeiras. Esta afirmativa já é uma resposta sobre o **RISCO ECONÔMICO FINANCEIRO** que o FDA/SUDAM corre em realizar a troca de controle acionário a uma empresa recém constituída. E os documentos constitutivos e alterações das empresas do grupo? Pois, se a empresa que arrematou o leilão não tem história, as outras do grupo **OBRIGATORIAMENTE DEVEM TER E SEREM APRESENTADAS AO BASA E À SUDAM**, entretanto, por incrível que possa parecer, **NENHUM DOCUMENTO DAS EMPRESAS DO GRUPO SEVILLE ENCONTRA-SE ANEXADO AO PROCESSO 59004.001351/2018-88,** os hoje existentes, foram juntados ao presente processo em função do pleito da Empresa EVOLTZ, solicitados por esta DGFAI.

23. Quanto aos argumentos de que a empresa é nova e por isso não tem as demonstrações financeiras, este não pode prosperar pois existem técnicas das ciências contábil e econômica que podem dar um norte ao analista, especialmente quanto ao "Balanço de abertura " e suas Notas Explicativas.

24. Assim sendo, esta Diretoria entende, smj, que o BASA e a SUDAM ao tomarem conhecimento desta situação deveriam imediatamente impugnar o arremate do leilão conforme o artigo 8o, Inciso XI do Decreto 4.254/02 e artigo 143 da Lei 11.101/05.

25. No que é pertinente a **RISCO** as determinações exigências do Decreto 4.254/02, são vastas, conforme abaixo:

*"Art. 9º Enquanto não dispuser de qualificação técnica para análise da viabilidade econômico-financeira do projeto e do seu risco e dos tomadores, a ADA firmará contrato ou convênio com instituição financeira oficial federal detentora de reconhecida experiência naquelas matérias, no qual deverá constar as seguintes obrigações:"*

*I - analisar a viabilidade econômico-financeira dos projetos encaminhados pela ADA;*

*II - analisar o risco do projeto;*

*III - analisar o risco dos tomadores de recursos, inclusive de seus acionistas controladores e grupo econômico, no mínimo, quanto à:*

*a) capacidade gerencial;*

*b) idoneidade cadastral; e*

*c) capacidade financeira;*

*"VI. analisar se as garantias apresentadas pela empresa titular do projeto e seus acionistas controladores são favoráveis à realização da operação com segurança e suficiência necessárias a resguardar a integridade dos recursos;*

*"Art. 28, § 7º determina que:*

*"§ 7º Não será analisada carta-consulta de projeto que não atenda às exigências de comprovação da idoneidade cadastral e de capacidade financeira perante a ADA, e o que não cumpra, no mínimo, as exigências fixadas no inciso II do § 5º do art. 13, sem prejuízo de outras estabelecidas pela ADA e pelo agente operador".*

*"Art. 29. A ADA, ouvidos o agente operador e o responsável pela análise de projetos, expedirá normas para sua apresentação pelos interessados.*

*§ 1º As normas previstas no **caput** deverão exigir que os projetos estejam acompanhados, entre outros, dos seguintes elementos:*

*V - informações sobre a estrutura societária da empresa titular do projeto, dentre as quais:*

*a) identificação completa de seus acionistas majoritários até o nível de pessoa física, incluindo sua participação no capital, experiência profissional e empresarial;*

*b) comprovação de idoneidade e capacidade econômico-financeira dos acionistas majoritários, até o nível de pessoa física, incluindo os casos de empresas recém constituídas; e*

*c) atestado de idoneidade cadastral a ser emitido pela ADA e pelo agente operador em relação à empresa interessada, seus sócios ou acionistas controladores"*

26. Por último o artigo 47, inciso II e alíneas, versam que:

*"Art. 47. A empresa titular do projeto deverá implantar o empreendimento em conformidade com as especificações com que foi aprovado, sendo obrigatória a prévia autorização da ADA, ouvido o agente operador, para efetivação de quaisquer modificações."*

*"II - a nova participação acionária venha a garantir os recursos anteriormente previstos, em substituição às participações da pessoa jurídica ou grupo de empresas coligadas que:"*

*" a) tenha sofrido processo de concordata, falência ou liquidação; e"*

*" b) deixe de apresentar capacidade compatível com os compromissos assumidos por ocasião da aprovação do projeto."*

27. Ante a farta legislação citada ao norte, especialmente quanto ao Decreto 4.254/02, é de se questionar: ao interpretar toda a legislação acima será que a omissão do Decreto especificamente quanto à troca do controle acionário, foi intenção do legislador deixar em aberto esta prerrogativa ao gestor, pelo seu poder discricionário? com a possibilidade da não avaliação do **RISCO** das novas empresas controladoras? E ainda mais, sem **UM ÚNICO DOCUMENTO DAS EMPRESAS PLEITEANTES**? Estes questionamentos devem ser respondidos.

28. Após este ato, esta DGFAI emite o Ofício 28/2020-DGFAI , doc. SEI nº 0234658, datado de **05.03.2020** ao BASA, **determinando** imediatamente as análises econômico financeiras das empresas SEVILLE, porém, para conhecimento, **ATÉ A DATA DE HOJE ESTAS NÃO FORAM ENVIADAS PELO BANCO OPERADOR.**

29. Necessário esclarecer que TODOS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA UMA BOA ANÁLISE DE **RISCO**, DESDE O PRIMEIRO MOMENTO, DE UMA FORMA OU DE OUTRA ELES DEVERIAM

EXISTIR POR EXIGÊNCIA LEGAL, COMO: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, MESMO DE EMPRESA RECÉM CONSTITUÍDA ( BALANÇO DE ABERTURA E NOTAS EXPLICATIVAS), CONSTITUIÇÃO, ATAS E ALTERAÇÕES, REGISTROS NOS ÓRGÃOS COMPETENTES DESTES DOCUMENTOS, TRADUÇÕES JURAMENTADAS DE DOCUMENTOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA COM SEU DEVIDO REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL, REGISTRO DA EMPRESA DE FORA DO PAÍS, COM SUAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRADUZIDAS JURAMENTADAMENTE E REGISTRADA ( Lei 8.934/94, art. 1o), lei de registros comerciais:

30. Ante o exposto, é de se questionar: qual o motivo da aprovação da troca de controle acionário da empresa MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, **SEM QUALQUER SUBSÍDIO** QUANTO AO **RISCO** DO FDA, BEM COMO QUANTO ÀS NOVAS CONTROLADORAS DA MTE? o que tem a ver a troca de controle acionário da **MTE PELAS EMPRESAS SEVILLE** com a aquisição das ações da **MTE** pertencentes à ELETRONORTE/ELETROBRAS pela empresa EVOLTZ?

31. A resposta é **TUDO A VER**, pois a **EVOLTZ** é a mesma **SEVILLE**, assim sendo, qual o motivo de se apartar o processo **59004.001351/2018-88**, que trata da troca do controle acionário da MTE do Processo **59004.000894/2020-01**. Ambos processos não possuem a mínima informação quanto à empresa Evoltz até a análise desta DGFAI.

32. Assim sendo, supostas impropriedades quanto a estes fatos não param por ai, sendo estes, tão graves quanto aos anteriores, pois passemos a analisar o que contém no presente processo:

32.1. Este foi aberto em **18.05.2020** doc. SEI. 0252218.

32.2. Ato contínuo, a empresa MTE informa a esta SUDAM a negociação das ações de propriedade da ELETRONORTE/ELETROBRAS para EVOLTZ S/A, esta passando a deter 100% das ações da MTE.

32.3. Sobre a questão o Banco Operador emitiu o Parecer GERAC/COIND 2020/53, de **29.05.2020,** este conclui pela aprovação do pedido, com o detalhe de que, até esta data não há identificação documental que comprove sequer a existência da empresa.

32.4. Após este Parecer, foi anexado o primeiro documento aos autos, datado de **19.07.2019** (doc. SEI nº 0265592), sem as suas formalidades extrínsecas advindas da Lei 8.934/94, artigo 1o, sendo também anexado o estatuto da EVOLTZ S/A (doc. SEI nº 0265633), porém sem a sua história (alterações e atas).

33. Assim sendo, esta DGFAI insiste que, até o início da análise do presente processo, não havia a menor possibilidade de averiguar os **RISCOS** econômicos financeiros do FDA/SUDAM com os documentos disponibilizados nos autos dos processos.

34. Entretanto, em **23.07.2020**, a SUDAM emite o PARECER TÉCNICO 4/2020-CAF/CGINF com a conclusão (doc. SEI nº 0267895) a seguir:

> *"Foram feitas pesquisas cadastrais das empresas Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A e Evoltz Participações S.A., quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS (certidão previdenciária), à certidão de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união (certidão tributária) e certidão de débitos trabalhistas, não encontrando pendências para ambas as empresas."*
>
> *"A transferência da totalidade das ações que a ELETROBRÁS detém na MTE S.A para a Evoltz Participações S.A., apresenta-se como uma forma de garantir a viabilidade econômica e a continuidade do empreendimento, e como forma de resguardar os recursos aplicados pelo FDA".*
>
> *"Ressalta-se que a Evoltz Participações S.A. deverá assumir todas as obrigações decorrentes da alteração acionária, mediante aditivo contratual à operação 033-11/0035-5 (FDA), bem como aos contratos acessórios garantidores da operação."*

35. Nos autos de ambos os processos, não há um único documento que dê subsídio para tais afirmativas quanto ao **RISCO** econômico financeiro, assim é de se perguntar: quais o documentos de análise que suportam as constatações acima?

36. Na sequência há aprovação do pleito pela CAF pela CGFIN ( doc. SEI. nº 0267963).

37. Em função da constatação de ausência do mínimo de documentos para uma verificação de **RISCO**, esta DGFAI emitiu despacho datado de 29.07.2020 (doc. SEI nº 0268869), solicitando os documentos necessários.

38. Ato contínuo, foram disponibilizados os documentos solicitados (doc. SEI nº 0269396 e nº 0269399).

39. Compulsando os documentos em questão, esta DGFAI constatou que estes já existiam desde o segundo trimestre de 2019, assim sendo, pelo qual motivo não foram juntados aos autos? principalmente quanto ao processo mais antigo sob o Nº **59004.1351/2018-88.**

40. Face aos acontecimentos, foram solicitados **todos** os documentos pertinentes às empresas do Grupo EVOLTZ S/A, sob a condição de que caso não fossem disponibilizados, a análise seria suspensa em razão de ausência de documentos.

41. Em função do exposto, a empresa disponibilizou os seguintes documentos:

41.1. Ato constitutivo da empresa que deu origem à EVOLTZ S/A. esta com nome empresarial de "LIGA SERVIÇOS MECADOLÓGICOS DE CONSULTORIA LTDA", cujo capital social era de R$ 1.000,00, com registro na JUCESP em **26.06.2017.** Esta data chama atenção em função d**e já existir a empresa por ocasião do Processo 590004.001351/2018-88. ( bloco III do presente processo-doc. Sei 0274072).**

41.2. 1a alteração Contratual em **17.08.2017** ( documento já existia por ocasião do Processo acima. Mudança de denominação social para **SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA", CUJO CAPITAL CONTINUA DE R$ 1.000,00**.

41.3. 2a Alteração contatual em **08.02.2018**, saindo os sócios acima e entrando a **TGP-DELAUARE 215-SCV.LLC** passando a ter 100% das quotas da empresa **SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA" CONTINUANDO O MESMO CAPITAL SOCIAL DE R$ 1.000,00**. ( Idem já existia).

41.4. Ata de eleição dos membros da diretoria em **28.05.2018,** ( idem acima).

41.5. Ata de aumento de capital em **29.05.2018** , sendo:

- Capital Autorizado: R$ 1.250.000.000;

- Capital Integralizado: R$ 392.000.000.

42. Realizando comparativos de datas, esta DGFAI conclui, smj: O Parecer do BASA de troca de controle acionário foi datado de **21.03.2018** o da SUDAM, de **21.05.2018, o da Resolução 130, de 22.05.2018, ASSIM SENDO TODO O PROCESSO DA TROCA DE CONTROLE ACIONÁRIO DA MTE DEU-SE COM O CAPITAL SOCIAL DA ADQUIRINTE DE APENAS R$ 1.000,00 ISTO DEU-SE EM FUNÇÃO DA FALTA DOS DOCUMENTOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS PARA ANÁLISE DOS RISCOS TANTO DA ADQUIRINTE QUANTO DE SUAS CONTROLADORAS.**

43. Em função o exposto, há questionamentos que devem ser respondidos:

43.1. Qual foi o motivo da separação dos processos em questão, foi proposital ou um mero acidente processual?

43.2. Se acidente, os envolvidos nos atos eram os mesmos em ambos os processos?

43.3. Qual o real motivo de tantas omissões?

43.4. Quem realmente está por de trás dessas empresas?

44. Estes questionamentos **OBRIGATORIAMENTE DEVEM SER RESPONDIDOS**, quer seja no âmbito interno da SUDAM, quer seja pelos órgão legalmente constituídos para tal fim, pois tratam-se de valores vultosos de recursos públicos.

45. Ato contínuo, foi realizado novamente aumento de capital de R$ 108 milhões de reais, totalizando R$ 500.001.000,00 (quinhentos milhões e um mil reais) em função de todos acontecimentos acima, necessário indagar novamente:

45.1. Quem aportou as presentes quantias?

45.2. Qual a sua origem?

45.3. Para onde esse dinheiro foi após sua integralização?

46. Assim sendo, diante de todos os questionamentos e inconsistência detectada, esta DGFAI procurou informar-se da real controladora das empresas **SEVILLE/EVOLTZ**, assim foram solicitados todas as documentações desta, sob a condição de suspensão das análises, em plena observância aos direitos dos administrados disposto no art. 3º caput, inc. I, II e III da Lei nº 9.784/1999.

47. Em continuidade, foram enviados a esta DGFAI/SUDAM os documentos da real controladora do grupo, a **TGP DELAUARE 2015-SCV.LLC**, cuja sede encontra-se localizada nos Estados Unidos da América.

48. Esta empresa é de responsabilidade limitada, nos moldes da legislação brasileira, porém, **PARA NOSSA SURPRESA SEU CAPITAL SOCIAL SMJ, É DE $ 1.00 ( UM DOLAR)**. conforme documento de constituição, este traduzido para o português, por tradutor juramentado porém, sem o devido registro do documento na junta comercial, conforme estalecido no artigo 1º da Lei 8.934/94. A data de registro é de 06/01/2020. Logo, o presente documento já poderia estar anexado neste processo, o que não foi feito antes da solicitação desta diretoria.

49. Por todo o exposto, diante da farta justificativa apresentada e dos seus respectivos documentos comprobatórios anexados aos processos, esta Diretora da DGFAI, com amparo na competência conferida pelo art. 58 do Regimento Interno da Sudam, manifesta-se pelo **indeferimento** do pleito, conforme minuta de Resolução, doc. SEI nº 0275265.

50. Encaminhem-se os autos para incluir a presente matéria na pauta da próxima reunião ordinária da Diretoria Colegiada, para fins de deliberação do colegiado.

**Marly Vieira Miranda**
**Diretora da DGFAI/SUDAM**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA COLEGIADA

# RESOLUÇÃO Nº XX MINUTA, DE 26 DE AGOSTO DE 2020

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar nº 124, de 3 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso II, do anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, publicado no DOU de 30/06/2014 e o art. 10, inciso II do Regimento Interno desta Autarquia;

Considerando os fatos e fundamentos constantes no Processo nº CUP: 59004.000894/2020-01, em tela, e seu Despacho **nº 20/2020-DGFAI**, contido no doc SEI nº 0275220, bem como os termos do Processo Relacionado nº CUP: 59004.001351/2018-88.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Indeferir** o pleito referente à anuência para a alienação da totalidade das ações que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS detém na MTE S.A para a Evoltz Participações S.A. e liberação da garantia corporativa outorgada pela ELETROBRÁS, mediante assunção pela Evoltz Participações S.A, da responsabilidade pela prestação da garantia fidejussória no percentual de 100% da dívida decorrente dos contratos de financiamentos do FDA e FNO.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Paulo Roberto Correia da Silva**
Superintendente.

**Marly Vieira Miranda**
Diretora de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos.

**André Carvalho de Azevedo Carioca**
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas.

**Rogerio Matos dos Santos.**
Diretor de Administração.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Amaral Soares**, **Assessor**, em 26/08/2020, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0275265** e o código CRC **E160850A**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0275265

**Zimbra** **ercilda.bezerra@sudam.gov.br**

## Re: 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento

**De :** marly miranda <marly.miranda@sudam.gov.br> Qua, 26 de ago de 2020 12:30
**Assunto :** Re: 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento 1 anexo
**Para :** ercilda.bezerra <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Cc :** paulo.silva <paulo.silva@sudam.gov.br>, andre.carioca <andre.carioca@sudam.gov.br>, rogerio.santos <rogerio.santos@sudam.gov.br>, eliana.garcia <eliana.garcia@sudam.gov.br>, marcus.soares <marcus.soares@sudam.gov.br>, diplan <diplan@sudam.gov.br>, da <da@sudam.gov.br>, larissa.lobato <larissa.lobato@sudam.gov.br>, ascom <ascom@sudam.gov.br>, allyne.roffe <allyne.roffe@sudam.gov.br>, assessoria.colegiados <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>, luzio.filho <luzio.filho@sudam.gov.br>, cti <cti@sudam.gov.br>

Sra. Ercilda Bezerra,

Chefe da ASCOL.

Informamos a conclusão e envio à ASCOL para as providências necessárias, da análise referente ao Processo nº CUP: 59004.00894/2020-01, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Eletrobrás na MTE pela Evoltz.

Outrossim, comunicamos também a conclusão do Processo CUP nº 59004.003341/2018-87, já enviado à essa ASCOL, que trata dos Relatórios de Avaliação dos Incentivos Fiscais Concedidos pela Sudam, motivo pelo qual solicitamos que adote os procedimentos cabíveis para sua inclusão na pauta para ser apreciado na referida próxima reunião da DICOL.

Atenciosamente,

Marly Miranda
Diretora
Diretoria de Gestão de Fundos de Incentivos e Atração de Investimentos - DGFAI
Tel.: 91 4008-5478

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antônio Baena, 1113 - Marco CEP: 66093-082 Belém-PA
www.sudam.gov.br
SUDAM


E-mail Inclusão de matéria em Pauta (0275771) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 592

**De:** "ercilda.bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Para:** "paulo.silva" <paulo.silva@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>, "andre.carioca" <andre.carioca@sudam.gov.br>, "rogerio.santos" <rogerio.santos@sudam.gov.br>
**Cc:** "eliana.garcia" <eliana.garcia@sudam.gov.br>, "marcus.soares" <marcus.soares@sudam.gov.br>, "diplan" <diplan@sudam.gov.br>, "da" <da@sudam.gov.br>, "larissa.lobato" <larissa.lobato@sudam.gov.br>, "ascom" <ascom@sudam.gov.br>, "allyne.roffe" <allyne.roffe@sudam.gov.br>, "assessoria.colegiados" <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>, "luzio.filho" <luzio.filho@sudam.gov.br>, "cti" <cti@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 25 de agosto de 2020 9:39:35
**Assunto:** Fwd: 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento

**Senhores membros da Diretoria Colegiada,**

Considerando solicitação do Superintendente e Presidente do douto Colegiado desta Autarquia, constante abaixo, em nome dele informamos que a 10ª Reunião Ordinária DC do exercício de 2020, agendada para as 10:00h desta terça-feira (25/08/2020) será adiada.

Na oportunidade, informamos ainda que a nova data a ser agendada ficará na dependência da recepção, para a devida inclusão em pauta e análise pelos senhores, do Processo nº CUP: 59004.00894/2020-01, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Eletrobrás na MTE pela Evoltz, a ser encaminhado pela DGFAI.

Atenciosamente,

**Ercilda Pacheco**
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados
Tel:(91) 4008-5421 / 98966-9679
Email: ercilda.bezerra@sudam.gov.br

---

**De:** "paulo.silva" <paulo.silva@sudam.gov.br>
**Para:** "ercilda.bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Cc:** "assessoria.colegiados" <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 25 de agosto de 2020 9:23:17
**Assunto:** 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento

Senhora Assessora,

Considerando necessidade imperiosa da inclusão do Processo nº CUP: 59004. 00894/2020-01 na pauta da 10ª Reunião Ordinária DC 2020, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Eletrobrás na MTE pela Evoltz;

Considerando que este Gabinete está aguardando o envio do respectivo processo pela DGFAI para que seja feita respectiva inclusão;

Solicito adiamento da referida reunião devido à urgência e relevância da deliberação do assunto acima que necessita, como já dito anteriormente, ser incluído na pauta da citada reunião.


E-mail Inclusão de matéria em Pauta (0275771) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 593

Atenciosamente,

Paulo Roberto Correia da Silva
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
www.sudam.gov.br

---




**Assinatura de email 2019B.png**
93 KB

---

**De :** andre carioca <andre.carioca@sudam.gov.br> Ter, 25 de ago de 2020 10:21

**Assunto :** Re: 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento

**Para :** eliana.garcia <eliana.garcia@sudam.gov.br>

**Cc :** ercilda bezerra <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>, paulo.silva <paulo.silva@sudam.gov.br>, marly miranda <marly.miranda@sudam.gov.br>, rogerio.santos <rogerio.santos@sudam.gov.br>, marcus.soares <marcus.soares@sudam.gov.br>, diplan <diplan@sudam.gov.br>, da <da@sudam.gov.br>, larissa lobato <larissa.lobato@sudam.gov.br>, ascom <ascom@sudam.gov.br>, allyne.roffe <allyne.roffe@sudam.gov.br>, assessoria colegiados <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>, luzio filho <luzio.filho@sudam.gov.br>, cti <cti@sudam.gov.br>

Bom dia !

Ciente!

André Azevedo
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas

---

**De:** "eliana.garcia" <eliana.garcia@sudam.gov.br>
**Para:** "ercilda bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Cc:** "paulo.silva" <paulo.silva@sudam.gov.br>, "marly miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>, "andre.carioca" <andre.carioca@sudam.gov.br>, "rogerio.santos" <rogerio.santos@sudam.gov.br>, "marcus.soares" <marcus.soares@sudam.gov.br>, "diplan" <diplan@sudam.gov.br>, "da" <da@sudam.gov.br>, "larissa lobato" <larissa.lobato@sudam.gov.br>, "ascom" <ascom@sudam.gov.br>, "allyne.roffe" <allyne.roffe@sudam.gov.br>, "assessoria colegiados" <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>, "luzio filho" <luzio.filho@sudam.gov.br>, "cti" <cti@sudam.gov.br>


E-mail Inclusão de matéria em Pauta (0275771) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 594

**Enviadas:** Terça-feira, 25 de agosto de 2020 10:17:46
**Assunto:** Re: 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento

Ciente.

**Eliana Garcia da Silva**
**Chefe de Gabinete**
Tel.: (91) 4008-5440
eliana.garcia@sudam.gov.br

---

**De:** "ercilda.bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Para:** "paulo.silva" <paulo.silva@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>, "andre.carioca" <andre.carioca@sudam.gov.br>, "rogerio santos" <rogerio.santos@sudam.gov.br>
**Cc:** "eliana.garcia" <eliana.garcia@sudam.gov.br>, "marcus.soares" <marcus.soares@sudam.gov.br>, "diplan" <diplan@sudam.gov.br>, "da" <da@sudam.gov.br>, "larissa.lobato" <larissa.lobato@sudam.gov.br>, "ascom" <ascom@sudam.gov.br>, "allyne.roffe" <allyne.roffe@sudam.gov.br>, "assessoria colegiados" <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>, "luzio.filho" <luzio.filho@sudam.gov.br>, "cti" <cti@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 25 de agosto de 2020 9:39:35
**Assunto:** Fwd: 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento

**Senhores membros da Diretoria Colegiada,**

Considerando solicitação do Superintendente e Presidente do douto Colegiado desta Autarquia, constante abaixo, em nome dele informamos que a 10ª Reunião Ordinária DC do exercício de 2020, agendada para as 10:00h desta terça-feira (25/08/2020) será adiada.

Na oportunidade, informamos ainda que a nova data a ser agendada ficará na dependência da recepção, para a devida inclusão em pauta e análise pelos senhores, do Processo nº CUP: 59004.00894/2020-01, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Eletrobrás na MTE pela Evoltz, a ser encaminhado pela DGFAI.

Atenciosamente,

**Ercilda Pacheco**
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados
Tel:(91) 4008-5421 / 98966-9679
Email: ercilda.bezerra@sudam.gov.br

---

**De:** "paulo.silva" <paulo.silva@sudam.gov.br>
**Para:** "ercilda.bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Cc:** "assessoria.colegiados" <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 25 de agosto de 2020 9:23:17
**Assunto:** 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento

Senhora Assessora,


E-mail Inclusão de matéria em Pauta (0275771) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 595

Considerando necessidade imperiosa da inclusão do Processo nº CUP: 59004. 00894/2020-01 na pauta da 10ª Reunião Ordinária DC 2020, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Eletrobrás na MTE pela Evoltz;

Considerando que este Gabinete está aguardando o envio do respectivo processo pela DGFAI para que seja feita respectiva inclusão;

Solicito adiamento da referida reunião devido à urgência e relevância da deliberação do assunto acima que necessita, como já dito anteriormente, ser incluído na pauta da citada reunião.

Atenciosamente,

Paulo Roberto Correia da Silva
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
www.sudam.gov.br

---

**De :** eliana garcia <eliana.garcia@sudam.gov.br> Ter, 25 de ago de 2020 10:17

**Assunto :** Re: 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento 1 anexo

**Para :** ercilda.bezerra <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>

**Cc :** paulo.silva <paulo.silva@sudam.gov.br>, marly.miranda <marly.miranda@sudam.gov.br>, andre.carioca <andre.carioca@sudam.gov.br>, rogerio santos <rogerio.santos@sudam.gov.br>, marcus.soares <marcus.soares@sudam.gov.br>, diplan <diplan@sudam.gov.br>, da <da@sudam.gov.br>, larissa.lobato <larissa.lobato@sudam.gov.br>, ascom <ascom@sudam.gov.br>, allyne.roffe <allyne.roffe@sudam.gov.br>, assessoria colegiados <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>, luzio.filho <luzio.filho@sudam.gov.br>, cti <cti@sudam.gov.br>

Ciente.

**Eliana Garcia da Silva**
**Chefe de Gabinete**
Tel.: (91) 4008-5440
eliana.garcia@sudam.gov.br

SUDAM Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antônio Baena, 1113 - Marco CEP: 66093-082 Belém-PA
www.sudam.gov.br

---

**De:** "ercilda.bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Para:** "paulo.silva" <paulo.silva@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>, "andre.carioca" <andre.carioca@sudam.gov.br>, "rogerio santos" <rogerio.santos@sudam.gov.br>
**Cc:** "eliana.garcia" <eliana.garcia@sudam.gov.br>, "marcus.soares"


E-mail Inclusão de matéria em Pauta (0275771) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 596

<marcus.soares@sudam.gov.br>, "diplan" <diplan@sudam.gov.br>, "da" <da@sudam.gov.br>, "larissa.lobato" <larissa.lobato@sudam.gov.br>, "ascom" <ascom@sudam.gov.br>, "allyne.roffe" <allyne.roffe@sudam.gov.br>, "assessoria colegiados" <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>, "luzio.filho" <luzio.filho@sudam.gov.br>, "cti" <cti@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 25 de agosto de 2020 9:39:35
**Assunto:** Fwd: 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento

**Senhores membros da Diretoria Colegiada,**

Considerando solicitação do Superintendente e Presidente do douto Colegiado desta Autarquia, constante abaixo, em nome dele informamos que a 10ª Reunião Ordinária DC do exercício de 2020, agendada para as 10:00h desta terça-feira (25/08/2020) será adiada.

Na oportunidade, informamos ainda que a nova data a ser agendada ficará na dependência da recepção, para a devida inclusão em pauta e análise pelos senhores, do Processo nº CUP: 59004.00894/2020-01, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Eletrobrás na MTE pela Evoltz, a ser encaminhado pela DGFAI.

Atenciosamente,

**Ercilda Pacheco**
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados
Tel:(91) 4008-5421 / 98966-9679
Email: ercilda.bezerra@sudam.gov.br

---

**De:** "paulo.silva" <paulo.silva@sudam.gov.br>
**Para:** "ercilda.bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Cc:** "assessoria.colegiados" <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 25 de agosto de 2020 9:23:17
**Assunto:** 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento

Senhora Assessora,

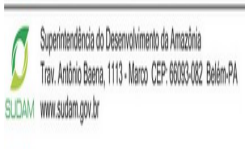
Considerando necessidade imperiosa da inclusão do Processo nº CUP: 59004. 00894/2020-01 na pauta da 10ª Reunião Ordinária DC 2020, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Eletrobrás na MTE pela Evoltz;

Considerando que este Gabinete está aguardando o envio do respectivo processo pela DGFAI para que seja feita respectiva inclusão;

Solicito adiamento da referida reunião devido à urgência e relevância da deliberação do assunto acima que necessita, como já dito anteriormente, ser incluído na pauta da citada reunião.

Atenciosamente,

Paulo Roberto Correia da Silva
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
www.sudam.gov.br




**Ass_Email_oficial.jpg**
28 KB

**De :** paulo silva <paulo.silva@sudam.gov.br> Ter, 25 de ago de 2020 09:42
**Assunto :** Re: 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento
**Para :** ercilda bezerra <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>

Ciente.

---

**De:** "ercilda bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Para:** "paulo.silva" <paulo.silva@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>, "andre.carioca" <andre.carioca@sudam.gov.br>, "rogerio.santos" <rogerio.santos@sudam.gov.br>
**Cc:** "eliana.garcia" <eliana.garcia@sudam.gov.br>, "marcus.soares" <marcus.soares@sudam.gov.br>, "diplan" <diplan@sudam.gov.br>, "da" <da@sudam.gov.br>, "larissa.lobato" <larissa.lobato@sudam.gov.br>, "ascom" <ascom@sudam.gov.br>, "allyne.roffe" <allyne.roffe@sudam.gov.br>, "assessoria colegiados" <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>, "luzio filho" <luzio.filho@sudam.gov.br>, "cti" <cti@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 25 de agosto de 2020 9:39:35
**Assunto:** Fwd: 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento

**Senhores membros da Diretoria Colegiada,**

Considerando solicitação do Superintendente e Presidente do douto Colegiado desta Autarquia, constante abaixo, em nome dele informamos que a 10ª Reunião Ordinária DC do exercício de 2020, agendada para as 10:00h desta terça-feira (25/08/2020) será adiada.

Na oportunidade, informamos ainda que a nova data a ser agendada ficará na dependência da recepção, para a devida inclusão em pauta e análise pelos senhores, do Processo nº CUP: 59004.00894/2020-01, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Eletrobrás na MTE pela Evoltz, a ser encaminhado pela DGFAI.

Atenciosamente,

**Ercilda Pacheco**
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados
Tel:(91) 4008-5421 / 98966-9679
Email: ercilda.bezerra@sudam.gov.br

---


E-mail inclusão de matéria em Pauta (0275771) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 598

**De:** "paulo.silva" <paulo.silva@sudam.gov.br>
**Para:** "ercilda.bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Cc:** "assessoria.colegiados" <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 25 de agosto de 2020 9:23:17
**Assunto:** 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento

Senhora Assessora,

Considerando necessidade imperiosa da inclusão do Processo nº CUP: 59004. 00894/2020-01 na pauta da 10ª Reunião Ordinária DC 2020, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Eletrobrás na MTE pela Evoltz;

Considerando que este Gabinete está aguardando o envio do respectivo processo pela DGFAI para que seja feita respectiva inclusão;

Solicito adiamento da referida reunião devido à urgência e relevância da deliberação do assunto acima que necessita, como já dito anteriormente, ser incluído na pauta da citada reunião.

Atenciosamente,

Paulo Roberto Correia da Silva
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
www.sudam.gov.br

--
Paulo Roberto Correia da Silva
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
www.sudam.gov.br

---

**De :** rogerio santos <rogerio.santos@sudam.gov.br> Ter, 25 de ago de 2020 09:42
**Assunto :** Re: 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento
**Para :** ercilda bezerra <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Cc :** paulo.silva <paulo.silva@sudam.gov.br>, marly.miranda <marly.miranda@sudam.gov.br>, andre.carioca <andre.carioca@sudam.gov.br>, eliana.garcia <eliana.garcia@sudam.gov.br>, marcus.soares <marcus.soares@sudam.gov.br>, diplan <diplan@sudam.gov.br>, da <da@sudam.gov.br>, larissa.lobato <larissa.lobato@sudam.gov.br>, ascom <ascom@sudam.gov.br>, allyne roffe <allyne.roffe@sudam.gov.br>, assessoria.colegiados <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>, luzio filho <luzio.filho@sudam.gov.br>, cti <cti@sudam.gov.br>

Bom dia a todos!
Ciente.
Selva!!!!


E-mail Inclusão de matéria em Pauta (0275771) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 599

**Rogério Santos**
Diretor de Administração - DIRAD
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Fone: (91) 4008-5430 / (21) 97497-5181 (WhatsAapp)
rogerio.santos@sudam.gov.br



---

**De:** "ercilda bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Para:** "paulo.silva" <paulo.silva@sudam.gov.br>, "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>, "andre.carioca" <andre.carioca@sudam.gov.br>, "rogerio santos" <rogerio.santos@sudam.gov.br>
**Cc:** "eliana.garcia" <eliana.garcia@sudam.gov.br>, "marcus.soares" <marcus.soares@sudam.gov.br>, "diplan" <diplan@sudam.gov.br>, "da" <da@sudam.gov.br>, "larissa.lobato" <larissa.lobato@sudam.gov.br>, "ascom" <ascom@sudam.gov.br>, "allyne roffe" <allyne.roffe@sudam.gov.br>, "assessoria.colegiados" <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>, "luzio filho" <luzio.filho@sudam.gov.br>, "cti" <cti@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 25 de agosto de 2020 8:39:35
**Assunto:** Fwd: 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento

**Senhores membros da Diretoria Colegiada,**

Considerando solicitação do Superintendente e Presidente do douto Colegiado desta Autarquia, constante abaixo, em nome dele informamos que a 10ª Reunião Ordinária DC do exercício de 2020, agendada para as 10:00h desta terça-feira (25/08/2020) será adiada.

Na oportunidade, informamos ainda que a nova data a ser agendada ficará na dependência da recepção, para a devida inclusão em pauta e análise pelos senhores, do Processo nº CUP: 59004.00894/2020-01, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Eletrobrás na MTE pela Evoltz, a ser encaminhado pela DGFAI.

Atenciosamente,

**Ercilda Pacheco**
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados
Tel:(91) 4008-5421 / 98966-9679
Email: ercilda.bezerra@sudam.gov.br

---

**De:** "paulo.silva" <paulo.silva@sudam.gov.br>
**Para:** "ercilda.bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Cc:** "assessoria.colegiados" <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 25 de agosto de 2020 9:23:17
**Assunto:** 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento


E-mail inclusão de matéria em Pauta (0275771) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 600

Senhora Assessora,

Considerando necessidade imperiosa da inclusão do Processo nº CUP: 59004. 00894/2020-01 na pauta da 10ª Reunião Ordinária DC 2020, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Eletrobrás na MTE pela Evoltz;

Considerando que este Gabinete está aguardando o envio do respectivo processo pela DGFAI para que seja feita respectiva inclusão;

Solicito adiamento da referida reunião devido à urgência e relevância da deliberação do assunto acima que necessita, como já dito anteriormente, ser incluído na pauta da citada reunião.

Atenciosamente,

Paulo Roberto Correia da Silva
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
www.sudam.gov.br

---

**De :** ercilda bezerra <ercilda.bezerra@sudam.gov.br> Ter, 25 de ago de 2020 09:39

**Assunto :** Fwd: 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento

**Para :** paulo.silva <paulo.silva@sudam.gov.br>, marly.miranda <marly.miranda@sudam.gov.br>, andre.carioca <andre.carioca@sudam.gov.br>, rogerio.santos <rogerio.santos@sudam.gov.br>

**Cc :** eliana.garcia <eliana.garcia@sudam.gov.br>, marcus.soares <marcus.soares@sudam.gov.br>, diplan <diplan@sudam.gov.br>, da <da@sudam.gov.br>, larissa.lobato <larissa.lobato@sudam.gov.br>, ascom <ascom@sudam.gov.br>, allyne.roffe <allyne.roffe@sudam.gov.br>, assessoria.colegiados <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>, luzio.filho <luzio.filho@sudam.gov.br>, cti <cti@sudam.gov.br>

**Senhores membros da Diretoria Colegiada,**

Considerando solicitação do Superintendente e Presidente do douto Colegiado desta Autarquia, constante abaixo, em nome dele informamos que a 10ª Reunião Ordinária DC do exercício de 2020, agendada para as 10:00h desta terça-feira (25/08/2020) será adiada.

Na oportunidade, informamos ainda que a nova data a ser agendada ficará na dependência da recepção, para a devida inclusão em pauta e análise pelos senhores, do Processo nº CUP: 59004.00894/2020-01, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Eletrobrás na MTE pela Evoltz, a ser encaminhado pela DGFAI.


E-mail Inclusão de matéria em Pauta (0275771) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 601

Atenciosamente,

**Ercilda Pacheco**
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados
Tel:(91) 4008-5421 / 98966-9679
Email: ercilda.bezerra@sudam.gov.br

---

**De:** "paulo.silva" <paulo.silva@sudam.gov.br>
**Para:** "ercilda.bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Cc:** "assessoria.colegiados" <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Terça-feira, 25 de agosto de 2020 9:23:17
**Assunto:** 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento

Senhora Assessora,

Considerando necessidade imperiosa da inclusão do Processo nº CUP: 59004. 00894/2020-01 na pauta da 10ª Reunião Ordinária DC 2020, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Eletrobrás na MTE pela Evoltz;

Considerando que este Gabinete está aguardando o envio do respectivo processo pela DGFAI para que seja feita respectiva inclusão;

Solicito adiamento da referida reunião devido à urgência e relevância da deliberação do assunto acima que necessita, como já dito anteriormente, ser incluído na pauta da citada reunião.

Atenciosamente,

Paulo Roberto Correia da Silva
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
www.sudam.gov.br

---

**De :** paulo silva <paulo.silva@sudam.gov.br> Ter, 25 de ago de 2020 09:23
**Assunto :** 10º Reunião Ordinária DC 2020- Solicitação de adiamento
**Para :** ercilda bezerra <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Cc :** assessoria colegiados <assessoria.colegiados@sudam.gov.br>

Senhora Assessora,

Considerando necessidade imperiosa da inclusão do Processo nº CUP: 59004. 00894/2020-01 na pauta da 10ª Reunião Ordinária DC 2020, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Eletrobrás na MTE pela Evoltz;

Considerando que este Gabinete está aguardando o envio do respectivo processo pela DGFAI para que seja feita respectiva inclusão;


E-mail inclusão de matéria em Pauta (0275771) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 602

Solicito adiamento da referida reunião devido à urgência e relevância da deliberação do assunto acima que necessita, como já dito anteriormente, ser incluído na pauta da citada reunião.

Atenciosamente,

Paulo Roberto Correia da Silva
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
www.sudam.gov.br

---

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**
**ASSESSORIA DE SUPORTE TÉCNICO AOS COLEGIADOS**

**Senhores membros da Diretoria Colegiada,**

Encaminhamos o presente pleito visando deliberação da Diretoria Colegiada na 10ª Reunião Ordinária DC 2020, com a devida aquiescência da Diretora de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos, nos termos do Despacho 20, SEI 0275220 e conforme solicitação feita via mensagem eletrônica, SEI 0275771.

Atenciosamente,

**Ercilda Pacheco**
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados

Documento assinado eletronicamente por **Francisca Ercilda Pacheco de Almeida Bezerra**, **Assessor**, em 26/08/2020, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0275772** e o código CRC **51F69929**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0275772

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria Colegiada

À Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos-DGFAI,

Esta Assessoria retorna o presente processo a essa Diretoria, comunicando sobre o deferimento de retirada de pauta do mesmo da 10ª Reunião Ordinária DC 2020, solicitada pela Diretora de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimento, Marly Miranda, ressaltando que respectivo deferimento foi feito pelo Superintendente, Paulo Roberto Correia da Silva, pelo Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas, André Carioca e pelo Diretor de Administração, Rogério Santos, SEI 0276139, atendendo o que determina o Parágrafo Único do art. 27 do Regimento Interno da Diretoria Colegiada, estando o Diretor da DPLAN e da DIRAD de acordo com a manifestação feita pelo Superintendente quanto a necessidade de retorno do respectivo processo para deliberação na 10ª Reunião Ordinária DC 2020, a ser realizada na próxima sexta-feira (28/08/2020), as 10:00h por meio de vídeo conferência, devido a urgência do assunto.

Atenciosamente,

Ercilda Pacheco
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados

Documento assinado eletronicamente por **Francisca Ercilda Pacheco de Almeida Bezerra**, **Assessor**, em 27/08/2020, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0276154** e o código CRC **DB925D43**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0276154

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

**DESPACHO Nº 21/2020-DGFAI**

À ASSESSORIA DE SUPORTE TÉCNICO AOS COLEGIADOS - ASCOL.

Tratam os presentes autos de solicitação de anuência desta Sudam para a transferência da totalidade de ações (49,50%) que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS detém na composição acionária da Manaus Transmissora de Energia S/A, para a Empresa Evoltz Participações S.A (anteriormente denominada Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A), conforme doc. SEI nº 0252219. Com efeito, a EVOLTZ, caso aprovado o pleito, pretende tornar-se proprietária da totalidade das ações da empresa financiada pelo FDA.

Antes, porém, de tratar especificamente dessa alteração acionária, faz-se necessário informar que compulsando os autos verificou-se que o BASA enviou a esta Instituição Federal Parecer informando que a empresa TGP STRATEGIC INFRAESTRUTURE, em composição com o fundo de investimento Seville Fundo de Investimentos em Participações e a empresa Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A, arrematataram em leilão judicial das ações da MTE. doc. SEI nº 0067946, todavia, não há qualquer documento que ratifique tal assertiva, especialmente o documento judicial que deu origem a essa informação, bem como qualquer documento que ateste a participação da Sudam processo de recuperação judicial, nos termos que determina o artigo 8º, XI do Decreto 4.254/02.

Em continuidade à análise do doc. SEI nº 0067946, consta que:

> *"O processo refere-se à venda do ativo da Recuperanda, cujo vencedor do processo competitivo, na modalidade propostas fechadas, realizado na data de 12/12/2017, foi a holding TPG - STRATEGIC INFRASTRUCTURE, o qual o investimento ocorrerá através de um fundo e investimento em participações denominado SEVILLE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA - FIP SEVILLE em conjunto com a SPE SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS S/A, conforme informado a esta instituição e a SUDAM, através da correspondência protocolada pela empresa em 16/03/2018".*

Contudo, não há qualquer registro oficial que comprove tal assertiva, nem há documento que evidencie a aceitação do arremate do leilão das empresas citadas pelo Agente Operador e especialmente pela SUDAM, nos termos disposto no artigo 8º, inciso XI, do Decreto 4.254/02.

Na sequência foi expedido pelo Banco da Amazônia o Parecer constante do doc. SEI nº 0069276, informando que existia pendência cadastral relativamente às empresas interessadas na arrematação, porém, não há informação se esse problema já foi sanado:

> *" As empresas que virão a compor a sociedade ainda não efetuaram o cadastro neste Banco, porém, entendemos que dado o que foi exposto na*

*correspondência da financiada, onde é informado que já foi firmado contrato de compra e venda das ações, supervisionado pelo juízo da recuperação judicial, e que a formalização está sujeita a diversas condições suspensivas, dentre elas a aprovação do Banco da Amazônia, somos favoráveis ao atendimento*"

Neste sentido, constata-se que as informações envolvendo o processo judicial carecem de comprovação documental que ateste a manifestação de aceite da Sudam e do Basa na arrematação referente ao leilão da **TEM.**

Ato contínuo, a SUDAM emite o Parecer Técnico S/N, datado de **21.05.2018**, constante no doc. SEI nº 0069327, no qual consta que o valor do arremate no Leilão foi de ***R$ 482.554.770,00*** (quatrocentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta reais), porém, considerando que não há documento que confirme a presente informação, esta DGFAI diligenciou junto à empresa EVOLTZ o comprovante da negociação e, em consequência, essa disponibilizou o contrato em questão, conforme doc. SEI nº 0274078, entretanto, este documento está em cópia sem autenticação, sem a devida tradução juramentada e sem as formalidades de registro obrigatório, nos moldes que determina a Lei 8.934/94.

Chamou atenção desta DGFAI o valor **TOTAL** da negociação que é o acima citado, entretanto, há no contrato 07 ( sete) empresas negociadas do grupo ABENGOA, cujo valor de negociação da MTE foi de **R$ 128.973.530,00** ( cento e vinte e oito milhões, novecentos e setenta e três mil, quinhentos e trinta reais), sendo este **3,75** vezes menor que o valor constante no Parecer Técnico da SUDAM. Necessário registrar que somente a MTE possui um Capital Social de R$ 1.255.333.000,00 ( um bilhão duzentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e trinta e três mil reais), e um Patrimônio Líquido de R$ 1.016.156.000,00 (um bilhão, dezesseis milhões e cento e cinquenta e seis mil reais), informações constantes no doc. SEI nº 0269399, ou seja, o valor do arremate representa aproximadamente 9 vezes menor que o patrimônio líquido da empresa.

Frise-se que a Sudam, por meio da Resolução nº 130 doc. SEI nº 0069408, aprovou a troca de controle acionário da empresa MTE, porém, condicionada a apresentação de documentação complementar necessária a análise da capacidade financeira.

Ressalte-se que esta Autarquia já emitiu 03 (três) Ofícios ao BASA, constantes no doc. SEI 0082527, 0088529, 0234658 requerendo/determinando a realização da análise econômico financeira, bem ainda a documentação que fundamentou tal análise, visando que os meios empregados pela administração pública sejam adequados e estejam em plena consonância com a legislação que trata da matéria.

O Banco Operador encaminhou resposta, por meio do Ofício nº 2018/245, doc. SEI nº 0094489, informando que a empresa (SEVILLE FIP) não possuía demonstrações contábeis para realização da análise, conforme fragmento de texto abaixo reproduzido:

" *Em relação ao Ofício em epígrafe, o qual solicitou as providencias adotadas pela empresa MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A - MTE, em relação a regularização das pendências junto a Receita Federal e a análise da capacidade financeira e econômica da Seville Fundo de Investimento em Participação Multiestratégica (FIP Seville) e da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A, determinada pela Resolução SUDAM no. 130, de 22/05/2018, informamos o que segue abaixo*"

"*a) Em relação à empresa Seville Fundo de Investimento em Participação Multiestratégica, (FIP Seville), a mesma tornou-se operacional apenas este ano, não possuindo demonstrações contábeis para os anos anteriores, apenas Informe Trimestral Seville FIP Junho de 2018 obtido no site da CVM (anexo),*

*portanto, não há demonstrações contábeis para realização da análise da capacidade financeira e econômica;*"

"*b) Em relação à Empresa Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A, a mesma foi constituída 26/06/2017, portanto não há demonstrações contábeis para realização da análise da capacidade financeira e econômica, conforme Cadastro Nacional de PJ anexo*"

Portanto, no que respeita à alteração societária anterior, as pendências continuaram, e, consequentemente, essa troca de controle acionário foi realizada, sem a necessária análise financeira das empresas, como também, sem que a empresa/Basa cumprisse a determinação constante da própria Resolução nº 130 que condicionou à aprovação. Além disso, todos os documentos das empresas do grupo empresarial adquirente restaram pendentes de apresentação.

Vale destacar que, a EVOLTZ disponibilizou a seguinte documentação:

Ato constitutivo da empresa que deu origem à EVOLTZ S/A. esta com nome empresarial de "LIGA SERVIÇOS MECADOLÓGICOS DE CONSULTORIA LTDA", cujo capital social era de R$ 1.000,00, com registro na JUCESP em **26.06.2017.** Esta data chama atenção em função d**e já existir a empresa por ocasião do Processo 590004.001351/2018-88. ( bloco III do presente processo-doc. Sei 0274072).**

1a alteração Contratual em **17.08.2017** ( documento já existia por ocasião do Processo acima. Mudança de denominação social para **SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA", CUJO CAPITAL CONTINUA DE R$ 1.000,00**.

2a Alteração contatual em **08.02.2018**, saindo os sócios acima e entrando a **TGP-DELAUARE 215-SCV.LLC** passando a ter 100% das quotas da empresa **SEVILLE TRANSMISSION ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS LTDA" CONTINUANDO O MESMO CAPITAL SOCIAL DE R$ 1.000,00**. ( Idem já existia).

Ata de eleição dos membros da diretoria em **28.05.2018,** ( idem acima).

Ata de aumento de capital em **29.05.2018** , sendo

- Capital Autorizado: R$ 1.250.000.000;

- Capital Integralizado: R$ 392.000.000.

Realizando comparativos de datas, esta DGFAI concluiu, que: O Parecer do BASA de troca de controle acionário foi datado de **21.03.2018**, enquanto o da SUDAM, datou de **21.05.2018, Resolução 130, de 22.05.2018. O que leva a concluir que todo o processo da troca de controle acionário da MTE deu-se com o capital social da adquirente de apenas R$ 1.000,00, o que não parece razoável considerando o grande volume de recursos públicos envolvido no caso. Evidentemente que isso ocorreu em função da falta dos documentos mínimos necessários para análise dos riscos tanto da adquirente quanto de suas controladoras.**

No que tange a atual alteração societária, verifica-se que este pedido foi analisado pela área técnica do Banco da Amazônia, por meio do Parecer GERAC-COIND 2020/053 (SEI 0260021) de 29 de maio de 2020, onde ele se manifesta pelo **deferimento** da "*alienação das ações dos atuais acionistas CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A – ELETROBRÁS (49,50%) para a EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S/A (100%)*" . Também consta que o assunto deveria ser encaminhado à Sudam para: "*anuência prévia em relação ao contrato do FDA*".

Destaca-se que no referido Parecer GERAC consta **breve comentários**

acerca das demonstrações contábeis da EVOLTZ, todavia, não foram juntados aos autos referidos demonstrativos, descumprindo a correta instrução processual.

Ao analisar o pedido, a CAF se manifestou pelo deferimento dele, conforme consta no PARECER TÉCNICO 4/2020-CAF/CGINF com a conclusão (doc. SEI nº 0267895) a seguir:

> "*Foram feitas pesquisas cadastrais das empresas Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A e Evoltz Participações S.A., quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS (certidão previdenciária), à certidão de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união (certidão tributária) e certidão de débitos trabalhistas, não encontrando pendências para ambas as empresas.*"
>
> "*A transferência da totalidade das ações que a ELETROBRÁS detém na MTE S.A para a Evoltz Participações S.A., apresenta-se como uma forma de garantir a viabilidade econômica e a continuidade do empreendimento, e como forma de resguardar os recursos aplicados pelo FDA*".
>
> "*Ressalta-se que a Evoltz Participações S.A. deverá assumir todas as obrigações decorrentes da alteração acionária, mediante aditivo contratual à operação 033-11/0035-5 (FDA), bem como aos contratos acessórios garantidores da operação.*".

Ocorre, como se pode perceber, que tanto no Parecer do Basa quanto no Parecer Nº 4/2020 da CAF não foi realizada a análise de risco/econômico/financeira, nem ainda, juntada qualquer documentação que pudesse atestar os breves comentários descritos pelo Basa.

Em função desta constatação a DGFAI emitiu despacho datado de 29.07.2020 (doc. SEI nº 0268869), solicitando os documentos necessários para análise.

Neste contexto, a EVOLTZ disponibilizou via e-mail apenas parte da documentação solicitada, (doc. SEI nº 0269396 e nº 0269399). Em razão disso foi encaminhada nova solicitação para complementação da documentação, sob a condição de que caso não fossem disponibilizados, a análise seria suspensa**.**

Considerando o não atendimento da solicitação, não foi possível realizar a adequada análise do pleito.

Assim sendo, diante da não apresentação de toda a documentação necessária a razoável análise de risco/econômico/financeira, em conformidade com o que dispõe o Decreto 4.254/2002 que regulamenta a matéria, esta Diretora da Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos - DGFAI, com amparo na competência conferida pelo art. 58 do Regimento Interno da Sudam, manifesta-se pelo **indeferimento** do pleito, conforme Minuta de Resolução, doc. SEI nº 0276291.

Retornamos os autos para incluir a presente matéria na pauta da próxima reunião ordinária da Diretoria Colegiada, para apreciação e deliberação do colegiado.

**Marly Vieira Miranda**
**Diretora da DGFAI/SUDAM**

---

Documento assinado eletronicamente por **Marly Vieira Miranda**, **Diretor**, em 27/08/2020, às 21:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0276163

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA COLEGIADA

# RESOLUÇÃO Nº XXX MINUTA, DE 27 DE AGOSTO DE 2020

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar nº 124, de 3 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso II, do anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, publicado no DOU de 30/06/2014 e o art. 10, inciso II do Regimento Interno desta Autarquia;

Considerando os fatos e fundamentos constantes no Processo nº CUP: 59004.000894/2020-01, em tela, e seu Despacho **nº 21/2020-DGFAI**, contido no doc SEI nº 0276163, bem como os termos do Processo Relacionado nº CUP: 59004.001351/2018-88.

**RESOLVE:**

**Art. 1º Indeferir** o pleito referente à anuência para a alienação da totalidade das ações que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS detém na MTE S.A para a Evoltz Participações S.A. e liberação da garantia corporativa outorgada pela ELETROBRÁS, mediante assunção pela Evoltz Participações S.A, da responsabilidade pela prestação da garantia fidejussória no percentual de 100% da dívida decorrente dos contratos de financiamentos do FDA e FNO.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Paulo Roberto Correia da Silva**
Superintendente.

**Marly Vieira Miranda**
Diretora de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos.

**André Carvalho de Azevedo Carioca**
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas.

**Rogerio Matos dos Santos.**
Diretor de Administração.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Amaral Soares**, **Assessor**, em 27/08/2020, às 21:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0276291** e o código CRC **F2394171**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0276291

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Superintendente
Gabinete
Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados

Senhores membros da Diretoria Colegiada,

Após retorno do presente processo da Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos, SEI 0276163, que o retirou de pauta da 10ª Reunião Ordinária por meio da mensagem eletrônica, SEI 0276120, com fulcro no art. 27 do Regimento Interno da Diretoria Colegiada, sendo referida retirada de pauta deferida pelos demais membros da Diretoria Colegiada, SEI 0276139, cumprindo o que estabelece o Parágrafo Único do respectivo artigo;

Esta Assessoria retorna referido processo a esse douto Colegiado para apreciação e deliberação na 10ª Reunião Ordinária, a ser realizada as 15:00h (quinze horas) desta sexta-feira (28/08/2020), devido como mencionado pelos senhores no deferimento citado acima a urgência de que trata o mesmo.

Atenciosamente,

Ercilda Pacheco
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados

Documento assinado eletronicamente por **Francisca Ercilda Pacheco de Almeida Bezerra**, **Assessor**, em 28/08/2020, às 07:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0276297** e o código CRC **185A0DBB**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0276297

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria Colegiada

À Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos-DGFAI e Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento-CGFIN,

Após pedido de vista proposto pelo Superintendente na 10ª Reunião Ordinária DC 2020, realizada nesta data, referente ao presente processo, com fulcro no art. 25 do Regimento Interno da Diretoria Colegiada, retornamos o mesmo a essa Diretoria, ressaltando que respectivo processo será encaminhado simultaneamente à Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento-CGFIN, em cumprimento a determinação da Diretoria Colegiada na referida reunião, para as providências abaixo elencadas, devendo logo após a adoção dessas providências ser devolvido imediatamente e diretamente à Ascol para deliberação da Diretoria Colegiada, em reunião extraordinária, a ser realizada no dia 01/09/2020 (terça-feira), as 16:00h por meio de vídeo conferência, cumprindo assim prazo definido pelo Superintendente, com fulcro no art. 26 do referido Regimento Interno.

1-À Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos-DGFAI para providências quanto a inclusão no processo da motivação que originou o cancelamento do Despacho nº 20, SEI 0275220.

2-À Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento-CGFIN para providências quanto a análise e manifestação sobre as alegações constantes no Despacho nº 21, SEI 0276163.

Atenciosamente,

Ercilda Pacheco
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados

Documento assinado eletronicamente por **Francisca Ercilda Pacheco de Almeida Bezerra**, **Assessor**, em 28/08/2020, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0276595

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À Coordenação de Gestão e análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CAF.

1. Encaminham-se os autos para atendimento do item 2 do Despacho Simples DICOL, doc SEI 0276595.

2. Considerando as implicações negativas para a instituição Sudam e corpo técnico da CAF/CGFIN a manifestação da DGFAI por meio do Despacho Simples DGFAI 20/2020, que gerou o doc SEI 0275220 e que embora cancelado sem qualquer justificativa, foi tornado público por tempo suficiente para ser de conhecimento de outras unidades da Sudam, que essa unidade técnica se manifeste também sobre o Despacho Simples DGFAI 20/2020, de 26/08/2020.

Documento assinado eletronicamente por **Marta Maria Rocha de Matos**, **Coordenador-Geral**, em 31/08/2020, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0276734** e o código CRC **BBD777B2**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0276734

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

À Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados.

Considerando o princípio da autotutela, pelo qual a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos.

Nesse sentido, dispõe a Súmula 346, do Supremo Tribunal Federal:

> " *A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos*"

No mesmo rumo é a Súmula 473, também da Suprema Corte, que diz:

> "*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial*"

Dessa forma, esta Diretora, no uso de direito de autoridade e no exercício de suas funções administrativas, consoante dispõe o art. 53 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, entendeu, motivada pelo critério de conveniência e oportunidade, proceder a exclusão do ato administrativo, doc SEI Nº 0275220, para que ele fosse aperfeiçoado e, assim, pudesse torná-lo mais esclarecedor, da forma a melhor refletir a intenção e o interesse público.

Retornamos os presentes autos para prosseguimento do feito.

Documento assinado eletronicamente por **Marly Vieira Miranda**, **Diretor**, em 01/09/2020, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0276752** e o código CRC **570CC096**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0276752

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN.

Senhora Coordenadora-Geral

Tendo em vista o Despacho Simples CGFIN (0276734) que solicita análise e manifestação acerca das alegações constantes no Despacho nº 20/2020-DGFAI, de 26/08/2020, que gerou o doc. SEI 0275220.

E considerando as implicações negativas para a instituição Sudam e corpo técnico da CAF/CGFIN resultantes do referido Despacho DGFAI, que embora tenha sido cancelado sem justificativa plausível, foi tornado público por tempo suficiente para ser de conhecimento de outras unidades da Sudam, observa-se:

1. O processo de recuperação judicial é um processo híbrido, não contencioso, tendo características judiciais e administrativas. A Sudam, como gestora do FDA, com base no inciso V do art. 8º do Decreto nº 4.254/2002 possui a prerrogativa de autorizar o Agente Operador a celebrar contrato com as empresas titulares de projetos aprovados e seus acionistas controladores

2. Com isso, o Agente Operador, como credor do Fundo e titular de créditos com garantia real, possui a prerrogativa de participar da Assembleia-Geral que delibera sobre o Plano de Recuperação Judicial, com fulcro no inciso II do art. 41 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).

> *Art. 41. A assembléia-geral será composta pelas seguintes classes de credores:*
>
> *I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho;*
>
> ***II – titulares de créditos com garantia real;***
>
> *III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados.*
>
> *IV - titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*
>
> *§ 1º Os titulares de créditos derivados da legislação do trabalho votam com a classe prevista no inciso I do **caput** deste artigo com o total de seu crédito, independentemente do valor.*
>
> *§ 2º Os titulares de créditos com garantia real votam com a classe prevista no inciso II do **caput** deste artigo até o limite do valor do bem gravado e com a classe prevista no inciso III do **caput** deste artigo pelo restante do valor de seu crédito.*

3. O documento Processo de Recuperação Judicial (0069309) está anexado aos autos do processo SEI nº 59004.001351/2018-88, com protocolo eletrônico judicial do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, não havendo razão para a afirmativa sobre a inexistência do referido documento relacionado à recuperação judicial nos autos do processo.

4. O Parecer Técnico CAF/CGFIN/DGFAI s/n, de 21/05/2018, constante no documento SEI nº 0069327 trata sobre o valor de R$ 482.554.770,00 (quatrocentos

e oitenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta reais) como sendo de arremate da MTE S.A. no leilão judicial, porém o referido Parecer não atesta que tal valor é referente unicamente à MTE S.A. O Parecer cita, inclusive, que o Contrato de Compra e Venda assinado entre as partes está sujeito a diversas condições suspensivas, dentre as quais a prévia aprovação da mudança de controle das ATE's operacionais. ATE significa Abengoa Transmissora de Energia, dentre elas a MTE S.A.

> "***Parecer Técnico s/n CAF/CGFIN/DGFAI, de 21/05/2018***
> *Em leilão judicial realizado em 12/2017, a holding TPG – STRATEGIC INFRASTRUCTURE apresentou oferta revisada no valor de R$ 482.554.770,00 e foi declarada, na mesma data, pelo juízo da recuperação judicial, vencedora do leilão e, consequentemente as partes assinaram em 18/12/2017 um contrato de compra e venda de ações, sujeito a diversas condições suspensivas, dentre elas a prévia aprovação da mudança de controle das ATEs operacionais por determinados credores, incluindo o Banco da Amazônia, evitando declarações de vencimento antecipado das dívidas das concessionárias.*"

5. O valor de R$ 128.973.530,00 (cento e vinte e oito milhões, novecentos e setenta e três mil, quinhentos e trinta reais), sendo 3,75 vezes menor que o valor citado inicialmente ou sendo 9 vezes menor que o patrimônio líquido da empresa, não afeta o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e muito menos a empresa beneficiária, pois é referente apenas à venda da participação do Grupo Abengoa na MTE S.A.

6. A Resolução nº 130 da DICOL (0069408) não aprovou a troca do controle acionário da empresa MTE S.A., mas decidiu pela aprovação do Parecer Técnico CAF/CGFIN/DGFAI. A aprovação do pleito de troca de controle acionário ficou condicionada à regularização da empresa junto à Receita Federal e ao encaminhamento, pelo Agente Operador, da análise da comprovação da Capacidade Financeira e Econômica da empresa Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP Seville) e da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A.

6.1. A regularização da empresa MTE S.A junto à Receita Federal foi atestada por consulta à certidão anexada aos autos do processo SEI nº 59004.001351/2018-88 (doc SEI nº 0106418).

6.2. Em relação à comprovação da Capacidade Financeira e Econômica da empresa Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP Seville) e da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A, apesar das reiteradas solicitações desta Superintendência, o Agente Operador ainda não comprovou tais capacidades.

6.3. Diante disso e considerando a gestão realizada no processo pela Coordenação CAF (0184296), foi solicitada manifestação por parte da Procuradoria Federal acerca do não cumprimento da condicionante por parte do Agente Operador, conforme Despacho Simples CGFIN (0186707) e Despacho Simples DGFAI (0188694).

6.4. A manifestação da Procuradoria Federal se deu por meio do Parecer nº 00021/2020/GAB/PFSUDAM/PGF/AGU, de 10/02/2020 (0230759).

6.5. A Procuradoria Federal manifesta entendimento de que não há exigência normativa para a realização da análise da capacidade econômica e financeira da empresa que irá substituir a empresa titular do empreendimento, conforme item 16 do Parecer jurídico. No entanto, conforme item 17, observa que nada impede que a Sudam, como gestora dos interesses do Fundo, solicite tal análise de capacidade, mas sempre respeitando a razoabilidade, eficiência e interesse do Fundo.

6.6. Devido à situação particular em que a transferência do ativo se deu por meio de leilão judicial, ocorrido em processo de recuperação judicial da acionista majoritária da empresa titular e que passou por análises e pareceres das áreas técnica e jurídica do Agente Operador, a Procuradoria Federal avocou, em sua manifestação, o Princípio da Razoabilidade Jurídica, com fulcro no art. 2º da Lei nº 9.784/1999, para a aceitação provisória do novo acionista, até que o Agente Operador tenha plenas condições de apresentar a esta Superintendência a comprovação da capacidade econômica e financeira da empresa Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP Seville) e da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A.

7. As alegações citadas no item 27 do Despacho nº 20/2020-DGFAI não se sustentam e tampouco houve omissão do Decreto nº 4.254/2002 com o intuito de possibilitar a não avaliação do risco das novas empresas controladoras. Se a análise tivesse sido feita com o mínimo de atenção, teria sido verificado que os arts. 9º, 28 e 29 não se aplicam à análise atual pois o empreendimento já se encontra em operação, aguardando apenas a emissão do CCE (Certificado de Conclusão de Empreendimento).

8. Em relação à citação sobre o art. 47, a nova participação acionária assumiu dentro do previsto no Regulamento do FDA, uma vez que a empresa Abengoa Concessões Brasil Holding S.A estava passando por um processo de recuperação judiciale portanto, não tinha condições de assumir seus compromissos perante o Fundo.

9. Sobre a alegação de que houve troca do controle acionário da empresa MTE S.A sem qual quer subsídio ao risco do FDA, bem como quanto às novas controladoras da MTE S.A, ressalta-se, novamente, que a Resolução nº 130 da DICOL não aprovou a troca do controle acionário, mas sim o Parecer Técnico s/n CAF/CGFIN/DGFAI com as condicionantes citadas ao norte.

10. A DGFAI em seu Despacho Simples 20 questiona qual o risco do FDA/Sudam no que concerne ao novo controle acionário? Respondemos, então. Se o projeto não fosse estruturado na modalidade ***Project Finance***, com certeza o FDA já estaria exposto a risco, uma vez que a empresa controladora da beneficiária, no caso a Abengoa, estava passando por uma Recuperação Judicial, portanto, sem capacidade financeira para arcar com seus compromissos contratuais perante ao Fundo. Podemos afirmar então que o novo controle acionário traria mais risco ao FDA do que o atual.

11. Acerca da alegação citada no item 35 do referido Despacho DGFAI de que "*a transferência da totalidade das ações que a ELETROBRÁS detém na MTE S.A para a Evoltz Participações S.A.*, "*apresenta-se como uma forma de garantir a viabilidade econômica e a continuidade do empreendimento*", foi realizada sem nenhum documento que suporte tal constatação, não se deve confundir análise de viabilidade econômica com análise de risco/econômico/financeira do empreendimento. A análise de viabilidade econômica está assentada no fluxo de caixa do projeto, que possui uma RAP (Receita Anual Permitida) durante 20 anos, no montante de R$ 1.104.559.620,00 (um bilhão, cento e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e vinte reais), conforme Contrato de Concessão nº 010/2008 firmado entre a MTE S.A e a ANEEL.

12. Acerca das alegações citadas nos itens 38 a 42 do Despacho DGFAI, que trata dos valores apresentados no Capital Social da empresa Seville Transmission Assessoria em Investimentos Ltda, nos anos de 2017 e 2018, e que culminaram na afirmação de que "*todo o processo da troca de controle acionário da MTE S.A deu-se com o capital social da adquirente de apenas R$ 1.000,00, o que não parece razoável*

*considerando o grande volume de recursos públicos envolvido no caso*", ressalta-se, novamente, que a Resolução nº 130 da DICOL não aprovou a troca do controle acionário, mas sim o Parecer Técnico s/n CAF/CGFIN/DGFAI com as condicionantes citadas.

13. Ainda sobre os valores de Capital Social apresentados pela Seville, o Decreto nº 4.254/2002, que regulamentava o FDA à época da aprovação do projeto, prevê apenas que a mudança no quadro societário da empresa beneficiária fica subordinada à prévia aprovação pela ADA (hoje Sudam), ouvido o Agente Operador, e deve ser comprovada por meio de remessa dos arquivos mantidos no órgão de registro de comércio competente, nos termos do inciso V do art. 26 da norma.

14. A DGFAI acusa uma separação do Processo que trata do Leilão Judicial do outro Processo que se refere a assunção do controle da MTE pela Evoltz, inclusive levantando suspeita sobre os atos realizados pela área técnica. Ocorre que esses processos nunca foram juntados por se tratarem de objetos diferentes, inclusive os pleitos são processados pela unidade de protocolo desta autarquia

15. Cabe ressaltar que não está entre as atribuições regimentais da diretoria DGFAI e tampouco de suas Coordenações-Gerais e Coordenações a realização de procedimentos de natureza de auditoria contábil. Os questionamentos sobre o aporte das quantias, qual a sua origem e para onde o dinheiro foi após a integralização não competem a esta Superintendência, mas à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

16. Dessa forma encaminham-se os autos para as providências necessárias.

---

Documento assinado eletronicamente por **José Roosevelt Araújo Correa Júnior**, **Coordenador Substituto(a)**, em 01/09/2020, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0276795** e o código CRC **F0AA35BE**.

---

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0276795

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN.

Senhora Coordenadora-Geral

Tendo em vista o Despacho Simples DICOL (0276595) que solicita análise e manifestação acerca das alegações constantes no Despacho nº 21/2020-DGFAI, de 27/08/2020 (0276163), observa-se:

1. O processo de recuperação judicial é um processo híbrido, não contencioso, tendo características judiciais e administrativas. A Sudam, como gestora do FDA, com base no inciso V do art. 8º do Decreto nº 4.254/2002 possui a prerrogativa de autorizar o Agente Operador a celebrar contrato com as empresas titulares de projetos aprovados e seus acionistas controladores.

2. Com isso, o Agente Operador, como credor do Fundo e titular de créditos com garantia real, possui a prerrogativa de participar da Assembleia-Geral que delibera sobre o Plano de Recuperação Judicial, com fulcro no inciso II do art. 41 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).

> *Art. 41. A assembléia-geral será composta pelas seguintes classes de credores:*
>
> *I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho;*
>
> ***II – titulares de créditos com garantia real;***
>
> *III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados.*
>
> *IV - titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*
>
> *§ 1º Os titulares de créditos derivados da legislação do trabalho votam com a classe prevista no inciso I do **caput** deste artigo com o total de seu crédito, independentemente do valor.*
>
> *§ 2º Os titulares de créditos com garantia real votam com a classe prevista no inciso II do **caput** deste artigo até o limite do valor do bem gravado e com a classe prevista no inciso III do **caput** deste artigo pelo restante do valor de seu crédito.*

3. O documento Processo de Recuperação Judicial (0069309) está anexado aos autos do processo SEI nº 59004.001351/2018-88, com protocolo eletrônico judicial do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, não havendo razão para a afirmativa sobre a inexistência do referido documento relacionado à recuperação judicial nos autos do processo.

4. O Parecer Técnico CAF/CGFIN/DGFAI s/n, de 21/05/2018, constante no documento SEI nº 0069327 trata sobre o valor de R$ 482.554.770,00 (quatrocentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta reais) como sendo de arremate da MTE S.A. no leilão judicial, porém o referido Parecer não atesta que tal valor é referente unicamente à MTE S.A. O Parecer cita, inclusive, que o Contrato de Compra e Venda assinado entre as partes está sujeito a

diversas condições suspensivas, dentre as quais a prévia aprovação da mudança de controle das ATE's operacionais. ATE significa Abengoa Transmissora de Energia, dentre elas a MTE S.A.

> "***Parecer Técnico s/n CAF/CGFIN/DGFAI, de 21/05/2018***
> *Em leilão judicial realizado em 12/2017, a holding TPG – STRATEGIC INFRASTRUCTURE apresentou oferta revisada no valor de R$ 482.554.770,00 e foi declarada, na mesma data, pelo juízo da recuperação judicial, vencedora do leilão e, consequentemente as partes assinaram em 18/12/2017 um contrato de compra e venda de ações, sujeito a diversas condições suspensivas, dentre elas a prévia aprovação da mudança de controle das ATEs operacionais por determinados credores, incluindo o Banco da Amazônia, evitando declarações de vencimento antecipado das dívidas das concessionárias.*"

5. O valor de R$ 128.973.530,00 (cento e vinte e oito milhões, novecentos e setenta e três mil, quinhentos e trinta reais), sendo 3,75 vezes menor que o valor citado inicialmente ou sendo 9 vezes menor que o patrimônio líquido da empresa, não afeta o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e muito menos a empresa beneficiária, pois é referente apenas à venda da participação do Grupo Abengoa na MTE S.A.

6. A Resolução nº 130 da DICOL (0069408) não aprovou a troca do controle acionário da empresa MTE S.A., mas decidiu pela aprovação do Parecer Técnico CAF/CGFIN/DGFAI. A aprovação do pleito de troca de controle acionário ficou condicionada à regularização da empresa junto à Receita Federal e ao encaminhamento, pelo Agente Operador, da análise da comprovação da Capacidade Financeira e Econômica da empresa Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP Seville) e da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A.

6.1. A regularização da empresa MTE S.A junto à Receita Federal foi atestada por consulta à certidão anexada aos autos do processo SEI nº 59004.001351/2018-88 (doc SEI nº 0106418).

6.2. Em relação à comprovação da Capacidade Financeira e Econômica da empresa Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP Seville) e da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A, apesar das reiteradas solicitações desta Superintendência, o Agente Operador ainda não comprovou tais capacidades.

6.3. Diante disso e considerando a gestão realizada no processo pela Coordenação CAF (0184296), foi solicitada manifestação por parte da Procuradoria Federal acerca do não cumprimento da condicionante por parte do Agente Operador, conforme Despacho Simples CGFIN (0186707) e Despacho Simples DGFAI (0188694).

6.4. A manifestação da Procuradoria Federal se deu por meio do Parecer nº 00021/2020/GAB/PFSUDAM/PGF/AGU, de 10/02/2020 (0230759).

6.5. A Procuradoria Federal manifesta entendimento de que não há exigência normativa para a realização da análise da capacidade econômica e financeira da empresa que irá substituir a empresa titular do empreendimento, conforme item 16 do Parecer jurídico. No entanto, conforme item 17, observa que nada impede que a Sudam, como gestora dos interesses do Fundo, solicite tal análise de capacidade, mas sempre respeitando a razoabilidade, eficiência e interesse do Fundo.

6.6. Devido à situação particular em que a transferência do ativo se deu por meio de leilão judicial, ocorrido em processo de recuperação judicial da acionista majoritária da empresa titular e que passou por análises e pareceres das áreas técnica e jurídica do Agente Operador, a Procuradoria Federal avocou, em sua manifestação, o Princípio da Razoabilidade Jurídica, com fulcro no art. 2º da Lei nº

9.784/1999, para a aceitação provisória do novo acionista, até que o Agente Operador tenha plenas condições de apresentar a esta Superintendência a comprovação da capacidade econômica e financeira da empresa Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP Seville) e da Seville Transmission Assessoria em Investimentos S/A.

7. Em se tratando dos valores apresentados no Capital Social da empresa Seville Transmission Assessoria em Investimentos Ltda, nos anos de 2017 e 2018, e que culminaram na afirmação de que "*todo o processo da troca de controle acionário da MTE S.A deu-se com o capital social da adquirente de apenas R$ 1.000,00, o que não parece razoável considerando o grande volume de recursos públicos envolvido no caso*", ressalta-se, novamente, que a Resolução nº 130 da DICOL não aprovou a troca do controle acionário, mas sim o Parecer Técnico s/n CAF/CGFIN/DGFAI com as condicionantes citadas ao norte.

7.1. Ainda sobre os valores de Capital Social apresentados pela Seville, o Decreto nº 4.254/2002, que regulamentava o FDA à época da aprovação do projeto, prevê apenas que a mudança no quadro societário da empresa beneficiária fica subordinada à prévia aprovação pela ADA (hoje Sudam), ouvido o Agente Operador, e deve ser comprovada por meio de remessa dos arquivos mantidos no órgão de registro de comércio competente, nos termos do inciso V do art. 26 da norma.

7.2. Ademais, nos termos do art. 9º do Decreto nº 4.254/2002, enquanto não dispuser de qualificação técnica para proceder à análise da viabilidade econômico-financeira do projeto e do seu risco e dos tomadores de recursos, a ADA (hoje Sudam) firmará contrato ou convênio com instituição financeira oficial federal detentora de reconhecida experiência naquelas matérias. Ou seja, a Sudam não detém a competência para realizar tais análises.

7.3. Cabe ressaltar que não está entre as atribuições regimentais da diretoria DGFAI e tampouco de suas Coordenações-Gerais e Coordenações a realização de procedimentos de natureza de auditoria contábil.

8. Sobre a manifestação constante no Parecer nº 4/2020-CAF/CGFIN/DGFAI, de 23/07/2020 (0267895), de que "*a transferência da totalidade das ações que a ELETROBRÁS detém na MTE S.A para a Evoltz Participações S.A.,* "*apresenta-se como uma forma de garantir a viabilidade econômica e a continuidade do empreendimento*", foi observado que nenhuma análise de risco/econômico/financeira foi realizada.

8.1. Nessa alegação, não se deve confundir análise de viabilidade econômica com análise de risco/econômico/financeira do empreendimento. A análise de viabilidade econômica está assentada no fluxo de caixa do projeto, que possui uma RAP (Receita Anual Permitida) durante 20 anos, no montante de R$ 1.104.559.620,00 (um bilhão, cento e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e vinte reais), conforme Contrato de Concessão nº 010/2008 firmado entre a MTE S.A e a ANEEL.

8.2. No que concerne à empresa assuntora (Evoltz Participações S.A), segundo Parecer do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) (0265592), o Grupo Evoltz registrou, no Brasil, faturamento acima de R$ 75 milhões (limite legalmente estabelecido e alterado pela Portaria MF/MJ nº 994, de 30/05/2012) e, segundo o Quadro de Sócios e Administradores - QSA (0265650), a Evoltz Participações S.A possui um capital social de R$ 500.001.000,00 (quinhentos milhões e um mil reais).

9. O empreendimento da empresa beneficiária MTE S.A está estruturado sob a forma de ***Project Finance,*** caracterizado pela amortização do saldo devedor

dos financiamentos pelos resultados do fluxo de caixa gerado e que depende da estruturação do projeto em especial quanto à estruturação das garantias.

10. Conforme o Parecer GERAC-COIND 2020/053, de 29/05/2020, do Banco da Amazônia S.A. (0260021), as garantias constituídas do projeto são: i) Penhor sobre Direitos Emergentes e de Crédito; ii) Penhor de Ações; iii) Fiança Corporativa. Essas garantias perfazem um montante de R$ 1.104.559.620,00 (um bilhão, cento e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e vinte reais), decorrente do cálculo da RAP (Receita Anual Permitida) de 20 anos, conforme Contrato de Concessão nº 010/2008 firmado entre a MTE S.A e a ANEEL.

11. Esse montante em garantias perfaz um percentual de 278,11% entre a Relação Garantia e o Saldo Devedor dos contratos do FDA e FNO, muito superior ao exigido no §7º do art. 20 do Regulamento do FDA, aprovado pelo Decreto nº 4.254/2002.

> *"Art. 20 As debêntures a serem subscritas com recursos do Fundo terão garantia real, admitidas também garantias flutuantes e garantias diferenciadas, prestadas cumulativamente ou não, próprias de operações estruturadas ou* ***Project Finance****, tais como:*
> *[...]*
> *§7º Ao final do período de implantação, as garantias constituídas deverão representar, no mínimo, cento e vinte e cinco por cento do valor subscrito."*

12. Observa-se que a única garantia corporativa é a Fidejussória e que todas as demais são garantias próprias de ***Project Finance,*** ou seja, todas prestadas pela MTE S.A. Se considerarmos um saldo devedor total do FDA e FNO, de R$ 397.168.110,98, conforme reportado pelo Banco da Amazônia S.A e uma Receita Anual Permitida – RAP de R$ 1.104.559.620,00, conclui-se que o pretenso risco ao FDA afirmado pela DGFAI, não se comprova. Junte-se a isso, o fato de que os recebíveis da empresa, oriundos do Contrato de Concessão nº 010/2008 transitam pela conta centralizadora internalizada no Banco da Amazônia S.A.

13. Outro fator importante é que mesmo com a recuperação judicial da Abengoa, a MTE em nenhum momento deixou de cumprir as condições contratuais pactuadas com o Banco da Amazônia S.A.

14. Além dessas garantias, o saldo devedor da MTE S.A possui mais um mecanismo de liquidez em seus contratos na forma da constituição da Conta Reserva, que atua como um mitigador de risco durante o prazo de vigência dos contratos. Atualmente, a Conta Reserva possui um saldo constituído na totalidade de R$ 37.446.555,28 (trinta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos), conforme extratos de Maio/2020 (0264007). O saldo da Conta Reserva possui a capacidade de amortização de 1 (uma) parcela do financiamento contratado com recursos do FDA.

15. Quando se analisa a mudança no quadro societário da empresa beneficiária, a manifestação de todos os entes que financiaram o empreendimento ou que regulam a operação deve ser considerada. Nesse sentido, manifestaram-se tecnicamente favoráveis à mudança em questão o BNDES, ANEEL, CADE, Banco da Amazônia S.A e a Sudam.

16. Pela perspectiva da ELETROBRÁS, o pleito está alinhado à reorganização dos investimentos a partir da venda de ativos e participações acionárias que não sejam consideradas estratégicas, conforme preceitua o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG 2019-2023) da empresa.

17. Por fim, sugere-se que a aprovação do pleito esteja condicionada à formalização do termo aditivo à escritura pública de Debêntures e ao contrato celebrado entre a empresa beneficiária MTE S.A e o Agente Operador (Banco da

Amazônia S.A) em face da troca do controle acionário da MTE S.A, com a saída da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A e a assunção do controle pela Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - FIP Seville em conjunto com a SPE Seville Transmission Assessoria em Investimentos S.A, conforme dispõem os itens 26 e 26.1 do Parecer nº 00021/2020/GAB/PFSUDAM/PGF/AGU, de 10/02/2020 da Procuradoria Federal Especializada junto à Sudam.

18. Dessa forma encaminham-se os autos para as providências necessárias.

Documento assinado eletronicamente por **José Roosevelt Araújo Correa Júnior**, **Coordenador Substituto(a)**, em 01/09/2020, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0276797** e o código CRC **EFF23ED7**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0276797

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À Diretoria Colegiada.

1. Em atenção ao item 2 do Despacho Simples DICOL, doc SEI 0276595, encaminho manifestação desta CGFIN quanto ao Despacho Simples nº 21 da DGFAI, doc SEI 0276163

Documento assinado eletronicamente por **Marta Maria Rocha de Matos**, **Coordenador-Geral**, em 01/09/2020, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0277271** e o código CRC **E1769FAC**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0277271

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Superintendente
Gabinete
Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados

Senhores membros da Diretoria Colegiada,

Vencido o prazo para retorno do presente processo definido pelo Superintendente, após pedido de vista proposto por ele na 10ª Reunião Ordinária DC 2020, realizada no dia 28/08/2020, retornamos respectivo processo para deliberação desse douto Colegiado.

Atenciosamente,

Ercilda Pacheco
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados

Documento assinado eletronicamente por **Francisca Ercilda Pacheco de Almeida Bezerra**, **Assessor**, em 01/09/2020, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0277275** e o código CRC **A368E0DF**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0277275

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA COLEGIADA

# RESOLUÇÃO Nº 196, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA–SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e o disposto no art. 7º, do anexo I, do Decreto nº 8.275 de 27 de junho de 2014 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, II e XIX e o Parágrafo Único do anexo I, do referido Decreto e o art. 10, II e XXIII do Regimento Interno da Sudam,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o pleito referente à anuência para a alienação da totalidade das ações que a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS detém na Empresa Manaus Transmissora de Energia S/A - MTE, beneficiária de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA para a Evoltz Participações S/A, com base no Parecer nº 4/2020-CAF/CGFIN/DGFAI, SEI 0267895, e no Despacho Simples CAF, SEI 0276797, constantes do Processo nº CUP: 59004.000894/2020-01.

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar desta data, para a Empresa Evoltz Participações S/A apresente à Sudam o Termo Aditivo Contratual e o Termo Aditivo à Escritura de Debêntures relativos à troca de controle acionário da Manaus Transmissora de Energia S/A -MTE, assegurando as garantias originariamente aprovadas pelo Banco da Amazônia para o projeto de que trata esta Resolução, sob pena de revisão deste ato.

Art. 3º - Estabelecer que a Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos-DGFAI faça gestão semanalmente junto ao Banco da Amazônia para que sejam adotadas as providências constantes do artigo anterior, retornando ao Superintendente os resultados obtidos.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**André Carvalho de Azevedo Carioca**
Superintendente substituto.

**Marly Vieira Miranda**
Diretora de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos.

**Rogerio Matos dos Santos.**
Diretor de Administração.

Documento assinado eletronicamente por **André Carvalho de Azevedo Carioca**, **Superintendente Substituto(a)**, em 01/09/2020, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Rogerio Matos dos Santos**, **Diretor**, em 01/09/2020, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0277332** e o código CRC **A6C6FF23**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0277332

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria Colegiada

Senhor Superintendente substituto,

Considerando deliberação por maioria simples de voto, com fulcro no art. 5º do Regimento Interno Dicol, feita por meio da Resolução nº 196, SEI 0277332, ocorrida na 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 01/09/2020, relativo ao pleito que trata sobre a anuência para alienação da totalidade das ações que a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS detém na Empresa Manaus Transmissora de Energia S/A - MTE, beneficiária de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA para a Evoltz Pariticipações S/A, com base no Parecer nº 4/2020-CAF/CGFIN/DGFAI, SEI 0267895, e no Despacho Simples CAF, SEI 0276797, constantes deste Processo;

Considerando determinação por esse douto Colegiado quanto ao retorno do Despacho Simples 20, SEI 0275220, desintranhado dos autos deste processo pela Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos, de forma desmotivada, sendo apresentada motivação por aquela autoridade, SEI 0276752, na reunião citada acima. Motivação essa julgada improcedente pelos demais membros da Dicol, sendo considerada imprópria e não condizente com ao teor do despacho cancelado e frente ao novo elaborado em substituição e ambos de conhecimento de toda a Diretoria da Sudam e, visando a lisura e transparência dos processos decisórios no âmbito da sudam;

Considerando manifestação deste gestor máximo quanto a instauração de apuração preliminar referente aos fatos levantados pela Diretora, condutas no âmbito da DGFAI e todos os demais fatos envolvidos, para que sejam apuradas as suspeições levadas pela Diretoria e caso não procedente, as consequências pertinentes no Despacho 20, SEI 0275220, conforme previsão legal contida na Lei nº 8.112/1990;

Encaminhamos o presente processo a esse Gabinete para adoção de providências que o caso querer.

Atenciosamente,

Ercilda Pacheco
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados

Documento assinado eletronicamente por **Francisca Ercilda Pacheco de Almeida Bezerra**, **Assessor**, em 02/09/2020, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0277358** e o código CRC **39BCD9CA**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0277358

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Superintendente

À CGFIN.

Senhora Coordenadora

1. Após deliberação da DICOL, segue os autos para elaboração de minuta de ofício endereçado a empresa Manaus Transmissora de Energia S/A - MTE, notificando-a da decisão proferida pelo colegiado.

2. Retorne -se o processo a este gabinete.

Documento assinado eletronicamente por **André Carvalho de Azevedo Carioca**, **Superintendente Substituto(a)**, em 02/09/2020, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0277435** e o código CRC **E5ABF7D6**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0277435

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

1. Encaminham-se os autos para elaboração de minuta de ofício à empresa Manaus Transmissora de Energia. conforme Despacho Simples Superin, doc SEI 0277435

Documento assinado eletronicamente por **Marta Maria Rocha de Matos**, **Coordenador-Geral**, em 02/09/2020, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0277496** e o código CRC **E269A02D**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0277496

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**
**Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos**
**Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento**
**Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento**

**OFÍCIO MINUTA Nº 0277561/2020-CAF/CGFIN/DGFAI**

Belém, 02 de setembro de 2020.

Ao Senhor
**João Pinheiro Nogueira Batista**
Diretor Presidente
Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A
Av. Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, sala 204, Jacarepaguá
CEP 22.775-022 Rio de Janeiro-RJ

**Assunto: Alienação de participação acionária da MTE S.A.**

Senhor Diretor Presidente,

1. Ao tempo que o cumprimento, informo V. Sa. sobre a aprovação do pleito referente à anuência para a alienação da totalidade das ações que a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS detém na Empresa Manaus Transmissora de Energia S/A - MTE, beneficiária de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA, para a Evoltz Participações S/A, com base no Parecer nº 4/2020-CAF/CGFIN/DGFAI, de 23/07/2020 e no Despacho Simples CAF de 01/09/2020.

2. O pleito foi deliberado e aprovado na 8ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da Sudam - DICOL, realizada em 01/09/2020, e foi emitada a Resolução nº 196, de 01/09/2020 da DICOL.

3. Na oportunidade, informo que, a contar de 01/09/2020, a Empresa Evoltz Participações S/A têm 60 (sessenta) dias para apresentar à Sudam o Termo Aditivo Contratual e o Termo Aditivo à Escritura de Debêntures relativos à troca de controle acionário da Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A, assegurando as garantias originariamente aprovadas pelo Banco da Amazônia S.A para o projeto de que trata a Resolução nº 196 supracitada, sob pena de revisão do ato de aprovação do pleito.

Atenciosamente,

Anexo: Resolução nº 196, de 01/09/2020 da DICOL.

**André Carvalho de Azevedo Carioca**
Superintendente substituto

Documento assinado eletronicamente por **José Roosevelt Araújo Correa Júnior**, **Economista**, em 02/09/2020, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0277561** e o código CRC **63DBD518**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 59004.000894/2020-01

SEI nº 0277561

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN.

Senhora Coordenadora-Geral

1. Encaminha-se a minuta de Ofício (0277561) devidamente assinada, conforme solicitado no Despacho Simples CGFIN (0277496).

Documento assinado eletronicamente por **José Roosevelt Araújo Correa Júnior**, **Coordenador Substituto(a)**, em 02/09/2020, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0277580** e o código CRC **4BD4CE7F**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0277580

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

À SUPERINTENDÊNCIA.

Senhor Superintendente Substituto

1. Conforme solicitado, encaminhamos minuta de ofício (0277561) à Manaus Transmissora de Energia S.A., notificando da deliberação da Diretoria Colegiada nos autos do processo de transferência de açoes da Centrais Elétricas Brasileira S.A. - Eletrobrás para a Evoltz Participações S.A.

Documento assinado eletronicamente por **Marta Maria Rocha de Matos**, **Coordenador-Geral**, em 02/09/2020, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0277597** e o código CRC **2B8C2CAE**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0277597

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**
**Superintendente**

**OFÍCIO Nº 65/2020-SUPERIN**

Belém, 02 de setembro de 2020.

Ao Senhor, **João Pinheiro Nogueira Batista**
Diretor Presidente
Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A
Av. Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, sala 204, Jacarepaguá
CEP 22.775-022 Rio de Janeiro-RJ

**Assunto: Alienação de participação acionária da MTE S.A.**

Senhor Diretor Presidente,

1. Ao tempo que o cumprimento, informo V. Sa. sobre a aprovação do pleito referente à anuência para a alienação da totalidade das ações que a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS detém na Empresa Manaus Transmissora de Energia S/A - MTE, beneficiária de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA, para a Evoltz Participações S/A, com base no Parecer nº 4/2020-CAF/CGFIN/DGFAI, de 23/07/2020 e no Despacho Simples CAF de 01/09/2020.

2. O pleito foi deliberado e aprovado na 8ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da Sudam - DICOL, realizada em 01/09/2020, e foi emitada a Resolução nº 196, de 01/09/2020 da DICOL.

3. Na oportunidade, informo que, a contar de 01/09/2020, a Empresa Evoltz Participações S/A têm 60 (sessenta) dias para apresentar à Sudam o Termo Aditivo Contratual e o Termo Aditivo à Escritura de Debêntures relativos à troca de controle acionário da Manaus Transmissora de Energia - MTE S.A, assegurando as garantias originariamente aprovadas pelo Banco da Amazônia S.A para o projeto de que trata a Resolução nº 196 supracitada, sob pena de revisão do ato de aprovação do pleito.

Atenciosamente,

André Carvalho de Azevedo Carioca
Superintendente Substituto

Documento assinado eletronicamente por **André Carvalho de Azevedo Carioca**, **Superintendente Substituto(a)**, em 02/09/2020, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0277655** e o código CRC **8FFE1E18**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 59004.000894/2020-01

SEI nº 0277655

**Zimbra** **ercilda.bezerra@sudam.gov.br**

## Re: Resolução nº 196/2020 - Processo nº CUP:59004.000894/2020-01

**De :** marta matos <marta.matos@sudam.gov.br> Qua, 02 de set de 2020 10:49
**Assunto :** Re: Resolução nº 196/2020 - Processo nº CUP:59004.000894/2020-01
**Para :** ercilda.bezerra <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Cc :** roosevelt.correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>

Senhora Chefe,
A Resolução 196/2020 deve ser publicada no Diário Oficial da União por ser matéria de interesse público.
Atenciosamente,
Marta Matos
Coordenadora Geral da CGFIN

---

**De:** "ercilda.bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Para:** "marta matos" <marta.matos@sudam.gov.br>, "roosevelt.correa" <roosevelt.correa@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Quarta-feira, 2 de setembro de 2020 9:01:39
**Assunto:** Resolução nº 196/2020 - Processo nº CUP:59004.000894/2020-01

Senhora, **Marta Matos.**
Coordenadora-Geral da CGFIN,

Considerando deliberação por maioria simples de voto, ocorrida na 8ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada referente ao Processo nº CUP nº 59004.000894/2020-01, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A-ELETROBRÁS na MTE S/A pela Evoltz, deliberação essa feita por meio da Resolução nº 196/2020, anexa;

Esta Assessoria solicita que seja informado se referida resolução precisa de publicidade no Diário Oficial da União-DOU ou somente no site da Sudam.

Atenciosamente,

**Ercilda Pacheco**
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados
Tel:(91) 4008-5421 / 98966-9679
Email: ercilda.bezerra@sudam.gov.br

---

**De :** ercilda bezerra <ercilda.bezerra@sudam.gov.br> Qua, 02 de set de 2020 09:01
**Assunto :** Resolução nº 196/2020 - Processo nº CUP:59004.000894/2020-01 1 anexo
**Para :** marta.matos <marta.matos@sudam.gov.br>,

roosevelt correa <roosevelt.correa@sudam.gov.br>

Senhora, **Marta Matos.**
Coordenadora-Geral da CGFIN,

Considerando deliberação por maioria simples de voto, ocorrida na 8ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada referente ao Processo nº CUP nº 59004.000894/2020-01, que trata sobre a aquisição da posição minoritária da Empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A-ELETROBRÁS na MTE S/A pela Evoltz, deliberação essa feita por meio da Resolução nº 196/2020, anexa;

Esta Assessoria solicita que seja informado se referida resolução precisa de publicidade no Diário Oficial da União-DOU ou somente no site da Sudam.

Atenciosamente,

**Ercilda Pacheco**
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados
Tel:(91) 4008-5421 / 98966-9679
Email: ercilda.bezerra@sudam.gov.br

---

**Resolução 196_2020.pdf**
1 MB

---

Imprimir Recibo | Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

# Envio Eletrônico de Matérias
# Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 02/09/2020 15:37:58
**Origem do Ofício:** Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
**Operador:** ANA BEATRIZ EWERTON BRASIL MÁCOLA
**Ofício:** 6011500
**Data prevista de publicação:** 03/09/2020
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

| Matérias | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Sequencial** | **Arquivo(s)** | **MD5** | **Tamanho (cm)** | **Valor** |
| 12906560 | Resolucao 196.rtf | 3526c315f72088b9 9a5c5bbf87b3be71 | 10,00 | R$ 330,40 |
| **TOTAL DO OFICIO** | | | **10,00** | **R$ 330,40** |


Recibo envio para publicação no DOU da Resolução 196/2020 (0277720) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 643

**ATOS DE 1º DE SETEMBRO DE 2020**

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/06/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu:

Nº 1.824 - Revogar a outorga de direito de uso de recursos hídricos emitida à União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, CNPJ nº 00.396.895/0012-88, para aquicultura (piscicultura em tanques-rede) no Reservatório da UHE Serra da Mesa, Parque Aquícola Recanto do Pescador 1, Município de Niquelândia, Estado do Goiás, por meio da Resolução ANA nº 68, de 4 de janeiro de 2017, publicada no DOU do dia 6 de janeiro de 2017, Seção 1 pág. 44, devido os vencedores das Licitações não tiveram interesse em assinar os contratos de cessão, além dos altos custos para manutenção dos Parques Aquícolas.

Nº 1.825 - Revogar a outorga de direito de uso de recursos hídricos emitida à União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, CNPJ nº 00.396.895/0012-88, para aquicultura (piscicultura em tanques-rede) no Reservatório da UHE Serra da Mesa, Parque Aquícola Palmeira, Município de Uruaçu, Estado do Goiás, por meio da Resolução ANA nº 72, de 4 de janeiro de 2017, publicada no DOU do dia 6 de janeiro de 2017, Seção 1 pág. 44, em virtude da renúncia das cessões das áreas aquícolas, conforme extrato de distrato contratuais de Cessões de Uso publicado no DOU em 12/12/2019, Seção 3, página 4.

O inteiro teor das Revogações de Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

## SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

**RESOLUÇÃO Nº 196, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020**

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e o disposto no art. 7º, do anexo I, do Decreto nº 8.275 de 27 de junho de 2014 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, II e XIX e o Parágrafo Único do anexo I, do referido Decreto e o art. 10, II e XXIII do Regimento Interno da Sudam, resolve:

Art. 1º - Aprovar o pleito referente à anuência para a alienação da totalidade das ações que a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS detém na Empresa Manaus Transmissora de Energia S/A - MTE, beneficiária de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA para a Evoltz Participações S/A, com base no Parecer nº 4/2020-CAF/CGFIN/DGFAI, SEI 0267895, e no Despacho Simples CAF, SEI 0276797, constantes do Processo nº CUP: 59004.000894/2020-01.

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar desta data, para a Empresa Evoltz Participações S/A apresente à Sudam o Termo Aditivo Contratual e o Termo Aditivo à Escritura de Debêntures relativos à troca de controle acionário da Manaus Transmissora de Energia S/A -MTE, assegurando as garantias originariamente aprovadas pelo Banco da Amazônia para o projeto de que trata esta Resolução, sob pena de revisão deste ato.

Art. 3º - Estabelecer que a Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos-DGFAI faça gestão semanalmente junto ao Banco da Amazônia para que sejam adotadas as providências constantes do artigo anterior, retornando ao Superintendente os resultados obtidos.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ CARVALHO DE AZEVEDO CARIOCA
Superintendente
Substituto

ROGERIO MATOS DOS SANTOS
Diretor de Administração

# Ministério da Economia

## GABINETE DO MINISTRO
## JUNTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RESOLUÇÃO Nº 2, DE 20 DE JULHO DE 2020**

Aprova o Regimento Interno da Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira - CTGOF.

A JUNTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - JEO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 7º, do Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira - CTGOF, nos termos do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

WALTER SOUZA BRAGA NETTO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO TÉCNICA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E COMPOSIÇÃO

Art. 1º A Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira - CTGOF, instância consultiva que integra a Junta de Execução Orçamentária - JEO, instituída pelo Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, reger-se-á pelas disposições deste Regimento Interno, sem prejuízo das demais disposições aplicáveis, constantes da legislação em vigor.

Art. 2º A CTGOF é responsável por:

I - manifestar-se previamente sobre os votos encaminhados à JEO;

II - subsidiar tecnicamente a atuação da JEO; e

III - desempenhar as atribuições que lhe forem cometidas pela JEO.

Art. 3º A CTGOF é composta pelo:

I - Secretário de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, que a coordenará;

II - Secretário do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia;

III - Secretário de Política Econômica da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia;

IV - Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

V - Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República;

VI - Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República;

VII - Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República;

VIII - Secretário-Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República; e

IX - Secretário Especial de Relações Governamentais da Casa Civil da Presidência da República.

§ 1º O Secretário Especial da Receita Federal do Brasil poderá ser substituído pelo Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

§ 2º Cada membro da CTGOF terá até dois suplentes, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 3º Os membros suplentes da CTGOF serão indicados na respectiva ordem de substituição pelos titulares dos órgãos que representam e designados pelo Coordenador da JEO.

§ 4º A Secretaria-Executiva da CTGOF será exercida pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 4º São atribuições comuns a todos os membros da CTGOF:

I - encaminhar à Secretaria-Executiva da CTGOF proposições, relatórios, estudos, documentos, indicações, requerimentos e comunicações relacionados a assuntos orçamentários e financeiros da administração pública federal para inclusão na pauta de reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - solicitar ao coordenador da CTGOF, de forma justificada, o adiamento do exame de assuntos incluídos na pauta, com antecedência mínima de dois dias úteis da data de reuniões ordinárias e de um dia útil para as reuniões extraordinárias da Comissão;

III - participar das reuniões da CTGOF;

IV - comunicar à Secretaria-Executiva da CTGOF, no prazo de dois dias úteis de antecedência para reuniões ordinárias e de um dia útil para reuniões extraordinárias da Comissão, a impossibilidade de seu comparecimento em reunião;

V - participar das reuniões da JEO, quando convidados;

VI - manifestar-se, nas reuniões da CTGOF, sobre recomendações e votos a serem encaminhados à JEO;

VII - solicitar ao Coordenador da CTGOF, de forma justificada, o agendamento de reunião extraordinária da Comissão;

VIII - solicitar ao Coordenador da CTGOF, de forma justificada, a participação nas reuniões da CTGOF, de representantes de órgãos e entidades da administração pública federal, sem representação na Comissão; e

IX - atuar, observadas as respectivas competências institucionais, com vistas a buscar a adequada interlocução entre os membros da CTGOF e os responsáveis legais de órgãos setoriais, cujos pleitos são submetidos à JEO, para que as solicitações sejam acompanhadas de informações e documentos necessários e suficientes ao exame e manifestação da Comissão, quando de sua recomendação à JEO.

Art. 5º São atribuições, como membro da CTGOF, sem prejuízo das competências do respectivo órgão de atuação:

I - do Secretário de Política Econômica da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia - SPE/ME, elaborar e fornecer a grade de parâmetros macroeconômicos com projeções de indicadores que subsidiarão a elaboração de projeções de receitas e despesas de responsabilidade dos demais membros da CTGOF, em conformidade com a matriz de responsabilidades aprovada pela JEO;

II - do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia - SERFB/ME, elaborar e fornecer as projeções de receitas administradas pela SERFB/ME, conforme matriz de responsabilidades aprovada pela JEO;

III - do Secretário do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia - STN/ME:

a) apresentar à Comissão as informações relativas às metas fiscais da União previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

b) elaborar a programação financeira mensal e anual do Tesouro Nacional;

c) elaborar e fornecer as projeções de outras receitas e despesas, em conformidade com a matriz de responsabilidades aprovada pela JEO;

d) consolidar as receitas e despesas constantes da Necessidade de Financiamento do Governo Central - NFGC, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal - SOF, em conformidade com a matriz de responsabilidades aprovada pela JEO;

e) subsidiar a Comissão nos assuntos financeiros de que tratam o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, nas informações sobre monitoramento da suficiência das fontes de recursos e disponibilidades financeiras e sobre a inscrição e execução de restos a pagar; e

f) dar conhecimento aos Órgãos Setoriais das decisões da JEO nos assuntos de respectiva competência regimental.

IV - do Secretário de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia - SOF/ME:

a) elaborar e fornecer as projeções de outras receitas e despesas, em conformidade com a matriz de responsabilidades aprovada pela JEO;

b) consolidar as receitas e despesas constantes da Necessidade de Financiamento do Governo Central - NFGC, em articulação com a Secretaria do Tesouro Nacional e apresentá-las à CTGOF;

c) apresentar à CTGOF os pleitos de créditos adicionais que devem ser objeto de avaliação da JEO, observado o art. 17 deste Regimento Interno;

d) apresentar à CTGOF propostas para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO, bem como para o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA;

e) subsidiar à Comissão nos assuntos orçamentários, em especial os relacionados ao Decreto de Programação Orçamentária e Financeira; e

f) dar conhecimento aos Ministérios das decisões da JEO nos assuntos de respectiva competência regimental.

V - do Subchefe de Análise e Acompanhamento da Política Governamental da Casa Civil da Presidência da República - SAG/CC, assessorar tecnicamente o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, procedendo à análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas e dos projetos governamentais submetidos à JEO;

VI - do Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República - SAM/CC, monitorar e informar as necessidades orçamentárias e financeiras de Programas e Projetos Prioritários de Governo, a partir da articulação institucional da Casa Civil junto às áreas de governo executoras de ações estratégicas;



Diário Publicação Resolução 196/2020. (0277722) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 644

## E-mail - 0277750

**Data de Envio**:
03/09/2020 11:04:32

**De**:
SUDAM/GAB <gabinete@sudam.gov.br>

**Para**:
joao.nogueira@evoltz.com.br
elvira.presta@eletrobras.com
denise.francisco@evoltz.com.br
criz.saraiva@evoltz.com.br
marcelo.gondim@evoltz.com.br
gabriel.sarmento@evoltz.com.br

**Assunto**:
Alienação de participação acionária da MTE S.A.

**Mensagem**:
Encaminha-se em anexo o OFÍCIO Nº 65/2020-SUPERIN tratando sobre deliberação e aprovação de pleito de incentivo fiscal da empresa Manaus Transmissora de Energia S/A - MTE.

Solicita-se a confirmação do recebimento deste e-mail junto ao Ofício anexo, para controle administrativo desta superintendência.

Atenciosamente,
Gabinete
Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia SUDAM
telefone: (91) 40085442/5443/5440
e-mail: gabinete@sudam.gov.br

**Anexos**:
Oficio_0277655.html
Diario_0277722_Publicacao_no_DOU___Resolucao_n__196_2020.pdf
Resolucao_0277332.html

**Zimbra** **gabinete@sudam.gov.br**

## RES: Alienação de participação acionária da MTE S.A.

**De :** Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br> Qui, 03 de set de 2020 11:12

3 anexos

**Assunto :** RES: Alienação de participação acionária da MTE S.A.

**Para :** Paulo Roberto Correia <gabinete@sudam.gov.br>, Joao Nogueira <joao.nogueira@evoltz.com.br>, elvira presta <elvira.presta@eletrobras.com>, Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>, Benedita Crizana Saraiva Batista <criz.saraiva@evoltz.com.br>, Marcelo Gondim dos Santos <marcelo.gondim@evoltz.com.br>

Prezados,

Email recebido, bem como o ofício.

Necessitando de alguma outra ação por favor entrem em contato

At,

Gabriel Sarmento

-----Mensagem original-----
De: SUDAM/GAB <gabinete@sudam.gov.br>
Enviada em: quinta-feira, 3 de setembro de 2020 11:05
Para: Joao Nogueira <joao.nogueira@evoltz.com.br>; elvira.presta@eletrobras.com; Denise Araujo Francisco <denise.francisco@evoltz.com.br>; Benedita Crizana Saraiva Batista <criz.saraiva@evoltz.com.br>; Marcelo Gondim dos Santos <marcelo.gondim@evoltz.com.br>; Gabriel Sarmento Lopes <gabriel.sarmento@evoltz.com.br>
Assunto: Alienação de participação acionária da MTE S.A.

Encaminha-se em anexo o OFÍCIO Nº 65/2020-SUPERIN tratando sobre deliberação e aprovação de pleito de incentivo fiscal da empresa Manaus Transmissora de Energia S/A - MTE.

Solicita-se a confirmação do recebimento deste e-mail junto ao Ofício anexo, para controle administrativo desta superintendência.

Atenciosamente,
Gabinete
Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM
telefone: (91) 40085442/5443/5440
e-mail: gabinete@sudam.gov.br


E-mail recebimento do ofício nº 65/2020-GAB/SUPERIN (0277759) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 646

--
This message has been scanned by SUDAM E-Mail Security and is believed to be clean.

---

**Diario_0277722_Publicacao_no_DOU___Resolucao_n__196_2020.pdf**
427 KB

**Oficio_0277655.html**
31 KB

**Resolucao_0277332.html**
41 KB

---


E-mail recebimento do ofício nº 65/2020-GAB/SUPERIN (0277759) SEI 59004.000894/2020-01 / pg. 647

**Zimbra** **ercilda.bezerra@sudam.gov.br**

## Re: Retorno do Despacho Simples 20, SEI 0275220 para o Processo nº CUP:59004.000894/2020-01

**De :** rogerio santos <rogerio.santos@sudam.gov.br> Qua, 02 de set de 2020 16:42

**Assunto :** Re: Retorno do Despacho Simples 20, SEI 0275220 para o Processo nº CUP:59004.000894/2020-01

**Para :** luzio filho <luzio.filho@sudam.gov.br>

**Cc :** ercilda bezerra <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>, andre.carioca <andre.carioca@sudam.gov.br>, eliana.garcia <eliana.garcia@sudam.gov.br>

Boa tarde!
Ciente

**Rogério Santos**
Diretor de Administração - DIRAD
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Fone: (91) 4008-5430 / (21) 97497-5181 (WhatsAapp)
rogerio.santos@sudam.gov.br



---

**De:** "luzio filho" <luzio.filho@sudam.gov.br>
**Para:** "ercilda bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Cc:** "andre.carioca" <andre.carioca@sudam.gov.br>, "eliana.garcia" <eliana.garcia@sudam.gov.br>, "rogerio santos" <rogerio.santos@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Quarta-feira, 2 de setembro de 2020 15:25:53
**Assunto:** Re: Retorno do Despacho Simples 20, SEI 0275220 para o Processo nº CUP:59004.000894/2020-01

Senhora Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados.

O conteúdo do documento Despacho 20, referenciado abaixo, foi recuperado e inserido no processo sob o número de documento 0277619, conforme imagem adiante.



PS.: Copio o Diretor Rogério Santos para ciência.

Respeitosamente,

--
**Luzio Filho**
Coordenador de Gestão de Tecnologia da Informação

Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação - CTI
Diretoria de Administração - DIRAD
(91) 4008-5675
luzio.filho@sudam.gov.br

---

**De:** "ercilda bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Para:** "luzio.filho" <luzio.filho@sudam.gov.br>
**Cc:** "andre.carioca" <andre.carioca@sudam.gov.br>, "eliana.garcia" <eliana.garcia@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Quarta-feira, 2 de setembro de 2020 15:33:50
**Assunto:** Retorno do Despacho Simples 20, SEI 0275220 para o Processo nº CUP:59004.000894/2020-01

Prezado **Luzio Filho**,

Considerando determinação do douto Colegiado da Sudam deliberada por maioria simples de voto, com fulcro no art. 5º do Regimento Interno Dicol, na 8ª Reunião Extraordinária DC 2020, realizada no dia 01/09/2020, relativa ao retorno do Despacho 20, registrado no SEI sob o nº 0275220, despacho esse que foi desentranhado dos autos do Processo nº CUP: 59004.000894/2020-01 pela Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos, de forma desmotivada, conforme esclarecimentos contantes no Despacho Simples DICOL,SEI 0277358;

Esta Assessoria, em nome do Superintendente substituto e Presidente da Dicol, André Carioca, solicita a essa Coordenação que faça gestão quanto ao retorno do referido despacho aos autos do respectivo processo, com a urgência que o caso requer.

Atenciosamente,

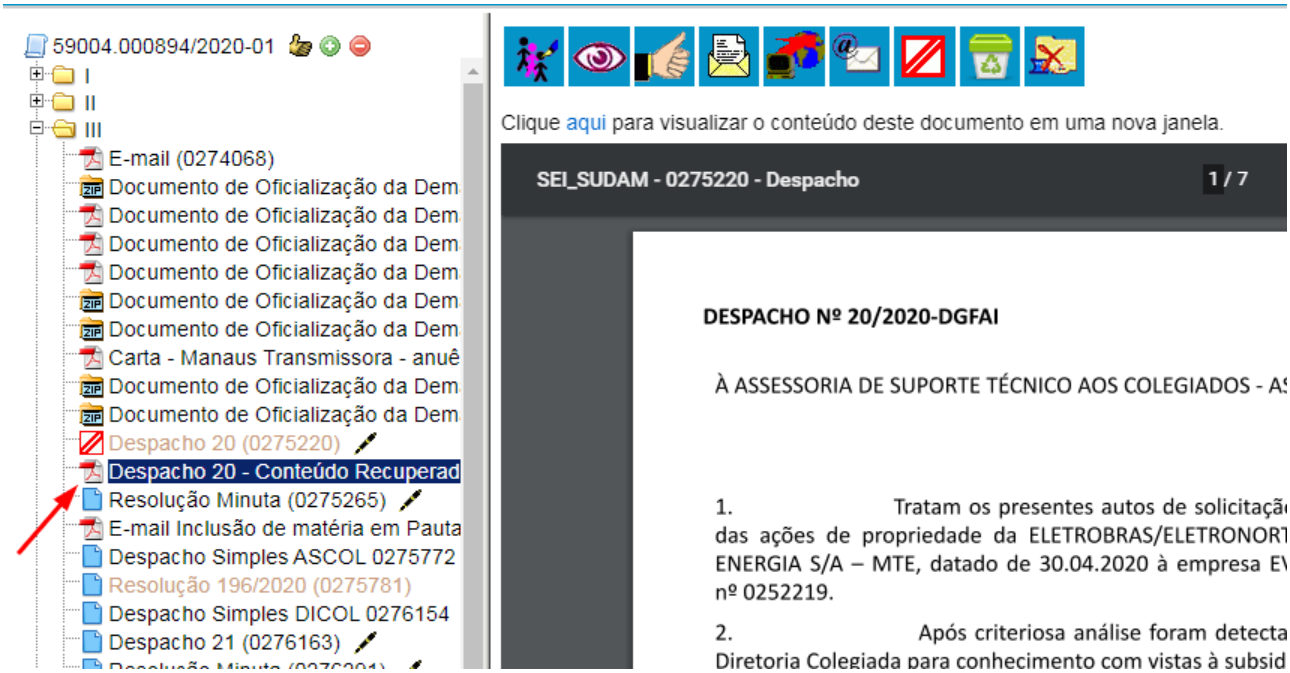
**Ercilda Pacheco**
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados
Tel:(91) 4008-5421 / 98966-9679
Email: ercilda.bezerra@sudam.gov.br

---

**De :** luzio filho <luzio.filho@sudam.gov.br> Qua, 02 de set de 2020 16:25
**Assunto :** Re: Retorno do Despacho Simples 20, SEI 0275220 para o Processo nº CUP:59004.000894/2020-01 2 anexos
**Para :** ercilda bezerra <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Cc :** andre.carioca <andre.carioca@sudam.gov.br>, eliana.garcia <eliana.garcia@sudam.gov.br>, rogerio.santos <rogerio.santos@sudam.gov.br>

Senhora Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados.

O conteúdo do documento Despacho 20, referenciado abaixo, foi recuperado e inserido no processo sob o número de documento 0277619, conforme imagem adiante.




PS.: Copio o Diretor Rogério Santos para ciência.

Respeitosamente,

--
**Luzio Filho**
Coordenador de Gestão de Tecnologia da Informação
Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação - CTI
Diretoria de Administração - DIRAD
(91) 4008-5675
luzio.filho@sudam.gov.br

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antônio Baena, 1113 - Marco CEP: 66093-082 Belém-PA
www.sudam.gov.br
SUDAM

---

**De:** "ercilda bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Para:** "luzio.filho" <luzio.filho@sudam.gov.br>
**Cc:** "andre.carioca" <andre.carioca@sudam.gov.br>, "eliana.garcia" <eliana.garcia@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Quarta-feira, 2 de setembro de 2020 15:33:50
**Assunto:** Retorno do Despacho Simples 20, SEI 0275220 para o Processo nº CUP:59004.000894/2020-01

Prezado **Luzio Filho**,

Considerando determinação do douto Colegiado da Sudam deliberada por maioria simples de voto, com fulcro no art. 5º do Regimento Interno Dicol, na 8ª Reunião Extraordinária DC 2020, realizada no dia 01/09/2020, relativa ao retorno do Despacho 20, registrado no SEI sob o nº 0275220, despacho esse que foi desentranhado dos autos do Processo nº CUP: 59004.000894/2020-01 pela Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos, de forma desmotivada, conforme esclarecimentos contantes no Despacho Simples DICOL,SEI 0277358;

Esta Assessoria, em nome do Superintendente substituto e Presidente da Dicol, André Carioca, solicita a essa Coordenação que faça gestão quanto ao retorno do referido despacho aos autos do respectivo processo, com a urgência que o caso requer.

Atenciosamente,

**Ercilda Pacheco**
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados
Tel:(91) 4008-5421 / 98966-9679
Email: ercilda.bezerra@sudam.gov.br

---




**Assinatura de email 2019B.png**
93 KB

---

**De :** ercilda bezerra <ercilda.bezerra@sudam.gov.br> Qua, 02 de set de 2020 15:33
**Assunto :** Retorno do Despacho Simples 20, SEI 0275220 para o Processo nº CUP:59004.000894/2020-01
**Para :** luzio.filho <luzio.filho@sudam.gov.br>
**Cc :** andre.carioca <andre.carioca@sudam.gov.br>, eliana.garcia <eliana.garcia@sudam.gov.br>

Prezado **Luzio Filho**,

Considerando determinação do douto Colegiado da Sudam deliberada por maioria simples de voto, com fulcro no art. 5º do Regimento Interno Dicol, na 8ª Reunião Extraordinária DC 2020, realizada no dia 01/09/2020, relativa ao retorno do Despacho 20, registrado no SEI sob o nº 0275220, despacho esse que foi desentranhado dos autos do Processo nº CUP: 59004.000894/2020-01 pela Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos, de forma desmotivada, conforme esclarecimentos contantes no Despacho Simples DICOL,SEI 0277358;

Esta Assessoria, em nome do Superintendente substituto e Presidente da Dicol, André Carioca, solicita a essa Coordenação que faça gestão quanto ao retorno do referido despacho aos autos do respectivo processo, com a urgência que o caso requer.

Atenciosamente,

**Ercilda Pacheco**
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados
Tel:(91) 4008-5421 / 98966-9679
Email: ercilda.bezerra@sudam.gov.br

---

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria Colegiada

Senhores membros da Diretoria Colegiada,

Em atendimento a determinação desse douto Colegiado, ocorrida na 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 01/09/2020, por maioria simples de voto, com fulcro no art. 5º do Regimento Interno da Diretoria Colegiada, conforme comunicado no segundo parágrafo do Despacho Simples Dicol, SEI 0277358, esta Assessoria informa aos senhores que o Despacho 20, SEI 0275220, foi recuperado pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação-CTI, SEI 0278303, ressaltando que o contéudo do referido despacho encontra-se inserido neste processo sob registro SEI 0277619.

Atenciosamente,

Ercilda Pacheco
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados

Documento assinado eletronicamente por **Francisca Ercilda Pacheco de Almeida Bezerra**, **Assessor**, em 08/09/2020, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0278304** e o código CRC **64608ACB**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0278304

**Zimbra** **gabinete@sudam.gov.br**

## Fwd: DEVOLUÇÃO DO PROCESSO CUP Nº 59004.000894/2020-01 À DGFAI

**De :** ercilda bezerra <ercilda.bezerra@sudam.gov.br> Sex, 18 de set de 2020 10:16
**Assunto :** Fwd: DEVOLUÇÃO DO PROCESSO CUP Nº 59004.000894/2020-01 À DGFAI 2 anexos
**Para :** eliana.garcia <eliana.garcia@sudam.gov.br>
**Cc :** gabinete <gabinete@sudam.gov.br>, andre.carioca <andre.carioca@sudam.gov.br>, marly.miranda <marly.miranda@sudam.gov.br>

Senhora Chefe de Gabinete,

Considerando mensagem eletrônica recepcionada nesta Assessoria, que trata sobre o Processo nº CUP:59004.000894/2020-01, transcrita abaixo;

Solicitamos gestão desse Gabinete quanto ao envio, urgente, dos referidos autos à Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos-DGFAI para que sejam adotadas as providências da competência daquela Diretoria.

Atenciosamente,

**Ercilda Pacheco**
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados
Tel:(91) 4008-5421 / 98966-9679
Email: ercilda.bezerra@sudam.gov.br

---

**De:** "marly.miranda" <marly.miranda@sudam.gov.br>
**Para:** "ercilda.bezerra" <ercilda.bezerra@sudam.gov.br>
**Cc:** "andre.carioca" <andre.carioca@sudam.gov.br>, "rogerio.santos" <rogerio.santos@sudam.gov.br>
**Enviadas:** Quinta-feira, 17 de setembro de 2020 18:00:07
**Assunto:** DEVOLUÇÃO DO PROCESSO CUP Nº 59004.000894/2020-01 À DGFAI

Sra Ercilda Pacheco,
Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados.

Tendo em vista deliberação ocorrida na 8ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada, que dentre outros, tratou da aprovação do pleito referente à anuência para a alienação da totalidade das ações que a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS detém na Empresa Manaus Transmissora de Energia S/A - MTE, beneficiária de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA para a Evoltz Participações S/A, conforme instrumentalização contida no Processo doc SEI nº 59004.000894/2020-01.

Considerando que referido pleito trata-se de matéria de competência da DGFAI, mas que todavia, após a deliberação do assunto, a Chefe da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados, não retornou o processo à DGFAI para que fossem adotados os procedimentos cabíveis.

Considerando que até a presente data (17/09/2020) referido processo não foi tramitado para Diretoria de origem.

Considerando que o não cumprimento ao fluxo natural do processo pela ASCOL, após a aprovação do pleito, está impedindo que se dê prosseguimento a decisão da DICOL referente ao cumprimento da resolução DICOL, qual seja: que a Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos-DGFAI faça a gestão, semanalmente, junto ao Banco da Amazônia para que sejam adotadas as providências constantes no artigo 3º da Resolução nº 196/2020 (SEI 0277332), e informe a (o) Superintendente os resultados obtidos.

Nesse sentido, solicito o reestabelecimento do fluxo natural do processo, o que implica em sua tramitação à diretoria de origem que lhe deu causa, motivo pelo qual solicito o retorno do Processo 59004.000894/2020-01 a esta DGFAI para dar prosseguimento na gestão junto ao Banco da Amazônia.

Atenciosamente,

Marly Miranda
Diretora
Diretoria de Gestão de Fundos de Incentivos e Atração de Investimentos - DGFAI
Tel.: 91 4008-5478

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antônio Baena, 1113 - Marco CEP: 66093-082 Belém-PA
www.sudam.gov.br

**ercilda.bezerra.vcf**
202 B

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Superintendente

À DGFAI.

1. Em atenção ao e-mail recepcionado ( 0280312) pelo Gabinete. Seguem os autos para as demais providências julgadas necessárias.

Documento assinado eletronicamente por **Eliana Garcia da Silva**, **Chefe de Gabinete**, em 18/09/2020, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0280317** e o código CRC **CD75B1F8**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0280317

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**
**Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos**

**OFÍCIO Nº 159/2020-DGFAI**

Belém, 18 de setembro de 2020.

À Senhora
MARTA MARIA ROCHA DE MATOS
Coordenadora-Geral
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento-CGFIN

**Assunto: Comitê com Membros da CGFIN para exercer gestão semanalmente junto ao Banco da Amazônia.**

Senhora Coordenadora-Geral da CGFIN,

CONSIDERANDO o inteiro teor da Resolução DICOL/SUDAM Nº 196, de 01 de setembro de 2020 (0277332), que aprovou por maioria simples de votos o pleito referente à anuência para a alienação da totalidade das ações que a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS detém na Empresa Manaus Transmissora de Energia S/A - MTE, beneficiária de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA para a Evoltz Participações S/A, com base no Parecer nº 4/2020-CAF/CGFIN/DGFAI, SEI (0267895) , e no Despacho Simples CAF, SEI (0276797) , constantes do Processo nº CUP: 59004.000894/2020-01 ; e,

CONSIDERANDO a necessidade de gestão semanal junto ao Banco da Amazônia.

DECIDO:

1. Que fica instituído no âmbito da DGFAI, o Comitê com Membros da CGFIN com finalidade específica para exercer gestão semanalmente junto ao Banco da Amazônia para que a Empresa Evoltz Participações S/A apresente à Sudam o Termo Aditivo Contratual e o Termo Aditivo à Escritura de Debêntures relativos à troca de controle acionário da Manaus Transmissora de Energia S/A -MTE, assegurando as garantias originariamente aprovadas pelo Banco da Amazônia para o projeto de que trata a Resolução DICOL/SUDAM 196/2020.

2. Designar os servidores MARTA MARIA ROCHA DE MATOS, JOSÉ ROOSEVELT ARAÚJO CORRÊA JÚNIOR e ALDA FRANCY TEIXEIRA FREITAS DA COSTA NUNES, sob a coordenação da primeira, para realizar o acompanhamento semanal supra citado.

3. A não apresentação dos documentos listados no artigo 2º da Resolução DICOL/SUDAM 196/2020, dentro de um prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da

data da Resolução, implicará na revisão do ato.

4. As informações com as ações e respostas obtidas deverão ser prestadas à DGFAI semanal conforme modelo e datas constantes no Quadro-Anexo a seguir.

**QUADRO - ANEXO**

| DATA | AÇÃO DE GESTÃO REALIZADA PELA CGFIN/DGFAI/SUDAM | RESULTADOS OBTIDOS JUNTO AO BANCO DA AMAZÔNIA | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|
| **22/09/2020** | | | |
| **29/09/2020** | | | |
| **06/10/2020** | | | |
| **13/10/2020** | | | |
| **20/10/2020** | | | |
| **27/10/2020** | | | |
| **03/11/2020** | | | |

Transcorridos os 60 dias determinados pela Resolução DICOL/SUDAM nº 196/2020, de 01/09/2020, informar se os documentos solicitados no artigo 2º foram apresentados à SUDAM.

SIM [ ]

NÃO [ ]

Relacionar quais foram os documentos apresentados à SUDAM e anexar documentos comprobatórios.

Atenciosamente,

**Marly Vieira Miranda**

Diretora da DGFAI/SUDAM

Documento assinado eletronicamente por **Marly Vieira Miranda**, **Diretor**, em 18/09/2020, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0280387** e o código CRC **38D792C8**.

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 59004.000894/2020-01

SEI nº 0280387

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

À COORDENAÇÃO-GERAL DE FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO E FINANCIAMENTO - CGFIN.

Senhora Coordenadora,

1. Segue para vosso conhecimento o Ofício 159 (0280387), para que seja dado ciência aos demais servidores relacionados e cumprimento das determinações exaradas.

2. Encaminhem-se os autos para análise e demais providências.

Documento assinado eletronicamente por **Marly Vieira Miranda**, **Diretor**, em 18/09/2020, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0280394** e o código CRC **09BDAB2E**.

**Referência:** Processo nº 59004.000894/2020-01 SEI nº 0280394